

Anais do 10º Encontro Nacional de História da UFAL
Memórias e Biografias no Brasil Republicano

Caderno de Resumos,
Programação e
Textos completos



Anais Eletrônicos
ISSN 2176-784X

Coordenação Geral

Anderson Almeida (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)

Comissão Organizadora

Anderson Almeida (UFAL)
Arrisete Cleide Lemos Costa (UFAL)
Elias Ferreira Veras (UFAL)
Flávia Maria de Carvalho (UFAL)
Lídia Baumgarten (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)
Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)

Comissão Científica

Alex Benedito Santos Oliveira (UFAL)
Ana Beatriz Bezerra de Melo (UNINASSAU)
Ana Claudia Aymoré Martins (UFAL)
Ana Paula Palamartchuk (UFAL)
Anderson Almeida (UFAL)
Antonio Alves Bezerra (UFAL)
Aruã Silva de Lima (UFAL)
Arrisete Cleide Lemos Costa (UFAL)
Cecília Gomes da Silva (UFAL)
Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso (UFS)
Elias Ferreira Veras (UFAL)
Fabio Koifman (UFRRJ)
Felipe Barbosa (UFAL/SEDUC),
Flávia Maria de Carvalho (UFAL)
Francisco Santiago Junior (UFRN)
Irineia Maria Franco dos Santos (UFAL)
Jeferson Augusto da Cruz (UFAL)
Jorge Ferreira (UFF)
Juniele Rabelo de Almeida (UFF)
Karla Carloni (UFF)
Lídia Baumgarten (UFAL)
Magno Francisco da Silva (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)
Paulo Vitor Barbosa dos Santos (UFAL)
Priscila Maria de Jesus (UFS)
Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)
Rafael Costa Prata (UFMT)
Roberta Miquelanti (UFAL)
Roseane Monteiro Virginio (UFAL)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Taysa Kawanny Ferreira Santos (UFS)
Wellington da Silva Medeiros (UFAL/SEDUC)

Monitoria

Alexandre da Silva
Allan de Sá Barreto de Freitas
Ana Valéria dos Santos Silva
Andressa Porfírio Gomes
Bruna Cerqueira das Neves
Bruna Pereira da Silva
Danilo Brasil Pinto
Danyelle Mayara de Mendonça Macário
Davi Jonatas A. Clemente
Demerval Santana de Oliveira
Ewerton Oliveira de Jesus
Fabrícia Oliveira
Higor Soares de Melo
Ilvane Joventina da Costa Santos
Jacitânia Lopes Pereira
José Fernando Barbosa dos Santos
Júlio Roberto Vieira Alves
Leide Dayana Magalhães Soares
Leonardo Rodrigues Simião Pereira
Marcus Vinícius da Silva Santos
Maria Carolina Lins da Costa Silva
Maria do Carmo Ferreira Lima de Oliveira
Natana Tenório da Silva
Rafaella dos Santos Almeida
Raphaelly Maria dos Santos
Rayssa Danielle Lins de Aquino
Riquelly Carla dos Santos
Roberta dos Santos Sodó
Roberto César Gomes da Silva
Ticiane Késsia P. da Silva
Valéria Maria da Silva
Vanieire dos Santos Oliveira

Organização do Caderno de Resumos e Programação (Editoração e Revisão)

Anderson Almeida (UFAL)
Arrisete Cleide Lemos Costa (UFAL)
Elias Ferreira Veras (UFAL)
Flávia Maria de Carvalho (UFAL)
Lídia Baumgarten (UFAL)
Marcus Vinícius da Silva Santos (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)
Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)
Roberto César Gomes da Silva (UFAL)

Realização

Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDhis) - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Equipe CPDhis

Anderson da Silva Almeida (UFAL)
Arrisete Cleide de Lemos (UFAL)
Elias Ferreira Veras (UFAL)
Flávia Maria de Carvalho (UFAL)
Lídia Baumgarten (UFAL)
Irinéia Maria Franco dos Santos (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)
Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)

Apoio e Agradecimentos

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH);
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL);
CAC/PROEX/UFAL (Coordenadoria de Assuntos Culturais).

Editoração

Marcus Vinícius da Silva Santos (UFAL)
Roberto César Gomes da Silva (UFAL)

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Pesquisa e Documentação Histórica – CPDHis

Encontro de História: (10: 2018: Maceió, AL).

Anais do 10º Encontro de História: Memórias e Biografias no Brasil Republicano, 11 a 14 de setembro de 2018, Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de História, Maceió: UFAL, 2018, 361p.

ISSN: 2176-784X

1. História; 2. Encontro; 4. Memórias; 5. Biografias; 6. Brasil Republicano.

CDU: 981(063)

Sumário do Caderno de Resumos e Programação

Apresentação.....	9
Programação.....	11
Minicursos.....	12
Oficinas.....	15
Lançamento de Livros.....	17
Simpósios Temáticos.....	21
ST 1: Ensino de História: diálogos, pesquisas e relatos de experiências acerca de uma disciplina “sob suspeita”	21
ST 2: História e Imagens na História Cultural.....	26
ST 3: História, Memória e Museologia: processos de investigação e práticas culturais.....	30
ST 4: Narrativas dissidentes: história, gênero e interdisciplinaridade.....	37
ST 5: Cultura e Sociedade na Antiguidade e no Medievo.....	42
ST 6: Sociedades escravistas no Mundo Atlântico: relações de poder e culturas políticas. (Séculos XVII - XIX)	44
ST 7: Conflitos, Negociações e Guerras.....	48
ST 8: História, imprensa e circulação de ideias em Alagoas nos séculos XIX e XX.....	50
ST 9: Cidades, Diálogos Modernos e Práticas Culturais.....	54
ST 10: Estado, Democracia e Movimentos Sociais no Brasil Republicano.....	57
ST 11: Religião e Política no Brasil Republicano.....	60
ST 12: O século XX e sua história.....	64

Sumário dos Textos Completos

1. **Lei 10.639/2003: Planos e Execuções. As especificidades da Lei para educação da sociedade.....75**
Adriano José do Bomfim
Generva Maria Soares da Silva
Ruan Carlos Ferreira de Lima Albuquerque

2. **Diálogos interseccionais no jornal o lampião da esquina (1978-1981): movimento homossexual, negro e operário.....87**
Ana Maria de Barros Lima

3. **A política restauradora portuguesa e seus desdobramentos na legitimação da soberania da Coroa em Angola (1640-1697)100**
Ana Maria Soares de Araújo

4. **Um “Código Municipal de Conduta” na administração pública alagoana em 1928 e 1929: o pensamento civilizador em Graciliano Ramos.....110**
Ângela Maria dos Santos

5. **Mulheres em busca do esposo (espiritual): relações entre o enclausuramento monástico feminino na Gália Merovíngia e o abandono da família terrena a partir das hagiografias de Santa Monegunda e Santa Radegunda.....122**
Benjamim Oliveira da Rocha

6. **Memória e identidade social: Um estudo sobre a experiência histórica do Quebra de 1912 na historiografia alagoana.....135**
Ellen Cirilo Santos

7. **O algodão como elemento dinamizador do comércio na Província de Alagoas (1860-1889)147**
Eric Nilson da Costa Oliveira

8. **O novo agente religioso: a chegada de Luiz Pinto Bastos à paróquia de Caetité em meio as querelas políticas da Bahia.....160**
Fabiano Nascimento Santos

9. **História e historiografia de Alagoas: formalização e institucionalização do conhecimento histórico científico (1869 – 1915)173**
Felipe da Silva Barbosa

10. **As mulheres, a história e o silenciamento: Uma breve análise sobre a participação das mulheres no Partido Comunista do Brasil (1922-1938)186**
Gleice Pereira da Silva

- 11. O cerco de Lisboa: perspectivas e possibilidades de pesquisa.....199**
Higor Soares de Melo
- 12. Oh, Maria Madalena: um breve comentário sobre a mais antiga e tradicional festa religiosa do estado de Alagoas.....210**
Hugor Soares de Melo
- 13. De figurantes à protagonistas: imagens femininas na Guerra dos Cabanos (Alagoas-Pernambuco 1832-1850)221**
Ismélia da Penha B. Tavares
- 14. A “anfibalidade” na formação cultural de alagoas: aproximações com a etno-história de dirceu lindoso, 1980 – 2015.....231**
José Carlos Rodrigues dos Santos
- 15. O Sertão também é Punk: a trajetória do Punk Rock na cidade de Delmiro Gouveia/Sertão de Alagoas (1985-1996)243**
José Rinaldo Queiroz de Lima
- 16. Discursos Históricos: os fabricos dos campos historiográficos de Marc Bloch (1886-1944) e Michel de Certeau (1925-1986)256**
Leonardo Rodrigues Simião Pereira
- 17. Coleção Romances do Povo: agenda cultural comunista na Guerra Fria (1953-1956/Brasil)265**
Luana Claudino da Silva
- 18. "Casos de vida e morte" - Ciclos epidêmicos e administração das freguesias no contexto de embate entre o regalismo e ultramontanismo em Alagoas (1840-1889)274**
Lydio Alfredo Rossiter Neto
- 19. Documentação museológica da Casa de Cultura João Ribeiro: práticas e métodos.....284**
Madjer Costa Souza César
Mayanna Pinheiro de Souza
Ranielle Menezes de Figueiredo
- 20. História em Quadrinhos (HQs): Repercussões das imagens de “Um Natal pro Papa Capim”293**
Marcus Vinícius da Silva Santos
- 21. Flashbacks da perseguição cristã às religiões de matriz africana e a resistência negra.....306**
Maria Carolina Lins da Costa Silva

- 22. Os sentidos do pensamento econômico brasileiro: aproximações entre a “revolução brasileira” e a “revolução anticolonial”316**
Matheus Carlos Oliveira de Lima
- 23. Gênero e democracia racial nos anos 1950: Mulher-personagem em Gabriela, cravo e canela de Jorge Amado.....328**
Milena Correia dos Santos
- 24. A imagem da mulher como símbolo sexual.....337**
Nathália Ourives Tavares
Stella Teixeira Solano Camêlo
- 25. Sob o signo do anticomunismo católico: as Marchas com Deus pela Liberdade em Sergipe e a condescendência da Igreja com o regime autoritário (1964).....350**
Raphael Vladmir Costa Reis

Os conteúdos dos resumos são de inteira responsabilidade dos expositores de trabalho.

Os textos e resumos estão organizados por autores e em ordem de apresentação.

Todos os textos que foram entregues para publicação em anais eletrônicos estarão disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.cpdhis-ufal.org/anais-de-evento>

Apresentação

A década de 1980 foi um momento de grandes e produtivos debates em torno do fim de práticas autoritárias e da construção de uma democracia que ocupasse todos os espaços sociais. Nessa onda de redemocratização, a ideia de participação ativa de todos atingiu o âmbito da educação, ou seja, fortaleceu-se a bandeira da democratização do sistema educacional, em que todas as partes teriam espaço para debater as prioridades do ensino, sobretudo na esfera pública. Foi nesse contexto que a nova concepção de extensão consolidou o papel social da universidade, articulando as áreas de ensino e pesquisa. Na esteira desses novos debates, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) assumiu o compromisso com a sociedade, através de ações transformadoras e de investimento no processo educativo de formação do seu corpo discente. Portanto, as atividades de extensão conquistaram um lugar importante no seu projeto social de compromisso com a educação no estado de Alagoas.

Acreditando na importância desse projeto social da instituição, nos últimos anos, o corpo docente dos cursos de graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em História da UFAL vem se dedicando a promover, juntamente com os alunos, espaços de ensino-aprendizagem que extrapolem os limites da sala de aula, proporcionando aos alunos da UFAL e de outras instituições de ensino e pesquisa momentos enriquecedores de troca de conhecimentos e experiências. Uma dessas frentes é a realização anual do Encontro Nacional de História da UFAL, cuja comissão organizadora é composta por professores integrantes do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDhis). Com o objetivo de reunir estudantes e profissionais de história e áreas afins, o Encontro Nacional tem como objetivo estimular debates e reflexões sobre temáticas referentes a processos históricos fundamentais para a compreensão da sociedade contemporânea. A diversidade de teorias e metodologias da pesquisa e do ensino em História entrelaçam-se com discussões acerca da função social do profissional em História, o que reflete a luta e a resistência da comunidade acadêmica do curso de História em manter a universidade como espaço público e democrático.

O Encontro Nacional de História atrai não apenas os professores e os alunos de História da UFAL do campus de Maceió, onde é realizado, mas também professores e alunos de outros cursos e campus e membros de outras universidades, professores da educação básica do estado, bem como profissionais graduados, mestres e doutores que ainda não se inseriram no mercado de trabalho. Reunidos em simpósios, conferências, mesas redondas, minicursos e oficinas, os participantes articulam suas pesquisas, gerando resultados comparativos e promovendo o desenvolvimento da produção historiográfica e científica de Alagoas, em particular, e do Brasil, em geral.

Neste ano de 2018, a equipe organizadora firmou um acordo com o grupo de pesquisadores do projeto “A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura”. Ao ser contemplado pelo edital da CAPES “Memórias Brasileiras: Biografias”, uma das metas a cumprir é a organização de um evento nacional voltado para a divulgação das pesquisas realizadas. Como dois dos membros do projeto são professores da UFAL e membros do CPDhis, o grupo entendeu a importância de realizar o evento em Alagoas, a fim de contribuir com o desenvolvimento das ciências históricas no estado. Em Alagoas, as pesquisas ainda são incipientes se comparado às outras universidades filiadas ao projeto, que possuem Programas de Pós-Graduação mais consolidados. Portanto, em acordo com o grupo acima citado, o **10º Encontro Nacional de História** intitula-se **Memórias e Biografias no Brasil Republicano**. A proposta do evento é contribuir para a renovação das abordagens biográficas da História do Brasil Republicano, tendo como pressuposto a valorização do debate público sobre a pluralidade das dinâmicas e dos sujeitos sociais. A partir da análise de

múltiplas trajetórias de vida, expressas em narrativas políticas entre democracia e ditadura, busca-se a discussão sobre os diversos projetos políticos que estiveram em pauta no Brasil ao longo do século XX. Espera-se, portanto, que o evento seja um importante momento de reflexão sobre as insistentes práticas e projetos autoritários, atuantes no século XX, que ainda hoje pairam no cenário político brasileiro, ameaçando constantemente o projeto de democracia que queremos para a nossa sociedade.

Maceió, setembro de 2018.
Michelle Reis de Macedo

Programação

11 de setembro de 2018

13h às 18h30 - Credenciamento

18h às 19h - Lançamento de Livros

19h às 21h – Conferência de abertura: Biografias e a Oficina do historiador. Jorge Ferreira (UFF)

12 de setembro de 2018

13h às 15h30 - Minicursos/Oficinas

15h30 às 18h30 - Simpósios Temáticos

19h - **Mesa redonda:** Trajetórias individuais e dimensão cultural no Brasil Republicano. Francisco Santiago Junior (UFRN), Karla Carloni (UFF), Samantha Quadrat (UFF).

13 de outubro de 2014

13h às 15h30 - Minicursos/Oficinas

15h30 às 18h30 - Simpósios Temáticos

19h - **Mesa redonda:** Trajetórias individuais e dimensão cultural no Brasil Republicano. Anderson Almeida (UFAL), Fabio Koifman (UFRRJ), Michelle Macedo (UFAL).

14 de outubro de 2014

13h às 15h30 - Minicursos/Oficinas

15h30 às 18h30 - Simpósios Temáticos

19h – Conferência de Encerramento: Memória e História Pública. Juniele Rabelo de Almeida (UFF)

Minicursos

M1: Clio sai do armário: As homossexualidades na historiografia brasileira

Coordenador: Dr. Elias Ferreira Veras (UFAL)

Horas/aula: 5

Este minicurso pretende problematizar a recente emergência das pesquisas historiográficas acerca da homossexualidade no Brasil. A partir da análise de algumas obras históricas sobre as "sexualidades dissidentes", buscaremos discutir o caráter heteronormativo da historiografia tradicional, assim como refletir sobre as possibilidades teórico-metodológicas inauguradas com a saída de Clio do armário.

M2: Geografia crítica e meio ambiente no campo da história: contribuições teórico-metodológicas para as pesquisas em história que lidam com um determinado espaço geográfico

Coordenadores: Mestrando Rodolfo José Oliveira Lima (UFAL), Mestrando. Fábio Barbosa da Silva (UFAL)

Horas/aula: 2

Este minicurso tem por objetivo socializar o acúmulo teórico metodológico de duas pesquisas que estão sendo desenvolvidas no PPGH da UFAL. Há algo em comum entre elas: os objetos de estudo são compreendidos enquanto parte de um espaço geográfico. Esse debate se mostra importante uma vez que toda a pesquisa sobre uma dada realidade precisa ser situada minimamente no tempo e no espaço. Trazer as contribuições advindas da interdisciplinaridade com a geografia (em específico a corrente da geografia crítica) e da abordagem da chamada história ambiental, caminho pelo qual vem se referenciando ambas as pesquisas, podem ajudar os participantes do minicurso a aprofundarem o olhar sobre os objetos e a problemática presente em suas pesquisas e como via de mão dupla nas dos facilitadores.

M3: Norma técnica para produção de trabalhos acadêmicos

Coordenadora: Ms. Adriana Luzia Lima (UFAL)

Horas/aula: 6

O minicurso terá como base as normas técnicas da ABNT de apresentação e elaboração de trabalhos acadêmicos.

M4: Análise de fontes históricas e reflexões teórico-metodológicas do uso da filmografia

Coordenadores: Mestranda Lívia Maria Albuquerque Couto (UFS), Mestranda Márcia Oliveira Gama (UFS)

Horas/aula: 6

O objetivo do minicurso é demonstrar como podem ser feitas análises de fontes literárias e documentais na pesquisa histórica, assim como as metodologias que podem ser empregadas para tal. Além disso, propõe a discussão a respeito da filmografia, isto é, promover a discussão de períodos históricos através do discurso fílmico. Por isso, faz-se necessário analisa-los, considerando as particularidades formais de cada tipo de fonte. Por fim, enfatizamos que o nosso objetivo é traçar algumas reflexões sobre o conceito de discurso e apontar um possível caminho para a análise de documentos históricos e uso da filmografia.

M5: O jornal como objeto e fonte de pesquisa

Coordenadores: Mestranda Maria Valéria da Silva Araújo (UFAL), Mestranda Luciana Valéria Morais Santiago (UFAL)

Horas/aula: 4

Neste minicurso propomos refletir sobre a importância do jornal como objeto e fonte de pesquisa para o fazer historiográfico. Até o último quartel do século XX, a utilização do jornal como fonte de pesquisa não era bem vista pelos pesquisadores brasileiros, entretanto, em contraste a essa realidade, na Europa as fontes impressas já não ficavam mais em segundo plano quando se tratava da validade da pesquisa histórica. Com a grande desenvoltura de um novo fazer histórico iniciado a partir da Escola dos Annales, os jornais como objetos de estudo foram inseridos e legitimados como fonte de pesquisa para o historiador. Uma fonte riquíssima de informações que deve ser tratada com rigorosidade, tomando como base uma análise minuciosa do historiador em torno desse documento. Aqui no Brasil, conforme Capelato (2014. p.300) nos balanços realizados com o intuito de verificar os resultados das renovações historiográficas, observa-se que os historiadores têm incorporado a imprensa, não só como fonte, mas também como objeto de pesquisa em relação a diferentes períodos da história do Brasil. Discutiremos também, o jornal enquanto grande imprensa, ator político e formador de opinião em determinados momentos da história nacional.

M6: Formação do Cristianismo na Alta Idade Média: Gália merovíngia e Hispânia visigótica

Coordenadores: Mestrando Benjamim Oliveira da Rocha (UFAL), Mestranda Luanna Klíscia de Amorim Mendes (UFAL)

Horas/aula: 3:30

Muito dos dogmas, atualmente, tidos como eternos e imutáveis pelos cristãos tiveram sua origem através de intensos debates e conflitos ocorridos durante a Alta Idade Média. Portanto, é imprescindível entender como se deram as relações de poder nesse período tanto entre laicos e clérigos, quanto no seio da própria igreja. Para tanto devemos entender que com a queda do Império Romano do ocidente, as estruturas administrativas laicas foram absorvidas pelos clérigos cristãos durante um processo de expansão da Igreja em formação. Somado a isso, novos reinos surgiram por meio das denominadas “invasões bárbaras”, ou como preferimos chamar, assentamento de tribos de origens germânicas.

M7: O Fazer a Guerra durante a Idade Média: organização, composição e execução das técnicas bélicas durante a "Guerra dos Cem Anos" (1337-1453)

Coordenadores: Doutorando Rafael Costa Prata (UFMT), Mestrando Ives Leocelso Silva Costa (UFS)

Horas/aula: 6

As empresas bélicas medievais apresentavam uma série de caracteres compartilhados, como a extrema preocupação nutrida por seus agentes em orquestrarem uma satisfatória organização e planejamento de todos os meandros relativos à execução dos procedimentos belicosos, como a convocatória dos agentes da guerra, as seleções das técnicas de combate e dos mecanismos tático-estratégicos posteriormente empregados, etc. Todas estas basilares problemáticas relativas ao cenário militar medieval, podem ser contempladas nos diversos episódios belicosos que engendraram a chamada “Guerra dos Cem Anos” (1337-1453). Reconhecida por sua longevidade, e, igualmente por conta das notáveis consequências políticas e militares acarretadas, estas intermitentes guerras travadas entre a Inglaterra e a França evidenciaram tanto o amplo quadro de medidas políticas-militares efetuadas por estes núcleos políticos a fim de levarem a cabo estas pejejas guerreiras, como as diversificadas técnicas belicosas, as chevauches, os cercos e as batalhas, empreendidas no decurso dos enfrentamentos. Neste presente minicurso, trataremos de problematizarmos, portanto, as naturezas das guerras travadas no decurso de toda a Idade Média, procurando discutir desde os calorosos combates e embates historiográficos efetuados no decurso do século XIX e XX, até as análises dos

procedimentos belicosos propriamente ditos, a partir do paradigma fornecido pela “Guerra dos Cem Anos” (1337-1453).

M8: Olhares da História Cultural: Interfaces entre História e Cinema

Coordenadores: Mestranda. Maria Viviane de Melo Silva (UFS), Mestranda. Roseane Monteiro Virginio (UFAL)

Horas/aula: 4

Diante das novas perspectivas historiográficas, a relação entre história e cinema se reverberou no meio acadêmico, desde a década de 1970, quando Marc Ferro iniciou a discussão entre as imagens em movimento e a prática histórica. Nesse sentido, utilizando o viés da História Cultural, nosso principal objetivo é discutir a pluralidade da pesquisa histórica, elencar a temática abordada através dos debates e problematizações sobre o cinema enquanto fonte histórica na concepção de Marc Ferro (2010) e enquanto objeto, pela ótica de Alexandre Valim (2012). Desta feita, mesclaremos percepções em torno de temas, dentre os quais estão: religião, meio ambiente, cidade, aspectos socioculturais e políticos, presentes de maneira explícita e implícita no âmbito do audiovisual.

M9: Cultura popular na “bête époque”: modernização e carestia na República brasileira (1900-1920)

Coordenador: Dr. Poliana dos Santos (USP)

Horas/aula: 6

O minicurso pretende analisar as experiências e os saberes populares nos anos iniciais da República brasileira, focando dois determinantes históricos: o processo de modernização e o alto custo de vida, expresso numa crise inflacionária. Pretende-se debater a produção historiográfica sobre cultura popular e as táticas e recursos que os pobres dispunham para enfrentar a carestia e o autoritarismo republicano. Busca-se compreender a República a partir das tensões culturais e econômicas, tomando como perspectiva os grupos populares do Rio de Janeiro, então capital do país, em especial operários, vendedores ambulantes, carroceiros etc. Procura-se refletir sobre a produção histórica dos pobres: cartas, petições e cantigas carnavalescas, como uma fonte potencial de caráter político.

M10: Movimento Punk em Delmiro Gouveia: Memória, Silêncio, Esquecimento e História (1985-1996)

Coordenadores: Mestrando José Rinaldo Queiroz de Lima (UFAL)

Horas/aula: 4

O minicurso pretende apresentar e debater a história dos punks e do movimento punk no alto sertão alagoano, dando ênfase ao espaço em que foi construído esse movimento, haja vista a construção imagético-discursiva preconceituosa do que vem a ser o sertão. Levantar o debate em torno da memória coletiva da cidade e do silenciamento das memórias subterrâneas. Discutir as diferenças entre memória e história apresentando as memórias que se tem sobre os punks e, demonstrar como estar se dando a construção da história dos mesmos no sertão. Uma história feita a partir das experiências dos grupos excluídos socialmente numa sociedade dividida em classes, dando ênfase, visibilidade e protagonismo às pessoas que por longo tempo tiveram suas vivências excluídas e marginalizadas pela historiografia oficial. Discutir também os processos de dominação presentes na sociedade, as operações politico-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos. O objetivo do minicurso é proporcionar o debate em torno dos movimentos de resistência que se formaram no sertão, apresentando um sertão que luta e resiste as mazelas impostas pela classe dominante.

M11: O Golpe de 2016 e o futuro da democracia

Coordenadores: Mestrando. Magno Francisco da Silva (UFAL), Mestrando. Paulo Vitor Barbosa dos Santos (UFAL)

Horas/aula: 6

O objetivo do presente minicurso é compreender os elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a fissura na democracia liberal, a chamada Nova República, culminando entre maio e agosto de 2016, com a deposição da presidente Dilma Rousseff. Pretende-se também analisar o governo de Michel Temer e investigar o que a sua agenda de retrocessos nos direitos dos trabalhadores e restrição às liberdades diz sobre a relação entre as desigualdades sociais e a luta de classes. Além disso, discutir os desdobramentos da crise em curso e as possibilidades de reforço da resistência popular, analisando as alternativas políticas diante da conjuntura política.

M12: O Tempo Presente através da perspectiva da História Oral

Coordenador: Mestrando Geovanne Otavio Ursulino da Silva (UFAL)

Horas/aula: 6

O presente minicurso pretende refletir sobre as mudanças dentro da historiografia que proporcionaram o surgimento de métodos, técnicas e teorias que se valem do imediato do presente como fonte para a observação e interpretação dos processos históricos que nos envolvem diariamente. Pretende também refletir sobre as potencialidades que o uso da História Oral tem ofertado para o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado – que consiste em analisar as vivências de um imigrante italiano em território alagoano que foge dos perfis dos imigrantes em geral. O uso da História Oral para o estudo dos processos migratórios tem possibilitado que a experiência do narrador seja respeitada enquanto singularidade, enquanto forma própria daquele indivíduo, através de suas condições próprias de vida, narrar o mundo que o produziu, o mundo que ele mesmo contribui para produzir. A narrativa de Riccardo Canesi, narrador desta pesquisa, tem aberto novas possibilidades para se pensar não apenas os processos migratórios de italianos para o Brasil, mas também o perfil destes novos imigrantes italianos e quais as condições que se alteraram para que se tenha havido também alteração no perfil daquele que imigra.

Oficinas

01: O livro didático e o jornal como fonte de pesquisa e lugar de memória

Coordenadores: Mestrando Dehon Cavalcante (UFAL), Mestranda Tarssia Clires Sabino dos Santos (UFAL)

Horas/aula: 4

A oficina pretende apresentar conceitos atinentes à história, à memória e ao passado; contextualizar sobre as aproximações e distanciamentos entre a história, a memória e o passado; problematizar como o domínio desses temas são importantes para os estudantes e professores História; contextualizar a importância do livro didático, analisar como imagens tiradas dos livros didáticos estão sendo representadas e qual a melhor forma de abordagem; analisar a forma como o jornal se mostra enquanto fonte histórica, destacando os cuidados para se trabalhar com esta ferramenta de trabalho; propiciar debates sobre notícias de jornais de cunho social e político; refletir sobre como a mídia tenta influenciar a opinião pública, problematizando sua existência.

02: As possibilidades de abordagens da Idade Média em sala de aula

Coordenadores: Mestranda Luanna Klíscia de Amorim Mendes (UFAL), Mestrando José Carlos Santos do Carmo (UFAL)

Horas/aula: 4

É sabido que a abordagem do período medieval em sala de aula se faz por meio da reprodução de um discurso que sobrecarrega este recorte temporal de idade das trevas e o caracterizam como um período de barbárie, peste e religiosidade exacerbada que culminaram em conflitos religiosos conhecidos como as cruzadas. Grande parte dessas falas são produzidas quando colocamos o medievo em comparação com períodos anteriores e posteriores ao recorte temporal que corresponde do século V ao XV. Esta oficina possui como objetivo debater sobre as possibilidades de abordagem do medievo em sala de aula em articulação com os documentos norteadores da educação básica como PCN, PCNEM e LDB que trazem como objetivo a utilização das fontes em sala de aula, bem como as produções artísticas e literárias que também deve ser compreendido como documentos. No primeiro momento pretendemos abordar como o período medieval está caracterizado nos livros didáticos que devem ser entendidos como a principal ferramenta dos docentes em sala de aula. O segundo momento consiste em uma atividade prática de como utilizar a arte visual, cinematográficos e literários nas práticas pedagógicas com o intuito de entender o funcionamento da sociedade e as suas representações de mundo.

03: O lugar do historiador na análise de fontes

Coordenadores: Mestranda Jéssica Evelyn Pereira dos Santos (UFAL), Mestranda Renata Carla Silva de Gusmão (UFAL)

Horas/aula: 4

Ainda que o trabalho de análise de fontes históricas se constitua em tarefa basilar do nosso ofício, as discussões sobre os caminhos dessa atividade essencial do ‘fazer historiográfico’ estão longe de serem esgotadas. Ao nos desviarmos das fragilidades do positivismo e do historicismo para pensarmos o lugar da documentação em nossas pesquisas, seguimos em direção a uma crítica dos nossos materiais primários que busque compreender as condições de produção das fontes e da nossa leitura sobre elas. Isto posto, propomos uma oficina guiada por uma atividade prática de análise documental, que nos permitirá estimular a reflexão necessária acerca de como lidamos com a interferência de nossa subjetividade e nosso lugar político, social e ideológico na leitura das fontes históricas.

04: Um processo de defloramento como lugar de memória

Coordenador: Mestranda Jôycimara Ferreira Barreto (UFAL)

Horas/aula: 2

A referida oficina tem como objetivo analisar um processo crime sobre defloramento na cidade de Aracajú no ano de 1920 e a sua relação com a memória. Assim, na análise deste processo é possível encontrar nos depoimentos das testemunhas, “vítima” e acusado, elementos que seriam características dessa memória. Com isso, a contribuição de teóricos como Halbwachs e Le Goff serão importantes. Para entender sobre os crimes de defloramento um elemento que ajuda no julgamento do processo é o exame do corpo de delito, que traz características próprias do defloramento definindo se este ocorreu - ou não - na examinada.

Horários dos minicursos e das oficinas

	12/09	13/09	14/09
M1	13:00 às 15:30	13:00 às 15:30	
M2	13:00 às 15:00		
M3	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00
M4	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00
M5		13:00 às 15:00	13:00 às 15:00
M6	13:00 às 15:30	13:00 às 14:00	
M7	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00
M8	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00	
M9	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00
M10		13:00 às 15:00	13:00 às 15:00
M11	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00
M12	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00	13:00 às 15:00
O1	13:00 às 15:00		13:00 às 15:00
O2		14:00 às 15:30	13:00 às 15:30
O3	13:00 às 15:00		13:00 às 15:00
O4			13:00 às 15:00

Lançamento de Livros

Dia: 12 de setembro de 2018

Horário: 18:00h

Local: ICHCA

1. Título: O papel do revisionismo na crise do movimento comunista

Autor: Magno Francisco da Silva

Editora: Raízes da América

Ano: 2018

Resumo: A presente obra trata-se de um breve ensaio que tem como objetivo central analisar a crise do movimento comunista instaurada a partir da segunda metade do século XX. O ponto de partida da análise é o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e a repercussão do Relatório Krushev entre os partidos comunistas do mundo, incluindo o Brasil. O autor, influenciado especialmente por intelectuais e historiadores como Domenico Losurdo

e Grover Furr, trabalha com o conceito de revisionismo filosófico e historiográfico e pretende reabrir um debate que até então, pelo menos no Brasil, estava dado como encerrado.

2. Título: Heróis Descartados - A batalha de Stalingrado em versos

Autor: Talvanes Faustino

Editora: Clube de Autores (portal de auto publicação independente)

Ano: 2017

Resumo: Por meio de "Heróis Descartados" conheça a mais importante batalha da Segunda Guerra Mundial. No ano do aniversário de 100 anos da Revolução Russa, o poeta Talvanes Faustino autor de "Portal Da Escuridão Do Meu Olhar" "Amor Perfeito" entre outros livros. Entrega aos olhos dos leitores a perfeita união entre poesia e história. Através do amor de um soldado e de uma enfermeira, tenha um relato poético do sofrimento de soldados que em nome da ganância de líderes loucos. Lutaram até à morte seja por confronto armado, seja por fome, seja por ter de enfrentar um frio de 60 graus negativos. Embarque nesta aventura, você é meu convidado. Na parte "Outros Poemas" tenha acesso a outras obras do autor Talvanes Faustino.

3. Título: Cabeça Preta: pesquisas sobre a questão racial em Alagoas

Autores: Jeferson Santos da Silva, Sérgio da Silva Santos, Denivan Costa de Lima, Williem Silva de Freitas e David José Silva Santos (Orgs.)

Editora: Instituto do Negro de Alagoas (INEG)

Ano: 2017

Resumo: Através de temas como educação, ensino, currículo, religiões de matrizes africanas, identidade racial, mulheres negras, cultura rastafári, hip hop, dança, Capoeira e diáspora, esses pesquisadores apontam para a denúncia do caráter estruturante da raça e do racismo na sociedade brasileira e suas particularidades no Estado de Alagoas. Seus estudos não apontam apenas para a diversidade de manifestação da prática racista; a leitura do conjunto dos diferentes capítulos conduz o leitor para enxergar a raça e o racismo como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele [...]. Os trabalhos que compõem Cabeça Preta – pesquisas sobre a questão racial em Alagoas surge nesse momento histórico de recrudescimento do pensamento conservador na sociedade brasileira, caracterizado por suas intransigências, miopias e desqualificação dos debates sobre a questão racial, o que contribui para a permanência da dominação entre raças. Dessa forma, para esses intelectuais e ativistas negras e negros, a luta política torna-se mais árdua, pois pretendem demonstrar para a sociedade a dimensão da força da raça e do racismo nas mais diferentes áreas e campo social, como entrave para uma democracia mais completa, para se construir um lugar melhor para se viver, para fazermos, de fato, como observava Milton Santos, parte da nação brasileira.

4. Título: Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 - 1964)

Autor: Airon de Souza Melo

Editora: Imprensa Oficial Graciliano Ramos

Ano: 2018

Resumo: O presente trabalho discorre sobre o fortalecimento da classe operária têxtil em Alagoas entre os anos (1951-1964). Sua ascensão é percebida através da participação nos acontecimentos políticos e lutas de caráter econômico – greves e campanhas salariais – durante o período estudado e pelo protagonismo dos têxteis que através da experiência,

passam a conquistar vitórias e assumir o papel de vanguarda da classe trabalhadora alagoana (ao lado de petroleiros, portuários e do PCB) até o golpe de 1964. Detemo-nos a compreender o processo e condições de trabalho do proletariado têxtil porque sua vida na fábrica é uma dimensão do cotidiano e assim podemos compreender com maior propriedade suas demandas diárias.

5. Título: Travestis: carne, tinta e papel

Autor: Elias Ferreira Veras

Editora: Prismas

Ano: 2017

Resumo: Ao contrário do que encontramos na maioria dos escritos de historiadores, nesse livro os corpos se fazem presença, nele se faz o relato histórico do regime de corpos, dos modelos de corporeidade, das técnicas de produção corporal, das tecnologias de fabricação de corpos, que se fazem presentes e se modificam entre os anos setenta e oitenta do século XX, mais especificamente no Brasil e na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. Travestis: carne, tinta e papelfaz a história da produção de corpos transgressores, de corpos transgressivos, de corpos trans. Ele trata da emergência pública do sujeito travesti, de como esse lugar de sujeito foi produzido e habitado historicamente no Brasil. Redefinição do próprio conceito de travesti, que deixa de ser algo que se porta, que se veste, que se desfila com ele, para ir se tornando uma condição, um lugar de sujeito, um ser, uma identidade de gênero, que vai se deslocando do masculino para o feminino e que, mais recentemente é incorporada às identidades designadas como trans, de transição, de transversalidade, de atravessamento das fronteiras binárias definidas social e culturalmente para os sexos e para os gêneros (Durval Muniz de Albuquerque Júnior).

6. Título: Michel Foucault: ressonâncias contemporâneas

Autor: MARINHO, C. (Org.); VERAS, E. F. (Org.); SOUSA, A. A. P. (Org.); FERNANDES, D. G. (Org.); DAMASCENO, R. L. (Org.)

Editora: CRV

Ano: 2017

Resumo: Problematizar o presente constitui uma tarefa mais difícil e árdua do que, à primeira vista, se poderia pensar. Não tanto porque nosso presente histórico se mostre mais complexo e multifacetado do que já o foi um nosso passado não tão distante, embora isso não deva ser de todo desconsiderado. Com efeito, sem o menor desprezo pelo real e por suas vicissitudes, o gesto da problematização talvez requeira algo outro, ou algo mais do que a mera atenção aos traços, às especificidades e às idiossincrasias de nossa contemporaneidade; em todo caso, enfim, esse gesto talvez requeira algo como uma (mudança de) atitude, desde e mediante a qual a relação com qualquer tema ou assunto relativo à nossa realidade histórica no presente deve ser tensionada, ampliada e, sobretudo, colocada sob o signo do mais cruel e inquietante questionamento, por mais angustiante e incerto que isso possa parecer [...]. No sentido que se faz necessário problematizar a nossa atualidade, o presente livro, iniciativa oportuna do GEF – GRUPO DE ESTUDOS FOUCAULTIANOS/UECE, a partir de contribuições de diversos autores de distintos lugares do Brasil, explora, das mais variadas formas, potencialidades da obra de um dos pensadores mais acionados no mundo atualmente, Michel Foucault, tendo em vista, por um lado, a necessidade urgente e o portentoso desafio de compreendermos o que se passa em nossa pura atualidade, com que forças e problemas lidamos, e, por outro, o

imperativo de tecermos formas criativas e produtivas de nos havermos com os desafios e dilemas de nossa condição contemporânea (Sylvio Gadelha).

7. Título: ... como se fosse um deles: Almirante Aragão – memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de Ditadura e Democracia

Autor: Anderson da Silva Almeida

Editora: Editora da Universidade Federal Fluminense – Eduff

Ano: 2017

Resumo: O almirante Cândido da Costa Aragão foi um dos símbolos da resistência ao golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Seu nome tem sido esquecido, tanto nas cerimônias e almanaques oficiais da Marinha, como em outros registros de circulação mais popular. Irônico, porque este homem foi conhecido, no início dos anos 1960 – os do governo Goulart – , como o almirante do povo e, certamente por isso, em chave acusatória, como o almirante vermelho. Por meio da abordagem biográfica, a movimentada vida de Aragão, de soldado a almirante, é narrada pelo autor, preocupado com seus aspectos profissionais e pessoais, em todo o percurso. Até porque o exílio experimentado por Aragão esteve longe de ser um período de falta de atuação política. O livro elucida a trajetória de uma das figuras mais importantes daquele tempo e nos convida a refletir sobre a história recente do Brasil, sobre a ditadura e a democracia.

Simpósios Temáticos

Simpósio 1 – Ensino de História: diálogos, pesquisas e relatos de experiências acerca de uma disciplina “sob suspeita”

Coord. Dra. Lídia Baumgarten (UFAL), Dr. Antônio Alves Bezerra (UFAL)

Sessão I (12/09/18)

1. Educação quilombola em Alagoas.

Clara Suassuna Fernandes (UFAL)

Alagoas tem em seu território 69 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e nelas há 47 escolas do ensino fundamental e duas do ensino médio. O grande desafio para o Estado e municípios é a inexistência de profissionais qualificados quilombolas e que atuem nos espaços do ensino. Agregado a esse quadro o Estado tem um dos piores IDH do país, que reflete na qualidade de vida das pessoas e na educação. A Lei 10.639/03 implantada a partir do dia 09 de janeiro do referido ano, a partir da Conferência, em Durban-África do Sul, quando o Brasil se reconhece um país racista, foi criada com o objetivo de mudar o quadro de extermínio da população negra existente no país, em 2001. O compromisso estabelecido gerou a lei, acima citada, e as diretrizes norteadoras para a educação e para os centros de pesquisa. Hoje, depois de tantos anos, implantar nas escolas práticas que trabalhem com as questões negras ainda pode representar um desafio, por conta das resistências institucionais/pessoais e desconhecimentos das novas diretrizes. O objetivo da comunicação é apresentar o mapeamento das escolas localizadas em espaços remanescentes de quilombo e como foram feitas as formações para todos os profissionais que atuam nas instituições de ensino, assim como os entraves e avanços.

2. A representação dos povos indígenas no livro didático.

Ana Valéria Dos Santos Silva (UFAL)

A pesquisa analisa a representação dos indígenas nos livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental, que compreendem do 6º ao 9º ano, coleção Sociedade e Cidadania do autor Alfredo Boulos Junior, livros que são adotados pelas escolas públicas do estado de Alagoas. Inserida no currículo escolar por legislação, pensar como a cultura indígena é representada nesses livros auxilia a compreender como estes contribuem para que essa cultura seja identificada como primitiva, inferior ou atrasada através de discursos marcados pela colonialidade e como essas leituras podem ser entendidas pelos alunos. A pesquisa realiza uma análise do discurso e de imagens iconográficas dos indígenas presentes nesses livros de História com o objetivo de destacar como estes auxiliam na formação de estereótipos atribuídos a esses grupos. Examina também como a mulher indígena aparece e quais são os papéis atribuídos a ela, no sentido de problematizar as maneiras como esse material didático desenvolve discussões referentes à cultura e questões de gênero desse grupo social e como esses aspectos auxiliam na formação do que se entende por ser indígena na atualidade.

3. Opinião pública em disputa: analisando capas de revistas nas aulas de História.

José Augusto Ferreira da Silva (UFAL)

O presente trabalho consiste no aprofundamento de um debate surgido durante a realização de uma oficina sobre “Fotografia e música como formas de resistência”, desenvolvida em uma turma de 2º ano do ensino médio de uma escola pública da periferia de Maceió a qual o autor atuou na condição de integrante do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência). Quando, em um determinado momento, uma aluna problematizou a influência da mídia para a sociedade, através de imagens. A fala dela incentivou a equipe a desenvolver um último momento dessa oficina que consistiu num debate acerca do papel da mídia na sociedade, principalmente o de moldar a opinião pública. Usamos para isso capas de periódicos de grande circulação nacional como as revistas *Veja* e *IstoÉ* referentes a períodos eleitorais e pré-eleitorais onde as mencionadas revistas se posicionavam contra ou a favor de determinados candidatos, demonstrando o quanto a mídia pode ser imparcial ou no mínimo tendenciosa, para embasar o debate, levamos para a sala de aula o livro “O Quarto Poder” do jornalista Paulo Henrique Amorim que trata justamente do tema discutido. Um de nossos principais objetivos foi fazer os alunos perceberem as disputas políticas implícitas no nosso cotidiano.

4. A promoção da igualdade e da equidade de gênero no contexto educativo: o relato de uma experiência no ensino médio.

Irene Batista Lima (SEDUC)

Em nossa sociedade permanece a desigualdade e a falta de oportunidades relacionadas às questões de gênero. Discutir em sala de aula no Ensino Médio, o tema é uma oportunidade para refletir sobre a função e o papel da instituição escolar, pois a escola tem sido um espaço de reprodução de discursos que sustentam desigualdades, autoritarismos, violências, tão naturalizados nas relações atuais. O Projeto “Estudando a Representatividade Feminina: Os Desafios e As Conquistas” apresentam uma experiência desenvolvida com alunos do Ensino Médio da rede estadual alagoana com o estudo de textos, vídeos, entrevistas, a produção de vídeos com smartphones e a análise do discurso com mulheres atuantes em áreas onde ainda é reduzida a participação feminina. Os envolvidos no projeto avaliaram que as leituras, vídeos e entrevistas foram significativos para entender, valorizar, respeitar e contribuir na construção de uma sociedade mais igualitária entre os gêneros.

5. Voto consciente frente à herança oligárquica do “voto do cabresto” – um projeto didático desafiando estudantes do Ensino Médio.

Lílian Rouse Gomes Pinto Simplicio (SEDUC)

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência a partir da utilização de projeto didático como estratégia para abordagem histórica de temas como Democracia Representativa no Brasil e a importância do voto consciente. A metodologia para execução do mesmo constituiu-se de pesquisa bibliográfica específica que permitisse a análise dos temas propostos no cronograma de atividades; bem como, aulas dialógicas, exposições e debates entre os estudantes para avaliar a compreensão dos conceitos e aspectos pesquisados. A culminância do projeto contou com a simulação de “um dia de eleição presidencial”, no qual os estudantes puderam vivenciar a preparação das chapas, a criação e defesa de projetos políticos, as campanhas no interior da escola e o dia do voto. Ao longo destas etapas, verificou-se a crescente empolgação dos estudantes pela disciplina de História. Desse modo, o objetivo do

projeto foi contemplado, uma vez que cada estudante teve a oportunidade de se perceber como sujeito ativo nas decisões políticas do país em que vive.

6. Do virtual para o real: Mídias digitais no ensino de História

Jonathan Vieira da Silva (UFAL)

O objetivo principal desse trabalho é instigar sobre a visão do professor de história perante todas as mudanças sociais, e quais as suas possibilidades de uso, focando em três questões primordiais: O museu e os sites como ferramentas de apoio à pesquisa e à construção de uma pedagogia voltada para a autonomia, a relação entre o que é posto e o que é representado, tendo como foco o museu do Índio e o uso de documentos e fontes para além da pesquisa histórica.

7. Lei 10.639/2003: Planos e Execuções

Adriano José do Bomfim, Generva Maria Soares da Silva, Ruan Carlos Ferreira de Lima Albuquerque.

Nas escolas públicas no Brasil sempre se estudou a história e a cultura africana levando em consideração apenas o tema do negro como escravo. Para Anderson Ribeiro 2008, “ se, até meados dos anos 1990, a presença dos estudos africanos nos programas curriculares e nos livros escolares brasileiros pode ser considerada insignificante, o mesmo não pode ser dito do período subsequente”, entendemos, portanto, que a implementação da lei tem importância fundamental para a divulgação da história da África e dos africanos no Brasil. A partir da sistematização de dados coletados, por meio de pesquisas iremos explorar o tema na perspectiva política, cidadã e social, traçando um paralelo entre o Afrodescendente brasileiro e o estadunidense. Tomando por base a lei 10.639/2003 onde torna obrigatório o ensino de África nas escolas públicas e particulares no Brasil, discutiremos as dificuldades e as especificidades que perpassam sobre a implantação do ensino de história da África. Também discutiremos de que forma as escolas entenderam a importância da aplicação das orientações curriculares do ensino da história da África e dos africanos para os alunos da educação básica no Brasil e as metodologias adotadas para esta finalidade.

Sessão II (13/09/18)

1. História, passado e memória: leituras e aproximações.

Dehon da Silva Cavalcante (UFAL)

Este trabalho pretende colocar como objeto de discussão a história, o passado e a memória como campos independentes de exploração do conhecimento, mas que se inter-relacionam, aproximam-se e se distanciam a partir das leituras e narrativas que se faz do tempo e espaço, como também, dos sujeitos compreendidos nesta dinâmica. É necessário que se avance no conhecimento sobre esses temas relevantes no sentido de melhor compreender as ausências, os silêncios e os lugares que estão sendo ocupados pelas memórias na atualidade, como também as leituras e narrativas que se faz desse conjunto. Os distanciamentos sobre estes temas podem favorecer o não questionamento sobre quais memórias deveriam ser visíveis, seja na história, nas praças das cidades, em monumentos e até mesmo no imaginário das pessoas. De outra forma, as aproximações podem revelar os esquecimentos, sejam eles

intencionais ou não. O domínio sobre esta temática concorre para um ensino de história mais eficaz. Os estudos de David Lowenthal, Pierre Nora, Michael Pollak, Maurice Halbwachs, entre outros, serão utilizados como referências bibliográficas neste trabalho, pois contribuem para melhor elucidar estas questões.

2. Os livros de teoria e prática do ensino de história para os anos iniciais: uma (des) contribuição na formação do (a) pedagogo (a).

Marcondes dos Santos Lima (UFPB)

O objetivo do construto é esboçar uma análise de quatro livros de teoria e prática do Ensino de História para os anos iniciais do ensino fundamental destinados à formação inicial e continuada dos professores, a fim de problematizar se estes livros contribuem ou não na qualificação intelectual do docente que atua nos anos iniciais, considerando que se propõe a isto. Os livros de teoria e prática que neste estudo se constituem como fontes são: O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: metodologias e conceitos (HIPÓLIDO, 2009); Metodologia do ensino de história (VASCONCELOS, 2012); Nas trilhas do Ensino de História: teoria e prática (SILVA; PORTO, 2012) e Ensino de História para o Fundamental 1: teoria e prática (FERMIANO; SANTOS, 2014). Para a análise dos respectivos livros nos apropriamos do referencial teórico de estudiosos da área do Ensino de História, por exemplo, Circe Bittencourt (2009) e Jaime Pinsky (2009). Após a análise constatou-se que os conteúdos destes livros são frágeis quanto à teoria e à prática. Diante disto, é preciso que o professor dos anos iniciais exerça uma atividade de construção de sua autonomia intelectual e criatividade não se limitando à utilização de livros de teoria e prática.

3. Avaliação do desempenho docente: interface institucional e discente.

Raíssa Esther Ataíde de Freitas (UFAL)

O presente trabalho foi resultado de uma pesquisa de campo realizada em virtude da matéria de Planejamento, Currículo e Avaliação de Aprendizagem, e tem como objetivo visualizar e identificar a existência do processo de avaliação de desempenho dos docentes da Rede Pública Estadual de Ensino básico do Estado de Alagoas, sabendo que esta avaliação é prevista por Lei, além da análise dos mecanismos metodológicos e didáticos utilizados pelo(a) docente durante o processo de aprendizagem e produção do conhecimento, em específico nas aulas direcionadas ao nível médio. Tem como metodologia a utilização de artigos, pesquisa de campo, entrevistas orais e questionários sobre o funcionamento de um processo avaliativo dos(as) profissionais do ensino previsto na Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para a questão da melhoria da educação pública brasileira, procurando por meio dos dados apresentados, um índice para a reflexão do desempenho docente, concluindo a importância da avaliação do desempenho para o melhoramento do ensino básico na rede pública do Estado de Alagoas.

4. Formação Continuada de História - Uma experiência com os professores dos anos iniciais.

Erica Mali Rosas Silva (Semed)

A experiência a ser relatada é fruto dos encontros de Formação Continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió - Semed aos professores dos anos iniciais no

ano de 2015. A Formação tinha como proposta realizar reflexões didáticas e metodologias que repercutissem na prática diária das aulas de história dos anos iniciais com o objetivo de possibilitar a transposição das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – DCEF recentemente publicada na Rede e em fase de implantação neste período. Foram realizados sete encontros de formação, no período de abril a dezembro/2015 e o público da formação eram professores do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. O planejamento da Formação partiu de uma avaliação das DCEF, realizada pelos professores, que apontou a necessidade de orientá-los sobre a prática e as metodologias no ensino de história e as pautas dos encontros foram planejadas seguindo essa necessidade.

5. A BNCC e o Ensino de História para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Andréa Giordanna Araujo da Silva (UFAL)

Neste construto, à luz das discussões sobre a função do saber escolar e do ensino da história no Brasil, analisamos a proposta para o ensino de história definida para os anos iniciais do Ensino Fundamental na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) e seus possíveis efeitos na formação das crianças. Neste sentido, realiza-se a análise crítica da última versão do documento, que passou a ser implantado nas escolas brasileiras no mês de maio de 2018. Assim, utilizou-se de entrevistas e debates públicos, disponíveis em ambientes virtuais, e de produções acadêmicas para conhecer o percurso histórico de construção da BNCC, os sujeitos envolvidos na sua elaboração e os procedimentos e instrumentos utilizados para coleta de informações e configuração do texto final. Por conseguinte, apresenta-se a análise crítica realizada sobre os conteúdos das “unidades temáticas” e dos “objetos de conhecimentos”, definidos como necessários à formação da criança (direito de aprendizagem).

6. Formação da consciência histórica: desafios e possibilidades em tempos de escola sem partido e BNCC.

Lídia Baumgarten (UFAL)

A presente comunicação apresenta algumas reflexões acerca da compreensão sobre o ensino de História, suas relações entre passado e presente, a relação com a vida cotidiana, a formação da consciência histórica de alunos e de professores da educação básica e suas relações com o processo ensino-aprendizagem que acontece no interior da sala de aula e também fora dela. Como professora de Prática de Ensino de História e Estágio Supervisionado, um questionamento inicial se faz necessário: Por que e para que se deve ensinar História na escola? À medida que procuramos compreender como o ensino de História tem sido desenvolvido na sala de aula e quais as apropriações dos alunos acerca dos conteúdos de História, algumas inquietações e indagações nos vem à mente, tais como: O aluno vem produzindo o seu próprio conhecimento? As escolas e os professores da rede pública têm levado em consideração a prática social do aluno e a cultura escolar? Considerando que trabalham com livros didáticos de História, na maioria das vezes, como único recurso didático, e que têm os mesmos conteúdos sugeridos para os anos do Ensino Fundamental e Médio, esse conteúdo tem sido adaptado aos currículos de cada escola? Considerando o discurso da possibilidade de adaptação ao currículo das escolas e a autonomia do aluno, mas que é algo imposto e tem uma característica de massificação do ensino, de ensinar os mesmos conteúdos a todos os alunos, sem se levar em conta a especificidade, as particularidades, os traços culturais de cada aluno e a cultura escolar de cada lugar/escola, especialmente com a implementação da BNCC; o que significa para os professores, tanto recém-formados quanto

aqueles que já se encontram lecionando há algum tempo nas escolas, ensinar história em tempos de escola sem partido e da BNCC? Levando em consideração as diferentes atribuições e atividades as quais os professores têm de cumprir e, por isso, eles têm dificuldades de preparar aulas mais criativas, utilizando diferentes metodologias/linguagens, sentem-se desmotivados, dificilmente conseguem se atualizar e se capacitar e acompanhar as transformações da sociedade que se refletem no ensino, quais as reais condições que eles têm de planejar suas aulas, utilizando diferentes linguagens, bem como de desenvolver pesquisas? Estes são alguns questionamentos e inquietações que nos instigam a refletir e a buscar caminhos alternativos e significativos para o ensino de História nas escolas brasileiras, na atualidade, em especial no Estado de Alagoas. Em face disso, destacamos que é primordial que o ensino de História possibilite novas práticas em aulas de História, propiciando novas formas de apropriação e aprendizado dos conteúdos de História que contribuirão para a formação da consciência histórica crítico-genética (Rüsen, 1992).

Simpósio 2 – História e Imagens na História Cultural

Coord. Ms. Ana Beatriz Bezerra de Melo (UNINASSAU), Ms. Roseane Monteiro Virgínio (UFAL).

Sessão I (12/09/18)

1. Aura e constelação na alegoria de Clio: a imagem da História e as possibilidades do cinema na obra de Walter Benjamin

Cléberton Luiz Gomes Barboza (UFAL)

O presente trabalho tem por objetivo investigar, na obra de Walter Benjamin, a relação entre história e cinema. A conexão é visada no possível entrelace de dois textos fundamentais do filósofo, “Teses Sobre o Conceito de História” e “A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica”. A concepção de história benjaminiana é atravessada pela noção de catástrofe e constelação. Para Benjamin, não sem abrir mão do materialismo histórico, chama atenção para uma história vista de baixo – concebe, através da luta de classes, que a história dos vencidos compõe uma constelação cuja imagem chama os oprimidos de hoje para a transformação. As críticas de Benjamin à sociedade já marcada pela técnica no começo do século XX trazem a queda da aura artística e a difusão de cópias para uma então cultura de massas. O cinema aparece como um desses meios de cultura destituída de aura, mas que é visto por Benjamin como veículo de grande poder, tanto para a alienação quanto para a emancipação das massas. Se é certo que a constelação da história chama a emancipação e o cinema pode ser uma via emancipadora, o pensamento de Benjamin se faz urgente como grito ao historiador, enquanto abertura para o aparecer da constelação, quanto do artista e do cinema, enquanto alegoria da catástrofe e do sentido politizador. Espera-se, assim, mostrar o pensamento de Benjamin como marco importante para a historiografia e como reflexo ativa para a politização da arte, clamada pelo filósofo em tons messiânicos contra o fascismo que assolava a Europa de seu tempo. O messias é a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Walter Benjamin, aura, constelação, história, cinema.

2. O poder do cinema de propaganda: uma análise do filme O Encouraçado Potemkin (1925).

Matheus da Silva Cunha (UFAL)

Desde longínquos tempos o ser humano utiliza imagens para representar, de forma fantasiosa ou não, a sua realidade. Pinturas rupestres, o teatro das sombras dos chineses, a chamada “câmara obscura” no Renascimento e a lanterna mágica pavimentaram, por assim dizer, o caminho até o cinema. Do Paleolítico ao século XXI, as imagens constituem uma importante representação cultural de uma sociedade. De acordo com Peter Burke, o campo do historiador cultural é o da “preocupação com o simbólico e as suas interpretações”, sendo a sétima arte parte disso. Além do mais, a propaganda política insere-se na construção histórica e sociocultural dos povos, haja vista que é utilizada para legitimar governos. Nesse sentido, o presente trabalho propõe-se a analisar a utilização desta na formação e na busca pela consolidação da URSS através da disseminação da ideologia marxista-leninista, utilizando o filme *O Encouraçado Potemkin* (1925) de Serguei Eisenstein como fonte histórica, além de trabalhos que elucidam tanto a temática do cinema quanto da propaganda de forma crítica. Conclui-se, pois, que a obra é uma das mais importantes dentro da cinematografia propagandista e reflete as principais técnicas empregadas para a prática da propaganda. Palavras-chave: URSS. Cinema. Propaganda.

3. De figurantes à protagonistas: imagens femininas na Guerra dos Cabanos (Alagoas-Pernambuco 1832-1850).

Ismélia da Penha Balduce Tavares (UFAL)

Este estudo coloca em contraposição duas imagens construídas pela historiografia cabana (Guerra dos Cabanos -1832 a 1850) para representar o papel das mulheres na história. Uma delas é a imagem de figurante que tem sido predominante; a outra é a imagem de protagonista, ou seja, aquela que incide sobre as formas da efetiva participação histórica das mulheres nos movimentos sociais. Particularizo a historiografia sobre a Guerra dos Cabanos, mostrando como as imagens do protagonismo feminino ainda são residuais. A historiografia não evidenciou o papel das mulheres nesse conflito. Entretanto, as fontes históricas (inventários, ofícios, correspondências, assuntos eclesiásticos) apresentam indícios da atuação feminina na sociedade e na economia local, na luta cotidiana ao lado dos homens, na defesa da terra e roçados. Destaco como as imagens das mulheres protagonistas estão gradativamente ocupando os espaços da produção historiográfica internacional, nacional, regional. Este estudo insere-se no campo da História Cultural e tem como orientação metodológica “as imagens dialéticas”, ou a “arte de escrever a história com imagens”, de Walter Benjamin. O que se pretende é trazer à luz essas mulheres que transitam em silêncio na historiografia cabana, para que não sejam esquecidas e vencidas mais uma vez.

Palavras-chaves: Mulheres. Protagonistas. Guerra dos Cabanos.

4. Discursos Históricos: os fabricos dos campos historiográficos de Marc Bloch (1886-1944) e Michel de Certeau (1925-1986).

Leonardo Rodrigues Simião Pereira (UFAL)

Esta comunicação apresenta um estudo comparativo entre os campos historiográficos dos historiadores Marc Bloch e Michel de Certeau, distinguindo suas temáticas, temporalidades, métodos, lugares de fala, singularidades e possíveis interditos. O mesmo visa contribuir com a área de fabricação e entendimento da História, tendo em vista a necessidade de se pensar e refletir as necessárias performances, reflexões e contribuições do que vem a ser a epistemologia da História e o papel atuante do historiador. Como processar a relação entre passado, presente e futuro, bem como a busca de verdades, investigação de erros e falácias à credibilidade do rigor e atribuição do investigador, que não julga ou mergulha em

apontamentos anacrônicos ao investigar as fontes, vestígios e rastros do fato que adveio e não pode ser ressuscitado tal qual aconteceu? A análise historiográfica permite sondar fragmentos de suas produções, locais de legitimação, olhares e discursos, assim como suas perspectivas posturas mediante à politização e atuação do saber historiográfico frente ao tempo e homens. Palavras-chave: campos historiográficos, Marc Bloch, Michel de Certeau.

5. O Gabinete do Dr. Caligari – reflexões sobre uma sociedade em crise.

Nara Machado Gonçalves de Andrade (UFAL)

O Tratado de Versalhes (1919), imposto pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), coloca a Alemanha como a principal instigadora da guerra, punindo-a de maneira mais severa do que as outras nações, deixando seus cidadãos desgostosos, com um sentimento de revanchismo. Durante o período conhecido como a República de Weimar (1919-1933) a Alemanha passa por um momento de crise, fazendo com que os cidadãos alemães questionassem seus governantes. Cada sociedade tem sua maneira de expressar seus medos e insatisfações, uma das formas utilizadas pelos artistas alemães foi através das películas produzidas dentro do movimento Expressionista alemão no cinema. O presente trabalho tem o objetivo de analisar a sociedade alemã no período entre a Primeira e a Segunda Guerra (1919-1933) através do filme O Gabinete do Dr. Caligari (1920), do diretor Robert Wiene.

Sessão II (13/09/2018)

1. Retratos de culturas comunais: apropriações historiográficas.

Arrisete Cleide de Lemos Costa (UFAL)

A Experiência a ser relatada é fruto dos encontros de Formação Continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió - Semed aos professores dos anos iniciais no ano de 2015. A Formação tinha como proposta realizar reflexões didáticas e metodologias que repercutissem na prática diária das aulas de história dos anos iniciais com o objetivo possibilitar a transposição das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – DCEF recentemente publicada na Rede e em fase de implantação neste período. Foram realizados sete encontros de formação no período de abril a dezembro/2015 e o público da formação eram professores do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. O planejamento da Formação partiu de uma avaliação da DCEF realizada pelos professores que apontou a necessidade de orientá-los sobre a prática e as metodologias no ensino de história e as pautas dos encontros foram planejadas seguindo essa necessidade.

2. Flashbacks da perseguição cristã às religiões de matriz africana e a resistência negra.

Maria Carolina Lins da Costa Silva (UFAL)

O presente estudo faz uma análise iconográfica da capa do disco Esú, do rapper Diogo Moncorvo, mais conhecido como “Baco Exu do Blues”, e tem como objetivo discutir questões referentes à intolerância cultural no Brasil. Entre essas questões enseja-se entender como se deu a imposição do cristianismo e a sua influência na perseguição às expressões culturais e religiosas não ocidentais (especificamente manifestações com descendência africana) e a resistência dos mesmos. Para isso é necessário regressar ao passado por intermédio de movimentos metodológicos de flashbacks para entender como ocorreu tal

processo histórico. Discute-se ainda o significado dessa imagem na contemporaneidade, onde é possível observar a crescente busca pela afirmação de uma ancestralidade marginalizada, através da contribuição do movimento negro e também das intervenções artísticas, como por exemplo, o objeto/fonte de investigação para este estudo.

Palavras-chaves: Cultura. Intolerância religiosa. Resistência.

3. História em Quadrinhos (HQs): repercussões das imagens de um Natal pro Papa Capim.

Marcus Vinicius da Silva Santos (UFAL)

Esta comunicação avalia o uso da História em Quadrinhos (HQs) como fonte iconográfica, assim como problematiza a influência das HQs na formação dos estereótipos sobre a cultura indígena. Estas ideologias e ações sempre são determinadas por quem as cria? Quais são suas influências? A quem servem? Como repercutem socialmente? Para responder a estas questões, recorto e analiso por meio do método indiciário a tira intitulada “Um natal pro Papa Capim”, da Revista Chico Bento, do cartunista brasileiro Mauricio de Souza. Desta Maneira, problematizo como este tipo de documentação pode ser compreendida sem o uso do texto, e por que são mais facilmente absorvidas pelo espectador e pensá-la como pode ser usada como fonte histórica.

Palavras-chaves: Estereótipos, HQ, Cultura indígena.

4. Retratos Da Morte: uma análise das representações da morte nas obras de Andy Warhol e Edvard Much.

Márcia Oliveira Gama (UFS)

Sendo a morte um acontecimento que é tão comum à natureza humana e social é importante abordar essa temática para colocar em destaque um assunto que interessa a todos os seres vivos, uma maneira de retratá-la é através da arte. A arte é uma forma de expressão, consequentemente de comunicação, ao representar a morte em seus trabalhos os artistas estão ajudando a quebrar o tabu estabelecido em suas relações. Dois artistas cujas obras representam constantemente a temática da morte em suas obras são Andy Warhol e Edvard Munch. O objetivo deste trabalho é analisar as representações da morte presentes nas obras dos artistas referidos, utilizando o conceito de representação da História Cultural de Pesavento e o método de análise de imagem de Martine Joly, no qual a imagem é considerada uma linguagem com signo, significante e significado com a função de transmitir uma mensagem ao receptor, dessa forma podemos entender melhor a mensagem que esses artistas quiseram passar ao seu público, ajudando a desmistificar os significados que gira em torno da morte.

5. As fontes audiovisuais e os indícios de uma Arquitetura de interior nos filmes: Que horas ela volta (2015) e A negra de... (1966).

Roseane Monteiro Virginio (UFAL)

Esta comunicação tem o intuito de retratar a relação Cinema e História pela perspectiva do historiador francês Marc Ferro (2010). Dessa forma, as coordenadas desta pesquisa tende ao cinema como fonte histórica. Ou seja, a possibilidade de investigar a sociedade por intermédio de películas. Neste sentido, iremos analisar os espaços residenciais de personagens dos filmes Que Horas Ela Volta (2015) de Anna Muylaert e A Negra de... (1966) de Ousmane Sembène, com o intuito de compreender a ligação patrão/empregada através da arquitetura de interiores.

Baseada em uma análise descritiva dos planos cinematográficos e por intermédio do paradigma indiciário guinzburguiano. Sendo assim, esta comunicação procura reafirmar o papel das fontes audiovisuais como fontes históricas.

Palavras-chave: Fontes Audiovisuais. Arquitetura de interiores. Empregadas Domésticas.

Simpósio 3 – História, memória museologia: processos de investigação e prática cultural nos espaços.

Coord: Dra. Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso (UFS), Ms. Priscila Maria de Jesus (UFS)

Sessão I (12/09/2018)

1. Estudo da acessibilidade do museu da polícia militar de Sergipe.

Amanda Suelen dos Santos Freire (UFS)

O presente trabalho tem como objetivo investigar a acessibilidade física e comunicacional do Museu da Polícia Militar de Sergipe (MPMSE). Este museu fica localizado em São Cristóvão SE, no centro da cidade. De acordo com o site institucional, o Museu MPMSE foi criado em 1969 no Quartel do Comando da Polícia Militar em Aracaju e tem como missão principal preservar e divulgar a memória, a história e a cultura material da Polícia Militar de Sergipe. O foco da pesquisa é investigar se o MPMSE está garantindo acessibilidade a todos os tipos de público e, principalmente, às pessoas com deficiência física. O trabalho de investigação busca compreender não só as condições físicas deste museu, como também compreender se a proposta da expografia ali apresentada também colabora para tornar o acervo em exposição acessível. De acordo com a concepção do conceito de Desenho Universal, entende-se que a exposição deve ser acessível, intuitiva, de fácil uso. Mas principalmente, que a comunicação expográfica esteja clara a todos. Portanto, para que os museus sejam acessíveis ou tenham uma acessibilidade aceitável, precisam oferecer serviços que possam ser utilizados por qualquer pessoa.

2. Visitar para conhecer e a cultura da nossa cidade aprender: Ação Educativa no Museu de Arte Sacra de Laranjeiras.

Cleciane Silva dos Santos Soares (UFS)

O presente projeto tem como objetivo apresentar ao Museu de Arte Sacra de Laranjeiras uma atividade voltada para ação educativa que trabalhe a cultura, tradição, história e o sincretismo religioso que agrega aos costumes populares, como meio de estudo sobre o acervo sacro do museu. Com a meta de obter conhecimento e experiência na área da museologia. A museologia e o museu fazem parte do patrimônio material e imaterial no que tange à tradição cultural da cidade, por estar compreendido no âmbito da história e da memória relacionado a cada objeto na salvaguarda do guardião da história da cidade. Então, o museu é o lugar de pesquisa, de ação educativa, de salvaguarda, de memória e de estudo. Portanto, através desta atividade acadêmica o discente do curso de museologia por meio da teoria poderá colocar em prática o que aprendeu em sala de aula por meio da atividade da ação educativa voltada para a museologia onde fortalecerá e contribuirá para o plano de atividades executado pelo a instituição.

3. Mediação cultural e o museu Galdino Bicho: primeiras análises.

Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso (UFS)

Esse texto trata de uma análise da exposição de longa duração do Museu Galdino Bicho. Museu histórico localizado nas dependências do IHGSE que trata de fragmentos da história e da cultura de Sergipe. A proposta tem por objetivo analisar o processo de mediação e aprendizagem executados pelo Museu. Como procedimento metodológico a pesquisa irá se servir da revisão bibliográfica, análise descritiva da exposição e do processo de mediação desenvolvido pelo museu. Uma exposição dita tradicional pode deixar de o ser se existir uma programação educativa que proponha uma monitoria, mediação questionadora, reflexiva, discursiva, se as legendas ou etiquetas sugerirem inovações e se transmitirem mais que informações técnicas. Assim as ações educativas diretas, ou seja, aquelas que foram programadas e pensadas para grupos e públicos específicos são processo que colaboram para a interatividade e aprendizagem dentro do museu. As ações culturais e educativas e as mediações pensadas para o Galdino Bicho quando acionadas podem também servir de instrumento colaborativo da comunicação das exposições. As monitorias ou mediações culturais também podem ser um meio importante no processo de didatizar e criticar o conteúdo narrativo das exposições consideradas tradicionais.

4. Estudo da acessibilidade dos museus de Laranjeiras: uma investigação.

Dayane Félix Andrade (UFS)

A pesquisa intitulada “Estudo da acessibilidade dos museus de Aracaju e de Laranjeiras: uma investigação” foi iniciada no começo do mês de agosto de 2017, sendo desenvolvida nas cidades de Aracaju e Laranjeiras. A pesquisa foi dividida em dois planos de trabalho: museus da cidade de Aracaju e os museus da cidade de Laranjeiras. O relatório em questão trata do plano de trabalho relacionado aos museus e instituições culturais da cidade de Laranjeiras. Considera-se que atualmente a cidade de Laranjeiras é atração turística por conta do seu conjunto arquitetônico e paisagístico além do patrimônio imaterial que preserva. A cidade tem atualmente cinco museus e para que eles possam acolher todos os visitantes faz-se necessário a implantação de políticas de capacitação dos funcionários e estagiários dessas unidades culturais para que, mesmo com os impedimentos provocados pelo espaço físico, seja promovido o máximo de inclusão social e cultural possível. Os resultados indicam que as instituições culturais não estão preparadas para receber pessoas com deficiências, necessidades especiais ou mobilidade reduzida. As instituições contam com uma falta de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e de formação de um corpo de profissionais capacitados para trabalhar nos museus com todos os tipos de público.

5. Estudo das ações culturais dos museus de Laranjeiras.

Edilene Rodrigues Guimarães (UFS)

Este estudo tem como objetivo principal realizar reflexões em torno das ações educativas e culturais desenvolvidas nos museus de Laranjeiras/SE durante o período de junho a outubro de 2018. Este artigo irá apresentar dados parciais porque a pesquisa se encontra no início das suas atividades. Trata-se de uma análise sobre os resultados obtidos durante a execução projeto de extensão: Brincando com o Folclore Sergipano". A finalidade do projeto de extensão é compreender se os museus de Laranjeiras estão desenvolvendo ações culturais e

educativas e a partir da realidade encontrada promover oficinas para a construção de projetos de educação patrimonial e inventários educativos. Laranjeiras tem atualmente cinco museus, dentre eles estão o Museu de Arte sacra, o Museu Casa de Folclore Zé Candunga, Casa de Cultura João Ribeiro, Museu Afro brasileiro de Sergipe e Museu Filhos de Obá. Os procedimentos metodológicos adotados para este estudo estão sendo: a pesquisa bibliográfica sobre patrimônio de Laranjeiras e educação nos museus, além de entrevistas com os funcionários dos museus e dos resultados das oficinas aplicados no projeto de extensão. Pretende-se com essa pesquisa contribuir com o campo investigativo sobre as ações culturais e educativas nos museus.

6. Estudo das ações educativas dos museus de Laranjeiras: algumas reflexões.

Erica Cristina Pereira de Souza (UFS)

Este estudo tem como objetivo principal realizar reflexões em torno das ações educativas e culturais desenvolvidas nos museus de Laranjeiras/SE durante o período de junho a outubro de 2018. Este artigo irá apresentar dados parciais porque a pesquisa se encontra no início das suas atividades. Trata-se de uma análise sobre os resultados obtidos durante a execução projeto de extensão: "Brincando com o Folclore Sergipano". A finalidade do projeto de extensão é compreender se os museus de Laranjeiras estão desenvolvendo ações culturais e educativas e a partir da realidade encontrada promover oficinas para a construção de projetos de educação patrimonial e inventários educativos. Laranjeiras tem atualmente cinco museus, dentre eles estão o Museu de Arte sacra, o Museu Casa de Folclore Zé Candunga, Casa de Cultura João Ribeiro, Museu Afro brasileiro de Sergipe e Museu Filhos de Obá. Os procedimentos metodológicos adotados para este estudo estão sendo: a pesquisa bibliográfica sobre patrimônio de Laranjeiras e educação nos museus, além de entrevistas com os funcionários dos museus e dos resultados das oficinas aplicados no projeto de extensão. Pretende-se com essa pesquisa contribuir com o campo investigativo sobre as ações culturais e educativas nos museus.

7. As ações educativas dos museus de Laranjeiras: uma investigação.

Gisele Pacheco (UFS)

A presente pesquisa tem como objetivo discutir a produção dos projetos de ação cultural e educativa dos museus de Laranjeiras/SE. Como o projeto está em andamento serão apresentados dados parciais. Trata-se da análise dos dados resultantes da aplicação de um projeto de extensão intitulado: "Brincando com o patrimônio sergipano" que visa realizar um diagnóstico das ações educativas dos museus e a partir da realidade encontrada propor oficinas de programas educativos e de projetos culturais para serem executados nos museus. O patrimônio encontrado nos museus laranjeirenses, mais precisamente no Museu de Arte Sacra, Casa de Cultura João Ribeiro e na Casa de Folclore Zé Candunga, representam a importância cultural e histórica desta cidade. Os procedimentos metodológicos adotados para este estudo estão sendo: a pesquisa bibliográfica, entrevistas e estudo dos resultados das oficinas aplicadas. Nesta comunicação pretende-se discutir a função social dos museus, o museu enquanto instituição de educação não formal e a potencialidade dos museus de Laranjeiras/SE. Pretende-se com essas ações de extensão capacitar funcionários, estagiários, alunos do curso de Museologia e interessados na promoção das ações culturais e educativas e compreender o alcance dessas ações na comunidade do entorno dos museus.

Sessão II (13/09/2018)

1. Estudo da acessibilidade dos museus de Aracaju: uma investigação.

Lorena Sayonara de Jesus Santos (UFS)

O Estudo da acessibilidade nos museus de Aracaju e Laranjeiras: uma investigação, consiste em uma análise da situação de instituições museais das cidades citadas, a fim de que sejam identificados os principais problemas e barreiras para a promoção da inclusão social nos museus. O museu como uma instituição de educação não formal deve proporcionar acesso a todos os tipos de público. O presente trabalho está em desenvolvimento para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica 2017/2018, e busca entender as questões que definem estas situações junto aos gestores dos museus, e além de conhecer a realidade vivida hoje nos museus, saber dos planos e perspectivas de futuro de cada um destes lugares. A pesquisa leva em conta as peculiaridades de cada um destes locais e entende as questões que os diferem nesta temática, como por exemplo: tipologia de acervo, órgão gestor, funcionar ou não em um prédio tombado, ter sido pensado para ser museu ou ter sido adaptado de uma outra função, entre outros fatores determinantes. O estudo foi dividido entre duas bolsistas e cada uma ficou responsável pelas instituições de uma das cidades, neste relatório constam as informações acerca das instituições pesquisadas na cidade de Aracaju-SE.

2. Conectando ideias: um diagnóstico de comunicação nos museus de Sergipe.

Joana Angélica Rocha Prado (UFS)

A discussão sobre inovação tecnológica e gamificação tem permeado o universo acadêmico por um bom tempo, no entanto, quando aplicado ao setor museal brasileiro, notadamente sergipano, ainda é incipiente. Desta forma, com objetivo de entender a prática do uso das novas tecnologias no campo museológico como ferramentas lúdicas no processo de gamificação no espaço expográfico, o presente projeto surge como uma alternativa criativa para o diagnóstico do setor museal sergipano e parte para a possibilidade de inserção tecnologias de baixo custo nesses espaços, para que proporcionem uma interatividade do público e acervo, caracterizando, assim, a comunicação. Dentro da perspectiva museológica a utilização dessa ferramenta estratégica dos games neste universo aglutina todos os conceitos dos teóricos da museologia. Necessariamente a internalização dessa conduta tanto no plano museológico quanto no corpo de funcionários fará com que haja uma progressão referente à dinâmica pretendida da ação.

3. Os museus em época de crise: um panorama do cenário brasileiro.

Priscila Maria de Jesus (UFS)

Os museus, ao longo do tempo, têm se reinventado e desvelado novas abordagens no processo de comunicação com o seu público. Enquanto instituições culturais podem desempenhar funções diversas, seja a nível de informação, educativa, socialização e lazer. Apesar de sua historicidade percebe-se uma constante no que se trata da destinação de recursos para o setor museal, quando analisamos o contexto econômico, sobretudo na América Latina, pois estes geralmente são os primeiros a terem seus recursos cortados sucateando seus serviços prestados para a comunidade. Assim, o que se pretende é fazer uma análise desse fenômeno, bem como os impactos para setor e o profissional de museus.

4. Ações de conservação preventiva e documentação museológica no Museu Afro-brasileiro de Sergipe.

Sura Souza Carmo (UFS)/Lanny Liese Nunes Freitas Cerqueira (UFS)/Stella Nascimento da Rocha - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

O presente artigo tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas em ação de extensão no Museu Afro-Brasileiro de Sergipe relacionadas à conservação preventiva e documentação museológica, demonstrando a importância de tais atividades técnicas para a execução de práticas lúdico-pedagógicas diversas. A ação tem por objetivo geral realizar ações de conservação preventiva e atualizar a documentação museológica do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe com o envolvimento da comunidade. É imprescindível que todos os profissionais de uma instituição museológica conheçam noções básicas de conservação preventiva, pois podem comunicar, ao profissional responsável, qualquer problema visualizado no acervo ou no edifício. A documentação deve ser realizada por um museólogo, entretanto, a população deve ser um participante ativo no processo de recolhimento de informações de um objeto musealizado. Desta maneira, o artigo aborda as maneiras de aproximar a população de Laranjeiras das atividades técnicas de conservação preventiva e documentação museológica no Museu Afro-brasileiro de Sergipe.

5. Documentação museológica da Casa de Cultura João Ribeiro: práticas e métodos.

Ranielle Menezes de Figueiredo (UFS) / Mayanna Pinheiro de Souza (UFS) / Madjer Costa Souza Cesar (UFS) / Douglas Santos Neco (UFS)

O presente trabalho tem por finalidade apresentar alguns resultados das atividades desenvolvidas por meio do projeto de extensão "Documentação museológica da Casa de Cultura João Ribeiro-CCJR". O mesmo tem por objetivo entender quais procedimentos documentais foram adotados na CCJR, localizada na cidade de Laranjeiras/SE, além de auxiliar na criação e implantação de um guia de documentação, com base em práticas e reflexões vindas da Teoria da Documentação. A CCJR possui uma diversidade de acervo que requer uma amplitude de descrição e organização, necessitando de metodologias que possibilitem uma recuperação rápida e eficiente da informação. Até o momento foi executado um plano de ação pautado em leituras sobre a temática, análise da documentação existente no museu e arrolamento do acervo. Compreendendo que essas ações são extremamente necessárias dentro do estado de urgência ao qual o museu se encontra. Assim, este trabalho põe em pauta a importância do papel da Museologia, juntamente com o trabalho do museólogo, no processo de preservação da história e da memória dentro dos museus, que infelizmente sofrem perdas imensuráveis causadas, em sua maioria, devido à falta deste profissional e da realização dos procedimentos museológicos, os quais são indispensáveis para o fortalecimento de um museu, resultando na salvaguarda do acervo.

6. O museu como espaço de aprendizagem de Sociologia.

Igo Roberto Moreno Marques da Silva (UFAL)

É indiscutível que exista a conformidade de que no atual Sistema Educacional Brasileiro, a principal tarefa da escola é ampliar nos alunos a capacidade de pensar e de tomar decisões, o que significa ir muito além do reproduzidor de conhecimento. E, para desenvolver esse conjunto

de ideias, é preciso criar espaços e buscar, ambientes para além da sala de aula, onde se percebe na maioria das escolas um ambiente fechado para construção dessa capacidade cognitiva, ou seja, sala de aula, professor, aluno e conteúdo. Contudo, pensar em planejamento interdisciplinar da sala de aula e objetivando como alternativa os museus, muitas vezes visto pelos alunos e professores como uma forma de escape na rotina da aula teórica, pode ser aproveitado pelos docentes para desenvolver atividades de sociologia mais significativa para os alunos. A problemática das relações entre escola e cultura é inerente a todo processo educativo. Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa. A reflexão sobre esta temática é co-extensiva ao próprio desenvolvimento do pensamento pedagógico. Não se pode conceber uma experiência pedagógica “desculturizada”, em que a referência cultural não esteja presente. Nesse sentido, entende-se que a escola não deve ser pensada como uma relação distante da cultura ou como dois polos independentes, mas sim como um conjunto articulado, valorizando os espaços onde a cultura esteja presente e sendo válido relacionar o museu como espaço escolar para a superação da experiência pedagógica “desculturizada”, levando em consideração sua importância para a cultura e a educação. Isso posto, demonstra a importância desses espaços para o desenvolvimento da educação e da cultura, porém, na prática, percebe-se a desvalorização e posteriormente que poucos têm acesso regularmente desses lugares e muitos menos ainda os exploram enquanto recursos para a ampliação das suas práticas educacionais, principalmente as áreas de ciências humanas, especialmente em sociologia.

7. Memorial Pontes de Miranda: Revivendo o passado através de processos trabalhistas.

Jose Airton Abagaro de Oliveira Neto (UFAL)

Nessa apresentação, pretendo falar sobre a experiência de um ano como estagiário no Memorial Pontes de Miranda do TRT Alagoas, abordando desde a necessidade de uma releitura sobre o papel dos museus na sociedade e sua função de espaço de educação para todas as idades. Além dessa análise, pretendo falar também sobre o rico trabalho de pesquisa que está sendo desenvolvido pela equipe do Memorial, através do tratamento, manuseamento, higienização, catalogação, esquematização e montagem do banco de dados online dos processos trabalhistas de Alagoas da década de 40 até o final da década de 70.

Sessão III (14/09/2018)

1. A importância da cultura popular para a construção de memória: coleção maracatu.

Lara Jordana Lima da Silva (UFAL)

A pesquisa tem como objeto de estudo a Coleção Maracatu enquanto manifestação cultural e popular inserida no acervo do Museu Théo Brandão. O trabalho focaliza a importância da valorização e preservação desta e outras coleções enquanto elementos essenciais para construção da memória histórica, ao mesmo em que dá visibilidade ao papel histórico e influência que grupos marginalizados e colocados à margem da sociedade desempenharam na formação cultural do país, tendo suas tradições ressignificadas e dissociadas de seu contexto, vistas apenas como folguedos, sendo um exemplo desse processo o maracatu. Dessa maneira, destaca-se a relevância que espaços como o Museu Théo Brandão têm para a preservação dessas memórias, uma vez que constituem seu acervo peças elaboradas por artistas locais e elementos da cultura popular.

Palavras-chave: Maracatu; Cultura; Museu Théo Brandão.

2. Máscaras carnavalescas e o acervo do Museu Théo Brandão: uma análise parcial sobre a trajetória dos bobos de Tatuamunha na instituição e sua posição enquanto elementos memoriais, do costume e da cultura popular alagoana.

Williams Machado da Silva (UFAL)

O trabalho buscou compreender parte das trajetórias das máscaras carnavalescas presentes na reserva técnica do acervo do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore, destacando, sobretudo, as peças referentes às manifestações dos “bobos de carnaval” da região de Tatuamunha, localidade pertencente ao município de Porto de Pedras, litoral alagoano. Para recolhimento e discussão das informações que envolvem tal fenômeno, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com determinados funcionários do museu, principalmente com o ex-museólogo José Carlos da Silva, membro mais antigo do recente corpo técnico. Num segundo momento, analisei como a técnica de elaboração das máscaras é um processo geracional e como a passagem do tempo altera sua memória social e possibilita certo abandono. Posteriormente, me propus a pensar a lógica carnavalesca artesanal em Tatuamunha como integrante de uma disputa simbólica do costume com os elementos dominantes de produção.

3. Malês às margens do São Francisco: a presença dos negros islamizados na cidade de Penedo.

Eudson Silva dos Santos (UFAL)

A presente pesquisa propõe o estudo do modo como os malês são representados nas exposições museais da cidade de Penedo, interior de Alagoas. Cidade em que habitou muitos africanos no período escravocrata, dentre eles alguns africanos islamizados, escravizados ou libertos. A observação dos museus se faz a partir do entendimento de que são ambientes de propagação do poder dominante, elitista. Faz-se necessário utilizar diálogos com as questões de raça, cultura e identidade voltada para essa perspectiva museal no sentido de entender como se ocorre o silenciamento dessas figuras na construção histórica e de memória no Estado de Alagoas a partir da representação de artefatos nos Museus de Penedo. A importância do estudo se faz presente pela participação dos negros malês na cidade de Penedo no período do Levante, organizado por eles, seguidores de uma religião islâmica num lugar em que predominava a ascensão do cristianismo e, por mais, eram alfabetizados, dominavam mais de um idioma em um lugar que seus próprios senhores de engenho mal tinham domínio da leitura. Também pela contribuição cultural dos Malês na cidade de Penedo, apesar das dificuldades de culto de suas crenças, eles realizavam a ainda conhecida Festa dos Mortos.

4. Entremeados de memória: as xilogravuras de Enéas Tavares dos Santos “o pica-pau”.

Hildênia Santos de Oliveira (UFAL)

O presente estudo busca apresentar a coleção de xilogravuras de Enéas Tavares dos Santos, pertencente ao Museu Théo Brandão, bem como o tratamento de conservação preventiva que foi aplicado durante o processo de inventário que vem sendo realizado desde o ano de 2016. A coleção Enéas Tavares é uma representação maior da memória alagoana, apresentada em suas temáticas que envolvem e apresenta o cotidiano, a lavoura, a pesca, o catado do sururu e a cultura popular, entremeando memórias e reavivando a história através do acervo museológico do MTB.

5. Memória e história Indígena na festa do Lambe-sujo X Caboclinho em Laranjeiras/SE.

Bernardo Ferraz Pinheiro (UFAL)

A produção acadêmica sobre a manifestação cultural denominada Lambe-sujo X Caboclinho que ocorre no mês de outubro no município de Laranjeiras, merece um debate acerca da forma como a própria academia apresenta a memória histórica do grupo dos caboclinhos. As novas perspectivas históricas referentes ao indígena, que agora, passa a assumir um protagonismo histórico frente a acontecimentos reconhecidos tradicionalmente como forma de submissão, oferecem artifícios para um debate e problematização da ligação dos personagens da encenação com os colonizadores e conseqüentemente enriquecendo as reflexões sobre as relações de poder. Visto que a encenação teatral da festa do Lambe-sujo X caboclinho está enraizado na memória dos habitantes do município de Laranjeiras como fragmentos de eventos dos séculos anteriores, uma abordagem histórica cuidadosa poderia oferecer hipóteses a um estudo mais aprofundado da história indígena na região, colaborando assim com as diretrizes da lei 11.645/08 e uma nova historiografia que visa retratar o indígena.

Palavras Chaves: História Indígena, memória, Lambe-sujo X Caboclinho

6. Mestre Jorge: Memórias de um fim de tarde.

Emilia Darlene Souza da Silva (UFS)

Este trabalho traz um breve relato da vida de mestre Jorge, uma conversa documentada em fins de tarde. Um documento que sintetiza a longa trajetória de um guardião da fenda do tempo, em curtos encontros fizemos uma viagem ao passado. Entrevista datada de abril, maio e junho de 2018 com intuito de musealizar e homenagear a pessoa e o personagem que se faz tão presente na história cultural de São Cristóvão. Sr. Jorge um bem cultural reconhecido pela população, que está presente nas histórias das manifestações culturais que foram transmitidas de geração em geração, e carrega um diploma de reconhecimento dado pela prefeitura de São Cristóvão pelas ações junto ao Grupo União de São Cristóvão. Como mestre, hoje ele comanda os grupos culturais das taieiras, o reisado, o samba de coco, o batalhão de São João e o carnaval.

Simpósio 4 – Narrativas dissidentes: história e interdisciplinaridade

Coord. Dr. Elias Ferreira Veras (UFAL), Dr. Ana Claudia Aymoré Martins (UFAL)

Sessão I (12/09/18)

1. Escrita feminina do século XIX: práticas amorosas nas cartas de Emília Fontes.

Joelma Dias Matias (UFS)

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar as formas de amar do século XIX em Sergipe, especificamente na cidade de Aracaju. Para isso analisamos as cartas editadas na obra *Luz na tormenta* (1945) de Emília Fontes, que apresenta uma coletânea de mais de cem cartas escritas em meados do século XIX. Tais cartas foram escritas durante um conturbado namoro/noivado de cinco anos entre a autora, Emília Fontes, e o bacharel Joaquim Fontes. As

cartas denunciam práticas culturais que elucidam como a sociedade sergipana da época enfrentava as normas socioculturais impostas pela família e pela Igreja católica no que diz respeito às formas de relacionamentos amorosos entre os casais. Nesse sentido, Emília, moça jovem e de família católica, enfrenta a sociedade patriarcal da época e contraria seu pai e as normas sociais da época, namorando e casando-se com Joaquim após os longos cinco anos de trocas de cartas entre o casal.

2. O feminino em Walter Benjamin: uma crítica à tradição ocidental.

Danielle Fernanda Lopes Matheus dias (UFAL)/ Mariana Tenório da Silva (UFAL)

Este texto reúne os escritos de Walter Benjamin que tratam do feminino no fragmento Sócrates 1916 em que o filósofo alemão faz críticas à Maiêutica socrática. A autora Olgária Matos (2006) expõe um debate de Benjamin com Sócrates, onde discorre sobre as críticas à sociedade patriarcal e à modernidade, salientando que a relação do homem com a natureza é de controle e dominação, bem como nas relações humanas. O autor Frezzatti Jr, em “A Violência de Sócrates” (2009), faz asserções sobre o discurso socrático, que é violento no sentido de que seu discurso, com excessiva explicação por meio da razão, era quase um estupro. Além deste fragmento, serão analisados alguns fragmentos de Passagens, escrito entre 1927-1940 por Benjamin, sobre as prostitutas, figuras próximas aos forasteiros e apostadores que se abrigavam nas noites das metrópoles para cultivarem um mundo errante de sonhos. A visão benjaminiana sobre feminino e o masculino não é relacionada ao gênero, por isso não deve haver dicotomia entre eles. O feminino sempre foi rebaixado desde os tempos antigos, acentuando-se após Sócrates e se estende à contemporaneidade. Benjamin, portanto, intenciona a emancipação da dominação do masculino sobre o feminino através do correto entendimento da importância de ambos.

3. Na pele de Astérion: a transgressão do corpo no conto "Dívida", de Abílio Godoy.

Ana Claudia Aymoré Martins (UFAL)

O presente estudo - que propõe mover-se na interface entre os estudos de gênero e sexualidade e os estudos literários - analisa o conto “Dívida”, do escritor brasileiro contemporâneo Abílio Godoy, de modo a destacar a transgressão do corpo não-normativo como um possível “artifício flutuante” (BUTLER, 2016) do gênero, através do qual revelam-se as possibilidades de travessia, de desejos e experiências outras. Desse modo, a narrativa literária, através de seu potencial transfigurador do mundo vivido, atua como âmbito de questionamento e resistência - ou de heterotopia, como nos mostra Foucault (2015) - em relação a um contexto histórico-social regulativo e distópico. A narrativa literária em questão revela, ainda, através da associação com a plasticidade do mito - sobretudo do tema do Minotauro discutido, entre outros/as, por Peyronie (1998), Chevalier e Gheerbrant (2005) -, as ambivalências e limites das relações entre corpo e identidade circunscritas à banalização brutal dos dispositivos de regulação em nossa sociedade.

4. História e construção literária no romance *Semíramis* (2014), de Ana Miranda

Bruna Pereira da Silva (UFAL).

Compreender o processo de desconstrução da biografia de uma das mais importantes figuras da história cultural do Brasil - o escritor José de Alencar - no romance *Semíramis*, de Ana

Miranda, através da emergência de uma voz feminina capaz de relativizar/questionar a própria construção da identidade nacional brasileira (expressa frequentemente pela via da alegorização de mulheres-personagens na obra alencariana).

Sessão II (13/09/18)

1. O ler, escrever e somar na terra das lagoas: uma análise social sobre ensino de primeiras letras na província de Alagoas – 1835 a 1855.

Andreza Mayara Lins de Oliveira (UFAL)

No decorrer da segunda metade do século XX, pesquisas relacionadas à educação vêm ganhando mais espaço na Academia. É dentro dessa proposta que esse trabalho está inserido. A maioria dos pesquisadores analisam a sociedade imperial através da economia, sociedade, família e escravidão, porém, esquecem ou não citam, como a educação foi uma das questões mais discutidas durante o período imperial – a partir da Independência no ano de 1822. Publicações sobre o contexto educacional brasileiro ganhou notoriedade a partir de estudos feitos por Élia Barbosa Andrade, José Gonçalves Gondra, Alessandra Schueler, Cynthia Greive Veiga, Mary del Priore, etc. Com a outorgação da Constituição de 1824, o ensino de primeiras letras passa a ser obrigatório nas principais vilas e povoados mais populosos das províncias. A presente proposta tem como objetivo mapear aspectos relacionados ao processo educacional brasileiro, focando principalmente no alunado alagoano, questões sobre gênero e etnia também serão debatidos, pois, em alguns mapas escolares, é possível identificar as “qualidades” – etnia dos alunos. Para isso, foram analisados mapas escolares, ofícios emitidos para a delegacia de ensino, ofícios dos professores e relatórios dos presidentes de província. A metodologia utilizada será transformar em texto corrido os dados colhidos no fundo de educação do Arquivo Público de Alagoas.

2. A representatividade das mulheres na República: entonações, figuras e representações no fazer historiográfico.

Maele Moreira Sandes Cavalcanti (UFAL)

O objetivo do trabalho é apresentar o modo como a mulher, por muito tempo, foi apagada da história, não vista como sujeito, mas como parte da mobília dos lares e inferior para participação como autora e mobilizadora de revoluções, sujeitada através dos discursos ou do meio social. A metodologia parte do debate historiográfico que refuta a misoginia encontrada nos escritos sobre o feminino e distorcidos, até mesmo suprimidos. Partiu do debate historiográfico para trazer a análise da situação das mulheres no período republicano entre os séculos XIX e início do XX e as divergências enfrentadas por elas nas representações e na sua formação identitária. Um dos desdobramentos foi dado por entender o apagamento proporcional as mulheres como forma de manutenção de poder ideológico e como isso influenciou para as bases patriarcais e na ordem dos discursos.

Palavras-chave: Mulheres, República, historiografia.

3. Musicistas e Operárias: experiências femininas na CAFT em Rio Largo - Alagoas (1940- 1960).

Ana Greyce Moraes Pereira (UFAL)

A presente comunicação pretende propor uma discussão sobre as experiências das operárias na Banda de Música da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAFT), através da análise dos relatos sobre essas agentes no periódico “O Nosso Jornal” (1940- 1960). Pretendo abordar as sociabilidades femininas nesta instituição industrial nas primeiras décadas do século XX, período marcado pelas relações de poder patriarcais. Nessa perspectiva, se faz necessária uma reflexão teórica sobre as questões de gênero e sobre a importância de uma abordagem historiográfica que incluía as mulheres como sujeitos históricos.

Palavras chaves: Mulheres; fábricas têxteis; gênero.

4. Mulheres e raça: resistências negras cotidianas na periferia de Maceió (2008 – 2016).

Adriácia Carla Santos Bonfim (UFAL)

No Brasil, milhares de mulheres, sobretudo mulheres negras, sofrem diariamente com a desigualdade e a violência de gênero, apesar do avanço nas lutas históricas por direitos e pela vida. A herança social de um passado marcado pelo extermínio e estigmatização do povo negro ainda é visível. Basta analisar os índices, para perceber que o Brasil é um dos piores países para se viver quando se é negro, pobre e mulher. As mulheres negras ocupam a base da pirâmide social, além da dupla opressão, sofrem com a exploração do sistema capitalista, recebendo os salários mais baixos e tendo as piores condições de vida. Tal situação interfere na construção da identidade destas mulheres. Assim, o presente trabalho tem por objetivo pensar as diferentes resistências das mulheres negras (lutas, construção e formação de suas identidades) na periferia de Alagoas, sendo esta entendida como lugar de resistência e afirmação cultural negra.

5. Prostituição e resistência na Rua 16 (Arapiraca AL): usos da cápsula narrativa na perspectiva de gênero.

Renata Maria da Conceição Batista (UFAL)

Busca-se com o respectivo trabalho exercitar uma hermenêutica interpretativa das fontes orais, percebendo a experiência de mulheres que trabalham com prostituição na Rua 16, como resistências à heteronorma. Aproximando-nos de um fazer da História Oral contemporânea (MEIHY, 1996; HOLANDA, 2006) que permite brechas e reentrâncias em seu campo disciplinar, sendo-nos, portanto, necessário uma leitura radical da oralidade sob a perspectiva da Cápsula Narrativa (CALDAS, 2013). Considero a narrativa de Gláyciele Silva nossa "narradora plena" enquanto texto autônomo e de igual valor (PORTELLI, 1996), no sentido de analisarmos nossa fonte oral enquanto produtora de um texto; necessária de uma textualização da narrativa, passando pela pontuação até o momento da leitura e interpretação do hipertexto. A presente pesquisa discute as fontes orais a partir de uma perspectiva de gênero. Este, por sua vez, é apropriado como uma categoria de análise histórica (SCOTT, 1995), que problematiza as relações de poder (FOUCAULT, 1999) e seus mecanismos de controle e sujeição dos indivíduos, bem como sua resistência.

Palavras-chave: Gênero, experiência narrativa, Rua 16, fontes orais.

Sessão III (14/09/18)

1. Diálogos Interseccionais no jornal *O Lampião da Esquina*: movimento homossexual, negro e operário.

Ana Maria de Barros Lima (UFAL)

O jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) surgiu como imprensa alternativa nos últimos anos do regime militar brasileiro, sendo o primeiro jornal de temática homossexual de circulação nacional no país. Além da temática homossexual, o *Lampião* abriu espaço para outras discussões político-sociais em suas páginas. Desse modo, partindo do jornal e da sua importância na história da emergência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), o presente trabalho buscará analisar, através de reportagens realizadas pelo jornal, os diálogos do movimento homossexual com outros movimentos brasileiros – particularmente, o negro e operário. Por que, naquele momento, foi importante considerar os outros movimentos sociais e constituir alianças? Qual a contribuição do *Lampião* para outras questões sociais? Buscando escapar de uma narrativa que reforce os discursos tendenciosos e a busca pela verdade trarei as reflexões metodológicas de Tânia de Luca. Para a fundamentação teórica sobre gênero, sexualidade e interseccionalidade, utilizarei, respectivamente, Scott (1995), Foucault (2014) e Crenshaw (2002).

2. Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988).

Elias Ferreira Veras (UFAL)

Este trabalho tem como objetivo historicizar e problematizar as lutas dos sujeitos LGBT (lésbicas, gays, travestis e transexuais) na redemocratização do Brasil, a partir de uma perspectiva de gênero (SCOTT, 1995; BUTLER, 2003, 2017; PEDRO, 2005). A pesquisa, em fase inicial, insere-se no âmbito das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS-UFAL) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O estudo tem como recorte temporal, os últimos anos da ditadura civil-militar no Brasil, momento em que emergem as primeiras organizações homossexuais no país, como o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual (1978) e o GALF – Grupo de Afirmação Lésbica Feminista (1979/1980); e os primeiros anos da redemocratização brasileira, quando diversos grupos homossexuais, por exemplo, Grupo Gay da Bahia (GGB) e Triângulo Rosa (RJ), se mobilizam para a inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988. Nosso objetivo é historicizar e problematizar as estratégias, discursos e práticas políticas de gays, lésbicas, travestis e transexuais nesse processo histórico. Palavras-chave: resistências LGBT; redemocratização; gênero.

3. A Imagem da mulher como símbolo sexual.

Stella Teixeira Solano Camêlo (UFAL)/ Nathália Ourives Tavares (UFAL)

A apropriação do corpo feminino pelo corpo masculino foi algo construído desde os tempos antigos. Sempre fora muito comum na cultura ocidental e muito presente nas artes, esculturas e principalmente pintura a representação da sensualidade feminina; Já na contemporaneidade, pode-se observar uma adaptação em relação aos objetos de “apreciação” e venda do corpo da mulher, compartilhada por uma sociedade capitalista e machista, como em algumas publicidades e revistas renomadas no âmbito masculino como VIP E PLAYBOY. O presente trabalho tem o objetivo de comparar e analisar essa modificação dos objetos de “apreciação” com o intuito de mostrar a influência do olhar, de qual maneira que tal ação modificou todo um comportamento e gerou consequências na atual sociedade.

4. A nudez masculina no cinema brasileiro e a construção da masculinidade.

Alcides Borges dos Santos (UFAL)

O nu masculino, trabalhado em pedra na escultura e na pintura desde o Antigo Egito, com o passar do tempo não perdeu sua carga polêmica revelando que o pênis seja admitido desde que a verossimilhança não ultrapasse o limite do real. Na Antiguidade Clássica, “A nudez masculina e especificamente o pênis não foi simplesmente exaltado em Atenas – ele foi exposto” (FRIEDMAN, 2002, p.23) Este trabalho tem por objetivo analisar como a nudez masculina foi abordada no cinema brasileiro, entre 1980-2017, a partir de filmes como "A Noite das Taras" (1980), "Memórias do Cárcere" (1984), "Cama de Gato" (2002), "Tatuagem" (2013), "Boi Neon" (2015), e historicizar a construção da masculinidade pós-período ditatorial militar no país.

Palavras-chave: Mídia, Nudez Masculina, Masculinidade.

Simpósio 5 – cultura e sociedade na Antiguidade e no Medievo

Coord. Dra. Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL), Dra. Roberta Magalhães Miquelanti (UFAL)

Sessão I (12/09/18)

1. Considerações historiográficas sobre o uso da hagiografia como documento de pesquisa.

Jonas Felipe Chicuta da Silva (UFAL)

Esta apresentação tem por objetivo, fazer algumas considerações historiográficas sobre o uso da hagiografia como documento de pesquisa no que tange os estudos sobre o Medievo. Partiremos da premissa de que essa documentação pode nos fornecer importantes dados sobre a religião e a religiosidade da sociedade desse período. Para tal, partiremos das discussões feitas pela escola dos Annales sobre documento, tendo em vista a atenção que esta deu aos gêneros de escrita e de cultura material até então desconsiderados pelos historiadores. Nossa preocupação está em problematizar a hagiografia como fonte histórica a partir das características do seu gênero de escrita e da forma como a historiografia a tem abordado.

2. Mulheres em busca do esposo (espiritual): relações entre o enclausuramento monástico feminino na Gália Merovíngia e o abandono da família terrena a partir das hagiografias de Santa Monegunda e Santa Radegunda.

Benjamim Oliveira da Rocha (UFAL)

O movimento monástico medieval cristão que conhecemos teve sua origem na região do Oriente, se caracterizando, principalmente, pela busca da santidade no plano terreno. Enquanto que as práticas dos homens passavam por vertentes que contemplavam a peregrinação nos desertos e a fundação de pequenas cidades/ mosteiros (longe das tentações dos centros urbanos), as experiências femininas de santificação estavam relacionadas, majoritariamente, no papel de serem virgens dedicadas ao Senhor, ficando sob a supervisão de suas respectivas famílias e do bispo local. Posteriormente, tomando como justificativa a inibição dos sequestros de religiosas virgens e viúvas que ocorriam, a Igreja tomou a decisão

de submeter essas “noivas de Cristo” aos mosteiros onde, pretensamente, estariam mais seguras. Durante o quinto e sexto século, vemos crescer no Ocidente, mais especificamente na região da Gália, o número de mosteiros, alguns, exclusivamente femininos, como o da Santa Cruz. Com isso regras monásticas específicas para esse tipo de mosteiro são escritas, como a "Regula ad Virgines" de Cesário de Arles. Analisando as vidas de santas merovíngias, como Monegunda e Radegunda, percebemos que os bispos Gregório de Tours e Venâncio Fortunato, caracterizaram destacadamente como parte da santidade feminina o tema do abandono da família, utilizando-se das hagiografias como “propaganda” de incentivo a uma vida monástica feminina.

3. Justa Substantial de Cristo: Uma Contenda Sobre Discordância Conceitual da Interpretação Migueciana e Adocionista.

Luanna Kliscia de Amorim Mendes (UFAL)

A atual Igreja Católica Apostólica Romana é conhecida por ter diversos rituais, dogmas, doutrinas e seus contrassensos instituídos em todas as suas sedes, porém no século VIII ela ainda estava estabelecendo sua ortodoxia. Com constantes debates teológicos que envolvia diversas camadas da sociedade desde os homens da igreja até nobres. A situação multicultural e religiosa do sul da Hispânia trouxe o ressurgimento de praticas consideradas heréticas pela Igreja, o que levou as Igrejas Hispânica e Romana a iniciarem um novo debate sobre heresias. E nesta proposta de comunicação procuraremos refletir sobre o papel que a definição e legitimação dos discursos dogmáticos se prestaram frente ao processo de afirmação política desses diversos grupos cristãos dentro do próprio corpo eclesiástico, como o debate Adocionista surgia por intermédio da negação da ideia Migueciana, como o debate de uma ideia levou a torná-la herética, provocou ao surgimento de outro debate sobre uma outro pensamento teológico.

4. A ordem do mundo: relação entre conhecimento científico e a reta interpretação das escrituras bíblicas na Antiguidade Tardia

Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)

Este trabalho tem como intuito investigar a relação entre conhecimento científico e interpretação dos textos bíblicos, a partir das discussões que importantes autores cristãos como Santo Agostinho e São Jeronimo fazem sobre este tema. Pode-se afirmar que para ele, o conhecimento das coisas do universo era essencial para se alcançar a reta interpretação dos textos bíblicos, visto que a ordem das coisas criadas, ou seja, o lugar que determinado ser ou elemento ocupava na ordem do mundo estaria ligado a Deus. A natureza era entendida como um livro escrito este e, portanto, conhecê-la era algo necessário para alcançar o conhecimento divino. A Bíblia refletia a escrita do mundo, elas eram espelho uma da outra.

Sessão II (13/09/18)

1. O Cerco de Lisboa: perspectivas e possibilidades de pesquisa.

Higor Soares de Melo (UFAL)

O presente trabalho tem por objetivo discutir possibilidades de pesquisa em História Medieval alinhadas a novas perspectivas historiográficas e epistemológicas, analisando uma fonte já fartamente comentada – O Cerco de Lisboa (De Expugnatione Lyxbonensi) – à lume de

conceitos recentes como o de representações sociais (CHARTIER, 1991). Por partirmos de um lugar social diferente das interpretações tradicionais sobre a medievalidade (DE CERTEAU, 2011), propomos aqui uma leitura pós-colonial das representações construídas no discurso dos cristãos sobre si – e seu papel de criação de uma identidade cristã – e sobre os mouros – gerando uma relação de alteridade – na Segunda Cruzada e na (re)conquista de Lisboa (1147).

2. Relações marginais nas cartas de perdão de D. João II

Giselle dos Santos Simão (UFAL)

Esta pesquisa busca dar continuidade a um trabalho de reflexão sobre as mulheres no medievo que já vem sendo realizado há dois anos no VIVARIUM UFAL, é um trabalho que está vinculado ao PIBIC com financiamento pela FAPEAL. Esta pesquisa visa compreender o processo de punição em relação aos pecados que fugissem do consenso da norma social imposta a respeito das relações consideradas desviantes. Através das cartas em que o monarca D. João II de Portugal concedia perdão aos seus súditos durante o século XV, nos debruçaremos sobre os crimes que ofendiam o casamento, sendo considerado dentro deste contexto um sacramento e uma preservação das relações patrimoniais patriarcais. Para isto serão usados dois tipos de documentações normativas: as cartas de perdão encontradas na chancelaria de D. João II, e as ordenações afonsinas.

3. Uma análise das hagiografias franciscanas de Tomás de Celano e Boaventura.

José Carlos Santos do Carmo (UFAL)

As produções hagiográficas sobre São Francisco estão ligadas aos contextos decisivos para a história da Ordem Franciscana. O primeiro momento de escrita deu-se em 1228, quando na canonização do Poverello o papa Gregório IX encomendou a Tomás de Celano a biografia do Assisense. No entanto devido à fama do Santo de Assis e a ausência de muitos fatos de sua vida, multiplicaram-se os escritos sobre sua experiência religiosa. Em uma tentativa de barrar o crescimento desordenado de biografias que não eram autorizadas pela Igreja, Boaventura em 1260 no capítulo de Narbona ficou encarregado de escrever um novo relato de vida do Assisense que foi aprovada em 1263. Como o escrito de Boaventura era o único reconhecido pela Sé Romana, em 1266 no capítulo de Paris se determinou a destruição de todos os outros documentos relacionados a São Francisco. Podemos perceber por meio do contexto histórico de produção das hagiografias franciscanas que a escrita de tal documento estava ligada, como destacou Michel de Certeau, à vida de um grupo, Igreja ou comunidade, ou seja, existem diversos interesses em torno da composição de uma vida de santo e que essa produção acompanhava modelos culturais de determinadas épocas. Portanto esta comunicação possui como objetivo analisar os contextos históricos e os interesses e influências que os diversos grupos que existiam no interior da Ordem franciscana e a Igreja exerceram sobre as hagiografias de São Francisco de Assis.

4. Crer para compreender: as relações entre fé e razão no pensamento filosófico medieval.

Roberta Magalhães Miquelanti (UFAL)

A relação entre fé e razão estabelecida na máxima “crer para compreender” (“credo ut intelligam”) ocupa um papel central no debate filosófico medieval. Essa relação recebe um primeiro tratamento importante por Santo Agostinho, que inaugura o princípio de que a fé é fundamento necessário para o conhecimento. Neste trabalho, tentaremos examinar como as relações entre fé e razão são complexificadas durante o período medieval, sobretudo, como elas são utilizadas no debate geral sobre o estatuto epistemológico da crença e, mais especificamente, sobre o estatuto da crença religiosa.

Simpósio 6 – Sociedades Escravista no Mundo Atlântico: relações de poder e culturas políticas (século XVI-XIX)

Coord. Dra. Flávia Maria de Carvalho (UFAL), Ms. Cecília Gomes da Silva (UFAL)

Sessão I (12/09/18)

1. Poxim e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba.

As navegações e o intercâmbio comercial triangular entre a América Portuguesa, África Atlântica, ou equatorial, e Portugal, em pleno século XVIII, mostra um fluxo comercial intenso e ininterrupto e de grande importância para Vila Real de São José do Poxim, principalmente, nos aspectos econômicos, políticos e sociais, já que o Poxim possuía vários portos em seus termos como um dos principais elos entre a metrópole e a África Atlântica. Nesse período, Sebastião Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, determinou a criação de companhias de comércio como a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em que objetivava sanear a deficitária economia de Portugal com o aumento das atividades econômicas no Brasil através do monopólio da Companhia, que passou a utilizar os portos das freguesias e vilas do açúcar dinamizando o comércio transatlântico de escravizados e de produtos usuais da terra como açúcar, farinha e fumo.

Palavras-chave: Poxim. Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Escravo.

2. "Uma boa administração da justiça" é "administrar os sacramentos necessários...": Poder local e Poder Eclesiástico (Vila das Alagoas, 1751).

Dermeval Santana de Oliveira (UFAL)

Diante das circunstâncias como “falta de casa da câmara, cadeia capaz, privilégios e rendas”, para alguns agentes régios estava em risco a aplicação da justiça e a administração das “almas” local. Segundo os religiosos no território da Comarca das Alagoas, a Câmara da Bahia era vista como o modelo a ser seguido, pois a vereança tinha alguns “privilégios” exclusivamente observados em edis do reino. No entanto, que privilégios eram esses? Como era essa política de enviar uma carta aos monarcas e pedir a presença de um poder episcopal para ajudar na administração naquele ambiente? Provavelmente, a resposta a essas questões conecta-se a uma carência de uma política igualitária religiosa. Este texto analisará a dinâmica dos oficiais da Câmara da Vila das Alagoas e uma possível intervenção de um bispo de Olinda, em 1751, através de uma carta dirigida à coroa portuguesa, pelo Conselho Ultramarino, para o gerenciamento do poder episcopal e religioso nas conquistas “alagoanas”.

3. A elite militar na Comarca das Alagoas: dimensão das relações de poder, hierarquia e distinção social.

Vanieire dos Santos Oliveira (UFAL)

No Antigo Regime a honra se materializava através da concessão de títulos, cargos, patentes e benesses que determinavam privilégios e isenções, além de permitir aos indivíduos se enquadrarem dentro de uma referência social. Inserida numa sociedade que regia-se a partir de uma articulação hierarquizada, evidenciamos as Ordens Militares como mecanismo de honraria na lógica estamental da sociedade portuguesa transplantada para sua colônia na América, constituindo-se, assim, como espaço de prestígio e distinção ao oficialato. Nesta perspectiva, destacamos a importância dos Corpos Militares na articulação entre a autoridade régia e os poderes locais, fato que repercutiu no florescimento de laços de solidariedade e em redes clientelares. Logo, pretendemos através deste trabalho analisar a atuação dos Corpos Militares, mais especificamente os de Auxiliares e os de Ordenança, como uma categoria social com considerável prestígio na Comarca das Alagoas e a dimensão da influência e poder nas relações sociais que estes oficiais estabeleciam.

4. Família escrava e parentesco em Alagoas (1824 - 1882).

Givaldo Afonso da Silva

Este trabalho objetiva analisar o parentesco e suas relações entre os escravos da Villa de Santa Luzia do Norte no século XIX (1824 – 1882). Através de pesquisa em documentos eclesiásticos quais sejam assentos de casamentos, batismos e óbitos da Paróquia de Santa Luzia de Siracusa, leva-se em conta as estratégias utilizadas pelos negros quanto a escolha dos padrinhos tanto para os casamentos quanto para os batismos, como também os arranjos utilizados na construção de laços que lhes possibilitaram estabilidade e conforto no interior da senzala (Florentino, 1996). Verificamos também como se dava a estabilidade e desintegração dessas famílias. Fica claro que as menores se dissolviam com frequência (Slenes, 1999), a dificuldade financeira, falência e morte do senhor eram as principais causas, já para os grandes plantéis, depois da partilha, as famílias tendiam a permanecer unidas, quanto às uniões mancebas desintegravam quase sempre. Por fim abordamos a família nuclear e o parentesco, identificando os sujeitos envolvidos e as circunstâncias pelas quais o estabelecimento de laço os beneficiavam.

5. Efeitos do tráfico interprovincial de escravos nas lavouras da Província alagoana da segunda metade do século XIX.

Maria Valéria da Silva Araújo (UFAL)

A lei Eusébio de Queiroz em 1850 estabelecia o fim do comércio negreiro no Brasil. No mesmo período, Alagoas via-se em um momento de crise em sua lavoura. Além da queda do preço do açúcar ser um dos fatores, a diminuição do trabalho escravo nas plantações potencializou ainda mais a instabilidade nos cofres da Província. Ao lado dessas problemáticas, o tráfico interprovincial de escravos era ativo nas terras alagoanas, entretanto, estes africanos trazidos ilegalmente não ficavam na Província por muito tempo, fato este provocado também pelo desequilíbrio financeiro, o que refletia no ato de senhores de engenho venderem seus cativos para o pagamento de dívidas. Estes, eram vendidos, principalmente, para o Sudeste do país.

Sessão II (13/09/18)

1. A política restauradora portuguesa e seus desdobramentos na legitimação da soberania da Coroa em Angola (1640-1697).

Ana Maria Soares de Araújo (UFAL)

Angola, no século XVII estava inserida em vários conflitos internacionais: “entre o Vaticano e a coroa portuguesa pelo controle da atividade missionária, o conflito entre holandeses e portugueses pelo controle do tráfico de escravos, o conflito entre Espanha e Portugal pela soberania do império português” (BIRMINGHAM, 2004, p. 119). Esse foi um momento de instabilidade política nas heterogêneas possessões do então Império Ultramarino Português – que inclui as conquistas na África Centro Ocidental, que tinha Luanda como principal base. Nesse contexto, a rebelião representava um meio de adquirir posições, interesses e privilégios (FIGUEIREDO, 2001). A partir disso, esse trabalho pretende analisar a administração portuguesa adotada em suas possessões no período após a Restauração da independência em 1640, que pôs fim ao Império Filipino, num período de reconquista e legitimação do seu poder sobre seus vassalos e de tensões de ordem religiosa entre jesuítas e capuchinhos no processo de catequização no sertão angolano. Destacando a invasão holandesa de Angola, em 1641, que inicia um período marcado por revoltas e expedições violentas no sertão, intensificada pelos governos brasílicos (1648-1665), apoiados em uma política de expansão militar, pilhagens e avassalamentos compulsórios, com principal objetivo de captação de escravos.

2. A Capitania de Angola entre conflitos e negociações: o caso do governo de André Vidal de Negreiros, 1661 a 1666.

Leandro Nascimento de Souza (UFAL)

De acordo com os documentos organizados pelo Padre Antonio Brásio e publicadas na coleção Monumenta Missionária Africana, e também os relatos dos cronistas Antonio de Oliveira de Cadornega e do Frei Cavazzi de Montecuccolo, essa apresentação pretende analisar os conflitos e negociações entre o governador da Capitania de Angola, André Vidal de Negreiros, com os vários Estados e Microestados da região da África Centro-ocidental, no período de 1661 a 1666. Tentaremos responder quais as reais influências das ações de Negreiros, enquanto governador de Angola e voltado para os interesses Atlânticos do tráfico de escravizados, na expansão portuguesa nos sertões africanos, se houve realmente um avanço nas fronteiras da Capitania e qual a sua durabilidade.

3. Autoridades nativas e o comércio transatlântico: transformações no planalto de Benguela (Sec. XIX)

Jéssica Evelyn Pereira dos Santos

No século XIX, o Planalto de Benguela abrigava majoritariamente sistemas políticos nativos autônomos, embora algumas chefias mantivessem acordos instáveis de vassalagem com a administração colonial. O soba, maior autoridade de uma unidade sociopolítica e suas populações tributárias, era responsável, dentre outras atribuições, por permitir (ou negar) a passagem de caravanas comerciais em suas terras e também pelo recrutamento de escravos destinados ao comércio transatlântico. Ao examinar relatos de viagem e fontes administrativas, buscamos pensar nas relações entre os papéis das chefias no controle das

sociedades do interior de Benguela e as demandas do comércio transatlântico de escravos ao longo do oitocentos.

4. A política colonial missionária e as mudanças sociais entre ambundus e tsongas (Sec. XX).

Cecilia Gomes Da Silva

O presente trabalho tem por objetivo entender como a interferência da república portuguesa funcionou como estratégia para tentar proibir a prática poligâmica nos territórios de Angola e Moçambique durante o século XX, dando ênfase as modificações desse processo tanto na construção familiar, como na estrutura social e política desses povos através da inserção das leis portuguesas que alteraram os costumes locais e da educação missionária no papel de agente civilizador. Como fontes e referências, utilizaremos algumas cartas disponíveis no Boletim da Agência Geral das Colônias, nos Cadernos Coloniais, no Documentário Trimestral de Moçambique e na obra Usos e Costumes dos Bantos de Henri Junod. Optaremos por uma abordagem histórica que promova o diálogo entre as citadas fontes e autores numa tentativa de perceber até que ponto os portugueses e a influência do processo civilizador ocasionaram um aumento ou uma diminuição na prática da poligamia entre os povos que habitavam os citados territórios.

Simpósio 7 – Conflitos, Negociações e Guerra.

Coord. Ms. Rafael Costa Prata (UFMT)

Sessão I (12/09/18)

1. Guerra e conflito social no século XIV: a jacquerie (1358) e a revolta camponesa de 1381

Ives Leocelso Silva Costa (UFS)

O século XIV foi marcado por numerosos enfrentamentos bélicos, dentre os quais se destaca a série de confrontos coletivamente chamados de Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Esta comunicação irá abordar duas insurreições ocorridas neste contexto: a Jacquerie, acontecida na França em 1358, e a Revolta Camponesa de 1381, na Inglaterra. Por meio de revisão bibliográfica e de análise de fontes, dentre as quais destacam-se as Crônicas de Jean Froissart e a Chronica Maioria de Thomas Walsingham, pretende-se analisar o papel da guerra na origem e disseminação destas revoltas, assim como na formação e conduta de seus agentes. Desta forma, buscaremos demonstrar o profundo impacto político e social da condução da guerra na Baixa Idade Média.

2. O mito da Reconquista: Alfonso VIII e seu ideal unificador

Lívia Maria Albuquerque Couto (UFS)

Alfonso VIII é lembrado pela documentação e pela historiografia, principalmente, pelo seu papel na Reconquista, levando à queda do Califado Almóada. De forma resumida sabemos que após atingir a idade necessária para governar, seu principal objetivo foi recuperar as terras que havia perdido devido à investida dos reinos vizinhos. Ainda inserido nesse ideal “reconquistador”, baseado na teoria política de seu avô, Alfonso VII, investiu contra os “inimigos infieis”. Sendo que, depois da derrota na Batalha de Alargos, liderou uma coligação

de forças cristãs na Batalha de las Navas de Tolosa, evento que marcou o início da supremacia cristã na Península Ibérica. Nesse sentido, nosso principal objetivo nesta comunicação será analisar as relações de negociação empreendidas pelo monarca para “recuperar” o território cristão. Através do conturbado contexto social e político com os reinos vizinhos, perceberemos as medidas tomadas por Alfonso VIII, que se engajou para obter maior unificação sobre seu reino.

3. Análise Historiográfica e Cultura Política com a Guerra do Paraguai.

Monique Hellen Santos Reis Cerqueira (UFS)

O presente artigo tem como objetivo analisar a Historiografia produzida acerca da Guerra do Paraguai como também a influência das diretrizes historiográficas do IHGB no século XIX com o sentido de impulsionar uma cultura política dominante e o uso político da guerra para forjar uma identidade nacional. Dessa forma, pensamos em relacionar com textos teóricos discutidos na disciplina Historiografia Brasileira do Mestrado em História da Universidade Federal de Sergipe.

4. Las guerras se hacen por estas dos cosas, o para defender lo suyo de los enemigos o para conquistar lo que ellos tienen: a guerra enquanto instrumento de consolidação e ampliação dos señoríos castelhano-leoneses na Andaluzia Bética.

Rafael Costa Prata (UFMT)

Em nosso trabalho de comunicação, nos serviremos das categorias e dos conceitos construídos no âmbito da Nova História Militar Medieval Ibérica – guerras de desgastes, guerras de assédios, etc – a fim de problematizarmos os diversificados procedimentos belicosos – cavalgadas, incursões devastadoras, cercos/bloqueios, etc – empregados pelo monarca castelhano-leonês Alfonso X (1252-1284) frente aos seus propósitos de consolidação e ampliação dos señoríos castelhano-leoneses na Andaluzia Bética.

Sessão II (13/09/18)

1. Aliados Essenciais: indígenas a serviço da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais no nordeste do Brasil (1630-1654).

Lucas de Lima Silva (UFRPE)

Bruno Romero Ferreira Miranda (UFRPE)

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o emprego militar de contingentes indígenas tupis e tapuias nas guerras holandesas enquanto aliados da Companhia das Índias Ocidentais. Tal abordagem se justifica pela existência de lacunas historiográficas no que se refere à atuação bélica dos indígenas neste período, principalmente quando analisamos a produção que toma como perspectiva o lado holandês. Ainda, a análise da atividade militar de povos indígenas produzida pela historiografia recente – influenciada por conceitos antropológicos do final do século XX – acaba muitas vezes por destacar apenas os desdobramentos políticos das ações de indígenas aliados de povos europeus. São postas de lado as particularidades que envolvem a instituição da guerra e limitam-se as interpretações sobre o período considerado, o que torna necessária uma análise da guerra num contexto social mais amplo e que leve em consideração suas idiosincrasias e especificidades, bem como suas influências no decurso dos processos históricos.

2. A capital alagoana na guerra: Interventoria, cotidiano e a FEB em Maceió (1940-1945).

Gigliele Pereira Fontes (UFAL)

Esta comunicação possui o objetivo de discutir a pesquisa que ora desenvolvo sobre os desdobramentos de algumas facetas da Segunda Guerra mundial, na capital Maceió, em Alagoas. Parte-se, portanto, do marco dos afundamentos dos navios, passando pela cultura política da Interventoria Goés Monteiro e suas estratégias frente à guerra até os impactos e transformações no cotidiano e na cultura de Maceió, como o carnaval, a vigilância em torno dos imigrantes alemães e italianos e o processo de convocação de soldados alagoanos para a composição da Força Expedicionária Brasileira. Entendemos aqui, que a leitura destes impactos da guerra, será realizada a partir da visão “dos de baixo” em seus diversos espaços na capital. Assim sendo, esta pesquisa tem como aporte documental, sobretudo jornais (em especial nas Hemerotecas do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico), relatórios da Interventoria e diálogo historiográfico, com produções da História Social, Cultural e Militar.

3. A Rússia pré-revolucionária: do fim da servidão ao Domingo Sangrento.

Vitor Rafael Monteiro de Lima (UFAL)

O trabalho propõe fazer uma explanação sobre a situação da Rússia pré-revolucionária, dos eventos que antecederam o ano de 1917. Antes disso, a Rússia viveu um período de grandes conflitos econômicos, sociais e políticos, os quais contribuíram para destruir a dinastia Romanov no poder desde a metade do século XIX. Tais conflitos foram intensificados após a libertação dos servos em 1861. A Rússia, depois de sua abertura ao capitalismo pondo fim ao regime de servidão, entrou em grandes contrastes sociais, com isso, foi se formando um clima de revoltas populares e organizações sociais que pretendiam derrubar o regime absolutista dos Czares. Nosso objetivo é fazer uma reflexão a partir de Maurício Tragtenberg (2007), o qual fez uma recente leitura crítica da Rússia pré-revolucionária, da história e da formação do império Russo. Palavras chaves: Revolução; Rússia; Domingo Sangrento.

Simpósio 8 – História, imprensa e circulação de ideias em Alagoas nos séculos XIX e XX
 Coord. Ms. Felipe Barbosa (UFAL/SEDUC), Ms. Taysa Kawanny Ferreira Santos (UFS)

Sessão I (12/09/18)

1. "Filhas de Maria": a mulher nas páginas do jornal *O Semeador* (1960 - 1965).

José Edson da Silva Santos Junior (UFAL)

Tenho como objetivo, através do presente trabalho, estudar a influência da Igreja Católica Apostólica Romana sobre a mulher, em Maceió, no período de 1960 – 1965. Como fonte para esta investida, utilizo o jornal *O Semeador* com a finalidade de problematizar a representação do ideal de comportamento, e/ou condição, apresentado ao sexo feminino,

divulgado/defendido pela imprensa da Arquidiocese desta cidade, bem como para inserir a mulher no contexto histórico do momento das publicações.

Palavras-chave: História das Mulheres. O Semeador. Igreja Católica.

2. Fragmentos jornalísticos da educadora Maria Mariá (1950-1960): sinais de uma rebeldia.

Hebelyanne Pimentel da Silva (UFAL)

Maria das Graças de Loiola Madeira (UFAL)

O presente texto discute escritos jornalísticos da educadora alagoana Maria Mariá de Castro Sarmiento entre 1950-1960 período no qual ela publicou cartas abertas na *Gazeta de Alagoas*. Professora do Município de União dos Palmares, Mariá defende, nos materiais consultados, um rompimento com a subserviência do sexo feminino a uma sociedade fundamentada em princípios patriarcais. De algum modo ela provoca a maneira de pensar e agir de sua cidade natal. Ao situar a educadora no contexto macro de acontecimentos do século XX, é possível associar as suas interferências às manifestações feministas vigentes no território brasileiro e mundial. O aporte teórico de Butler (2014), Louro (1997-2008), Jinzenji (2010) e Almeida (2007), que discutem respectivamente as concepções de gênero e de feminismo, as relações entre a mulher e a imprensa, e o ideal de educação feminina que circulou no país por longas décadas, favorecerá a percepção do que era colocado enquanto rebeldia naquele espaço temporal. Assim, nosso propósito é analisar os escritos de 1956-1957 e 1963 publicados no referido periódico, a fim de esboçar uma leitura acerca das propostas para a formação da juventude alagoana, enquanto educadora e mulher naquele contexto.

Palavras-chave: Feminismo. Imprensa. Maria Mariá.

3. O Casamento Civil na Imprensa Alagoana (1880-1899).

Altina Maria Rodrigues de Farias (UFAL)

Considerado pela Igreja Católica como um Sacramento concedido aos seus fiéis, o matrimônio foi uma dentre as questões debatidas no processo de secularização do Estado português ocorrido a partir do final do séc. XVIII e que tomaria corpo especialmente na segunda metade do séc. XIX junto a temas como garantia de direitos civis, imigração estrangeira, controle da população e, principalmente, redução do poder da Igreja e do seu clero, os quais foram amplamente debatidos nos periódicos brasileiros mesmo após a Proclamação da República (1889) e o estabelecimento do Registro Civil (1890). Este trabalho pretende, então, investigar como o tema do Casamento Civil foi abordado em jornais alagoanos publicados entre 1880 e 1899, utilizando para isto os acervos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

4. Os “ensinamentos” para as mulheres: comportamento e regras sociais na Alagoas Oitocentista (1850-1879).

Andresa Porfírio Gomes (UFAL)

A presença das mulheres na Província das Alagoas do século XIX, presenciou mudanças significativas diante dos acontecimentos mundiais, acarretando na circulação das informações pelos jornais da época. A pesquisa foi desenvolvida pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sob orientação do professor Gian Carlo de Mello Silva e ligada ao Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagens (NESEM). Os objetivos foram

observar os escritos e colunas nos jornais, caracterizando a visão das mulheres a partir dos produtos e publicações direcionados ao mundo feminino, afim de contribuir para o conhecimento histórico da mulher em Alagoas. A metodologia utilizada foi a pesquisa e catalogação dos jornais nos arquivos públicos, tendo efetiva a higienização e digitalização do acervo consultado, tendo em vista a contribuição da pesquisa para a historiografia alagoana e a consulta bibliográfica. Mais de 150 publicações sobre as mulheres foram encontradas, nas quais, diante das regras instaladas pelo sistema patriarcal brasileiro, revelam uma ordem evidente nas amostras dos artigos e produtos ofertados a este público e destacam a extrema importância da manutenção do *status* social feminino, inclusive existindo a circulação de indivíduos escravizados (as) e as mulheres brancas pobres, tornando-se agentes históricos ativos no cotidiano da Alagoas oitocentista.

Sessão II (13/09/18)

1. A imprensa abolicionista em Alagoas: o discurso e a propaganda.

Ricardo Alves da Silva Santos (UFAL)

Alagoas na segunda metade do século XIX, assim como as outras províncias do então Império do Brasil, enfrentava os embates pela manutenção ou abolição da escravatura. Para resgatarmos e descrevermos a história do movimento abolicionista em terras alagoanas faremos uso da imprensa que no período da década de 1880 aglutinou os principais debates em torno do “elemento servil”. A formação de uma imprensa abolicionista somente foi possível graças a um repertório ideológico capaz de convencer a sociedade dos prejuízos da escravidão para combater os contrários à ideia de abolição. Ao mesmo tempo em que se articulava o discurso em prol da abolição, os proprietários reagiram para reafirmar seu discurso pela manutenção do trabalho escravo. Esse embate ideológico foi travado nas páginas dos jornais, protagonizado em Alagoas pelos jornais *Orbe*, *Lincoln*, *Gutenberg*, *Jornal do Penedo*, *Gazeta de Notícias*, entre outros.

2. Imprimindo e disseminando o anarquismo em Alagoas: a trajetória do jornal *A Semana Social* no ano 1917.

Igor Ribeiro dos Santos (UFAL)

O objetivo desta pesquisa é analisar a veiculação do anarquismo no Estado de Alagoas através das páginas do jornal *A Semana Social* no ano de 1917. Analisaremos os textos próprios do redator, assim como, artigos reproduzidos de outros militantes, jornais e grupos; discussões acerca de eventos nacionais e internacionais, tratados pelos anarquistas, como as greves gerais e mobilizações operárias ocorridas naquele ano, a Primeira Guerra Mundial, A Revolução Russa, etc.; além de discussões no tocante a questões políticas, econômicas e sociais locais, como a carestia, o incentivo à formação de entidades de classe e intervenção por meio destas, com vinculação com o anarquismo, tratados neste jornal. O periódico foi editado pelo tipógrafo fluminense Antônio Bernardo Canellas, na cidade de Maceió, de 30 de março a três de novembro daquele ano, somando-se vinte e seis números no total. O jornal foi distribuído também fora de Alagoas. Em terras alagoanas circulou em Maceió, Viçosa, São Miguel, União, entre outras cidades. A fonte utilizada na pesquisa é a coleção do jornal *A Semana Social*.

3. O Jornal de Alagoas através do tempo.

José Cláudio Lopes dos Santos Júnior (UFAL)

Este trabalho, por meio de um recurso expositivo, tem como objetivo desenvolver uma narrativa acerca do *Jornal de Alagoas* durante o período de 1989 - 1990, analisando sua trajetória como um dos principais periódicos de Alagoas e sua relevância na sociedade.

4. História e historiografia de Alagoas: a revista do (atual) Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Felipe da Silva Barbosa (UFAL)

Este trabalho, por meio de um método expositivo, exercita uma narrativa histórica acerca da fundação e desenvolvimento do conhecimento histórico científico em Alagoas, mediante a análise da Revista do (atual) Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, entre 1872, quando foi lançado o primeiro exemplar; até a década de 1930, quando sua produção passou a reverberar sobre as primeiras grandes obras de síntese explicativa da história de Alagoas.

5. Os “leitores” da cidade Modelo: urbanização e o ideário progressista no sertão de Alagoas (1961-1968).

Lourença Joyce Menezes Barbosa (UFAL)

O concerne do presente trabalho está alicerçado, a partir dos estudos culturalista de Pesavento, em pensar a cidade de Palmeira dos Índios no interior de Alagoas em sua dada realidade urbana, acerca de um estigma criado e difundido na década de 60, da cidade enquanto modelo. O urbano foi visto como elemento condicional de um mundo civilizado e comumente progressista de uma localidade que obteve fôruns de modelo no sertão de Alagoas advindos de titulação de um órgão partícula do primeiro governo militar, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA. Neste ínterim, a imprensa principalmente aquela oriunda dos meios impressos, desempenhou papel importante na difusão de Palmeira dos Índios como um modelo de cidade em Alagoas, estigma gestado sob o ideário de progresso e desenvolvimento em que a prerrogativa esteve centrada no reordenar/modificar da paisagem urbana.

Palavras-chave: Urbanização, Imprensa, Progresso e Desenvolvimento

Sessão III (14/09/18)

1. O Papel do Algodão na Província de Alagoas e seu lugar na memória.

Eric Nilson da Costa Oliveira (UFAL)

O algodão foi um dos principais produtos responsáveis pela formação socioeconômica de Alagoas. Estava aqui antes dos portugueses chegarem, inicialmente como um mero produto de subsistência, para um dos mais rentável no século XIX. De fácil adaptação invadiu as terras interioranas inférteis e esquecidas da província. Rapidamente reabilitou o moribundo comercio provincial, faz nascer e desenvolver novos aglomerados urbanos. Trouxe consigo a industrialização com as fabricas têxteis. Sendo a primeira inaugurada, em 1863, nos rebaldes de Maceió. Com a desvalorização do produto ainda nos anos 30 do século passado o algodão

vai caindo no esquecimento. Somente nos últimos anos estudiosos, acadêmicos trouxeram à tona a memória silenciada do ouro branco, designado assim em seu período áureo. Esse trabalho tem como objetivo retificar o papel do algodão na formação socioeconômica de Alagoas ainda no final do Império, desmitificando a afirmativa que a "história de Alagoas e a história do açúcar". E deixar o caminho para futuras pesquisas na área. Os números analisados mostraram o importante papel do algodão na receita da província e na manufatura na União Mercantil, a primeira fábrica têxtil de Alagoas. Tal como o açúcar, o algodão mostrou-se instável, principalmente devido as cotações internacionais e voltada estritamente para exportação. Tanto o açúcar e o algodão constituíram fundamentos para a formação do estado. desmitificando somente o açúcar como gêneses.

2. "Casos de vida e morte" - Ciclos epidêmicos e administração das freguesias no contexto de embate entre o regalismo e ultramontanismo em Alagoas (1840-1889)

Lydio Alfredo Rossiter Neto (UFAL)

Esta comunicação tem como objetivo estudar a atuação do clero católico influenciado pelas ideias e práticas regalistas e ultramontanas no território alagoano, em meados do século XIX até a Proclamação da República (1840-1889). Averiguando os conflitos na relação entre estes pressupostos com as mudanças jurídicas e administrativas de impacto social nas vilas e cidades do interior da província de Alagoas. Em especial, diante dos ciclos epidêmicos que afetaram a saúde pública, organização política e administração dos cemitérios. Admitindo, ainda, que um dos papéis da Igreja Católica no período foi a tarefa de ordenar o espaço social, juntamente com o Estado Imperial em âmbitos políticos, culturais e ideológicos. O presente trabalho é uma continuação da pesquisa "Casos de vida e morte": saúde pública, epidemias e administração dos cemitérios no contexto de embate entre o regalismo e ultramontanismo em Alagoas (1840 -1889). Fruto do projeto de pesquisa PIBIC - Igreja Católica, conflitos e relações de poder: regalismo e ultramontanismo na província de alagoas (1840-1889).

3. Mobilizações indígenas em Alagoas no século XX (1980-2003): da invisibilidade ao reconhecimento étnico.

Taysa Kawanny Ferreira Santos (UFS)

Este ensaio constitui uma reflexão sobre o movimento indígena em Alagoas. Postula definir um caminho para a compreensão de como se desenvolveu a dinâmica das relações entre povos indígenas e Estado na segunda metade do século XX. Entenda-se por movimento indígena o conjunto de ações organizadas pelos povos indígenas objetivando atender suas necessidades e garantir a efetivação de seus direitos. Estas ações, em muitos casos, são organizadas com o estabelecimento de alianças (com a sociedade civil organizada, igreja, etc.). Este trabalho investiga o movimento indígena que surge em resposta ao projeto do Estado para os povos indígenas e tem a década de 70 como um marco na sua organização em nível nacional.

4. Uma breve história da radiodifusão em Delmiro Gouveia-AL

Miqueias Lopes Da Silva (UFAL)

Esse artigo convida-nos a refletirmos sobre a inserção e impacto do condicionamento interativo dos primeiros sistemas telegráficos radiofônico, com ênfase para uma análise local tendo em vista a criação da (PRPC) em Delmiro Gouveia-AL em 1950. Procurando fazer um breve resgate da história da radiocomunicação esse artigo sustenta-se em outros de cunho

científico como por exemplo o trabalho da professora Andreia da Paixão Ferreira, com o artigo “A invenção do rádio: um importante instrumento no contexto da disseminação da informação e do entretenimento. 2013”. E sem perder de vista a imposição satisfatória ideológica da informação difundida no espaço social, remetemo-nos ao contexto da apropriação dos artefatos simbólicos pré-estabelecido na sociedade. Com ênfase para análise de autores a exemplo do Pierre Bourdieu (o poder simbólico. 1989). Michel de Certeau (*A invenção do cotidiano*, 1994). Darcy Ribeiro (*O processo civilizatório*, 1997). O presente artigo também conta com uma entrevista realizada com o dono da (PRPC). Jose Petruskas, que fez questão de enfatizar detalhes curiosos sobre a formação artística cultural em Delmiro Gouveia-AL, enquanto espaço sujeitado à expansão da imposição econômica cultural e ideológica das macros-etnias.

Simpósio 9 – Cidades, Diálogos Modernos e Práticas Culturais.

Coord. Ms. Jeferson Cruz (UFS/UFAL)

Sessão I (14/09/2018)

1. Um “Código Municipal de Conduta” na administração pública alagoana em 1928 e 1929: o pensamento civilizador em Graciliano Ramos.

Ângela Maria dos Santos (UFAL)

Esta comunicação propõe discutir o pensamento civilizador a partir da administração pública do romancista Graciliano Ramos na Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas. Ao assumir o cargo na prefeitura, em 1928, o romancista teve como amparo um Código Municipal de Conduta de 1865, que segundo ele, “parecia lei” (BARROS, 2014). O ideário do prefeito Graciliano Ramos se articulava com um movimento nacional e internacional de medicalização dos povos, ajustando-os a um modo único de vida. Alinhado com esse projeto de modernidade para o qual a desordem urbana se associava à pobreza, Graciliano considerava a necessidade de retirar a “selvageria” do sertanejo, inculcando-lhe hábitos de “civilidade” para o progresso do país. Na concepção de Gondra (2004) o processo de higienização dos grupos sociais era explicado pela necessidade de cultivar um homem novo, capaz de se desfazer das tradições, das crenças e religiosidades. A intenção do texto é expor outra face do renomado cronista brasileiro, enquanto administrador público no final da Primeira República, que se confronta com aquela posta em seus romances. Reconhecido por ter sido capaz de elaborar sínteses elucidativas em razão do Brasil, do projeto político das oligarquias econômicas e culturais.

2. Os ritos fúnebres da “nova elite” aracajuana na segunda metade do século XIX (1864-1876).

Bruna Morrana dos Santos (Secretaria de Estado da Educação de Sergipe)

Ao longo da segunda metade do século XIX, os presidentes de província que governaram depois de Inácio Joaquim Barbosa, empreenderam várias melhorias na infraestrutura do espaço urbano de Aracaju, apesar das frequentes epidemias que grassavam a cidade. Alterações na relação entre vivos e mortos estão ligadas à disseminação do Higienismo como ideologia, pois os enterros dentro das Igrejas, por exemplo, tornaram-se um problema de salubridade. De acordo com este pensamento da saúde pública da época, uma das medidas oficiais tomadas pelo governo provincial foi a inauguração em 1862 nos arredores da cidade,

do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição. O objetivo deste trabalho é mostrar as atitudes dos membros da “nova elite” em relação aos seus mortos, através de práticas como sepultamentos, cortejos fúnebres e principalmente, a preocupação com a boa morte. Ademais, os ritos fúnebres são indicadores do grau de prestígio do morto e conseqüentemente, das suas relações sociais, políticas e econômicas. Utilizamos como fontes inventários e testamentos da Comarca de Aracaju, jornais que circularam na capital e os registros de óbito da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju referentes ao período que vai de 1864 a 1876.

3. História, memória, cultura, religiosidade e fé: A Missa do Vaqueiro de Manari – PE (1986 – 2016).

Carlos André da Silva (UFAL)

Este artigo é sobre a Missa do Vaqueiro de Manari – PE e tem como objetivo evidenciar a importância histórica deste evento religioso, no que diz respeito à valorização da memória, da cultura e o papel da oralidade neste processo; a interação e o envolvimento da população com essa festividade religiosa, extremamente importante para a formação do patrimônio histórico e cultural do município. Desde que fora iniciada na segunda metade da década de 1980, o evento tem tomado proporções que não foram imaginadas por seu idealizador. Suas origens, no entanto, ainda não foram totalmente desveladas. É possível observar que uma parcela significativa da população local tem uma forte identificação com a Missa do Vaqueiro, ainda mais os contemporâneos por terem crescido tendo contato direto com essa realidade experienciada. Justificada, sobretudo, pelo fato do município ter uma vasta extensão rural e uma população camponesa, e tais elementos reunidos, contribuem diretamente para essa relação bastante proximal. O artigo baseou-se nos trabalhos de Certeau (1998), Cunha (2003), Correia de Andrade (1963), Correia (2016), Eagleton (2003), Nora (1993), Bosi (1994) entre outros; além de entrevista com o Pároco da cidade e descendentes de Zé Pesqueira, visto que têm ou tiveram uma relação direta com a trajetória da Missa do Vaqueiro e foram agentes oculares de vários momentos importantes desta festividade.

Palavras-Chave: Memória. Vaqueiro. Cultura.

4. Contribuições à construção de uma História das transformações urbanas de Arapiraca a partir da memória dos atores sociais locais.

Rodolfo José Oliveira Lima (UFAL)

Este trabalho apresenta as contribuições que o debate sobre a relação entre história e memória pode trazer para as pesquisas em história, em específico, à dissertação que vem sendo desenvolvida pelo autor que visa discutir os conflitos de classe por trás da forma como a cidade de Arapiraca-AL vem se desenvolvendo, trata-se de um trabalho voltado às necessidades de uma interpretação do espaço urbano enquanto campo a ser estudado pela ótica da luta de classes. Pretende-se expor na primeira parte considerações de autores já consagrados nas discussões sobre a relação entre história e memória, mostrando como elas são um importante ponto de reflexão para as pesquisas que estão sendo ou serão realizadas que perpassam, mesmo que pouco, por esse mesmo caminho. Em seguida, descrever como isso vem contribuindo na pesquisa que está em curso no programa de mestrado em história social da UFAL. Após melhor situar o leitor acerca de nosso objeto de estudo na dissertação, pretendemos destacar como trabalhar com as memórias dos sujeitos sociais inseridos no contexto analisado vem ampliando as possibilidades de compreensão do processo histórico

que a cidade de Arapiraca vem passando, utilizando-se da história oral como forma de ter acesso às mesmas.

5. Nas páginas da Modernidade: as representações da Belle Époque aracajuana nas páginas da Revista Fon-Fon (1910-1926).

Jeferson Augusto da Cruz (UFS/UFAL)

O presente trabalho pretende apresentar de que maneira as reformas urbanas em Aracaju, capital do estado de Sergipe, e sua Belle Époque foram representadas nas páginas da Revista Ilustrada Fon-Fon, semanário que circulou na cidade do Rio de Janeiro entre 1907 a 1958. A referida revista era tida como o arauto da modernidade, além de tratar principalmente dos costumes e notícias do cotidiano.

6. Sem mediação: História Oral e Tempo Presente.

Geovanne Otavio Ursulino da Silva (UFAL)

Neste trabalho proponho um olhar sobre o Tempo Presente, sobre como o seu estudo se deu nas últimas décadas e, por meio deste olhar mais amplo, identificar dentro da historiografia quais elementos podem ser usados para potencializar seu estudo. Proponho também um olhar sobre a História Oral enquanto possibilitadora da pesquisa, escrita e análise do Tempo Presente. Para que este olhar seja possível, utilizo como base a bibliografia adotada pelas professoras Dr^a. Lídia Baumgarten e Dr^a Raquel Parmegiani na disciplina “Teorias: História Cultural”, ministrada no primeiro semestre de 2018 para a turma do mestrado do PPGH-UFAL, assim como bibliografias decorrentes desta.

Simpósio 10 – Estado, Democracia e movimentos Sociais no Brasil Republicano

Coord. Ms. Paulo Vitor Barbosa dos Santos (UFAL), Ms. Magno Francisco da Silva (UFAL)

Sessão I (12/09/18)

1. O IHGB entre a monarquia e a república (1888-1902).

Maria Fernanda dos Santos (ANPUH-Seção Sergipe)

Na história intelectual do nosso país, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, ocupa um lugar de destaque desde fins da década de 1830, quando foi fundado. No âmbito do IHGB, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ganharam força os conflitos que opunham os confrades monarquistas e republicanos do sodalício, criando, muitas vezes, situações de difícil resolução e querelas quase insolúveis. O objetivo desta pesquisa é analisar a partir dos discursos proferidos pelos sócios da agremiação e das atas publicadas nas Revistas do IHGB, as interpretações historiográficas acerca dos conflitos entre a ala monarquista e a ala republicana no âmbito interno do IHGB, durante os anos de 1888 a 1902. Os estudos de autores como Manoel Luís Salgado Guimarães, Arno Wehling, Lilia Moritz Schwarcz, Lucia Maria Paschoal Guimarães e Ângela Alonso, serão primordiais nessa análise.

Palavras-chave: IHGB, historiografia, século XIX.

2. Os primeiros passos do movimento trotskista no Brasil (anos 30 e 40).

Gabriel Nascimento Santos (UFAL)

O presente trabalho busca fazer um resgate histórico dos primeiros anos do movimento trotskista no Brasil, apresentando os motivos que levaram à sua formação e o surgimento de um pequeno grupo dissidente dentro do Partido Comunista Brasileiro. Será analisado o desenvolvimento dessas organizações ao longo das décadas de 30 e 40 do século passado, tanto no que se refere às mudanças políticas, ou no que tange o avanço ideológico da corrente, assim como a contribuição dos grupos trotskistas para a esquerda brasileira de forma geral.

3. A atuação do Estado no Nordeste: a intervenção no território sob o signo do DNOCS (1945/1959).

Carla Janine Vieira de Souza (UFAL)

O presente trabalho está alicerçado em um estudo acerca da intervenção do Estado no território nordestino através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), ressaltando que o mesmo é partícula de uma pesquisa maior que teve como objetivo a análise entre os trabalhadores feirantes e as relações capitalistas na cidade de Delmiro Gouveia no sertão de Alagoas. Contudo, a presente proposta se dá em torno das ações desse órgão, o DNOCS, no que se refere ao uso das terras e dos recursos hídricos nas regiões mais secas do Nordeste para amenizar os problemas de economia regional. Para tal, buscamos a partir dos pensamentos/escritos de Francisco de Oliveira e Celso Furtado pensar a questão nordestina diante do órgão supracitado. Palavras-Chave: Nordeste, Estado, DNOCS.

4. Os discursos do líder patrulheiro Wanillo Galvão e a consolidação do anticomunismo como base da PNC.

Jonatha da Silva Ferreira (UFAL)

O presente trabalho visa analisar os discursos e a recepção das concepções defendidas pelo líder patrulheiro Wanillo Galvão Barros da PNC (Patrulha Nacional Cristã) pela sociedade alagoana nas décadas de 1950 e 1960. Além disso, pretende pensar sobre como essas ideias definiram as relações de Wanillo e de sua organização política com instituições, como a Igreja e o Estado. Enfim, o objetivo é tentar compreender por que suas ideias militaristas, anticomunistas e integralistas, de certa forma, foram bem recebidos, por meio da mídia, de forma simpática por vários setores sociais.

5. Populismo e Trabalhismo: conceitos e debate historiográfico com base no impeachment de Muniz Falcão (1956-1960).

José Fernando Barbosa dos Santos (UFAL)

Esta comunicação visa explicar acerca dos usos e aplicações dos conceitos de populismo e de trabalhismo, tendo como pano de fundo o processo histórico do impeachment do governador alagoano Muniz Falcão em 1957. Dessa forma pretende-se debater por meio da historiografia construída acerca do ocorrido e dos conceitos em questão. E com isso entender como os conceitos vêm sendo inseridos no referido processo histórico e ainda abrindo um panorama

para possíveis aplicações diferentes desses conceitos em análises futuras do governo de Muniz Falcão (1956-1960) e o processo de impeachment do mesmo.

6. A ditadura civil-militar e os povos indígenas: registros de violências na síntese do relatório Figueiredo.

Cássio Júnio Ferreira da Silva (UFAL)

Ficou conhecido como ‘relatório Figueiredo’ o documento produzido pela comissão de inquérito, do ministério da agricultura, instituída pela portaria nº 239 de 1967 e que foi liderada pelo então procurador geral da república Jader Figueiredo, que teve como objetivo investigar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios – SPI. A comissão apurou diversos tipos de violência contra povos indígenas, no entanto o relatório foi dado como desaparecido até que em 2013 é localizado no acervo do museu do índio e analisado pela comissão da verdade. Foram recuperados 29 dos 30 tomos que compunham o documento total, além da síntese enviada ao ministro da agricultura. São aproximadamente 5000 páginas com os relatos de violência. Ao falar desse documento, Schwarcz e Starling (2015), o definem como o mais importante documento de denúncia contra o Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar. Neste trabalho nos propomos a analisar a citada síntese, que é um documento de 68 páginas que nos permite pensar esse aspecto pouco estudado da ditadura civil-militar, que é a relação (de violência) com os povos indígenas.

Sessão II (13/09/18)

1. A questão racial no movimento negro contemporâneo brasileiro e na comissão pastoral da terra de Alagoas (CPT/AL) no período de 1970 a 1989.

Sara Angélica Bezerra Gomes (UFAL)

O movimento negro contemporâneo brasileiro e a Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT/AL) apresentaram diferentes tipos de atuação política na luta contra a discriminação racial. Durante os anos que se seguiram após a instalação da ditadura civil-militar em 1964, o movimento negro contemporâneo aparentemente procurou formar um movimento anti-racista em escala nacional, combinando a luta das organizações negras com a luta de outras classes trabalhadoras e dos demais grupos oprimidos, na tentativa de criticar a ideia de democracia racial no Brasil e, a CPT/AL, na medida em que organizava reivindicações por reforma agrária no estado de Alagoas, ao que parece também buscou defender o direito à terra para os negros e as negras desse estado, que estavam passando por um momento de expropriação de suas terras. Este artigo, portanto, objetiva discutir com base em algumas teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos e livros que versam sobre a temática do racismo dentro do movimento negro contemporâneo e da CPT, como o debate sobre a questão racial proporcionou a criação de diversas organizações negras nesse país no final do século passado. E, seguindo essa perspectiva, o presente artigo também aborda como a questão do racismo foi tratada pela Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT/AL), durante as reivindicações por reforma agrária organizadas por ela no Alto Sertão desse estado, no final do século XX.

2. Terra, trabalho e resistência: memórias do assentamento Lameirão, Delmiro Gouvêia (1989-2014).

Aline Oliveira da Silva (UNEAL)

Este trabalho tem a pretensão de estudar a questão agrária e os desdobramentos da luta pela posse da terra no sertão do baixo São Francisco, a partir da experiência de um dos primeiros assentamentos da região, o assentamento Lameirão, situado na cidade de Delmiro Gouveia, no período 1989-2014. A partir da metodologia da história oral, da bibliografia sobre o tema, analisar o contexto dos conflitos agrários na região e as estratégias de resistência, organização social, política e cultural, que esses trabalhadores rurais sem-terra traçaram para a constituição do assentamento e suas atividades produtivas. Como também, analisar a experiência de homens e mulheres comuns, que evocam o direito pelo acesso e democratização da terra no sertão de Alagoas.

Palavras-chave: Terra; Assentamento; Sertão.

3. A crise do setor sucroalcooleiro alagoano e a alternativa pela via da Reforma Agrária: Um Estudo de Caso sobre a Usina Laginha em União dos Palmares – Alagoas.

Laura Juliana dos Santos Cassiano (UFAL)

A presente pesquisa busca compreender a situação da classe trabalhadora dentro do complexo sucroalcooleiro alagoano no contexto da crise estrutural do capital, direcionando o olhar para a crise econômica do grupo João Lyra (Usina Laginha Agroindustrial S/A, localizada em União dos Palmares – AL) para mostrar de que forma os trabalhadores foram atingidos com a falência das usinas e qual a alternativa encontrada por eles para se posicionar diante da crise econômica que assola este setor. Para compreender o contexto em que se insere tal setor no cenário nacional inicialmente foi essencial o estudo de textos que colaborassem na compreensão dos fatores históricos que explicam as características desse setor industrial.

4. “A universidade somos nós”: a gestão de Delza Gitaí, primeira reitora da UFAL, 1987-1991.

Giovanni Torres Apratto Lopes (UFAL)

Após a ditadura civil-militar, no período de redemocratização, o país foi tomado por experiências políticas, participativas e humanistas. Nesse outro contexto, o país viveu tempos de reformas institucionais e constitucionais. As universidades, em particular, além do envolvimento de sua comunidade com o debate político nacional, internamente passaram a eleger de modo direto os seus reitores. Na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na primeira eleição direta, pós ditadura civil-militar, foi eleita a professora Delza Leite Góes Gitaí, para gerir a instituição no período, 1987-1991.

5. Uma desobediência civil chamada *black bloc*: de Berlim Ocidental à Seattle, Estado Unidos (1980-1999).

José Enes Alves Braga Júnior (UFAL)

O Black Bloc é uma tática de guerrilha urbana criada na década de 1980, em Berlim Ocidental, durante a Guerra Fria. A tática não ficou conhecida nessa década e limitou-se a Europa, região da Escandinávia e alguns países do Oriente Médio, mas os Black Blocs foram popularizados pela mídia na década de 1990 na América do Norte. Os mascarados uniram-se às manifestações conhecidas como os Dias de Ação Global na cidade de Seattle, Estados Unidos. Suas ações, alvos escolhidos e roupas pretas ganharam destaque nas mídias

tradicionais e alternativas. A partir do dia 30 de novembro de 1999 ou N30, a tática Black Bloc ficou conhecida mundialmente e esse dia foi chamado de Batalha de Seattle.

Simpósio 11 – Religião e Política no Brasil Republicano

Coord. Ms. Wellington da Silva Medeiros (UFAL/SEDUC), Ms. Alex Benedito Santos Oliveira (UFAL)

Sessão I (12/09/18)

1. Apontamentos sobre experiências afro-religiosas no processo de formação da República do Brasil (Maceió/AL, 1889-1900).

Líliá Rose Ferreira (UFRPE)

Esta proposta de trabalho tem seu foco nas experiências dos africanos e afrodescendentes no processo de formação da República Brasileira, na cidade de Maceió, AL, ao longo dos anos de 1889-1900. Nesse contexto, o Estado brasileiro se reivindicava laico. Contudo, como a sociedade e suas instituições, em particular a imprensa lidava com a presença de africanos e afrodescendentes exercendo suas afro-religiosidades? A partir da documentação selecionada composta de jornais como o Orbe, A Fé Christã e o Gutenberg, salvaguardados na Hemeroteca Digital do Brasil, pretende-se evidenciar conflitos sócio-políticos inerentes às práticas religiosas afrodescendentes, bem como a construção do termo feitiçaria no discurso adotado pelos jornais da época com caráter depreciativo direcionado às práticas afro-religiosas. Nesse sentido, para melhor tratar a temática, utilizaremos autores como José Murilo de Carvalho, João José Reis, Carlo Ginzburg e Irinéia Maria Franco dos Santos. Trabalharemos ainda com as perspectivas de Tânia Regina de Luca sobre o uso de fontes impressas na pesquisa histórica.

2. Memória e identidade social: um estudo sobre a experiência histórica do “Quebra de 1912” na historiografia alagoana.

Ellen Cirilo Santos (UFAL)

Neste trabalho pretende-se discutir a construção de uma Identidade Social a partir da memória coletiva e no modo como esta vem sendo observada pela historiografia alagoana a partir da experiência histórica que ficou conhecida como Quebra de Xangô 1912. Tenta-se num primeiro momento articular esta memória coletiva e identidade social partindo dos conceitos abordados por Michael Pollak e Maurice Halbwachs, assim como entender o modo como essa memória resistiu aos tempos de repressão e quais mecanismos de defesa desenvolveram através do tempo. Assim, entende-se que é essencial perceber a construção de uma identidade sociocultural, ainda sobre os reflexos da memória coletiva das repressões experienciadas pelas religiões afro-brasileiras no estado de Alagoas na Primeira República.

3. Oh, Maria Madalena: um breve comentário sobre a mais antiga e tradicional festa religiosa do estado de Alagoas.

Hugor Soares de Melo (UFAL)

A comunicação aqui proposta consiste na apresentação de uma pesquisa ainda em andamento sobre as festividades que acontecem anualmente, dedicadas à padroeira Santa Maria Madalena, realizadas na cidade de União dos Palmares, Alagoas, desde 1835. A comunicação

tem por objetivo divulgar os resultados preliminares obtidos na pesquisa, bem como apresentar algumas inquietações e questionamentos que levaram a esse estudo. As principais fontes usadas são passagens de periódicos de fins do século XIX e início do XX, através das quais tentamos observar as transformações que o fenômeno da festa tem sofrido ao longo dos seus quase dois séculos de existência. O texto-base desse estudo contém, num primeiro momento, uma descrição das festividades na atualidade, seguida de uma busca historiográfica que tem como objetivo remontar a festa em outras temporalidades, logo após, tentamos situar o papel social que a festa tem assumido e responder algumas questões de ordem filosófica que foram levantadas oralmente por moradores da cidade. Ainda em caráter preliminar, o estudo está em construção e carece de algumas categorias, sobretudo de ordem antropológica e sociológica. A apresentação desta pesquisa para a comunidade acadêmica é uma ótima oportunidade para adquirir referências e amadurecer diversas questões.

4. “Vamos ter um bispado”: Os acordos políticos, as mobilizações das elites e a Comissão Central do Patrimônio para a criação da diocese de Alagoas (1896-1901).

César Leandro Santos Gomes (UFAL)

A comunicação tem como objetivo analisar os jornais publicados em Alagoas entre o final do século XIX e XX, como parte da pesquisa desenvolvida no mestrado que busca encontrar os “sinais” do “processo de romanização” durante o primeiro bispado de Alagoas, conduzido por D. Antônio Brandão (1901-1910). Para a criação de novas dioceses durante a Primeira República verificam-se a ocorrência de diálogos entre a Nunciatura, os governos estaduais, as elites locais por meio de campanhas de arrecadação do patrimônio da futura jurisdição eclesiástica. Os acordos para fundação do bispado alagoano, conforme as fontes consultadas, surgiram em uma conjuntura propícia marcada pela eclosão de disputas no campo da política. Dessa forma a observação dos jornais de Alagoas possibilitam pensar a criação da diocese no estado como uma forma de beneficiar as categorias socialmente privilegiadas. Assim como também pode ser articulada com o projeto de reordenação do catolicismo diante da nova realidade vivenciada após a Proclamação da República.

5. Luís Pinto Bastos: um novo agente religioso no processo de reestruturação da Igreja Católica em Caetité-Ba (1908-1925).

Fabiano Nascimento Santos (UEFS)

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as ações empreendidas pelo Monsenhor Luís Pinto Bastos em Caetité-Ba entre os anos de 1908 a 1925. Nela procuramos focar as articulações políticas que foram desenvolvidas pela Instituição Católica para a ida do vigário para o município, analisando o seu papel enquanto aliado político de membros da elite local e líder religioso na consecução do projeto católico. Essa ação tem como cenário principal às primeiras décadas do período republicano, no qual se oficializou, por meio da Carta Magna de 1891, a separação entre a instituição católica e o Estado brasileiro.

6. Dom Francisco Expedito Lopes: um representante da Romanização no Agreste Pernambucano.

Luciana Valéria Morais Santiago (UFAL)

Neste simpósio, iremos refletir sobre o episcopado de Dom Francisco Expedito Lopes a frente da Diocese de Garanhuns (1955–1957), os confrontos e conflitos surgidos a partir da convivência entre duas culturas distintas uma - representada pelo bispo, um Doutor em Direito Canônico pela Universidade Gregoriana - um representante da romanização, e outra pelo clero autóctone, muito à vontade em suas práticas, comprometidos com suas próprias vidas e bem distantes das orientações de Roma. Esses confrontos culminam com o assassinato do prelado por um padre da sua Diocese, Padre Hosana de Siqueira e Silva.

Sessão II (13/09/18)

1. Por deus, terra e liberdade: a trajetória política e religiosa de Carlos Duarte da Costa. Fabrícia Santana da Silva Oliveira (UFAL)

O presente trabalho enfoca as transformações ocorridas a partir de 1889, dando ênfase na relação da Igreja Católica com o Estado, como o fim do Padroado à implantação da Romanização, mais especificamente na figura de Carlos Duarte Costa. No primeiro momento buscou-se assimilar os traços de sua formação educacional no Vaticano, como a política de reforma no processo de Romanização da Santa Sé para Brasil, após a proclamação de Estado laico. Seguindo de sua inserção em cargos hierárquicos do sacerdócio, debate-se sobre sua atuação enquanto bispo de Botucatu, tendo sua ordenação pelo prestigioso Dom Sebastião Leme, no qual nutria uma notável relação de confiança. Envolvido com as questões políticas do Brasil nas décadas de 1930 a 1960, o bispo teve uma gestão conflitante ao dedicar-se à luta contra o governo de Vargas, apoiando a Revolta pela Constituinte, em 1932. Ademais, acusava a entrada de infiltrados nazistas no clero brasileiro, alegando que o Vaticano teria apoiado os regimes fascistas da época. Consequentemente foi excomungado e decide fundar a Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB), em 1945. Apesar de todos esses conflitos terem causado polêmica e ocupado colunas de jornais de destaque da época, a história do fundador e da fundação ICAB não possui muita visibilidade no meio historiográfico. Tal trabalho vem para somar com outros pesquisadores que se empenharam em análises dos dados, objetivando o levantamento de fontes documentais para a compreensão desse personagem histórico que se contrapôs aos dogmas da Igreja Católica Romana, somando a um grande movimento de fundação de igrejas católicas independentes na América Latina.

2. Entre o altar e a tribuna: a atuação política do Monsenhor Cícero Teixeira de Vasconcelos (1946-1954).

Claudielly Karolaini Vilar Chagas (UFAL)

O presente trabalho busca tatear as relações existentes acerca da vida política do religioso alagoano Monsenhor Cícero Teixeira de Vasconcelos (1892-1967), eleito para senador da República pelo PSD (Partido Social Democrático) para legislatura entre 1946-1954. Neste sentido, buscar-se analisar, através de referências teóricas da nova história política e das fontes documentais, tais como gratulações e discursos proferidos no senado, seu posicionamento político-social e religioso. Para compreendermos sua atuação política no Senado, acompanhamos sua trajetória anos antes à sua candidatura, em que atuou como membro do conselho administrativo no governo do Interventor Ismar de Góis Monteiro (1941-1945). Desse modo, percebemos que a atuação política do Monsenhor Cícero Teixeira estava atrelada aos interesses da elite política alagoana.

3. Sob o signo do anticomunismo católico: as marchas com deus pela liberdade em Sergipe e a condescendência da Igreja com o regime autoritário (1964).

Raphael Vladmir Costa Reis (UFAL)

Durante a década de 60, período marcado pela profunda polarização de matizes ideológicos, a sociedade brasileira esteve imersa num cenário de conspirações, crises e silenciamentos. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, manifestação cívico-eclesiástica idealizada por setores conservadores da sociedade paulista e, sobretudo, elementos da ala conservadora da Igreja Católica em março de 1964, caracterizou-se como um instrumento de reação ao Comício da Central, no qual o presidente João Goulart reiterou seu profundo desejo em implantar as reformas de base. Após cooptar um significativo número de simpatizantes empenhados em destituir Goulart, sob a infundada alegação de que este estivesse articulando a instauração dum regime aos moldes do modelo cubano, as Marchas irromperam pelos grandes centros urbanos e alcançaram Sergipe, recorte espacial-analítico da pesquisa, entre abril e maio de 1964. Tendo em vista a ausência de crivo analítico acerca desses eventos, a presente comunicação consiste em investigar a participação da Igreja Católica na planificação das Marchas em Sergipe, identificando as relações desta instituição com o regime autoritário, bem como identificar os percursos, participantes e impactos causados na cultura política dos municípios nos quais tais manifestações cívico-eclesiásticas transcorreram.

4. Análise do discurso de Dom Adelmo Cavalcante Machado, no período da ditadura civil- militar, em Alagoas.

Ennia Carolina da Silva Freitas (UFAL)

O presente trabalho tem como principal intuito fazer uma releitura do discurso político e social de Dom Adelmo Machado, ao mesmo tempo que faz uma reflexão sobre o público-alvo que recebia esses sermões e homilias, interpretando a linguagem que a instituição religiosa apresentava para os seus fiéis. A pesquisa problematiza e investiga o imaginário da sociedade cristã ao receber esses direcionamentos, que além de um grande teor missionário, tinham grandes impactos sociais, verificando assim o grau de influência que existia entre Igreja e sociedade. As fontes que serão utilizadas são os livros de tomo, que estão no Arquivo da Cúria, o Jornal *O Semeador* e a correspondência do arcebispo em questão.

5. A Comissão de Paz e Justiça da Igreja Católica em Alagoas; 1975-1985.

Alex Benedito Santos Oliveira (UFAL)

O presente trabalho tem por objetivo levar ao público acadêmico a memória das atividades políticas, praticadas pela Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica em Alagoas. Mais ainda, analisamos as ações desempenhadas por membros da CPJ, como: advogados, agentes pastorais, padres e freiras que compunham a entidade e formaram uma rede de atividades de auxílio exercidas em parceria com a Igreja junto às classes subalternas, principalmente o lumpemproletariado das regiões rurais do Estado de Alagoas, durante o regime militar. Esta análise foi constituída mediante o estudo de documentos produzidos pela Comissão de Justiça e Paz da regional Nordeste II em parceria com agentes sociais ligados à arquidiocese de Maceió. O rebuscamento destes arquivos visou expressar também a memória coletiva de luta política exercida por trabalhadores rurais como: “vaqueiros, mulheres de vaqueiros, carroceiros”, frente aos fazendeiros da região, que exploravam a mão de obra local. Latifundiários que aproveitavam a desinformação dos trabalhadores rurais, sobre os direitos

trabalhistas que eles possuíam, para explorarem a mão de obra de forma semiescrava. Foi mediante o estudo da memória coletiva destes trabalhadores, analisada através dos arquivos eclesiásticos que podemos interpretar as atitudes, objetivos, omissões de luta e conquistas alcançadas por estes trabalhadores na zona da mata alagoana, por meio do auxílio da Comissão de Paz e justiça da Igreja Católica. Elas que tiveram a cidade de Pilar-AL como recorte geográfico da análise do objetivo de pesquisa.

6. O “Correio das CEBs”: as comunidades eclesiais de base e sua expressão político-religiosa em Alagoas, 1987.

Wellington da Silva Medeiros (SEDUC/UFAL)

Na década de 1970, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) expandiram-se por todo o Brasil, vivendo um momento de grande vitalidade em contexto nacional. Já na década seguinte, se depararam com uma nova conjuntura política e eclesiástica. Alguns pesquisadores referem-se a esse momento como período de “restauração”, em decorrência da progressiva centralização do poder de decisão nas mãos da hierarquia romana. Por outro lado, contrariamente à conjuntura eclesial, em Alagoas as comunidades de base adquiriram maior visibilidade a partir dos anos 1980. Entre os anos de 1983 e 1989, desenvolveu-se uma série de “estruturas de apoio” que viabilizaram a continuidade da experiência das CEBs diante de um clero muitas vezes hostil. Idealizado pela equipe de coordenação das comunidades, em abril de 1987, surgiu o periódico mensal "Correio das CEBs". No periódico eram transmitidos os valores, representações e símbolos da cultura político-religiosa das CEBs, configurando-se, portanto, em um vetor social de reprodução dessa cultura política. Desse modo, tem-se por objetivo discutir os elementos que constituíam a cultura política das CEBs, através da análise do referido periódico.

Simpósio 12 – O século XX e sua história

Coord. Dr. Ana Paula Palamartchuk (UFAL), Dr. Aruã Silva de Lima (UFAL)

Sessão I (12/09/18)

1. Sr. redator: cartas anônimas contra a carestia na imprensa carioca, no começo do século XX.

Poliana Santos (USP)

Analisar as cartas anônimas publicadas nos jornais cariocas, no começo da República brasileira e no contexto de uma crise financeira, em 1905. Compreende-se as correspondências ostensivas como uma estratégia popular para criticar o governo e o alto custo de vida, especialmente, o aumento no preço dos gêneros de primeira necessidade, como a carne verde, feijão, miúdo etc. Para tanto, serão analisados o Jornal do Brasil e a Gazeta de Notícias, dois grandes periódicos da época, que se caracterizam pela sua temática e interesse pelo popular.

2. O paradigma da ausência e a história do trabalho em Alagoas pós-abolição.

Sandra Catarina de Sena - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Há algumas décadas, pesquisadores e pesquisadoras, sinalizam em seus trabalhos, diversas críticas às “narrativas tradicionais” sobre a História do Trabalho no Brasil. Por muito tempo, insistiram em definir o “perfil” para o trabalho no Brasil pós-abolição, como sendo “masculino, branco e europeu”. Diante disso, foi, e continua sendo, necessário questionar os silenciamentos e as invisibilidades contidas na história. Desde o fim da década de 1970, com a consolidação da História Social do Trabalho como um campo de fundamental discussão, diversos trabalhos têm apresentado a forte presença da população negra e das mulheres nos locais de trabalho nesse mesmo período. Nesse sentido, a questão central dessa discussão é a reflexão sobre a experiência dos trabalhadores e das trabalhadoras em Alagoas nesse contexto e a partir disso, questionar os silenciamentos existentes na construção histórica e historiográfica do trabalho em Alagoas.

3. Pleiteando direitos: estratégias de trabalhadores na ditadura empresarial-militar.

Renata Carla Silva de Gusmão (UFAL)

A Justiça do Trabalho é considerada por parte da historiografia um espaço de disputas. Especialmente no contexto da ditadura empresarial-militar, cujo projeto político-econômico impôs um enquadramento ao mundo do trabalho pautado em intervenções nas organizações sindicais, sufocamento de movimentos grevistas, implantação do arrocho salarial, retirada de direitos, perseguição, censura e repressão dos que “ameaçavam” a ordem, esta instituição tornou-se um dos poucos espaços de enfrentamento dos trabalhadores por direitos e melhores condições de trabalho. A presente comunicação tem por objetivo fomentar um debate sobre determinadas estratégias utilizadas por trabalhadores indicadas nos processos trabalhistas, que, a despeito do filtro jurídico, é uma via de acesso à fala desses sujeitos.

Palavras-chave: Trabalhadores; Justiça do Trabalho; Ditadura empresarial-militar.

4. Apontamentos para uma história sobre a política científica e tecnológica brasileira em torno da Segunda Guerra: o caso da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Gabriel Soares Bádue (UFAL)

O objetivo do nosso trabalho é apresentar uma discussão sobre a política de cooperação científica brasileira entre os anos 1930 e 1940, a partir da constatação de mudanças ocorridas na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo durante o referido período, quando houve uma transferência do centro dessas relações, que se moveu de instituições europeias, que hegemonizavam as cooperações até meados dos anos 1930, para instituições estadunidenses. Tal tema está inserido em pesquisa desenvolvida durante nosso doutoramento, sobre a institucionalização da matemática aplicada na USP a partir da Escola Politécnica. Entre a documentação consultada estão as atas da Congregação da Escola que apontam para uma série de cooperações que foram estabelecidas com instituições estadunidenses a partir dos anos 1940, contando, inclusive, com a participação de órgãos governamentais dos dois países, o que entendemos ser um indício da existência de interesses que estavam além da mera cooperação científica.

5. O poder da memória e os domínios da cana de açúcar no Sul da zona da mata alagoana entre as décadas de 1950 e 1970.

Fábio Barbosa da Silva (UFAL)

Este trabalho objetiva compreender o papel assumido pela cana de açúcar na constituição de uma memória coletiva da região estudada. Tomando como base o conceito de memória

coletiva (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), procura-se compreender a constituição de uma memória desenvolvida em torno da atividade canavieira no espaço estudado. Considerando que a monocultura da cana de açúcar é um fenômeno relativamente recente na região, este estudo aponta condições que permitiram a assimilação desta atividade econômica pelo imaginário local e como tem contribuído para a manutenção do status quo de dependência da região em relação às usinas, estas que, juntamente com os vastos canaviais, compreendem atualmente a forma mais elaborada da hegemônica indústria canavieira. Neste sentido procura-se elucidar como a mesma atividade ganhou posto privilegiado na memória local, tornando-se elemento-chave no mito de fundação e manutenção desta sociedade.

6. Mnemosine sertaneja: Como a memória piranhense se reorganiza a partir da intervenção da Chesf (1980-2000).

Monielly Suelen Gomes Barboza (UFAL)

A memória como instrumento de trabalho e análise do historiador foi crescendo com o passar das décadas com o auxílio da história oral, pode-se, então, ter a memória como fonte, sem esquecer, claro, dos debates em torno da validação desse tipo de fonte. Temos atualmente, uma dualidade entre memória e história, porém, as duas se contemplam ao mesmo tempo. O presente artigo pretende explicar a questão da memória como fonte e sua relação com a história, propondo abarcar nesse debate, relação da população de Piranhas/AL, cidade do interior de Alagoas que sofreu modificações no seu modo de vida durante o século XX, quando a Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) se firma na cidade para realizar a construção de uma hidroelétrica. A partir de entrevistas realizadas para fins de outros trabalhos, como o trabalho de conclusão da graduação, procurar-se-á debater a questão da memória local com o auxílio de autores como Maurice Halbwachs, Le Goff e outros.

Palavras-chave: Alagoas. Chesf. Mudanças sociais. Memória.

7. Os sentidos do pensamento econômico brasileiro: aproximações entre a “revolução brasileira” e a “revolução anticolonial”.

Matheus Carlos Oliveira de Lima (UFAL)

Quais os sentidos da revolução no pensamento econômico brasileiro? Podemos indicar que a obra de Caio Prado Júnior se resume à análise da formação econômica do Brasil com foco no sentido da colonização? O trabalho proposto pretende debater essas indagações que se situam na compreensão da fecundidade da obra caiopradiana, em especial, aquela produzida entre as décadas de 1960 e 1970 como *A Revolução Brasileira* (2014). Para tanto, procurou-se debater o caráter da revolução anticolonial desenvolvida e aplicada de forma mais ampliada também durante essas décadas, tendo como característica a construção de um arcabouço teórico fundado na resolução de questões nacionais determinadas pelas particularidades regionais (CABRAL, 2013; LOSURDO, 2018). Assim, por meio de aportes metodológicos desenvolvidos pelas pesquisas de fontes bibliográficas localizadas em acervos digitais acerca da História Econômica brasileira procura-se mostrar as características de natureza historiográfica. Deste modo, tem-se como tarefa a discussão e explicação para o entendimento do Brasil, de matrizes do pensamento econômico e das formas que esse campo de estudos das ciências humanas pode contribuir para um salto qualitativo na forma de organização societária.

Palavras-chave: História Econômica. Revolução. Anticolonialismo.

Sessão II (13/09/18)

1. Um olhar para o crime de defloramento: O papel da memória em um processo crime na capital Sergipana (1920).

Jôycimara Ferreira Barreto

O referido trabalho tem como proposta refletir sobre o papel da memória em um Processo Crime de defloramento ocorrido na cidade de Aracaju no ano de 1920. Para desenvolvimento do trabalho foi analisado os depoimentos das testemunhas, da vítima e do acusado pelo crime ocorrido na capital, assim, buscou-se identificar através das falas dos testemunhos a memória presente no processo. Com isso, é possível perceber elementos que seriam características da memória coletiva e individual, onde estas são importantes para o desenrolar do julgamento contra o crime ocorrido. No processo sobre defloramento são levantadas algumas questões características do crime: idade da vítima, se a perda da virgindade é ou não recente, onde e com quem mora, se conhecia ou tinha alguma intimidade com o acusado. Esses questionamentos são levantados no exame de corpo de delito, documento importante que compõe o processo de defloramento. Através dessas análises utiliza-se de teóricos como Halbwachs e Le Goff que ajudarão a entender sobre a função e atuação da memória na sociedade. Assim, a identificação e papel da memória em um processo crime é um elemento importante para o julgamento final do acusado, sendo este culpado ou inocente pelo ato cometido.

2. As mulheres, a história e o silenciamento: Uma breve análise sobre a participação das mulheres no Partido Comunista do Brasil (1922-1938).

Gleice Pereira da Silva (UFAL)

Este artigo propõe analisar a participação das mulheres no Partido Comunista do Brasil (PCB) logo em seus anos de fundação (1922-1938), e como as trajetórias dessas mulheres acabaram silenciadas pela memória oficial do partido. A maioria dos textos fundadores da memória do grupo partidário foram escritos por militantes do sexo masculino, que em suas memórias, pouca ou nenhuma atenção deram a situação feminina e a sua participação nas organizações comunistas. Esse fato, acabou levando a secundarização do papel feminino dentro do grupo e na historiografia “oficial”, construída posteriormente. Nessa análise serão utilizados uma série de documentos da Internacional Comunista que estão sob a guarda do Arquivo Edgard Leuenroth, obras teóricas sobre gênero, história das mulheres e memória. Também serão utilizadas biografias e autobiografias das comunistas, como Laura Brandão, Patrícia Hehder Galvão. Nesses textos, podemos analisar como essas mulheres lidavam com o entrelaçamento entre vida pessoal e partidária. Em um contexto extremamente machista, onde o campo de atuação feminino era reduzido, muitas vezes ao lar, essas mulheres, e tantas outras, conseguiram revolucionar não apenas o lugar social da mulher, mas também o mundo da militância política.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Partido Comunista do Brasil. Silenciamento. História.

3. O método uma reflexão sobre o que não se pode ver: Lukács e Eagleton esclarecendo sobre a forma e a totalidade na Literatura.

Joedsa Wanessa Oliveira de Lima Cordeiro (UFAL)

A crítica marxista se ocupa de perceber além da forma literária os detalhes, e estabelece conexões necessárias em detrimento de seu principal objetivo, que é, explicar uma determinada obra e o que a compõe além do imaginativo. Trata-se de um estudo dentro da Historiografia do século XX, em Alagoas, sobre o trânsito entre a literatura e seus conceitos formais, realidade objetiva, História e Sociedade, no qual a interpretação vai além do formalismo e além de sua importância literária, desde que acredito que toda obra de arte foge um pouco a arte e porta nela, mesmo que dentro de uma forma ideológica, sua própria história, não só em sua imanência, mas em sua realidade objetiva, que perpassa o sentido literário e chega como um “recado” aos seus leitores– o entendimento dessa totalidade está diretamente associado ao isolamento de fatos sociais que são ditos intrínsecos à obra, que podem vir a prejudicar não só as interpretações (a hermenêutica) dela, como também ocultar uma possível explicação, que ocorre quando estes fatos “escondidos” entram em conexão com o meio social– provocando novas considerações sobre o papel da obra em um contexto de relações sociais, assim como sobre sua intervenção, gerando debates de contribuições ao determinismo social.

4. História e literatura: Parque Industrial, gênero e revolução.

Ana Paula Palamartchuk (UFAL)

A escritora paulista Patrícia Galvão publicou, em 1933, o que ela mesma denominou de “romance proletário”. Parque Industrial levanta do ponto de vista estético alguns aspectos que expressa uma narrativa bastante informada pela experiência da escritora na redação do jornal O homem do povo, dirigido por Oswald de Andrade e no qual escrevia a coluna “A mulher do povo”, em 1931. A crítica ao romance foi bastante negativa e recuperar parte dela poderá abrir caminhos para o sentido que o romance adquiriu naquele momento e no seu posterior “esquecimento”. Nesse sentido, o objetivo é buscar as questões de gênero, em especial as relacionadas à violência sexual contra a mulher trabalhadora, apontadas ao longo do enredo. Mas também é apontar como a imprensa, através das crônicas policiais, neste período, lidavam com essa violência e como, em certa medida, a escrita de Pagu se apresenta, quase como uma necessidade, sempre como uma resposta à uma ideia hegemônica de patriarcalismo. Essa apresentação é parte de um projeto de pesquisa em andamento, cujo título provisório é “Três provérbios e um vidro de acetona”. História social: gênero e cultura. (Brasil – anos 1930)”, no qual busco nas trajetórias de Pagu, Nise da Silveira e Tarsila do Amaral a experiência de engajamento político e a relação com o mundo profissional e a participação de cada uma delas na construção e intervenção no campo intelectual brasileiro e internacional.

5. Coleção “Romances do Povo”: agenda cultural comunista na Guerra Fria (1953-1956/Brasil).

Luana Claudino da Silva (UFAL)

A coleção “Romances do povo”, trata-se de uma coletânea publicada entre 1953- 1956, pela editora Vitória do Rio de Janeiro, vinculada ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). A coleção tem como organizador o escritor Jorge Amado e é composta por 20 volumes de autores diferentes de diversas nacionalidades, tendo como maioria autores soviéticos. O presente artigo tem como objetivo mostrar a importância da “Romances do povo” no processo de engajamento intelectual no Brasil, no contexto da Guerra Fria, além de servir para que

possamos compreender a cultura comunista da época, como também a influência da adesão do Realismo Soviético na coleção produzida pelo PCB.

6. Gênero e democracia racial nos anos 1950: Mulher-personagem em Gabriela, cravo e canela de Jorge Amado.

Milena Correia dos Santos (UFAL)

O romance de Jorge Amado, publicado em 1958, apresenta como personagem central Gabriela, nome que também é incorporado ao título da narrativa literária: Gabriela, cravo e canela. A partir dos debates intelectuais que nos ajudam fortalecer as análises à literatura amadiana na construção da identidade nacional, e nas questões de gênero e raça. A conduta da personagem Gabriela marcada por sua etnicidade, é quase sempre destoante do que seria admissível para as moralidades patriarcais e cristãs da cidade de Ilhéus. Gabriela não só não as compreende como também não as obedece. O trabalho pretende apontar como tais adjetivos atribuídos à personagem intensificam a construção de mulher "mulata" como promiscua, e afastam Gabriela de ser uma mulher livre, de fato - já que essa diversas vezes é colocada sob a subserviência de seu patrão e amante.

7. Análise biográfica: Théó Brandão.

Camila Maria Oliveira de Melo (UFAL)

Theotônio Villela Brandão, ou, como era popularmente conhecido, Théó Brandão, foi um influente intelectual alagoano lembrado principalmente pelo seu trabalho junto ao Movimento Folclorista. Pensando nisso, este artigo se propõe a analisar algumas obras existentes que tratam sobre a vida e a obra desta figura, a fim de compreender minimamente o contexto sócio político existente tanto no período que diz respeito a escrita dessas obras, quanto ao período de atuação do folclorista. Busco compreender os porquês dos interesses na guarda da memória de Théó Brandão e entender também de que forma a “cultura popular” alagoana, tão cara a esta figura, foi tratada nestes trabalhos.

Sessão III (14/09/18)

1. Fazendo e mudando a história: enlances culturais na vida/obra de Clara Nunes.

Diego Paulo da Silva (IFAL/FAL)

José Pedro Fausto de França (UNOPAR)

Esta pesquisa propõe uma reflexão que visa discutir aspectos da cultura do Brasil por meio da vida/obra da cantora mineira Clara Nunes (1942-1983). Nosso objetivo é investigar como a vida e a obra musical de Clara ressignificam elementos da história, da religião, da literatura e de outras formas de expressão artísticas agregadas à/s cultura/s brasileira/s por meio de sua discografia. Examinaremos fatos relevantes da vida e do repertório da artista e do contexto histórico, social e cultural da região Sudeste, na segunda metade do século XX, analisando como esses fatores atuam na (re)construção de imagens da cultura e na constituição de identidades. Para isso, analisaremos trechos das letras das canções interpretadas pela artista de modo a destacar as representações que (de)marcam essa pluralidade cultural na história da música brasileira. Trata-se de um estudo bibliográfico-documental formado por meio de entrevistas e gravações televisionadas, biografias, fotografias, capas de disco e depoimentos.

Essas discussões estão embasadas nos estudos de Hall (2000), Brügger (2008), Chevalier e Gheerbrant (2003), Vargas (2003) dentre outros.

2. O Nordeste no Cinema Novo: imaginário e linguagem.

Eudes Ferreira de Lima Neto (UFAL)

Este trabalho tem como principal objetivo analisar o imaginário sobre o Nordeste no filme “Vidas Secas” (1963), lançado durante o apogeu da representação dessa região no Cinema Novo. Visa problematizar diversos temas abordados no filme, como religiosidade, relações de poder, a natureza humana, masculinidade, mulher e meio ambiente. Por vezes, fazendo um paralelo com os filmes que compõem a tríade do “cinema no sertão”, juntamente, com o filme de Nelson Pereira dos Santos: “Deus e o Diabo na Terra do Sol” (Glauber Rocha, 1964) e “Os Fuzis” (Ruy Guerra, 1964).

Palavras-Chave: cinema nacional – cinema novo – simbologia.

3. Condenado: o filme O pagador de promessas e sua repercussão no jornal alagoano O Semeador em 1962.

Maria Viviane de Melo Silva (IFAL)

Este trabalho tem como objetivo analisar os principais motivos que desencadearam a censura do filme O Pagador de Promessas em Alagoas, classificado como condenado. Em 10 de agosto de 1962, o filme foi exibido no Cine São Luiz em Maceió-AL e no dia seguinte, o Jornal Católico O Semeador, pertencente à Arquidiocese de Maceió, noticiou uma advertência à população sobre o conteúdo do mesmo, visto como prejudicial e imoral. Desta feita, sob o viés de autores como Alexandre Valim, René Ludmann, Inimá Simões, Carla Rodeghero dentre outros, buscaremos refletir sobre postura da Igreja Católica diante das películas que abordavam elementos contrários à fé, moral cristã e que, porventura, envolvesse também o comunismo, compreendendo alguns aspectos que evidenciavam a postura da Igreja em relação ao cinema e sua influência no meio social.

4. O sertão também é punk: a trajetória do punk-rock na cidade de Delmiro Gouveia/sertão de Alagoas (1985-1996).

José Rinaldo Queiroz de Lima (UFAL)

A proposta do artigo é discutir a “História do Movimento Punk na Cidade de Delmiro Gouveia sertão de Alagoas (1985-1996)”, tendo enquanto objeto de pesquisa o punk-rock (sujeito e expressividade musical deste movimento). Entender como se deu a construção da identidade e do movimento punk no sertão de Alagoas, “haja vista ter sido uma identidade formada por jovens da periferia de Nova Iorque (EUA)” (ESSINGER, 1999, p. 29), e posteriormente da “periferia de Londres na Inglaterra no início dos anos 70” (ESSINGER, 1999, p. 36), sendo propagada pelo mundo a partir de sua produção material (discos, fitas, zines) a partir dos anos de 1977. Levantar o debate em torno do discurso-imagético que foi construído para definir o povo do sertão, como: pacato, tradicional, submisso e resignado. Sendo que pode até ser, mas não é só isso, é também um povo que luta e resiste às mazelas que lhes são impostas, construindo-se a partir de suas experiências. Metodologicamente o artigo foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica, da pesquisa de campo com a história oral (tendo sido realizadas entrevistas com punks e roqueiros da cidade que acompanharam a

construção do movimento), e da pesquisa documental, sendo analisados documentos empíricos (zines, letras de músicas, fotos, encartes de fitas, e cartas trocadas entre os punks).

5. Internet e digital, sociedade e economia ligadas a acesso e armazenamento em Maceió década 2010.

Mikael Queiroz Rosa (UFAL)

A internet, a rede que conecta todos os computadores, que era um sonho para pessoas como Isaac Asimov, carrega consigo uma série de complexidades pouco exploradas, ou completamente não exploradas; no campo da história se faz como novidade abordar determinadas conexões, ou outras vezes é feita a comparação ansiosa, que anseia por ter já em mãos tudo pronto para correr livre por dentro este campo; todavia, essa ânsia muitas vezes gera problemas, ferramentas que não servem para se guiar, para descobrir. Muito é falado sobre as semelhanças como a prensa, como se compara a difusão da informação da máquina de Gutenberg, mas esquece ou ignora, tropeça pelos fatores além da difusão da informação, dos caracteres sociais específicos desse vai e vem de realidade e internet; Há também uma necessidade de se verificar a difusão, a acessibilidade do mundo digital conectado, dele como parte dos aspectos socioeconômicos particulares de cada espaço tempo. No contexto de um mundo já interligado a esta rede e aos aspectos digitais, deve-se ser pensado na estabilidade ou instabilidade do que é “arquivado”, das digitalizações e de quem vai ter acesso a tais, de como se dá este processo. Assim sendo trarei ao espaço de Maceió, lugar que terei maiores possibilidades de analisar a fundo os seus aspectos particulares e de propostas diferentes de arquivamento digital, de disponibilidade para um público, com base na análise de três projetos distintos de “armazenamento” sendo eles : Alagoar, Clube do Assinante IHGAL (Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas), CPDHis-UFAL (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Universidade Federal de Alagoas), Sendo o primeiro uma iniciativa privada, por uma pessoa apenas a gerir aberto a público e de fontes audiovisuais, o segundo uma iniciativa privada por uma empresa com sistema de assinaturas, para documentos digitalizados, onde o arquivo também recebe incentivos da esfera pública, o terceiro é um também com proposta aberta a público sem assinatura, da esfera pública e universitária.

6. O suicídio em Alagoas: a associação do Edifício Breda a uma memória mórbida.

Gelvane Andrade Costa Filho (UFAL)

Everaldo Santos Silva Júnior (UFAL)

Ao longo da segunda metade do século 20, sobretudo durante a década de 90, o edifício Breda, localizado no centro de Maceió, passou a ganhar visibilidade em todo o estado devido a diversos casos de suicídio praticados no local. A partir desses acontecimentos se consolidou uma associação do prédio a uma memória mórbida que se popularizou em Alagoas, principalmente na capital. A presente comunicação busca apresentar, discutir e problematizar os resultados parciais da investigação acerca das representações que esse edifício passou a possuir na sociedade alagoana e qual a influência que a grande mídia teve para essa associação. Visando desenvolver essa proposta, utilizaremos como fonte primária os jornais de grande circulação no período, além de entrevistas realizadas com sujeitos, comerciantes e demais trabalhadores, que desempenham suas atividades cotidianas no espaço e relatam suas impressões referente ao edifício. Buscaremos dialogar também com a concepção de Roger Chartier acerca das representações (1991) além das formulações desenvolvidas no campo do

materialismo histórico dialético. Palavras chave: Suicídio; mídia e representações; materialismo histórico dialético.

7. A “anfíbia” na formação cultural de Alagoas: aproximações com a etno-história de Dirceu Lindoso, 1980 – 2015.

José Carlos Rodrigues dos Santos (UFAL)

Os manguezais em Alagoas compõem um diversificado ecossistema no qual a natureza transita entre o ambiente terrestre e marinho. Formados, no litoral, a partir do encontro das águas doce dos rios e salgadas do Atlântico, os manguezais alagoanos são fonte de renda para homens e mulheres excluídos de uma economia predatório-capitalista, baseada sobretudo na monocultura da cana de açúcar. Nesse sentido, o conceito da “anfíbia” – que vem sendo elaborado pelo etno-historiador alagoano Dirceu Lindoso – destaca a relação da gente alagoana com o ambiente alagado dos manguezais, permitindo olhar para o desenvolvimento de suas experiências de “vidas anfíbias” construídas no interior dos mangues de águas salobras, às margens do Atlântico. Com o objetivo de estudar a trajetória de elaboração do conceito da “anfíbia” alagoana, destaco aqui dois registros escritos do etno-historiador Dirceu Lindoso, a saber: “Uma Cultura em Questão: a alagoana” (1980) e “O encontro das águas: Calunga contribuição a uma sociologia do palustre e a uma etnologia do anfíbio na cultura dos canais e lagoas dos alagados alagoanos” (2015), a partir dos quais Dirceu Lindoso discute seu conceito da “anfíbia” como categoria de análise e interpretação da cultura alagoana.

Textos Completos

Os textos completos estão organizados em ordem alfabética por autores. Os conteúdos dos textos completos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Lei 10.639/2003: Planos e Execuções. As especificidades da Lei para educação da sociedade

Adriano José do Bomfim
Graduando do Curso de Licenciatura em História /ICHICA/UFAL
Generva Maria Soares da Silva
Graduanda do Curso de Licenciatura em História /ICHICA/UFAL, bolsista RP/CAPES
Ruan Carlos Ferreira de Lima Albuquerque
Graduando do Curso de Licenciatura em História /ICHICA/UFAL

Resumo:

Nas escolas públicas do Brasil sempre se estudou a História e a cultura africana levando em consideração apenas o negro como escravo. No entanto, até meados dos anos 1990 a presença dos estudos africanos nos programas curriculares e nos livros escolares brasileiros pode ser considerada insignificante, o mesmo não pode ser dito do período subsequente. Entendemos que a implementação da lei da qual falaremos adiante, teve importância fundamental nesta proposição e na divulgação da história da África e dos africanos no Brasil.

A partir da sistematização de dados coletados por meio de pesquisas, iremos explorar o tema na perspectiva política, cidadã e social, traçando um paralelo entre as questões raciais do afro-descendente brasileiro e o estadunidense.

Tomando por base a lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de África nas escolas públicas e particulares do Brasil, discutiremos as dificuldades e as especificidades que perpassam sobre a implementação desta.

Também discutiremos de que forma as escolas em Alagoas entenderam a importância das orientações curriculares do ensino de história da África e dos africanos para os alunos da educação básica no Brasil e as metodologias adotadas para esta finalidade.

Palavras chaves: História da África, Educação, Afrodescendente

De acordo com o IBGE em 2016 o Brasil contava com 54%¹, da população autodeclarados pretos ou pardos. O mais natural seria que tivesse uma representatividade significativa de afrodescendentes nos vários setores da sociedade, porém, não é bem assim. O imperialismo racial (eurocêntrico) rege a sociedade brasileira com ares de democracia e mantém a população negra de certo modo marginalizada.

É através de um discurso construído sob a ótica de uma classe branca europeia, que se fomenta a desigualdade racial impondo uma bem-sucedida dominação ideológica (onde dominadores e dominados muito mais concordam do que divergem). É uma obviedade que o racismo no Brasil tem peculiaridades que diferem do racismo americano. Segundo Lopez (2012) enquanto no Brasil o racismo se mantém no âmbito cultural, influenciando de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações do ponto de vista racial, o que acaba por extrapolar as relações interpessoais, caracterizando, como define Silva et al. (2009) *apud* López, (2012) em “racismo institucional”, nos EUA, o racismo que vigorou entre 1876 e 1965 era em regime de segregação, configurada sob a ótica institucional e normatizada juridicamente. Para Barbosa Checco (2010) as *leis Jim Crow* representaram o momento em que a Suprema Corte aprovou, em 1896, a legalização das práticas de segregação racial. Para este autor, juntamente com a repressão legalizada, aumentou o número dos linchamentos de pessoas negras na região Sul.

A segregação nos EUA era, portanto, extremamente violenta e legitimada pelo Estado, o que provocou reações da comunidade negra americana “[...] De maneira que, os negros perceberam que se juntarem em comunidades era mais do que necessário naquele momento [para] abrandar a segregação” (CHECCO, 2010).

O Brasil por sua vez, foi a última nação do ocidente a abolir a escravidão – só em 1888 - e não houve, com a lei áurea, qualquer política de responsabilidade com os libertos para que pudessem de fato se integrarem na sociedade e terem uma vida digna, mas, continuaram excluídos, nesse sentido Walter Fraga afirma que

A lei áurea não só foi curta em seu texto, como não compensou os ex-escravizados por seu passado de privações. Por isso, num contexto que prometia muita liberdade e

¹ Publicação da Revista eletrônica EXAME referindo-se ao tamanho da desigualdade racial no Brasil em um gráfico. Negros são 54% da população, mas sua participação no grupo dos 10% mais pobres do país é muito maior: 75%., por **João Pedro Caleiro** em 3 dez 2016, 08h00. <https://exame.abril.com.br/economia/o-tamanho-da-desigualdade-racial-no-brasil-em-um-grafico/>

inclusão, o que se viu foram novas exclusões sociais, cujas consequências estão ainda presentes no racismo estrutural existente no país (FRAGA, 2018).

O racismo era, portanto, algo considerado normal e o negro um problema a ser resolvido. Surge então as teorias eugenistas onde o antropólogo e médico carioca **João Baptista de Lacerda** foi um dos principais expoentes com a tese do branqueamento entre os brasileiros. Em 1911 Lacerda participou do Congresso Universal das Raças em Londres. Em sua palestra, apresentou a solução brasileira afirmando que o “Problema do negro no Brasil iria se resolver através da miscigenação e que isso levaria mais ou menos cem anos” (RANGEL, 2015).

Um outro representante do pensamento das teorias raciais no Brasil foi o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues, grande adepto das ideias do antropólogo criminal italiano Césare Lombroso². Nina Rodrigues,

Lutou pela implantação da Medicina Legal nos currículos das Faculdades de Medicina e defendeu a criação de dois códigos penais brasileiros: um para os brancos e outro para os negros, pois pressupunha que as diferenças raciais levavam a diferenças comportamentais e morais tão grandes que não se podiam fazer as mesmas exigências para ambas as raças. Para ele, como para outros cientistas de sua época, a igualdade de direitos e deveres era uma ilusão (NUNES, 2003).

No entanto, apesar da postura assumida pela sociedade brasileira e a condescendência do Estado, os negros - ainda escravizados - já lutavam e resistiam contra as opressões e formavam quilombos. Para Santos (S.D) eles passam a se organizar de forma mais efetiva, para garantir a unidade do grupo e também para galgarem melhores condições de vida.

As profundas desigualdades sociais promovidas pelo racismo no Brasil geraram muitas lutas no intuito de alcançar direitos civis, a exemplo dos americanos que introduziram Ações Afirmativas como força conjunta “para impedir que, nas relações de trabalho, os empregadores exercessem qualquer forma de repressão contra os membros de sindicatos ou de seus líderes” (MACIEL, 2009)

No Brasil, vários movimentos sociais contribuíram para a implementação de ações afirmativas, como a Frente Negra Brasileira fundada em 1931 que contou com a participação

² O médico **Cesare Lombroso** (1835-1909) foi o principal expoente da antropologia criminal. Relacionava demência com delinquência, argumentado que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário, e por razões congênitas o criminoso era determinado para o mal. (Pollyanna Soares Rangel)

de Abdias Nascimento³, um dos ativista em favor de direitos civis para o negro e grande incentivador da introdução dos estudos da história da África e dos africanos nas escolas brasileiras, foi também o principal responsável por apresentar o PL 1.332/83, que visava a implementação do princípio da isonomia social do negro em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, encontrando embasamento no art 153 da constituição 1967, abrindo um precedente importante para a inserção do estudo de história da África e da Cultura afro-brasileira nas escolas. O PL supracitado foi arquivado em 1989. O esforço dos movimentos sociais culminara em algumas vitórias como identifica Lopez (2012):

Na atualidade, entre as políticas afirmativas implementadas no Brasil há: políticas de acesso e permanência de estudantes negros nas universidades; a aplicação de conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, assim como práticas de educação antirracista nas instituições de Ensino Fundamental e Médio (Lei Federal 10.639/03); a reserva de vagas para negros no mercado de trabalho; o reconhecimento étnico e a regularização fundiária de comunidades negras rurais e urbanas (chamadas na Constituição Federal de “remanescentes de quilombos”) Estas políticas destinam-se a reverter a desigualdade racial em vários campos sociais.

Em 1995 o Projeto de Lei nº 18 de autoria da senadora Benedita da Silva - PT/RJ - propunha a inclusão de História da África nos três níveis de ensino. Porém, a proposta do movimento social negro, só veio a ser atendida, em grande parte, em 09 de janeiro de 2003, com a assinatura da lei 10.639/03⁴, oriunda do projeto de lei nº 259, apresentado em 1999 pela Deputada Esther Grossi e pelo Deputado Benhur Ferreira. A nova legislação acrescentou dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional lei 9.394/96.

A Lei 10.639/2003, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura afro-brasileira, vai muito além do que apenas trazer o conhecimento histórico e cultural da sociedade afro-brasileira para o contexto escolar. Ela tem uma proposta de modificação das estruturas sociais a partir da introdução de uma dinâmica no terreno educacional. O próprio Parecer 003/2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Estatuto da

³**Abdias do Nascimento** é descrito como o mais completo intelectual e homem de cultura do mundo africano do século XX. Foi o primeiro Deputado Federal negro a defender a causa coletiva da população de origem africana no parlamento brasileiro (1983-86). Em 1991, tornou-se o primeiro senador afrodescendente a dedicar seu mandato à promoção dos direitos civis e humanos do povo negro do Brasil.

⁴Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Igualdade Racial, entre outras políticas e documentos elaborados, já demonstraram tais objetivos. A partir da promulgação, a expressividade dos compromissos no tocante ao desejo de transformação da sociedade foram, portanto, fortalecidos, ampliado o enfrentamento ao preconceito, racismo e discriminação, a partir das extensões escolares rumo a outros espaços.

Com a instituição da lei, o Conselho Nacional de Educação estabelece as DCNs para atuarem nos vários níveis da educação, por meio de programas de formação de professores no que se referem ao tratamento das questões temáticas sobre os afrodescendentes. O Parecer e as DCNs constituem orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, aplicação e execução na Educação sobre temáticas étnico-raciais, e tem em parceria com outras políticas o objetivo de promover a educação pluriétnica na sociedade de forma assertiva, rumo à construção de uma nação mais democrática, com divulgações positivas das produções intelectuais da pessoa negra, da valorização das identidades, instigando atitudes e posturas que eduquem os cidadãos quanto ao respeito e valorização às diferenças.

Segundo o professor Marcos Almeida et al. (2017) da USP, todos os documentos elaborados até agora possuem enfoques semelhantes considerando a Lei 10.639/03 como uma forma de reparação de uma dívida social com a população negra, contraída em função do longo período escravista, das políticas de embranquecimento, do mito da democracia racial e das práticas racistas. Este histórico justifica as políticas de ações afirmativas. Segundo Gomes (2001) *apud* Santos(S/D):

Os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação [...] coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural.

A escola por muito tempo serviu sistematicamente de reprodução e disseminação do preconceito na sociedade ao ponto que a própria sociedade naturalizou as práticas preconceituosas. O livro didático tinha importante efeito nesse racismo perpetrado.

Segundo o professor Henrique Cunha, não é possível conhecer a História do Brasil sem o conhecimento da história dos povos que deram início à nação brasileira. A exclusão da História Africana é uma dentre as várias demonstrações do racismo brasileiro. (CUNHA, 1997, p. 67) *apud* (SANTOS, S.D)

Mas, como utilizar informações do livro contra o preconceito se as histórias do livro inferiorizam pessoas negras acentuando o preconceito? Como a escola poderia servir de

espaço para a transformação em uma sociedade mais justa se estava distorcendo os princípios morais da justiça social?

As informações referidas nos livros e na própria escola preservavam um entendimento em que a condição escrava ou subalterna do negro era uma condição biológica. O negro não conseguiria alterar seu status social, mas se conformar. Assim qualquer possibilidade de ascensão social ou de qualquer outra mudança lhe era dificultada. Este entendimento por sua vez era disseminado na sociedade e provocavam diferentes reações, por um lado revoltante para os que não aceitavam tal condição e passavam a reivindicar, por outro lado, os que se lançavam na marginalidade considerando ser este o seu destino. Nessa condição, a escola negava seu papel de educadora e formadora de cidadãos, pois seu principal material de suporte era contraditório. Os livros didáticos só mostravam os negros em situações deprimentes, como escravos, inferiores, como se não fossem capazes de ocupar os espaços intelectuais ou de lideranças, nem status social, no máximo podiam ser um habilidoso empregado de algum “doutor” (alguns que conseguissem visibilidade em virtude de sua produção intelectual, era submetido ao embranquecimento afim de esconder sua identidade étnica). No mercado de trabalho o negro estava destinado apenas a serviços exaustivos, mecânicos, de baixo ou nenhum reconhecimento e em espaços rejeitados por todos, este era destinado ao negro e retratado nos livros didáticos.

Segundo Santos (S.D) o Movimento Negro desde os anos 70 já alertava que a evasão escolar se dava além do déficit financeiro, também pela questão do racismo presente nos livros didáticos, além da falta de conteúdos que valorizassem a identidade da criança negra no currículo escolar. Tornava-se necessário, portanto que os professores, ao tratarem da História da África e da presença negra no Brasil, fizessem abordagens positivas, não deixando de mostrar o sofrimento, mas principalmente salientando as várias lutas de resistências empreendidas por eles (Malês-1835, Cabanagem-1835/1840, Balaiada-1838/1841 e Palmares).

Reconhecer a história e a cultura destes povos, sob uma ótica que não seja a do opressor, é reconhecer plenamente suas humanidades. Para isso é necessário combater os estereótipos reducionistas que o racismo cria (BRASIL DE FATO, 2017).

Assim como a família, a escola é uma das instituições com o maior poder efetivo de transformação e por este motivo sempre fora espaço de disputa social, uma vez que se apresentam como fonte direta de influência e construção de valores. Nesse sentido, a

educação (seja na escola ou fora dela) é quem pode garantir a transformação social necessária capaz de modificar as estruturas da sociedade. Para Santos (S.D) “Ensinar história da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizam a formação escolar brasileira”.

A escola é instrumento estruturante de informação. Sempre foi espaço para as disseminações de conhecimento e formação cidadã, como também âmbito daquilo que se deseja multiplicar e preservar.

No entanto sabemos que efetivar a lei não é tarefa só dos professores, mas sim de toda a escola, de todas as disciplinas, não apenas como um projeto, em datas comemorativas, mas sim em todo o decorrer do ano letivo (SANTOS. S.D).

Assim, com a escola cumprindo seu papel de efetivamente educar, os negros brasileiros terão a oportunidade de conhecer seus “antepassados” de forma positiva. Nesse sentido, desde a promulgação da lei 10.639/2003, o Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios tem avançado em todos os eixos estabelecidos pelo Plano Nacional de Implementação das DCNs os quais são: Contribuições para a Implementação e Fortalecimento do marco legal; Política de formação para gestores e profissionais de educação; Política de material didático e paradidático; Gestão democrática e mecanismos de participação social; Avaliação e Monitoramento e Condições institucionais.

Cabe apontar aqui um resumo do levantamento dos primeiros dez anos de vigência da lei realizado pelo professor da USP Marco Antonio Bettine de Almeida, destacando algumas execuções no que se propõe a Lei 10.639/2003. Segundo ele a coesão entre as diversas políticas educacionais é fator que corrobora a efetivação dessa legislação.

Do eixo Formação. Execuções:

- Fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros –NEAB;
- Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior;
- Projeto “Geografia Afro-Brasileira – Educação e Planejamento do Território;
- Projeto piloto do curso Gênero e Diversidade na Escola;
- Sistema Universidade Aberta do Brasil;
- Formação de professores em História da Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Programa Educação Africanidades-Brasil;
- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Do eixo Material. Execuções:

- Fortalecimento dos núcleos de estudos afro-brasileiros
- Projeto “A cor da cultura”
- Distribuição de livros para professores
- Programa Nacional do Livro Didático
- Coleção História Geral da África
- Kits de apoio
- Programa Nacional Biblioteca na Escola

Do Eixo Articulação. Execuções:

- Fortalecimento dos núcleos de estudos afro-brasileiros
- Reuniões de articulação
- Fóruns estaduais
- Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial
- Conferência Nacional de Educação Básica
- Diálogos Regionais
- Grupo de Trabalho Interministerial
- Conferência Nacional de Educação

Do Eixo Regulamentação. Execuções:

- Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
- Parecer 003/2004
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução 001/04)
- Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
- Comissão Técnica Nacional de Diversidade para assuntos relacionados à educação dos afro-brasileiros
- Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica
- Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

➤ Estatuto da Igualdade Racial

É importante ressaltar a importância dos diferentes grupos sociais que unindo forças com a escola, impulsionam as políticas de estado. Eles são partes essenciais da engrenagem que demandam constantes debates e com isso a população vai se envolvendo e tomando cada vez mais consciência e fazendo a sua parte.

Muitas pesquisas têm sido realizadas a fim de constatarem a efetividade da Lei no dia a dia das escolas. De que maneira os alunos se apropriam desses conhecimentos? Até que ponto os professores estão se envolvendo? Como esse trabalho esta sendo realizado? Nesse sentido, a equipe realizadora deste trabalho que você lê, também se dedicou em conhecer de perto essa realidade, utilizando questionários e entrevistas, conversando com professores e coordenadores, também com os responsáveis pelo departamento das relações étnicas e diversidade no Estado de Alagoas (incumbidos por oferecerem formação continuada em algumas escolas do Estado). O objetivo era conhecermos de que forma as escolas entenderam a importância da lei 10.639/2003 e como esta estaria sendo desenvolvida. Existiam projetos nas escolas? Quais as metodologias adotadas? Os professores receberam formação? Foram disponibilizados materiais de apoio para abordagem do tema? Sentiam dificuldades no diálogo com os alunos? Quais disciplinas trabalhavam essa temática?

O resultado da pesquisa foi o seguinte: Das oito escolas visitadas, quatro admitiram desenvolver projetos de forma conjunta (com professores de várias disciplinas) em períodos de eventos como na semana da consciência negra. As outras disseram que alguns professores desenvolvem algum tipo de atividade por iniciativa individual. Três coordenadores declararam que sua escola já promoveu formação para seus docentes. Quatro escolas afirmaram não trabalhar com essas questões especificamente, mas afirmaram saber do que se trata a lei e compreender a importância no contexto social a partir do escolar. Todos os professores afirmaram que pelo menos uma vez já tiveram orientação, que já pesquisaram a respeito do tema, mas alguns sentem um pouco de dificuldade no desenvolvimento da temática. Todos os professores disseram que a escola possui material de apoio.

No entanto em uma das ocasiões de entrevistas, fora revelada a seguinte situação: a escola tem material, dá formação, dá e tem apoio, mas a grade curricular traz um conteúdo obrigatório extenso e com carga horária escassa, fazendo com que o professor tenha que selecionar uns conteúdos em prejuízo de outros. Muitas vezes essas temáticas são deixadas em segundo plano ou não são contempladas, infelizmente são forçadas a se enquadrarem em

projetos desenvolvidos apenas na semana da consciência negra, tirando do aluno a possibilidade de acessar na integralidade este conhecimento. Uma outra situação que se apresenta é a do preconceito ao se tratar de religião de matriz africana tanto entre os alunos quanto no meio docente.

Em partes, é possível concordar com Lima (2010) quando enfatiza que algumas [pesquisas] têm trazido à tona a constatação de que, mesmo com a oferta de formação e com a produção e a disponibilização de materiais didáticos, ainda há, por parte de professores, gestores de unidades e sistemas de ensino, resistência à lei e falta de interesse por ela.

A lei 10.639/2003 representa um dos avanços mais importantes para a história brasileira. Sua promulgação representou um divisor de águas no sentido de proporcionar uma abertura para as conquistas dos Movimentos de Negritudes e Frente Negra Brasileira como também de outras representações sociais que aspiravam espaço e visibilidade. Sabe-se que todo desenvolvimento nacional fora extraído dos braços de homens e mulheres que deram seu suor, sua força produtiva pelo engrandecimento do país, e não só sua força, mas, sua capacidade criativa e intelectual. Seus diferentes costumes, danças, artes, literatura, música e comportamento engrandecem a diversidade brasileira. Quantas lutas foram travadas no ambiente do Congresso Nacional e nas ruas, para que suas contribuições fossem reconhecidas!

A educação, sem dúvida mostra-se o meio mais promissor de todos os setores de base social para que se trabalhem as mudanças na mentalidade desta geração e das futuras. No entanto, a lei por si só não garantirá as transições para o alcance pleno da educação em massa. É necessário a colaboração dos setores da sociedade, no envolvimento, na cobrança, no diálogo constante, na socialização em eventos de caráter educativos que contemplem a história do afro-brasileiro e suas contribuições. As escolas por sua vez contribuindo na promoção de debates, disponibilizando materiais, realizando pesquisas, valorizando as produções intelectuais da população afro-brasileira. Já os professores como formadores de opinião e grande influenciadores com seus trabalhos, independentes de estar dentro ou fora salas de aula. Não se trata, no entanto, em supervalorizar uma personalidade em detrimento da outra, ou valorizar um evento histórico em troca de outro, mas por condições de igualdade, desconstruindo o discurso de inferioridade arraigado na história brasileira e de seus habitantes. E desta maneira, no que couber a cada cidadão, modificar a história e o discurso de promoção da desigualdade pôr a da justa posição.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. & SANCHEZ. Livia Pizauro. Artigo: **Implementação da Lei 10.639/2003** – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. abr. 2017
- BORGES, António Cristiano, *De Jim Crow a Langston Hughes: quando a música começou a ser outra*. Mestrado em Estudos Anglísticos, Especialização em Estudos Americanos Pela Universidade de Lisboa - Faculdade De Letras/2007. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/380/1/19406_ulfl068848_tm.pdf
- BRASIL DE FATO “**Desafios para uma educação antirracismo: os 14 anos da lei 10.639**” *Opinião*: Gabriel Rocha - São Paulo - SP, 9 de janeiro de 2017 às 14:27. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/09/desafios-para-uma-educacao-antirracismo-os-14-anos-da-lei-10639/> Acesso em 20 de setembro de 2018.
- CHECCO, Guilherme Barbosa, Artigo: **História dos Estados Unidos**. Negros Protagonistas: Cinema e Música na Integração Racial Americana. Curso Relações Internacionais da PUC - SP/2010.
- FRAGA, Walter. **Pós-Abolição**: O Dia Seguinte. Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 Textos Críticos/ Lilia Moritz Schwarcs e Flávio dos Santos Gomes (Org) 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- GUEDES, Elocir, NUNES. Pâmela & ANDRADE. Tatiane de. **Artigo**: O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial
- LEI Nº 10639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. ALTERA A LEI NO 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm
- NUNES, Sylvia da Silveira, Artigo: **Racismo No Brasil**: Tentativas De Disfarce De Uma Violência Explícita. Psicologia USP, 2006, 17(1), 89-98
- LIMA, Erineide dos Santos. Artigo: **Desafios, limites e perspectiva da lei 10.639/2003**. Publicado em 24 de julho de 2010
- LOPES. Télia Bueno. Dissertação: 10.639/2003 **Um possível caminho para a transformação das relações raciais no espaço escolar**. SÃO PAULO 2010
- LÓPEZ. Laura Cecilia, Artigo: **O Conceito de Racismo Institucional: Aplicações no Campo da Saúde**. Interface – Comunicação, Saúde e Educação. V.16, N.40, P.121-34, jan./mar. 2012. Elaborado Com Base Em López (2009). Programa de Pósgraduação em Saúde Coletiva, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-32832012000100010&lng=pt&tlng=pt

MACIEL. Ferceia, Artigo: **Ações Afirmativas: Um dever do Estado**. Acadêmica da 5ª série do curso de Direito da Universidade Positivo. RAÍZES JURÍDICAS Curitiba, v. 5, n. 2 jul/dez 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/27890694-Fercea-maciel-academica-da-5a-serie-do-curso-de-direito-da-universidade-positivo.html>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/>

ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS. Brasília: MEC/Secad, 2006.

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

RANGEL. Pollyanna Soares, Artigo: **Apenas uma questão de cor?** As teorias raciais dos séculos XIX e XX *Revista Simbiótica – 2015* Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais - ES - Brasil - revistasimbiotica@gmail.com. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/viewFile/10324/7264>

RESOLUÇÃO n. 1, de 17 de junho de 2004. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

SANTOS. Jocéli Domanski Gomes dos. **Artigo**: a lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica 2011

SOUZA. Rosa Maria Laquimia de Tese: **Similidades e diferenças**: O negro nos Estados Unidos da América e no Brasil segunda Alice Walker e Conceição Evaristo. São Paulo, 2008 168 p. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-17082009-143956/pt-br.php>

Diálogos interseccionais no jornal *o lampião da esquina* (1978-1981): movimento homossexual, negro e operário.

Ana Maria de Barros Lima/UFAL⁵

Graduanda em História (Bacharelado) /ICHCA/UFAL

Prof.º Dr.º: Elias Ferreira Veras

Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/UFAL)

Resumo

O jornal *Lâmpião da Esquina* (1978-1981) surgiu como imprensa alternativa nos últimos anos da ditadura civil-militar brasileira, sendo o primeiro jornal de temática homossexual de circulação nacional no país. Além da homossexualidade, o *Lâmpião* abriu espaço para outras discussões político-sociais em suas páginas. Desse modo, partindo do jornal e da sua importância na história da emergência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), o presente trabalho buscará analisar, através das capas, reportagens e entrevistas do jornal, diálogos do movimento homossexual com outros movimentos brasileiros – particularmente, negro e operário. Por que, naquele momento, foi importante considerar os outros movimentos sociais e constituir uma aliança? Qual a contribuição do *Lâmpião* para outras pautas sociais? De que forma o movimento negro foi apresentado no jornal? Para a fundamentação teórica sobre gênero, sexualidade e interseccionalidade, utilizarei, respectivamente, Scott (1995), Foucault (2014) e Crenshaw (2002).

Palavras-chave: Interseccionalidade, gênero, homossexualidade, raça.

Durante muito tempo os jornais foram objeto de desconfiança entre os historiadores. Houve certa relutância e resistência de se escrever a história por meio dos periódicos. Tania Regina de Luca observa que tal receio se deu pela tradição do século XIX e início do XX de se buscar nas fontes, a verdade dos fatos (LUCA; p.111-112). Com a terceira geração da escola dos *Annales* essa prática historiográfica se alterou, seja com a criação da Nova História e sua proposta de “novos objetos, problemas e abordagens” (LUCA; p. 112), seja com as contribuições de outras áreas das Ciências Humanas, tais como a Sociologia, Antropologia, Linguística, dentre outras, que incentivaram a interdisciplinaridade e levaram historiadores à

⁵Pesquisadora do Projeto de Pesquisa (PIBIC) “Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)”, coordenado pelo professor Dr. Elias Ferreira Veras. E-mail: lima.ana14@gmail.com

novas reflexões teórico-metodológicas. A terceira geração dos Annales não só ampliou as possibilidades de se utilizar novas fontes como renovou as temáticas de pesquisas.

A utilização do periódico como fonte implica uma metodologia de análise de discurso combinada com revisão bibliográfica que busque não reproduzir e concordar com o que se está posto, pois todo jornal possui posição política-ideológica que passam longe de qualquer imparcialidade. Nesse sentido a reflexão metodológica de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado auxilia na orientação e escrita deste trabalho.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui aquelas perspectivas a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO *apud* LUCA, p. 118).

A proposta do presente artigo é trabalhar a interseccionalidade entre os movimentos homossexual, negro e operário a partir de uma perspectiva de gênero do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). Por gênero compreende-se “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos [...] uma forma primária de dar significado as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.89). A categoria gênero permite compreender as normas sociais que permearam os discursos do *Lampião da Esquina* que desafiaram as noções e padrões de sexualidade esperados e impostos socialmente.

Baseio-me nas contribuições de Michel Foucault (2017), que compreende a sexualidade como um dispositivo de poder que emerge historicamente como forma de controlar os corpos. Foucault concebe a homossexualidade dentro do que ele vai chamar de “sexualidades periféricas” que se expressam no decorrer do século XX e começam a preocuparem as instituições – como a Igreja – que passa a ditar regras de controle das sexualidades por meio de incitação ao ato de confessar-se como forma de controle dos indivíduos. Construindo uma hierarquização não só das práticas como também dos corpos entre “normais” e “anormais”.

Para compreensão da interseccionalidade, utilizo as contribuições de Kimberlé Crenshaw (2002). A categoria interseccionalidade compõe-se da percepção das dinâmicas de interação entre eixos de subordinação que indicam as particularidades de como cada indivíduo vivencia a discriminação compreendendo que os marcadores sociais – como gênero, raça e

classe – não se excluem, mas se transformam em uma rede intrínseca de discriminações cruzadas.

A imprensa alternativa

Kucinski (1991) aponta que nasceram e morreram cerca de 150 periódicos da chamada imprensa alternativa ou nanica no período compreendido entre 1964 e 1980. Esse tipo de imprensa surge como forma de resistência ao golpe que instalou a ditadura civil-militar em 1964. Segundo Kucinski:

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. (KUCINSKI, 1991, p.6)

Nas palavras de Edward Macrae:

Para escapar dos rigores da censura e da autocensura, vigentes especialmente na grande imprensa, alguns jornalistas resolveram fundar pequenos jornais, de tiragem irregular usando técnicas quase artesanais de impressão. Nascia, assim, a ‘imprensa alternativa’ ou a “imprensa nanica” (MACRAE, 2018, p.141)

Esses jornais vão se posicionar politicamente contra a ditadura, diferenciando-se da grande imprensa (para além de seus formatos de impressão e a variedade de temas abordados). Os pioneiros dessa imprensa alternativa ou nanica foram o *Pasquim* e o *Opinião* “que contestaram as mentiras do regime, driblaram a censura e desafiaram os limites do poder autoritário” (GREEN, 2015, p. 180). Os jornais alternativos se organizavam na medida em que mudanças no imaginário social aconteciam. A mídia alternativa se vinculou em sua fase final, a partir da metade da década de 1970, a ideologia das esquerdas tornando-se um espaço de articulação política da vertente.

A maioria dos jornais alternativos desapareceu da imprensa brasileira na década de 1980, no contexto dos atentados ocorridos entre 1978 e 1980 contra este segmento (KUCINSKI, 1991, p. 5). Foi também neste período em que a sociedade se organizou a favor da anistia, em que emergiram os primeiros movimentos de minorias marginalizadas, como

eram chamados na época os movimentos formados por negros, homossexuais e mulheres— e ocorreram as greves dos operários no ABC paulista, que se constituíram em forte oposição ao modelo político vigente. Estas manifestações foram possibilitadas pelo fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁶, cuja revogação e a intensificação dos movimentos contra a ditadura contribuiu para a chamada abertura política. É dentro desse contexto de abertura política que surge o *Lampião da Esquina*, em 1978.

O Lampião da Esquina

De acordo com Macrae (2018) a fundação do jornal remete a visita do editor da revista *Gay Sunshine Press*, Winston Leyland, ao Brasil, no final de 1977. Leyland buscou contato com autores brasileiros, a fim de reunir contos para uma proposta de antologia da literatura latino-americana gay. Antonio Mascarenhas promoveu o encontro do editor estrangeiro “com vários escritores brasileiros como Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan, Gasparino Damata, João Carlos Rodrigues, Darcy Penteadó e Caio Fernando Abreu” (CARNEIRO, ano, p.51). Macrae informa que várias outras reuniões foram realizadas com outros intelectuais e que as discussões revelaram o desejo de se criar um jornal brasileiro de temática homossexual.

Apesar do *Lampião* ter conquistado mais visibilidade, ele não foi o primeiro, nem o único jornal a abordar a questão da homossexualidade no Brasil. Segundo Macrae, cerca de 27 publicações homossexuais chegaram a circular no país entre a década de 1960 e começo da década de 1970, mesmo com as tensões políticas (RODRIGUES, 2015, p.89).

Em sua equipe editorial, o *Lampião da Esquina* contava apenas com homens-cis gays de classe média-alta, sendo composto pelos jornalistas: Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas. A escolha do nome *Lampião da Esquina* foi feita por Aguinaldo Silva, com a ideia de um jogo de palavras de duplo sentido que o título carregava. *Lampião* remetendo ao símbolo de virilidade que representa o cangaceiro Virgulino Ferreira, popularmente conhecido por Lampião; e *esquina* remetendo a marginalidade, criminalidade, etc.

⁶ Instalado em julho de 1968 o Ato Institucional nº 5 vigorou até dezembro de 1978, período considerado mais duro do regime civil-militar. O ato manteve o país em um Estado de exceção que deu poderes a agir contra tudo e todos que eram desfavoráveis ao regime. Para mais informações ver: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>.

O jornal serviu como instrumento para a organização e emergência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), estando relacionado ao surgimento do Grupo Somos.

(...) Mas um jornal homossexual, para quê? (...) Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter (...). (“Saindo do Gueto”; O Lampião da Esquina; nº 0, abril de 1978)

Já na sua primeira edição, nº 0, de abril de 1978, o *Lampião* apresentou um discurso de positivação da homossexualidade, que por sua vez foi possibilitada por múltiplos fatores iniciados nos anos 1950 e 1960. Neste período aumentou significativamente o número de estabelecimentos que se tornaram espaços de sociabilidade homossexual, principalmente no eixo Rio-São Paulo, como também de reflexões acerca da sexualidade, inauguradas pelo movimento norte-americano (RODRIGUES, 2015, p.91).

O número inaugural teve uma tiragem de 10 mil exemplares (MACRAE, 2018, p.143). Um editorial com o título “Saindo do Gueto” expôs a motivação dos fundadores de criar um jornal cuja temática era vista como secundária pelas organizações políticas, pois a preocupação destas era sobretudo a chamada “luta maior”, que fez com que muitos que participaram dessas organizações abrissem mão de sua sexualidade, considerada coisa de “pequeno burguês”, em nome da restauração da democracia (GREEN; 2012, p.73).

[...] estaremos mensalmente em todas as bancas do país falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. (O Conselho Editorial, O Lampião da Esquina, abril de 1978)

O jornal chegou ao fim no ano de 1981, pois enfrentava crises financeiras como também as divergências dos editores acentuaram a crise do jornal. A crise pôde ser percebida nas publicações que se seguiram a partir da edição nº 27, que buscou atingir um novo público, mas que não obteve êxito; como também na edição nº 32, que não apresentou mais o conselho editorial, constando apenas o nome de Aguinaldo Silva. O jornal foi um importante veículo de mobilização homossexual assim como de reconhecimento das minorias. Contudo, apesar de se

mostrar como um veículo de informação aberto às outras minoras, o jornal nunca conseguiu ser totalmente aceito por estas. Edward MacRae conta que “a centralidade de seu foco em temas relacionados à homossexualidade emprestava-lhes um estigma que parecia por demais ‘contagante’, afugentando os segmentos heterossexuais de seu público potencial” (MACRAE, 2018, p. 151).

O somos e o movimento homossexual

O Somos emerge como primeiro grupo de homossexuais organizado no cenário brasileiro, fazendo sua primeira aparição pública com uma carta endereçada ao Sindicato de Jornalistas de São Paulo, onde assinou com o nome de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais (MACRAE, 2018).

Foi somente em fevereiro de 1929, durante a Semana de Minorias realizada pelo Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), que o grupo adotou o título de “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual” (SIMÕES, ano, p. 96). Com o evento ocorrido na USP, o grupo passou a ser amplamente conhecido.

Durante o ano de 1979, o Somos incorporou novos integrantes, incluindo mulheres. O grupo então passou a ter subgrupos chamados primeiro de grupos “de identificação” que depois passaram a se chamarem grupos “de reconhecimento”, e teve também os “grupos de atuação”, que tinham a função de ativismo (GREEN, 2015, p.192). Dois subgrupos do Somos foram o Lésbico-Feminista (LF) e o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), que se desvincularam em 1980. Ideologicamente o Somos possuía uma parcela de seus integrantes favoráveis a união com a esquerda enquanto outra parte era contra (RODRIGUES, 2015, p. 114).

Pioneiro na emergência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), o Somos manteve um diálogo constante com o *Lampião da Esquina*, especialmente, pela atuação de João Silvério Trevisan, tanto no grupo, quanto na edição do jornal. Ailton Carneiro (2017) explica que esta aliança ajudou tanto o jornal como o grupo. Constantemente o jornal apresentou notícias sobre as ações do Somos, como os integrantes do grupo ajudavam na comercialização do jornal.

Os conflitos internos no Somos acarretaram em um racha que culminou no fim da organização no ano de 1982, um ano após o encerramento do jornal. O ápice das divergências foi a proposta de James Green, no I Encontro de Homossexuais Organizados (EGHBO),

realizado em São Paulo, de “se obrigar” o Movimento Homossexual a participar da comemoração do 1º de maio em São Bernardo do Campo, São Paulo (CARNEIRO, 2017, p.56). Green que assumiu a dupla militância (Somos e a Convergência Socialista) foi com visto desconfiança, sendo acusado de querer manipular o grupo (SIMÕES, 2009, p. 105). Por fim, nove membros saíram do Somos e formaram o Grupo de Ação Homossexualista, que depois mudou de nome e ficou conhecido como Outra Coisa. Esse racha foi noticiado *no Lampião*, na edição nº 25, de junho de 1980.

O movimento negro no Lampião

O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU) foi fundado em julho de 1978, fazendo sua primeira aparição em um ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Sendo neste ato distribuída a população uma carta aberta apresentando uma campanha contra a discriminação racial, opressão policial, desemprego e marginalização. Ainda nesta carta foi feito o pedido de apoio aos setores democráticos da sociedade (MACRAE, 2018, p.100-01). Contudo o Movimento Negro foi acusado de divisionista e de “racistas inversos” (sic).

Em um artigo sobre a Semana de Minorias ocorrida na USP, em fevereiro do mesmo ano, publicado no *Lampião* na edição de março de 1979, João Silvério Trevisan, que esteve presente no evento com Darcy Penteado representando o jornal apontou o racismo sofrido pelos negros presentes no ato:

[...] os negros (reunidos no Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial) exigiram um espaço a si próprios e às análises específicas de sua problemática, na medida em que sua autodeterminação ideológica e sua identificação racial/cultural significam elementos primordiais no enfrentamento ao racismo. Ao lado dos homossexuais, foram eles os críticos mais coesos à esquerda tradicional, branca e machista, que em nome de ideologias progressistas acaba acentuando sua descaracterização cultural e ditando-lhes regras de bem-agir. Evidentemente, os negros receberam insistentes acusações de estarem provocando divisionismos. Mas nem por isso deixaram de falar; aliás, jamais vi os negros brasileiros falando tão bem de si mesmos com tamanha consciência. Também é verdade que os representantes da esquerda mais ortodoxa foram abandonando o salão à medida que sentiam a determinação dos negros em não se enquadrar nas análises prontas que pretendiam diluir sua luta. Não duvido que a recusa em dialogar com os negros enquanto negros já implicava, ali, numa atitude discriminatória básica; pode-se dizer que houve, ao vivo, testemunhos eloquentes (e inadvertidos) de racismo por parte de setores brancos esquerdistas. (TREVISAN, *Jornal Lampião da Esquina*, ed. nº 10, março de 1979, p.10)

Não foi fácil o estabelecimento do diálogo entre as organizações, tampouco sua união. Macrae (2018) explica que embora os processos de discriminação fossem parecidos, as desavenças entre os militantes negros e homossexuais foram comuns e, por vezes, constantes. Não somente negros homossexuais se desentediavam com brancos homossexuais como isso se repetia nas organizações de mulheres, entre heterossexuais e lésbicas.

Depois das feministas foram os negros que conseguiram grandes destaques nas páginas das edições com capas, reportagens e entrevistas. A edição 15ª, de Agosto de 1979, estampou na sua capa o ativista negro Abdias Nascimento⁷ e o título “*Negros: qual é o local deles?*”. Esta entrevista concedida por Abdias abordou várias questões relacionadas ao período em que viviam com o extermínio ao povo negro; o lado reacionário das forças progressistas quanto à pauta negra; a posição das instituições partidárias e sociais como a Igreja.

Lecy Brandão – mulher, negra e lésbica – também teve destaque na capa da edição nº 6, de novembro de 1978. Com Lecy foram tratados das discriminações que sofreu enquanto mulher, negra e assumidamente lésbica. Em outros momentos os negros também apareceram como nas reportagens sobre o dia da consciência negra, nos artigos de Rubem Confete sobre vida e cultura negra (MACRAE, 2018, p. 147).

As passagens supracitadas abrem espaço para se começar a pensar os marcadores sociais destes sujeitos, diferenciando-os em classe, gênero e raça. Dentro do movimento negro o fator racial abre questionamentos sobre a construção da masculinidade do homem negro e seus desdobramentos que acarretaram na dificuldade de aceitação do segmento heterossexual dos homossexuais, sendo os últimos considerados “vergonha da raça” (MACRAE, 2018, p. 332). Um outro problema foi a aceitação em ambos os movimentos de sujeitos que carregaram tais “estigmas” e que queriam ingressar em ambas organizações – homossexuais e negros – os indivíduos que reivindicaram a militância nos dois movimentos eram vistos como suspeitos dentro destes grupos (MACRAE, 2018, p.306).

Edward MacRae informa ainda a existência de quatro negros homossexuais que atuaram sob o nome de Grupo Homossexual Negro em 1980. Estes quatro rapazes apontaram

⁷ Abdias Nascimento (1914-2011), foi escritor, foi militante do movimento negro, participou de grupos políticos na época do regime militar. Exilou-se nos Estados Unidos. Foi fundador do Teatro Experimental Negro (TEN), em 1944 dentre outras coisas. Ver mais em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/10/abdias-nascimento>>; < <https://www.geledes.org.br/o-farol-abdias-nascimento/> >.

o racismo existente no seio do Grupo Somos em uma reunião desta última organização em julho de 1980. Este grupo durou aproximadamente um ano, mas foi importante para a fundação do Adé Dudu – Grupo de Negros Homossexuais, na Bahia em março de 1981.

Fundado por Wilson Santos, que havia sido militante no MNU baiano (CARNEIRO, 2017, p.76-77), e outros sete homossexuais negros os quais alguns haviam também militado no MNU. No ioruba “Adé” significa homossexual e “Dudu” negro, o grupo adotou este nome como forma de se manter em suas raízes negras (MACRAE, 2018, p. 336). O Adé-Dudu foi o primeiro a pensar de fato as questões sobre sexualidade e raça como fatores que resultavam em dupla discriminação e que os diferenciava dos brancos homossexuais e também dos negros heterossexuais.

Movimento operário no *lampião*

Refiro-me aqui ao movimento operário que emerge no ano de 1978, com as primeiras greves realizadas no ABC paulista. O movimento se constitui como forma de resistência e crítica ao regime civil-militar. Uma figura importante no movimento foi Luís Inácio Lula da Silva, que se tornou uma das caras da organização.

A capa da edição nº 14, de julho de 1979 traz estampada a figura de Lula, com a chamada *Alô, alô, classe operária: e o paraíso nada*. Entretanto vale destacar que as entrevistas foram realizadas não somente com ele, mas também com outros operários do ABC paulista e da construção civil do Rio de Janeiro. Acima da chamada da entrevista vem a motivação que levou a sua realização: o surgimento de uma tese demonstrando não existir “homossexualismo” (sic) na classe operária. Dito isto, o *Lampião* questiona a tese das esquerdas na qual a homossexualidade seria um comportamento burguês em decorrência da decadência do capitalismo⁸.

“Fresco? Olha, esse negócio de fresco é lá em São Paulo. Aqui eu nunca vi não. E, talvez tenha, mas não põe o nariz pra fora da porta, não.” (Jorge Luis da Silva, ferramenteiro). (O *Lampião* da Esquina, nº 14 de Julho de 1979; p.9)

“Viado? Tem sim. Só que dão duro tanto quanto nós, eles têm família também, né? E lá na produção nem tem tempo para viadagem, não. Viado aqui trabalha duro.” (João Borges da Silva, operário). (O *Lampião* da Esquina, nº 14 de Julho de 1979; p.10)

⁸ Ver Green (2012). Op.cit.

“[...] bater calçada ou carregar sacos de cimento nas costas é tudo a mesma exploração; eles sabem que a gente está aqui trabalhando – deve ser isso o que chamam de consciência de classe”. (Uma travesti, garota de programa no Rio de Janeiro). (O Lampião da Esquina, nº 14 de Julho de 1979; p.11)

Dos depoimentos, destaco que dentro de um ambiente machista composto por sua maioria de homens heterossexuais, os “gueis” tiveram que se impor, buscando o respeito dos trabalhadores heterossexuais. Eles também deram duro em suas funções, alguns eram até melhores do que os “machões”. Como no caso de Vanusa, peão do metrô do lote botafogo, considerada perigosa, saía no braço com quem mexesse com ela. E de Emanuel Alves da Conceição, ou Claudete, que encontrou na lavagem de roupas dos operários a sua forma de sobreviver. Claudete deixava claro que era tudo na base do respeito se não os operários não a pagavam e que de amor ela não viveria⁹.

A esquerda revolucionária brasileira via a homossexualidade como um comportamento “contrarrevolucionário”, a homossexualidade seria um comportamento inadequado e “inaceitável” (GREEN; 2012, p.59-61). James Green explica que os partidos políticos da esquerda seguiram a visão tradicional da homossexualidade, adotada pelo movimento comunista internacional, na qual “o homossexualismo era um produto da decadência burguesa e desapareceria quando o capitalismo fosse derrubado e com o estabelecimento da sociedade comunista (Idem, p.72).”

Considerações finais

Em tempos de ditadura civil-militar, mesmo que em fase considerada “mais branda” com o fim do AI-5, o jornal *O Lampião da Esquina* mostrou que em vários momentos existiram perseguições ao homossexual sendo estes enquadrados por vadiagem, atentado a moral e bons costumes etc.

A criação de uma imprensa alternativa voltada ao público homossexual significou um avanço nas discussões sobre a sexualidade no Brasil como também deu voz a uma parcela da população marginalizada – especificamente aos homossexuais – que foi a proposta do jornal, mas que este também esteve aberto a outras minorias. Constata-se a importância que teve o *Lampião* para a emergência do Movimento Homossexual Brasileiro como também a sua parcela de participação na visibilidade de outras questões político-sociais, mesmo não sendo aceito como um jornal das minorias, principalmente com as pautas feministas e negras.

⁹Depoimentos na ed. nº 14, julho de 1979, p.11.

As questões de gênero, raça, sexualidade e classe social tomaram novo rumo a partir do estabelecimento de diálogo com os diversos movimentos resultando em novas abordagens e percepções dos sujeitos que se constituíram em grupos indenitários pensando suas próprias questões e particularidades. Devemos destacar que para estas discussões o movimento feminista foi fundamental.

O jornal marcou o início da primeira fase de um movimento homossexual, como também fez seu papel para a positivação da homossexualidade. O *Lampião* desafiou a ditadura civil-militar como apontou as fobias dos partidos progressistas se opondo em dar somente importância a “luta maior” observando que as particularidades também se constituíram em lutas democráticas e necessárias na construção de uma sociedade igualitária.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter, 1937 –. **A escola dos Annales (1929-1989):** a revolução francesa da historiografia. Peter Burke; tradução Nilo Odalia. – 2 ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2010. pp.89-98.
- CARNEIRO, Ailton José dos Santos. **Homossexuais em trânsito:** representações, militância e Organização política na Bahia. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>>. Acesso em: 03 ago. 2018
- DAVIS, Angela, 1944 -. **Mulheres, raça e classe** / Angela Davis; tradução Heci Reina Candiani. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 6ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.
- GREEN, James N. **“Quem é o macho que quer me matar?”:** Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. In: Hispanic American Historical Review, v. 92, nº. 3, p. 437-69, agosto, 2012.
- GREEN, James N. **O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura.** In: **Ditadura e Homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade / organizadores: James N. Green, Renan Quinalha. – São Carlos: EdUFSCar, 2015. 330p.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. / Bernardo Kucinski. - 1 ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.
- LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: **Fontes históricas** / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade:** política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. / Edward Macrae. – Salvador: EDUFBA, 2018. pp. 119-215; 305-340.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura.** In: **Ditadura e Homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade / organizadores: James N. Green, Renan Quinalha. – São Carlos: EdUFSCar, 2015. 330p.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**’. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SIMÕES, Júlio Assis. **Libertários na “abertura”.** In: **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT / Júlio Assis Simões, Regina Facchini. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196p.

FONTES

Jornal Lampião da Esquina edição nº 0, abril de 1978

_____ nº 10, março de 1978

_____ nº 10, março de 1979

_____ nº 14, julho de 1979

_____ nº 15, agosto de 1979

_____ nº 20, janeiro de 1980

_____ nº 25, junho de 1980

_____ nº 27, agosto 1980

_____ nº 32, janeiro de 1981

A política restauradora portuguesa e seus desdobramentos na legitimação da soberania da Coroa em Angola (1640-1697)¹⁰

Ana Maria Soares de Araújo
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História/ICHCA/UFAL
Profa. Dra. Flávia Maria de Carvalho
LAHAFRO – Laboratório de História da África e Afro-Brasileira

Resumo

Esse trabalho pretende analisar a administração portuguesa adotada em suas possessões no período após a Restauração da Independência em 1640, que pôs fim ao Império Filipino, num período de reconquista e legitimação do seu poder sobre seus vassallos e de tensões de ordem religiosa entre jesuítas e capuchinhos no processo de catequização no sertão angolano. Destacando a invasão holandesa de Angola, em 1641, que inicia um período marcado por revoltas e expedições violentas no sertão, intensificada pelos governos brasílicos (1648-1665), apoiados em uma política de expansão militar, pilhagens e avassalamentos compulsórios, com principal objetivo de captação de escravos.

Palavras-chave: Restauração portuguesa, Angola, revoltas

Em 1640, D. João IV apoderava-se do trono e iniciava o período de governabilidade da Dinastia de Bragança em Portugal. Os anos seguintes ao acontecimento presenciam um cenário crítico de instabilidade ao recém-coroadado rei. No contexto europeu, Portugal enfrentava uma desgastante guerra contra a Espanha, dificultando as relações diplomáticas necessárias para o reconhecimento da nova dinastia com as potências europeias; já no ultramar, os holandeses ocupavam “possessões lusas no Oriente, na América e na África: faltavam escravos para lavouras, havia carestia de gêneros, escassez monetária e exaustão da fazenda real” (LOUREIRO, 2015, p.1-2). Esse foi um momento de instabilidade política nas heterogêneas possessões do então Império Ultramarino Português – que inclui as conquistas na África Centro Ocidental, que tinha Luanda como principal base. Nesse contexto, a rebelião

¹⁰O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

representava um meio de adquirir posições, interesses e privilégios (FIGUEIREDO, 2001). Em Angola, a presença dos holandeses desestruturara as já frágeis alianças com os chefes locais (sobas¹¹) vassallos da Coroa, desencadeando uma série de revoltas contra o domínio português nos sertões angolanos. Em meio a isso, a Coroa brigantina empenha-se em reconquistar essa região tão cara para a movimentação da economia imperial.

Pensando Angola no Antigo Regime: monarquia pluricontinental, negociações e relação entre centro e periferia

O período que marca o fim da União Ibérica, estendendo-se até o final do século XVII – fase em que percebemos as tentativas da Coroa em traçar diretrizes e estratégias voltadas para reafirmar sua autoridade junto aos seus súditos angolanos, até então subordinados aos monarcas ibérico-espanhóis – contempla um quadro turbulento, onde revoltas, insubordinações e mesmo guerras marcam a presença dos portugueses em um sertão na maioria das vezes hostil aos estrangeiros, com lógicas, hierarquias e códigos de poder muito pouco compreendidos pelos funcionários do rei encarregados em validar os interesses de um monarca distante e não legitimado pelas chefias locais.

Por meio de uma análise dessa conjuntura é possível observar os meios adotados pelos portugueses no processo de interiorização e as práticas políticas utilizadas pela Coroa nas relações estabelecidas com as elites locais, marcadas por conflitos e negociações. Para isso, é fundamental pensar a dinâmica de uma monarquia pluricontinental e corporativa¹², dotada de diversos poderes autônomos e autorregulados. O conceito de monarquia pluricontinental¹³ é compreendido como “produto resultante de uma série de mediações empreendidas por diversos grupos espalhados no interior do império” (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 17) e difere do conceito de monarquia compósita, cunhado por John Elliot. Na monarquia compósita há a presença de vários reinos, com estatutos próprios,

¹¹ A região de Angola era dividida em sobados, cada um deles era governado por seu respectivo soba (chefe local). Esses sobas gozavam de grande autonomia política nas suas ações governativas (CARVALHO, 2015, p. 50).

¹² De acordo com António Manuel Hespanha, a monarquia corporativa caracterizava-se por quatro fatores principais: “• o poder real compartilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; • o direito legislativo da coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicos locais; • os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; • os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real.” (HESPANHA, 2010, p. 166-167).

¹³ Originalmente apresentado por Nuno Gonçalo Monteiro em **Na Trama das Redes. Política e Negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

preexistentes à monarquia e que preservam sua existência. Já na monarquia pluricontinental há somente um reino (Portugal), uma aristocracia e várias conquistas.

Nela, há um grande conjunto de leis, regras e corporações – concelhos, corpos de ordenanças, irmandades, posturas, dentre vários outros elementos constitutivos – que conferem aderência e significado às diversas áreas vinculadas entre si e ao reino no interior dessa monarquia (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 17).

Essas instituições são caracterizadas pelo autogoverno e têm suas relações marcadas por divergências e negociações. Aqui, a ideia de um poder centralizado, baseado numa relação unilateral e estratificada entre centro e periferia é substituída pela concepção de um “império politicamente descentralizado e periférico” (HESPANHA, 2010, p. 49). A constelação de poderes é a base dessa monarquia corporativa. Enxergando o Antigo Regime sob essa perspectiva, acabamos por substituir

a ideia de um império ultramarino hierarquizado e rígido pela noção, mais realista, “de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela presença de um poder central fraco demais para se impor pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas” (LOUREIRO, 2010, p. 33, *apud* FRAGOSO & GOUVÊA, p. 55).

Assim, podemos enxergar as relações entre centro e periferia como dotadas de flexibilidade e adaptação às especificidades locais. É possível ver isso no sistema de avassalamento e relações de poder estabelecidas entre os agentes administrativos da Coroa e os sobas angolanos. O avassalamento foi usado como instrumento político de domínio dos territórios conquistados no Ultramar. Esse sistema baseava-se em trocas: o vassalo deveria jurar fidelidade e obediência à Coroa, se comprometer a prestar auxílio militar, abrir os seus territórios ao comércio português, sobretudo o de escravos, pagar tributos anuais e converter-se ao Cristianismo – embora o batismo desses sobas não tenha sido uma condição *sine qua non* do avassalamento – em troca de proteção militar contra seus inimigos (HEINTZE, 2007, p. 280, 407). Contudo, as quebras constantes dos acordos firmados nos termos de vassalagem por ambas as partes em prol de benefícios próprios e as negociações e adaptações desses termos nos revelam como essa elasticidade e interpretação das ordens impostas se faziam necessária na manutenção desse sistema.

No que se refere às práticas administrativas do período, é preciso considerar a conjuntura política em que Portugal estava inserido. Segundo Luciano Figueiredo (2001, p. 216), a ideologia política restauradora adotada por Portugal após 1640 na tentativa de legitimar o rompimento com a Espanha, redesenhou as bases das relações que estruturavam o poder real e seu impacto é fundamental para compreender as revoltas desencadeadas em

várias de suas possessões. Essa doutrina, difundida e reinterpretada “estabeleceu nas relações políticas a legitimidade do direito à revolta contra os reis opressores, que sofreria uma metamorfose na periferia a fim de sustentar reações contrárias aos interesses das comunidades locais”. Portanto, dentro dessa conjuntura, a Coroa portuguesa buscava legitimar sua soberania real e reestabelecer seu poder sobre suas possessões, então fragilizado pelo desencadeamento de tensões que poderiam representar uma ameaça para o equilíbrio da monarquia. É nesse contexto que os chefes locais da África Centro-Occidental encontram nas revoltas uma forma de reivindicar seus interesses:

O Rey do Congo com ruins correspondencias, a Rainha Ginga cada vez com mais ardiz maquinando trayçoens contra os portugueses, o Rey de Dongo, e sovas vassalos de Sua Magestade tímidos, os sovas Dembo fazendo muitas avexaçoens aos portugueses e pombeiros brancos que por suas terras commerciavão, que davão a entender, estavam todos de huma voz e hum acordo, e para todo remédio de tudo vissem se convinha e era justo pôrse guerra em campo, por reputação de nossas armas e para castigo de quem merecesse” (CADORNEGA, I, p. 222).

Essa insegurança portuguesa posterior à Restauração também agregava as tensões militares e comerciais das potências inimigas sobre seus territórios na África Centro-Occidental. A fragilidade da soberania portuguesa em Angola se agravou ainda mais após a ocupação holandesa na década de 1640, onde muitos vassalos portugueses se rebelaram e formaram alianças políticas e comerciais com os holandeses. Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 276) afirma que a ocupação holandesa “remexera os territórios conquistados e as alianças com as comunidades nativas”, formando outras relações de forças e outras partilhas de zonas de influência que se impunham às autoridades. A ofensiva holandesa teria iniciado com os ataques a São Tomé e Príncipe (1598-1599), perdurando até a conquista das possessões lusas do Malabar (1663), sendo agravada pela guerra contra os espanhóis após a restauração da independência (BOXER, 1981, p. 120).

Alencastro (2000) aborda de forma primorosa os conflitos que cercavam a Coroa Portuguesa durante a segunda metade do século XVII, seja na Europa, com a Coroa bragantina frágil tanto nas relações exteriores – principalmente com Holanda e Espanha –, quanto internamente, visto a diversidade de interesses nos conselhos e tribunais palatinos, e ainda nas suas conquistas americanas e africanas com a ocupação holandesa e as revoltas nativas. Outro fator agravante foi a presença dos capuchinhos na África Centro-Occidental a partir de meados do século XVII. Isso surge como consequência da criação da Propaganda Fide (1622), pelo papa Gregório XV. Segundo Flávia Carvalho (2011, p. 19), essa instituição defendia o fim do exclusivismo português nas atividades missionárias, sendo favorável à

abertura dos trabalhos de evangelização para outras ordens religiosas. Tal fato se relacionava diretamente com os conflitos entre os dois reinos, característica da “estreita ligação entre o poder espiritual e temporal europeu” (BOXER, 1981, p. 236). Essa abertura gerou conflitos com Companhia de Jesus, muito criticada pelos capuchinhos pela posse de escravos e envolvimento no comércio negreiro¹⁴. Um dos casos que mais evidencia disputa entre esses grupos é a conversão da rainha Nzinga, inicialmente pelos jesuítas e posteriormente pelos capuchinhos.

Em meio a esse cenário de turbulência, a recém-coroadada Dinastia de Bragança busca a legitimação de seu poder na Europa e em suas possessões ultramarinas, após sessenta anos de administração Filipina. Contudo, a invasão holandesa de Angola, em 1641, inicia um período marcado por revoltas e expedições violentas no sertão. Iniciado por Salvador Correia de Sá (1648-1651), principal liderança da reconquista de Angola, passando por Rodrigo Miranda Henriques (1652-1653), Luís Martins de Sousa Chichorro (1654-1658), João Fernandes Vieira (1658-1661) e André Vidal de Negreiros (1661-1666), a administração brasileira de Angola sinaliza uma política voltada para os interesses econômicos gerados pelo comércio negreiro. Angola representava a principal fonte de mão-de-obra escrava para as possessões americanas de Portugal, sendo o controle da região fundamental para suprir a demanda americana. Segundo Boxer (1981, p. 108), o escravo africano constituía o pilar fundamental da economia agrícola em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Visto isso, os brasileiros mostram-se como os principais interessados na retomada do controle sobre a região. Abandonando a política minimalista vigente até então, baseada num governo indireto e com relativa autonomia dos sobas, esses governadores optam por uma expansão militar calcada em pilhagens e avassalamentos compulsórios, com principal objetivo de captação de escravos (Alencastro, 2000).

Ocupação holandesa e revoltas locais

A *História Geral das Guerras Angolanas* – produzida pelo militar António de Oliveira de Cadornega durante o século XVII, contendo suas memórias sobre a conquista portuguesa em Angola – aborda de forma detalhada o processo de invasão dos holandeses em Angola, as revoltas decorrentes desse acontecimento e a reconquista da região pelos portugueses em 1648. Apesar da imprecisão quanto a muitos dados e sequências cronológicas,

¹⁴ A missão dos capuchinhos chega à África Central enviada pelo Vaticano e com a aprovação da Espanha, mas sem autorização da coroa portuguesa e extremamente criticada pelos jesuítas.

tal obra nos traz “informações que, depois duma análise crítica e uma cuidadosa comparação de fontes, ampliam substancialmente os nossos conhecimentos e a nossa compreensão” (HEINTZE, 2007, p. 143) sobre a história de Angola no século XVII. Analisando essa obra, identificamos alguns sobas do sertão de Angola que se aliaram aos holandeses durante o governo de Pedro César de Meneses (1639-1645), Francisco de Souto-Maior (1645-1646) e na junta governativa de António Teixeira de Mendonça, Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha e João Zuzarte de Andrada (1646-1647). Como certo soba traidor Mani-Gango, do Bengo, que teria contado aos holandeses a localização da tropa portuguesa, atacada durante a noite pelos invasores (CADORNEGA, I, p. 253). Ou ainda o soba do sertão Namboa Calombe, que, com outros sobas seus aliados, teria montado um quilombo “com ajuntamento de muito gentio, todos vassalos da Coroa de Portugal” já acordados com os holandeses (CADORNEGA, I, p. 261-262).

A região dos Dembo/Ndembu, nas margens do rio Dande, presenciou o maior número de revoltas dos sobas, tal como indica o relato de Cadornega acerca de uma expedição portuguesa à região em 1642: “chegarão às terras daqueles Sovas que estavam mui chegados à Cidade, emparados dos Flamengos como seus parciais, e tiveram os nossos Portugueses com os ditos Sovas hum grande encontro e batalha, ficando mui destroçados, e bem castigados” (CADORNEGA, I, p. 287). A atuação de Nzinga Mbandi nessas revoltas também é frequentemente mencionada, onde

não se descuidava em fulminar trayçoens com os Sovas Vassallos del rey nosso Senhor, fazendoos rebelar contra a Nação Portuguesa, mandando seus Embaixadores ao Flamengo à Cidade de Loanda com suas dadas, fazendo com eles Confederação, e para ficar mais á mão e não tão distante, mudou seu Quilombo para entre os Sovas Dembos (CADORNEGA, I, p. 293)

Também no Libolo as expedições portuguesas foram frequentes, a pedido dos sobas vassalos que “estavam muito molestados com a guerra que lhes fazião muito quilombos de Jagas” (CADORNEGA, I, p. 312). Os vassalos em questão pediam proteção aos ataques do jaga Lulembe, que vinha, com seu bando, promovendo saques e pilhagens na região. A presença de Nzinga como aliada aos sobas rebelados do Libolo é citada, bem como na região do Dongo/Ndongo, onde “assombrava com sua guerra os nossos Sovas Vassallos, e todo o seu districto, dando alguns assaltos em o Dominio del Rey de Domgo Gola Airi¹⁵, Vassallo de

¹⁵ Ngola Ari, rei fantoche do Ndongo, aliado aos portugueses e batizado como Dom Felipe. Foi coroado em 1626 (FONSECA, 2012, p. 137).

Sua Magestade” (CADORNEGA, I, p. 387). Quissama – região onde a instabilidade do controle português foi constante – e Ilama foram igualmente palco de revoltas¹⁶.

Nzinga, batizada como Ana de Sousa, é uma personagem crucial na compreensão das relações estabelecidas entre os portugueses e as chefias locais no século XVII¹⁷. Após a morte de seu irmão Ngola Mbandi, rei do Ndongo, em 1624, Nzinga teria assassinado seu sobrinho, herdeiro do trono, e assumido o poder da região. Posteriormente, se retirou para Matamba, onde assumiu o reinado dessa região até sua morte, em 1663. As alianças estabelecidas entre Nzinga e os agentes administrativos da Coroa sempre foram instáveis e acarretaram em diversos confrontos. Durante sua vida, aliou-se aos imbangalas, portugueses e holandeses em momentos diferentes e de acordo com seus interesses políticos e econômicos.

É significativa a presença dos jagas¹⁸, tanto como aliados aos portugueses nas guerras pretas¹⁹, como quanto inimigos, promovendo saques e pilhagens aos sobas vassallos da Coroa. A maioria dos conflitos envolvia participação dos jagas e de Nzinga, aliados aos holandeses. Esses personagens surgem como um dos principais obstáculos ao controle português, promovendo saques e pilhagens contra sobas avassalados. O termo jaga seria uma definição genérica utilizada para caracterizar grupos nômades e heterogêneos de guerreiros que não compartilhavam ancestralidade ou etnia comuns e eram formados predominantemente por homens jovens. Viviam de saques e pilhagens e por onde passavam agregavam homens adultos aos seus bandos (CARVALHO, F. M., 2015, p. 76). Dificilmente prestavam fidelidade e só formavam alianças militares baseadas em seus interesses. São

¹⁶ “[...] este tal [soba Uakola Pupa] fazia muitos roubos em alguns Sovas daquela Provincia [Ilama] Vassallos nossos, dando assaltos em muitas povoações de gente forra e Cativa dos Portuguezes.” (CADORNEGA, I, p. 278).

¹⁷ Para mais sobre Nzinga e suas alianças e conflitos com os portugueses no século XVII: FONSECA, M. B. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹⁸ O uso dos termos jaga e imbangala acarretou um produtivo e acalorado debate dentro da historiografia africanista. Sobre a generalização do termo jaga nas fontes portuguesas, Mariana Candido (2014, p. 69, 75) afirma que apesar de sua preexistência (*yaka*), houve uma reconfiguração de seu significado e utilização no “universo português da África Centro-Occidental” na identificação de grupos fora do controle português, que ameaçavam a existência do projeto colonial e cuja organização política e social era desconhecida. Os imbangala constituíam uma nova identidade social e militar fruto das profundas transformações acarretadas pelas migrações e contato com outros povos. A ruptura com a linhagem de origem os teria levado ao abandono das formas tradicionais de organização social estruturadas em relações matrilineares e à adoção de instituições sem vínculos de parentesco lineares, relacionadas à sua atividade essencial, a guerra (MACEDO, 2013, p. 67). Os imbangala fundaram Cassanje na primeira metade do século XVII e o título jaga passou a ser utilizado para denominar os chefes da região. Os temidos grupos jaga continuaram saqueando e pilhando regiões por todo o século XVII, mas a atenção dos portugueses se voltou mais para o potentado de Cassanje, que se tornou um importante centro econômico, passando a ganhar mais destaque nas fontes (HEINTZE, 2007, P. 45).

¹⁹ Como o caso do jaga Kabuku, aliado aos portugueses nas expedições contra os sobas rebelados no período de ocupação holandesa (CADORNEGA, I, p. 278, 396).

apontados nas fontes da época como hordas de guerreiros selvagens, extremamente militarizados e praticantes de atrocidades como antropofagia e infanticídio.

Segundo Mariana Bracks Fonseca (2012, p. 76), no início do século XVII, os governadores portugueses passaram a adotar uma postura mais agressiva em relação aos sobas, utilizando a imposição de armas como principal artifício na concretização do comércio negreiro. Com isso, a guerra promoveu a interiorização em várias regiões do Ndongo e a sujeição forçada dos sobas locais. As tropas portuguesas, entretanto, enfrentavam dificuldades que impediam o domínio efetivo das regiões mais distantes, como a quantidade reduzida de soldados devido às condições do clima e alimentação e o pouco conhecimento geográfico desses sobados. Visto isso, o apoio militar africano foi amplamente utilizado, pois conheciam as armas e estratégias empregadas pelo lado oposto e também a geografia local, que facilitava na escolha de um melhor posicionamento das tropas. O papel dos mercenários imbangala foi significativo na “guerra preta”, suas habilidades militares favoreciam a vitória dos lusitanos e a captação de escravos. A busca por vantagens políticas e econômicas imediatas era o principal fator promotor das alianças dos imbangala com as autoridades portuguesas do Ndongo, contudo, essas relações eram marcadas por instabilidades. As fontes mostram como esses imbangala ora estavam em acordo com essas autoridades, ora mostravam hostilidade e se aliavam aos sobas rebeldes à Coroa.

As revoltas desencadeadas no período de ocupação holandesa mostram como, fora da capital Luanda, a administração da Coroa era mais virtual do que efetiva. Apesar das tentativas de controlar as ações desses sobas através do avassalamento, as relações mantidas eram instáveis e guiadas por interesses econômicos, principalmente pelo tráfico negreiro, já que Angola era um importante centro exportador de escravos para a América portuguesa. A presença flamenga nesse comércio e as alianças estabelecidas com os chefes locais – muitos dos quais vassalos portugueses – visando lucros provenientes da captação e negociação de escravos, ameaçavam a soberania política e comercial da Coroa na região. A fragilidade política da Coroa favorecia um quadro, a esses sobas, onde as revoltas representavam uma forma de reivindicação e obtenção de benefícios.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- BIRMINGHAM, D. **Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790**. Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.
- BOXER, C. R. **O Império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- CANDIDO, M. P. Jagas e sobas no “Reino de Benguela”: vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII. In: RIBEIRO, A.; GEBERA, A.; BERTHET, M. **África: histórias conectadas**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2014. p. 41-77.
- CADORNEGA, A. de O. de. **História Geral das Guerras Angolanas**. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972, tomo I.
- CARVALHO, F. M. de. **O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental**. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, São Paulo, ano IV, n. 7, pp. 7-28, jul. 2011.
- CARVALHO, F. M. de. **Sobas e homens do rei: a interiorização dos portugueses em Angola (séculos XVII e XVIII)**. Maceió: Edufal, 2015.
- FIGUEIREDO, L. R. A. O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas no Império Português, séculos XVII e XVIII. In: Furtado, J.. (Org.). **Diálogos oceânicos**. Belo Horizonte: Edfmg, 2001, p. 197-254.
- FONSECA, M. B. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F.; BICALHO, M. F. (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). **Na Trama das Redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HEINTZE, B. **Angola nos séculos XVI e XVII**: Estudos sobre fontes, métodos e história. Luanda: Kilombelombe, 2007.

LOUREIRO, M. **A Gestão no Labirinto**: Circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705). 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **O governo por Conselhos na monarquia portuguesa do pós-Restauração**: algumas notas de pesquisa. Anais do XVII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015, p. 1-9.

MACEDO, J.R. Jagas, Canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. *In: História*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 53-78, jan/jun 2013.

Um “Código Municipal de Conduta” na administração pública alagoana em 1928 e 1929: o pensamento civilizador em Graciliano Ramos

Ângela Maria dos Santos
Mestranda em História Social pelo PPGH / ICHCA/UFAL

Resumo: Esta comunicação propõe discutir o pensamento civilizador a partir da administração pública do romancista Graciliano Ramos na Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas. Ao assumir o cargo na prefeitura, em 1928, o romancista teve como amparo um Código Municipal de Conduta de 1865, que segundo ele, “parecia lei” (BARROS, 2014). O ideário do prefeito Graciliano Ramos se articulava com um movimento nacional e internacional de medicalização dos povos, ajustando-os a um modo único de vida. Alinhado com esse projeto de modernidade para o qual a desordem urbana se associava à pobreza, Graciliano considerava a necessidade de retirar a “selvageria” do sertanejo, inculcando-lhe hábitos de “civildade” para o progresso do país. Na concepção de Gondra (2004) o processo de higienização dos grupos sociais era explicado pela necessidade de cultivar um homem novo, capaz de se desfazer das tradições, das crenças e religiosidades. A intenção do texto é expor outra face do renomado cronista brasileiro, enquanto administrador público no final da Primeira República, que se confronta com aquela posta em seus romances. Reconhecido por ter sido capaz de elaborar sínteses elucidativas em razão do Brasil, do projeto político das oligarquias econômicas e culturais.

Palavras-chave: Administração Pública. Código de Conduta. Pensamento Civilizador.

Este trabalho propõe analisar o Código de Conduta reeditado por Graciliano Ramos em 1928 quando prefeito da cidade de Palmeira dos Índios, no período de 1928 a 1930. Com tal discussão pretende-se ainda conhecer as articulações das regras do Código de Conduta com a sociedade republicana.

Uma das questões elencadas neste artigo é: como um documento originário do Império pode ser implantado no âmbito do processo da modernização e urbanização de uma pequena cidade alagoana? Na leitura do Código de 1928 são evidentes as ordens para manter uma cidade do interior sob o padrão moderno da época. Começa ali uma mudança nas práticas culturais desses interioranos, que encenados no âmbito urbano iniciava também a mudança das identidades dos munícipes palmeirenses. Todas essas questões voltavam-se para o

movimento da cidade como difusora da cultura moderna, pautada nos padrões europeus, por exemplo, a disciplina e a higiene.

Em seu conjunto, o Código Municipal de Conduta define oitenta e dois artigos, sobre os quais estavam associados aos propósitos higienistas do período republicano brasileiro. Por esse caminho, as medidas higienistas do prefeito Graciliano Ramos estavam de certa maneira associadas às necessidades de prevenção de doenças, mas também se ancorava num discurso maior cujo fulcro era a modernização dos centros urbanos.²⁰

Em face disso, observa-se que, no campo da medicina, os europeus utilizaram-se dessa prática higienista entre o final do século XIX e primórdios do século XX, seguindo o Brasil com essa mesma experiência nos primeiros anos da República. Não obstante, Sobrinho (2013) assinala que:

O engenheiro e o médico, em especial o médico-sanitarista, aparecem como personagens de uma elite que propiciará as intervenções necessárias ao estabelecimento da nova ordem higienista; ações sanitárias serão desenvolvidas com vistas a combater epidemias, um ideal de limpeza e, ao mesmo tempo, desejo utópico do progresso.²¹

Dentro desse discurso higienista se configura a modernização conservadora do projeto de República para o qual busca-se afastar as pessoas pobres dos centros urbanos, colocando-as às margens do ponto de vista geográfico e político. A elite política e econômica republicana entendia que “a desordem urbana” estava associada à pobreza, a miséria, a falta de informação, a falta de hábitos de higiene da população.²² Na concepção de Gondra (2004)²³ o processo de higienização dos grupos sociais era explicado pela necessidade de cultivar um homem novo, capaz de se desfazer das tradições, das crenças e das religiosidades. Desta maneira, os modelos europeus de “civilidade” seriam a saída para “a ordem e o progresso” do país. O autor da obra *Viagem* adota essas regras e deixa explícito no Código de Conduta como manter a ordem daquela comunidade alocada no agreste alagoano. Como é possível notar em alguns artigos do Código – Capítulo II - Higiene:

²⁰ O projeto de urbanização da cidade do Rio de Janeiro implementado pelo então Pereira Passos, a destruição dos cortiços (moradia popular), alargamento de ruas e avenidas ilustram bem a inquietação de Palmeira dos Índios na busca de novos hábitos para uma cidade do interior de Alagoas. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²¹ SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. **São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX**: a utopia da civilidade. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 210-235. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n32/09.pdf>. Acesso em 26 de fev. de 2017, p. 6.

²² População pobre cujos hábitos eram sertanejos, de negros e de indígenas.

²³ Cf. GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

Art. 25 – Os proprietários ou arrendatários de terrenos pantanosos ou alagados, situados na zona urbana e suas vizinhanças, devem aterrizar no prazo marcado pela Prefeitura. Multa de 50\$000 e pagamento das despesas quando os serviços forem executados pela Prefeitura.

Art. 26 – Proprietários ou arrendatários não deixarão sujas as margens de rios ou córregos que atravessem suas terras. Multa de 30\$000 aos transgressores.

Art. 28 – Os chefes de família, tutores, diretores de estabelecimentos de ensino, mandarão vacinar seus subordinados no dia, lugar e hora que o vacinador designar ou vaciná-los-ão em suas casas ou propriedades. Multa de 20\$000 aos transgressores.

Art. 29 – Qualquer das pessoas a que se refere o artigo antecedente, logo que apareça a varíola em um dos seus subordinados, levará o tacto ao conhecimento da Prefeitura. Multa de 30\$000.

Art. 30 – Em tempo de epidemia ou quando seja ela para esperar-se, fica autorizado o prefeito a ordenar, em editais ou pela imprensa, medidas de salubridade publica não estatuídas neste código podendo lançar aos infratores as multas de 20\$000 a 50\$000.

Art. 31 – É proibido:

- 1) Deitar substâncias orgânicas ou imundícies em rios, riachos, açudes, tanques, lagoas quaisquer fontes de abastecimento público;
- 2) Jogar na via pública cisco, louça, garrafas, estilhaços de vidro e resíduos de qualquer natureza;
- 3) Deitar objetos imundos nos telhados. Multa de 10\$000 a 20\$000 aos transgressores.

Notadamente, Graciliano Ramos fez duras críticas à administração anterior desses líderes locais, em particular, pela manutenção de alianças com as elites. Mesmo assumindo a prefeitura com a Receita inferior aos gastos necessários para iniciar as obras municipais, Graciliano precisou fazer, mesmo com pouco, o que planejara para seu governo. Valdemar de Souza Lima cita em sua obra a visão que Graciliano tinha do município de economia agropastoril e que precisava de mudanças “radicais” e imediatas, principalmente nas áreas suburbanas. Na concepção de Lima (2013), o matuto em Palmeira dos Índios “levava vida de bicho”. Ressalta: “o matuto era precisamente o ser humano que, no Brasil, realizava o prodígio de passar sem estradas, sem instrução e sem saúde, bebendo lama, sem dar por isso”.²⁴ “Numa dessas suas entradas pelo centro da catinga, conta Graciliano que parou no arruado de Canafistula, e deu com mais de 100 porcos misturados com gente: ‘Nunca vi tanto porco’”.²⁵ Valdemar expõe que Graciliano se questionava acerca do sofrimento do homem marginalizado do seu município, porém, sabia ele que não teria apoio de nenhum governo.

A tessitura social em que o Código de Conduta foi implantando estava sob o prisma do Coronelismo. A aliança que Graciliano fez politicamente foi com homens desse corpo de “coronéis”, mesmo ele afirmando não corroborar com as práticas dos mesmos.

²⁴ LIMA, Valdemar de Souza. **Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Imprensa Oficial Graciliano Ramos. Maceió, 2013, p. 176.

²⁵ LIMA, Valdemar de Souza, 2013, op. cit., p. 176.

Como medida imediata de sua administração, e que contrariava a esses grupos, instituiu o Código Municipal de Conduta, documento este que em sua aplicação não agradou a todos, para uns foi uma postura aceitável e para outros o prefeito transformou a cidade num palco de guerra. No Capítulo II – Higiene do Código são instituídos 38 Artigos, cada um com suas sanções aos contraventores. Esse capítulo traz o discurso higienista concatenado aos anseios europeus, uma idealização que a República almejava. Tomemos ciência das imposições presentes nesse Capítulo II:

Art. 23 - É proibido aos habitantes da cidade e dos povoados:

- 1) Ter monturos ou depósitos de lixo em seus pátios ou quintais;
 - 2) Despejar água servida nas ruas, praças ou dependências de prédio vizinho;
 - 3) Deitar imundície de qualquer natureza na via pública;
 - 4) Conservar sujas as frontarias de suas casas;
 - 5) Secar couros em lugares habitados;
 - 6) Estender carne em público;
 - 8) Exercer qualquer indústria prejudicial a saúde pública;
 - 9) Abrir buracos em terrenos próximos a habitações;
 - 10) Ter Penna d'água ou encanamento sem torneira ou com torneira em mau estado.
- Multa de 20\$000 a 50\$000 aos contraventores.

Conforme Lima (2013), as ações administrativas do prefeito Graciliano fizeram surgir os seus inimigos depois das determinações práticas de limpeza dos espaços públicos que ele fez no início do exercício do seu mandato, a saber:

No curso de três semanas tinha mandado matar cachorro por desgraça e era mais fácil apanhar um disco voador em terra ou no ar do que um porco no beíço de uma aguada; gados vacum, caprino e ovino também não se viam na zona urbana, conquanto os criadores desses bichos os trouxessem pelo gogó. Realmente, Graciliano se tinha transformado em prazo recorde no tipo mais abusado da cidade.²⁶

Alguns questionamentos podem ser colocados acerca da postura do prefeito para com os munícipes palmeirenses. Primeiro, sua prática estava ancorada na Lei (Código de Conduta), que estabelecida no Art. 24 do Capítulo II – Higiene, que: “Os animais encontrados mortos na rua serão enterrados por seus donos, que terão, depois de intimados, quatro horas para fazê-lo. Os transgressores incorrerão sua multa de 20\$000. Se os donos não forem conhecidos, os animais serão enterrados á custa da Prefeitura”. Este artigo do Código trata dos animais que forem encontrados mortos, não deixa clara a causa, entretanto, seus donos serão responsabilizados pelo corpo do animal. No Artigo 65 do CAPÍTULO V – Agricultura e Pecuária institui que: “É proibido deixar vagar na zona urbana gado vacum, muar, cavalari,

²⁶LIMA, Valdemar de Souza. **Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Imprensa Oficial Graciliano Ramos. Maceió, 2013, p. 182.

suíno, caprino, ovino. Multa de 10\$000 por animal das três primeiras espécies, de 5\$000 por ovino, caprino ou suíno”.

Diante do contexto da aprovação do documento Ivan Barros em seu livro, *Graciliano era assim*, traz a entrevista de Antonio, um munícipe sertanejo, no qual avalia alguns atos das práticas do Prefeito:

- “O melhor de todos até hoje!”. [...] O Prefeito Graciliano sabia de tudo! Quando “Seu” Graciliano era prefeito havia muito respeito e muita ordem. Existia um homem com uma espingarda para matar os porcos que andavam pelas ruas sujando os jardins, as calçadas, invadindo o cemitério, fazendo uma porcaria da peste!²⁷

Sobre a questão da presença dos porcos nos espaços públicos,²⁸ o inciso 7º do Art. 23 vetava “Ter porcos em liberdade ou em chiqueiros sem segurança”. No Artigo 69 também proibía a criação de porcos “em todos os lugares do município onde possam danificar águas de lagoas, tanques, riachos, açudes, etc. Multa de 5\$000 por animal. Os indivíduos prejudicados poderão apreender os animais ou testemunhar a infração, e denuncia-la, conforme ficou exposto no artigo 66”. O morador da cidade, Antonio, continua seu relato com detalhes acerca dos mandados de matanças desses animais:

Seu Quincas era o homem que cuidava de matar os porcos a mando do Prefeito. Uma tarde, “Seu” Graciliano ao ver o “Fiscal da Correção” voltar sem nenhum resultado, perguntou, meio arreliado: - Então, não matou nenhum porco hoje? - Nenhum, Excelência. - E não encontrou nenhum porco pelas ruas? - Encontrei, Excelência! - gaguejando: “Encontrei em frente ao Vapor de Algodão, mas os porcos eram do “coronel” Sebastião e não matei Excelência, o senhor entende... seu pai...”.²⁹

Enfurecido com o não cumprimento do Fiscal à sua ordem, Graciliano solicitou ao Secretário da Administração a demissão do mesmo: “Seu Marçal,³⁰ bote esse homem pra fora. Deixou de cumprir as minhas ordens. Prefeito não tem pai”,³¹ para o Sr. Antônio essas atitudes do prefeito soavam como uma boa melodia aos gostos dos que zelavam por essas

²⁷ BARROS, Ivan. *Graciliano era assim*: biografia e depoimentos. Recife: Ed. Do autor, 2014, p. 124-125.

²⁸ Em seu segundo Relatório (1930), Graciliano faz notar uma expressão de orgulho com suas obras e relata no item sobre HIGIENE — 8:454\$190 (valor gasto): “O estado sanitário é bom. O posto de higiene, instalado em 1928, presta serviços consideráveis á população. Cães, porcos e outros bichos incômodos não tornaram a aparecer nas ruas. A cidade está limpa”. Cf.: RAMOS, Graciliano. *Relatórios de Graciliano Ramos publicados no Diário Oficial*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

²⁹ BARROS, Ivan, 2014, op. cit., p. 125-126.

³⁰ O nome completo do Secretário de Administração era Marçal José Oliveira. Conforme Valdemar de Souza Lima, Marçal Oliveira era um “homem de poucas letras, porém com uma certa prática de burocracia, recebera as necessárias instruções e orientara o pessoal, de modo que, na área interna, já não existam problemas para indispor Graciliano”. Cf.: LIMA, Valdemar de Souza. *Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios*. Imprensa Oficial Graciliano Ramos. Maceió, 2013, p. 183.

³¹ BARROS, Ivan, 2014, op. cit., p. 126.

condutas. Ser um sujeito de palavra era o que importava e, para ele, Graciliano era esse sujeito de honra. E mais uma vez Graciliano é lembrado nas memórias de Seu Antônio:

Era homem de palavra, de sim, sim; não, não; trancado, de pouco falar, mas bondoso, sim senhor. Não era uma bondade aberta, escancarada, de dentes de fora. Muita gente não apreciava os modos dele. Isso que importa? Eu, sim gravei para sempre a sua figura, seus gestos, sua bondade, mesmo esquisito. Era um homem sabido e abençoado por Deus. Comunista? Duvido. Ele foi um pai pra mim. Que Deus bote ele num bom lugar. Ele merece.³²

No tocante a aprovação do Código, pergunta-se: Como o Código de Conduta foi aprovado?

LEIS MUNICIPAIS

Em janeiro do ano passado não achei no Município nada que se parecesse com lei, fora as que havia na tradição oral, anacrônicas, do tempo das candeias de azeite. Constava a existência de um código municipal, coisa inatingível e obscura. Procurei, rebusquei, esquadrinhei, estive quase a recorrer ao espiritismo, convenci-me de que o código era uma espécie de lobishomem. Afinal, em fevereiro, o secretario descobriu-o entre papeis do Império. Era um delgado volume impresso em 1865, encardido e dilacerado, de folhas soltas, com aparência de primeiro livro de leitura do Abílio Borges. Um furo. Encontrei no folheto algumas leis, aliás bem redigidas, e muito sebo. Com elas e com outras que nos dá a Divina Providencia consegui aguentar-me, até que o Conselho, em agosto, votou o código atual.³³

Considerado como um “pau com formigas”, o Código movimentou a política local e modificou alguns costumes da população palmeirense. Esse documento era composto de várias proibições e sanções, tudo em nome da ordem da ordem de uma cidade civilizada! Em reunião presidida por José Pinto de Barros, amigo de Graciliano e presidente da Comissão de Contas, aprovaram juntamente com todos os conselheiros, aos 22 de agosto de 1928 o Código de Conduta.

No tocante as discussões acerca desse documento, há nele a concretização de relações sociais e de poder presentes no espaço (que é constructo do homem). O Código de Conduta ou Postura é forma concreta de determinação legal das elites locais, deixando explícitos a ordenação e o seu domínio. O documento é o reflexo da consolidação do Estado moderno e dos grupos envolvidos em sua formação.

As interpretações desse conjunto de normas sociais têm como ponto de partida os conceitos de cultura e civilização. Estes conceitos passam pelas realizações de uma sociedade e suas organizações políticas, econômicas, estruturais e tecnológicas. Entretanto, há

³²Cf.: BARROS, Ivan. **Graciliano era assim**: biografia e depoimentos. Recife: Ed. Do autor, 2014, p. 126.

³³Excerto retirado do Primeiro Relatório (1929) enviado ao Governador Álvaro Paes. Cf.: RAMOS, Graciliano. **Relatórios de Graciliano Ramos publicados no Diário Oficial**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

diferenças para esses conceitos, cada um tem seu momento a cada época. Na concepção de Elias (1994) a cultura está mais a nível intelectual e é algo singular para cada comunidade, já a civilização é o concreto e também universal, algo que as sociedades almejam alcançar tornando-se todas em comum. Basicamente, esse ideal civilizatório segue os passos de uma sociedade burguesa ou como o próprio autor descreve a sociedade de corte com seus modos, seus comportamentos, regras e suas relações vigentes.³⁴ A burguesia alemã com o intuito de alcançar uma posição na organização do Estado, mesmo não compactuando com as regras comportamentais da aristocracia de corte, enxergaram as universidades como a saída para essa participação da organização do Estado. Os intelectuais, filósofos, escritores reforçaram esse grupo para firmar sua cultura. Para Elias (1994), o termo “cultura” é usado pela burguesia para legitimar sua autoafirmação diante da aristocracia de corte. Ele chama a atenção para a visão dada ao sujeito civilizado e ao sujeito culto, o primeiro era visto como sujeito de conhecimento superficial, já o segundo era o detentor do conhecimento, do saber.

Durante o século XIX a construção do Estado e da Nação brasileira iniciou-se por intermédio de determinados grupos da elite que se organizaram para formular sua consolidação por meio do projeto historiográfico, pontua Guimarães (2011):

o projeto de construção da ideia de nação brasileira deve ser compreendido como um “autêntico projeto de Estado” em que a elite letrada e os agentes estatais mobilizam uma série de recursos políticos, econômicos e simbólicos a serviço de sua criação. O apoio ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se torna um dos braços intelectuais desse propósito ordenado as evidências e os vestígios do passado nacional.³⁵

Esse grupo que tinha integrantes pertencentes da chamada boa sociedade tinham destaques por possuírem habilidades político-sociais e também por serem dotados de grandes propriedades de terras ou do comércio local. Nessa situação confortável para poucos e portando essas premissas ficava fácil integrar o mundo do governo.

Em 1º de outubro de 1828³⁶ o Governo Imperial estabeleceu parâmetros para disciplinar as Câmaras Municipais, tornando-as instituições, mas com medidas restritivas, sendo esta subordinada ao Governo Imperial. Esta lei tratava das formas das eleições, as funções municipais, as posturas policiais, aplicação de rendas e posturas policiais. Dentre estas, as posturas policiais são as responsáveis pelo ordenamento dos espaços urbanos, obtendo total legalidade para conduzir e organizar esse espaço desordenado em civilizado.

³⁴ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v 1.

³⁵GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 12-13.

³⁶**Lei de 1º de Outubro de 1828**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acesso em 20 de agosto de 2018.

Contudo, esses agentes do Estado, os vereadores ou conselheiros, seriam responsáveis por determinar as mudanças do espaço urbano, planejando a cidade, bem como a nação.

Em *Raízes do Brasil*, Sergio Buarque de Holanda (1995) chama a atenção a respeito da atuação das Câmaras Municipais na estruturação das cidades que só foram possíveis com a chegada da família real na colônia, devido ao descaso dado ao ordenamento das cidades pela coroa portuguesa no início da dominação. Na concepção do autor, “para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceu”.³⁷

Sob outro olhar do planejamento das cidades, tendo como modelo as cidades coloniais portuguesas, estas foram construídas pelos critérios da engenharia militar e também dos homens de negócios. Na análise de Bicalho (2003),

as cidades ultramarinas, por apresentarem problemas específicos, próprios de sua condição colonial, foram objeto de uma política também muitas vezes diferenciada e de uma legislação incessante por parte da metrópole, tanto no que se refere à ordenação de seu espaço urbano quanto à regularização de seus usos e costumes.³⁸

No âmbito da Historiografia colonial, evidencia-se que o papel das câmaras municipais também fosse para solucionar problemas rotineiros das cidades com o propósito de beneficiar a todos. Em cidades portuguesas, as transformações das urbes ascenderam devido a preocupação do controle do mercado, do sanitário e do edificatório, proposto por meio de mecanismos do Estado moderno centralizador.

No campo da História Social devemos entender o estudo dos códigos de posturas como uma compreensão do movimento das cidades, o seu cotidiano, seus costumes. E no caso do papel administrativo das Câmaras Municipais, entendê-las como espaço que serve para atender aos anseios do povo e dos problemas do dia a dia da cidade. No CAPÍTULO V- Ruas, praças, estradas. Edificação e reedificação, do Código de Conduta em análise, são estabelecidas as seguintes sanções:

Art. 54 – É Proibido:

- 1) Edificar algum prédio em terreno que não tenha posse e sem haver previamente alcançado licença da Prefeitura.
- 2) Edificar ou reedificar prédio em muro ou praça sem que anteriormente a Prefeitura haja dado alinhamento e nivelamento;
- 3) Edificar ou reedificar prédio ou frente de prédio em desacordo com as disposições que a municipalidade adota. As plantas serão submetidas à aprovação da Prefeitura. Multa de 20\$000 a 50\$000 aos infratores.

³⁷HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 95.

³⁸BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 168.

Art. 55 – O proprietário ou inquilino de um edifício é obrigado a:

- 1) Ter caiação ou a pintura pelo menos de dois em dois anos;
- 2) Renovar a numeração da casa ou a placa da rua, caso dias sejam inutilizadas com serviços de construção, caiação ou pintura;
- 3) Reparar a calçada que porventura seja prejudicada com edificação ou reedificação. Multa de 10\$000 a 30\$000 aos contraventores.

Art. 56 – É proibido fazer escavações em ruas, praças, estradas, arrancar pedras das calçadas sem licença da Prefeitura. Multa de 20\$000 aos contraventores.

Art. 57 – Ninguém poderá fazer cercas em ruas ou praças na zona urbana. Multa de 20\$000.

Art. 58 – As cercas que atualmente existem na zona urbana e aquelas que a Prefeitura tolerar sejam feitas por motivo urgente serão substituídas, dentro do prazo determinado, por grades ou muros. Multa de 30\$000.

Art. 59 – Com exceção de travessas, todas as ruas novas que se abrirem terão pelo menos doze metros de largura.

Art. 60 – Para utilidade pública poderá a Prefeitura encaminhar redes de esgoto por terrenos airados.

As transformações urbanas embasadas profundamente pelo espírito modernizador e tomadas pelas posturas municipais tendo como fulcro as ideias higienistas imperiais, nas quais provocaram várias mudanças, mudanças estas que não se deram de forma linear e sem conflitos sociais. Para Martha Abreu (1999), os Códigos de Posturas tinham um papel fundamental para a efetivação das ações das Câmaras Municipais, qual seja estabelecer a ordem e o controle da população:

desde os anos 1830, os Códigos de Posturas revelavam esta direção da política municipal de civilizar o império em termos de limpeza, saneamento, moral pública, organização e embelezamento do espaço público. A ação da civilização na alçada municipal, [...] era o melhor caminho para os liberais de qualquer vertente procurarem agir contra a cultura popular “definida como atrasada, colonial e mestiça.”³⁹

Promulgadas as leis municipais, as Câmaras Municipais objetivadas a atender as ações disciplinadoras impostas pelas Assembleias Legislativas, acabavam por fortalecer cada vez mais o Estado normatizador vigente, pois este se encontrava no Rio de Janeiro, longe das cidades interioranas. Depois que as posturas municipais foram consolidadas pela Lei de 1º de outubro de 1828, os princípios de regulação, civilidade e moral estavam sob sua tutela, destarte, a ordem tornou-se o preceito fundamental para a constituição do Estado Imperial. Na ótica de Cardoso e Vainfas (1997),

todo fenômeno social é suscetível de ser lido em relação ao ideológico e em relação ao poder. [...] as “condições de produção” de um discurso têm a ver com o “ideológico”, com os valores sociais da sociedade que o produz, ao passo que as

³⁹Cf.: ABREU, Martha. Por uma história do Divino. In:_____. **O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 188-219.

“condições de seu reconhecimento”, dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade.⁴⁰

Para uma sociedade sob o controle do Estado sua organização se dá pela centralização de cobranças de impostos e até mesmo pela violência física, resumido pela força e poder. O processo civilizador aconteceu de forma coercitiva, como destaca Norbert Elias (1993, p. 193):

que o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. Mas, evidentemente, pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa “civilização”, pretendendo efetivá-la gradualmente através de medidas conscientes, “racionais”, deliberadas.

O autor salienta que a ordem social determinada pela mudança histórica é que subordina o processo civilizador, causado também pelos impulsos e desejos do homem. Para Elias (1993), “A civilização não é ‘razoável’, nem ‘racional’, como também não ‘irracional’. É posta em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver”.

Graciliano Ramos fez parte de um sistema de “governo” que, de certa forma, obteve prestígio no círculo político dominante do qual pertencera. Foi considerado um administrador bom/amigo para uns e inimigo para outros. Também foi cidadão, adepto aos costumes da disciplina militar, patriota em excelência como dizem seus biógrafos e os amigos entrevistados, postumamente. Suas posturas municipais caracterizavam um sujeito coercitivo para comportamentos ditos fora da lei promulgada por ele durante sua administração. O próprio Código de Postura era uma forma de materializar seus ideais políticos. Levando em consideração a pesquisa documental elencada neste trabalho, ela tem a intenção de contribuir com novas interpretações e novos olhares reflexivos acerca do objeto em estudo e suas problematizações.

⁴⁰CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 541.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Por uma história do Divino. In: _____. **O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BARROS, Ivan. **Graciliano era assim: biografia e depoimentos**. Recife: Ed. Do autor, 2014.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v 1.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 95.

Lei de 1º de Outubro de 1828. Disponível em:

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acesso em 20 de agosto de 2018.

LIMA, Valdemar de Souza. **Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Imprensa Oficial Graciliano Ramos. Maceió, 2013.

RAMOS, Graciliano. **Relatórios de Graciliano Ramos publicados no Diário Oficial**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. **São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade**. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, n. 32, jan./abr. 2013, p. 210-235. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n32/09.pdf>. Acesso em 26 de fev. de 2017.

Mulheres em busca do esposo (espiritual): relações entre o enclausuramento monástico feminino na Gália Merovíngia e o abandono da família terrena a partir das hagiografias de Santa Monegunda e Santa Radegunda.

Benjamim Oliveira da Rocha
Mestrando em História/ ICHCA/ UFAL
Orientadora: Profa. Dra. Raquel de Fátima Parmegiani

RESUMO

Durante o quinto e sexto século, vemos crescer no Ocidente, mais especificamente na região da Gália, o número de mosteiros, alguns, exclusivamente femininos, como o da Santa Cruz. Com isso regras monásticas específicas para esse tipo de mosteiro são escritas, como a *Regula ad Virgines* de Cesário de Arles. Analisando as vidas de santas merovíngias, como Monegunda e Radegunda, percebemos que os bispos Gregório de Tours e Venâncio Fortunato, caracterizaram destacadamente como parte da santidade feminina o tema do abandono da família, utilizando-se das hagiografias como “propaganda” de incentivo a uma vida monástica feminina.

Palavras-chave: merovíngios; mosteiro feminino; episcopado.

O cristianismo propiciou as mulheres que desejavam se envolver com a religiosidade mais possibilidades do que, anteriormente, o paganismo do Império Romano. Neste às mulheres exerciam via de regra o papel de sujeitas passivas nos cultos, com exceção das virgens vestais. No cristianismo, mesmo não podendo exercer os cargos de sacerdócio, mulheres como esposas de bispos, de padres, diaconisas, viúvas e virgens dedicadas ao Senhor dividiam com os homens os cuidados pastorais⁴¹, posto que a obrigação do celibato e continência ainda possuíam uma compulsoriedade. Como atesta Wemple, durante o início da igreja cristã o presbítero ser casado e ter filhos e filhas era tido como mais vantagoso para o seu ministério, do que ele viver em continência ou celibato:

Ao contrário dos cultos pagãos, a igreja cristã primitiva não prescrevia nem o celibato nem o casamento para seus presbíteros. O ideal de virgindade e abstinência sexual defendido por Paulo (1 Cor. 7: 32-94) tornou-se a norma para a igreja latina somente no quarto século. Nos primeiros três séculos

⁴¹ WEMPLE, Suzanne Fonay. *Women in Frankish Society: Marriage and the Cloister, 500 to 900* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981. p. 127.

após o estabelecimento do cristianismo, os casados e os celibatários serviram juntos no ministério carismático. De fato, um homem casado estava melhor equipado do que um homem solteiro para prover cuidado pastoral naqueles anos de combate. Sua esposa e filha prestaram serviços auxiliares nas pequenas congregações, que podem ser melhor caracterizadas como famílias extensas⁴².

Fatores como a iminente volta de Cristo e a falta de parceiros adequados – quer seja por serem de classe social inferior ou por serem pagãos –, contribuíram para a formação de um celibato feminino de mulheres ricas⁴³. Como explicamos no título anterior o patrimônio dos membros do episcopado cresceu vertiginosamente, em parte, por causa das isenções fiscais que recebiam do Imperador. Contudo, um dos motivos precípuos para o aumento das posses dos bispos foi que esses também passaram a receber doações de terras e outros bens materiais, na sua grande maioria ofertados por essas mulheres da aristocracia. Patrick Geary no explica que:

A riqueza dos bispos teve também um grande aumento por causa das doações de pessoas piedosas, em sua grande maioria mulheres aristocráticas que, nos quatro e cinco séculos, desempenharam um papel importante, mas até pouco tempo, pouco apreciado no crescimento do cristianismo ocidental. Esta nova religião proporcionou meios raros pelo qual as mulheres podiam sair do seu mundo normalmente subordinado e privado e participar da esfera pública. Como benfeitoras, peregrinas e, cada vez mais, permanecendo como virgens dedicadas a Deus, as mulheres poderiam obter um status de outra forma desconhecido para elas no mundo da antiguidade completamente dominado pelos homens⁴⁴.

⁴² “Unlike the pagan cults, the early Christian church prescribed neither celibacy nor marriage for its presbyters. The ideal of virginity and sexual abstinence advocated by Paul (1 Cor. 7:32-94) became the norm for the Latin church only in the fourth century. For the first three centuries after the establishment of Christianity, the married and the celibate served together in charismatic ministry. Indeed, a married man was better equipped than a single man to furnish pastoral care in those embattled years. His wife and daughter provided auxiliary services in the small congregations, which may be best characterized as extended families”. (*Ibidem*. p. 129).

⁴³ PARLBY, Geri. *Virgins, widows, deaconesses and Mary: the suppression of women's power in the early Church*. p. 03. Disponível em: <http://www.academia.edu/12516709/_Virgins_Widows_Deaconesses_and_Mary_The_suppression_of_women_s_power_in_the_early_Church>. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

⁴⁴ “The wealth of bishops had also been greatly increased by donations from the pious, largely from aristocratic women who, in the fourth and fifth centuries, played an enormously important but until recently little appreciated role in the growth of western Christianity. This new religion provided a rare means by which women move out of their normally subordinate and private world and participate in the public sphere. As benefactors, pilgrims, and, increasingly, by remaining virgins dedicated to god, women could obtain a status otherwise

Essas mulheres, todavia, não se limitavam exercerem seus papéis dentro da *ecclesia* como simples doadoras de terras e bens. Elas almejavam papéis ativos dentro de suas comunidades. Conforme nos explica Geri Parlby:

Não há dúvida de que o rápido aumento nas fortunas da Igreja foi em parte devido às doações substanciais feitas pela nova geração de mulheres ascéticas ricas. Contudo, estas não eram facilmente virgens inocentes manipuladas, elas eram muitas vezes membras muito poderosas de antigas famílias aristocráticas acostumadas a administrar casas grandes e serem obedecidas. Portanto, em retorno ao apoio financeiro elas exigiram um papel mais ativo na comunidade da Igreja e no processo que passaram a exercer o que Peter Brown se refere como papéis "paraclerical", orando, aconselhando, dando instruções e até mesmo profetizando⁴⁵.

Com o início da aplicação das medidas limitativas do poder público exercido por mulheres na igreja através do celibato masculino, essas burlavam as convenções sociais através do patronato de clérigos e do auxílio aos pobres. Segundo Peter Brown:

A fortuna de numerosas virgens, viúvas e diaconisas cria laços de patronato e obrigação humilhante entre o clero e as mulheres que, no final do século IV, são membros dirigentes da aristocracia senatorial. [...] Como protetoras dos pobres, através da esmola e cuidados com os doentes e os estrangeiros nos hospitais, as mulheres abastadas desfrutavam de uma verdadeira posição pública nas cidades da região do mediterrânea, posição excessivamente rara nos outros aspectos da vida pública sob o Imperio tardio, vida hierarquizada e dominada pelos homens⁴⁶.

As críticas ao casamento e ao ato sexual⁴⁷ daqueles que estavam dedicados as “obras do Espírito” tomaram força a partir de discurso de dois líderes da igreja do século III,

unknown to them in the thoroughly male-dominated world antiquity”. (GEARY, Patrick J. *Before France and Germany: the creation and transformation of the Merovingian world*. New York: Oxford University Press, 1988. p. 33)

⁴⁵ PARLBY, Geri. *Op. cit.* p. 03.

⁴⁶ BROWN, Peter. Antiguidade tardia. In: VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 254.

⁴⁷ “Porque são celibatários e por isso ‘desligados do mundo’, no final do século III os bispos cristãos tornam-se, aos olhos de seus admiradores, uma elite igual em prestígio às elites tradicionais dos notáveis cidadãos”. (BROWN, Peter. *Op. cit.* 2009. p. 245).

Tertuliano⁴⁸ e Orígenes⁴⁹. Todavia, a visão das esposas dos clérigos como vis tentadoras à serviço das forças das trevas podia ser apaziguada através da aplicação do ideal ascético em suas vidas. Wemple explica que:

Ainda mais prejudicial para as mulheres no serviço religioso era o chamado por mais pureza, que foi introduzido nos decretos papais no final do século IV. Ao abraçar pessoalmente o ideal ascético, a esposa de um eclesiástico poderia invalidar o argumento de que ela era uma sedutora e uma fardo moral para seu marido, mas não havia nada que pudesse fazer para rebater o argumento de que o simples toque de suas mãos estava poluindo. A preocupação da igreja com a pureza cultual era às vezes reforçada e, outras vezes, confundida com o ideal ascético da abstinência sexual. Os dois juntos serviram como armas poderosas contra casamentos clericais e influência feminina nos assuntos paroquiais⁵⁰.

É importante evidenciar que no período pré-constantino essas mulheres aristocratas cristãs foram essenciais para uma maior tolerância do cristianismo e, se mostraram grandes incentivadoras da conversão de seus maridos. Além disso, foram fundamentais na amalgamação entre os galo-romanos e germânicos. Sobre esse assunto Suzanne Fonay Wemple explica que:

As mulheres desempenharam um papel importante na criação dessa nova sociedade apesar de elas raramente terem acesso as fontes do poder público. Através do casamento entre linhas étnicas e convertendo seus maridos ao cristianismo, então tendo filhos e transmitindo a eles essa herança cultural

⁴⁸ “Pela continência adquirireis um grande estoque de santidade; economizando na carne, sereis capazes de investir no Espírito”. (TERTULIANO. *De exhortatione castitatis* 10.1-2, em A. Kroymann, org., *Corpus Christianorum* 2:1029).

⁴⁹ “[...] Orígenes estava disposto a encarar a sexualidade no ser humano como se ela fosse uma simples fase passageira. Era um anexo dispensável da personalidade, que não desempenhava papel algum na definição da essência do espírito humano. A vida humana, vivida num corpo dotado de características sexuais, não passava de uma longa noite que se dissiparia ao amanhecer. O corpo estava pousado na fimbria de uma transformação tão imensa a ponto de fazer todas as atuais noções de identidade ligadas as diferenças sexuais, e todos os papéis sociais baseados no casamento, na procriação e no parto, se afigurarem frágeis como a poeira dançando num raio de sol”. (BROWN, Peter. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 147.)

⁵⁰ “Even more detrimental to women in religious service was the call more for purity, which was introduced into papal decretals in the late fourth century. By personally embracing the ascetic ideal, the wife of a clerk could invalidate the argument that she was a temptress and a moral liability to her husband, but there was nothing she could do to counter the argument that the mere touch of her hands was polluting. The church's concern for cultic purity was sometimes reinforced by, and at other times confused with, the ascetic ideal of sexual abstinence. The two together served as powerful weapons against clerical marriages and feminine influence in parish affairs”. (WEMPLE, Suzanne Fonay. *Op. cit.* p. 130)

miscigenada, elas foram fundamentais no processo de trazer amalgamação demográfica e cultural daqueles que habitavam o reino merovíngio⁵¹.

Essas mulheres intercediam em nome da fé cristã ao seus maridos que possuíam cargos de poder influência. E por meio de orações e palavras, tentavam induzi-los à conversão e ao batismo. O próprio rei merovíngio Clóvis, segundo Gregório de Tours, teria se convertido, em parte, pela influência de sua esposa a rainha Clotilde⁵².

Hierarquicamente superiores em relação às viúvas, as diaconisas estavam diretamente subordinadas ao seu equivalente masculino, ou seja os diáconos. Enquanto que as primeiras estavam restritas, já no século IV, as orações, estas últimas, inicialmente eram responsáveis, pelo trato com todas as mulheres convertidas, quer fosse no papel de batizá-las, ensiná-las ou visitar as doentes. Posteriormente, suas atividades foram limitadas no que concerne ao batismo e na oferta da eucaristia, ficando proibidas de exercerem estas atividades⁵³.

Apesar da limitação, elas continuaram servindo os clérigos locais e, mesmo não podendo batizar outras mulheres, continuaram sendo necessárias na realização desses, protegendo o pudor das recém convertidas. Compreendamos que já havia um incentivo do controle sexual dos membros do clero e que até o século VIII homens e mulheres eram batizados nus. Segundo Michel Rouche:

Até o começo do século VIII, homens e mulheres eram batizados nus na piscina octogonal contígua a toda catedral, na noite do sábado santo. Nus como Adão e Eva na Criação, saíam da água, mortos para o pecado e ressuscitados para a vida eterna. A nudez constituía então uma afirmação de sua condição de criatura boa, mas dependente de Deus, antes do pecado ou sem este. O nu cristão representa um ser criado; o nu pagão, um ser procriador⁵⁴.

Como o cargo de diaconisa era geralmente exercido por mulheres da aristocracia, essas, graças a ao grande poder econômico também se destacaram como fundadoras de

⁵¹ “Women played an important role in the creation of this new society although they seldom had access to the sources of public power. By marrying across ethnic lines and converting their husbands to Christianity, then bearing children and transmitting to them a mixed cultural heritage, they were instrumental in bringing about the demographic and cultural amalgamation of the people living in the Merovingian kingdom”. (WEMPLE, Suzanne Fonay. *Op cit.* p. 09).

⁵² TOURS, Gregory of. *The history of the franks*. London: Penguin Books, 1974. II, 29-31. pp. 141-145.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ ROUCHE, Michel. Alta Idade Média Ocidental. In: VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 442.

mosteiros, como por exemplo Olympia de Constantinopla, assim como Radegunda, uma das santas cujas duas hagiografias são objetos deste estudo.

Igualmente como ocorreu com as viúvas, a importância das diaconisas dentro do quadro da igreja foi se esvaecendo conforme se ampliaram as campanhas bispais pró-celibato dos clérigos. Resta claro que tais esforços visavam exclusivamente tirar o poder das mulheres dentro do cristianismo, destinando a estas a função de virgens enclausuradas em mosteiros sob o domínio do episcopado.

Como explicamos, a partir da ascensão do monge-bispo, cada vez mais o ideal de membro do episcopado na Gália foi se aproximando das características monásticas, que incluíam o celibato. Tal como Peter Brown sugere: “No final do século IV o papel da Igreja cristã nas cidades é eclipsado por um modelo radicalmente novo da natureza humana e da sociedade humana, criado pelos ‘homens do deserto’”⁵⁵. A Igreja latina em formação, associava a imagem dos bispos com celibato ou continência desde o século IV e, através de concílios⁵⁶ tentando refrear a ordenação de bispos casados e/ou sexualmente ativos. O concílio de Cártago, da primeira metade do século V, afirma que:

[...] uma vez que incontinência foi imputada a alguns clérigos em relação às suas próprias esposas, parece bom que bispos, presbíteros e diáconos devam, de acordo com os estatutos já feitos, abster-se mesmo de suas próprias esposas; e a menos que o façam, devem ser removidos do escritório clerical. Mas o resto do clero não será forçado a isso, mas o costume de cada igreja nesta questão deve ser seguido⁵⁷.

Conjuntamente, como forma de persuadir a abstinência dos bispos e fazer propaganda negativa das *episcopae*, bispos celibatários como Gregório de Tours e Félix de Nantes escreviam relatos em que as esposas dos membros do episcopado eram apresentadas de forma negativa para os leitores e ouvintes. Dois casos emblemáticos são o evento de possessão

⁵⁵ *Ibidem*. p. 259.

⁵⁶ Como exemplo temos: Concílio de Elvira (primeira década do séc. IV), Concílio de Agde (506), Concílio de Arles II (524), Concílio de Clermont (535), Concílio de Orléans III (538), Concílio de Orléans IV (541), Concílio de Macôn (581).

⁵⁷ “Moreover since incontinence has been charged against some clergymen with regard to their own wives it has seemed good that bishops, presbyters, and deacons should according to the statutes already made abstain even from their own wives; and unless they do so that they should be removed from the clerical office. But the rest of the clergy shall not be forced to this but the custom of each church in this matter shall be followed”. (*Council of Carthage - A.D. 419* - Canon 70. Disponível em: < <http://www.newadvent.org/fathers/3816.htm>>. Acesso em 05 de junho de 2018).

demoníaca de Susanna, esposa do bispo Priscus⁵⁸ e a história de um bispo casado de Nantes cujo nome não é mencionado. Nos é relatado, nesse segundo caso, que o bispo seguia os cânons e dormia em leito separado de sua esposa, apesar da insistência contrária dessa. Inconformada e achando que seu esposo estava dormindo com outra mulher, a *episcopa* se dirigiu aos aposentos de seu marido, enquanto esse descansava no turno da tarde. Ao se aproximar da cama esta se assustou ao descobrir que um cordeiro branco repousava a cabeça junto ao peito do bispo. Claramente, uma crítica as *episcopae*, que apesar de estarem em contato mais próximo com o sagrado não passariam de mulheres, cuja a herança pecaminosa as tornaria sedutoras e instrumentos de Satanás que almejavam, simplesmente, tirar a pureza de seus maridos.

Resta claro pelos concílios e relatos que havia um medo de que a esposa do bispo trouxesse, de alguma forma, uma mácula à sua reputação e, conseqüentemente, para a Instituição. Todavia, numa Igreja que já vinha construindo em torno do feminino e da mulher uma visão negativa, evitar que houvesse bispos casados, mesmo no regime de continência sexual (“como irmãos”), era também evitar dar espaços de poder e influência para as *episcopae*. Sobre o assunto Wemple afirma que:

O banimento das esposas de diáconos, padres e bispos da presença de seus esposos teve uma consequência dual. Devia ter removido ostensivamente a fonte de tentação das vidas dos clérigos, mas isso também diminuiu a influência das mulheres nos assuntos paroquiais⁵⁹.

Apesar dos bispos francos da Gália tentarem afastar as mulheres dos serviços religiosos, aquelas que desejavam permanecer dentro das relações de poder da igreja voltaram suas energias na fundação de mosteiros femininos.

O monasticismo cristão tem suas raízes no Oriente, mais precisamente no deserto egípcio, com origem no século terceiro. Ao se espalhar pelas terras cristãs, o estilo de vida monástico no Ocidente, teve como berço a Gália, na região de Lyon, que contava com bispos oriundos das terras orientais. Sob a influência do patriarca de Alexandria o modo de vida monástico se espalhou por todo o Ocidente cristão e Evágrio de Antioquia, no século IV,

⁵⁸ TOURS, Gregory of. *Op. cit.* IV, 36. p. 231.

⁵⁹ “The banishment of deacons’, priests’, and bishops’ wives from the presence of their husbands had a dual consequence. It may have ostensibly removed a source of temptation from the clerks’ lives, but it also decreased the influence of women in parish affairs”. (WEMPLE, Suzanne Fonay. *Op. cit.* p. 133).

traduziu para o latim a famosa *Vida de Santo Antônio*⁶⁰, já mencionada anteriormente, trazendo ao conhecimento ocidental a vida dos mosteiros do Egito⁶¹.

É importante notar que, ao passo que no quarto século o modelo de asceticismo masculino oriental era o de se retirarem ao deserto, achando-se uma literatura ascética escrita prestigiando essencialmente os homens, o padrão de asceticismo feminino girava em torno de prendê-las aos seus lares e as igrejas locais⁶². Conforme nos relata Peter Brown:

A vida das “noivas de Cristo” sempre ficou à margem do grande mito do deserto que deu um novo sentido ao ascetismo masculino no Egito e em outros lugares. O lar cristão e a igreja local continuaram a ser os *loci* da busca feminina da santidade, tal como o tinham sido para homens e mulheres nos primeiros séculos da igreja. No entanto, foi sobre o alicerce dessa devoção submissa e bastante antiquada que se veio elaborar o mito do estado virginal perpétuo. As freiras reclusas, as “noivas de Cristo”, e não os heróis barbudos do deserto, se transformaram nos representantes estereotipados da noção de “virgindade” entre os leitores ocidentais⁶³.

É interessante notar que, permanecendo nas cidades, essas mulheres estariam mais sujeitas aos controles de clérigos e bispos locais. A necessidade de tal supervisão bispal era indiferente ao se tratar dos monges do deserto.

Justificou-se, inicialmente, a manutenção dessas virgens nas cidades, relacionando seu estado com a salvação dos seus lares e de seus vizinhos. Essas “noivas de Cristo”, como o termo expressa, estariam presas por seus votos ao “Esposo celeste”. Seus papéis eram o de, por meio de sua virgindade, auxiliarem no plano da Redenção. Mesmo que, posteriormente, estivessem desvinculadas dessa questão familiar e tivessem mais liberdades para se reunirem em conjunto, formando grandes grupos de ascetas, essas mulheres sempre contavam com a “fiscalização” masculina de líderes religiosos.

⁶⁰ Outro asceta que possui fama por haver contribuído com o desenvolvimento do monasticismo no Leste foi Pacômio, com especial destaque para o modelo cenobítico. Ele foi fundador dos primeiros grandes mosteiros no Egito e durante o século IV conjugou em suas construções a ascese moderada com uma organização comunitária, estando todos regidos por regras de autoria atribuídas a sua pessoa.

⁶¹ GOBRY, Ivan. Le monachisme chrétien en Occident. IN: *Clio*. Paris, janeiro, 2001. pp. 01 e 02. Disponível em: <https://www.clio.fr/BIBLIOTHEQUE/le_monachisme_chretien_en_occident.asp>. Acesso em 06 de maio de 2018.

⁶² Destaque-se que apesar de a virgindade ser almejada tanto pelos homens como pelas mulheres, que queriam abraçar o ideal monástico, as jovens estavam sujeitas à mercê de seus pais, posto que as moças eram utilizadas para a forja e fortalecimento das relações entre famílias locais. Seus destinos pairavam entre selarem uniões pelo casamento ou se tornarem “noivas de Cristo”.

⁶³ BROWN, Peter. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 220.

Entretanto, surge um questionamento no que diz respeito ao porquê de se retirar essas mulheres do “mercado do casamento”. Falamos disso, porque essas jovens eram utilizadas pelos seus pais para que através dos casamentos dessas com os filhos de outras famílias locais, formassem-se laços exogâmicos. Ao estudarmos mais a fundo tal situação descobrimos que, além do suposto benefício espiritual, havia também um retorno financeiro para o pai por ter uma virgem dedicada ao Senhor em casa, como explica E.T. Dailey:

Havia, evidentemente, vantagens espirituais óbvias em ter uma pessoa tão santa no seio familiar, e pelo menos em 370 havia benefícios financeiros também: um decreto dos imperadores Valente e Valentiniano isentava aqueles que viviam em perpétua virgindade de pagar a *capitatio plebeia* (um imposto comunitário)⁶⁴.

Importante notar que o corpo feminino era um tabu para os pagãos e cristãos, principalmente quando estivesse nu. Enquanto que para os primeiros estava vinculado a ideia de fecundidade e procriação, para os segundo se relacionava, desde que virgem, com a ideia de que acabara de sair das mãos de Deus durante a criação no Éden, sem mácula ou pecado. Enquanto mantivesse esse status, seria o ser mais próximo que existiria dos Primeiros Pais⁶⁵. Comentando os pensamentos de Gregório de Nissa sobre a virgindade, Peter Brown aduz que:

O corpo virginal era um espelho requintadamente apropriado, onde os seres humanos podiam ter um vislumbre da imensa pureza da *imagem de Deus*. A carne intocada da mulher era, a um só tempo, um espelho da pureza de sua alma e uma imagem física da terra virgem do jardim do Éden⁶⁶.

Assim, as viúvas consagradas anteriormente bem quistas por seu apoio patrimonial aos clérigos, por sua vez, foram aos poucos, junto a crescente valorização da virgindade, perdendo seu *status* junto a igreja. Um dos fomentadores desse processo foi Jerônimo, que sugeriu uma escala de superioridade espiritual de três níveis, na qual na base estariam aquelas unidas pelo matrimônio, no intermediário haveriam viúvas e, no ápice as coroadas com o prestígio da

⁶⁴ “There were, of course, obvious spiritual advantages to having such a holy person in the familial home, and by at least 370 there were financial benefits as well: a decree of the emperors Valens and Valentinian exempted those living in perpetual virginity from paying the *capitatio plebeia* (a poll tax)”. (DAILEY, E. T. *Introducing Monastic Space*. In: *School of History*. University of Leeds, 2013. pp. 9).

⁶⁵ ROUCHE, Michel. *Op.cit.* p. 442.

⁶⁶ BROWN, Peter. *Op. cit.* 1990. p. 249.

virgindade⁶⁷. Resta nítido que para o pensamento ascético oriental no quarto século, o mais próximo que havia da perfeição edênica era o corpo das mulheres virgens consagradas.

A esta concepção somou-se, tanto o medo das violações dos votos pelas tentações do século, quanto dos raptos dessas jovens virgens por sequestradores de religiosas⁶⁸. Este último fato, aparentemente, seria tão relevante e cotidiano que o Código de Justiano, segundo Sylvie Joye, trazia que a punição para o crime de sedução de uma religiosa, o qual equivalia ao rapto de uma virgem⁶⁹. Como veremos mais à frente, isso legitimará o enclausuramento feminino em mosteiros.

Analisando os documentos hagiográficos encontramos as vidas de Santas Perpétua e Felicidade⁷⁰, que foram presas durante uma perseguição aos cristãos em Cartago no início do terceiro século. O que sobressalta os olhos ao ler a documentação sobre elas é que no momento da prisão ambas são apresentadas como mães. Enquanto que a primeira estava lactante a segunda estava grávida, dando à luz durante o tempo em que esteve presa. Mesmo ante os apelos dos pais, maridos e do juiz que suplicaram que mudassem de ideia e pensassem em seus filhos, elas abriram mão da família e da maternidade sabendo que o destino que lhes aguardava era a morte. Elas aceitaram seu destino final e foram mortas pelas feras. Podemos perceber que já nos martirólogos que a santidade feminina tange como temas principais o abandono a família e os filhos para melhor servir a Cristo.

No que concerne nossa documentação principal, a Vida de Santa Radegunda⁷¹ e a Vida de Santa Monegunda⁷², percebemos alguns temas comuns no texto de suas hagiografias. Tal qual as santas mártires, anteriormente citadas, Radegunda e Monegunda possuem conflitos conjugais por não quererem estar ligadas a um esposo terreno. A vontade de ambas é de servirem e estarem na presença do esposo espiritual (Cristo). Tal celeuma se agrava

⁶⁷ JERONIMO. *Epistolario: edición bilingüe*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993. Nº 49 §2º. pp. 398-401.

⁶⁸ Segundo Sylvie Joye, havia um receio constante que as virgens dedicadas ao Senhor renunciassem seus votos e abandonassem a castidade, assim como, que os sequestradores de religiosas tomassem essas de seus lares e casassem com elas. Outrossim, em relação a essa última situação os raptos para diminuir seus crimes e legitimar a união, tentavam por em dúvida a virgindade da religiosa. (JOYE, Sylvie. *Les monastères du haut Moyen Âge: repart or prison?* In: CLAUSTRE, Julie; HEULLANT-DONAT, Isabelle; LUSSET, Élisabeth (orgs.). *Enfermements: Le cloître et la prison, VIe-XVIIIe siècle*. (Homme et Société 38.) Paris: Publications de la Sorbonne, 2011. pp. 236-240).

⁶⁹ JOYE, Sylvie. *Ibidem*. p. 236.

⁷⁰ DE VARAZZE, Jacopo. São Saturnino, Santa Perpétua, Santa Felicidade e outros companheiros. In: DE VARAZZE, Jacopo. *Legenda áurea: vidas de santos*. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 971-973.

⁷¹ Ambas as versões, escrita pelo bispo Venâncio Fortunato e pela monja Baudonívia.

⁷² Escrita pelo bispo Gregório de Tours.

quando ocorre o que chamamos de ponto de 360° ou ponto de virada. Ocorre que ambas as santas perdem o que, aparentemente, as prendia dentro do convívio “mundano”. Enquanto que Monegunda sofre de luto pela perda das suas filhas, Radegunda tem seu irmão morto a mando de seu esposo (terreno), conforme depreendemos dos excertos a seguir:

A bem-aventurada Monegunda era da cidade de Chartres. Ela havia se casado de acordo com a vontade de seus pais e tinha duas filhas, o que lhe trouxeram uma alegria profunda, de modo que ela costumava dizer "Deus me fez fértil para que duas filhas pudessem nascer para mim". Mas a amargura deste mundo logo dissipou essa alegria terrena, pois ambas foram levadas à morte por uma leve febre. A partir desse momento a mãe ficou desolada; lamentando e lamentando a morte de suas filhas, ela não parou de chorar, dia e noite, e nem seu marido, nem seus amigos, nem seus parentes puderam consolá-la. Finalmente, ela voltou a si e disse: "Se eu não recebi qualquer consolo pela morte de minhas filhas, temo que eu possa ter ofendido meu Senhor Jesus Cristo. Assim esquecendo esses lamentos, cantarei como o bendito Jó, consolando-me assim: O Senhor deu, e o Senhor tirou: bendito seja o nome do Senhor (Jó 1:21). " E dizendo isto ela tirou suas roupas de luto, e tinha uma pequena sala arranjada para ela, que só tinha uma pequena janela, pela qual ela podia ver um pouco da luz do dia. Lá, desprezando as vaidades do mundo e não tendo mais nada a ver com o marido, dedicou-se inteiramente a Deus, em quem confiava, orando pelos seus pecados e pelos pecados do povo⁷³.

E como com frequência, como muitas vezes acontece em alguma ocasião, sob os auspícios da divindade, uma desgraça se transforma em salvação, eis aqui que, para ela vivera sua vida religiosa com mais intensidade, seu irmão, sem ter a menor culpa, é assassinado. E assim, enviada pelo rei, e chegando-se a presença do bem-aventurado [beato] Medardo, em Noyon, lhe suplica insistentemente que, mudando ela de roupas, a consagre ao Senhor. Mas aquele, recordando-se do apóstolo, que diz “se alguma está ligada a um esposo, não busque a dissolução do vínculo”, dava tempo demasiado a rainha para não a revestir com o hábito de monja. Ademais, os nobres hostilizavam ao santo varão e o afastavam com violência do altar até o meio

⁷³ TOURS, Gregory of. About the blessed Monegundis. In: *Life of fathers*. Translated by Edward James. Liverpool: Liverpool University Press, 1986. Cap. 01, pp. 118 e 119.

da basílica, com o fim de que não impusera o véu a esposa do rei e não lhe parecera ao sacerdote que o que se dispunha para arrebatá-lo o príncipe não era uma rainha publicana, mas uma pública. Ao ter conhecimento disso a mui santa, entra na sacristia, se veste com o hábito de monja e avança até o altar, dirigindo-se ao beatíssimo Medardo com estas palavras: “Se adias consagrar-me e temes ao homem mais que a Deus, que de tua mão, oh pastor, se te peça conta da alma da ovelha”. Ele, comovido pelo trovejar daquela sentença, impondo-lhe as mãos, a consagrou diaconisa⁷⁴.

Outros fatores comuns são a posterior tentativa de recuperação da esposa por parte dos esposos terrestres e, em seguida, a mensagem clara de que as santas necessitam ficar nos mosteiros, retornando ao enclausuramento no caso da santa Monegunda⁷⁵; e a relação entre as práticas ascéticas desenvolvidas nos mosteiros estando relacionadas aos poderes taumatúrgicos das santas⁷⁶.

Analisando as vidas de Monegunda e Radegunda, percebemos que os bispos Gregório de Tours e Venâncio Fortunato, caracterizaram destacadamente como parte da santidade feminina o tema do abandono da família, utilizando-se das hagiografias como “propaganda” de incentivo a uma vida monástica feminina.

Os muros das casas de seus pais das que desejavam servir a Cristo já não seriam proteção suficiente. Esse tipo de discurso somado à vontade de retirar do serviço religioso as bispas, viúvas, virgens e diaconisas surgiu, então, como uma justificativa plausível para a necessidade de enclausurar as monjas e freiras em mosteiros na Gália. Com isso retirariam das relações de poder internas da Igreja todas as mulheres que quisessem exercer qualquer papel mais público. Aquelas que desejassem servir a Cristo e ser parte ativa nos quadros do cristianismo, deveriam fazê-lo entre quatro paredes, reclusa em um mosteiro. Devia-se isolá-las do contato total do que pudesse corromper seus estados virginais ou continentais. Elas deveriam cortar relações com o mundo externo, principalmente, com os homens. Anteriormente presas as igrejas de suas cidades, as mulheres que aspiravam servir a Cristo necessitavam, agora, deslocar-se para os mosteiros e lá permanecer, via de regra, vigiadas por suas semelhantes, pela abadessa e, sucessivamente, sob o controle do bispo local.

⁷⁴ FORTUNATU, Venantius. *Vita sanctae Radegundis reginae*. MGH, *Scr. rer. mer.*, 2. Cap. 12, p. 368.

⁷⁵ TOURS, Gregory of. *Op. cit.* 1986. Cap. 2, pp. 121 e 122.

⁷⁶ BAUDONIVIA. *Vita sanctae Radegundis*. MGH, *Scr. rer. mer.*, 2. Cap. 06, p. 382.

FONTES PRIMÁRIAS

BAUDONIVIA. *Vita sanctae Radegundis*. MGH, *Scr. rer. mer.*, 2. pp. 378 e ss.

FORTUNATU, Venantius. *Vita sanctae Radegundis reginae*. MGH, *Scr. rer. mer.*, 2. pp. 364-377.

JERONIMO. *Epistolario: edición bilingüe*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993.

TERTULIANO. *De exhortatione castitatis* 10.1-2, em A. Kroymann, org., *Corpus Christianorum* 2:1029

TOURS, Gregory of. About the blessed Monegundis. In: *Life of fathers*. Translated by Edward James. Liverpool: Liverpool University Press, 1986.

_____. *The history of the franks*. London: Penguin Books, 1974. II, 29-31. pp. 141-145.

REFERÊNCIAS

BROWN, Peter. Antiguidade tardia. In: VEYNE, Paul (org.). **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

DAILEY, E. T. Introducing Monastic Space. In: *School of History*. University of Leeds, 2013.

GEARY, Patrick J. *Before France and Germany: the creation and transformation of the Merovingian world*. New York: Oxford University Press, 1988.

GOBRY, Ivan. Le monachisme chrétien en Occident. IN: *Clio*. Paris, janeiro, 2001. pp. 01 e 02. Disponível em: <https://www.clio.fr/BIBLIOTHEQUE/le_monachisme_chretien_en_occident.asp>.

JOYE, Sylvie. Les monastères du haut Moyen Âge: rempart or prison? In: CLAUSTRE, Julie; HEULLANT-DONAT, Isabelle; LUSSET, Élisabeth (orgs.). *Enfermements: Le cloître et la prison, VIe-XVIIIe siècle*. (Homme et Société 38.) Paris: Publications de la Sorbonne, 2011.

PARLBY, Geri. *Virgins, widows, deaconesses and Mary: the suppression of women's power in the early Church*. Disponível em: <http://www.academia.edu/12516709/_Virgins_Widows_Deaconesses_and_Mary_The_suppression_of_women_s_power_in_the_early_Church>.

ROUCHE, Michel. Alta Idade Média Ocidental. In: VEYNE, Paul (org.). **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 442.

WEMPLER, Suzanne Fonay. *Women in Frankish Society: Marriage and the Cloister, 500 to 900* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 198

Memória e identidade social: Um estudo sobre a experiência histórica do Quebra de 1912 na historiografia alagoana

Ellen Cirilo Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História /ICHCA/UFAL

Resumo:

Neste trabalho pretende-se discutir a construção de uma Identidade Social a partir da memória coletiva e no modo como esta vem sendo observada pela historiografia alagoana a partir da experiência histórica que ficou conhecida como Quebra de Xangô 1912. Tenta-se num primeiro momento articular esta memória coletiva e identidade social partindo dos conceitos abordados por Michael Pollak e Maurice Halbwachs, assim como entender o modo como essa memória resistiu aos tempos de repressão e quais mecanismos de defesa desenvolveram através do tempo. Assim, entende – se que é essencial perceber a construção de uma identidade sociocultural, ainda sobre os reflexos da memória coletiva das repressões experienciadas pelas religiões afro-brasileiras no estado de Alagoas na Primeira República.

Palavras-Chave: Memória; Identidade Social; Quebra de Xangô.

Nos últimos anos tem sido cada vez mais recorrente o uso de relatos orais como fontes de trabalhos historiográficos, com isso temas relacionados à memória tem surgidos cada vez mais entre os objetos contemplados. Em Alagoas no início do século XX, houve umas das maiores repressões à religiosidade de matriz africana. A então conhecida “Operação Xangô ou Quebra”⁷⁷, ocasionou a invasão de terreiros, destruição de objetos sagrados e perseguiu seus praticantes, por questões políticas durante o governo Malta (1900-1912)⁷⁸. Houve um extenso silêncio, e as poucas informações eram transmitidas através da oralidade entre os praticantes da religião, assim como seus rituais religiosos.

⁷⁷ RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô Rezado Baixo: religião e política na primeira república**. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: Edufal, 2012.

⁷⁸ Por um longo tempo a família Malta esteve à frente do governo alagoano, o que ocasionou grandes conflitos entre o governo de Euclides Malta e a oposição liderada pelo Barão de Traipú, essa rivalidade iniciou a movimentação e agitação que resultou na destruição de terreiros e agressão aos seus praticantes. A liga dos republicanos combatentes foi a organização responsável por invadir e destruir os locais de culto das religiões de matriz africana, essa ação foi justificada a partir acusação de envolvimento do governador Malta com os terreiros de “Xangô”, e para a oposição esse suposto envolvimento justificava a permanência de Euclides Malta no Poder. (RAFAEL, Ulisses Neves, op. cit.,pp 24-26.)

Durante as décadas seguintes às invasões, viveu-se o chamado “Xangô rezado baixo” termo utilizado pelo estudioso Gonçalves Fernandes⁷⁹ para descrever o momento de diminuição e invisibilidade das práticas religiosas que passaram a ser exercidas no meio das matas e locais afastados dos olhos das autoridades. Pouco se falou sobre as décadas seguintes ao “Quebra”, apenas por volta de 1930 os estudos se despertaram para a presença do negro e suas manifestações no território alagoano.

Autores como Abelardo Duarte⁸⁰, Savio Almeida⁸¹, Ulisses Neves⁸² e a autora Irinéia Santos⁸³ desenvolveram trabalhos relacionados a esta experiência histórica que reconfigurou toda a trajetória das religiões afro-brasileiras em Alagoas. Neste trabalho, abordaremos a partir destes autores como a memória e a identidade social tem perpassado por estes trabalhos historiográficos e memorialistas.

Em Memória e Identidade Social o sociólogo Michael Pollak (1992), apresenta alguns indícios de como as memórias individuais e coletivas são construídas socialmente. Assim como, os espaços são configurados por lugares, acontecimentos e personalidades que constroem e reconstroem os lugares de memória. As memórias individuais consistem em experiências ou lembranças vivenciadas individualmente, diferentemente das memórias coletivas que podem para além de vivenciadas, serem absorvidas do meio no qual estamos inseridos sejam eles culturais, sociais, políticos e/ou religiosos.

As memórias coletivas podem ou não terem acontecidos com o indivíduo, no entanto também permanece na memória, o que podemos chamar de socialização ou identificação social que acontecem na seleção de memórias coletivas que se refere aos acontecimentos “vividos por tabelas”. Nas palavras de Pollak,

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses

⁷⁹ FERNANDES, Gonçalves. **Xangôs do Nordeste**: investigações sobre os cultos negro-fetichista do Recife. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

⁸⁰ DUARTE, Abelardo. **Catálogo ilustrado da Coleção Perseverança**. Maceió: DAC/SENEC, 1974.

⁸¹ ALMEIDA, Sávio. “Uma lembrança de amor para tia Marcelina”. Revista de Letras. Maceió: Edufal, 1980.

⁸² RAFAEL, Ulisses Neves, op. cit.,2012.

⁸³ SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **O axé nunca se quebra**: transformações históricas em religiões afro-brasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000). Edufal, 2014.

acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992)⁸⁴

Assim, podemos perceber como elementos constitutivos da memória: os acontecimentos, os personagens e os lugares que constroem socialmente as memórias coletivas, neste caso, as memórias herdadas ou “por tabela”. Ao tratar-se de estudos históricos e de áreas afins, o que se utiliza são entrevistas ou relatos orais de memórias individuais, ou realizadas em grupos de uma ou mais categorias sociais de acordo com os objetivos de cada estudo, o diferencial estaria então, no modo como cada material pode ser interpretado. De tal modo, como afirmava Maurice Halbwachs⁸⁵, no sentido de entender a memória como um fenômeno coletivo e conseqüentemente social, as memórias são relativamente mutáveis, considerando que também é possível que, em alguns casos os fatos se apresentem nas entrevistas de modo invariante.

Os elementos constitutivos da memória são: os *acontecimentos* sejam eles individuais ou por tabela, em alguns casos podem existir acontecimentos tão marcantes que sua memória ultrapassa séculos e permanecem nas memórias coletivas de grupos ou categorias sociais. Os *personagens*, ou seja, pessoas que podem ou não serem conhecidas, mas que possuem “valor” significativo para aquela memória. E por fim, o último elemento constitutivo são os *lugares* de memória, esses lugares estão ligados à memória ou sevem de apoio, como as cerimônias, monumentos, arquivos e datas. (POLLAK, 1992)⁸⁶

Partindo destes critérios podemos observar o modo como a perseguição aos adeptos de cultos afro-brasileiros, a destruição de espaços e objetos sagrados que ocorreram em 1912, estão presentes até os dias atuais na memória coletiva de uma determinada parcela da população alagoana, e o modo como estes estão ligados por uma identificação social com o fato ocorrido. Tais observações correspondem aos trabalhos que foram desenvolvidos e que contribuem para um acervo histórico da memória sobre o Quebra de Xangô de 1912.

Entre estes trabalhos destacaremos a memória em duas perspectivas: um período em que a memória foi silenciada, e num outro momento reconfigurado como símbolo de

⁸⁴ POLLAK, Michael. “**Memória e Identidade Social**”. Estudos históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 10, 1992.

⁸⁵ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/ Vértice, 1990.

⁸⁶ POLLAK, Michael. “**Memória e Identidade Social**”. Estudos históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 10, 1992.

resistência. Assim, percebendo o modo como os adeptos das religiões afro-alagoanas se identificaram socialmente com o fato ocorrido.

Na noite do dia 1º de fevereiro de 1912, nas ruas de Maceió, pequena capital voltada ainda ao provincianismo das intrigas e fofocas domésticas, verificou-se um dos episódios mais violentos de que foram vítimas as casas de culto afro-brasileiro de Alagoas. O acontecimento extraordinário, que ficaria conhecido como Quebra-quebra, culminou com a invasão e destruição dos principais terreiros de Xangô da capital do estado, por elementos populares capitaneados pelos sócios da Liga dos Republicanos Combatentes. (RAFAEL, 2012)⁸⁷

Tais informações configura-se o pouco que se verificou sobre o dia do Quebra-Quebra, o episódio que modificou toda a dinâmica das religiões afro-brasileiras em Alagoas. Assim como, o longo período que se instalou nos anos que seguiram e que ficou conhecido como Xangô rezado baixo. O silêncio se encontrava tanto nas práticas ritualísticas quanto os estudos sobre o tema.

As considerações feitas a respeito do silêncio, e ou do candomblé em silêncio nos remete ao que falava Pollak (1989) sobre as disputas, conflitos e lembranças traumáticas que parecem estar confinadas transitando entre a memória e o esquecimento.

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança "comprometedora", preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranqüila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK, 1989)⁸⁸

Em casos de memórias traumáticas estes silêncios são bastante complexos de serem interpretados, pois incorporam razões políticas, pessoais ou até mesmo familiares. Por se tratar de uma memória de um período de repressão pouco se ouviu daqueles que vivenciaram.

⁸⁷ RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô Rezado Baixo: religião e política na primeira república**. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: Edufal, 2012.

⁸⁸ POLLAK, Michael. “**Memória, esquecimento, silêncio**”. Estudos históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989.

Em entrevista concedida a pesquisadora Irinéia Santos, a Mãe Celina (Maria Celestina da Silva), Yalorixá⁸⁹ nascida em 1919, conta que seu pai de santo (Seu Rubilho),

Tinha raiva da história do quebra-quebra, não gostava de ver falar. Dizia que era um desrespeito, não pediam licença pra entrar, e entrava quebrando tudo, pisando com os pés, [ele] alcançou isso, não gostava, tinha revolta. (...) De Tia Marcelina eu não tenho conhecimento, nem de nada dela... A religião dela era diferente da mãe Capitulina, então a gente não tomava parte de nada, era guerra de uns saber mais que os outros, ser mais do que outra, combatia muito contra ela, e a gente [os filhos de santo] ficava quieto. (In. SANTOS, 2014)⁹⁰

Em outra entrevista o Babalorixá⁹¹ Celio Rodrigues (Casa de Iemanjá), fala como se deu as décadas seguintes e o modo que os adeptos se organizaram no período pós quebra e do silêncio que predominou sobre o ocorrido.

Como a gente tinha passado de 1912, quase duas décadas, praticamente, sem ter atividade religiosa, então aquilo se acaba, se apaga, muita gente ficou decepcionada com o barracão, fechou o candomblé. Não podia se tocar. Eu lembro que a minha avó dizia que a mãe de santo dela [Dona Maria Teresa] foi feita dentro da mata, ali onde hoje é o Pinheiro. Levaram ela pra ali e fizeram toda a obrigação num dia só. A obrigação de um mês, pra fazer em um dia... Chegar de madrugada na mata, sair na boquinha da noite, porque não podia fazer, não podia tocar, não podia nada, tudo tinha que ser feito lá. Depois foi liberado, apenas de tarde. O candomblé ficou com essa marca. Inclusive, o Xambá no Recife só toca de tarde. Por conta das coisas daqui, ficou ainda essa marca. Eles tocam de 4 horas pra 6 e meia, 7 horas saem de lá pra ir embora. (In. SANTOS, 2014)⁹²

Alguns aspectos específicos para as religiões afro religiosas contribuíram de algum modo para um encarceramento da memória sobre o Quebra. As religiões de matriz africana possuem uma forte tradição oral. O que se pode entender acerca do silêncio que se estendeu sobre o episódio do dia 2 de fevereiro 1912, é que não se pode interpreta-lo apenas como um desinteresse pelo ocorrido, mas essa ausência revela o quanto o “Quebra-Quebra” tornou-se

⁸⁹ Termo Yourubá que significa "mãe dos segredos do Orixá", utilizada para denominar as sacerdotisas dos cultos afro-brasileiros.

⁹⁰ SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **O axé nunca se quebra**: transformações históricas em religiões afro-brasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000). Edufal, 2014.

⁹¹ Termo Yourubá que significa "pai dos segredos do Orixá", utilizado para denominar os sacerdotes dos cultos afro-brasileiros.

⁹² SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **O axé nunca se quebra**: transformações históricas em religiões afro-brasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000). Edufal, 2014.

um trauma para a população que sofreu com a perseguição, e nos mecanismos de defesa desenvolvidos para lidar com esta memória.

No entanto, trabalhos como “Xangô Rezado Baixo” de Ulisses Rafael, foram o ponto de partida para que se conhecesse as matrizes sociais dos religiões afro-alagoanas na contemporaneidade, e a importância que está memória ainda ocupa para uma parcela considerável dos religiosos de matriz africana. Se distribuirmos a memória do Quebra de 1912, partindo das categorias constitutivas da memória podemos identificar o acontecimento, os personagens e os lugares.

O acontecimento já descrito neste trabalho (Quebra de Xangô – 1912), assim como os personagens envolvidos foram a Liga dos Republicanos Combatentes que foram os agitadores das manifestações que atacaram os terreiros , e do outro lado os pais e mães de santos, filhos e simpatizantes com um maior destaque para a figura de Tia Marcelina, uma das Yalorixás que teve seu terreiro atacado na madrugada do dia 2 de fevereiro, que se tornou posteriormente símbolo da luta contra intolerância religiosa no estado de Alagoas. A memória e os silenciamentos refletem no modo como as comunidades de terreiros se expressaram no cotidiano de suas pertencas religiosas, e no modo como construíram mecanismos de defesas para retraírem essas memórias. Em sua maioria os trabalhos apresentam essa experiência histórica como uma memória coletiva, apesar de não ser perceptível nos primeiros momentos essa construção de coletividade.

Maurice Halbwachs (1990) ao abordar a memória coletiva nos espaços religiosos, apesar de tratar de religiões de teologia cristã, apresenta algumas assertivas sobre a memória e a relação desta com a experiência religiosa.

Que as lembranças de um grupo religioso lhe sejam lembradas pela visão de certos lugares, localização e disposição dos objetos, não há do que se espantar. A separação fundamental, para estas sociedades, entre o mundo sagrado e o mundo profano, realiza-se materialmente no espaço. Quando entra numa igreja, num cemitério, num lugar sagrado, o cristão sabe que vai encontrar lá um estado de espírito do qual já teve experiência, e com outros fiéis, vai reconstruir, ao mesmo tempo, além de uma comunidade visível, um pensamento e lembranças comuns, aquelas mesmas que foram formadas e mantidas em épocas anteriores, nesse mesmo lugar. (HALBWACHS, 1990)⁹³

⁹³ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/ Vértice, 1990.

Neste sentido, entendemos que os espaços religiosos assim como os espaços políticos e sociais podem e têm construído memórias coletivas no modo como experiências individuais tornam-se comuns de um mesmo grupo e/ou comunidade religiosa. Assim,

A religião se expressa, portanto sob formas simbólicas que se desenrolam e se aproximam no espaço: é sob essa condição somente que asseguramos que ela sobreviva. Por isso é preciso derrubar os altares dos antigos deuses e destruir seu templo se quisermos apagar da memória dos homens a lembrança dos cultos ultrapassados; [...] Mas toda religião tem também sua história, ou antes, há uma memória religiosa feita de tradições que remontam a acontecimentos geralmente muito distantes no passado, e que aconteceram em lugares determinados. (HALBWACHS, 1990)⁹⁴

Podemos então entender grosso modo, que a memória, de perseguição, destruição de objetos sagrados dentro dos espaços de culto afro-religiosos, tenham de algum modo representando um silenciamento de uma memória coletiva, e de um embate político de 1912. Voltamos assim, a compreender a memória também muito próxima da identificação social, partindo deste fato histórico que constroem um significado coletivo, ao ponto de fazer-se presente mesmo após um século de distância, os indivíduos que constituiriam esta memória tornam-se símbolos políticos desta identidade social construída.

O silêncio tal como aparece nesta experiência com as religiões afro-alagoanas (1912), estaria no que poderíamos colocar como estratégia de convivência das vítimas em sociedade após o ocorrido, já que os dados mostram que os anos que seguiram foram bastante hostis para essas comunidades, em decorrência dos traumas da violência física e simbólica, de modo que atingiu até mesmo a esfera intelectual. O conceito de Memória e de Identidade Social são próximos e possuem referências totalmente diferentes, no entanto quando associamos estes dois conceitos entendemos claramente que não há uma definição imutável, “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.” (POLLAK, 1992:05)

Ao mesmo tempo em que alguns relatos a memória do ocorrido não apareça, em outras ela surge fortemente delineada dentro de uma mesma categoria social (adeptos das religiões afro-alagoanas), ou até mesmo a memória do grupo responsável pelos ataques aos

⁹⁴ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Idem. Op. cit., 1990.

terreiros (Liga dos Republicanos Combatentes) isso evidência o quanto “a memória e a identidade são valores disputados”, que não necessariamente corresponde a essência dos fatos.

O que podemos perceber sobre a memória e Identidade Social vista de perspectivas dos religiosos de matriz africana sobre o quebra de 1912, é o que Pollak (1992) chamou de “o trabalho da própria memória em si”⁹⁵. Os poucos trabalhos históricos que pontuaram essa memória como elemento fundamental para a História das Religiões Afro-brasileiras em Alagoas acentuaram uma visibilidade do fato dando outro valor simbólico, como por exemplo, a realização do evento Xangô Rezado Alto num momento em que alguns estudiosos chamaram de “*Invenção do quebra de 1912*”. (LIMA, 2015)⁹⁶

Entende-se como *Invenção* neste caso, a idéia de *Invenção das Tradições* de Eric Hobsbawm (1997)⁹⁷, mediante o modo como essa memória tem sido instrumentalizada como símbolos da expressão religiosa afro-alagoanas. Hobsbawm entende por tradição inventada, as práticas que se reconfiguram como estratégias de natureza ritualística e/ou simbólica, que agrega valores numa continuação da ideia que se tem do passado, neste caso a memória do Quebra-Quebra sendo apropriada como discurso político e social.

Antes de tratarmos da idéia de *Invenção* da experiência histórica do Quebra de 1912, cabe ressaltar a memória que foi construída a respeito da Tia Marcelina. Há muitas lacunas no levantamento sobre a memória do quebra, no entanto, o que é comum nos trabalhos destinados a tratar desta temática é a presença da Tia Marcelina. Nas palavras de Abelardo Duarte,

Tia Marcelina, africana pura “negra da Costa” (expressão popular), gozava de enorme respeito e estima. Era em Maceió uma espécie de Menininha do Gantois na Bahia. Fora contemplada com a coroa de Dada, irmão mais moço de Xangô, na liturgia africana; da África proviera a distinção que se sagrara. Sobre sua inofensiva e querida pessoa, incorreu talvez a maior ira da “soberania”. No “**quebra-quebra**” de 1912, teve “**a cabeça aberta por um golpe de sabre**”. Seus contatos com a Bahia tornaram-se freqüentes e dizem até que viajou à África. (DUARTE, 1974 – grifo nosso)⁹⁸

⁹⁵ POLLAK, Michael. “**Memória e Itidenedade Social**”. Estudos históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 10, 1992.

⁹⁶ LIMA, Ábia Denise Marques Pinheiro de. **Luzes para uma face no escuro: A emergência de uma rede de valorização da expressividade afroalagoana**. Dissertação de mestrado em Sociologia defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Alagoas, 2015.

⁹⁷ HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁹⁸ Duarte, Abelardo. **Catalogo Ilustrado da Coleção Perseverança**. Maceió: DECA, 1974.

Em fontes da imprensa local, na narrativa de Ulisses Rafael (2012) conheceu-se a relação de Tia Marcelina com o Quebra dos terreiros, a Yalorixá também teve seu terreiro invadido, e especula-se que seu centro religioso era o principal alvo da devastação, estima-se que

Já era quase meia noite, a função havia terminado e apenas alguns poucos filhos de santo permaneciam no lugar, quando de repente, a procissão errante, que agora se compunha de quase quinhentas pessoas invadiu o recinto, transformando aquilo num verdadeiro carnaval, formato que certas revoltas populares assumem em alguns eventos históricos. Móveis e utensílios foram destruídos no próprio lugar onde se encontravam, enquanto outros tantos paramentos e insígnias usados nos cultos foram arrastados para fora do terreiro, para arderem na grande fogueira montada ali. Na confusão, alguns dos filhos de santo conseguiram escapar. Os que insistiram em ficar, acompanhando tia Marcelina, a qual resistiu ao ataque permanecendo no lugar, sofreram toda sorte de violência física, sendo a mais prejudicada a própria mãe de santo, a qual veio a falecer dias depois em função de um golpe de sabre na cabeça aplicado por um daqueles praças da guarnição que dias antes haviam desertado do Batalhão Policial. Contam que a cada chute recebido de um dos invasores, tia Marcelina gemia para Xangô (“eiô cabecinha” [*kawòó kabiyèsilè* – saudação ritual a Xangô]) a sua vingança e, no outro dia, a perna do agressor foi secando, até que ele mesmo secou todo. (RAFAEL, 2012)⁹⁹

Assim como se tem evocado a partir de uma memória coletiva do episódio do Quebra de Xangô, a personagem Tia Marcelina ocupa lugar de referência nesta memória. “Segundo consta na memória oral, mesmo sob ataque violento, Tia Marcelina repetia enfurecida: Bate moleque, bate moleque! Quebra perna, quebra braço, arreventa cabeça, mas não tira o saber!” (LIMA, 2015)¹⁰⁰ O modo como aparece na narrativa histórica esta personagem apresenta certa representatividade, uma postura de resistência agregadas nesta memória coletiva, que em sua forma contemporânea torna-se símbolo sócio-político de resistência às repressões cotidianas dos cultos afro-alagoanos.

Um novo momento se configura para essa memória, alguns autores acentuaram como “A invenção do quebra de 1912”. Entende-se por invenção certa concentração em dar visibilidade e ressignificar a memória de perseguição sofrida pelas comunidades de terreiro em 1912. Ao dar visibilidade nota-se uma reapropriação da cultura negro-religiosa num período que Santos (2014), identificou como um período de autoafirmação dos adeptos de

⁹⁹ RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô Rezado Baixo: religião e política na primeira república**. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: Edufal, 2012.

¹⁰⁰ LIMA, Ábia Denise Marques Pinheiro de. **Luzes para uma face no escuro: A emergência de uma rede de valorização da expressividade afroalagoana**. Dissertação de mestrado em Sociologia defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Alagoas, 2015.

religiões afro-brasileiras, assim como a incorporação de grupos socioculturais numa emergência de se fortalecer as expressividades negras em Alagoas. (SANTOS, 2014) ¹⁰¹

O historiador Sávio de Almeida escreve e publica em 1987, o primeiro registro memorialista em tom literário, uma lembrança de amor para Tia Marcelina onde evidencia uma memória subalternizada e ridicularizada nas fontes oficiais. Nas palavras do autor,

Foram quatro artigos no JORNAL DE ALAGOAS ridicularizando tudo e, especialmente, a TIA MARCELINA; a bruxa miserável, feiticeira de fedor no sovaco. E no ano de 1916, nas edições de 27 a 29 de junho do mesmo Jornal, ainda se martelava contra ela, numa série de artigos: O MISTERIOSO CONCLAVE. Uns, mais eruditamente, dizem que a TIA MARCELINA morreu a golpes de sabre. [...] Pegaram tudo aquilo; o que não queimaram, jogaram numa exposição de puro deboche. (ALMEIDA, 1987) ¹⁰²

Num tom afetivo o historiador Almeida, escreveu sobre o ocorrido a partir de conversas informais com religiosos que teve contato, ao longo do texto demonstra o quanto à memória ainda continuava subalterna em relação à memória oficial do Estado. Essas pesquisas inaugurais foram precursoras, que impulsionaram artigos, monografias, dissertações e teses sobre o Quebra e temas transversais da expressividade negra alagoana.

Outro registro importante desta memória, que constituem hipóteses assertivas a respeito desta memória coletiva, é o documentário *1912: o Quebra de Xangô* de Siloé Amorim (2006). O documentário possui um copilado de entrevistas, bem estruturadas de adeptos de religiões afro-brasileiras, estudiosos e familiares de envolvidos no episódio de 1912. O antropólogo Bruno César Cavalcanti aponta que as reais intenções de “desmonte” das religiosidades negras em Alagoas se deu de fato; na mesma medida que esses vestígios são silenciados, eles vão surgir tão expressivamente quase um século depois, com a retomada do levantamento das memórias das comunidades que vivenciaram o Quebra:

Eu acho que o evento da destruição dos terreiros, aqueles dias de violência, eles estabeleceram um código de convivência posterior extremamente severo, moralizador e controlador do espaço. Eu creio que o Quebra se apresentou como uma pedagogia exemplar – para usar uma palavra definitiva sobre isso. A violência

¹⁰¹ SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **O axé nunca se quebra**: transformações históricas em religiões afro-brasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000). Edufal, 2014.

¹⁰² ALMEIDA, Sávio. “Uma lembrança de amor para tia Marcelina”. Revista de Letras. Maceió: Edufal, 1980.

do Quebra, ela não sendo única no país, ela que foi muito mais efetiva e eficaz nos resultados que ela gerou. (Depoimento de Bruno Cavalcanti In: AMORIM, 2006) ¹⁰³

E contemporaneamente, é da necessidade de sanar essa dívida histórica que se dissemina a idéia de invenção do Quebra, e no modo como os grupos culturais e religiosos foram se reorganizando e afinando seus discursos com a apropriação da memória do quebra e uma reconstrução da identidade social, que tornou-se um dos principais argumentos da cultura negra-religiosa alagoana, que constroem espaços de discussões e socializações das experiência coletivas que resultou num ato político-social chamado Xangô Rezado Alto.

Esse movimento num é de agora que a gente tá querendo realizar. Já é um pensamento de longas datas. E viemos concretizar agora. A importância é muito grande pra o nosso estado de Alagoas e a importância é tão grande que fez com que UNEAL, a UFAL e Cesmac fizessem uma parceria com as federações e as casas religiosas de matriz africana, pois de tão sério que é a data dos cem anos do Quebra de Xangô. Que hoje é Xangô Rezado Alto. E eu tenho certeza que a partir da hora que o governador assinar essa documentação nós vamos se tornar muito mais fortes ainda. Ele reconhecendo, pedindo desculpas por tudo que fizeram – que não foi ele, mas como ele está no governo, ele está pedindo desculpas por todos os atos atrocidades que houve no passado, na data de 1912 (SILVA, 2002) ¹⁰⁴

Os trabalhos históricos e de áreas afins que tem como objeto de estudo a memória, possuem medidas analíticas diferentes para cada fonte, e incorporam diferentes conceitos, e em sua maioria partem de memórias individuais que constituem as memórias coletivas. Essas memórias seletivas apresentam acontecimentos, personagens e lugares em seu discurso; e são as costuras metodológicas que possibilitam um entendimento das identidades sociais que estas memórias - pensadas enquanto coletivas - acabam construindo.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Abelardo. **Catálogo ilustrado da Coleção Perseverança**. Maceió: DAC/SENEC, 1974.

FERNANDES, Gonçalves. **Xangôs do Nordeste**: investigações sobre os cultos negro-fetichista do Recife. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/Vértice, 1990.

¹⁰³ 1912: o Quebra de Xangô. Direção de Siloé Amorim. Maceió: DocTV, 2006. 1 DVD.

¹⁰⁴ Depoimento de Paulo Silva extraído da matéria de cobertura do evento do canal Quatro Cantos, em 02 de fevereiro de 2002. Acesso em: 14 Jun. 2018.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIMA, Ábia Denise Marques Pinheiro de. **Luzes para uma face no escuro**: A emergência de uma rede de valorização da expressividade afroalagoana. Dissertação de mestrado em Sociologia defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Alagoas, 2015.

POLLAK, Michael. “**Memória, esquecimento, silêncio**”. Estudos históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989.

_____. “**Memória e Identidade Social**”. Estudos históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 10, 1992.

RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô Rezado Baixo**: religião e política na primeira república. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: Edufal, 2012.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. “**O axé nunca se quebra**”: Transformações históricas em religiões afro-brasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000). Maceió: Edufal, 2014

FONTES

1912: o Quebra de Xangô. Direção de Siloé Amorim. Maceió: DocTV, 2006. 1 DVD.

ALMEIDA, Sávio. “**Uma lembrança de amor para tia Marcelina**”. Revista de Letras. Maceió: Edufal, 1980.

O algodão como elemento dinamizador do comércio na Província de Alagoas (1860-1889).

Eric Nilson da Costa Oliveira
Graduado Licenciatura História ICHCA/UFAL
Mestrando História PPGH/UFAL
Bolsista FAPEAL

Resumo:

O comércio alagoano durante às invasões holandesas no século XVII, sofreu um pesado golpe em sua potencialidade diversificadora. A policultura retraiu-se drasticamente, diante da monocultura canieira. Seu renascimento, deveu-se à cultura do algodão, produto nativo das américas, cultivado pelos ameríndios, muito antes dos primeiros colonizadores. Inicialmente utilizado como uma cultura de subsistência, tornando-se mais tarde um dos mais rentáveis produtos do século XIX, de fácil adaptação e baixo custo, invadiu as terras interioranas de Alagoas, antes abandonadas e esquecidas pela administração provincial. Reabilitou a economia local, fez nascer e desenvolver aglomerados urbanos, criou novos meios de transportes comercial e trouxe outras culturas para agricultura regional. Seu sucesso foi graças, às estradas de ferro, inauguradas em 1868. Além disso, o produto foi responsável pela industrialização da província, através das fabricas têxteis, sendo a União Mercantil, a primeira inaugurada, ainda em 1863. A companhia, durante o período imperial, foi de grande importância econômica, gerando emprego, renda e produtos manufaturados para a região e outras praças. A comercialização da fibra branca gerou aumento das receitas administrativas, desconcentração de renda e a circulação de bens e serviços. No entanto, o ouro branco, mostrou-se instável, dependente do mercado externo, voltado principalmente à exportação. Tanto o açúcar como o algodão constituíram os principais produtos rentáveis de Alagoas no período provincial.

Palavras-chave: Alagoas; algodão; província.

O açúcar foi a principal atividade econômica do Nordeste, introduzido entre os séculos XVI e XVII, devido sua alta rentabilidade. A colonização da região de Alagoas, deveu-se ao seu avanço. O algodão, por outro lado, nativo das américas já era cultivado pelos ameríndios, mais tarde passado aos primeiros colonizadores¹⁰⁵.

¹⁰⁵ TENORIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery. **O Ciclo do Algodão e as vilas operarias**. Maceió: Sebrae-EDUFAL, 2013. p.25.

Durante e posteriormente as invasões holandesas ao Nordeste no século XVII, o comércio alagoano foi duramente afetado, em favor da monocultura do açúcar. A cultura de subsistência foi praticamente esquecida. Os séculos que se seguiram, a fibra branca mostrou-se promissora, passando a ocupar um lugar de destaque e interesses das autoridades coloniais, imperiais e republicanas.

Os anos de 1860, o ouro branco, atingiu seu auge, superou pela primeira vez o açúcar, devido à sua alta cotação no mercado, principalmente pela crescente necessidade da Inglaterra que desde a revolução industrial, no século XVIII, demandava da matéria prima¹⁰⁶.

Em pouco tempo, o comércio floresceu, as trocas, vendas e serviços passaram a ocorrer novamente. O algodão foi a porta para ascensão de outras culturas, como: o couro, fumo, óleo de mamona e a mandioca. Fez surgir aglomerados urbanos, por exemplo: vila de Assembleia (atual Viçosa), Palmeira dos Índios, Imperatriz, (atual União dos Palmares) e desenvolveu tantas outras. Seu sucesso deu-se, às estradas de ferro, que tinham como objetivo interligar o interior ao litoral e fornecer aos comerciantes segurança e agilidade no transporte de seus produtos aos pontos de embarque¹⁰⁷.

Em 1863, surgiu a primeira fábrica têxtil em Alagoas, a União Mercantil. Pela iniciativa de Jose Antônio de Mendonça, o barão da Jaraguá. Iniciando o *boom* das indústrias têxteis e industrialização, deslaçando a forte concentração econômica, escravocrata e hierarquizada, herança dos tempos coloniais. A “estrela radiosa”, só viria surgir, mais fábricas têxteis, somente no final do século XIX, na república

Os anos dourado do algodão, durou até o final do século XIX por diversos motivos internos e externos, todavia não representaria seu colapso final. Juntamente com o açúcar seguraram as rédeas provinciais, sua força e importância para Alagoas foram muito além do império¹⁰⁸.

O principal produto ¹⁰⁹cultivado início no Brasil no século XVI foi o açúcar, produto altamente rentável, presente nos vales e terras férteis de clima quente do litoral brasileiro. Sua implementação bem-sucedida, levaram as capitanias de Pernambuco e São Vicente a prosperarem, dentre 13 capitanias. O algodão não foi introduzido pelos europeus, se fazia

¹⁰⁶ TENORIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery. *Op. cit.* p.29, 2013

¹⁰⁷ Ibidem, 2013, p. 38-39

¹⁰⁸ RAMOS, Benedito. **Uma Associação de Algodoeiros**. Vol. I, Maceió: Benedito Ramos Amorim, 2013. p. 9

¹⁰⁹ PRADO, JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense, 1978, p. 27

presente nas américas. Seu cultivo, manejo e empregabilidade eram feitos pelos nativos que passaram as mesmas habilidades os colonos.

Por outro lado, a cultura de subsistência ou policultura¹¹⁰, fez-se necessário, para suprir as necessidades básicas do campo e aglomerados urbanos. Mesmo em áreas majoritárias do açúcar, os roçados fizeram-se presente. Apesar de incentivada pelas autoridades coloniais, encontraram grandes dificuldades, devido à concorrência da monocultura mais atrativa e maior rentabilidade. Cultivavam-se a mandioca, (em toda parte), milho, feijão e o arroz. Muitas vezes em consórcio da pecuária (nas medias e grandes fazendas do interior¹¹¹).

Alagoas nesse período, fazia-se parte da capitania de Pernambuco, a colonização de seu território, deu-se através do prolongamento da cultura canavieira. Um dos primeiros colonizadores foi Cristóvão Lins, cristão novo, que se fixou ao norte, combateu os nativos e fundou os primeiros engenhos da região; Escurial, Maranhão e Buenos Aires, mais tarde darão origem a cidade de Porto Calvo, no século XVII¹¹².

Quem primeiro chegou ao rochedo com a bandeira de colonização, por volta de 1560 e 1565, foi Duarte Coelho de Albuquerque, primeiro donatário da capitania de Pernambuco. No qual fundou na margem esquerda do rio São Francisco uma feitoria com o objetivo de combater os indígenas, mais tarde tornou-se a cidade de Penedo¹¹³.

Outra cidade, Marechal Deodoro

Sua constituição quanto povoamento e bastante anterior ao movimento separatista Pernambucano, sendo assinalada através de uma escritura ainda em 1581. Em 1611, o povoado e alcançado a condição de vila, quando recebe o nome de Madalena de Sumaúma (em homenagem a um dos maiores rios da região, o sumaúma), em 1633 foi invadida e saqueada e incendiada pelos holandeses e em 1636 passou a vila de freguesia recebendo o nome de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, e posteriormente Alagoas em 1839 perde o posto de capital para Maceió¹¹⁴.

Foi o açúcar o grande agente impulsionador desses povoados e conseqüentemente da formação inicial da maioria dos municípios¹¹⁵ e cidades alagoanas. Poucos foram os

¹¹⁰A policultura foi uma atividade dos menos abastados, cultivada por índios e pequenos agricultores, havendo pouca utilização da mão de obra escrava, em comparação a monocultura da cana. Ocupou as áreas do interior do Brasil, fazendo consórcio com a pecuária. PRADO JR, Caio. 1978, p. 29

¹¹¹ Ibidem, 1978, p. 29

¹¹² CARVALHO, Cicero Pércles. **Formação histórica de Alagoas**. 4. ed. Maceió: Edufal, 2016, p. 53-54

¹¹³ CARMEN LUCIA, Dantas. Mapeamento cultural, **Cidades Históricas**. Alagoas, 2009, p.36

¹¹⁴Ibidem, 2009, p. 16

¹¹⁵ Os primeiros aglomerados urbanos de Alagoas, foram: Porto Calvo, voltado a produção do açúcar. Ao centro-sul da policultura, Alagoas do Sul e as margens do rio São Francisco, Penedo. Essa última era responsável

que escaparam desse destino histórico. O açúcar moldou praticamente todo os aspectos da sociedade. Os ciclos do ouro e do gado tem suas peculiaridades e sua importância, mas foi nos vales úmidos, na terra garanhona do massapê, na expressão cunhada por Gilberto Freyre, que surgiu, em torno dos engenhos e das capelas, o verdadeiro *ethos* do povo alagoano¹¹⁶.

Filipe II, rei da Espanha, por questões sanguíneas, assume o trono português, em 1580. Já que seu sobrinho, o rei Sebastião I, desapareceu durante a batalha de Batalha, em 1578. Entre 1580 a 1640 Portugal manteve-se sobre a administração espanhola, período conhecido como União ibérica¹¹⁷.

Os holandeses controlavam 2/3 dos fretes entre Brasil e Portugal. A maior parte do açúcar era comprado e negociado em Amsterdã, que contava com 29 refinarias para processar o açúcar brasileiro semi refinado. As relações entre os senhores de engenho no Brasil e o sistema de poder em Portugal estavam em perfeita simonia. No entanto, a trégua de doze anos entre Holanda e Espanha, iniciada em 1609, se rompe em 1621. A consequência direta dessa guerra foi a perda de uma das maiores fontes de renda dos holandeses. A proibição do comércio holandês no Brasil penalizou Portugal, que tinha interesses associados a esse comercio há mais de um século. Privados desse negócio os holandeses se viram diante de duas alternativas: ou montavam sua própria área produtora para abastecer seu circuito de distribuição europeu, e dessa forma, competir com os espanhóis ou invadiam a área colonial portuguesa, mantendo os vínculos anteriores¹¹⁸.

Os holandeses, como respostas, criaram, nesse mesmo ano, Companhia das Índias Ocidentais, (West Indiche Compagnie ou WIC), uma empresa destina a aumentar o comercio com as colônias da américa que, em 1630, resolveu estabelece-se na principal área produtora a capitania de Pernambuco, da qual Alagoas fazia parte. Ocupar o território nordestino parecera a opção mais fácil nos planos militares, econômico e financeiros. Era a decisão pela “guerra do açúcar¹¹⁹”.

A invasão a capitania deu-se de forma violenta, a agricultura e pecuária declinaram. Muitos engenhos foram abandonados, por seus senhores durante a fuga. Plantações inteiras foram destruídas, o gado interiorano dizimado, a mão de obra escrava dispersa. Essa última

principalmente, pela produção do couro, carne e leite, havendo também ali o cultivo do algodão, arroz e da pesca em menor expressividade. CARVALHO, op. cit. 2016, p.116-117

¹¹⁶CARMEN LUCIA, Dantas, op. cit. 2009, p.22

¹¹⁷ A sucessão do rei espanhol, Filipe II em 1556 que sucedera seu pai, Carlos V, herdar toda parte ocidental do império, incluindo os países baixos. Visando manter a integridade territorial de seu império, o monarca fez uso da violência e repressão, causando atritos entre seus súditos. Embora advertido, por altos funcionários do governo de que a manutenção de tropas e a criação de novos impostos ocasionaria revoltas, o monarca importou-se. Então a partir de 1561 os protestos se sucederam acarretando no longo processo de independência holandês, em 1581. Mas somente reconhecido pela Paz de Vestfália, em 1648. KAMEM, Henry. **Filipe da Espanha**. Record, 2013, p.25

¹¹⁸ CARVALHO, op. cit. 2016, p. 72

¹¹⁹ Ibidem, 2016, p.72

foi uma das principais razões pelo fortalecimento do Quilombo dos palmares¹²⁰ e problemas ao comércio do sul da capitania¹²¹.

A Companhia das Índias Ocidentais, dirigiu maiores esforços ao norte, Porto Calvo a Olinda. Contudo na parte sul, nas vilas de Alagoas do Sul e Penedo ficaram fora de seu interesse. Todavia, a política de Nassau esbarrou-se na própria filosofia da companhia de interesse mercantilista, anulando qualquer processo de desenvolvimento da região.

Na comarca das Alagoas, século XVIII, o comércio do açúcar, mostrou-se um considerável progresso¹²². Houve também, a exportação do tabaco, aguardente, produtos de couro e madeiras. Na carta escrita por *Joaquim Jose da Cruz* ao rei de Portugal, em 1818, ele relata a importância do corte, negociação e preservação das madeiras nas comarcas de Alagoas e Ilhéus¹²³.

[...] da densa e ininterrupta floresta que se estendia da Paraíba até Alagoas, sobravam apenas uns restos nos dois extremos da área. Tentar-se-á defendê-los do assalto final nos últimos anos do séc. XVII; não aliás em consideração à agricultura ou à necessidade de reservas para o futuro desenvolvimento do país, mas para o fornecimento de madeiras aos arsenais da Marinha Real. Critério estreito, como sempre, de uma administração incapaz, e que será um dos responsáveis pela ineficiência e inutilidade das medidas de defesa adotadas. A destruição continuará como dantes até a consumação final.¹²⁴

O documento, *o mapa da exportação da capitania de Pernambuco de 1818*, obtido nos manuscritos da biblioteca nacional¹²⁵. Podemos analisar os anos que antecederam e sucederam a revolução Pernambucana de 1817, a capitania exportava grandes volumes de caixas de algodão, para Lisboa, França, Portugal e Grã-Bretanha. Importava também de províncias vizinhas, como Maranhão e Paraíba. Em especial, a exportação para Grã-Bretanha gerou uma receita de 1.532:140\$00. Já o açúcar, 1,087 sacas, geraram uma receita de 149:496\$00. Para os Estados Unidos da América (USA), não houveram registros exportáveis

¹²⁰Foi durante as invasões holandesas que o núcleo de Palmares, situado ao sul da capitania de Pernambuco e ao norte do estado de Alagoas prosperou. Em seu auge o quilombo atacou plantações em Porto Calvo, saqueando engenhos e atacando povoados. Ameaçando as rotas comerciais do sul da capitania. CARVALHO, op. cit. 2016, p.101.

¹²¹Ibidem, 2016, p.74-75

¹²² As crises do setor açucareiro foram decorrentes, pela perda do monopólio para os Holandeses no século XVII, a revolução Haitiana, em 1791, o descobrimento das minas no século XVIII e a produção do açúcar através da beterraba em meados do século XIX. Ibidem, 2016, p. 51-52

¹²³Disponível em :<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000645/mssp0000645.pdf>Acesso em: 10 set. 2018.

¹²⁴PRADO JR, Caio, op. cit. 1978, p. 61

¹²⁵Disponível

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_11_85/cmc_ms618_11_85.pdf>Acesso > Acesso em: 10 set. 2018.

da fibra branca. Entretanto, o açúcar apresentou maior exportação, gerando uma arrecadação de 22.327\$00, seguido de outros produtos o couro e chifres de boi. Esse documento, nos permite analisar a redução das exportações do açúcar para o velho mundo, em parte devido a gradativa fabricação através da beterraba e a concorrência de outras praças. Diferentemente do algodão, necessário a emergente industrialização manufatureira europeia.

Em dois períodos, o algodão nordestino ¹²⁶seria beneficiado pelos acontecimentos nos Estados Unidos da América, o maior produtor ocidental e o mais importante fornecedor da matéria-prima para os ingleses. O primeiro deles foi em 1776, como a guerra da independência americana. Sem poder contar com o produto americano, a Inglaterra se volta para outros fornecedores, como o Brasil. o resultado foi instantâneo: entre 1776 e 1800, tempo que durou a ausência da matéria prima norte-americana na indústria britânica, o algodão representou um terço do total exportado pelo Brasil. terminada a disputa pela independência, os Estados Unidos voltaram a plantar algodão em larga escala, baixando os preços, diminuindo a demanda das exportações brasileiras. [...] O segundo bom momento do produto nordestino foi em decorrência, novamente, de uma queda no fornecimento do insumo norte-americano para Inglaterra. Dessa vez, era a guerra de secessão (1861-1865) que desarticulava a plantação e impedida as exportações dos estados sulistas dos Estados Unidos, região produtora com técnicas mais avançadas que obtinha o algodão de melhor qualidade destinado às fábricas dos ingleses ¹²⁷.

A intensificação da cultura algodoeira na terra dos caetés, teve início com o ouvidor, Jose Antônio de Mendonça Mattos Moreira, exercendo a função, entre 1779 a 1798. “[...]desde a primeira metade do século XIX os administradores provinciais vinham estimulando a produção algodoeira através de regulamentações para o funcionamento das prensas e do serviço de inspeção do algodão ¹²⁸”.

Em Alagoas a produção algodoeira era oriunda, basicamente de comarcas como Anadia, Viçosa, União dos Palmares, Mata Grande e Palmeira dos Índios, mas não era só estas localidades que contribuíram para a disseminação deste produto, o

¹²⁶ [...] é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transformá-la-á, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitanias. Deveu-se isto em particular à Companhia geral do comércio do Grão-Pará e do Maranhão, concessionária desde 1756 do monopólio desse comércio. É esta companhia que fornecerá créditos, escravos e ferramentas aos lavradores; que os estimulará a se dedicarem ao algodão, cuja favorável conjuntura começava a se delinear. A Companhia não colherá os melhores frutos do seu trabalho: extingue-se em 1777 com a cessação do seu privilégio que não é renovado. Mas o impulso estava dado, e o Maranhão continuará em sua marcha ascendente. Será ultrapassado mais tarde por Pernambuco e Bahia, que contavam ao se lançarem na empresa com recursos de gente e capitais muito mais amplos. PRADO JUNIOR, Caio, op. cit. 1978, p.56.

¹²⁷ Ibidem, 1978, p. 211-212

¹²⁸ ARAKEM ALVES, Lima. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Campinas, 2006. p. 64.

litoral e as margens do São Francisco também participaram deste índice de desenvolvimento¹²⁹”

No clássico, *Viçosa das Alagoas*, de Alfredo Brandão, de 1914, fala sobre criação do município, graças à iniciativa, em 1870, de um agricultor, chamado de Manuel Francisco que por determinação de Jose Antônio de Mendonça Mattos Moreira, fez residência no sítio Riacho do Meio com o intuito de implementar ali a cultura do algodão. Manuel Francisco, derrubou as matas da cercania, fez um roçado no vale, mais ou menos no mesmo local onde hoje se achar a praça do comercio. Erguendo logo depois uma capela de madeira no ponto que atualmente existe a igrejinha de Nossa Senhora do Rosário. Tido como homem trabalhador, continuou a plantar algodão, estendeu seus roçados para o Norte muito além do centro. Com o desbravamento das matas, o núcleo ¹³⁰começou se desenvolver em breves casas fluindo moradores para o Riacho do meio¹³¹.

Em *A História do São Francisco*, publicado pela casa Ramalho editora em 1941, de Luiz Medeiros Neto, traz uma excelente abordagem sobre os aspectos econômicos e civilizadores da região do vale do São Francisco. Em um capítulo intitulado “O algodão no Vale” discorre da importância da cultura no São Francisco que remota desde o século XVI e já no século XVIII já era tida uma riqueza franciscana. Foi um produto de primeira ordem cultivado extensivamente na parte do Vale entre a foz do rio Cabrobó, em 1879. Como também, ratifica o papel do açúcar e do arroz, encontrados abundantemente na região, aproveitando-se das planícies alagadiças, vazantes, vargens e lagoas da região. Destaque, em Alagoas, na região do vale, constituíram-se diversos engenhos. No relatório do Dr. Orville Derby, de 1 de junho de 1880 relatava que a produção do açúcar no baixo São Francisco, Penedo, foi avaliado em acerca de 10,000 sacas de 75 quilos cada um¹³².

Em *história de Anadia*, de 1994, Cicero Rafael, ratifica a origem da cidade, no qual era dotado de um ótimo clima de um terreno fértil que produzia diversos gêneros em grande escala como, o algodão, milho, feijão e mandioca. Pois o algodão permitia o consórcio com

¹²⁹ GUIMARAES, Marcela. **Entre Açucares e Algodões: Embates Econômicos e a Modernização de Alagoas em meados do Século XIX e XX**. Vol. II, Maceió: Benedito Ramos Amorim, 2014. p. 14

¹³⁰ Na poesia, *história de Palmeira dos índios*, de Auta Tania, 2010, destaca aspectos históricos da cidade, como na “época do algodão” e seus benéficos. Além da indústria da região, possuidora de duas fábricas de sandálias, uma de mola de caminhão, fabricas de moveis de luxo, olarias de estilo rustico e casas de farinha gigantes. Na agricultura os principais gêneros foram o algodão, milho, feijão e o fumo, cana, entre outros. Importava o ferro, tecidos, remédios, livros e farinha de trigo. Exportava principalmente, o algodão, milho, feijão e couro, ali encontrado em forma bruta. Disponível em:< <https://www.recantodasletras.com.br/poesias/2580073>>: Acesso em: 17. ago. 2018.

¹³¹ BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas**. Recife: impressa industrial, 1944.

¹³²MEDEIROS, Neto, Luiz de. **História do são Francisco**. Maceió: casa Ramalho. Editora, 1941, p. 167-170

outras culturas. Fala também que em um de seus distritos, Tanque d'Arca, hoje um município autônomo. Obteve um grande progresso, devido a uma descaroadora de algodão na região¹³³. Mais tarde o declínio comercial da região deveu-se ao núcleo de Maribondo e a ferrovia que chegava a Paulo Jacinto.

Na segunda metade do século XIX, A Europa, encontrava-se na *Belle Époque*, em francês bela época, período de expressivos progressos nas artes, literatura e científico-tecnológico. No Brasil, o movimento chegou no final do século XIX, durando até à semana de artes moderna de 1922. Essa metamorfose, impulsionou a cultura do algodão pelo mundo, inclusive no Brasil. A capital da província, Maceió, transformou-se socioeconomicamente, progrediu graças sua posição privilegiada, produzia e exportava algodão, açúcar, aguardente, couro, milho, óleo, frutas. Rapidamente, houve à necessidade de interligar todo o território. As antigas estradas de rodagem, aberta por indígenas e pelos primeiros colonizadores, mostrou-se inadequadas, precárias e intransponíveis, principalmente em épocas de chuvas, para assegurar um transporte seguro a tempo aos locais de embarque. Mesmo o transporte fluvial, era feito sem segurança e condições necessárias¹³⁴.

Sendo assim, o primeiro ramal ferroviário em Alagoas foi inaugurado em 25 de março de 1868, ligando Maceió a Jaraguá, posteriormente ao Trapiche da Barra, criando um importante entrepostos comercial para as vilas lagunares de Pilar, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco¹³⁵. Em 1870 o presidente provincial, Bento Figueiredo autorizou a construção da estrada de ferro, Maceió a vila de Imperatriz (atual, União dos Palmares), interligando os vales do Mundaú e Paraíba. Somente, em 1903 estendeu-se a Recife, ampliando o comércio. Em 1881, foi inaugurado o ramal Piranhas-Jatobá-PE (atual Petrolândia), ligando as regiões do baixo e alto São Francisco, transformando o comércio, nas vilas e povoados ribeirinhos¹³⁶.

A planta branca fez renascer o comercio provincial, construiu novas rotas de transporte de mercadorias, mais rápidas e seguras. Desenvolveu e criou aglomerados

¹³³ TENÓRIO, op. cit. 2013, p.33

¹³⁴ GUIMARAES, Marcela. Op. cit. 2014, p.18

¹³⁵ As estradas de ferro em Alagoas, foram insuficientes, diante da demanda que o comercio exigiu, não carece aqui desmerecer a importância dessa inovação tecnológica do transporte para Alagoas, mas se nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro que eram mais organizadas e estruturadas, a instauração das malhas ferroviárias, deu-se de forma onerosa, imaginemos Alagoas que estava começando. Muitos projetos não saíram do papel, devido principalmente ao capital ser investido no açúcar, já que encontrava mais enraizada e consolidada na região. A difícil interligação das regiões, gerada pelas condições naturais do território, exigia a construção de diversas pontes, dinheiro que nem sempre se tinham em mãos. Ibidem 2014, p.17-19

¹³⁶ TENORIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil: as ferrovias em Alagoas**. 3. Ed. Maceió: Editora Cesmac; EDUFAL, 2018, p.151-160.

urbanos¹³⁷. Aproveitou-se das terras devastadas pelos engenhos banguês no litoral, diversificando a economia. Mas, seu maior sucesso foi no interior, nas terras devolutas, consideradas “terras de ninguém” nos tabuleiros e fazendas de gado do agreste e sertão, pois era resistente, adaptável as duras condições climáticas. Foi um dos principais produtos responsáveis pela formação socioeconômica do atual estado de Alagoas¹³⁸.

Toda essa atmosfera, trouxe a industrialização na terra dos marechais, com a primeira unidade têxtil em 1863, a União Mercantil, Iniciativa do português, Jose Antônio de Mendonça, o Barão de Jaraguá. Inicialmente, os operários eram em grande parte estrangeiros. Em 1883 operavam 2.100 fusos e 40 teares, consumindo 45 toneladas de algodão por ano, produzindo 247.500 metros de tecidos. Em 1884, a exportação cresceu, graças a instalação da estação férrea. Produziu 24.000 mil peças com 648 metros, cujo o resultado seria 213:840\$000 réis. Empregou uma considerável mão de obra livre, durante o império. A companhia passou por dificuldades econômicas, principalmente pela concorrência do algodão no exterior e as dificuldades agrícolas locais. Em 1888, União Mercantil, chegou a anunciar no jornal *Província das Alagoas*, redução dos preços dos produtos manufaturados de 300 réis para 260¹³⁹.

O folhetim, *O liberal* de 8 de abril de 1884, retratou a difícil situação econômica, devido a precariedade agrícolas, culpando em parte os engenhos centrais¹⁴⁰. Em junho de 1875, o mesmo circular, retratou que a crise do açúcar, estava associada a alta concorrência e luxo de seus senhores. O Presidente Provincial, Henrique de Magalhães Salles, em seu relatório a Assembleia Legislativa Provincial, em 17 de abril de 1884, expôs a falta de dinheiro, maquinas e braços na agricultura e a redução em grande escala do algodão, devido às estações secas, redução do preço no mercado e elevada produção nos EUA. Por outro lado, houve um aumento considerável do açúcar. No ano seguinte, a província obteve uma redução na exportação do açúcar de 665.666 sacos para 400.000 sacos em 1885. O algodão obteve aumento 43.358 sacos para 50.000 sacos¹⁴¹.

¹³⁷Localidades como; Traipu, Pão de Açúcar e Limoeiro, tinham como principal economia o algodão, exportavam o caroço e óleo, derivado de mesmo. O atual, município de ouro Branco, foi criado e denominado assim, devido à importância e produção da cultura na região. COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato. **Indicador geral do estado de Alagoas. Maceió:** EDUFAL; Imprensa Graciliano Ramos, 2016. p.38-42

¹³⁸GUIMARAES, Marcela. Op. cit. 2014, p. 17

¹³⁹Disponível em:< <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=812145&pasta=ano%20188&pesq=>> Acesso em: 13 jun. 2018.

¹⁴⁰Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809446&pasta=ano%20188&pesq=algod%C3%A3o>> Acesso em: 13 jun. 2018.

¹⁴¹Disponível em:< <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>> Acesso em: 14 ago. 2018.

Nos anos finais do império, o governador provincial, Aristides Augusto Milton, em 6 de outubro de 1888, reafirmou a difícil condição da agricultura, não devido a extinção da escravidão, mas sim devido à queda dos preços e falta de auxílio aos produtores. Aconselhado a recém Sociedade Auxiliadora da Agricultura a assistir os lavradores de açúcar e algodão, importantes culturas de renda para província¹⁴².

Os relatórios provinciais de janeiro e agosto de 1889, nos possibilitar averiguar as receitas geradas de 1886 a 24 de dezembro de 1888. Nesse período à província arrecadou uma receita de 1.346:064\$093 réis. O algodão gerou 310:779\$211 réis, incluindo os impostos sobre as maquinas de descaroçar 918\$600. O açúcar rendeu 352:804\$464, acrescentando os impostos sobre seus derivados, alambiques 744\$000 e refinadores 825\$000, a receita do açúcar sobe para 354:373\$464. Ambos, açúcar e algodão obtiveram 665:152\$675, resultando entorno 49,4% da receita provincial. Contudo, não houve despesas na agricultura, grande parte dos gastos eram oriundas da secretaria do governo, entre subsídios a deputados, gratificações a oficiais, ajudantes de gabinete, expedientes e transporte¹⁴³.

Em 1889, o governador Manuel Messias de Gusmão Lyra, pública o aceite do ministro da agricultura Manuel Gomes de Oliveira para sediar um burgo agrícola com 1000 famílias estrangeiras e nacionais, com o objetivo de cultivarem diversos gêneros de lavoura, criação e fabricação de matéria prima¹⁴⁴. No relatório provincial, em 6 de outubro de 1889, o presidente, Jose Cesário de Miranda Monteiro de Barros, reconhece um empréstimo de 250 a 300 contos de réis para custear sobre forma de penhor os agricultores. Recomenda a diversificação de outras culturas, por possuir clima favorável e solos férteis. O cacau para fabricação do chocolate, ao mesmo tempo fazer uso do açúcar, visando elevar seu valor, diante das taxas proibitivas e produção pela beterraba. A fruticultura, caju e mangabeira (frutas nativas) e a apicultura. Podemos observar que houve um esforço em modernizar a agricultura da província¹⁴⁵.

O algodão teve um importante papel na constituição socioeconômica de Alagoas esse trabalho procurar revalidar essa condição. Jamais teve o papel de desmerecer a cultura do açúcar, em favor do algodão, mas ao contrário, mostrar que não só de açúcar foi Alagoas, ambos devem ser estudados simultaneamente. Podemos, então reconstruir a frase o qual ao

¹⁴²Ibidem

¹⁴³Ibidem

¹⁴⁴Ibidem

¹⁴⁵Disponível em:< <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/57/000044.html>> Acesso em: 01 set. 2018

longo dos anos foi construída pela historiografia alagoana, que Alagoas e a historia do açúcar?. O algodão mostrou-se dinâmico, agitou o comércio, formou aglomrados urbanos, gerando emprego e renda. várias pessoas enriqueceram, passando a concorrer com os senhores do açúcar. Foi uma cultura de homens livres ao contrário do açúcar que sofreu para se adptar a falta da mão de obra cativa. O ouro branco, mostrou-se mais promissor, inagurando em Alagoas a era da industrialização, iniciada com a União Mercantil, em 1863. Essas fãbricas têxteis serão formadora do pensamento de classe e reduto dos trabalhadores urbanos. Seus operários foram decisiveis para as eleições governamentais nos anos 50 e 60 do século passado. O algodão revirou a “terra dos caetes” ao avesso, mecheu com seus costumes, tradições e política enraigados desde os tempos colonias. Embora, taís aspectos não foram abordados nesse trabalho, deixo aqui para outros pesquisadros e estudiosos de Alagoas as bases para novos trabalhos academicos.

A cultura do algodão por muitas vezes atuou como suporte económico de um província em constantes crises agrícolas. O açúcar sozinho não conseguia carregar o peso das demandas provinciais, foi o algodão que preencheu as lacunas, lesões da economia. Sem o algodão o que seria do açúcar ou vice versa?. Não podemos entender Alagoas, sem um olhar para outras culturas. A simbologia do ouro branco está presente como um lugar de memoria, estampada até os dias atuais na bandeira de Alagoas.

Seu declino deu-se nos anos 60 do século passado, posteriormente caindo no ostracismo. Hoje o estado não cultiva quase nada ou nada do algodão, reflexo do período hegemônico do açúcar, devido aos apoios finaceiros estatais e nacionais. Somente na última década do século XX e inicio do XXI, surgiram discurções, debates e produções historiográficas quanto o papel do algodão e outras culturas na formação socioeconômica de Alagoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Luiz Nogueira. **Fallas, Relatórios Provinciais e Mensagens Governamentais, 1835-1853**. Maceió: Imprensa Oficial, vol. I, 2005

BASTOS, Humberto. **Assúcar e Algodão**. Maceió: Casa Ramalho, 1938

BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas**. Recife: Imprensa Industrial, 1944

CAMARA, Manuel Aruda da. **Memoria sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher e ensacar**: em que se propõem alguns planos para seu melhoramento. Lisboa: oficina da Casa Literária do Arco Cego, MDCCLXXXIX, p. 14

CARVALHO, Cicero Péricles. **Formação histórica de Alagoas**. Edufal, 2016

COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato. **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió:

DIEGUES Jr, Manuel. **O Banguê das Alagoas**: Traços da Influência do Sistema econômico do Engenho de Açúcar na vida e na Cultura regional. Maceió: Edufal, 2006

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. São Paulo: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016. TENÓRIO, Apratto; CARVALHO, Péricles; DANTAS, Lucia. **Alagoas 200 Anos**. Maceió: Gráfica Moura Ramos, 2017

ESPINDOLA, Thomas Espindola. **Geografia Alagoana**. Reed. Maceió: Catavento, 2001

FALÇÃO, Pedro Barreto. **O Assúcar na Formação Econômica de Alagoas**. 1937

FALÇÃO, Pedro Barreto. **O Assúcar na Formação Econômica de Alagoas**. 1937

FREYRE, Gilberto, **Ingleses no Brasil**. Rio de Janeiro: Jose Olimpio, 1948

FREYRE, Gilberto, Ingleses no Brasil. Rio de Janeiro: Jose Olímpio, 1948

GUIMARAES, Marcela. **Entre Açucares e Algodoes**: Embates Econômicos e a Modernização de Alagoas em meados do Século XIX e XX. Vol. II, Maceió: Benedito Ramos Amorim, 2014

JUNIOR, Felix Lima. **Episódios da História de Alagoas**. Maceió. 197

MARRROQUIM, ad. **Terras das Alagoas**. Brazil: Fac-Similar, 2000

MEDEIROS, Neto, Luiz de. **História do são Francisco**. Maceió: casa Ramalho. Editora, 1941.

PONTO, Geosélia da Silva. **História de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1979.

PRADO, JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense, 1978, p.280

RAMOS, Benedito. **Uma Associação de Algodoeiros:** vol. I, Maceió: Benedito Ramos Amorim, 2014

SANTANA, Moacir. **A Contribuição a História do Açúcar em Alagoas.** Recife, 1970

TENORIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil:** as ferrovias em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2007

TENORIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery. **O Ciclo do Algodão e as vilas operarias.** Maceió: Sebrae- EDUFAL, 2013. P.144

O novo agente religioso: a chegada de Luiz Pinto Bastos à paróquia de Caetité em meio as querelas políticas da Bahia

Fabiano Nascimento Santos
Mestrando em História – PPGH-UEFS
Orientador Prof^o. Dr.: Aldo José Morais Silva
Coorientadora Prof^a. Dra.: Elizete da Silva
Membro do Centro de Pesquisas da Religião CPR/UEFS
E-mail: fbibahia07@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a ida do Monsenhor Luís Pinto Bastos para Caetité-Ba. Nela procuramos enfocar as articulações políticas que foram desenvolvidas pela Instituição Católica para a ida do vigário para o município, analisando o contexto político e religioso no momento de sua nomeação para a cadeira vacante da paróquia de Caetité. Essa ação tem como cenário principal às primeiras décadas do período republicano, no qual se oficializou, por meio da Carta Magna de 1891, a separação entre a instituição católica e o Estado brasileiro.

Palavras-Chave: Primeira República, Igreja Católica, Caetité-Ba

O recorte temporal de 1889 a 1930 da História do Brasil é conhecida como a Primeira República Brasileira. Período marcado por permanências e mudanças que impactaram os campos político, socioeconômico, religioso e cultural brasileiro. Portanto, nesse artigo serão analisados alguns aspectos dessa conjuntura no território baiano, especialmente, a nomeação de Luiz Pinto Bastos, que em meio as querelas políticas da nova República e as reformas empreendidas pela Igreja Católica, foi designado para assumir à cadeira vacante da paróquia de Caetité, Bahia. Cidade esta, que desde o século XIX despontava como um importante centro comercial, social e cultural, por ser uma cidade de entroncamento que ligavam o interior baiano à região do Sul do país.

Após a proclamação da República em 1889, e a primeira Constituição Republicana de 1891, que pôs fim à relação formal entre Igreja e Estado, a Igreja Católica foi afastada das atividades jurídicas-políticas do Estado. Assim, preocupada em manter-se hegemônica no campo religioso e político brasileiro, traçou estratégias junto à Sé Romana nas primeiras décadas republicanas, fundando dioceses, paróquias e prelazias, com o intuito de se fortalecer

estruturalmente, bem como empenhou-se em difundir um ideário católico que obedecesse às diretrizes papais.

A reestruturação interna da Igreja Católica foi o primeiro passo objetivando a reforma. Ter em seu corpo sacerdotal, clérigos formados e comprometidos com as determinações da Santa Sé Romana para pôr em prática a reforma desejada, foi o caminho trilhado para prepará-los para enfrentarem os desafios advindos com o regime republicano.

Em Caetité, cidade importante para o interior baiano, majoritariamente católica, celeiro de intelectuais e políticos com destaque no cenário sociopolítico baiano, amargava desde os primeiros anos do século XX, curtas passagens de padres na direção da paróquia, o que dificultava a ação do clero baiano na cidade e região. E sendo uma cidade de destaque para a região do alto sertão da Bahia¹⁴⁶, a ausência de um agente religioso que conduzisse a reforma da Igreja Católica, tornava-se um empecilho para a consecução do projeto reformador no interior baiano. Nesta perspectiva, a ida de Luiz Pintos Bastos, recém ordenado Padre na capital baiana, e imbuído pelas determinações da Sé Romana, ocupou à cadeira vacante da paróquia de Caetité, com a missão de conduzir o projeto reformador da Igreja Católica na região.

A chegada do Padre em Caetité deu-se por interesses religiosos, mas também está intimamente ligada aos interesses políticos de Deocleciano Pires Teixeira, médico, fazendeiro, negociador e político local, que em meio aos dissabores da política baiana, pretendia dirigir à política local novamente. Assim, nesse estudo nos atentamos para alguns aspectos do contexto político e religioso baiano, especificamente, o processo de reforma do corpo sacerdotal da Igreja Católica, e de como as animosidades políticas em Caetité envolveram sujeitos de destaque da política local e regional e da religião católica baiana na ida do Padre para a paróquia de Caetité.

No ano de 1915, o político e médico Antônio Rodrigues Lima, irmão do primeiro governador eleito por voto, na Bahia, durante os primeiros anos da República, Joaquim Rodrigues Lima, escreveu a Rogociano Pires Teixeira e, entre os informes sobre saúde, reunião familiar e viagens, relatou suas impressões sobre um sacerdote católico: “Estive aqui com o cônego Pinto Bastos, vigário de Caetité, é um homem simpático e deixou-me a melhor impressão” (ANTONIO, 1915, p. 1).

¹⁴⁶ Segundo a historiadora Maria de Fátima Novais Pires [...] constitui-se historicamente com a criação de gado vacum, os denominados “currais da Bahia”, na extensão do São Francisco ao rio das Velhas e, posteriormente, com a Mineração, na Chapada Diamantina. As fazendas de criar se expandiram pelo sertão desde o século XVII e a exportação do gado da zona do São Francisco para a Capital se fazia através do planalto baiano (PIRES, 2009, p. 104).

O projeto reformador da Igreja Católica, instituído a partir de meados do século XIX, mas efetivado nos anos finais do mesmo século e no decorrer do século XX, exigiu da instituição medidas para assegurar sua presença nos assuntos religiosos e político-institucional das cidades. Uma dessas exigências foi a formação e posse de vigários afinados com as novas recomendações da alta hierarquia católica de reestruturar o catolicismo brasileiro conforme as diretrizes do Vaticano. Essa ação da Igreja Católica, o devia-se à debilidade em que se encontrava o clero brasileiro. Como analisa Azzi (1977, p. 61), “A proclamação da República a 15 de novembro de 1889 encontrou o episcopado brasileiro bastante debilitado. Diversos bispos estavam idosos e doentes. Eram todos de mentalidade conservadora, e alguns declaradamente monarquistas”. Portanto sua preocupação nas primeiras décadas republicanas foi reorganizar sua vida interna, sobretudo a formação clerical de jovens padres. “Dessa maneira, a Igreja esperava ter sacerdotes bem preparados em educação formal, disciplina e moral, tornando-os comprometidos com a Santa Sé (COUTO, 2017, p. 210). Para Barros (1985), a formação da alta hierarquia eclesiástica católica levou em consideração à origem familiar e social, tendo em vistas as transformações que ocorriam naquele momento e sua adaptação a essas mudanças.

Foi recorrente na estratégia da alta hierarquia católica brasileira e baiana, a escolha de indivíduos pertencentes a elite oligárquica, durante os anos iniciais da República, para assumir altos cargos dentro da instituição eclesiástica com o objetivo de viabilizar “metas organizacionais através de sólidas alianças com setores oligárquicos” (BARROS, 1985, p. 82). Na Bahia não foi diferente, como asseverou Couto (2016), D. Jerônimo, Arcebispo Primaz do Brasil não se furtou de direcionar esses clérigos às alianças firmadas com a elite política local e regional, buscando manter seus privilégios e influências, além de ter apoio para expansão do catolicismo com a criação de dioceses pelo interior do estado baiano.

Diante dessa conjuntura, a formação e escolha de um sacerdote católico capaz de assumir o papel de líder religioso e saber transitar entre as diversas esferas da sociedade, principalmente, o político, tornou-se determinante para os caminhos traçados pela alta hierarquia católica na Bahia nas primeiras décadas republicanas. De acordo com Santos (2016, p. 76), “Para a Igreja, essa era uma estratégia fundamental [...], a instituição eclesiástica nunca pretendeu perder sua influência na vida política e na sociedade brasileira. Buscar homens capazes de dialogar com ambas era vital para a sua sobrevivência.

Dentro dessa estratégia da Igreja Católica, os poucos indivíduos que se matriculavam nos seminários passavam por um processo de avaliação, traçando preliminarmente um perfil social e econômico dos ordinandos. Para Santos (2016, p. 86-92), a verificação tinha como

objetivo: “Identifica[r] elementos como filiação e atividade econômica dos pais, se o indivíduo era filho legítimo ou não, local de nascimento, vida social e religiosa, tendência para o estado sacerdotal e onde cursou o seminário para sua formação”.

Nascido na fazenda Parateca em 17 de novembro de 1883, em Carinhanha¹⁴⁷, Luiz Pinto Bastos era filho do Coronel Cynésio Joaquim Bastos e D. Maria Inácia Ferreira Bastos. Seu pai foi um importante fazendeiro nas terras do Carinhanha, sendo proprietário de grandes áreas de terra e criador de animais. Tais condições viabilizaram uma boa educação para seus filhos, alcançando posições de destaque dentro da sociedade. Além de Luiz Pinto Bastos que seguiu a carreira sacerdotal, alguns dos seus irmãos seguiram a carreira médica, odontológica, farmacêutica e comercial.¹⁴⁸

Ser filho de um coronel lhe conferia um *status* de destaque dentro da sociedade local e regional, e os primeiros anos da República foram um período singular para quem detinha o título de coronel, que de uma certa maneira era associado a poderes socioeconômico e político. Segundo Sampaio (1998, p. 50), na Bahia, esses coronéis eram “grandes proprietários, agricultores ou criadores de gado, comerciantes, doutores e aristocratas do Império [...]”. Indivíduos de influência, ligados às principais famílias tradicionais baianas remanescentes do Império, que continuaram atuando fortemente nas instâncias jurídico-político na transição para o novo regime. Na Bahia, esses coronéis comandavam e formavam a base estrutural da política republicana, principalmente pelo interior, e com isso detinham grande poderes, como analisa Eul-Soo Pang:

[...] o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu *status*, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas [...] (PANG, 1979, p. 20).

As fontes não deixam claro se o pai de Luiz Pinto Bastos gozou desse poder absoluto, e mesmo possuindo grandes propriedades rurais, isso não era garantia de ser um coronel de distinção. A formação de seus filhos em carreiras de destaque e prestígio naquele contexto, contudo, leva a crer que, de uma certa maneira, o Cel. Bastos possuía uma posição de destaque no seio de sua comunidade e que gozava de boas condições financeiras.

Por ser um jovem aristocrata, é possível inferir que sua educação no ambiente familiar também lhe conferiu conhecimentos concernentes a outras áreas, e o preparou para ingressar

¹⁴⁷ Localizada na região sudoeste da Bahia e distante 788 km da capital baiana, Salvador.

¹⁴⁸ De acordo com os dados colhidos pela historiadora, assim compôs as carreiras dos irmãos de Luiz Pinto Bastos. “A partir do primogênito, Jerônimo Joaquim Bastos, proprietário rural; Clóvis Joaquim Bastos, fazendeiro, comerciante; João Evangelista Bastos, médico [...], Francisco Joaquim Bastos, cirurgião-dentista; Homero Pinto Bastos, fazendeiro e farmacêutico; Antônio Joaquim Bastos e Bias Bastos fazendeiros, lavradores [...] e Angélica, a qual casou-se com um comerciante”. (CASTRO, 2015, p. 4).

aos 14 anos, em 1897, no Seminário de Santa Tereza, Salvador. E como bem apontou Antônio Gramsci, analisando o ensino católico e as diferenças entre os indivíduos que pertencem às classes distintas no acesso a esse ensino, devido aos conhecimentos que detinham antes mesmo de ingressarem nos seminários, afirma que:

[...] o jovem aristocrata recebe sem esforço educacional, do seu próprio ambiente familiar, uma série de atitudes e qualidades que são de primeira ordem para a carreira eclesiástica: a tranquila segurança da própria dignidade e autoridade, e a arte de tratar e governar os outros (GRAMSCI, 1984, p. 306).

Obtendo esses traços, Luiz Pinto Bastos foi ordenado padre na capital baiana em 1906, em 1907 ocupou a Paróquia de Palmas de Monte Alto¹⁴⁹ e, em 1908, foi nomeado Vigário da paróquia de Caetité, tomando posse solenemente no início daquele mesmo ano. Segundo o estudo de Aguiar (2011), os eventos que ocasionaram a vinda e permanência do Padre Luiz Bastos estiveram envoltos por interesses políticos, tanto por parte de Deocleciano Pires Teixeira, médico, fazendeiro, comerciante e prestigioso político local, como do Arcebispo Primaz do Brasil, D. Jeronimo Thomé da Silva. Entretanto, essa trama envolvendo a direção da Igreja Católica em Caetité tem origem anos antes, como nos informa Lima:

Por motivos sem importância, o vigário – padre Manoel Benvindo Sales – afeiçoadíssimo ao povo baldo de recursos – caiu no desagrado do hipocondríaco Lima Júnior [genro de Deocleciano], lastrando o desagrado a toda família Rodrigues Lima. Era a demonstração da incubada prepotência dos graúdos [...] pediram a expulsão do vigário da sua estimada freguesia (LIMA, 1920, p. 14 *apud* AGUIAR, 2011, p. 137).

De acordo com Santos (1997), o padre Manoel Benvindo Sales permaneceu como vigário de Caetité por mais de 20 anos, mas com a chegada de Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior¹⁵⁰, que em 1897 ocupou a administração da Irmandade de São Benedito em Caetité, surgiram intrigas que se acirraram entre ambos, fazendo com que no mesmo ano o padre Benvindo Sales fosse afastado da paróquia.

Após o afastamento do pároco, a direção da paróquia passou por um período de curtas permanências de vigários, até a chegada de Luiz Pinto Bastos que, como visto, por suas características sociais, econômicas e intelectuais foi pretendido para ocupar a posição de pároco. Pelos dados colhidos em Santos (1997, p. 323), Bastos foi um indivíduo de “personalidade forte, [que] foi amado e combatido, mas nunca se omitia; era amigo de seus

¹⁴⁹ Localizada da região sudoeste do Estado da Bahia, fica 83 km da cidade de Caetité.

¹⁵⁰ Conhecido como Coronel Lima Júnior, filho de Joaquim Manoel Rodrigues Lima, primeiro governador eleito da Bahia, casou-se com Alzira Teixeira Spinola, filha de Deocleciano Pires Teixeira. Atuou na política local ocupando diversos cargos públicos, chegando a exercer o cargo de Intendente Municipal. (LIMA, 1997, p. 224).

amigos, enérgico e autoritário”. Chegou a cidade de Caetité em 1908, ano que em a Intendência Municipal estava sobre o poder “hipocondríaco Lima Júnior”, coronel, casado com Alzira Teixeira Spinola, filha de Deocleciano Pires Teixeira, que provavelmente, foi o principal interlocutor para a ida do padre:

Conforme o inventário de Deocleciano Teixeira, entre outros bens herdados pelo falecimento das primeiras esposas, estavam “duas partes de terra na fazenda Parateca, a mesma onde nasceu Luiz Pinto Bastos em 1883. Além disso, um dos irmãos de Deocleciano, o Major José Antônio Pires Teixeira, residia em Monte Alto, onde o Padre Luiz exerceu seu primeiro ano de sacerdócio.

[...] Achando-se vaga a paróquia, [Deocleciano] **buliu com os pauzinhos junto ao palácio do Arcebispo** e fez vir de Carinhanha um sobrinho de José Olegário [...] o façanhudo Padre Luiz Pinto Bastos [...] colocando-o na paróquia (LIMA, 1920, *apud* AGUIAR, 2011, p. 137) (grifos da autora).

Esses indícios nos levam a inferir que a família Bastos teve uma proximidade com os Teixeira, principalmente Deocleciano Teixeira, sujeito que ambicionando voltar à direção da Intendência de Caetité e controlar os processos eleitorais da região, não se furtou de uma interlocução com o arcebispo D. Jeronimo Thomé da Silva, para levar de Monte Alto para Caetité o Padre Bastos, como um aliado político com potencial, em um contexto de tensões e conflitos na política baiana. Para a Igreja Católica, que reformulava seu corpo sacerdotal de acordo com os padrões romanos e necessitava de clérigos capacitados para empreender o projeto de reforma da Igreja, a ida de Luiz Bastos representava um importante passo para a introdução do catolicismo romanizado no alto sertão baiano, além do estabelecimento de boas relações com as famílias ricas da região, buscando apoio e colaboração junto a essas famílias, com vistas a manter os privilégios e influências da Igreja Católica nas esferas dos poderes locais e regionais.

Caetité, situada no alto sertão baiano, se destacava entre as outras cidades da região. De economia voltada para setor agropecuário de subsistência e exportador, estava situada em uma região de entroncamento que a ligava internamente às cidades de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e região sul do país. Para Pires (2009), esse intercâmbio comercial possibilitou o acúmulo de grandes fortunas por parte da oligarquia local e regional. Por sua localização privilegiada, Caetité também se destacava por possuir uma Agência dos Correios (1832), Telegrafo (1896), Tipografia (1897), Escola Normal do interior baiano (1898), Escola Americana (1910); fundado por Henry Jonh MacCall, vinculada à missão presbiteriana Central Brazil Mission e o Colégio São Luiz Gonzaga (1912); fundado pela Companhia de

Jesus, instituição essa que teve a intervenção direta de Luiz Pinto Bastos em sua fundação, além da ida do Jesuítas para a região.

No contexto da chegada de Pinto Bastos à paróquia de Caetitê, chefes locais se destacavam no cenário político republicano. As transformações que ocorreram no campo político nas primeiras décadas republicanas afetaram as elites tradicionais baianas, neste que foi o último estado a aderir à República. Acostumadas a gozar de prestígio durante o período imperial, essas elites viam-se em uma situação de desprestígio e esquecimento diante do novo regime. As razões para essa perda de influência foram várias, como: a sua desorganização política, as acentuadas desavenças entre políticos no âmbito local e estadual, a debilidade econômica do estado; o baixo número de eleitores (decorrente das altas taxa de analfabetismo) que relegava à Bahia um *status* apenas intermediário na política nacional, dentre outros (SAMPAIO, 1998; LEITE, 2012).

Mesmo com o desprestígio político no cenário nacional, homens de influência ligados às principais famílias baianas, remanescentes do Império, continuaram atuando fortemente na transição para o novo regime. O que se configurava como mudança no novo sistema político, foi sobretudo o fato de que os governadores passaram a serem eleitos e não mais indicados, como acontecia anteriormente (SARMENTO, 2009, p. 39).

Essa mudança proporcionou a aproximação de políticos estaduais com chefes que controlavam a política local, devido às redes de relações políticas e econômicas que esses chefes locais possuíam, e que por sua vez traduziam-se em votos que poderiam ser arregimentados pelos políticos estaduais.

Por conta disso grandes proprietários de terras, aristocratas, fazendeiros e comerciantes do interior baiano que controlavam a política local passaram também a acumular prestígio e representatividade frente ao governo do Estado. Um deles foi Deocleciano Pires Teixeira, que aproveitando as mudanças no sistema viu a oportunidade também de alargar suas redes de sociabilidades políticas para o enfretamento dos reveses da Primeira República (AGUIAR, 2011).

Deocleciano Pires Teixeira foi médico, fazendeiro, comerciante e negociador, e assim como outros no alto sertão da Bahia, controlava e manipulava o poder político local. Por ser uma liderança de destaque na cidade e por possuir vínculos sociais e políticos com outras lideranças da região, participou ativamente dos jogos políticos da Primeira República. O “Velho Chefe”, segundo Aguiar:

[...] transitou entre os regimes, permanecendo ativo durante todo o primeiro momento da República brasileira, tecendo no alto sertão da Bahia uma

política de alianças e disputas, perpetuada pelo poderio de eminentes famílias e pelo continuísmo das divergências nascidas em tempos anteriores. Como patriarca da família Teixeira, ele atuou de diversas formas, administrando os reveses políticos pelas estratégias traçadas ao longo dos anos republicanos (AGUIAR, 2011, p. 76).

Essas estratégias foram traçadas em razão da conjuntura política brasileira e baiana, que se tornaram cada vez mais disputadas e acentuaram as cisões políticas locais, reflexos das disputas que ocorriam ao governo do Estado. Como a política baiana daquele período se caracterizou como personalista, como nos informa Sampaio (1998, p. 47) ao assinalar que a “fidelidade não existia em relação ao partido, mas ao chefe do partido [...]”, as lutas partidárias obedeciam a uma lógica de funcionamento mais em função do agrupamento em torno de um indivíduo de maior expressão regional do que por uma proximidade às ideias fundadoras do partido (LEITE, 2012). Os líderes locais foram então estimulados pelos governantes estaduais a participar dessa disputa de lados, fazendo com que se acirrassem a competição, interesses e desavenças políticas num plano mais localizado.

Essas disputas, em sua maioria, refletiam a ascensão de um grupo político que permanecia por longos anos controlando as principais instâncias de poder, enquanto o grupo oposicionista eram relegados os cargos inferiores. Em Caetité não foi diferente. O grupo político do coronel Cazuzinha¹⁵¹ controlou a chefia local por 24 anos, forçando a um ostracismo político o grupo de Deocleciano Pires Teixeira. Quando se tratava de sucessão governamental os embates e as desavenças políticas lançavam líderes uns contra os outros, sempre na condição de situacionistas *versus* oposicionistas. Desta forma, os chefes locais junto aos estaduais utilizavam dos mais variados mecanismos para vencer as eleições, como o controle do voto e do processo eleitoral, aproveitando da pouca politização do eleitorado; da barganha (troca de favores); do uso da violência e outras ilegalidades que definiam as eleições em todos os níveis (LEITE, 2012).

Para frear o controle político que o grupo opositor estava construindo, o “Velho Chefe”, utilizou de suas influências para aliar-se a setores estratégicos da sociedade baiana, dentre eles a Igreja Católica. Imerso em uma sociedade majoritariamente católica, e precisando mobilizar uma grande quantidade de pessoas, a aliança com um padre representava

¹⁵¹ Como nos informa Santos (1997, p. 224), o coronel Cazuzinha como era costumeiramente conhecido na cidade de Caetité, tinha por nome José Antônio Rodrigues Lima, irmão do primeiro governador eleito por voto na Bahia Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Cazuzinha e seu grupo político governou por longo anos a intendência municipal de Caetité durante a Primeira República, sendo nesse período apoiador do grupo político de José Joaquim Seabra, a quem Deocleciano Pires Teixeira foi opositor.

a possibilidade de alcançar esse grande público e obter uma maior representatividade junto a outros setores da sociedade. Para Aguiar (2011):

Aliar-se ao padre, ou trazer para Caetité um padre aliado, constituiu mais uma das astúcias de Deocleciano Teixeira nos anos de ostracismo, o que permite reafirmar que, apesar dos desencantos sofridos com as autoridades estadual e locais, [...], ele, conhecedor dos reveses políticos, não perdeu de vista as futuras possibilidades de dirigir outra vez a política alto-sertaneja (AGUIAR, 2011, p. 138).

As estratégias políticas empreendidas por Deocleciano Teixeira, como podemos perceber, ultrapassaram o campo propriamente político para se estender a outros campos, a exemplo do religioso, demonstrando sua capacidade de articulação e a pretensão de utilizar a força ideológica que a Igreja Católica mobilizava.

Nesse contexto de arranjos políticos traçados pelo “Velho Chefe”, o Arcebispo D. Jerônimo Thomé da Silva¹⁵², um dos principais agentes religiosos na Bahia, no processo de reforma da Igreja Católica no estado nas primeiras décadas da República, ao que tudo indica, desempenhou papel determinante na ida do recém-formado Padre Luiz Pinto Bastos para assumir a direção da paróquia de Caetité, pois para o Arcebispo era preciso firmar “boas relações com a elite católica baiana, não só da capital, mas também do interior, buscando a colaboração das famílias influentes nas esferas dos poderes locais e regionais” (COUTO, 2016, p. 90), para manter os privilégios e influências da Igreja Católica junto ao governo, além de obter apoio para empreender as reformas desejadas.

Conhecedor das relações de poder entre os principais líderes oligárquicos da Bahia, é provável que o Arcebispo tivesse conhecimento das disputas, alianças e intrigas entre as elites políticas do alto sertão da Bahia, que conheceu e com a qual se relacionou durante suas efêmeras visitas pastorais. Em 1906, em uma carta de Anísia, direcionada a sua prima Celsina (filha de Deocleciano Teixeira) relata que ficou sabendo “que foi realmente uma festa boa a recepção do S[enho]r Arcebispo em Caetité” (ANÍSIA, 1906, p. 1).

As visitas pastorais de D. Jerônimo Tomé da Silva no alvorecer dos anos 1900 tiveram a finalidade de reconhecer o espaço geográfico do arcebispado, seus fieis, o clero local, a estrutura das Igrejas, bem como a difusão do catolicismo romanizado. Além disso, podemos entrever, que a visita à cidade de Caetité, foi a oportunidade de conhecer e manter boas relações com a elite católica local, lhe assegurando um importante apoio. Serviu, também, para conhecer os aspectos socioeconômicos, políticos e religiosos da cidade.

¹⁵² Para um estudo minucioso e com requintes de detalhes sobre a biografia e atuação do Arcebispo Primaz do Brasil durante a Primeira República na Bahia, ver COUTO (2016).

Em 1907, o Arcebispo fez uma nova visita a região alto sertaneja, dessa vez em Palmas de Monte Alto, como descreve Anísia:

Três Irmãos, 27 de julho de 1907

Cimcim

[...] Estive em Monte Alto na recepção do S[enho]r Arcebispo. Esteve muito boa [...]. Fui visitar com as meninas o Arcebispo e ele pagou a nossa visita. Fui com o P[adr]e Luiz e a família e ele nos apresentou. Em casa do P[adr]e Luiz o arcebispo foi duas vezes e a última vez nos visitar. [...]

(ANISIA, 1907, p. 1).

O padre Luiz, a quem Anísia se refere, é Luiz Pinto Bastos, que como vimos, após ordenado Padre, assumiu a paróquia de Palmas de Monte Alto em 1907. É provável que o Arcebispo e o padre conversaram sobre inúmeros assuntos, de caráter religioso, social e político. Porém, ainda não é possível saber se Pinto Bastos interveio para si próprio junto ao Arcebispo, mas é possível que tenha conversado sobre sua possibilidade de assumir a cadeira vacante de uma paróquia importante para o catolicismo na Bahia, diante de um período de reestruturação administrativa. E mantendo relações sociais e políticas com membros da elite católica local e regional, o padre a frente da paróquia representava a busca de apoio político e econômico para a Igreja Católica baiana, além de difusão do catolicismo romano e clerical.

Nesse contexto, ao que tudo indica, D. Jerônimo, enquanto um sacerdote de visão, engajado na reestruturação da Igreja Católica e precisando de jovens sacerdotes capacitados e comprometidos com a Santa Sé, para conduzir ao seu lado a reforma da instituição no território baiano, aliou os seus interesses aos de Deocleciano Pires Teixeira, lhe garantindo apoio para a reestruturação interna da Igreja Católica no alto sertão. Por outro lado, os sujeitos das elites locais viam a instituição católica como detentora de um grande poder ideológico, como uma aliada em condições de ajudá-los a influir na vida social e política.

Diante dessa conjuntura, o Padre Luiz Pinto Bastos fez parte das estratégias do clero baiano junto a aristocracia local. O vigário, formado dentro das determinações romanas, detentor de habilidades para se relacionar com o poder político, com as elites locais e regionais e próximo ao povo, enquadrou-se nos desejos da alta hierarquia católica por apresentar vocação de dirigente (liderar a reforma da Igreja no alto sertão baiano), e ser capaz de tramitar pelas principais instâncias da sociedade e, principalmente, estar preparado para propagar o discurso religioso.

No início do século XX, a Igreja Católica traçou estratégias de se reorganizar administrativamente para manter-se hegemonicamente no campo religioso brasileiro e continuar a influir nas decisões jurídica-políticas da sociedade brasileira. Para isso, preocupou-se inicialmente em reformar seu corpo sacerdotal, pois necessitava de sacerdotes

afinados com o catolicismo romano, e que estivessem preparados para enfrentar os desafios ocasionados pela implantação da República. Como vimos, Pinto Bastos, nascido em um ambiente patricio, seguiu o caminho sacerdotal e foi pretendido para assumir a paróquia de Caetité. Deocleciano Teixeira, possivelmente, via no Padre uma vocação política, sobretudo por manter boa relação com alguns políticos regionais e ter uma proximidade com as classes menos favorecidas, contribuindo assim para suas pretensões de orquestrar novamente a política local. Para D. Jerônimo Thomé da Silva, abria a possibilidade de receber apoio das elites políticas locais e regionais, possibilitando maior participação no campo político, bem como buscar garantir apoio dessas elites para o sucesso da reforma na região.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Lielva Azevedo. **“Agora um pouco da política sertaneja”**: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). Dissertação (Mestrado em História Regional) – Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus – Bahia, 2011.
- ALVES, Solange Dias de Santana. **A Igreja Católica na Bahia: fé e política**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Salvador – Bahia, 2003.
- AZZI, Riolando. **A Sé primacial de Salvador: a Igreja Católica (1551-2001)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, vol. 2 (Período Imperial e Republicano).
- _____. **O altar unido ao trono: um projeto conservador**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- _____. **O início da restauração católica no Brasil – 1920-1930**. In: *Síntese*, nº 10, p. 61-90, 1977. Disponível em: <<http://http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/viewFile/2398>>. Acesso em: 24 de abr. 2015.
- BARROS, Sergio Miceli Pessoa de. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. 1985. p.233. Tese (Doutorado em Livre Docência em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Valdeiza Teixeira. **“Vocação irresistível de político”**: trajetória político-religiosa de Luiz Pinto Bastos no alto sertão da Bahia (1908-1945). Artigo de conclusão (Licenciatura em História) – Universidade do Estado da Bahia. Caetité, campus VI, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, **A política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1984. (Parte V).
- LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A rainha destronada: discursos das elites letradas sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)** – São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1943**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima – Bahia (1860-1920)**. São Paulo: Annablume/ Fapesb, 2009.
- SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia**. São Paulo: Ática, 1982.

SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2009.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação.** Salvador, EDUFBA, 1998.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité Pequena e Ilustre.** 2. ed. Tribuna do Sertão: Brumado, 1997.

SANTOS, Israel dos. **Igreja Católica: por um catolicismo romano (1890-1930).** Salvador: EDUFBA, 2016.

SANTOS, Israel dos. **A Igreja Católica na Bahia da Primeira República (1890-1930).** Revista Aulas. Dossiê Religião – abril 2007/julho 2007.

História e historiografia de Alagoas: formalização e institucionalização do conhecimento histórico científico (1869 – 1915).

Felipe da Silva Barbosa
Prof. Mestre em História pelo PPGH/UFAL

Resumo: Este trabalho, por meio de um método expositivo, exercita uma narrativa histórica acerca da fundação e desenvolvimento do conhecimento histórico científico em Alagoas, a partir do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – IAGAL, mediante a análise de seu periódico, entre 1869, data de sua fundação, a 1915, quando nos foi possível caracterizar as definições estruturais de sua revista.

Palavra-chave: História; Historiografia; Alagoas

Prestes a completar 150 anos de fundação, o atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL¹⁵³ foi responsável pela criação, publicação e divulgação da Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – RIAGAL¹⁵⁴. O mais longevo periódico científico voltado a divulgação do conhecimento histórico e geográfico sobre o que, convencionalmente, entendemos por Alagoas. Por tal Revista, passaram autores importante, tanto pelo volume e relevância de sua produção ao longo de sua trajetória intelectual, quanto, mais propriamente, pela capacidade de explicar Alagoas, por meio de artigos, livros e demais meios de comunicação. Entre estes, destacamos: Moreno Brandão¹⁵⁵, Craveiro Costa¹⁵⁶, Jayme de Altavila¹⁵⁷, Théo Brandão¹⁵⁸, Manuel Diegues Júnior¹⁵⁹ e Dirceu Lindoso¹⁶⁰. Havendo aqueles, que, para além da história de Alagoas, utilizaram suas páginas para contar a

¹⁵³ Após serem enunciadas por extenso pela primeira vez as expressões serão substituídas por suas respectivas siglas.

¹⁵⁴ Essa nomenclatura corresponde ao período entre 02 de dezembro de 1869 a 1932.

¹⁵⁵ BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió, Typ e Pautação J. Amorim, 1909.

¹⁵⁶ COSTA, Craveiro. **História das Alagoas: Resumo Didático**, Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A, 1983.

¹⁵⁷ ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas**. 6º Ed. Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A, 1976.

¹⁵⁸ BRANDÃO, Théo. **O Reisado Alagoano**. Maceió, Edufal, 2007.

¹⁵⁹ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional**. Maceió, Edufal, 2012.

¹⁶⁰ LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada: Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

história do próprio periódico. Como Adriano Araújo Jorge¹⁶¹ e José Tenório da Rocha¹⁶². Contudo, diferente de tais autores, reposicionaremos teórico-metodologicamente tal revista, entendendo-a como fonte central para análise e crítica da produção historiográfica acerca de Alagoas. Da fundação do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – IAGAL, em 1869, a 1915, quando nos foi possível caracterizar as definições estruturais de sua revista.

Nesse contexto, há de se considerar que em 1808, após o desembarque da corte portuguesa na colônia Brasil, o século XIX assistirá ao estabelecimento e reestruturação de espaços destinados a pesquisa e produção de conhecimentos. Simbolizando momento *sui generis* para o início da pesquisa histórica e da produção do conhecimento histórico, principalmente, após a independência política da então colônia. Esse processo também pode ser entendido, como se verá depois, enquanto um conjunto de ações incentivadas por elites locais a fim de obter poder e legitimidade sobre tal território por meio de mecanismos, políticos, jurídicos e científicos.

No que tange a produção do conhecimento histórico, o processo de criação e estabelecimento dos Institutos Históricos e Geográficos em todo o país, ocorrerá de maneira diversa¹⁶³. No entanto, tais acontecimentos também podem ser interpretados enquanto desdobramento dos processos de formalização de diversos campos de conhecimento específicos em reinos da Europa, durante os séculos XVIII e XIX¹⁶⁴, chegando ao Brasil em seu período Imperial, embora não se limitando a ele.

Estabelecimentos cuja função principal, entre outras coisas, será a criação daquilo que se convencionou chamar de *história oficial* que, aos olhos dos representantes do Estado, seria um dos critérios importantes para efetivação da ideia de nação¹⁶⁵. Frente a essa necessidade conjuntural, será iniciado em 21 de outubro de 1838, o processo que contará com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, na capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, e posteriormente com a fundação de diversos Institutos locais espalhados pelo

¹⁶¹ ARAÚJO JORGE, Adriano. **O Reaparecimento da Revista**. In: Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. Maceió, Typ. T. de Menezes & Filho, 1901, nº 1, vol. 3, pp. 3 – 7.

¹⁶² ROCHA, José Maria Tenório. **Historiografia de Alagoas: Primeira Leitura**. In: Ver do CHCA. (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes). Maceió, Ano III. 1990.

¹⁶³ TAVARES, Giovana Galvão. **A Trajetória de Uma “Casa de Saber”**: O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930 – 1970). Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2000, pp. 25 – 26.

¹⁶⁴ BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983, pp. 61 – 117.

¹⁶⁵ HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p.49.

país. Destinados, em maior parte, à interpretação dos feitos locais¹⁶⁶, afirmando e moldando um *todo nacional* ou pelo menos tal ideia.

Por tanto, é só a partir de tais pressupostos que a Província de Alagoas começa formalmente a ser pensada para se tornar historicamente inserida no processo de construção desse novo Estado Nação. Sendo fundado o IAGAL, na capital Maceió, a 2 de dezembro de 1869¹⁶⁷. Tornando-se cronologicamente o quarto do país, terceiro entre os Institutos locais, e segundo na ordem regional. Antecedido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS, fundado em 1860, na cidade de Porto Alegre¹⁶⁸; e pelo Instituto Archeologico Geografico Pernambucano – IAGP, fundado no Recife, a 28 de Janeiro de 1862¹⁶⁹.

Segundo consta na Ata da Sessão de Instalação, assinada por Manuel Claudino de A. Jaime, segundo secretário, às 5 horas da tarde, no antigo Palácio do Governo da Província – localizado próximo à atual Praça dos Palmares, no centro de Maceió – a convite de José Bento da Cunha Figueiredo Junior, o então Presidente da Província, reunidos em sua companhia estavam 25 dos 26 sócios fundadores, os quais eram: 13 *doutores*, 2 professores, 2 negociantes, 2 chefes de secção, 2 majores, 1 vigário, 1 padre, 1 inspetor e 1 engenheiro, reunidos com o objetivo de fundar a referida agremiação orientando-se por meio do estatuto da semelhante associação Pernambucana¹⁷⁰. Eleitos os membros da Mesa Administrativa, nomeado seus secretários e aclamado seu presidente interino, o conselheiro Silvério Fernandes de Araújo Jorge, a sessão de instalação se levanta às 8 horas da noite. Todavia, os estatutos terão seus artigos lidos, revisados e aprovados na 1ª Sessão em Assembleia Geral a 18 de fevereiro de 1870¹⁷¹.

A partir do estatuto podemos visualizar, na formação dessa comunidade de pares, a composição de uma elite letrada e privilegiada socialmente, hierarquicamente organizada dentro da agremiação. Cabe lembrar que, de acordo com o primeiro senso demográfico do Brasil, a população de Alagoas era de aproximadamente 348.009 pessoas, distribuídas por 19

¹⁶⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo, Cia das Letras, 1993, pp. 117 – 140.

¹⁶⁷ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Jornal das Alagoas, 1872, nº 1, p. 7.

¹⁶⁸ Ver: www.ihgrgs.org.br/. Acessado em 22/09/18. Contudo, por ocasião da Guerra do Paraguai o mesmo será extinto em 1863, sendo reinaugurado em 1920. Sobre tal fato ver: SILVEIRA, Daniela Oliveira. “**O Passado Está Prenhe do Futuro**”: A Escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920 – 30). (Dissertação Mestrado História), Porto Alegre, 2008, p.21.

¹⁶⁹ Disponível In: <http://www.iahgp.com.br/historico/ato.php>, Acessado em 17/10/18.

¹⁷⁰ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Jornal das Alagoas, 1872, nº1, p.7.

¹⁷¹ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió: Jornal das Alagoas, 1872, nº 1, pp. 9 – 11.

municípios, as quais, apenas 41.913 sabiam ler e escrever, o equivalente a só 12,4% desta população¹⁷².

No que se refere a hierarquia interna, à “casa alagoana” assemelhava-se à instituição carioca¹⁷³. Distribuída por *Sócios efetivos*, cujo requisito obrigatório para pleitear tal condição seria residir em Maceió. Esses poderiam vir a ocupar os cargos de presidente, primeiro ou segundo vice-presidente, secretário perpétuo, segundo secretário, secretário adjunto, tesoureiro, vice-tesoureiro, orador e vice-orador¹⁷⁴. A atrativa diversidade dos cargos que compõe o corpo administrativo dessas instituições atua até hoje como espaço de prestígio social e capital político.

Em caso de mudança para outra região, os *efetivos* poderiam tornar-se *Sócios correspondentes*, desocupando o cargo possivelmente a um terceiro. A condição de *correspondente* permitia ao associado estabelecer-se fora da capital, e entre suas atribuições, estava a possibilidade de assessorar o grêmio em outras regiões, enviando e/ou dando conhecimento da existência de materiais importantes ao empreendimento dessa instituição.

Todavia, a relação de prestígio entre o IAGAL e o associado não se efetivava unilateralmente. Pode-se bem observar o *outro lado-da-moeda* com o caso dos *Sócios honorários* e *Sócios Beneméritos*. Tais condições seriam concedidas a pessoas cujo o enorme valor enalteceria a agremiação. Figuras como o ex-presidente da Província, o Barão Villabella, que então presidia o IAGP em 1877¹⁷⁵, ou a ex-governadores do estado, como José Fernandes de Barros Lima¹⁷⁶ e Euclides de Vieira Malta. Esse último, responsável por sancionar, em 1901, o aumento da subvenção do Governo ao instituo¹⁷⁷, bem como, pela doação do atual prédio-sede da agremiação, ocupado em 1911¹⁷⁸. Depreende-se que, a depender do associado, a instituição também se valorizava e poderia beneficiar-se ao estabelecer boas relações com grandes autoridades.

¹⁷² **RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872 – ALAGÓAS**. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger e Filhos, 1876, vol. 1, p.85.

¹⁷³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo, Cia das Letras, 1993, p. 104.

¹⁷⁴ MELO, de Aloísio Costa; SILVA, Fabiana Mariano da; e ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos**, Maceió, Imprensa Oficial, 2008, pp. 79 – 90.

¹⁷⁵ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. T. de Menezes, 1877, nº 10, dez, p. 301.

¹⁷⁶ MELO, de Aloísio Costa; SILVA, Fabiana Mariano da; e ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos**. Maceió, Imprensa Oficial, 2008, pp. 108.

¹⁷⁷ ARAÚJO JORGE, Adriano. O Reaparecimento da Revista. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. T. de Menezes & Filho, 1901, nº 1, vol. 3, p. 3.

¹⁷⁸ IPHAN/UFAL/FUNDEPES. **Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas. Relatório Final**, 2008, p. 19.

Cabe salientar, que essa relação de proximidade com o *poder* será praticada de várias maneiras, em diversos momentos e esferas, tanto no âmbito das relações com o governo local, representado no vínculo com o corpo administrativo da assembleia provincial, como pode-se observar a seguir.

O Snr. Dr. Olympio trouxe ao conhecimento dos membros presentes que a Assembléa Legislativa desta provincia ao encerrar seus trabalhos, no corrente anno, votára uma consignaçon de dous contos de réis para auxiliar as despezas do Instituto. Esta communicaçãõ foi recebida com especial agrado, mandando-se inserir na presente acta tal declaraçãõ, como um voto de gratidãõ e reconhecimento á Assembléa Provincial¹⁷⁹.

Bem como, na pretendida proximidade com o poder político máximo do Império, representado na pessoa do Imperador D. Pedro II, nos momentos de alegria, quando “o Snr. vigário Duarte indicou que se dirigisse uma felicitaçãõ a S. M. o Imperador pela feliz terminaçãõ da guerra do Paraguay [...]”¹⁸⁰. Ou em momentos de tristeza, quando “[...] o Snr. Cônego Duarte indica que o Instituto leve a presença de S. M. o Imperador a manifestaçãõ de suas sinceras condolencias pelo prematuro passamento de sua augusta filha – a Princesa D. Leopoldina”¹⁸¹. Essas ações demonstram o quão grande e importante essa entidade se pretendia. Deixando evidente que seus associados buscaram afirma-la interna e externamente, mediante uma rede de relações vinculadas a diversos setores da sociedade, permitindo a sustentação da agremiação e o estabelecimento de um *lugar* para Alagoas na História do país.

Desse modo, para que suas idealizações não ficassem restritas a si mesmos, esses *homens de letras e ciência* terão à disposição um importe instrumento para exercerem a função de *intelligentsia* local: a Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – RIAGAL. Criada em 1872, em sua fase inicial, o principal veículo de divulgação do conhecimento histórico científico e de representação político-ideológicas do IAGAL, esteve inserido provisoriamente nas colunas do jornal *União Liberal*¹⁸². Jornal dos dissidentes do *Partido Liberal* em Alagoas, a cargo de publicar sua produção até que sua revista fosse autonomamente confeccionada e oferecida à venda na residência de um dos sócios, o tesoureiro Carlos Mornay¹⁸³. Somente a partir de 1880 é que a revista passa a ser

¹⁷⁹ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Jornal das Alagoas, 1872, nº 1, p. 14.

¹⁸⁰ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Jornal das Alagoas, 1872, nº 1, p. 12.

¹⁸¹ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Jornal das Alagoas, 1873, nº 2, p. 13.

¹⁸² SANT’ANA (de), Moacir Medeiros. **História da Imprensa em Alagoas**. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1987, p.131.

¹⁸³ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Jornal das Alagoas, 1872, nº 1, p.8.

comercializada na secretaria de sua sede, então situada na Rua da Boa Vista, nº 78, centro de Maceió¹⁸⁴. Ainda no ano seguinte a primeira publicação, não lhe faltaram espaço nas páginas de outros jornais locais, como é possível verificar entre seus *oferecimentos*.

Dois ofícios do snr. Tertuliano Telles de Menezes e Silva, director e proprietario do *Jornal das Alagoas*, offerecendo á casa uma assignatura do mesmo jornal, cujas columnas põe á sua disposição para publicação de seu expediente, e de quaesquer outros trabalhos offerecidos ou apresentados. Manda-se agradecer a generosa espontaneidade dos oferecimentos¹⁸⁵.

A divulgação de seus textos, por meio de jornais da capital, possibilitaria à recém-fundada instituição maior alcance e popularização das discussões promovidas internamente por seus idealizadores, já que a produção gráfica comporia lugar importante nas disputas políticas e nas mobilizações sociais da província, servindo como instrumento para as representações políticas e indenitárias em Maceió. Portanto, esse seria dos aspectos que justificam a “generosa espontaneidade” do oferecimento apresentado acima.

Nesse sentido, a circularidade das concepções historiográficas e geográficas sobre Alagoas ganham importância, pois, para além da interpretação, ressignificação ou crítica isolada de cada leitor, é por meio delas que são criadas, reproduzidas e debatidas narrativas oficiais periodicamente disseminadas entre as diversas classes da sociedade alagoana. Capazes de explicarem, legitimarem e influenciar a realidade social vigente, essas visões de mundo, não mais retórica bacharelesca, aparecem revestidas sob o manto cientificista da época e também por isso serão posteriormente popularizadas em publicações subsequentes, bibliografias e livros didáticos. Permitindo assim sua continuidade e reatualização.

Ao analisarmos o processo de confecção da revista percebe-se a autonomia da instituição na definição das normas de sua produção, nos critérios de avaliação de seus produtores, na capacidade para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento¹⁸⁶, ou ainda capacidade de desenvolver um modo próprio de produzir e enunciar diante da condição específica de representante da História Nacional voltada aos feitos locais. Já a forma e aparência da revista, ao serem interpretadas, refletem as práticas políticas desenvolvidas por seus associados, observada no número de trabalhos publicados, nas transcrições de documentos, nos

¹⁸⁴ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió. Typ. de Menezes & Filho, 1880, vol. 2, nº 12, dez, p. 74.

¹⁸⁵ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, *Jornal das Alagoas*, 1873, nº 2, p. 60.

¹⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2007, p.106.

pronunciamentos, na inserção de seções especiais¹⁸⁷ e exibição das atividades internas por meio das atas. Tal conjunto de informações, nos permite compreender e explicar a instituição a partir de seu periódico. Cabendo assinalar que as delimitações contidas na revista não estão desconexas, nem quaisquer variações ao longo de toda sua produção¹⁸⁸ nos impossibilita a apresentação dos aspectos estruturantes dessas fontes.

Ao abrirmos as revistas, sabe-se que ocupando as primeiras páginas estariam os *Artigos*, apesar da comissão específica que lidava com a edição e revisão da revista¹⁸⁹, além da exigência temática que o próprio caráter da instituição postulava, não encontramos registros de exigências numéricas, estilísticas, ou restrições para confecção e publicação dos artigos. Eles poderiam variar entre uma publicação de três laudas divididas em duas colunas¹⁹⁰ a um memorial que porventura ocuparia cinco publicações¹⁹¹. Englobando as demais seções, podemos dizer, na “outra parte” da revista, estaria as *Atas de Sessões*. O registro das *Atas* é algo mais que uma atividade corriqueira, por isso a pompa, a exaltação e a erudição são colocadas como elementos retóricos em destaque, contendo em sua composição elementos que remetem a questões contidas em outras fontes, exigindo assim um trato atento e cauteloso.

O vocábulo *sessão*, deriva do termo latino *sessio*, que significa: sentar-se, cadeira¹⁹². Refere-se, portanto, ao espaço de tempo no qual acontece uma reunião deliberativa, uma assembleia. Momento excepcional, onde os *homens das letras e homens de ciência*, se sentam para ouvir e falar. Consta, ali, atividades ordinárias, tais como: registros de admissões de sócios, votações, comunicados, pronunciamentos, sugestões de temas, leitura de pautas, recebimentos, considerações dos artigos publicados, enfim, esse será o exato lugar para observação das práticas ritualistas e nelas suas idealizações de forma coletiva.

¹⁸⁷ A seção epistolário é um exemplo, pois esse seria um espaço dedicado a expor as correspondências dos sócios antigos.

¹⁸⁸ Refiro-me a seção Ordem do Dia e Necrologia que variaram em seu aparecimento. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Oficinas Fonseca, 1907, vol. 4, nº 2, jun, pp. 99 – 100.

¹⁸⁹ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió: Jornal das Alagoas, 1872, nº 1, p.9.

¹⁹⁰ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1876, nº 8, pp. 197 – 199.

¹⁹¹ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. da Livraria Fonseca, 1915, vol. 6, pp. 140 – 204.

¹⁹² Disponível In: www.significados.com.br/secao-e-sessao/. Acessado em 10/01/2019.

A partir delas, comecemos pelo *Expediente*. Nesse espaço constam informações de ordem peculiar: os motivos do não comparecimento dos sócios¹⁹³, os avisos da mudança de sócios para firmarem residência em outras localidades¹⁹⁴, os convites a cerimônias¹⁹⁵, a comunicação e as relações de troca com outras instituições e autoridades ou também a prestação de contas da agremiação¹⁹⁶.

No espaço seguinte, entre os *Oferecimentos*, após uma rápida análise das doações recebidas, pode-se perceber o que era de interesse dos associados, e as articulações estabelecidas com os demais estabelecimentos e associações nacionais e internacionais, como no seguinte exemplo:

Pelo Corpo de Engenheiros de Minas do Peru os seus boletins de n.º 20, 22 e 23 de 1903. Pela Sociedade Geographica de Lima o Boletim do 2º trimestre de 1904. [...] Pelo Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte a sua *Revista*. (Vol. 3.º n.º 1 janeiro de 1905). Pela respectiva Directoria - O Archivo - revista destinada à vulgarização de documentos geographicos e historicos do Estado de Matto-Grosso. (vol. 3º de maio de 1905)¹⁹⁷.

Articulações importantes, pois se referem à aquisição e formação de um patrimônio científico-cultural, materializado em um espaço físico, composto por biblioteca, hemeroteca, mapoteca, pinacoteca, museu histórico, etnográfico e arqueológico. Adquiridos, em grande parte, por meio dos *oferecimentos*¹⁹⁸, e mantido por meio das articulações de seus associados angariando recursos e financiamentos para o proveito da instituição. Outro aspecto dos *oferecimentos*, refere-se a um fenômeno esperado. No decorrer dos anos, poderemos visualizar a formação de um acervo privilegiado referente ou correlacionado ao dito território alagoano. Poderiam ser folhetos, jornais, volumes de livros, biografias de personalidades ilustres¹⁹⁹, documentos relativos à administração da província, ou mapas que tratassem da descrição desse território. Que servirão, inclusive, como instrumento político, alimentando as

¹⁹³ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, Jun, nº 8, 1876, p. 214.

¹⁹⁴ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Jun, nº 8, 1876, p. 218.

¹⁹⁵ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Jun, nº 8, 1876, p. 208.

¹⁹⁶ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Jun, nº 8, 1876, p. 210.

¹⁹⁷ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1913, vol. 5, nº 1, pp. 80 – 81.

¹⁹⁸ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1876, nº 8, Jun, p. 212.

¹⁹⁹ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Jornal das Alagoas, 1873, vol. 1, nº 1, pp. 09 – 25.

vontades de verdade, na defesa dos contornos e singularidades de um espaço projetado no plano teórico a ser acoplado em um dito correspondente real. Dessa maneira, esse *corpus* documental se converte em um semióforo, destinado a explicar as origens, como também, atribui sentido e significado aos momentos fundadores de uma dada coletividade²⁰⁰, no caso a alagoana.

Um último aspecto dos *oferecimentos*, decorre da responsabilidade do Instituto sobre tais documentos, atestando sua veracidade, importância e preservação. Dessa condição, resulta a autoridade para avaliar e o poder de julgar, concedendo ou negando o acesso a essas fontes históricas. Questão que ganha relevância prático-objetiva ao ser relacionada a possibilidade das pesquisas sobre a história e a geografia de Alagoas.

Em seguida, na *Ordem do Dia*, registra os assuntos discutido pelo grupo, bem como o registro da presença ou ausência dos associados nos momentos das reuniões. Essa ocasião era dividida comumente em três momentos, e ao fim, ocasionalmente, marcava-se data para os futuros encontros²⁰¹. Tornando-se pauta quaisquer questões necessárias ou relativas ao crivo da opinião de todos, sendo aprovadas por decisão da maioria. São exemplos disso, as propostas de admissão de sócios²⁰², as eleições e aprovações de orçamento²⁰³, constituindo-se na parte final de um grande ritual a ser cotidianamente seguido durante a reunião.

A última seção mencionada na revista, *Necrologia* ou *Páginas de Saudade*, constitui-se como espaço reservado a um conjunto de práticas que farão parte dos mecanismos de consagração e celebração, pelos os quais, alguns intelectuais da época haveriam de passar. Característica dos Institutos Histórico e Geográfico, à exaltação a antigas personalidades ou aos sócios falecidos não passará em branco no IAGAL.

A primeira forma de exaltação e reconhecimento poderia ocorrer por meio da realização de trabalhos de caráter biográfico, mas também, como era mais comum, mediante a realização de discursos sobre o falecido. Ocasão pela qual se iniciava um duplo processo de reconhecimento, pois quem reconhecia o valor do *outro* indiretamente evidenciava-se como capaz de identificar e ressaltar tal importância. Essa prática, transformara-se em tradição, já que muitas vezes o exaltador, posteriormente, seria transformado em figura exaltada. A

²⁰⁰ CHAUI, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

²⁰¹ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**, Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1876, nº 8, jun, p. 214.

²⁰² **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**, Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1876, nº 8, jun, p. 221.

²⁰³ **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**, Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1876, nº 9, dez, p. 251.

exemplo de João Francisco Dias Cabral, que primeiro redigiu um trabalho de caráter biográfico no IAGAL²⁰⁴ e que após sua morte foi homenageado com uma biografia feita por Abelardo Duarte, então presidente da IHGAL²⁰⁵, posteriormente também biografado. A coroação desse processo de culto aos antepassados será refletida no espaço urbano, tanto da capital, como nos municípios. Observável na nomeação de espaços públicos²⁰⁶ e instituições²⁰⁷ batizadas com o nome dos convertidos a condição de *homens ilustres*. Imortalizados na memória coletiva ou compartilhada da população local.

Por fim, dentro dos limites para publicação deste texto, procuramos oferecer, através de um apanhado geral, um conjunto de informações sobre a fundação, institucionalização e formalização da historiografia de Alagoas, ao destacarmos que o IHGAL tornou-se, graças a condição de Instituição Oficial de Estado e a seus representantes, um dos principais responsáveis por transformar o espaço convencionalmente alagoano em espaço histórico local e nacional. Sobretudo, a partir de seu patrimônio documental e historiográfico, observável a partir de sua revista. Material que, sob a forma escrita, configura-se como fonte de conhecimento histórico científico, mas também enquanto uma composição de idealizações, demonstrações de erudição, exaltação a personagens, cidades e eventos base para efemérides, que, graças a atividade da agremiação, tornaram-se pertencentes à memória compartilhada de uma dada comunidade real e imaginária.

Assim, fica perceptível durante todo o texto, que a História enquanto construção científico-narrativa resulta de um inescapável postar político. E com relação à produção do conhecimento histórico científico acerca de Alagoas não foi diferente. Neste sentido, esta conclusão se materializa também numa demonstração de que a historiografia de Alagoas desde seu nascedouro esteve permeada por relações políticas. Sem as quais se torna impossível atingir um largo e profundo entendimento a seu respeito.

Por fim, cabe considerar que este trabalho, ainda que sobre um terreno lacunar, formata e instaura uma visão da historiografia alagoana por meio de sua própria história e não mais sobre antigas ideias pautadas a partir de velhos jargões como historiografia positivista, tradicional ou apolítica. Apontando na direção de novas pesquisas sobre a história e a geografia de Alagoas. Tanto que é que alguma informações e posições apresentadas aqui venham ser superadas ou sobrepostas futuramente por este mesmo autor. Nesse sentido, me

²⁰⁴ **Revista Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, 1874, nº 5, dez, pp. 112 – 117.

²⁰⁵ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, 1984, vol. 39, pp.98 – 101.

²⁰⁶ Disponível In: www.google.com.br/maps/place/Rua+Dias+Cabral+. Acessado em: 30/10/18.

²⁰⁷ Disponível In: google.com.br/maps/placa. Acessado em: 30/10/18.

conforta a consciência as palavras de Michael Foucault, registradas na introdução da *Arqueologia do Saber*, após ser questionado sobre suas mudanças, ao responder o seguinte: “não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever”²⁰⁸.

²⁰⁸ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.20.

REFERÊNCIAS

ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas**. 6º Ed. Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A, 1976.

ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). **Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 1999.

BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió, Typ e Pautação J. Amorim, 1909.

BRANDÃO, Théo. **O Reisado Alagoano**. Maceió, Edufal, 2007.

CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à Construção do Tiradentes**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, 2001, v. 21, nº 40, pp. 59 – 83.

CANAL, Jordi. **Maurice Agulhon e a categoria sociabilidade**. Ler História Disponível In: journals.openedition.org/lerhistoria/1780. Acessado em 24/06/2018.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas: Resumo Didático**, Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A, 1983.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional**. Maceió, Edufal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

LINDOSO, Dirceu. **A Interpretação da Província: Estudos da Cultura Alagoana** Maceió, EDUFAL, 2005.

MALERBA, Jurandir. **História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo, Contexto, 2006.

MELO, de Aloísio Costa; SILVA, Fabiana Mariano da; e ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos**. Maceió, Imprensa Oficial, 2008, pp. 33 – 35 – 36.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872 – ALAGÔAS. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger e Filhos, 1876, vol. 1, p.85.

SANT'ANA (de), Moacir Medeiros. **História da Imprensa em Alagoas**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870 – 1930**.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O Passado Está Prenhe do Futuro”**: A Escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920 – 30). (Dissertação Mestrado História), Porto Alegre, 2008.

TAVARES, Giovana Galvão. **A Trajetória de Uma “Casa de Saber”**: O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930 – 1970). Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

As mulheres, a história e o silenciamento: uma breve análise sobre a participação das mulheres no Partido Comunista do Brasil (1922-1938)

Gleice Pereira da Silva

Mestranda em História Social PPGH/ICHCA/UFAL

Orientadora prof.^a: Dr.^a: Ana Paula Palamartchuck

Integrante do grupo de Pesquisa em História Social e Política- ICHCA/UFAL

RESUMO:

Este artigo propõe analisar a participação das mulheres no Partido Comunista do Brasil (PCB) logo em seus anos de fundação (1922-1938), e como as trajetórias dessas mulheres acabaram silenciadas pela memória oficial do partido. A maioria dos textos fundadores da memória do grupo partidário foram escritos por militantes do sexo masculino, que em suas memórias, pouca ou nenhuma atenção deram a situação feminina e a sua participação nas organizações comunistas. Esse fato, acabou levando a secundarização do papel feminino dentro do grupo e na historiografia “oficial”, construída posteriormente. Nessa análise serão utilizados uma série de documentos da Internacional Comunista que estão sob a guarda do Arquivo Edgard Leuenroth, obras teóricas sobre gênero, história das mulheres e memória. Também serão utilizadas biografias e autobiografias das comunistas, como Laura Brandão, Patrícia Hehder Galvão. Nesses textos, podemos analisar como essas mulheres lidavam com o entrelaçamento entre vida pessoal e partidária. Em um contexto extremamente machista, onde o campo de atuação feminino era reduzido, muitas vezes ao lar, essas mulheres, e tantas outras, conseguiram revolucionar não apenas o lugar social da mulher, mas também o mundo da militância política.

Palavras-Chave: Mulheres, Silenciamento, História.

O objetivo principal deste artigo é analisar a participação das mulheres no Partido Comunista do Brasil (PCB), logo em seus anos de fundação, antes do partido se transformar em um partido de massas, fato que só vai ocorrer a partir do período pós-guerra, em 1947, quando o partido atinge a marca de duzentos mil filiados. Também buscamos identificar os mecanismos que permitiram o silenciamento do partido e da história sobre a trajetória das mulheres comunistas do começo do século XX.

O Partido Comunista do Brasil-PCB foi criado no ano de 1922, ainda sobre a influência da Revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos. Apesar de passar suas duas

primeiras décadas praticamente na ilegalidade e sobre forte perseguição, o PCB buscava desde sua fundação se firmar como vanguarda operária, agregando em seus quadros os trabalhadores insatisfeitos com as condições de trabalho e com as desigualdades sociais causada pela crise econômica que o país enfrentava.²⁰⁹

Ao pesquisarmos sobre a trajetória política das mulheres, nos deparamos com a dificuldade de encontramos fontes “oficiais“ sobre essas mulheres. Muitas vezes, essas fontes são escassas ou deliberadamente destruídas, a participação de mulheres em grupos políticos, como os partidos, por exemplo, são muitas vezes consideradas de menor valor e as militantes são tratadas como meras coadjuvantes. Os homens, que na maioria das vezes, são os responsáveis por preservar a memória do grupo, dão pouca ou nenhuma importância as trajetórias femininas que acabam silenciadas pela memória oficial. Segundo Michael Pollak, a memória é um campo privilegiado de disputa pelo poder, muitas vezes conduzindo a revisões e reescritas da história. Porém, o silêncio a que foram submetidas as mulheres comunistas não conduziu ao seu esquecimento, mas sim a sua resistência.²¹⁰

Segundo a historiadora Maria Elena Bernardes, em sua pesquisa sobre Laura Brandão, poetisa e comunista, ela descobriu documentos catalogados por Eloisa Felizardo Prestes, irmã de Luís Carlos Prestes, que organizou dossiês sobre mulheres que tiveram atuação política ou se destacaram em suas profissões no começo do século XX. Em meio a essa documentação, Bernardes encontrou o dossiê de Rosa de Bittencourt²¹¹. Nesse dossiê estava manuscrita a informação de que Rosa foi a primeira mulher a se filiar ao PCB ainda em 1922, segundo a anotação, Eloisa recebeu essa informação do próprio Astrojildo Pereira, um dos fundadores do partido.²¹² No entanto, mais tarde, ao escrever as memórias do partido, Astrojildo não cita em nenhum momento a participação feminina entre os filiados nos anos iniciais do partido. Esse silêncio de Astrojildo sobre a trajetória de Rosa dentro do partido também é sentido no silêncio perpetrado pela história oficial construída sobre o grupo comunista posteriormente.

²⁰⁹ MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão ((org.)). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2007. p.79

²¹⁰ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989, p.03

²¹¹ Rosa de Bittencourt foi uma operária, trabalhou desde criança, e foi uma combativa militante sindical, tendo participado de importantes lutas da classe operária brasileira. Aos doze anos feriu um contramestre de quem era vítima de abusos. Participou do BOC, vendia o jornal A Classe Operária e em 1930 foi delegada no Congresso Mundial da Mulher na URSS. Tinha orgulho de “declarar-se comunista”.

²¹²BERNARDES, Maria Elena. Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política. Dissertação de (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. p.19

Muitos historiadores pesquisaram e escreveram sobre a história do partido, mas nenhum deles, exceto Bernardes, se interessou pela trajetória de Rosa.

Como bem sabemos, somente nas últimas décadas do século XX foi possível a realização de uma história das mulheres. “Da História, muitas vezes a mulher é excluída”.²¹³ Essa celebre frase de Michelle Perrot é um bom elucidativo da situação das mulheres na historiografia até o século passado. Se hoje consideramos impossível uma história sem mulheres, também sabemos da exclusão acadêmica e intelectual de que foram vítimas as mulheres. O historiador Ulpiano Meneses chama de “amnésia histórica” o esquecimento programado e a exclusão de determinados grupos como mulheres, negros, crianças e operários da historiografia oficial, segundo ele “não é suficiente apenas dar voz ao silenciados. É imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogo.”²¹⁴

Ao desfocar seu olhar da história oficial, dos grandes feitos e da memória nacional, foi possível tirar da exclusão diversos grupos sociais até então esquecidos e marginalizados por uma história baseada quase exclusivamente na fonte escrita.

À medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais- retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supunhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena. Se nos preocupamos apenas com o tornar-se, então há períodos históricos inteiros em que um sexo foi negligenciado pelo historiador, pois as mulheres são raramente vistas como atores de primeira ordem na vida política, militar ou mesmo econômica.²¹⁵

Esse desenvolvimento das pesquisas sobre as mulheres se deve principalmente ao crescimento e maior organização do movimento feminista em todo o mundo, fato ocorrido durante todo o século XX, principalmente na última metade. Dessa forma, entendemos que as demandas do presente exigiram um movimento intelectual voltado para a preservação da memória feminina e sua inserção no disputado campo de poder da história, “é o presente colorindo o passado”²¹⁶. São as mulheres do presente que dão voz e rosto às mulheres do passado. Essa necessidade vem junto com a necessidade de grupos até então

²¹³ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. P.185

²¹⁴ MENESES, Ulpiano Bezerra de. História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34,1992, p.10

²¹⁵ THOMPSON, Edward P. Folclore, Antropologia e História Social. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p.234.

²¹⁶POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989, p.06.

marginalizados se afirmarem coerente e politicamente perante a sociedade e aos demais grupos.

Ao analisarmos as trajetórias das mulheres comunistas do começo do século XX, tiramos do silenciamento não só aquelas que militaram no PCB, mas todas as mulheres que tiveram seus direitos políticos negados ou secundarizados, não só pelo Estado, mas também pela memória coletiva e pela história, que segundo Perrot, é um ofício de homens e escrita no masculino do qual as mulheres são meras coadjuvantes.²¹⁷

No ano de 1920 é criada Internacional da Mulher²¹⁸. O objetivo do órgão era estabelecer diretrizes para a realização do trabalho entre as mulheres comunistas em todos os países membros da Internacional Comunista. Desde de o incentivo a filiação aos partidos comunistas até a organização de ações voltadas para a luta pelos direitos femininos e da classe trabalhadora, todas as ações voltadas para as mulheres passavam pela Internacional das Mulheres e pelo Secretariado Internacional das Mulheres Comunistas. O PCB passa a fazer parte como membro da Internacional Comunista apenas no ano de 1924, mas desde a fundação em 1922 busca se adequar as diretrizes da IC para ser plenamente aceito. Dessa maneira, o partido também precisa seguir as tarefas elaboradas pelo Secretariado Internacional das Mulheres Comunistas. Veremos a seguir as dificuldades enfrentadas pelo partido em colocar em prática as ações da IC e atrair as mulheres para a luta comunista.

Em 1922, Astrojildo Pereira responde a carta da IC informado que o trabalho de propaganda entre as mulheres não está sendo realizado devido à falta de mulheres nas fileiras do PCB, as poucas com algum envolvimento no partido são as esposas dos militantes. Astrojildo termina anunciando que planejam para breve um sistemático trabalho de propaganda entre as mulheres, mas necessitam de materiais da IC para dar prosseguimento a tal empreitada.²¹⁹ Como vemos, o próprio comunista levanta a hipótese de existirem sim mulheres no partido, porém tratam-se de suas companheiras, fato que torna a participação dessas mulheres um tanto quanto complexa. No geral, fazer parte de um partido comunista, ainda que só no papel de “esposa”, significava sobrepor vida privada e pública até se

²¹⁷ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 p.185

²¹⁸ GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. Traduzido do espanhol. 1ª edição: março de 2010. EDITORA EXPRESSÃO POPULAR LTDA- SÃO PAULO. p.133-136.

²¹⁹ **Arquivo de História Política da Rússia**, F. 495, op. 029, d. 005 Cedem/Unesp[ic-0109.pdf].

“dilacerarem os limites entre a intimidade e a ação militante”²²⁰. Muitas vezes, as experiências políticas femininas encontram resistências de serem entendidas como tal pelos homens, que pela diferença de estratégias não reconheciam as ações femininas. Segundo Perrot, as mulheres agem no campo dos poderes, e não do Poder, geralmente reconhecido como campo exclusivamente masculino.

Muitos pesquisadores do período também chamam a atenção para a imagem que era construída na sociedade brasileira a respeito da mulher trabalhadora. As mulheres que precisavam deixar seus lares para ganhar a vida, muitas vezes eram vistas como mulheres desonradas e sem moralidade, destruidoras de lares e da família. Somente o retorno da mulher ao seu posto no lar, impediria a completa degeneração da mulher e da família. Médicos, higienistas, intelectuais, autoridades da época, e mesmo os socialistas e anarquistas passaram a pregar um discurso de valorização da maternidade e da figura da mulher como uma verdadeira “rainha do lar”.²²¹

Durante esse período, grande parte do operariado brasileiro era constituído por mulheres e crianças, na indústria têxtil os postos de trabalho ocupados por esses grupos representavam mais da metade. Ainda assim, as mulheres eram submetidas a horas extenuantes de trabalho, em jornadas que chegavam a 14 horas diárias, exercendo atividades menos especializadas e mal pagas, enquanto os cargos de chefia e de confiança eram exercidos pelos homens. Os periódicos da classe operária frequentemente denunciavam os abusos sofridos pelas mulheres trabalhadoras, inclusive os casos de assédio sexual a que estavam constantemente submetidas.²²²

No ano de 1924, Octávio Brandão, um dos principais dirigentes do partido, tenta explicar ao Secretariado Feminino da IC a situação feminina nos quadros do PCB. Em carta escrita no dia 19 de março de 1924, então como secretário para assuntos do exterior, Brandão explica que o “PCB sendo um partido pequeno não conta com uma só mulher para se encarregar da divulgação e organização dos trabalhos partidários entre mulheres comunistas.”²²³ Como vemos, dois anos se passaram, mas a situação feminina no PCB não parece sofrer nenhuma alteração. Apesar das falas do comunista, sabemos que Rosa de

²²⁰ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa; CORTES. Cácia da Silva. **Gênero**. Niterói. V.8, N.2, p. 203-223, 1.sem.2008 p.204

²²¹ Ibid., p.593.

²²² RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678p.

²²³ **Arquivo de História Política da Rússia**, F. 495, op. 029, d. 014Cedem/Unesp [ic-0148.pdf].

Bittencourt era filiada e atuante na organização partidária desde o ano de 1922, quando o partido foi criado. Octávio Brandão, já era casado com a poetisa alagoana Laura Brandão desde 1921. Sendo Laura uma artista conhecida nos salões cariocas, acabou se destacando mais por suas ligações comunistas do que por sua arte, chegando a participar de comícios e redigindo “A Classe Operária”, principal jornal do PCB.

Após o casamento, Laura foi se distanciando lentamente da elite literária da qual fazia parte. Junto com Octávio, envolveu-se com o mundo dos comunistas e trocou os salões literários pelas ruas, greves operárias, reuniões sindicais e a redação do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB (Partido Comunista do Brasil). Sempre presente em comícios com “as filhas pelas mãos”, sua participação mais relatada é a do episódio da Praça Mauá, no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1929, num comício organizado em solidariedade à greve dos gráficos em São Paulo, quando Laura, numa liderança ímpar, dominou os soldados que avançavam contra os manifestantes.²²⁴

Apesar de ter entrado para o partido logo em seus anos iniciais, e ter sido uma das fundadoras da primeira organização de mulheres do partido, em 1947, Astrojildo Pereira, Diógenes Arruda Câmara e Luís Carlos Prestes, decidem vetar o livro “A imagem de Laura Brandão”, escrito por Octávio após a morte de Laura, que morreu exiliada na Rússia em 1942, o argumento para o veto é a ridicularização de que será alvo o partido com a publicação do livro.²²⁵ Apesar da significativa atuação de Laura no movimento operário e junto ao PCB, o partido opta por silenciá-la, naturalizando a condição de subalternidade da mulher militante e não reconhecendo a atuação das mulheres como atos políticos relevantes. As mulheres “militantes têm dificuldades em se fazer ouvir pelos seus camaradas, que consideram normal serem seus porta-vozes.”²²⁶

Entre a documentação da Internacional Comunista disponível no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) é só a partir do final da década de 1920 que a menção ao trabalho feminino fica mais comum. Na verdade, entre essa documentação, o ano de 1929 é o que apresenta o maior volume. Nesse mesmo ano, 1929, é realizada a 1ª Conferência Comunista Latino-americana. Nessa conferência organizada pelo Secretariado Sulamericano da IC, são apresentados um conjunto de teses sobre o movimento revolucionário da América Latina. O secretariado Sulamericano também pede informações sobre a situação dos trabalhos realizados pelos partidos entre os diversos grupos sociais como os negros, os jovens e as mulheres. Além disso, apontam diretrizes para a realização desses trabalhos. Com relação as

²²⁴ BERNARDES, Maria Elena. Histórias reconstruídas: Laura Brandão na memória de seus descendentes. *História Oral*, v. 8, n. 2, p. 111-126, jul.-dez. 2005. p.05.

²²⁵ BERNARDES, Maria Elena. Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política. Dissertação de (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas. p.13.

²²⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 p.186.

mulheres orientam para a necessidade de “desenvolver a organização feminina, controlando suas atividades, educando-as e dando uma mentalidade revolucionária”.²²⁷ As mulheres precisavam ser “conduzidas” em sua militância, poderiam participar das ações do partido, desde que essas fossem coordenadas pelos dirigentes, todos homens. Poucas mulheres conseguiram algum papel de destaque dentro do partido, geralmente esse fato estava atrelado a situação conjugal da mulher, aquelas casadas com membros dirigentes tinham mais possibilidades de ação.²²⁸

Em relatório escrito em 1929 pela Comissão Central do PCB e enviado ao Secretariado Internacional de Mulheres e assinado pelo então secretário Francisco, podemos ter uma visão geral da situação feminina no Partido. O relatório se trata de uma resposta a circular anterior em que a IC pedia informações sobre a participação feminina nos eventos do 1º de agosto. Em resposta, o então secretariado informa que a forte repressão desencadeada sobre o partido não poupa nem as mulheres revolucionárias, o que dificulta o trabalho. Porém, o autor salienta que desde de julho do mesmo ano tem sido realizada uma forte campanha preparatória entre as mulheres.

Desde o começo de julho, começamos a publicar no órgão hebdomadário do partido, “A Classe Operária” artigos explicativos do papel da mulher trabalhadora na luta contra as guerras imperialistas e em defesa da Rússia dos soviets. Traduzimos pelo mesmo jornal artigos de nossa camarada Ketti Pell sobre o preparo pela burguesia da mentalidade da mulher proletária, a favor das guerras imperialistas.²²⁹

Em 28 de setembro de 1929 o secretário volta a responder circular enviada pelas camaradas da Seção Feminina da Internacional Comunista. Nesse relatório, o dirigente do partido faz um levantamento geral da participação das mulheres nas ações do partido, que segundo ele, vão desde a criação de núcleos femininos até a organização e atração das trabalhadoras diretamente nas fábricas, o que os comunistas chamam de trabalho de base. Porém salienta que a situação conturbada do país durante o final dos anos vinte, estimulou uma forte repressão, fato que segundo ele, amedontou as mulheres do partido.

Todas as companheiras que pertencem ao Partido e a juventude, estão no trabalho ativo das organizações de base e ocupam cargos de responsabilidade nas zonas, celulas e região. Apenas, não há nenhuma no C.C., porque ao tempo da escolha deste no 2º Congresso, não existiam mulheres dentro do Partido.²³⁰

²²⁷ **La Correspondencia Sudamericana**- 1927-1930/ Documento 1929-05nº12,13,14/ Cedem/ Unesp

²²⁸ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. CORTES, Cácia da Silva. A Militância Feminina no PCB- Década de 1930. **Gênero**. Niterói, V.8.n2, p.203-222, 1. Sem.2008.

²²⁹ **Arquivo de História Política da Rússia**, F. 507, op. 003, d. 039Cedem/Unesp[ic-1414.pdf].

²³⁰ **Arquivo de História Política da Rússia**, F.507, op. 003, d. 039Cedem/Unesp [ic-01419.pdf].

O 2º Congresso do partido a que se refere o dirigente aconteceu no ano de 1925. Nesse congresso foram escolhidos os nomes dos dirigentes do Comitê Central. A falta de mulheres, no partido, durante esse período impossibilitou que uma representante feminina ocupasse cargo de direção no Comitê Central. Na verdade O PCB encontrava muitas dificuldades em cumprir as tarefas exigidas pela Internacional Comunista. São comuns os documentos em que os dirigentes da I.C e também do Secretariado Internacional de Mulheres pedem aos dirigentes do PC do Brasil um trabalho mais eficiente entre mulheres, negros, índios e juventude. Em documento intitulado “Teses do bureau Sul-americano sobre a situação do Brasil e as tarefas do Partido Comunista”, escrito no começo da década de 1930 e ainda sob o impacto do pós-golpe de Getúlio, o bureau acusa o PC de “abandonar o trabalho entre as mulheres” e secundariza-lo a um pequeno grupo de mulheres da comissão feminina, segundo o documento o trabalho entre as mulheres “deve se transformar em um trabalho de massa de todo o partido”. As reivindicações elaboradas pelo partido para as mulheres trabalhadoras também são insuficientes, resultado de uma atuação reduzida do partido entre as mulheres, presente entre as operárias, mas insignificante entre as domésticas, professoras e “outras categorias de mulheres empobrecidas”. Segue a resolução “A quantidade de mulheres filiadas ao Partido é insignificante. A ausência de mulheres nos quadros de direção do partido evidencia uma situação anormal. Durante a campanha de recrutamento não se prestou a devida atenção ao trabalho neste setor.”²³¹

As críticas ao partido são duras. O partido não só não realizou adequadamente o trabalho entre as mulheres, exigido pela I.C desde o início dos anos 1920, como também não possibilitou que as mulheres chegassem aos cargos de direção no partido e tentassem reverter a situação de exclusão em que se encontravam. Na maioria das vezes, a militância feminina no partido ficou restrita às mulheres dos comunistas, que, muitas vezes, se quer se filiavam ao partido. Entre as mulheres negras a situação era ainda mais complexa, como já dito, o partido não conseguia realizar um bom trabalho de base entre as mulheres mais pobres e entre as domésticas. A maioria das mulheres negras do começo do século XX estavam empregadas em atividades domésticas e informais, onde a influência do partido era praticamente zero. Ainda assim, no ano de 1936, Laudelina de Campos Mello, mulher negra e doméstica se filiou ao partido e aliou a luta das trabalhadoras domésticas a luta de classes. Laudelina foi a pioneira na organização das domésticas na luta por seus direitos trabalhistas, e fundou o primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do país. No entanto, na história oficial do partido, nada

²³¹ Arquivo de História Política da Rússia, F.503, op. 001, d. 052 Cedem/Unesp [ic-0096.pdf]

é encontrado sobre a atuação comunista da pioneira pelos direitos das domésticas enquanto classe trabalhadora e explorada.²³² O partido se calou sobre sua atuação e a história também.

Outra mulher negra silenciada pelo partido foi a baiana Maria Brandão. Influenciada pela Coluna Prestes, começou a atuar no partido no final dos anos 1920. Sua pensão, na Baixa do Sapateiro, em Salvador, tornou-se um reduto de encontro entre comunistas e também um ponto de apoio para a comunidade local que necessitava de sua ajuda. Nos anos 1950 atuou destacadamente na “Campanha da Paz” organizada pelo partido, fato que lhe rendeu a medalha “Campeã da Paz”. Porém, não foi a Moscou receber a homenagem, pois o partido preferiu enviar uma jovem intelectual e provavelmente branca, em seu lugar.²³³ Além de lidar com a exclusão de gênero a que todas as mulheres estavam submetidas em uma organização patriarcal, caso do modelo organizacional do partido, as mulheres negras também tinham que lidar com o racismo fortemente presente em todas as organizações sociais, políticas e econômicas do Brasil do século passado, mas que ainda resistem até hoje.

Apartir de 1929 vemos uma atuação mais direta das mulheres comunistas. Elas são responsáveis pela elaboração e circulação de diversos materiais de agitação e propaganda comunista. Os mais comuns são os manifestos, onde buscam conscientizar as mulheres da dupla opressão, de gênero e de classe, a que estão submetidas na sociedade capitalista. Também convidam as mulheres a apoiarem algumas greves importantes que estão acontecendo pelo país.

O proletariado sofre a dupla exploração econômica e a opressão política. Porém, nós, as mulheres trabalhadoras, juntamente com os jovens proletários, somos ainda mais exploradas e oprimidas!

Devemos, pois, organizar-nos solidamente nos sindicatos e comitês, para lutar ao lado de nossos companheiros por tudo quanto pertence ao proletariado e lutar também pelas nossas reivindicações inerentes ao nosso sexo e a nossa condição de proletárias.²³⁴

Ainda assim, o partido continua enfrentando dificuldades em inserir as mulheres na agenda comunista. Em correspondência escrita em 26 de março de 1930, o dirigente do partido avalia as dificuldades de cumprir as diretrizes da Seção Feminina da I.C em relação as atividades do 8 de março (Dia Internacional da Mulher). Segundo o dirigente, as

²³² PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, Gênero e Educação: A trajetória de vida de D^a. Laudelina de Campos Mello (1904-1991)* Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 1993.

²³³ SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Mulheres Negras do Brasil*. Senac São Paulo. pp.316-317

²³⁴ **Arquivo de História Política da Rússia**, F. 507, op. 003, d. 039Cedem/Unesp[ic-1400.pdf].

comemorações acabaram frustradas por problemas internos de comunicação e desorganização partidária.

No entanto, nós lutamos também com uma relativa desorganização do aparelho do partido, depois da onda de reação que desabou sobre nós, e isso impede mesmo qualquer obra seria de agitação de massas. No caso especial das mulheres, isso se faz sentir mais fortemente.²³⁵

A repressão não poupava gênero, assim como os homens, as mulheres também eram perseguidas, presas e maltratadas. Porém, as comunistas, ainda tinham que lidar com o preconceito da sociedade que via com maus olhos a participação política e militante dessas mulheres. Em alguns casos, elas precisavam abandonar totalmente a vida que tinham antes de se envolverem com a causa comunista.

Em 23 de agosto de 1931, a escritora Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu, foi presa após um conturbado comício na cidade de Santos. Pagu acabou estampando as manchetes de jornal como a primeira mulher presa no país por subversão comunista. Ao ser transformada em heroína pelas versões exageradas do acontecimento, Pagu acabou desagradando a direção partidária que exigiu sua retratação pública negando seu envolvimento com o partido. A direção partidária temia que o nome de uma mulher considerada “pequeno burguesa” atraísse mais atenção do que o nome do partido²³⁶.

No ano de 1937 o PCB ainda continuava batendo cabeça para explicar aos dirigentes bolcheviques as ações realizadas entre as mulheres. Em relatório de março de 1937, o partido aponta as principais organizações de mulheres do país e quais as ações do partido entre as mulheres brasileiras. Segundo o documento, o partido tem reorganizado a seção feminina desde de 1930 e as mulheres participam ativamente da Juventude Comunista e das ações gerais do Partido, também é relatado no documento as ações da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do grupo de mulheres criados em 1935.²³⁷ No entanto, sabemos que na prática, as mulheres comunistas ainda eram secundarizadas e tratadas com desdém por muitos membros do partido, reflexo de uma sociedade machista e extremante racista que dificultava ao máximo a libertação das mulheres e a sua luta por direitos e igualdade.

Vivendo em uma época extremamente machista e patriarcal, essas mulheres desafiavam os padrões sociais e se recusavam a se encaixar no papel social destinado às

²³⁵ **Arquivo de História Política da Rússia**, F. 507, op. 003, d. 039Cedem/Unesp[ic-1423.pdf].

²³⁶ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. CORTES, Cácia da Silva. A Militância Feminina no PCB- Década de 1930. Gênero. Niterói, V.8.n2, p.203-222, 1. Sem.2008.

²³⁷ **Arquivo de História Política da Rússia**, F. 495, op. 029, d. 109 Cedem/Unesp[ic-0314.pdf].

mulheres de seu tempo. Biografias e autobiografias de mulheres comunistas desse período e mesmo posteriores, deixam em evidência os sacrifícios que essas militantes tiveram que fazer. Nomes como o de Eneida de Moraes, Patrícia Galvão, Laura Brandão representam só uns poucos em meio a tantos outros nomes de mulheres que dedicaram boa parte de suas vidas ao comunismo durante as primeiras décadas do século XX e continuam invisíveis para a historiografia. Primeiro, as mulheres têm suas ações invisibilizadas pelos dirigentes políticos, depois são excluídas da memória partidária e por fim são silenciadas pela história oficial.

Sendo as mulheres no início do século passado importante força de trabalho operário, não faz sentido que elas não fizessem parte das lutas proletárias, representadas, principalmente, na figura da vanguarda operária, o PCB. Infelizmente, muitas dessas mulheres, acabaram sendo silenciadas pela história oficial do partido, pautada exclusivamente nas memórias dos militantes do sexo masculino que, em sua maioria, pouco dedicaram as camaradas do sexo oposto.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Maria Elena. Histórias reconstruídas: Laura Brandão na memória de seus descendentes. **História Oral**, v. 8, n. 2, p. 111-126, jul.-dez. 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. Traduzido do espanhol. 1ª edição: março de 2010. EDITORA EXPRESSÃO POPULAR LTDA- SÃO PAULO.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos Extremos: O Breve Século XX:1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34,1992.

MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão ((org.)). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Revista da PUC-São Paulo, N.10, dezembro, 1993.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, Gênero e Educação: A trajetória de vida de D^a Laudelina de Campos Mello (1904-1991)** Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 1993

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Vol.5, n.10. Rio de Janeiro, 1992.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678p.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. CORTES, Cácia da Silva. A Militância Feminina no PCB- Década de 1930. **Gênero**. Niterói, V.8.n2, p.203-222, 1. Sem.2008.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria útil de análise Histórica. **Educação & Realidade**, v.1., n .2, jul./dez.1990. Traduzido da versão em francês.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres Negras do Brasil**. Senac São Paulo.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

THOMPSON, Edward P. Folclore, Antropologia e História Social. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

FONTES

CEDEM

La Correspondencia Sudamericana (1927 – 1930)
ARQUIVO EDGARD LEUENROTH

Microfilme dos documentos do Arquivo da Internacional Comunista.

O cerco de Lisboa: perspectivas e possibilidades de pesquisa

Higor Soares de Melo

Graduando em História – Licenciatura – ICHCA – UFAL

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Raquel de Fátima Parmegiani

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir possibilidades de pesquisa em História Medieval alinhadas a novas perspectivas historiográficas e epistemológicas, analisando uma fonte já fartamente comentada – O Cerco de Lisboa (*De Expugnatione Lyxbonensi*) – à lume de conceitos recentes como o de representações sociais (CHARTIER, 1991). Por partirmos de um lugar social diferente das interpretações tradicionais sobre a medievalidade (DE CERTEAU, 2011), propomos aqui uma leitura pós-colonial das representações construídas no discurso dos cristãos sobre si – e seu papel de criação de uma identidade cristã – e sobre os mouros – gerando uma relação de alteridade – na Segunda Cruzada e na (re) conquista de Lisboa (1147).

Palavras-chave: Reconquista, representações, alteridade.

A fonte *De Expugnatione Lyxbonensi*²³⁸ consiste numa carta de um cruzado inglês – Osberto de Bawdsey – à um presbítero conterrâneo dando conta dos eventos que iniciam o empreendimento militar conhecido como Segunda Cruzada, mas também relacionados com o fenômeno da Reconquista²³⁹, e que culminaram com a tomada de Lisboa, em 1147, então sob o “domínio” dos mouros, às mãos portuguesas. Os fatos históricos narrados pela carta já foram fartamente discutidos por uma historiografia tradicional²⁴⁰, interessada nas batalhas e no papel dos reis e grandes senhores feudais. Nosso interesse por esta fonte é outro.

Aqui, não nos deteremos, particularmente, aos acontecimentos descritos, mas, nos interessa propriamente como o discurso apresentado, o conteúdo do texto, cria e se apropria de

²³⁸O original não possui título. Documento com várias publicações, a que tivemos acesso foi a versão bilíngue (latim/inglês) de DAVID, Charles Wendell et al. (Ed.). *De Expugnatione Lyxbonensi*. Columbia University Press, 1936.

²³⁹Para esta discussão: FLORI, Jean. *Guerra Santa*. Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

²⁴⁰Diversos historiadores do século XIX, tanto os ditos positivistas, quanto os historicistas, que buscaram construir “cientificamente” as bases de fundamentação do crescente nacionalismo europeu. De fato, estes intelectuais não apenas “criaram” o conceito, como conseguiram instituir a Reconquista como principal mito fundador das nações ibéricas. Tal discurso foi apropriado, por exemplo, pela ditadura franquista, na Espanha, como modo de fortalecer o sentimento ufanista do regime fascista. Ramón Menéndez Pidal e Claudio Sánchez Albornoz são alguns dos exemplos destes eruditos na Espanha. Para um panorama mais pormenorizado, ver FITZ, Francisco García. La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen*, 2009, pp. 144 – 147.

representações sobre a realidade contemporâneas a seu período de produção, e como representa, ativamente, os grupos antagônicos numa sociedade estruturada num perpétuo conflito, suscitando uma série de práticas sociais, consonantes ao discurso construído.

Este texto dá conta do projeto de uma pesquisa em andamento. A monografia resultante da pesquisa se ocupará de algumas perguntas de acordo com as informações a serem extraídas da fonte: Quais eram os grupos sociais cristãos que, naquele contexto temporal e espacial, detinham o poder de representar socialmente indivíduos ou grupos? Como, efetivamente, se representavam os cristãos neste contexto? Como representavam seus inimigos, os mouros? Como os discursos cunhados por estes grupos suscitavam práticas sociais, e quais eram estas últimas? Como representaram o empreendimento da Reconquista e da Cruzada?

Em suma, a pesquisa tem por objetivo principal compreender, entre as representações cunhadas pelos cristãos, o que significava ser cristão ou ser mouro e quais as implicações sociais práticas de tais construções identitárias.

Para responder essas perguntas nos situamos na linha teórica da História Cultural, e formularemos nossos pontos, como já mencionado, fundamentados nos conceitos de Roger Chartier (1991). Este historiador francês recebeu grande reconhecimento por propor novas formas de analisar os processos históricos num momento de crise das ciências sociais, quando se questionou a legitimidade dos principais paradigmas sobre os quais a História se fundamentava.

Sua principal contribuição se deu ao discutir o conceito durkheimiano de representações coletivas, relacionando-o com “prática social” e “apropriação” dos discursos. Esse resgate foi importante por engendrar uma nova maneira de conceber as fontes: estas não dão conta da verdade histórica do passado, pois se tratam de discursos – estes dão conta, por sua vez, de verdades construídas historicamente entre as sociedades que os produziram. São modelos interpretativos sobre determinados fatos que aconteceram no passado – que podem, ou não, dar noções exatas sobre a realidade objetiva – cunhados por grupos que detinham o poder intelectual de interpretar e representar aquilo que viam, de acordo com suas particularidades, dotando de significado simbólico o mundo no qual se inseriam, se autodeterminando e determinando outros grupos na sociedade.²⁴¹

É a partir de tais conceitos que baseamos este trabalho.

Para compreender a maneira com que grupos representam o “outro”, nos aproximamos dos referenciais pós-coloniais de Edward Said (2007), e das discussões sobre alteridade de Tzvetan Todorov (2010). Como aporte historiográfico para a reconstituição do contexto histórico

²⁴¹CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, p. 173 – 191, 1991.

sobre o qual nos debruçamos, utilizaremos principalmente os trabalhos de Adeline Rucquoi (1995), Jean Flori (2013) e Francisco García Fitz (2009). Já nossa leitura da fonte se baseará metodologicamente na análise do discurso, dialogando com Mikhail Bakhtin e Michel Pécheux.

Desta forma, esta pesquisa nos parece interessante diante da conjuntura internacional de crescimento da xenofobia, o que justifica a revisitação ao tema da intolerância, independentemente da temporalidade abordada.

Acreditamos que tais questionamentos sejam relevantes diante da conjuntura geopolítica na qual o mundo se encontra atualmente: o crescimento da xenofobia, na política e na mentalidade da população em geral, que se observa por várias partes do Ocidente desenvolvido como reação à crise de refugiados gerada pelos conflitos no Oriente Médio. As fronteiras se fecham, num misto vil de medo e ódio, a multidões famintas, as quais pouco resta além das roupas do corpo, sob a desculpa de temer a infiltração de “extremistas”. Neste contexto em que diariamente se formulam novas representações depreciativas e preconceituosas sobre muçumanos e árabes em geral, se faz necessária a discussão sobre a historicidade destes discursos em diversas temporalidades, apontando possíveis continuidades e rupturas num esforço de evidenciar o anacronismo dessas práticas segregacionistas²⁴².

Por outro lado, nos parece interessante à academia brasileira começar a inverter os papéis historicamente construídos dos intelectuais internacionais. Diversos historiadores estrangeiros construíram toda uma carreira estudando o Brasil, mas o contrário pouco se observa. Há muitos brasilianistas, mas poucos brasileiros que estudam a Europa.

Este quadro é amplificado quando nos detemos num parâmetro regional. Se pouco o Brasil se pergunta sobre o resto do mundo, Alagoas se resguarda de forma desmedida a uma introspecção de sua intelectualidade, que ou não se interessa, ou não se sente segura de tentar interpretar os fenômenos sociais num contexto internacional.

Tal cultura acadêmica tem sido problematizada a partir, por exemplo, das experiências diaspóricas dos pesquisadores pós-coloniais, que contestam a versão dos grandes centros intelectuais em prol de uma nova interpretação, partindo dos povos que vivenciaram a dominação imperialista europeia, e este é o nosso caso. A diferença destas perspectivas se dá pelas discrepâncias nos lugares sociais de sua produção e, como Michel de Certeau demonstra,

²⁴² Talvez aqui se faça necessário um pequeno esclarecimento a respeito do lugar social do qual fala o pesquisador: proveniente do seio de uma família profundamente católica, nunca se identificou com tal credo, pelo contrário, experienciou momentos de preconceito e segregação. Sentiu também, durante toda a vida, um deslocamento social, incapaz de se inserir na maioria dos espaços de convívio cultural de sua região. Tal deslocamento, aliado ao agnosticismo, rapidamente o levou a reivindicar uma posição política revolucionária, questionando as bases da sociedade atual e propondo uma nova sociabilidade. Este *background* sem dúvida contribui para a construção do referencial do qual partirá este trabalho.

determinam os resultados dos trabalhos historiográficos independentemente da intencionalidade ou da consciência do pesquisador que os elabora²⁴³.

Inversamente, esta pesquisa não teme este esforço singular de interpretação, viabilizado pela disponibilidade da fonte com a qual trabalhamos: esta foi editada e publicada diversas vezes, inclusive na língua portuguesa. A versão que tivemos acesso, até o momento, foi de uma edição inglesa bilíngue, que permite a contestação de pontos sensíveis da tradução através da comparação com o texto original em latim. Para tanto, estudos para a apreensão a língua latina já estão sendo providenciados. Outro fator importante na viabilização desta pesquisa consiste nas ferramentas digitais, que possibilitam o acesso a grande bibliografia que de outro modo jamais alcançaria estas bandas do Atlântico.

Primeiramente, muito contribui com este trabalho o artigo *La Reconquista: un estado de la cuestión*, de Francisco García Fitz, 2009, por trazer um panorama muito completo sobre todo desenvolvimento do conceito de Reconquista na historiografia, desde o século XIX às últimas duas décadas, de sua primeira menção num trabalho historiográfico à seu recente declínio e negação. O texto problematiza a construção da ideia de uma Reconquista, situando-a como principal mito de origem da Espanha e discutindo sua apropriação segundo interesses particulares, como por exemplo, pelos ideais ufanistas ditadura franquista.

Por vezes, os currículos acadêmicos confundem a história do medievo com a história do modo de produção feudal. Por isso, para uma apreensão mais geral da realidade político-econômica da Europa durante todo o curso da Idade Média, nos servimos de alguns dos grandes manuais de medievalistas franceses, como *A Sociedade Feudal*(2016), de Marc Bloch; *A Civilização do Ocidente Medieval*(2016), de Jacques Le Goff; e *As Três Ordens ou o imaginário do feudalismo* (1994), de Georges Duby.

No entanto, ainda seguindo esta questão, muito se discute se de fato chegou a existir feudalismo na Península Ibérica, em vista da peculiaridade do processo de romanização da região e de sua dinâmica em relação aos povos autóctones²⁴⁴. Os livros *La formación del feudalismo en la Península Ibérica* (1978) e *Sobre los Orígenes sociales de la Reconquista* (1984), ambos de Abilio Barbero e Marcelo Vigil, nos parecem muito esclarecedores neste sentido.

²⁴³DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Forense Universitária, 2011; pp. 65 – 77.

²⁴⁴BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. **Sobre los orígenes sociales de la Reconquista**. Editorial Ariel: Barcelona, 1984.

Além destes, devemos visitar as obras de autores materialistas que compreendem o processo de Reconquista como um impulso de expansão e reprodução social do modo de produção feudal – na verdade, também as Cruzadas, tanto no Oriente Médio, quanto no leste europeu e ao longo do Báltico, e futuramente as grandes navegações, são entendidas por um número considerável de autores alinhados com o materialismo histórico dialético como diferentes frentes do mesmo fenômeno. *La Reconquista* (1989), de José María Mínguez e *La Plena Edad Media. Siglos XII-XIII* (2003), de Ignacio Álvarez Borge, dão conta de esclarecer este ponto.

Sobre a sacralização da guerra, o livro *Guerra Santa* (2013), de Jean Flori, é o nosso principal aporte, onde o autor demonstra que a instituição das Cruzadas nada teve de novo no processo de desenvolvimento da Cristandade ocidental, não constituindo uma ruptura súbita com o anterior pacifismo pregado pelo cristianismo arcaico. Pelo contrário, foi, na verdade, a confirmação de uma tendência agressiva e violenta que já era gestada desde pelo menos o século VII. O primeiro lugar onde investe-se a guerra de tal verniz de sacralidade é justamente na Península Ibérica, com o princípio do viria a ser conhecido como a Reconquista.

Para ter pelo menos uma noção de como se entende o processo das Cruzadas entre a historiografia medieval brasileira, consultamos o opúsculo *Cruzadas* de Hilário Franco Júnior, (1991).

Seguindo neste sentido quanto à dimensão bélica, é necessário entender quais eram os grupos responsáveis pelo ofício da guerra na Europa. O trabalho de Dominique Barthélemy, *A Cavalaria* (2010), é essencial para compreender quem eram estes guerreiros, como agiam e, principalmente, como conseguiram manter o monopólio desta atividade em suas mãos durante tantos séculos, garantindo *status* social privilegiado e tornando-se o grupo dirigente das sociedades feudais.

Quanto aos acontecimentos, utilizamos o sucinto compêndio de Adeline Rucquoi sobre a *História Medieval da Península Ibérica* (1995), onde narra de forma sucinta todo o desenvolvimento da sociedade na região, desde o fim do Império Romano até a formação dos primeiros Estados medievais católicos na Península, já entre os séculos XIII e XV. Especialmente importante é a segunda parte do livro, onde a autora explica a situação de fragmentação social e religiosa da região, com pelo menos três culturas diferentes, com formas de sociabilidade diversas convivendo muito próximas e se envolvendo em uma série de conflitos. Os detalhes fornecidos sobre a configuração social e política de *Al-Andalus*, dos reinos nortenhos e dos territórios ocupados por Carlos Magno são essenciais para entender a conjuntura anterior ao processo sobre o qual nos debruçamos.

Com intuito de circunscrever mais precisamente nossas bases bibliográficas nos limites geográficos impostos pela fonte, no caso no território português, estudaremos a obra de José Mattoso, *A Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096 – 1325)*, de 1985, por suscitar um debate sobre os elementos da medievalidade que fundamentaram a formação do Estado português, tendo como um de seus principais mitos fundadores o do combate na Reconquista.

Finalmente, e talvez mais importantes, os trabalhos sobre a construção dos discursos sobre “o outro”. O principal título neste aspecto é o trabalho do crítico literário palestino e fundador da tradição pós-colonial Edward Said. Em *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* (2007), o autor demonstra como a ideia que se constrói no Ocidente sobre os árabes se sobrepõe e nega a sua realidade, difundindo o preconceito e justificando sua exploração e dominação pelas potências imperialistas entre os séculos XIX e XXI. Apesar do distanciamento cronológico, esta obra vai nos ajudar a compreender como os grupos sociais dominantes do mundo ocidental se utilizam de representações sobre seus inimigos para subjugar-los, processo que pode ser observado não apenas no período do colonialismo europeu, mas também no período do qual esta pesquisa se ocupa.

Outro autor desta corrente que contribui para esta pesquisa é o filósofo búlgaro Tzvetan Todorov com seu livro *O Medo dos Bárbaros* (2010), onde discute a alteridade em diversos recortes espaciais e cronológicos, indo desde as Cruzadas à conquista da América.

Ainda nesta temática, mais próximo de nosso recorte, mas num viés dos estudos de gênero, o livro *Mulheres dos Outros* (2015), de Susani Silveira Lemos França, pode nos ajudar discutindo como os cruzados viam as mulheres não-cristãs, e como suas impressões preconceituosas sobre elas diferia da realidade.

Muitos outros trabalhos podem acrescentar elementos e incrementar a fundamentação desta pesquisa, mas devido ao estado embrionário no qual se encontra, ficarão omissos por hora.

Como já mencionado anteriormente, nossos problemas serão levantados com o foco nos conceitos de *representação* e Reconquista.

“Quais eram os grupos sociais cristãos que, naquele contexto temporal e espacial, detinham o poder de representar socialmente indivíduos ou grupos? ”; “Como, efetivamente, se representavam os cristãos neste contexto? ”; “Como representavam seus inimigos, os mouros? ”; “Como os discursos cunhados por estes grupos suscitavam práticas sociais, e quais eram estas últimas? ”; e “como representaram o empreendimento da Reconquista e da Cruzada? ” são algumas das principais questões que buscaremos responder numa futura monografia. Estas

questões suscitaram a formulação dos objetivos desta pesquisa, bem como pontuará a divisão dos capítulos num estágio posterior do trabalho.

Devido ao momento embrionário em que o trabalho se encontra, não temos a resposta para todas estas questões, mas já temos algumas boas ideias de como funcionará o processo de construção de um texto que responda tais questionamentos. Dessa forma, tentaremos aqui responder uma das questões levantadas através de uma simples relação advinda de um primeiro contato com a fonte e com a bibliografia.

“Como, efetivamente, se representavam os cristãos neste contexto? ”

Um pequeno excerto da fonte, na parte em que o autor narra o discurso do bispo do Porto, Pedro Pitões, ao se referir aos cruzados recém-chegados de outros lugares pode nos fornecer um indício para responder esta questão: “*and you... people of Israel, sons of Christ, and servants of the cross...*”.

Ora, é muito importante, num processo de construção da identidade, que eles saibam quem são para se diferenciar daqueles que não são, e tomar, para com estes, determinada atitude. Este trecho ajuda a construir as bases de uma *representação*: a da Cristandade, responsável por dar um significado subjetivo à vida e às ações do grupo. O apelo à coesão ou a unidade da Cristandade é um dos discursos mais comuns no período das Cruzadas ou da Reconquista²⁴⁵. O objetivo de tal discurso é, em nossa leitura, construir entre os ouvintes um sentimento de identificação entre si – já que no caso em questão tal identificação era precária, os cruzados que estavam ouvindo o discurso não eram provenientes dos mesmos lugares, não falavam a mesma língua, até alguns meses antes nunca se quer tinham se conhecido. Este apelo se relaciona também com o conceito de *guerra santa*, ajudando a conceder ao empreendimento militar uma dimensão simbólica essencial para sua aceitação e *apropriação* pelos ouvintes: a da *sacralidade*. Nesta mesma medida, tal discurso vai fundamentar, aliado a diversos outros elementos como o da demonização do outro²⁴⁶, uma *prática social*, a saber, a da diferenciação do grupo em questão em relação aos demais grupos existentes em seu mundo e, futuramente, a da exacerbação das diferenças através da hostilização e da guerra.

A seguir, citando a história do apóstolo Paulo, o presbítero afirma um caráter eminentemente purificador da cruzada, pois da mesma forma que Saulo perseguira a Igreja

²⁴⁵ FLORI, Op. Cit. pp. 333 – 348.

²⁴⁶ Idem.

primitiva, o teriam feito os cruzados, ao se dedicarem ao ofício tradicional das armas, às faidas, às rapinas e aos combates entre cristãos; e assim como Saulo se tornara o apóstolo Paulo ao deixar de lado suas antigas ações, o teriam feito os cruzados, mas sua conversão teria funcionado de uma forma ainda mais miraculosa, pois, tendo mudado apenas a motivação de seus atos, também mudara seu resultado aos olhos de Deus:

In you the Lord hath smitten Saul and raised up Paul. The flesh of Paul and Saul was the same, but not the disposition of the mind... He has permitted the same enterprises on behalf of your country, only your purpose has changed. You were employed with arms and the sword; you were committing acts of pillage and other misdeeds of soldiers... You are [still]... bearing arms... but with a different object... having changed your acts, you are heeding that counsel of the apostle... (DAVID, Op. Cit. p. 83.)

Esta associação entre o período atual ao discurso e aos tempos bíblicos, entre os personagens do momento e os personagens da Bíblia vem a fortalecer a ideia de *sacralidade* que já vinha sendo construída. Como explicita muito bem Flori, os ouvintes deste discurso se reconheceriam como guerreiros santos, ligados de forma sobrenatural ao Cristo e à Terra Prometida, portando uma missão muito clara: expulsar os muçulmanos – o outro – daquelas terras.

A fonte que nos debruçamos, *De Expugnatione Lyxbonensi*, consiste numa carta de um cruzado inglês – Osberto de Bawdsey – à um presbítero conterrâneo dando conta dos eventos que iniciam o empreendimento militar conhecido como Segunda Cruzada, mas também relacionados com o fenômeno da Reconquista, e que culminaram com a tomada de Lisboa, em 1147, então sob o “domínio” dos mouros, às mãos portuguesas.

Já sendo muito conhecida entre os pesquisadores que se ocupam com o tema da Reconquista e das Cruzadas, a fonte em questão já foi publicada diversas vezes e com várias traduções, inclusive versões em língua portuguesa. No entanto, a que tivemos o primeiro contato foi a versão bilíngue latim/inglês de DAVID, Charles Wendell et al., publicada em 1936 pela Cambridge University Press. No futuro, pretendemos compará-la com edições em língua portuguesa, numa tentativa de minimizar possíveis problemas de tradução que dificultem a interpretação da fonte. Além disso, planejamos realizar, muito em breve, estudos da língua latina para podermos consultar o texto original e não mais depender de traduções de terceiros.

Como já mencionado anteriormente, nos situamos na linha teórica da História Cultural, e formularemos nossas questões nos fundamentando diretamente nas categorias de *representações, práticas sociais, apropriação e discursos*, como proposto por Roger Chartier, em seu célebre artigo na revista dos *Annales*, O Mundo como Representação. Estas categorias nos darão nosso principal aporte teórico. Assim como proposto pelo autor, tentaremos construir uma história cultural que invade os domínios tradicionais da história social ao atentar às relações de poder se debruçando nos conflitos de representação, geradores de práticas de dominação e de realização dessas relações²⁴⁷.

Por outro lado, tendo em vista a construção de um conhecimento inovador, que quebre com as principais tendências dos grandes centros intelectuais, invertendo os papéis historicamente construídos dos intelectuais internacionais, nos propomos a fazer um diálogo com pesquisadores situados nas experiências pós-coloniais diaspóricas, especialmente – mas não excluindo outros – Edward Said (2007) e Tzvetan Todorov (2010). Suas discussões sobre a questão da alteridade, e sobretudo como a construção de um imaginário sobre o outro justifica as relações de dominação, nos ajudará a compreender como e por quê os autores de nossa fonte criaram as representações sobre o outro – o mouro, o árabe, o muçulmano – que pretendemos estudar. Embora não seja nosso caso pessoal o da diáspora, vivemos, assim como os autores desta tendência, em um país que sofreu por séculos com o imperialismo europeu, logo, possuímos culturalmente vários traços que aproximam nossos lugares sociais neste objetivo de criar uma nova interpretação da história dos dominadores.

Como metodologia de análise do discurso, dialogamos com sua corrente marxista, especialmente através das proposições do círculo de Mikhail Bakhtin e de Michel Péchaux. E finalmente, para compreender as peculiaridades do formato de fonte utilizado – uma carta eclesiástica medieval – e de como tratá-lo apropriadamente, entendendo sua estrutura narrativa fundamental e seus modelos e tópicos literários, realizaremos um diálogo sobre epistolografia com Patricia Rosenmeyer (2001) e Felipe de Medeiros Guarnieri (2016).

²⁴⁷ CHARTIER, Roger. Op. Cit.

REFERÊNCIAS

Fontes

DAVID, Charles Wendell et al. (Ed.). **De Expugnatione Lyxbonensi**. Columbia University Press, 1936.

Bibliografia

ÁLVAREZ BORJE, Ignacio. **La Plena Edad Media. Siglos XII-XIII**. Madrid: 2003.

BARTHELÉMY, Dominique. **A cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Edipro, 2016.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173 – 191, 1991;

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Forense Universitária, 2011;

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. 1994;

FLORI, Jean. **Guerra Santa**. Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013;

FITZ, Francisco García. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, 2009;

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Mulheres dos outros: os viajantes cristãos nas terras a oriente (séculos XIII-XV)**. Editora UNESP, 2015.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cruzadas**. Editora Brasiliense, 1991;

GUARNIERI, Felipe de Medeiros. **A correspondência entre São Jerônimo e Santo**

Agostinho: Tradução e estudo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, FFLCH, PPGLC, 2016;

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Petrópolis: Vozes, 2016;

MATTOSO, José. **Identificação de um país**. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325, vol. I, 2ª ed., Lisboa: 1985;

MÍNGUEZ, José María. **La Reconquista**. Madrid, 1989;

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995;

ROSENMEYER, Patricia A. **Ancient epistolography fictions**: The letter in Greek culture. Cambridge University Press, 2001;

SAID, Edward W. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007;

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros**: para além do choque das civilizações. Petrópolis: Vozes, 2010;

VIGIL, Marcelo; DE AGUILERA, Abilio Barbero. **La formación del feudalismo en la Península Ibérica**. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.

_____. **Sobre los Orígenes sociales de la Reconquista**. Editorial Ariel: Barcelona, 1984.

Oh, Maria Madalena: um breve comentário sobre a mais antiga e tradicional festa religiosa do estado de Alagoas

Hugor Soares de Melo
Graduando em História – Licenciatura – ICHCA – UFAL

Resumo: O texto aqui proposto consiste na apresentação de uma pesquisa ainda em andamento sobre as festividades que acontecem anualmente, dedicadas à padroeira Santa Maria Madalena, realizadas na cidade de União dos Palmares, Alagoas, desde 1835. O objetivo do texto é divulgar os resultados preliminares obtidos na pesquisa, bem como apresentar algumas inquietações e questionamentos que levaram a esse estudo. Num primeiro momento é introduzida uma descrição das festividades na atualidade, seguida de uma busca historiográfica que busca remontar a festa em outras temporalidades, logo após, há a tentativa de situar o papel social que a festa tem assumido e de responder algumas questões de ordem filosófica que foram levantadas, de forma oral, por moradores da cidade. As principais fontes usadas são passagens de periódicos de fins do século XIX e início do XX, através das quais tentamos observar as transformações que o fenômeno da festa tem sofrido ao longo dos seus quase dois séculos de existência.

Palavras-chave: Catolicismo popular, festas religiosas, secularização

Este artigo – se o pudermos chamar assim – é basicamente, uma apresentação dos esboços de um estudo futuro que temos a ambição desenvolver. Este texto além de documentar o objeto, visa expor inquietações e questionamentos, ainda que em caráter absolutamente preliminar, que tencionamos pesquisar e responder num futuro a médio prazo.

O objeto de estudo é a principal festividade anual que movimenta a cidade de União dos Palmares, no interior de Alagoas. A festa dedicada a Santa Maria Madalena, padroeira da igreja matriz e também da cidade, é, alegadamente, a mais antiga festa em homenagem a santos padroeiros do estado. As festividades são uma tradição que já se aproxima de dois séculos de existência e atrai milhares de visitantes e fiéis, vindos tanto da zona rural do município quanto das pequenas cidades vizinhas.

A intenção de realizar esse estudo nasceu da completa inexistência de estudo historiográfico sério sobre esse tipo de festividade, que é muito importante por já se fazer presente há várias

gerações no cotidiano de diversas cidades no interior do estado. As fontes sobre o assunto são numerosas, existe uma miríade de textos, principalmente jornais, que tratam das festas de santos padroeiros no estado de Alagoas, mas devido ao caráter extremamente preliminar desse estudo, nos limitaremos a números do periódico Gutenberg disponibilizados na Hemeroteca Digital. Os números utilizados, em sua maioria, não dão conta especificamente da festa em questão, mas aqueles que tratam de festejos semelhantes realizados em municípios análogos podem nos dar os indícios que precisamos para comprovar ou refutar nossas questões.

O interesse que temos é de fazer uma história social das culturas ou uma história cultural²⁴⁸ que se ocupe do dito tema, documente o fato social da festa em questão, e se possível, construa hipóteses que ajudem a entender a sociedade alagoana da época em que surge esse tipo de manifestação cultural, apontando continuidades e rupturas na religiosidade popular dessa sociedade. Por enquanto, usaremos como referencial teórico principal os textos de Vera Irene Jurkevics²⁴⁹ e Edilece Souza Couto²⁵⁰, ambos são artigos curtos e recentes que tratam da temática das festas populares religiosas e contam com conceituados autores em suas referências.

Conforme fomos adquirindo categorias e referências – principalmente de ordem historiográfica, mas também de ordem antropológica e sociológica – pretendemos modificar e expandir esse texto, construindo aos poucos um arcabouço teórico-metodológico digno dessa pesquisa. Há ainda outras questões de ordem metodológica a resolver. Memórias pessoais e conversas com familiares nos levaram a formulação de uma hipótese: acabamos entendendo um processo de secularização – isto é, sobreposição sistemática do caráter “profano” sobre o “sagrado” – ocorrendo com os festejos. Como pretendemos verificar se existe ou não um processo dessa ordem em movimento, julgamos necessário fazer uma aproximação aos participantes dessa festa, principalmente os mais tradicionais, para fazer uma coleta de depoimentos e opiniões e usá-los na construção de uma história oral. Buscaremos essas fontes orais em outra oportunidade.

A festa de Santa Maria Madalena acontece anualmente em União dos Palmares. Começa no terceiro domingo do mês de janeiro e se encerra no dia dois de fevereiro. Essa festividade teria ocorrido pela primeira vez em 1835, repetindo-se ininterruptamente até os dias de hoje. Isso a torna a mais antiga festa religiosa do tipo no estado de Alagoas. É a segunda maior entre as festas

²⁴⁸ Nos moldes da Nova História Cultural descrita em: BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Zahar, 2005.

²⁴⁹ JURKEVICS, Vera Irene. Festas religiosas: a materialidade da fé. **História: Questões & Debates**, v. 43, n. 2, 2005.

²⁵⁰ COUTO, Edilece Souza. Devoções, festas e ritos: algumas considerações. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 1, n. 1, 2008.

religiosas que acontecem no estado quando se trata do número de participantes, perdendo apenas para a festa de Bom Jesus dos Navegantes, que ocorre anualmente em Penedo.

Por organizar os festejos, ficam responsáveis famílias católicas tradicionais apontadas ou eleitas entre a comunidade, essa prática já é bem antiga²⁵¹, mas perdura até hoje e é presente em várias outras festas de caráter semelhante. O evento se inicia na tarde do terceiro domingo do mês de janeiro com uma procissão onde os devotos, principalmente homens das principais famílias católicas do município, carregam nos ombros um grande mastro pelas ruas da cidade. Centenas de pessoas seguem o mastro, muitas a cavalo. Uma banda da Polícia Militar anima o caminho tocando hinos religiosos, especialmente o hino da própria padroeira. O percurso termina em frente à igreja, onde o mastro é fincado e a seguir celebra-se uma missa.

Na semana seguinte há uma nova procissão. A Procissão da Bandeira ou Procissão Luminosa consiste numa procissão noturna, na qual os fiéis seguem pelas principais ruas de União carregando velas enquanto entoam cânticos religiosos, nesta procissão são levadas charolas – que são carros cerimoniais – ricamente enfeitadas com arranjos florais pelas famílias da comissão organizadora da festa. Essas charolas desfilam em sequência e servem de apoio e de mostruário para a bandeira e a imagem da padroeira, bem como para as imagens de diversos santos padroeiros das paróquias vizinhas, que seguem a de Santa Maria Madalena como homenagem. O percurso termina aos pés do mastro, no qual a bandeira é hasteada em um momento solene, ao som do hino de Santa Maria Madalena. Após a cerimônia da bandeira há uma grande salva de fogos. Celebra-se então uma missa, a primeira de uma série de novenas, que é seguida novamente de outra salva de fogos.

As novenas acabam no dia dois de fevereiro, dia da padroeira, que é um dos mais importantes da festa. Na tarde desse dia acontecem louvores na praça em frente à igreja matriz e ao pôr-do-sol começa mais uma procissão solene, a de encerramento da festa. Na noite do dia seguinte, três de fevereiro, acontece a cerimônia de descerramento da bandeira, mais um momento solene de grande introspecção, celebrado ao som do hino da padroeira. A bandeira é então levada em procissão de volta para a casa paroquial, onde deverá ficar até a Procissão Luminosa do ano seguinte.

²⁵¹Encontramos a prática em diversas festas semelhantes do interior, bem como festividades acontecidas nas igrejas da capital, como pode-se perceber em: GUTENBERG. Anno IV, Números 88 e 90, 10 de dezembro de 1885 e 22 de dezembro de 1885. Idem. Anno V, Números 08 e 09, 11 e 14 de fevereiro de 1886. Outros exemplos que gostaríamos de citar são: GUTENBERG. Anno XV, números 246 e 247. Idem. Anno XVIII, números 54, 55, 56 e 250.

Tratando-se especificamente da festa de Santa Maria Madalena, a primeira menção às comissões organizadoras da festa que encontramos estão em: GUTENBERG. Anno XXV, número 278, do dia 20 de dezembro de 1906. Outro exemplo importante que dá conta das atividades da dita comissão para o bom correr da festividade encontram-se em: GUTENBERG. Anno XXVIII, número 05, do dia 11 de janeiro de 1908.

Essa festa consiste no mais importante evento religioso da cidade, conhecida por sua tradição católica, com muitas outras celebrações e festividades de grande porte, como por exemplo as que acontecem no ciclo junino e a de Natal também muito antiga e importante²⁵². Mas um ponto importante que devemos levantar é o caráter não religioso que a festa também apresenta. Muito além das celebrações, procissões e novenas, foi agregado todo um espetáculo secular – cada vez mais forte – que atrai centenas de visitantes ao município.

A contraparte “profana” dessa festividade “sagrada” demonstra forte apelo inclusive a comunidade não católica ou não cristã. Após as novenas, em todos os dias da festa, acontecem shows organizados pelas famílias e patrocinados pela prefeitura do município, com a ajuda de importantes empresários. Geralmente, esses shows, assim como num festival de música tradicional, vão ganhando cada vez mais força conforme a festa vai avançando, ficando reservados para o último dia os shows mais importantes e esperados, estendendo-se até avançadas horas da manhã do dia 03. Atrações diversas de parques de diversões próximos, bingos, barracas de comida e de tiro ao alvo completam as noites e madrugadas dos dias dedicados à santa. Bares, restaurantes e lanchonetes locais recebem movimento muito maior do que o de costume, estendendo seu horário de funcionamento.

Logo quando iniciamos essa pesquisa, nos perguntamos primeiramente como começou a tradição da festa de Santa Maria Madalena. A tradição oral do município alega que no ano de 2018, celebrou-se a centésima octogésima terceira edição da festa, que teria ocorrido pela primeira vez em 1835. A fonte mais antiga que encontramos que dá conta da festa é um periódico emitido na capital e data de 1896²⁵³. Conforme essa pesquisa avançar, pretendemos encontrar mais fontes, manuscritas e/ou fotográficas, nos arquivos do município, nos arquivos religiosos da diocese na capital ou em coleções particulares que nos ajudem a traçar o caminho até o ano de início dessa tradição. Buscaremos então entender não apenas o caráter religioso de devoção que fez a população da Vila Nova da Imperatriz – na época pequena vila recém desmembrada do município de Atalaia – acender a fagulha inicial de uma tradição secular, a primeira celebração desse tipo no estado, como também a influência sociocultural que essa festa teve na cidade e nas comunidades vizinhas.

Outra questão que pretendemos responder com o acesso à novas fontes é: quem, pessoa ou instituição, teria sido responsável pelas primeiras edições dessa festividade? Um grupo de moradores católicos da vila, logicamente, mas seriam membros de alguma ordem terceira ou irmandade? Provavelmente sim. Se compararmos com outras festas semelhantes, em localidades

²⁵²GUTENBERG. Anno XXVI, número 24. 01 de fevereiro de 1907. Anno XXVIII, número 05. 11 de janeiro de 1908. Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁵³GUTENBERG. Anno XV, número 19. 26 de janeiro de 1896. Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

próximas e datadas do mesmo período, podemos notar a presença das irmandades como promotores de festas em homenagem a seus santos padroeiros²⁵⁴. Encontrar uma irmandade dedicada à Santa Maria Madalena estabelecida no interior de Alagoas no começo do período imperial seria um grande passo para o esclarecimento dessa questão.

Mais do que tentar conjecturar, é importante citarmos nossas fontes quanto à prática das festividades em si, a primeira delas que encontramos descreve a festa com certo teor de detalhes e data de 1907:

No dia 3 do corrente, teve lugar, como havia dito na anterior missiva, a festividade da Padroeira Santa Maria Magdalena.

Foi uma das boas festividades havidas nesta cidade.

A Matriz foi iluminada à luz acetylene e estava ricamente enfeitada e no pátio externo, também brilhava a iluminação, enfeites e diversões. Durante novenas (cinco) tocaram na praça em coretos duas bandas de musica marcial, - e “Veneza Alagoana” e a de Atalaia – alem da antiquaria musica de rufios e pifanos.

A afluência de povo, tanto nas novenas, missa e procissão era enorme, e não houve o menor distúrbio ou desgosto, apesar da grande reunião, entregando-se o povo, como é costume no interior a diversos ramos de diversões.

A procissão foi desempenhada por mais de mil fiéis, e na missa a grande orchestra sob a direcção do professor Moreira Pimentel forão cantados os solos pelos srs. Manoel Leite, Graciliano e Moreira.²⁵⁵

O grande apelo que a festa tem, trazendo visitantes das cidades circunvizinhas a União já é descrita com muito orgulho pelo correspondente do Gutenberg no município quando o mesmo escreve ao periódico dando conta da festa acontecida no ano de 1908. Nessa mesma passagem ele dá conta das decorações da festa, das celebrações, das diversões, como a banda do professor Moreira, já citado anteriormente, das barracas com lanches etc. Essa descrição da festa, ao que tudo indica, seria ainda mais rica em detalhes do que a enviada no ano anterior, mas, lamentavelmente, o exemplar do periódico em questão encontra-se incompleto, não finalizando o depoimento. Segue uma transcrição do texto, ainda que incompleto:

Teve lugar no dia 2 a festividade da da[sic] Padroeira desta Freguesía Santa Maria Madaglena[sic].

²⁵⁴ JURKEVICS, Vera Irene. Op. Cit.

²⁵⁵ GUTENBERG. Anno XXVI, número 39. 21 de fevereiro de 1907. Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Foi uma das mais brilhantes festas que tem havido no município e ha annos que não se nota um tão excessivo agrupamento de fieis vjndo[sic] de todas as partes, calculado em mais de duas mil pessoas que compareceram a novena de sabbado, a missa e a procissão tarde de 2.

As novenas devido ao tempo chuvoso não tiveram grande animação principiando porcas no sabbado (1) a chegar gente do interior de município, da Barra de Canhoto, Lage e Correntes, de maneira que a matriz que é uma das mais esforçadas do Estado era insufficiente para contar aquelles que queriam vender fruto da veneração a Santa Maria Madaglena[sic].

A praça denominada Pedro Rocha, em frente a Matriz aprésentava um espetaculo lindíssimo, todo embandeirado, em arcos de folhagens e inumeras barracas onde se encontrava de tudo. refrescos, sorvetes doces[?] & ao dispôr dos visitantes. Apesar de semelhante aglomeração não houve o menor disturlio.

A ceremoniareliosa[sic] foi celebrada pelo RevmoVigario Coiro e consistiu, em novenas e na missa cantada no dia 2 e procissão a tarde, ladainha a noite com a exposição do Santíssimo Sacramento.

Tocou na missa umr boa orchestra de amadores, dirigida pslomuito conhecido Professor Moreira.

(Continua)²⁵⁶

Essas duas fontes nos dão um riquíssimo panorama inicial de como seriam as festas no começo do século XX. A lacuna, entretanto, ainda é grande. Precisamos encontrar fontes que façam luz aos anos iniciais. Entender quais os processos religiosos, sociais e culturais que aconteceram no estado na primeira metade do século XIX e suscitaram a aparição dessas manifestações de sociabilidade e religiosidade popular depende, em alguma medida, da análise dessas fontes. Encontrá-las será o próximo passo desse estudo.

Neste ponto do texto, tentaremos situar, ainda que muito precariamente, o papel social da Festa de Santa Maria Madalena.

Sabemos que a sociedade brasileira, já no tempo da vinda da família real portuguesa²⁵⁷, desenvolveu grande gosto pelas festas religiosas²⁵⁸, procissões de vários tipos, práticas muito mais

²⁵⁶GUTENBERG. Anno XXVIII, número 27. 06 fevereiros de 1908. Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁵⁷SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Hoje é dia feriado: quando o cotidiano é feito festas e rituais**. In: SILVA, Alberto da Costa. **Crise colonial e independência (1808–1830)**. Coleção: **História do Brasil Nação**, direção: Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Pp. 232-234.

do que apenas comunhão com o divino, comunhão sobretudo com o próximo, processo que engendrou a formação de um forte sentimento de pertencimento e de identidade coletiva em diversas comunidades.

Para tais comunidades era essencial a existência de festas que quebrassem a monotonia do dia-a-dia rural, e o melhor ponto de encontro era a cidade. Nelas se desenvolveram – por todo o país – diversos tipos de festejos, geralmente com características carnavalescas que por si só já conferem grande valor cultural e de sociabilidade aos centros em que ocorrem. No estado de Alagoas, especificamente, esse tipo de festejo religioso carnavalesco encontrou terreno muito propício para a formação e criação de diversas manifestações culturais folclóricas, seculares, mas ainda assim, contendo certo teor sagrado²⁵⁹.

Numa sociedade onde a religiosidade estava extremamente emaranhada à vida social, o mais natural era que se desenvolvessem práticas que atendessem ambas as necessidades. As festas religiosas, em todo lugar onde apareceram, se tornaram um grande e forte espaço de sociabilidade. Essa sociabilidade, que era deficiente devido ao isolamento da vida no campo, fortalecia-se com os laços religiosos e familiares. Ainda que não se conhecesse todos os participantes da festa, eram forjados vínculos entre os irmãos, todos eram devotos dos mesmos santos, todos *pertenciam* a uma mesma comunidade²⁶⁰.

De modo geral, como síntese de tudo que tentamos dizer sobre o papel social das festas de santos padroeiros ou festas religiosas em geral e como ferramenta facilitadora do entendimento da relação entre a religião e a vida social usaremos uma citação – já usada anteriormente por Vera Irene Jurkevics – de Augustin Wernet:

“A religião era o núcleo firme da convivência, foi ela que impregnou todas as manifestações da vida social. As festas e manifestações religiosas constituíam uma forma de reunião social, sobretudo nas regiões rurais, dos engenhos e fazendas isoladas. O sagrado e profano andavam unidos e juntos. As procissões e as festas religiosas quebravam a monotonia e a

²⁵⁸FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015. Pp. 105-108.

²⁵⁹ Cavalhadas, reisados, guerreiros, taieiras, quilombos, presépios, entre outras manifestações culturais folclóricas são muito ricas e contribuem muito para a formação da identidade do estado de Alagoas. Manifestações ainda muito pouco estudadas sociológica e historiograficamente, mas esplendidamente descritas antropologicamente em BRANDÃO, Théo. **Folclore de Alagoas**. Casa Ramalho, 1949. BRANDÃO, Théo. **Folguedos natalinos**. Universidade Federal de Alagoas, Museu Théo Brandão, 1970. BRANDÃO, Théo. **Cavalhadas de Alagoas**. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978. BRANDÃO, Théo. **O reisado alagoano**. UFAL, 1953. Entre muitos outros títulos do autor.

²⁶⁰ Carecemos de fontes para melhor fundamentar ou sustentar essa afirmação.

rotina diária, sendo, na maior parte das vezes, uma das poucas oportunidades para o povo se distrair e se divertir²⁶¹.

Como vimos no ponto anterior do texto, o profano e o sagrado estão intimamente ligados nesse tipo de festividade. Então por que será que as gerações de nossos avós consideram que a festa está ficando cada vez mais mundana? Ora, é óbvio que os shows após as missas da festa, em geral, atraem um público muito maior do que as últimas. Mas seriam esses shows parte realmente integrante das celebrações dedicadas à Santa Maria Madalena ou seriam um evento inteiramente diferente?

Com a esperança de responder essa pergunta invocamos o livro do grande cientista das religiões Mircea Eliade, *The Sacred and the Profane*²⁶² e, com a ajuda das ideias que o autor tem sobre a sacralidade do tempo e do espaço tentaremos conjecturar ainda que de forma tacanha uma ideia sobre esse processo de secularização-ou-não. Nos parece óbvio que ninguém pode viver somente no espectro sagrado quando inserido num mundo profano. Sagrado e profano, nos parecem, não apenas aqui, mas em todo processo cultural e religioso semelhante, intimamente entranhados e absolutamente indissociáveis. De modo que, ainda que os shows e o elemento secular da festa tomem lugar a poucos metros do espaço sagrado onde toda devoção é demonstrada, o tempo sagrado, corrido durante as celebrações, seja diferente, ainda que paralelo e simultâneo, ao momento “mundano”. Esse é o modelo analítico que utilizamos no momento. Nesta discussão tudo ainda está em caráter experimental. Para evitar cometer enganos, de ordem teórica, metodológica, filosófica ou qualquer outra, vamos, por hora, apenas deixar essa ponderação e partir para outra questão.

É notável que essa ideia de profanação, secularização, mundanização ou desencantamento das atividades religiosas em geral aparece em diversos lugares através de diversos autores ou interlocutores²⁶³. Mas o mais curioso é o fato de que, se olharmos as fontes relativas à região estudada, encontraremos queixas desse processo – ainda que não exatamente no festejo de Santa Maria Madalena – já acontecendo há mais de um século. Como podemos ver nessa publicação do Gutenberg de 1908, o autor correspondente queixa-se severamente da sistemática diminuição de importância de homenagens que o mesmo considera mais tradicionais em detrimento da ascensão de outras de caráter mais profano, mais mundano ou menos religioso em geral:

O Natal já vae no nosso meio social especialmente em todo Norte perdendo a sua naturalidade de out’ora.

²⁶¹WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. Editora Ática, 1987. Pp. 24 e 25.

²⁶²ELIADE, Mircea. **The sacred and the profane: The nature of religion**. HoughtonMifflinHarcourt, 1959.

²⁶³WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais**. Ática, 2006.

Hoje é tudo profano e imitado e sem a graça dos tempos dos nossos antepassados. O pastoril ou o presepio com pastoras à entóom[sic] hozanas e damas lindíssimasquasi sempre por creanças acham-se substituídas pelos reizados, bailados desenfreados, e pelos côcos e o pior, no interior pelas diversões do jogo nas barracas levantadas no local, onde são celebradas missas sobre o Salvador do mundo.

As famílias que reunidas festejaram a data da vinda do Messias, hoje percorrem as ruas da cidade para assistirem a semelhantes e extravagantes diversões populares que quasi sempre degeneram em desordens.²⁶⁴

Parece que certos discursos, apesar de já muito velhos, não saem mesmo de moda.

Enfim, encerramos esse texto reiterando a tremenda importância que esse estudo tem – ou terá – no sentido de esclarecer uma manifestação religiosa, social e cultural riquíssima que é parte indissociável da história do município de União dos Palmares e capítulo importantíssimo para a história da Igreja Católica no estado de Alagoas. Concluimos que a completa inexistência de estudo historiográfico sério sobre esse assunto é um grave descaso e/ou omissão da intelectualidade palmarina, que, se nos servido for, esperamos finalmente remediar.

Reiteramos também o estágio eminentemente embrionário no qual se encontra essa nossa pesquisa. Esperamos ser capazes de desenvolver essa pesquisa que é, em última análise, um trabalho de utilidade pública para os moradores de União dos Palmares e os devotos de Santa Maria Madalena.

Finalizamos esse texto preliminar nos comprometendo a dar a essa busca historiográfica todo o fôlego de pesquisa, todas as referências e todo tempo quanto for preciso para sua perfeita maturação. Sabemos que não respondemos de forma confiante nenhuma das questões levantadas, sabemos ainda que não fizemos todas as questões possíveis, visto que nos encontramos ainda em distância quase astronômica do esgotamento das fontes. Mas é um percurso que estamos decididos a tomar. Um mastro que nós nos oferecemos a carregar, para fazer uma alusão à sensibilidade religiosa dos devotos de nosso objeto.

²⁶⁴ GUTENBERG. Anno XXVIII, número 05. 11 de janeiro de 1908. Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Théo. **Folclore de Alagoas**. Casa Ramalho, 1949.

_____. **Folguedos natalinos**. Universidade Federal de Alagoas, Museu Théo Brandão, 1970.

_____. **Cavalhadas de Alagoas**. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.

_____. **O reisado alagoano**. UFAL, 1953.

COUTO, Edilece Souza. Devoções, festas e ritos: algumas considerações. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 1, n. 1, 2008.

ELIADE, Mircea. **The sacred and the profane: The nature of religion**. Houghton Mifflin Harcourt, 1959.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Hoje é dia feriado: quando o cotidiano é feito festas e rituais**. In: SILVA, Alberto da Costa. **Crise colonial e independência (1808–1830)**. Coleção: **História do Brasil Nação**, direção: Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JURKEVICS, Vera Irene. Festas religiosas: a materialidade da fé. **História: Questões & Debates**, v. 43, n. 2, 2005.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais**. Ática, 2006.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. Editora Ática, 1987.

Fontes

Jornal **Gutenberg**, Maceió, Alagoas: nesse texto foram usados exemplares dos anos:

IV (1885): números 88 e 90

V (1886): números 08 e 09

XV (1896): 19, 246, 247

XVIII (1899): números 54, 55, 56 e 250

XXV (1906): número 278

XXVI (1907): números 24 e 39

XXVIII (1908): 05, 27

Todos visitados e disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

De figurantes a protagonistas: imagens femininas na Guerra dos Cabanos (Alagoas-Pernambuco 1832-1850).

Ismélia da Penha B. Tavares
Mestranda em História/ICHCA/UFAL
Orientadora: Profa. Dra. Arrizete C. L. Costa
Grupo de Pesquisa: Documento, Imagens e Narrativas - GPDIN

Resumo

Este artigo objetiva valorizar a presença da mulher na historiografia cabana (Guerra dos Cabanos - 1832 a 1850), e a partir de uma nova representação das imagens femininas que figuram na historiografia sobre a Guerra, refletir sobre sua efetiva participação como protagonistas na História. Reflito a partir da orientação metodológica as “imagens dialéticas” ou a “arte de escrever a história com imagens” de Walter Benjamin. O que se pretende é trazer à luz essas mulheres que transitam em silêncio na historiografia cabana como sujeito de sua própria história, para que não sejam esquecidas e vencidas mais uma vez.

Palavras-chave: Guerra dos Cabanos, imagens dialéticas, história das mulheres

Não há cemitério Cabano onde seus descendentes possam colocar flores em seus túmulos nem lhes prestar homenagem. Onde estarão as mulheres mortas no conflito? Não sabemos o que diziam, sentiam ou pensavam. Nem quantas sobreviveram ou quantas tombaram em Guerra. Inúmeras, dezenas, centenas... o silêncio e a invisibilidade denota um profundo descaso das autoridades políticas locais, a aristocracia rural, e também a imprensa da época que ao se referir as mulheres, dizia que “filhas de cabano, cabano é, tanto faz morrer ou viver” (LINDOSO, 2005, p. 49). Sufocaram o sonho de liberdade e as vozes dessa comunidade constituída de colonos pobres, índios, negros forros ou escravizados fugidos, incluindo uma grande quantidade de mulheres. Mulheres negras, brancas pobres e indígenas foram aprisionadas ou mortas, longe dos palcos urbanos. Eram tangidas e atocaiadas como bicho pelo exército para dentro das matas e longe dos povoados sem o aparato da visibilidade social. Muitas vezes arrastadas às prisões, às margens de seu lugar de pertencimento. Os roçados e as cabanas eram completamente destruídos para que não pudessem permanecer em suas vilas. Desse modo, os cabanos “usavam emboscadas e, quando perseguidos, refugiavam-se nas matas, utilizando trilhas e veredas desconhecidas às forças legais, que não os conseguia submeter” (ANDRADE, 1965, p. 55).

Este artigo, escrito a partir das primeiras indagações suscitadas em nossa pesquisa de

mestrado, que se encontra em andamento, pretende valorizar a presença feminina nesse espaço cabano a partir de uma nova representação das imagens femininas já apresentadas por historiadores da Guerra dos Cabanos (1832-1850), e discutir sua efetiva participação conferindo-lhes um outro valor que não seja apenas de vitimização. No âmbito da historiografia nacional, a Guerra dos Cabanos é estudada como um grande conflito armado iniciado por senhores de engenho absolutista restauradores. Em meados de 1832 a Guerra muda seu curso transformando em uma revolução social com liderança popular entre nos anos de 1832 a 1850, nas Províncias de Alagoas e Pernambuco. Embora muitos documentos já visitados e narrados por historiadores apontem a presença das mulheres na Guerra dos Cabanos, ainda não há estudos historiográficos específicos que analisem o grau de participação das mulheres nesse conflito. Elas sempre transitavam em silêncio, imagem quase que oculta, nas narrativas historiográficas. É preciso compreender essas mulheres como sujeito de sua própria história, e para isso se faz necessário uma viagem no tempo, buscar nos resquícios e estilhaços da história as formas de atuação e suas experiências sociais e culturais no espaço cabano.

Deste modo colocaremos em contraposição duas imagens construídas pela historiografia cabana para representar o papel das mulheres na história. Uma delas é a imagem de figurante que tem sido predominante; a outra é a imagem de protagonistas, ou seja, aquelas que incidem sobre as formas da efetiva participação histórica das mulheres nos movimentos sociais. Particularizo a historiografia sobre a Guerra dos Cabanos, mostrando como as imagens do protagonismo feminino ainda são residuais. A historiografia não evidenciou o papel das mulheres nesse conflito. Entretanto, as fontes históricas (inventários, ofícios, correspondências, assuntos eclesiásticos) apresentam indícios da atuação feminina na sociedade e na economia local, na luta cotidiana ao lado dos homens, na defesa da terra e roçados.

Este estudo insere-se no campo da História Cultural e tem como orientação metodológica “as imagens dialéticas”, ou a “arte de escrever a história com imagens”, de Walter Benjamin. O autor diz que a história em tudo que nela é extemporâneo se expressa num rosto, numa imagem (BOLLE, 1994). Portanto, este estudo busca uma nova representação das mulheres que participaram deste conflito. Isso requer construir uma perspectiva histórica a partir de uma nova narrativa que destaque a participação dessas mulheres na Guerra dos Cabanos para revelar o que ficou oculto, em silêncio. Portanto, estamos realizando um trabalho de interpretação a partir das imagens que antes, transitavam como figurantes, no sentido de atribuir a elas a presença que falta, como protagonistas. Nessa

conjuntura de perdas de direitos vivenciados especialmente pelas mulheres ao longo dos séculos, se faz importante a memória dessas e tantas outras que enfrentaram e enfrentam, cada uma ao seu tempo, as violações de seus direitos, as diversas formas de violência e opressões.

Destaco como as imagens das mulheres protagonistas estão gradativamente ocupando os espaços da produção historiográfica internacional, nacional, regional. Para revelar esse cenário, será utilizado o procedimento de montagem de imagens reveladas nos textos. Na produção historiográfica internacional, destacarei dois nomes que desenvolveram importantes estudos sobre a história das mulheres: Primeiramente ressaltar o livro da historiadora norte-americana Natalie Zemon Davis e da historiadora francesa Michelle Perrot.

No livro *Nas Margens: três mulheres do século XVII*, (1997), a historiadora norte-americana Natalie Zemon Davis reconstituiu a vida de três mulheres do século XVII, de religiões e vida distintas, revelando como essas três mulheres teceram cada uma ao seu tempo, a partir de suas vivências sociais, culturais e religiosas um caminho de êxito numa sociedade onde foram criadas para serem esposas e mães, sem acesso as formações acadêmicas. Davis, utiliza-se de métodos de abordagem da micro-história para resgatar o papel social de três mulheres anônimas que viveram em situação periférica dos centros políticos europeus. A historiadora em seu fazer historiográfico trás à luz essas três mulheres, tirando-as simbolicamente das margens para o centro de sua investigação historiográfica, ao mesmo tempo, revela para o leitor a condição das mulheres no início do mundo moderno. Em entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (2000) Davis diz que escrever sobre mulheres pode ser encarado como uma missão de salvamento e reafirma que na historiografia tradicional, as mulheres sempre ocuparam um lugar periférico e estiveram num campo de estudo pouco explorado (PALLARES-BURKE, 2000).

No livro de Michelle Perrot, *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros* (2018), a autora faz emergir uma História das mulheres com destaque em suas atuações de protagonismo atuando como agentes sociais de sua própria história. Para a autora, os interesses que a move nessa empreitada é o desejo de compreender, trazer a luz o que ficou na invisibilidade e não o de reparar as brechas deixadas pela violência, pela dominação. A autora em suas reflexões destaca que o silêncio na história das mulheres, através do tempo, foi ditado também pelas religiões, pelo sistema político e pelos manuais de comportamento que ditavam as regras sociais que cabiam a elas a exemplo das regras de obediência, de submissão, aceitar e silenciar (PERROT, 2018). Mas a historiadora destaca que essa ordem simbólica, afetava além do silêncio da fala, também o gestual e na escriturária. Para a autora,

as mulheres nem sempre aceitavam as regras pacificamente. A historiadora evidencia essa imposição determinada pela concepção de papéis como exclusão das mulheres nas esferas públicas e políticas, por muito tempo considerado lugares privilegiados como locais de poder. Observa também que os materiais utilizados durante as pesquisas, normalmente são escritos pelo homem, que são os textos das coisas públicas – produzidos por militares, padres, governadores, funcionários públicos –, conotando assim uma ausência feminina ainda maior. Perrot salienta que os arquivos familiares a exemplo de correspondências e diários podem revelar com profundidade o espaço privado e o cotidiano feminino, ressaltando a importância da interpretação histórica desses arquivos.

Porém, escrever uma história das mulheres, diz a autora, possui enormes dificuldades. Inicialmente deve-se ao apagamento de seu rastro público privado, salienta que correspondências pessoais e diários são destruídos pela família e muitas vezes pelas próprias mulheres que não querem expor sua intimidade. Dentre as explicações apresentadas para justificar a invisibilidade de uma historiografia feminina, Perrot destaca o silêncio do relato como o mais profundo.

Já na historiografia nacional, Margareth Rago, figura como uma das mais importantes na historiografia da mulher. Em *As mulheres na Historiografia Brasileira*, (1995), a autora realiza um levantamento da produção acadêmica, onde a centralidade temática é a participação das mulheres nos acontecimentos históricos. A historiadora enfatiza que grande parte desses trabalhos produzidos no Brasil são realizados por mulheres, porém, não exclusivamente. A autora enfatiza que as imagens predominantes de todo discurso sobre levantes, guerras, conflitos, motins, abolição da escravatura, tiveram como protagonistas homens, em detrimento das mulheres que sempre transitavam em silêncio nas narrativas historiográficas.

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal (RAGO, 1995, p. 1).

Destaco também na historiografia nacional, o trabalho de Maria Odila Dias sobre as mulheres. A historiadora no seu livro *Quotidiano e Poder*, em São Paulo do século XIX, (1984), obra que reflete sobre as experiências das mulheres pobres, negras, livres, escravizadas e forras, que de forma criativa e de muita resistência descobriram formas de sobrevivência na incipiente urbanização da cidade de São Paulo do século XIX. A autora em seu estudo meticuloso sobre essas mulheres, evidencia em detrimento de sua exclusão nos

diversos meios de trabalho assalariado que elas construíram na prática conscientes ou não, seu meio de vida. Segundo Dias, foi vendendo ervas, verduras, artesanatos que se firmaram na sociedade como agentes de transformação. Segundo consta no recenseamento analisados pela historiadora, que 35% a 45% das mulheres declaravam viver do seu próprio trabalho, assumindo o sustento de suas famílias, desmistificando a tendência em estabelecer a divisão de trabalho entre sexos, difundido no patriarcalismo no Brasil do século XIX (DIAS, 1984). Esses estudos historiográficos quebram com os estereótipos da historiografia tradicional, onde não valorizavam a presença feminina como sujeitos históricos.

No âmbito da historiografia tradicional alagoana podemos observar todas as formas de silêncio relacionados a mulher, principalmente ao se tratar das populações mais pobres. Uma historiografia marcada por uma retórica da dominação e da opressão em contraponto ao oprimido, moldada pelas narrativas dos manuscritos do Império e pela historiografia tradicional de perspectiva elitista de classe dos grandes proprietários rurais e comerciantes locais. Nesta historiografia, a mulher é totalmente excluída, um ser inexistente numa sociedade de homens.

Como interpretar este silêncio? Segundo Eni Puccinelli Orlandi em *As Formas Do Silêncio, o movimento dos sentidos* (2007), ao refletir sobre o significado das margens, diz que no silêncio se constitui como possibilidades, porque quanto mais falta, mais possibilidades de sentidos existem. Muitas vezes precisamos fazer o movimento contrário, ao invés de pensarmos o silêncio como falta, podemos pensar a linguagem como excesso. Deste modo, o silenciamento quanto às mulheres na historiografia tradicional alagoana, especialmente as mulheres cabanas, nos remete ao pensamento de Orlandi no que se refere ao excesso de linguagem para justificar uma sociedade masculinizante onde a mulher parece não existir.

Porém, nos anos oitenta, uma fresta se abre pela primeira vez na historiografia sobre a Guerra dos Cabanos, e categorias que outrora eram relegadas ao silêncio, surgem na obra de Dirceu Lindoso. E a mulher embora de maneira ainda obscura, sem rosto, a maioria sem nomes, ocupam pela primeira vez um lugar de figurantes na nova história de Alagoas. Abre-se uma fresta, uma luz para pensar essas mulheres a partir de outra representação. De acordo com Lindoso em *Utopia Armada: rebeliões de pobres nas matas do tombo real* (2005), obra historiográfica sobre a Guerra dos Cabanos, ao se referir a imagem feminina, o autor salienta que as mulheres além de companheiras, mães, eram também guerrilheiras.

A Lauriana Maria, de codinome Lula, guerrilheira e companheira combatente, que compôs nas matas cabanas a saga de amor e de coragem da mulher pobre do povo, caída prisioneira no combate do reduto de Pacavira (LINDOSO, 2000, p. 6).

Lindoso em *A Razão Quilombola* (2011), ao narrar os fatores essenciais que influenciaram para o final da Guerra, recorre mais uma vez a questão feminina e evidencia a condição de vulnerabilidade das mulheres naquele momento trágico, constituía assim uma legitimação da violência social como podemos ver:

[...] e a prisão das mulheres cabanas que lutavam na guerra como guerrilheiras e como vivandeiras, na prisão do forte militar de Tamandaré, onde algumas foram assassinadas a golpes de cacete pelos soldados repressores (LINDOSO, 2011, p.141).

Sávio Almeida em *Memorial Biográfico de Vicente de Paula: o capitão de todas as matas* (2008) suscita a participação das mulheres. São poucas as informações com relação a mulher cabana na obra do historiador, porém, uma peculiaridade se revela e está relacionada à população urbana, especialmente no que versa sobre as mulheres. Segundo Almeida, uma mulher de nome Maria de Tal e mais dois companheiros foram acusados de serem cúmplices na elaboração da fuga de vários cabanos que estavam a bordo do navio Providência (ALMEIDA, 2008, p. 240). Partimos do pressuposto de que Maria de Tal era informante para o povo cabano ao protagonizar esse fato, utilizando-se de elementos de persuasão para distraí a guarda, enquanto acontecia a fuga desses cabanos. Ao ser chamada para prestar informações sobre o fato a mulher criou uma narrativa negando a participação. Configurando um indício documental revelador sobre a participação ativa da mulher em determinadas ações durante a guerra.

As mulheres são figurantes também na obra de Manoel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos* (1965) livro que foi o desbravador na historiografia do conflito cabano. Em documento de: 29 de abril de 1834 ele faz referência a seis mulheres prisioneiras/administração pública de Pernambuco n.29. (CORREIA, 1965).

Em *Os Cavalheiros do Imperador* (1978) o historiador Décio Freitas em sua narrativa também evidencia a presença das mulheres. Segundo Freitas (1978), os trabalhos nas lavouras, em sua maioria, eram realizados por mulheres, as quais “tinham sempre uma arma ao alcance da mão” (FREITAS, 1978, p. 114.) de maneira a protegerem-se de eventuais ataques-surpresa. Nessa descrição denota-se a importância das mulheres na preservação à forma de subsistência da comunidade, inclusive se constituíam como resistência armada quando necessário, contra os ataques militares. “Tinha sempre ao seu lado, às vezes em

combate, a companheira Lauriana Maria, conhecida por Lula, mulher bonita e morena” (FREITAS, 1979, p. 107).

Como podemos ver, a mulher vem sendo incluídas nos discursos e a presença feminina vem se revelando de maneira ora expressiva e essencial ora acanhada nos acontecimentos, especialmente na cabanada. Um novo olhar e novas reflexões para esse tempo vivido vem permitindo construir narrativas capazes de revelar a imagem de protagonismo das mulheres nesse conflito. Como bem diz Walter Benjamin (BENJAMIM apud LOWY, 2005) “devemos escovar a história a contrapelo só assim revelaremos o que se encontra oculto por baixo da superfície” (LOWY, 2005).

É a partir do conceito de Benjamin sobre (imagens dialéticas) que busco nesse trabalho uma reflexão sobre as mulheres que transitam na historiografia da Guerra dos Cabanos, para construir a partir de fragmentos, cacos e ruínas, coletados dessa nova historiografia e documentos revisitados, a imagem que falta desse rosto feminino. Trazer à tona as vozes silenciadas, para construir uma narrativa onde a mulher se apresente como sujeito histórico. Destacar nas imagens dialéticas da escrita o seu universo feminino, que em suas particularidades souberam criar formas de resistências lutando e sobrevivendo a dominação que não privilegiou as vozes da diversidade. Não devemos mais tratar as questões em que as mulheres estão envolvidas, atribuindo um juízo de valor, ou apenas vitimando-as porque os estereótipos criados para justificar sua inferioridade tanto intelectual, emocional ou físico, não as representa de fato. As imagens da escrita sobre as mulheres cabanas não será a imagem do sonho ou pesadelo, aquela que repousa nos manuscritos e documentos em silêncio, e sim a (imagens dialéticas) de Benjamin, aquela que se apresenta no encontro de polaridades que é o passado arcaico onde a imagem é onírica, “adormecida”, para o presente crítico, o “despertar” da consciência, um confronto entre o vivido e o agora, do pesquisador. “Ao historiador cabe o papel de intérprete desses sonhos coletivos” (BENJAMIM, 1994,).

Por quase dois séculos as imagens das mulheres cabanas estiveram adormecidas, em repouso nos manuscritos, ou nas páginas dos livros de história. Silenciadas sim, porém, presente e porque não dizer rebeldes como constelações que relampejam sob as frestas dos documentos, esperando olhares. “Aumentava assustadoramente o número de pessoas baleadas, principalmente mulheres, que feridas eram arrastadas às prisões” (LINDOSO, 2005, p. 352.) Nessa narrativa podemos inferir que essas mulheres baleadas eram combatentes, atuando junto com seus pares na resistência pela terra, onde antes era seu por pertencimento. Freitas (1978) narra que uma mulher cabana escondida num rancho foi indagada porque o

galo de sua propriedade trazia uma trava atravessada no bico, presa por um fio de linha, ela respondeu que era para que ele não cantasse denunciando assim, pelo canto, as tropas e o lugar onde ele e o marido se encontravam. Consta nesse relato outra forma de atuação e resistência, onde a imagem feminina aparece como sujeito histórico se utilizando de estratégia para não ser encontrada pelas tropas militares. O historiador descreve alguns elementos culturais a exemplo do modo de vestir das mulheres. Segundo Freitas, “elas usavam saias de chita, cabeção de morim e xale de quadrados vivos” (FREITAS, 1978, p. 76).

As obras historiográficas são as fontes documentais para esse artigo, porque a partir delas, percebi a presença das mulheres nesse conflito. Os documentos citados por historiadores apontam frestas de luz sobre a participação feminina na Guerra. Tentar esquecer que as mulheres cabanas sofreram todo tipo de violência nesse período da Guerra não seria ético. Esta pesquisa busca fugir ao estereótipo de fragilidade feminina de forma a contribuir para as mudanças na escrita da história e tentar compreendê-las no seu cotidiano, nas suas guerras travadas constantemente pela liberdade e pelo direito a seus roçados. Estamos diante de diversas imagens femininas nas entrelinhas documentais, dar voz a esse silêncio, descrevendo o lugar de fala dessas mulheres, seu lugar de ação e de trabalho. Alçar um voo ao tempo vivido por elas, e a partir dessas (imagens dialéticas) da escrita das fontes documentais, romper o silêncio para um despertar crítico.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia: **A guerra dos Cabanos**: 1. ed. Recife. UFPE, 1965.
- ALMEIDA, Sávio: **Vicente de Paula**: Capitão de todas as matas. 1. ed. Maceió: Edufal, 2008.
- BOLLE, Willi: **Fisiognomia da metrópole moderna**. 1 ed. São Paulo: Editora Edusp, 1994.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**: Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CASTILHO, Átila. Quotidiano e poder. **Recanto da letras, 7 agos 2008**. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/resenhasdelivros/1117660>>_Acesso: 03 dez. 2018.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- COSTA, Arrisete C.L. **Maceió Medúsica**: Uma interpretação histórica das imagens da diáspora de intelectuais alagoanos na literatura. Maceió: EDUFAL, 2015.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Nas Margens**: Três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder no século XIX**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FREITAS, Décio: **Os guerrilheiros do Imperador**. 1. ed. Rio de Janeiro Biblioteca de História, 1979.
- GINZBURG, Carlo. **Relação de força**: História, Retórica, Prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada**: Rebelião de pobres nas matas do toambo real. 2. ed. Maceió: Edufal, 2005.
- LINDOSO, Dirceu. **A Razão Quilombola**: Estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. 1ed. Maceió: Edufal, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**: No movimento dos sentidos. São Paulo Editora UNICAMP, 2007.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da História**: São Paulo: Editora Unesp, 2001.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: Operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Editora Paz e Terra 8ed. 2008.

RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SAN'DRADE, Fabiana. Resenha do livro: Quotidiano e poder, de Maria Odila Dias.

Mulheres que podem, 2 jul 2016. Disponível em:

<<https://mulheresquepodem.wordpress.com/2016/07/02/resenha-do-livro-quotidiano-e-poder-de-maria-odila-dias>> Acesso: 03 dez. 2018.

A “*anfíbia*” na formação cultural de Alagoas: aproximações com a etno-história de Dirceu Lindoso, 1980 – 2015

José Carlos Rodrigues dos Santos
Mestrando em História/PPGH/UFAL
Orientadora: Prof.ª Dra. Arrizete C. L. Costa
Grupo de Pesquisa Documento, Imagens e Narrativas (GPDIN)

Resumo:

Os manguezais em Alagoas compõem um diversificado ecossistema no qual a natureza transita entre o ambiente terrestre e marinho. Formados, no litoral, a partir do encontro das águas doce dos rios e salgadas do Atlântico, os manguezais alagoanos são fonte de renda para homens e mulheres excluídos de uma economia predatório-capitalista, baseada sobretudo na monocultura da cana de açúcar. Nesse sentido, o conceito da “*Anfíbia*” – elaborado pelo etno-historiador alagoano Dirceu Lindoso, – destaca a relação da gente alagoana com o ambiente alagadiço dos manguezais, permitindo olhar para o desenvolvimento de suas experiências de “vidas anfíbias” construídas no interior dos mangues de águas salobras, às margens do Atlântico. Com o objetivo de estudar a trajetória de elaboração do conceito da “*Anfíbia*” alagoana, destaco aqui dois registros escritos do etno-historiador Dirceu Lindoso, a saber: “Uma Cultura em Questão: a alagoana” (1980) e “O encontro das águas: Calunga contribuição a uma sociologia do Palustre e a uma etnologia do Anfíbio na cultura dos canais e lagoas dos alagados alagoanos” (2015), a partir dos quais Dirceu Lindoso discute seu conceito de “cultura anfíbia” como categoria de análise, estudo e interpretação da gente alagoana.

Palavras-chave: “*Anfíbia*”. Dirceu Lindoso. Alagoas.

No mapa da antiga capitania de Pernambuco destacava-se a parte sul desta localidade não pela presença de elevadas montanhas, planaltos ou depressões, mas sim pela predominância de uma rica rede potâmica composta por olhos d’água, rios, riachos, canais e lagoas entrelaçados, formando um complexo potâmico que se estende por toda a região outrora chamada de “Alagoas”.

Este complexo hídrico foi no início do século passado primeiramente descrito com o rigor científico e a leveza poética do jovem cientista alagoano Octávio Brandão, em seu livro *Canais e Lagoas* (1919), que descreve, sobretudo, a hidrografia e a biodiversidade das regiões alagadiças do litoral alagoano, destacando a relação água-terra existente nesse espaço. Diz ele: “[...] a terra que margina as lagoas alagoanas é, em parte, um donativo delas. As lagoas fecundam a terra, repartem-lhe o viço, doam-lhe a beleza e a alegria. Vivem como pulmões a transformar em bem da terra o que de mal se lhe apresenta” (BRANDÃO, 2011, p. 54).

Nesse sentido, é desta maneira que define Octávio Brandão as terras que marginam o litoral alagoano: Uma dádiva de sua hidrografia. Por quê? Pois são as águas que fecundam as terras das Alagoas, presenteando-lhes com os nutrientes necessários à rica diversidade natural que nesta habita. São águas salobras que saciam a fome de sua gente “anfíbia” acostumada a imensidão potâmica e ao alagadiço, o qual noutros tempos também serviu de coitos e espaços de liberdade quando os negros que fugiam da escravidão nas senzalas coloniais procuravam seus abrigos, formando os inúmeros mocambos que depois deram origem ao Quilombo dos Palmares, sufocado no século XVII pelas tropas de índios sertanejos Tapuia-Kariri comandadas por Domingos Jorge Velho e Cristóvão de Mendonça Arrais.

São águas cujos braços acolheram gentilmente a pobreza dos negros papa-méis no século XIX, banhando as matas úmidas que abrigaram na região da fronteira alagoano-pernambucana do Império índios rebeldes, negros fugidos, mestiços e brancos sem-terra, bem como suas “utopias armadas” em oposição à riqueza e aos privilégios da aristocracia rural, à escravidão nos plantéis de cana, à concentração de terras nas mãos dos senhores de engenho e fazendeiros locais e à ausência de liberdade religiosa. São águas que até hoje acolhem homens e mulheres excluídos de uma economia predatória-capitalista, baseada na monocultura da cana de açúcar, concedendo-lhes o alimento para sobreviver a partir da biodiversidade dos seus manguezais, deles extraindo os caranguejos uçás e aratus, siris, sururus, maçunins, berbigões, unhas de velho, lagostas, camarões, ostras e diferentes espécies de peixes como os baiacus, bagres, carapebas, tilápias, tainhas, pescadas, curimãs etc.

Portanto, a água é um elemento marcante na geografia alagoana, mas não somente em sua geografia, pois aquele entrelaçamento hídrico que molda as paisagens naturais alagoanas é também um elemento constitutivo na formação cultural de sua “gente quase anfíbia” – como bem notou Gilberto Freyre: “[...] Pois da história da gente alagoana se pode generalizar, como do passado do carioca, que é a história de uma gente quase anfíbia” (FREYRE, 2006, p. 09) –, devido a sua relação cultural com a natureza das matas úmidas e fechadas, regadas no litoral pelo clima quente e chuvoso, e das ilhas que se formaram a partir da relação entre os canais e lagoas²⁶⁵ que cortam a geografia alagoana e, juntamente com outros rios, lançam-se no Atlântico, criando um rico e diversificado ecossistema de manguezais fecundados pelas águas salobras resultantes do encontro das águas doces com o mar.

Manguezais onde a natureza transita entre os ambientes terrestre e marinho²⁶⁶, entre o “*enxuto-molhado*” que são elementos marcantes na formação cultural da “gente anfíbia” que habita nas terras ao sul da antiga capitania de Pernambuco desde as épocas pré-coloniais, relacionando-se, historicamente, com o ambiente aquático tão rico em diferentes espécies de

²⁶⁵ “Cada uma das lagoas é como um coração a contrair-se na sístole da vazante e a dilatar-se na diástole da enchente. Os rios fazem o papel das veias, isto é, de vasos que levam o sangue ao coração. Os canais são como artéria a conduzir e a dispersar água das lagoas pelo corpo do oceano”. Cf. BRANDÃO, Octávio. **Canais e Lagoas**. 3. ed. – Maceió: EDUFAL, 2001, p. 41.

²⁶⁶ “O ecossistema manguezal ocorre entre a transição dos ambientes terrestre e marinho. A composição do substrato possui predominantemente vasa e lama, formados por depósitos recentes, ricos em silte e argila, podendo apresentar diferentes concentrações de areia. A variação dos componentes do sedimento está diretamente relacionada com as diferentes origens, tanto marinhos quanto dos fluxos dos rios e estuários, que junto formam o substrato das áreas de manguezais”. Cf. CORREIA, Monica Dorigo; SOVIERZOSKI, Hilda Helena. **Ecossistemas marinhos**: recifes, praias e manguezais. Maceió: EDUFAL, 2005. p. 25.

peixes, crustáceos e moluscos, – que compõe o ecossistema de mangues alimentados, sobretudo, pelas águas das lagoas que correm pelos canais das Alagoas, bem como pelas águas salgadas das marés e doces dos inúmeros rios que rasgam as terras alagoanas ao longo de sua extensão geográfica.

Nesse sentido, o complexo Estuarino-Lagunar Mundaú/Manguaba é um importante abrigo do ecossistema de manguezais da região litorânea de Alagoas, sobretudo ao longo dos canais (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p. 09). De acordo com o geógrafo alagoano Ivan Fernandes Lima há uma íntima relação das lagoas Mundaú (Norte) e Manguaba (Sul) na formação geográfica de Maceió, chamada por este pesquisador de “a cidade restinga”:

Maceió é a cidade **restinga**. Sua situação numa faixa arenosa, que transformou um estuário em lagoa, confirma-lhe a adjetivação. Maceió é uma cidade construída a partir de um “terraço de erosão marinha” [...]. Apresenta do lado leste a praia em forma de “crescente”, e do lado da lagoa, a oeste, uma ponta arenosa e vasa de ilhas de mangues [...]. Pela íntima correlação da Lagoa Mundaú com a Manguaba ou do Sul, consideramo-las como objeto de nosso estudo e formadoras da **Região Lagunar de Maceió** (LIMA, 1999, p. 27/8).

Desse modo, em seu estudo acerca da região lagunar do litoral de Alagoas, Ivan Fernandes Lima destaca a importância do complexo Estuarino-Lagunar Mundaú/Manguaba para a formação geográfica de Maceió. Mas o que isso significa? Ora, entendendo que os estuários são ambientes aquáticos de transição entre o rio e o mar, cuja peculiaridade é a mistura das águas doce e salgadas²⁶⁷, o referido complexo Estuarino-Lagunar fez de Maceió uma geografia de vales afogados onde se situam duas lagunas alimentadas por rios afluentes que apresentam uma extensa área de manguezais alagadiços de águas salobras.

O próprio topônimo “*Maçayó*” ou “*Maçaió-k*”, que em tupi significa “o que tapou o alagadiço” (MELO, 2013, p. 174), evidencia há muito a natureza das águas da “cidade restinga”, pois ele guarda os indícios culturais que ainda restam na oralidade etimológica de uma simples palavra – “*Maçayó*” ou “*Maçaió-k*”, – com a qual os primeiros habitantes indígenas pré-coloniais da atual faixa litorânea de Alagoas designavam àquelas regiões lagunares formadas a partir de grandes depósitos sedimentares de origem fluvial e marinha, ou seja, o que hoje é conhecido como “restinga” (LIMA, 1990, p. 153), cuja geografia separa e ao mesmo tempo une aquele complexo potâmico (formado por rios, riachos, canais e lagoas) às águas do mar que banham Maceió, criando nesta região e em seus arredores um peculiar sistema de mangues de águas salobras que abrigam uma biodiversidade de caranguejos, siris, sururus, camarões, peixes etc. Contudo, qual o significado, para esta pesquisa, desse complexo potâmico de grandiosidade geográfica que compõe a natureza das águas em

²⁶⁷ Ver CARICCHIO, Camilla. **Estuários**. Disponível em: <<http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/estuarios.html>>. Acesso em 18 fev. 2018.

Alagoas? É possível estudar as histórias daquela “gente anfíbia” alagoana a partir da relação cultura/natureza, do “*enxuto-molhado*” que compõe o “alagadiço” ecossistema de manguezais lagunares de águas salobras em Alagoas? Eis uma intrigante problemática para o historiador!

Considerando que o complexo hidrográfico alagoano estudado por Octávio Brandão e Ivan Fernandes Lima, no século passado, não são espaços inabitados. Esta pesquisa indaga-se: qual, então, o tipo humano de povoamento que ocupou a geografia do “*enxuto-molhado*” em Alagoas? Que peculiaridades culturais desenvolveram em suas diferentes interações sociais e com o meio natural dos manguezais, do alagadiço, dos canais, das lagoas, das matas úmidas, das águas doces dos rios, riachos e salgadas do mar? Que conceitos usar para estudar a “cultura anfíbia” que se criou em Alagoas? Quem são aqueles homens e mulheres que hoje habitam os vales afogados da região de manguezais alagoanos? Quais seus modos de sobrevivência?

Nesse sentido, minha hipótese é que o conceito da “*Anfibialidade*” - elaborado pelo etno-historiador alagoano Dirceu Lindoso, - é um importante instrumento para interpretar a historicidade do tipo humano de povoamento que habitou a geografia do “*enxuto-molhado*” em Alagoas, isto é, para interpretar os vestígios de suas diferentes criações culturais forjadas a partir da relação com a natureza das águas abundantes em Alagoas. Desse modo, como instrumento de análise e interpretação de Alagoas, o conceito da “*Anfibialidade*” destaca a relação da gente alagoana com o ambiente alagadiço dos manguezais, permitindo olhar para o desenvolvimento de suas experiências de vidas “anfíbias” construídas no interior dos mangues de águas salobras, às margens do Atlântico, ou nas matas úmidas regadas pelas águas doces dos rios, riachos e olhos d’água que correm em toda a extensão geográfica de Alagoas.

No entanto, o que significa este conceito etno-histórico: o da “*Anfibialidade*” alagoana? Que categorias Dirceu Lindoso utilizou para criar o conceito de “cultura anfíbia”? Este etno-historiador explica que “[...] A cultura alagoana nasceu, assim, anfíbia. A anfibialidade é a categoria primordial da cultura alagoana. Nasceu anfíbia porque os elementos naturais de sua estrutura eram marcados pela presença exorbitante das águas: de mar, salobras ou de rios. Mas águas” (LINDOSO, 2015, p. 43). Ou seja, aquele complexo potâmico característico do mapa geográfico de Alagoas permitiu nesse espaço a invenção de uma sociedade peculiar com nítidos traços culturais aquáticos, de maneira que a partir das relações cultura/natureza, água/terra, “*enxuto-molhado*” criou-se Alagoas - geográfica, histórica e socialmente paradoxal, contraditória, binomial.

Com o objetivo de estudar a trajetória de elaboração de um conceito, a saber: o da “*Anfibialidade*” alagoana, destaco aqui dois registros escritos do etno-historiador Dirceu Lindoso, a saber, “Uma Cultura em Questão: a alagoana” (1980) e “O encontro das águas: Calunga contribuição a uma sociologia do Palustre e a uma etnologia do Anfíbio na cultura dos canais e lagoas dos alagados alagoanos” (2015), a partir dos quais Dirceu Lindoso discute seu conceito de “cultura anfíbia” como categoria de análise, estudo e interpretação da gente alagoana, bem como sua formação histórica e social no espaço ao sul das terras da antiga capitania de Pernambuco.

Natural de Maragogi, o alagoano Dirceu Lindoso, oitenta e seis anos, tem sua história de vida marcada pela predominância das águas. É descendente de famílias proprietárias de terras e engenhos ao norte de Alagoas. Suas memórias são atravessadas por esta rede potâmica que ele conhece e descreve de maneira ímpar em seus romances, poemas e registros etno-históricos. Sua escrita carrega a leveza literária e a profundidade erudita de um dos mais importantes intelectuais da atualidade em Alagoas. Sua história de vida tem como marcas a militância intelectual em favor da história da gente pobre alagoana – índios rebeldes, escravos rebelados em situação de fuga, negros quilombolas, papa-méis, mestiços e brancos pauperizados pelo processo histórico de concentração de terras e riqueza em Alagoas – que desde outrora sobrevive às margens da economia colonial baseada, sobretudo, nos engenhos de açúcar e na monocultura da cana, construindo suas moradias ao longo dos manguezais, rios, canais e lagoas, cuja natureza ainda hoje é local de sustento material da “gente anfíbia” alagoana. Ora, como um intelectual alagoano que descende de famílias proprietárias de engenhos e terras interessa-se pela formação histórica e social da pobreza em Alagoas? Dito de outra maneira, que lugar social ocupa a escrita de Dirceu Lindoso? Isto é, qual seu lugar de fala?

Em “A operação historiográfica” (1982) o historiador francês Michel de Certeau indaga seus leitores: “O que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz?” (CERTEAU, 1982, p 66). Desse modo, ele inicia suas reflexões teóricas acerca das particularidades do ofício do historiador em sua “operação historiográfica”, situando-a numa relação entre “lugar social”, “prática” e “escrita”. O que é esse lugar social do historiador a respeito do qual Michel de Certeau indaga?

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 1982. p. 66).

Depreende-se, portanto, que o lugar social é de onde o pesquisador em História atua e escreve, ou seja, é o local a partir do qual o historiador “opera” a construção de suas narrativas, através de métodos, técnicas, procedimentos e práticas específicas de sua área de atuação. Desse modo, a escrita de Dirceu Lindoso articula-se com o lugar social que ele assume, pois seu lugar de fala não está atrelado ao nascimento numa família aristocrática alagoana, mas ao seu posicionamento filosófico, político, cultural frente à realidade que o circunda, a saber, a realidade social da formação histórica da riqueza e da pobreza em Alagoas: uma sociedade fortemente marcada pelo binômio do “*enxuto-molhado*” (água-terra)

de sua natureza física que está imbricado à formação da cultura “anfíbia” que aqui foi criada desde as épocas pré-coloniais e ao longo do processo histórico de colonização.

Nesse sentido, a escrita etno-histórica de Dirceu Lindoso assume o lugar do “outro”, a saber, da “gente anfíbia” alagoana, preocupando-se em desconstruir as imagens coloniais do “negro cativo”, do “índio manso” e do mestiço e branco pobres clientes dos latifundiários locais em Alagoas. É a história vista sob o prisma do olhar quilombola, mocambeiro, indígena, mestiço, cabano. É a história vista a partir dos manguezais alagoanos, das matas úmidas e dos riachos e olhos d’água do sertão. É uma história de rupturas com a escrita oficial consagrada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), isto é, uma ruptura com a história da casa-grande, dos engenhos de açúcar e dos “grandes feitos” dos marechais. É uma história que não é orgulhosamente exposta nos museus ou nos nomes das ruas, praças e avenidas das cidades alagoanas, pois são histórias rebeldes, multitudinárias, utópicas e contraditórias.

A etno-história da sociedade alagoana em Dirceu Lindoso é revolucionária, pois une de maneira erudita a “cacaria arqueológica” (LINDOSO, 2005, p. 12) da cultura alagoana. Ora, que “cacos” são esses? Naturalmente que a formação cultural em Alagoas não é homogênea, assim como não é coesa a sociedade que se criou ao sul da antiga capitania de Pernambuco. Desse modo, aqueles “cacos” representam, por analogia, a heterogeneidade cultural em Alagoas. É a “cacaria arqueológica” que forma o diversificado todo social da cultura alagoana, isto é, os “cacos” são a metáfora do fragmentário expresso no binômio água/terra, “*enxuto-molhado*”, cultura/natureza das vidas “anfíbias” de uma sociedade contraditória. Vidas estas que, de acordo Lindoso (2005, p. 124), construíram uma “Alagoas que se ama e dói”.

É em “Uma Cultura em Questão: a alagoana” (1980) que Dirceu Lindoso inicia sua investigação de alguns desses “cacos” culturais em Alagoas. Trata-se de um texto lido na conferência do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) na ocasião de sua posse como membro honorário, em 26 de agosto de 1980, no qual aquele etno-historiador registra suas primeiras reflexões acerca da autonomia cultural forjada em Alagoas ao longo dos três séculos de colonização. Ele começa seu discurso analisando os primeiros “cacos” imagéticos que as tensões entre o popular e o erudito nas representações sociais veiculadas pela escrita dos primeiros intelectuais alagoanos revelam, criticando-os por excluírem os diversificados aspectos populares constituintes da formação cultural em Alagoas. Mas por que o erudito excluiu de sua escrita a cultura popular alagoana?

A primeira produção historiográfica alagoana foi construída numa sociedade escravista formada por uma camada pequena de senhores e uma imensa camada de escravos, nativos, mestiços e colonos brancos pauperizados. Desse modo, a escrita social dos primeiros intelectuais alagoanos é marcada pela negação dos elementos populares na formação cultural de Alagoas, por considerarem esses elementos ilegítimos para a construção da imagem da região emancipada em 1817, constituída, posteriormente, em Província do Império:

[...] às vezes sobre o popular – o mais culturalmente expressivo da vida da nossa gente praieira, sertaneja, matuta -, pairou como uma espada de Dâmocles a ameaça de uma tradição cultural erudita (às vezes só formalmente escrita) aprendida nas bibliotecas conventuais, ou a intolerância do exercício do poder de tipo colonial. Essa ameaça se tornava mais séria quando encontrava a resistência cultural por parte de índios aldeados ou de negros escravos (LINDOSO, 2005, p. 100/1).

Esta ameaça erudita²⁶⁸, que Dirceu Lindoso fez referência em seu discurso de 1980, sobre a cultura popular da gente em Alagoas, estende-se como um fator de permanência da representação social na escrita também dos primeiros historiadores locais, sendo responsável por manter a continuidade das interdições à história da participação popular nos inúmeros conflitos sociais que aqui ocorreram, tais como a Guerra dos Cabanos (1832-1850) na região das fronteiras alagoano-pernambucanas, criminalizando-os, e não somente isso, mas sobretudo legando aos pobres à situação histórica de marginalizados em relação à economia das *plantations*, negando-lhes, portanto, os papéis de sujeitos de sua própria história pelo fato de terem lutado contra a escravidão nas senzalas, a servidão nas aldeias indígenas de missão católica e o acúmulo de riqueza, terras e privilégios das famílias aristocráticas alagoanas.

Contudo, é no “Prefácio” à primeira edição de *Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana* (1984) que Dirceu Lindoso retoma algumas daquelas questões suscitadas em “Uma Cultura em Questão: a alagoana” (1980), porém buscando delinear os primeiros traços mais nítidos de configuração da existência histórica da “gente anfíbia” em Alagoas. É neste momento que seu conceito etno-histórico da “*Anfibialidade*” alagoana está sendo gestado em sua operação escrita. Ele diz: “[...] Não é só a alagoana uma gente quase anfíbia, como a caracterizou Gilberto Freyre, mas de cultura de fortes dominâncias anfíbias: a pesca, os meios de comunicação, as habitações quase palafíticas, as cidades beirando rios, mares, lagoas e manguezais marinhos” (LINDOSO, 2005, p. 16).

Inspirado pela centelha deixada por Gilberto Freyre no prefácio à primeira edição de *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional* (1948), de Manuel Diégues Júnior, e nos *Canais e Lagoas* (1919) de Octávio Brandão, bem como inspirado por suas memórias sociais construídas ao norte de Alagoas, o etno-historiador Dirceu Lindoso fez os primeiros registros escritos acerca da predominância potâmica na formação histórica e social da cultura em Alagoas, a qual é construída a partir da ambiguidade água/terra, “*enxuto-molhado*”, cultura/natureza. Esse binômio de criação contraditória tem como elemento de ligação, no litoral, os manguezais e seus ambientes alagadiços.

O último registro escrito do etno-historiador Dirceu Lindoso aqui abordado é este: “O encontro das águas: Calunga contribuição a uma sociologia do Palustre e a uma etnologia do Anfíbio na cultura dos canais e lagoas dos alagados alagoanos” (2015), a saber, um texto publicado pela EDUFAL, sendo resultado do I Ciclo de Debates sobre o Binômio

²⁶⁸ Trata-se dos primeiros intelectuais e historiadores alagoanos, dentre os quais Dirceu Lindoso destaca: Thomaz do Bomfim Espíndola, Alfredo Brandão, Jayme de Altavilla e Craveiro Costa, os quais propagaram a “ideologia de imputação criminal” acerca dos fatos da Guerra dos Cabanos (1832-1850). Cf: LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2005.

Natureza/Cultura – Uma cultura anfíbia na transversalidade de saberes: Alagoas e Rússia – realizado na UFAL em 2013, no qual Dirceu Lindoso participou na mesa-redonda: “Canais e Lagoas e o Conceito de Cultura Anfíbia”.

Nesse registro escrito, Dirceu Lindoso continuou a tecer os fios de seu conceito acerca da “Anfibialidade” alagoana, destacando os tipos humanos de povoamento que aqui ocorreram, caso deseje-se “decriptar nosso código histórico”²⁶⁹, pois aí está sua chave analítica da abertura daqueles “ferrolhos” eruditos dos primeiros intelectuais e historiadores alagoanos que por muito tempo aprisionaram os aspectos populares da cultura em Alagoas no cárcere do texto escrito, criminalizando a participação multitudinária das revoltas sociais que ocorreram no espaço ao sul da antiga capitania de Pernambuco. Segundo Dirceu Lindoso, a compreensão da cultura alagoana só é possível olhando para os objetivos espaciais de sua ocupação. Ele diz:

Não se compreende a formação de uma cultura alagoana sem que se entenda o papel das duas colonizações de tribos guaranis na região das duas lagoas: a pré-colombiana por índios potiguares, que foi a que os portugueses encontraram, e depois, já na época colonial, a colonização por índios Tupinambá-Caeté-Uaçu depois dos ataques de portugueses à *France Antartique* e seus aliados Tupinambá sediados no Espírito Santo [...]. O terceiro povoamento já colonial que ocorreu em Alagoas se estendeu por todo o sul da capitania hereditária de Pernambuco. Foi o povoamento feito por escravos fugidos da escravidão dos engenhos banguês e que formaram nas matas úmidas um povoamento cuja base foi o quilombo (LINDOSO, 2015, p. 36/7).

Neste sentido, houve em “Alagoas” um povoamento pré-colonial de índios potiguares que em suas paradas migrantes habitaram às margens das lagoas salobras do litoral norte, pescando nas águas do Atlântico, das lagoas ou dos muitos rios que aqui desembocam neste oceano. Vivendo da pesca e da coleta de caranguejos e mariscos nos manguezais tão ricos em alimentos nutritivos. Houve também um segundo povoamento (já em épocas coloniais), realizado por índios Tupinambás e brancos europeus. Esse povoamento Tupinambá deu-se após os conflitos entre estes e os portugueses nas terras que hoje são o estado do Espírito Santo, com os índios Tupinambás sendo empurrados para as regiões alagadiças do litoral sul alagoano, sendo aqui conhecidos por seu nome de guerra, a saber: “Tupinambá-Caeté-Uaçu”, ou seja, “Tupinambá das Grandes Matas Verdadeiras” (LINDOSO, 2015, p. 34),

A esse duplo povoamento de índios Potiguar/Tupinambá-Caeté-Uaçu e brancos europeus na região litorânea em Alagoas, some-se um terceiro povoamento realizado por

²⁶⁹ “[...] A descoberta dos objetivos espaciais da colonização de Alagoas deve ser a chave para decriptar o nosso código histórico. Enfim, temos o direito de saber: Por que estamos aqui, nós que viemos de partes tão distantes e tão diversas?”. Cf. LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000, p.17.

escravos negros fugidos das *plantations* de cana do litoral alagoano. Esses são os negros mocambeiros e quilombolas do século XVII, e os negros papa-méis do século XIX, os quais viram nas ribeiras dos manguezais local de abrigo e segurança contra a escravidão. No pós-abolição muitos desses negros que viviam escondidos nas brenhas das matas úmidas de Alagoas deixaram seus roçados de mandiocas, os frutos e o mel silvestre pela abundância dos caranguejos, mariscos e peixes do litoral norte alagoano, desenvolvendo nesse espaço novos modos de sobrevivência;

Foi a abolição que trouxe os negros ex-escravos para a costaneira do mar, tirando-os da vida de mocambos nas matas. Tornou-os coletores de peixes e caranguejos nos manguezais em vez de coletores de frutos silvestres nas matas. Em vez do cavouco e dos leirões dos mandiocais, as pescarias do mar e dos esteiros dos mangues [...] (LINDOSO, 2000, p. 175).

Esta é a formação colonial que Lindoso chama de “quilombos anfíbios”, a saber, um múltiplo povoamento da gente (índios, negros, mestiços e colonos brancos pauperizados) que habitou entre os ambientes seco e úmido, lamaçal e aquático, água/terra, “*enxuto e molhado*” dos manguezais, tal qual os seres anfíbios na natureza, criando as peculiaridades ambíguas da cultura em Alagoas. É neste registro histórico que aquele etno-historiador destaca os papéis dos mangues na formação da “*Anfibialidade*” alagoana:

São os manguezais alagoanos locais propícios à construção de quilombos anfíbios. Localizei muitos deles nos vastos manguezais ao sul de Porto de Pedras, manguezais que a gente mais antiga dos colonos portugueses dizia que na família havia a tradição de que os manguezais eram lugares para esconderijos de negros quilombolas [...]. Encontrei notícia de que no rio Maragogi, uma ilha chamada dos Bexiguentos, era na verdade uma ilha de esconderijo de negros quilombolas. No hoje rio dos Paus havia também, segundo tradição, esconderijo de negros quilombolas (LINDOSO, 2015, p. 41).

Desse modo, ao assumir o lugar social sob o prisma da “gente anfíbia” alagoana, Dirceu Lindoso constrói a historicidade desta ao elaborar o conceito de “*Anfibialidade*”, o qual é sustentado por suas memórias familiares (rastros de uma oralidade de povoamento colonial antigo), por suas vivências em meio à natureza das águas alagoanas, pelos vestígios encontrados em suas pesquisas nos arquivos, por suas migrações em meio ao sertão e etnias indígenas sertanejas, enfim, por sua aguda sensibilidade erudita. De acordo com a historiadora Arrisete C. L. Costa, com seu conceito da “*Anfibialidade*” alagoana:

[...] Dirceu Lindoso elabora uma “*etnografia da pobreza rural*”, expondo as formas sociais de existência histórica dessa gente vista como anfíbia: gentes caranguejos, gentes sururus, gentes maçunins, gentes berbigões, gentes unhas de velhos, gentes taiobas – gentes espremidas nas margens fímbrias, no eito, no trabalho arcaico, na baixa rentabilidade econômica, no minimalismo de uma existência humana posta nos espaços limitados e quase imponderáveis de escolhas (COSTA, 2015, p. 54).

“*Etnografia da pobreza rural*” que Dirceu Lindoso utiliza para estudar a história da “gente anfíbia” em Alagoas e para compreender os modos de sobrevivência social dos descendentes desta gente ainda hoje marginalizada. Etnografia que descreve com detalhes de que eram construídas as moradias rústicas dos “quilombos anfíbios”. Como sua gente sobrevivia da pesca e dos roçados abertos nas matas, da caça de pequenos animais e da coleta de frutos e mel silvestre e como eram as relações sociais nos lugares de habitação da “gente anfíbia” em Alagoas:

Eram pequenos povoados sem muita visibilidade, e quase sempre coberto por manguezais e resto de matas ciliares. Alguns desses povoados palustres consegui alcançá-los em minhas vilegiaturas por manguezais pela laguna do Manguaba, que eram mais meus conhecidos em andadas da juventude. E que se mostravam mais atraentes pela proximidade da ria da Massagueira (LINDOSO, 2015, p. 35).

Portanto, a etno-história de Dirceu Lindoso é a descrição “etnográfica da pobreza rural” em Alagoas, explicada pelo conceito da “*Anfibialidade*”, que tem contribuído para historicizar a convivência diária da “gente anfíbia” alagoana com a natureza do “*enxuto-molhado*” dessa localidade, isto é, tem contribuído para destacar o papel histórico dos pescadores, jangadeiros, rendeiras, marujos, mestres-de-barcaça, coletores de caranguejos e sururus, índios do litoral, índios do sertão, negros quilombolas descendentes dos Palmares e descendentes dos cabanos papa-méis, dentre tantos outros marginalizados, cujos rastros, marcas e vestígios históricos deixados compõem a metáfora da “*cacaria arqueológica*” do todo diversificado que representa a cultura em Alagoas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Octávio. **Canais e Lagoas**. Maceió: EDUFAL, 2001.

CARICCHIO, Camilla. **Estuários**. Disponível em:

<<http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/estuarios.html>>. Acesso em 18 fev. 2018.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. Rad. Maria de Lourdes Menezes, rev. tec. de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORREIA, Monica Dorigo; SOVIERZOSKI, Hilda Helena. **Ecosistemas marinhos: recifes, praias e manguezais**. Maceió: EDUFAL, 2005.

COSTA, Arrisete C. L. “O duplo especular”. In: **Uma Cultura anfíbia na transversalidade dos saberes: Alagoas e Rússia** / Maria de Lourdes Lima (organizadora). – Maceió: EDUFAL, 2015.

FREYRE, Gilberto. Prefácio 1. In: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: EDUFAL, 2006.

LIMA, Ivan Fernandes. **Maceió a cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano**. Maceió: EDUFAL, 1990.

LINDOSO, Dirceu. “**O encontro das águas: Calunga contribuição a uma sociologia do palustre e a uma etnologia do anfíbio na cultura dos canais e lagoas dos alagados alagoanos**”. In: **Uma cultura anfíbia na transversalidade dos saberes: Alagoas e Rússia** / Maria de Lourdes Lima (organizadora). – Maceió: EDUFAL, 2015.

_____. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.

_____. **Interpretação da Província**: estudo da cultura alagoana. 2. Ed. Maceió: EDUFAL, 2005.

MELO, Pedro Antônio Gomes de. Toponímia Indígena: Um Estudo Lexical dos Nomes de Municípios Alagoanos de Étimo Tupi. **VEREDAS FAVIP** – Revista Eletrônica de Ciências - V. 6, n. 1 – janeiro a junho de 2013, p. 174. Disponível em: <<http://veredas.favip.edu.br/ojs/index.php/veredas1/article/view/51/157>>. Acesso em 19 fev. 2018.

O Sertão também é Punk: a trajetória do Punk Rock na cidade de Delmiro Gouveia/Sertão de Alagoas (1985-1996)

José Rinaldo Queiroz de Lima
Mestrando em História Social/ICHCA/UFAL
Orientadora Profª. Dra. Ana Paula Pamartchuk

Resumo:

O movimento punk entre os anos de 1980 e 1990 teve uma grande expressividade na cidade de Delmiro Gouveia, proporcionando informações, formação política e incentivo de vida para uma parcela de jovens delmirenses marginalizados e sem muita perspectiva de futuro, haja vista pertencerem às classes baixas dentro da sociedade sertaneja. A intensa circulação de pessoas em Delmiro desde o início do século XX quebrou as fronteiras culturais proporcionando na década de 1980 a formação da identidade punk e a construção do movimento. Para a produção do artigo foi utilizado na pesquisa os métodos da história oral, tendo sido realizadas entrevistas com punks, roqueiros e pessoas que presenciaram a movimentação dos punks na cidade. Os relatos de memória foram transcritos e confrontados entre si e com alguns documentos que foram produzidos pelos punks no período estudado, esses documentos são: zines, encartes de fitas cassete, cartazes de eventos, músicas e fotos.

Palavras-chave: Punk, Sertão, Resistência.

A proposta do artigo é discutir uma parte da trajetória dos punks e do movimento punk em Delmiro Gouveia alto sertão alagoano. Movimento formado na cidade na segunda metade dos anos 1980, tendo uma notoriedade em meio ao movimento punk nacional a partir dos anos 1990. Sendo esse o período em que a banda punk rock hardcore Classe Suburbana formada em 1988 pelos punks delmirenses: Edmilson, Luciano, Beto e posteriormente Edson e Cláudio da cidade de Paulo Afonso-BA “tocaram e participaram de eventos e manifestações no Norte e Nordeste²⁷⁰” (Roberto (Beto Punk) - baterista da ex-banda Classe Suburbana).

O movimento punk em Delmiro fez com que muitos jovens se inteirassem das problemáticas sociais, tornando-se adeptos do anarquismo (ideologia defendida historicamente defendida pelo Movimento Punk) a partir da leitura de zines, de alguns livros e músicas com teor político anarquista, os punks passaram a questionar as instituições sociais, o

²⁷⁰ Cartaz de evento punk realizado em 19 de janeiro de 1991 no Natal-RN que traz na programação a banda Classe Suburbana. No cartaz tem um resumo de apresentação da banda e os próximos locais de apresentação da mesma.

sistema político nacional e local. Usando a arte para expressar sua indignação diante do contexto social da cidade, pois, as composições das músicas da banda Classe Suburbana e os textos dos zines traziam uma análise referente as problemáticas envolvendo a sociedade delmirenses.

Com isso os punks em Delmiro Gouveia construíram um movimento que se contrapunha aos poderes hegemônicos da cidade, estando esse poder nas mãos de famílias tradicionais da região que durante muitos anos o exerceram a partir da estrutura do Estado e da economia, deixando a população a mercê de suas vontades. Sendo desenhado na cidade um cenário de exploração, marginalização e opressão por parte dos políticos (coronéis).

As memórias²⁷¹ e a documentação²⁷² existentes sobre o movimento punk na cidade datam o início dos anos 1980 como marco das primeiras movimentações de punks²⁷³ na cidade. Desde o final dos anos 1970 uma parcela da juventude delmirenses envolvida com o rock'n'roll não se “sentiam representados por nada nem por ninguém, não se sentindo pertencentes aquela sociedade” (Luciano Punk – guitarrista da ex-banda Classe Suburbana) formaram uma “subcultura” (O’HARA, 2005, p.29), que se transformou em “contracultura” (O’HARA, 2005, p.30), a partir da mudança de “turma do rock” para “Movimento Punk²⁷⁴”.

Uma parte desses jovens roqueiros, segundo André Luiz (roqueiro e amigo dos punks) “insatisfeitos com o contexto social de opressão, exploração, pobreza e marginalização”, ao se depararem com a produção material da cultura punk, que segundo PELUSO (2011, 22) “é uma cultura de protesto contra todo tipo de opressão, chocando a sociedade com o seu discurso antiautoritário e o seu visual agressivo”, reconheceram-se diante daquela identidade passando a se afirmar enquanto punk. A respeito desta questão, Roberto (Beto Punk) baterista da ex-banda punk “Classe Suburbana²⁷⁵” em entrevista ressaltou que:

Antes de conhecermos o punk, nós já agíamos e se comportávamos feito um deles. Vendo os clipes das bandas punks que passava na televisão, Sex Pistols...

²⁷¹ Memórias de punks, roqueiros, hippies e pessoas que presenciaram a movimentação dos punks na cidade.

²⁷² Zines, fotografias dos punks e das bandas fazendo apresentações, fitas cassetes e letras de músicas escritas e datadas no papel.

²⁷³ Estilo musical e comportamental surgido nos anos 70. A palavra existe na língua inglesa desde Shakespeare, pelo menos, quando significava lixo, traste, passando por prostituta até chegar ao significado atual de música punk ou punk em pessoa, caso no qual também é utilizado na língua comum com o significado de vagabundo (O’HARA, 2005, p.189).

²⁷⁴ O Movimento Punk foi um fenômeno social marcado por sua forte ideologia de contestação do sistema capitalista, sendo identificado como um movimento de contracultura. O movimento foi questionador em seu contexto histórico e social. (Castro, K. L., Castro, J. L. & Oliveira, A. N., 2015, p.2).

²⁷⁵ A banda punk Classe Suburbana foi a primeira banda punk de Delmiro Gouveia formada em 1988 pelos punks: Roberto na bateria, Luciano na guitarra, Edmilson no vocal e Edson no contrabaixo. A banda resistiu dentro do movimento por quase 10 anos, tendo o seu fim entre 1997 e 1998. (Edmilson Punk – ex-vocal da banda punk Classe Suburbana).

Ramones... eu ficava louco pô, eu sentia uma identificação com os caras, eu me via ali, eu queria tá ali com aqueles caras é ... sem querer eu já era punk. (Beto Punk – baterista da ex-banda Classe Suburbana).

Em entrevista com os punks Edmilson (conhecido no movimento pelo nome de Dedê Punk), Luciano e Tito fizeram falas parecidas com a de Beto ao serem questionados a respeito “do que levou a afirmarem a identidade punk?” Edmilson ressaltou que:

Eu escutava rock’n’roll que era o que pulsava mais forte, escutava muita coisa como: Raul Seixas, Ednardo, Sérgio Sampaio, Caetano, Janis Joplin, Pink Floyd, Led Zeppelin, Nazareth, Creedence, The Steve Miller Band, Uriah Heep, entre outros. Quando conheci o punk através de amigos e de alguns cliques que eu assistia na televisão foi uma identificação de cara com aquele movimento. Percebi que era aquilo que eu queria, fui atrás de mais informações e descobri o envolvimento político, sua consciência e o seu posicionamento diante das questões sociais (Edmilson (Dedê Punk) – vocalista da ex-banda punk Classe Suburbana).

Edmilson é um punk de Paulo Afonso-BA que foi morar em Delmiro Gouveia entre 1985 e 1986, o mesmo fazia parte do movimento punk da primeira cidade citada. Edmilson chegava em Delmiro trazendo consigo toda a experiência adquirida em meio ao movimento, o que contribuiu bastante para a formação dos punks delmirenses, pois, o mesmo ao conhecer os punks desta cidade compartilhou todo o seu conhecimento com os mesmos, além de diversos materiais.

Por Delmiro Gouveia ser uma cidade de Alagoas que faz fronteira com mais três Estados (Bahia, Pernambuco e Sergipe) e por ter sido construída em volta de uma Fábrica Têxtil (1913-2016) “proporcionou desde o início do século XX uma intensa circulação de pessoas na cidade” (CORREIA, 1996, p.8), e um terceiro fator para toda essa “circularidade de pessoas é por se encontrar em meio a duas Usinas Hidrelétricas (a Usina de Paulo Afonso-BA e de Canindé-SE)” (TENÓRIO, 2017, p.1), isso fez com que as fronteiras culturais se rompessem e proporcionasse a troca de experiências ocasionando na formação de identidades e de movimentos, sendo os punks e o movimento punk em Delmiro Gouveia também um reflexo dessa circularidade na década de 1980.

Assim, no decorrer dos anos 80 mais jovens envolvidos com a contracultura²⁷⁶ tomavam conhecimento do punk rock, do punk hardcore²⁷⁷ e do movimento punk que existia

²⁷⁶ Esse foi um Movimento de jovens que despontou nos anos de 1960 nos EUA, os adeptos do Movimento questionavam a cultura dominante, agindo de forma contrária aos padrões sociais vigentes daquele período. A contracultura era adepta as artes subversivas, subversiva porque não fazia parte dos padrões de cultura estabelecidos pela classe dominante. (MAYARA, 2009, p.1)

²⁷⁷ A evolução do punk rock em terras norte-americanas. Criado no começo dos anos 80, se caracterizava por uma aceleração do andamento punk, por maior agressividade na música e, inicialmente, pelo caráter político e crítico das letras. (O’HARA, 2005, p.187)

no Brasil e no mundo. E a partir de 1985 era possível ver punks circulando em meio a cidade “causando estranheza e medo as pessoas que os viam passando na rua sempre em turma” (Raimundo – morador da cidade e amigo de alguns punks). Ao entrevistar uma moradora de um bairro de Delmiro Gouveia (Bairro Bom Sossego), perguntando a mesma “como eram os punks na cidade e o que a sociedade achava deles?” A senhora Rogéria Ramalho de Lima respondeu que:

Nós conhecíamos os punks que moravam aqui no bairro, eles eram diferentes, nós tínhamos medo deles. Eu tinha uns 15 anos nesse tempo e me lembro deles com aquelas roupas pretas com pedaços de pano costurado em cima da roupa, umas roupas velhas, eles usavam umas botas feias, um corte de cabelo mais feio ainda raspado dos lados parecendo um galo, eles eram diferentes de todo mundo. Nossas mães sempre nos diziam para não chegarmos perto dos punks, elas diziam que eles não prestavam. Aqui no meu bairro tinha um bar chamado “Pela” e eles viviam nesse bar porque o dono do bar colocava a música deles para tocar, aí eles começavam a dançar de um jeito muito estranho: batendo um, no outro e rodando, todo mundo ia embora do bar, só ficavam eles. Eles ficavam gritando com todo mundo, falavam mal da polícia, dos políticos, diziam coisa com todo mundo. (Rogéria – moradora de Delmiro Gouveia desde que nasceu).

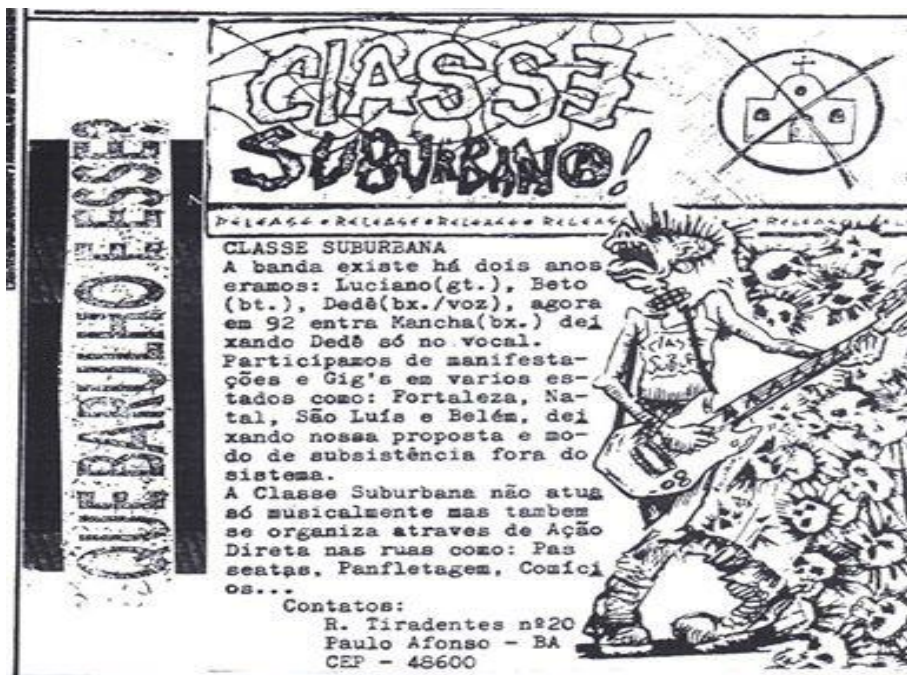
O pano costurado em cima da roupa ressaltado por Rogéria eram os “patches²⁷⁸”, a música era o punk rock ou o hardcore punk, a dança era o “Pôgo²⁷⁹” formando a roda punk. Diante do exposto pela Rogéria percebesse que suas memórias em relação ao movimento punk é parte de uma interpretação de como ela e pessoas de sua família pensava o que viria a ser os punks. Segundo Luciano Punk: “as pessoas nos viam com maus olhos, achavam que fôssemos pessoas más, não gostavam da gente, nos chamavam de vagabundos indecentes”.

Os punks no início do movimento tinham uma faixa etária de idade entre 15 e 20 anos, alguns trabalhavam, outros não, estando a maioria trabalhando por conta própria fazendo adereços de materiais recicláveis (pulseiras, colares, brincos) para venderem nas ruas, sendo esse o caso de um punk conhecido pelo nome de Nino. Outros punks sabiam desenhar, então faziam desenhos a mão nas camisas e também pintavam quadros, sendo esse o caso do Luciano Punk que também trabalhava enquanto garçom em um bar no centro da cidade. Poucos trabalhavam registrados em alguma empresa, nesse período “apenas o Edmilson (Dedê Punk) trabalhava como operário na CHESF na Usina de Itaparica em Paulo Afonso-BA.” (Miraldo – roqueiro e amigo dos punks).

²⁷⁸ Remendos. Os punks remendavam as roupas com desenhos ou frases de protesto ou de bandas punks.

²⁷⁹ Dança parecida com a dos Indígenas da tribo Moicano dos Estados Unidos.

A partir de 1988 o movimento punk já estava bem consolidado em Delmiro Gouveia com a formação da “banda punk Classe Suburbana (1988), a produção de zines²⁸⁰ (abreviação de fanzines²⁸¹), a realização de eventos punks, a participação em manifestações e a colagem de cartazes nas ruas com frases contra o sistema” (Beto Punk – baterista da ex-banda punk Classe Suburbana). Em um dos encartes de divulgação da banda “Classe Suburbana” feito em 1992 traz um texto de apresentação parecido com a fala do Beto Punk em entrevista, segue a baixo imagem do encarte:



Fonte: Arquivo pessoal do Punk Edmilson.

O endereço do encarte é o de Paulo Afonso-BA, pois, na segunda metade de 1991 os punks da banda Classe Suburbana e boa parte dos punks delmirenses foram morar em Paulo Afonso em um Squat²⁸². Outra coisa em relação ao encarte é quando diz que a banda Classe Suburbana se formou em 1990, ao confrontá-lo com as memórias dos punks da banda, eles ressaltaram que a formação da banda não foi em 1990, mas sim em 1988, e que se esqueceram de colocar o nome do Edson que tinha sido o baixista da banda entre os anos de 1989 e 1990. Segundo Edmilson:

²⁸⁰ Revista feita de forma artesanal pelos punks com informações sobre o movimento punk: divulgação de bandas, propaganda dos ideais punks, e do contexto social.

²⁸¹ Literalmente, significa uma “revista do fã”. Pequenas publicações, feitas de modo artesanal e criadas por fãs de alguma banda, estilo musical ou até mesmo de outras artes. Os punks usam o termo zine, pois o intuito é outro. (O’HARA, 2005, P.186).

²⁸² Prédio, casas abandonados que são invadidos (ocupados) e habitados por punks, anarquistas e *drop outs*, sendo uma habitação coletiva. (O’HARA, 2005,192.)

O que houve foi que o texto foi escrito coletivamente e pode ter tido um equívoco nessas datas, esquecemos até do Edson que tocou contrabaixo na banda por um tempo. A banda foi formada em 1988 com Luciano tocando guitarra, Beto na bateria e Eu no contrabaixo e vocal da banda. Em 1989 chamamos o Edson pra tocar com a gente na banda, ele também era punk e tocava contrabaixo, então ele assumiu o baixo da banda. Ele morou um tempo em São Paulo, mas tinha vindo embora para Delmiro. Depois o Edson saiu da banda e passamos um tempo com a primeira formação, mas em 1992 convidamos Cláudio que era conhecido por Mancha pra assumir o contrabaixo da banda, ele tinha uma banda punk em Paulo Afonso chamada Escória. Mas a banda Classe Suburbana começou mesmo sem nada de instrumento, Beto fazia o som da bateria com a boca, Luciano tinha um violão que fazia uns acordes distorcidos e Eu estourava a garganta no vocal. Foi casca-grossa o início, mas depois melhorou só um pouquinho, pois, conseguimos comprar uns instrumentos mais velhos do que tudo no mundo. (Edmilson Punk – Vocalista da ex-banda Classe Suburbana).

Na imagem abaixo podemos ver uma das apresentações da banda Classe Suburbana com o Edson tocando baixo:



Banda Classe Suburbana: Beto Punk na bateria, Luciano com calça preta sem camisa na guitarra, Edson no baixo e Edmilson fazendo o vocal. Ano: 1989²⁸³.

O movimento punk em Delmiro recebeu muita influência do movimento anarco-punk de São Paulo-SP, o punk de Delmiro chamado Valdir (conhecido no movimento como Gordo de Natal) trabalhava com o pai enquanto camelô, e durante os anos 80 estava sempre indo a São Paulo comprar produtos para revender em Delmiro, nessas idas conheceu alguns punks paulistas e passou a frequentar a “Punk Rock Discos²⁸⁴” o ponto de encontro do movimento punk paulista nos anos 80. Dessa forma o Valdir conseguiu alguns discos, fitas e zines doados pelos punks paulistas para os punks do sertão, além disso, o Valdir trocou endereços com

²⁸³ Fonte: Acervo pessoal do Michel Carvalho integrante da banda punk Ataque Cardíaco nos anos 2000.

²⁸⁴ Loja de discos punks do Fábio Sampaio vocalista da banda punk Olho Seco. (ESSINGER, 1999, p. 102).

alguns punks daquela cidade, isso fez com que muito material punk de São Paulo chegasse em Delmiro através dos correios (zines, discos e fitas demos), os punks de ambas as cidades trocavam correspondência.

Mas o contato dos punks de Delmiro com os de São Paulo e com todo o Nordeste se deu com mais intensidade a partir da unificação do movimento punk delmirense com o de Paulo Afonso-BA, pois, o movimento desta cidade já tinha contato com o movimento em quase todas as regiões do Brasil e com alguns punks de alguns países da Europa. Essa troca de contatos proporcionou a troca de experiência entre eles, o que contribuiu para que o movimento em Delmiro fosse se construindo já na fase “hardcore do movimento (uma fase de mais consciência e de engajamento político e social dos punks)” (TEIXEIRA, 2007, p. 53).

Ao analisar a bibliografia historiográfica da cidade de Delmiro Gouveia observamos que há uma nítida exclusão de variados grupos sociais que fazem parte dessa história. Boa parte dessa bibliografia aborda de diversas formas a trajetória de vida do sujeito cujo qual a cidade leva seu nome: Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (1963-1917), que “aparece em diversos ensaios, crônicas, romances históricos e trabalhos acadêmicos” (MAYNARD, 2008, p.27), resumindo a história da cidade aos feitos “empreendedores” (CORREIA, 1996, p.32) desse homem.

Tendo a história oficial da cidade, segundo SILVA e CORRÊA (2017, p.209-210) “priorizado o grande empresário, visionário e desenvolvimentista que levou progresso para o sertão”, as pessoas tidas enquanto comuns não tiveram suas vivências evidenciadas nessa história, quando aparecem são meros apêndices ou muletas dos protagonistas.

Durante muito tempo a história foi contada a partir dos feitos das elites, uma história verticalizada retratada a partir do olhar da Classe dominante (reis, rainhas, senhor, Governos, coronéis, patrão), marginalizando as pessoas tidas como normais (o povo), sendo esses considerados sem história, pois “tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos como um relato dos feitos dos grandes” (SHARP, 1992, p.40). E segundo Hobsbawm:

A maior parte da história no passado era escrita para a glorificação e talvez para o uso prático dos governantes. De fato, certas modalidades de história ainda possuem essa função. Aquelas volumosas biografias novitorianas de políticos, que recentemente entraram de novo em moda, por certo não são lidas pelas massas. Não se tem clareza sobre quem as lê, além de um punhado de historiadores profissionais e alguns estudantes que ocasionalmente precisam consultá-las para escrever seus trabalhos (HOBSBAWM, 1998, p.216-217).

Dessa forma pesquisar e escrever a história dos punks em Delmiro Gouveia é dar visibilidade e protagonismo às pessoas que por longo tempo tiveram suas vivências excluídas e marginalizadas pela historiografia oficial. Trazendo para o debate a história a partir dos de baixo numa perspectiva de uma “uma história de baixo para cima ou vista de baixo” (HOBSBAWM, 1998). Estudar a vivência dos punks no cotidiano com a sociedade, as formas de resistência a partir da cultura do “faça você mesmo²⁸⁵”, contrapondo-se a indústria cultural e aos padrões normativos preestabelecidos pela sociedade.

A história vista de baixo proporciona o entendimento da sociedade no passado por outro viés, refletindo a respeito da história de mulheres e homens que foi silenciada em detrimento da história de uma elite dominante, observando como as pessoas comuns em determinado momento histórico vivenciaram o dia-a-dia, na prática. Para Hobsbawm:

(...) ao rememorar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve; estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado (HOBSBAWM, 1998, p. 219).

A memória do movimento punk em Delmiro Gouveia faz parte das muitas memórias da cidade que se encontram na obscuridade, não tendo sido dado a devida importância para a construção da história oficial, segundo Bosi (1994, p.18) “a história oficial é celebrada cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos”. Mas é a partir dessas memórias que se encontram na obscuridade, que está sendo produzida a historiografia dos punks e do movimento punk, utilizando-se das metodologias da história para o desenvolvimento da pesquisa, fazendo a crítica e o confronto entre as memórias e a pouca documentação empírica existente. O intuito é produzir a história de gente comum que encontraram no movimento punk uma alternativa para reinventar a sua existência. Em relação à memória e história, NORA (1984, p.9) ressalta que “a história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica”.

Tendo em vista a escassez de fontes documentais recorreremos a história oral como metodologia de pesquisa para produção da história do movimento punk delmireense, sendo colhidos a partir de entrevistas os relatos das memórias de punks, roqueiros que estavam juntos ao movimento, e também de pessoas que presenciaram a movimentação dos punks na cidade. Os relatos são transcritos e confrontados, e como já ressaltado: o confronto se dar

²⁸⁵ Do It Yourself (Faça Você Mesmo): A corporificação do espírito punk. Não dependa de ninguém para fazer nada na vida, faça você mesmo.

também com algumas produções materiais feitas pelo movimento hoje transformadas em documentos. Mas essa documentação não é suficiente para a produção historiográfica, por isso a importância da história oral na pesquisa da história dos de baixo. Segundo Pinsky:

A história oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo globalizado (PINSKY, 2008, p.164).

A história oral é um caminho que os historiadores encontraram para chegar até a história dos excluídos dentro de uma sociedade dividida em Classes. Mesmo sabendo das problemáticas que giram em torno da fonte oral (da memória), essa metodologia vem sendo muito utilizada pelos historiadores que se detêm a produzir a historiografia de agentes históricos que não fazem parte da história oficial. Segundo Thompson:

A história oral torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história com um todo (THOMPSON, 1992, p.26).

Mas, mesmo tendo toda essa credibilidade e valor ressaltada por Thompson, alguns historiadores tecem críticas em relação à história oral. Para Hobsbawm:

(...) em minha opinião, jamais faremos uso adequado da história oral até que formulemos o que pode funcionar mal na memória, com o mesmo cuidado com que hoje sabemos o que pode não dar certo na transmissão de manuscritos por meio de cópias manuais.

(...) hoje a maior parte da história oral é memória pessoal, um meio notadamente escorregadio de se preservar fatos. A questão é que a memória é menos uma gravação que um mecanismo seletivo, e a seleção, dentro de certos limites, é constantemente mutável (HOBSBAMW, 1998, p.221).

As críticas a história oral servem para que essa metodologia venha a aprimorar suas técnicas, melhorando na forma de “análise das distorções da memória, possibilitando uma melhor compreensão dos valores coletivos” (PINSKY, 2008, p.166), a partir do confronto entre as lembranças seletivas da memória.

O movimento punk formado em Delmiro Gouveia alto sertão alagoano na segunda metade dos anos 1980 não foi só um grupo de jovens que não gostavam de tomar banho, que não queriam ir à escola, e que não queriam obedecer a ninguém (visão que algumas pessoas

tinham dos punks na cidade). Foi um movimento político-social de jovens trabalhadores, desempregados e filhos de trabalhadores que aprenderam no dia-a-dia (experiência) a se posicionar diante de um “cenário construído historicamente na cidade, de opressão, exploração e moralismo exacerbado” (COREIA, 1996, p.47).

Aprenderam muito com os zines e as músicas punks, mas também produziram zines e músicas para poder se expressar de uma forma que outras pessoas pudessem os ouvir. Os punks em Delmiro usaram a música para denunciar a exploração proporcionada pela Fábrica Têxtil da cidade, para protestar contra a repressão policial e contra o autoritarismo dos políticos da região com todos os resquícios do coronelismo embutido na forma de fazer política.

O movimento punk proporcionou para muitos jovens uma “formação política e intelectual autodidata” (THOMPSON, 1987, p.414), que teoricamente só é possível dentro dos muros da academia, sendo que, na prática a realidade é outra. Pois, alguns punks não sabiam ler muito bem, mas a pouca leitura não era um impedimento para que sempre estivessem inteirados das discussões que aconteciam em meio ao movimento e na cidade.

Assim, pesquisar a história dos punks no sertão é trazer para o debate a história dos debaixo, utilizando-se dos métodos da história oral para chegar até esses sujeitos construtores de história que foram relegados da história oficial da cidade, e tiveram suas memórias silenciadas pela memória coletiva da mesma.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Castro, K. L., Castro, J. L. & Oliveira, A. N. **A moda como objeto de informação**: o caso do Movimento Feminista Punk Riot Grrrl. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*. 2015. 4(1), 24 – 33.

CORREIA, Telma de Barros. **Delmiro Gouveia**: a construção de um mito. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, v.12, n.1, p.25-62, jan./jun., 1996.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. Tradução Cid Knipel Moreira, - São Paulo. Companhia da Letras, 1998.

MAYARA, Andressa. Et al. *Contracultura: O que é, Como se faz*, In: **Jornal Sociólogo**. 31 de maio de 2009. Disponível em:
<<http://jornalsociologico.blogspot.com.br/2009/05/contracultura-o-que-e-como-se-faz.html>>.
Acessado em: 13 de julho de 2015.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O senhor da pedra**: os usos da memória de Delmiro Gouveia (1940-1980). 2008. 314p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. – Recife, 2008.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Proj. História. São Paulo. 10 de dez. de 1993, p.7-28.

O'HARA, Craig. **A Filosofia do punk**: mais do que barulho: tradução Paulo Gonçalves. – São Paulo: Radical Livros, 2005.

PELUSO, André Chaves. **A Nova Face do Punk**. 2011. Monografia (Título de Tecnólogo) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Apucarana, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas** (org.). 2ª. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008. Vários autores. Bibliografia, ISBN 978-85-7244-297-8.

SILVA, Davi Roberto B. da. **A construção da estrada de ferro Paulo Afonso: fotografia e história**. 1. ed. Maceió: IHGAL, 2012.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In. **A escrita da história: novas perspectiva/** Peter Burke.

TENÓRIO, Douglas A. **Um rio de história e um ninho de culturas**. In: TENÓRIO, Douglas A.; DANTAS, Carmen L.; CAMPOS, Rochana e equipe. Rio São Francisco das Alagoas. 1. ed. Brasília: Senado Federal, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Aldemir Leonardo. **O Movimento Punk no ABC paulista, Anjos: Uma vertente radical**. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Fontes Orais

BISPO, Carlos Luciano. **Carlos Luciano Bispo: depoimento** [set. 2018]. Entrevistador: José Rinaldo Queiroz de Lima. Entrevista realizada pelo e-mail. Luciano mora em Brasília. A entrevista encontra-se transcrita e arquivada.

CARVALHO, André Luiz Fortes. **André Luiz Fortes Carvalho: depoimento** [Jul. 2018]. Entrevistador: José Rinaldo Queiroz de Lima. Delmiro Gouveia. 1 gravação de vídeo e áudio (80 min).

FERREIRA, Edmilson Alves. **Edmilson Alves Ferreira: depoimento** [Set. 2018]. Entrevistador: José Rinaldo Queiroz de Lima. Entrevista realizada pelo e-mail.

LIMA, Rogéria Ramalho. **Rogéria Ramalho de Lima**: depoimento [Ago. 2018].

Entrevistador: José Rinaldo Queiroz de Lima. Delmiro Gouveia. 1 gravação de vídeo e áudio (30 min).

Miraldo: depoimento [abr. 2016]. Entrevistador: José Rinaldo Queiroz de Lima. Delmiro Gouveia. 1 gravação de vídeo e áudio (60 min).

SILVA, José Roberto. **José Roberto Silva**: depoimento [Mar. 2016]. Entrevistador: José

Rinaldo Queiroz de Lima. Delmiro Gouveia. 1 gravação de vídeo e áudio (90 min).

Edmilson mora em Brasília. A entrevista encontra-se transcrita e arquivada.

Santos, Raimundo Queiroz dos. **Raimundo Queiroz dos Santos**: depoimento [Set. 2018].

Entrevistador: José Rinaldo Queiroz de Lima. Delmiro Gouveia. 1 gravação de vídeo e áudio (40 min).

Discursos Históricos: os fabricos dos campos historiográficos de Marc Bloch (1886-1944) e Michel de Certeau (1925-1986)

Leonardo Rodrigues Simião Pereira
Graduando do Curso de Licenciatura em História/ICHCA/UFAL
Orientador (a): Prof. ^a. Dr.^a Arrisete Cleide de Lemos Costa
Grupo de Pesquisa Documentos, Imagens e Narrativas – **GPDIN**

Resumo:

Esta comunicação apresenta um estudo comparativo entre os campos historiográficos dos historiadores Marc Bloch e Michel de Certeau, distinguindo suas temáticas, temporalidades, métodos, lugares de fala, singularidades e possíveis interditos. O mesmo visa contribuir com a área de fabricação e entendimento da História, tendo em vista a necessidade de se pensar e refletir às necessárias performances e contribuições do que vem a ser a epistemologia da História e o papel atuante do historiador. Como processar a relação entre passado, presente e futuro, bem como a busca de verdades, investigação de erros e falácias à credibilidade do rigor e atribuição do investigador, que não julga ou mergulha em apontamentos anacrônicos ao indagar as fontes, vestígios e rastros do fato que adveio e não pode ser ressuscitado tal qual aconteceu? A análise historiográfica permite sondar fragmentos de suas produções, locais de legitimação, olhares e discursos, assim como suas respectivas posturas mediante à politização e atuação do saber historiográfico frente ao tempo e homens.

Palavras-chave: Campo Historiográfico, Marc Bloch, Michel de Certeau.

Optamos por trabalhar dois historiadores franceses: Marc Bloch e Michel de Certeau, dado suas relevâncias e particularidades, não nos deteremos, inicialmente, em caracteres biográficos, mas, potencialmente, à medida que abordarmos cada intelectual deixaremos vestígios de suas elucubrações no campo historiográfico.

Denotando nossa fala, a História se processa pelo seu campo de via dupla, a saber, a ortopraxia²⁸⁶: teoria, como lugar de olhares do objeto, e uma maneira de fazer-conceber, a aplicação do método, endossado por critérios e vínculos institucionais, com seus respectivos impasses e problemas, notoriamente. Tendo essas duas pontas indispensáveis amarradas, o fabrico historiográfico pensa saber como olhar e conceber, problematizando sempre, a sombra

²⁸⁶ Termo que define a intersecção da teoria e da prática, afirmando o aleijamento resultante de uma sem a outra.

do seu referente no tempo e espaço, mediante variações, reiteraões e contrastes, o jogo do ir e vir, criar e desmoronar. Assim, afirma Bourdier (*apud* BARROS, 2014, p. 18): “O campo [científico] é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo”. Parafraçando José D’Assunção Barros (2014, p. 47), a Teoria que endossa a História, é filha da Razão e irmã da Metodologia Científica, uma forma de apreender o mundo como Ciência, segundo Marc Bloch, ou cientificamente conduzida, como infere Lucien Febvre (BARROS, 2014, p. 57). Destarte, a Ciência “[...] opera essencialmente no ‘modo teórico’, e é por essa via que tendemos a seguir praticamente uma disciplina que se pauta por algum padrão de cientificidade” (BARROS, 2014, p. 57).

Afirmando nossa modalidade de História ou campo historiográfico, trabalhamos aqui a História Comparada. Na Europa, há cerca de 90 anos, como resposta a História Política que se fazia no século XIX, aonde os historiadores desempenhavam narrativas nacionalistas radicais exaltando as potências ou personagens, que, por vezes, conclamavam indiretamente à Guerra, introduz-se esse novo campo como resposta a novos anseios, reflexões e possibilidades (BARROS, 2007, p. 8). Peter Burke (2012, p. 45) afirma que os primeiros historiadores a seguirem o método comparativo, sob influência dos estudos sociológicos de Durkheim e Weber, foram Marc Bloch e Otto Hintze. A preocupação inicial era procurar “o que está faltando”, trazer novas luzes para superação de explicações genéricas entre as sociedades (BURKE, 2012, p. 47). Parafraçando Barros (2007, p. 9), comparar era um modo de romper isolamentos, abrir-se a diálogos, afirmar-se contra um mero orgulho nacionalista unificador e doutrinário, questionando a intolerância que unia e dividia homens. Todavia, a comparação é tecida, sobretudo, pela não justaposição de uma sociedade sobre outra, acentuando relevos e apontando concavidades, assim como afastando-se da pedra de tropeço que os historiadores condenam: o anacronismo conceitual. Barros (2007, p. 14-15) apresenta as possibilidades da atitude comparativa efetuando-se entre sociedades distantes no tempo-espaço ou entre sociedades contíguas que mantêm respectivas influências. Ao falarmos dessa modalidade, apreendemos que sua constituição é “[...] antes de mais nada uma modalidade historiográfica fortemente marcada pela complexidade, já que se refere tanto a um ‘modo específico de observar a história’ como à escolha de um ‘campo de observação’ [...]” (BARROS, 2007, p. 9). Concordamos com Paul Veyne quando afirma que: “toda história é história comparada” (*apud* BARROS, 2007, p. 12).

Para Marc Bloch, a definição de História como campo que estuda os homens no tempo (2001, p. 52), parte primeiramente à materialização da vida, excluindo,

substancialmente, pela razão e coerência, as míticas e múltiplas intervenções divinas no mundo dos homens²⁸⁷. O historiador, assim como um ogro farejador de carne humana, caçaria os vestígios e indícios humanos dentro da relação passado, implicando, necessariamente, um entendimento do presente, e vice-versa (BLOCH, 2001, p. 54). O ofício do historiador consistiria em problematizar marcas, traços e sinais dos sujeitos, procurando entender sempre seus locais de origem, permanências, representatividades, semelhanças-diferenças e cortes cronológicos, evitando o julgamento desqualificado por superposições e durações, afinal, não podemos retroceder ao tempo para averiguações dos fatos triados. A possibilidade da História como ciência viria pela superação de condições investigativas e critérios abalizados de uma historiografia positivista, de causa única, exclusivamente política, baseada na verbalização cronológica de fatos, eventos e relatos como descritivos de um passado tal qual aconteceu. Podendo ser reconstruído essencialmente, demonstrado por documentos endossando suas origens, assim sendo, aquele tipo de narrativa que justificaria grandes obras, ações heroicas. O que ele denomina história-problema fará frente ao ídolo das origens²⁸⁸ (2001, p. 56) ou demônio das origens²⁸⁹ (2001, p. 58).

Bloch, em um fragmento de *Apologia da história* (2001, p. 54) deixa a provocação se a história seria uma “ciência” ou uma “arte”. Ciência ligada ao método, arte ao aspecto, conteúdo. Acentua, no século XIX, a repulsa dos especialistas positivistas no aspecto da forma, já que os tais, de maneira paradoxal julgavam fazer uma representação exata, imparcial, não tendenciosa, não moralizadora, não anedótica e não literária (REIS, 2013, p. 272). Ressalta, ainda, a imprecisão matemática ao se referir ou problematizar fatos, sendo loucura, ao historiador, admitir tal possibilidade. Pintamos a imagem, sugerida pelo autor, do *luthier* e o fresador ferramenteiro, ambos em suas precisas angulações e perfurações milimétricas, a diferença se daria na atuação do fresador, apoiado por instrumentos mecânicos de precisão e o *luthier*, “pela sensibilidade do ouvido e dos dedos”. Para Bloch “não seria

²⁸⁷ A estas caberia, evidentemente, a teologia. Bloch (2001, p. 42) articula no cristianismo uma religião de historiadores no aspecto pedagógico da inserção da ideia de um Cristo encarnado que penetra no mundo dos homens ao tempo, ou da referência a Pôncio Pilatos no Credo Apostólico (2001, p. 58), comportando os mesmos sujeitos no drama geográfico do Pecado, Queda e Redenção. Entrementes, o vestígio do sagrado enquanto discurso humano e implicação a coletividades, sem a metafísica, de fato, também é material ao historiador que trabalha ritos, investigação de milagres, mentalidades e ou a posterior proposta, que pode vir a nos interessar, como forma interdisciplinar, das Ciências das Religiões.

²⁸⁸ As explicações fundantes que situam sujeitos e nações por grandes feitos e relatos de grandeza e bravura.

²⁸⁹ Caberá ao historiador renunciar ao ídolo epistemológico político, o ídolo individual e o ídolo cronológico (REIS, 2013, p. 273). In: PARADA, Maurício (org.). **Os Historiadores Clássicos da História**, vol. 2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis: Vozes, 2013.

bom que o fresador se contentasse com o empirismo do *luthier*, nem que este pretendesse imitar o fresador” (2001, p. 55). Embora conclua que não se possa negar um tato refinado, ou subjetivismo, nas mãos que operam a máquina de fresar, não propõe, contudo, uma aposição de áreas, fato singular que observaremos mais adiante na ciência e ficção de Michel de Certeau.

É sabido que, junto com Lucien Febvre, Bloch funda a Escola dos *Annales*²⁹⁰ em 1929, embora seu núcleo central seja constituído juntamente com Fernand Braudel, Georges Duby, Jaques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie (BURKE, 2010, p. 11-12), líderes da denominada Revolução Francesa da Historiografia (BURKE, 2010, p. 17). Sua obra *Les Rois Thaumaturges* (1924) é descrita como um ensaio de sociologia histórica, ou antropologia histórica (BURKE, 2010, p. 32-33), uma história-comparada problema²⁹¹, no tempo da longa-duração²⁹². A obra fomenta o espírito da interdisciplinaridade que tabernaculou os *Annales*. Ao longo de sua produção, Bloch abordou gigantesca pluralidade de disciplinas: geografia, antropologia, psicologia coletiva, etnografia, biologia (na história do corpo), direito, teologia, linguística, chegando a mencionar a psicanálise, como observou Laurent de Saes, ao prefaciá-la edição brasileira de *A sociedade feudal* (2016, p. 15). O vigor blochiano, que refletira os *Annales*, demonstrava a necessidade constante do campo epistemológico se reprocessar e atualizar. “Os analistas da obra de Bloch são unânimes em conferir-lhe esta posição de verdadeiro precursor, de paradigma da historiografia dos *Annales*” (REIS, 2013, p. 264).

A instituição francesa o creditava, confirmava e lhe assegurava o discurso. Doravante, destacamos a heterogeneidade nos *Annales*, embora em sua terceira fase, iniciada por volta de 1968, seja mais visível e, de longe, mostre uma intensa e profunda fragmentação. Notório afirmar o jogo recíproco entre historiador e sua vinculação, no caso de Bloch, junto com Febvre, desbravaram a revista que, mais tarde serviu de canal, mesmo de forma póstuma, para Bloch, por mais de 60 anos, para expansão e ressignificação da sua obra. Referente a sua primeira geração, Peter Burke afirma sobre os pioneiros: “Resumindo, quanto ao que se refere à primeira geração, vale a pena lembrar o juízo de Braudel: ‘individualmente, nem Bloch nem

²⁹⁰ Usamos o termo ‘escola’ com cuidado, tendo consciência das singularidades, por vezes, conflitantes de seus membros, a saber, bem mais acentuadas na terceira geração, como observam Chartier e Revel, uma ‘nebulosa em expansão’ (apud BURKE, 2010, p. 13)

²⁹¹ O que vem a ser efetuado também em *A Sociedade Feudal* em dois tomos (1939-40). Peter Burke (2010, p. 33) e José Carlos Reis (2013, p. 256) apontam, o comparatismo de Bloch, fruto da interdisciplinaridade, a aliança com a sociologia de Durkheim e Simiand ao enfatizar os grupos sociais.

²⁹² Como infere Jaques Le Goff, ao prefaciá-la *Os reis taumaturgos* (1993, p. 17), a longa duração não se trata forçosamente de um longo período cronológico analisado, mas, estruturalmente, uma parte da história que evolui e muda lentamente.

Febvre foi o maior historiador francês do período, mas juntos o eram” (2010, p. 142). O caso da famosa escola historiográfica francesa se processa em mão dupla, e, embora careçamos de maiores aprofundamentos investigativos, não tolhemos à imaginação, motor do historiador e peça indispensável: ao cogito que Bloch fomenta os *Annales*, tenazmente, pela sua singularidade interepistemológica e comparativa, sobretudo, dialogicamente, também é reafirmado e sacralizado por ela com respectiva possibilidade-autenticidade da fala.

Por fim, sobre seus respectivos enfrentamentos, enquanto agente político de transformação, nos deparamos com a fala de Jacques Le Goff²⁹³, apontando o Bloch cidadão, soldado e historiador que se engajou e defendeu seu país nas duas Guerras Mundiais (BLOCH, 2001, p. 33). A postura do intelectual em *A Estranha Derrota*, de forma crítica, é do ser ativo que participa e toma lugar na sociedade, pois fora “[...] criado no culto das tradições patrióticas [...]” (BLOCH, 2011, p. 13). Em firme voz, mediante perseguição nazifascista, sua autoafirmação:

[...] um historiador suficientemente bom para não ignorar que as predisposições raciais são um mito e que a própria noção de raça pura é um absurdo particularmente flagrante [...] Só reivindico minha origem num único caso: diante de um antisemita [...] (BLOCH, 2011, p. 12).

Lamentavelmente, Marc Bloch, por se aliar à Resistência, na ocupação alemã, torna-se prisioneiro de guerra, sendo torturado e, posteriormente, fuzilado pela Gestapo em 16 de julho de 1944 em Saint Didier de Formans.

Certeau, ao problematizar o fabrico²⁹⁴ do historiador, irá trabalhar a disciplina como produtora de referentes²⁹⁵, construtora da história dos defuntos, do fato ocorrido que não pode ser ressuscitado ou revivido jamais, sua escrita “[...] põe em cena uma população de mortos – personagens, mentalidades ou preços” (2017, p. 108). De um lado, o desejo do historiador de apropriar-se ou possuir o objeto de estudo, este sempre predicado, atrelado ao ausente, sendo sempre o outro, tendo o passado como lugar do assunto-rei (2017, p. 110). Cabendo a historiografia, decentemente, liberar o apartamento aos vivos, construindo túmulos decentes e

²⁹³ O historiador francês especialista em Idade Média prefacia, de forma póstuma, os escritos que deram origem ao livro *Apologia da história* de Marc Bloch.

²⁹⁴ O que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’? (2011, p. 45).

²⁹⁵ Influência lacanianiana das traduções de símbolos e signos, como conceitos de imagens acústicas de outros predicados.

respeitosos aos mortos que obram a compreensão e interrelação com o presente, combinando a ausência dos vivos com a ausência desses cadáveres (2017, p. 110). Certeau se preocupa com uma prática sem teoria e alerta, em tal caso, sobre o dogmatismo de “valores eternos” ou a apologia de um “intemporal” (2017, p. 46). Assim, observa em sua *operação historiográfica* três pontos: o *lugar social*, este faz o discurso do historiador se articular como um lugar de produção socioeconômico, político e cultural (2017, p. 47), a instituição legitima a narratividade historiográfica, lapida e tolhe os limites, entre o dizível e seu interdito, estabelece suas doutrinas e as determina (2017, p. 53), deste modo, o corpo historiográfico funciona como um laboratório (2017, p. 57); sobre a *prática* seria a forma de apagar pudicamente os vestígios de seu trabalho, a fronteira entre o dado e o criado, aonde ocorre a pesquisa (2017, p. 65), e, por fim, a *escrita* que “[...] exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos”(2017, p. 91-92), o trabalho narrativo de semantização, seleção e inteligibilidade (2017, p. 99), tecendo, de forma análoga à arquitetura, um texto que organiza lugares em vista de uma produção, o discurso que “produz destruindo”²⁹⁶(2017, p. 106).

A possibilidade da história, no sentido da historiografia, seria mediada pelo resultado da disciplina e sua correlação, o discurso (2017, p. 46), advinda do afirmar duplo: ciência e ficção. A primeira, pela clivagem e método relacional autorizada pelo corpo historiográfico, a segunda, através da retórica ou narrativa, discurso, do historiador. Em *História e Psicanálise*, Certeau descortina os caminhos percorridos em que a ficção, como o irreal, foi atribuída, mediante divórcio e desenvolvimento, digamos injusto, entre ciência e literatura, dos séculos XVII ao XIX, pela organização universitária (2011, p. 91). Em quatro momentos, a obra apresenta a relação de acusação da ficção imposta entre o errôneo, o puramente literário, o metafísico e derivado semântico (2011, p. 45-47), e, como resposta a uma ambição do dizer real, tão caro na constituição da História²⁹⁷, sugere a reflexão tripartida: o real e a historiografia como legendário da instituição sacralizada; a manipulação do aparato científico, no caso, a relação entre dados e estatística como subjetivas, e a vinculação discurso e pesquisador (2011, p. 48). Para Certeau, seria legítimo e “[...] possível considerar a historiografia como uma mistura de ciência e ficção [...]” (2011, p. 48).

Este historiador, poliglota, filólogo, jesuíta, teólogo, estudioso da Hermenêutica e Retórica, membro da *École Freudienne de Paris* (1964-1980), fundada por Lacan, soube trafegar entre várias disciplinas, sem, necessariamente, embaralhar as identidades, mantendo

²⁹⁶ Referência a Roussel.

²⁹⁷ Delimitação una de ciência.

um singular afastamento das instituições, seja a dos historiadores, seja a da fé (2011, p. 14-15). Um intelectual que não subscrevia as crenças da instituição religiosa *stricto sensu*, nem as descartava totalmente (2011, p. 20), que, perante seus estudos psicanalíticos, enfrentara estranhamentos e suspeitas, por parte dos religiosos e médicos (2011, p. 21-22). Era um verdadeiro homem de fronteiras. Luce Giard²⁹⁸, afirma que, entre todas essas instituições, entre o particular, o respeito social, exigência ética e distanciamento crítico, impunha certa reserva e suscitava confiança, garantindo-lhe uma misteriosa forma de liberdade (2011, p. 14).

Como agente histórico, teve peculiar interesse nos acontecimentos de Maio de 1968, à efervescência dos movimentos estudantis e suas respectivas manifestações mediante guerras, contestações de espaços sociais distribuídos pela sexualidade, estratificações da vida cultural e a própria maneira de ingresso maior do historiador na vida cotidiana, abrindo assim, o caminho da história que saía do porão e chegava ao sótão, encabeçando a história das mentalidades (DOSSE, 2001, p. 121-122). Certeau demonstrou profundo interesse nos questionamentos que a Igreja se fez sobre o lugar dos pobres no mundo e sua atuação como organizadora de mudanças. Mostrou-se concatenado às produções teológicas fundidas ao marxismo na América Latina, ingressando várias incursões entre Argentina e Brasil, acompanhando aqui as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Assim, demonstrando a práxis do intelectual fora dos gabinetes frios analisando documentos.

O interesse da nossa comparação não se deu em projetar um historiador sobre o outro. Sobretudo, pela temporalidade, compreendemos contextos e, alguns debates, relativamente distantes entre os dois. Bloch foi assassinado beirando idade sexagenária enquanto Certeau chegava a sua segunda década de vida. Entrementes, conseguimos avistar suas concepções sobre o campo historiográfico com suas respectivas dessemelhanças entre a história com *h* maiúsculo e a outra afirmação da ciência conjugada com a narrativa performática e literária investigando o fio do relato e os rastros²⁹⁹ dos homens no tempo. A interdisciplinaridade ou o passeio entre as disciplinas, sem desfigurá-los enquanto historiadores, denotou suas atuações e produções. Por fim, a marca essencial de agentes históricos e transformadores da sociedade, observamos e assumimos em cada um. Bloch como fomentador da história-problema frente a história vista como representação do real do passado e Certeau com a história do morto, do ausente, referente ou significativo que sempre símbolo do sujeito. Diante de tais reflexões sobre o campo epistemológico, insinuamos a

²⁹⁸ Ao prefaciar *História e Psicanálise: Entre Ciência e Ficção*.

²⁹⁹ Ver Ginzburg em *O fio e os rastros* (2007, p. 7)

necessidade de reprocessar constantemente o que vem a ser a história e para que ela serve: a grande marca de seriedade da disciplina.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. Teoria Da História. Princípios e conceitos fundamentais. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. História Comparada- da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. História Social. Campinas, SP, n. 13, p. 7-21, 2007.

BLOCH, Marc Léopold Benjamin. **Apologia da história**, ou, o ofício de historiador. Tradução André Telles – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **A Estranha Derrota**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Os Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. Tradução: Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **A Sociedade Feudal**. Tradução: Laurent de Saes. São Paulo: EDIPRO, 2016.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. –São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. **História e teoria social**. Tradução: Klaus Gerhardt, Roneide Majer, Roberto Leal. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAIRE-JABINET, Maire-Paule. **Introdução à Historiografia**. Tradução- Laureano Pelegrin. São Paulo: EDUSC, 2003.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____. **História e Psicanálise: Entre Ciência e Ficção**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido**. Tradução: Ivone Benedetti. São Paulo: UNESP, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa d'Aguiar, Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales- A inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico**. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

REIS, José Carlos. Marc Bloch (1886- 1944), o paradigma da história estrutural. In: PARADA, Maurício (org.). **Os Historiadores Clássicos da História**, vol. 2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis: Vozes, 2013.

Coleção Romances do Povo: agenda cultural comunista na Guerra Fria (1953-1956/Brasil)

Luana Claudino da Silva
Graduanda do curso de Bacharelado em História/ ICHCA/UFAL
Grupo de Pesquisa História Social e Política (UFAL)

Resumo

A coleção Romances do povo trata-se de uma coletânea de romances publicada entre 1953-1956, pela editora Vitória do Rio de Janeiro, vinculada ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). A coleção tem como organizador, o escritor Jorge Amado e é composta por 20 volumes de autores diferentes de diversas nacionalidades, tendo como maioria autores soviéticos. O presente artigo tem como objetivo mostrar a importância da coleção Romances do povo no processo de engajamento intelectual no Brasil, no contexto da Guerra Fria, além de servir para que possamos compreender a cultura comunista da época, como também a influência da adesão do Realismo Soviético na coleção produzida pelo PCB.

Palavras-chaves: Coleção, PCB, Romance

Antes de dar início ao estudo da Coleção Romances do Povo, acho válido discorrer um pouco sobre a política cultural da União Soviética, para que possamos compreender melhor não apenas o contexto em que a mesma se insere posteriormente, mas também como isso se aplicou ao Brasil, não somente na cultura, mas também na produção Editorial.

A partir da criação do Partido Comunista soviético, deu-se início a uma organização revolucionária, que tinha a sua política- cultural voltada para a transformação da sociedade. Para isso, foi investido em reformas na educação e na cultura, durante a administração de Lênin. É nesse mesmo cenário que a produção editorial aumenta, abrangendo também a literatura. (CARMO, 2007, P. 38)

Com o surgimento da Proletkult³⁰⁰, que via na cultura proletária socialista, a criação de um novo homem, se contrapondo a cultura burguesa, deu-se origem a um movimento que trazia na produção literária elementos sociais e políticos. Lênin era contrário a ela, pois defendia a “revolução cultural”. (BANDEIRA, 2007, p. 25). Por conta disso, redigiu em 1920 uma resolução que proibiu a criação de uma cultura própria. Após sua morte, o debate contra a Proletkult se torna mais forte. Segundo Palamartchuk,

a partir de 1925 e com a publicação do documento do comitê Central, "Sobre a política do Partido no campo literário", a intervenção e controle do partido sobre o campo cultural é cada vez maior. Assim, arte e cultura na União Soviética se tornam instrumentais para a vitória da causa proletária, a qual era imaginada como inevitável. Com esse fim, a revolução cultural leninista deveria pautar-se no realismo, o qual deveria descrever a realidade e expressar claramente valores morais e políticos da nova sociedade. Assim, até o I Congresso dos Escritores Soviéticos, não mais escritores proletários, em 1934, a concepção de Lênin sobre a revolução cultural será predominante (PALAMARTCHUK, 2003, p. 107)

Dito isso, há um crescimento na literatura proletária, e seus autores passam a vir das fábricas e usinas, trazendo em seus personagens o heroísmo centralizado agora na figura do proletário e do camponês. (CARMO, 2007, p. 44)

É justamente nesse contexto que é fundado em 25 de março, de 1922, o Partido Comunista Brasileiro. Podemos observar que o partido além de instaurar suas políticas práticas, estabeleceu também sua política cultural. Segundo Mota,

os comunistas não se ocupavam somente de propaganda e agitação, mas atuavam na formação cuidadosa e sistemática do “povo” ou “família” comunista, que deveria absorver os valores, mitos e símbolos construídos pelos revolucionários. Em outras palavras, tratava-se de construir e disseminar uma cultura comunista entre os membros do grupo. Por isso, sua produção intelectual e ação editorial não se restringiram a textos políticos e doutrinários, mas abarcava também romance, poesia, história e dramaturgia (MOTA, 2005, p.345).

A atividade Editorial era a prioridade da política cultural do partido, desta forma “os periódicos – jornais, revistas, boletins – são o *locus* privilegiado da atuação do PCB” (CARMO, 2007, P. 52). Os livros também faziam parte da atuação do partido, mesmo tendo suas impressões limitadas no início da sua produção, pois as condições do partido não eram favoráveis e também pelo mercado de livros no Brasil, que na época era bastante limitado.

³⁰⁰ Cultura proletária. Movimento literário, organizado por A. Lunatcharski em 1917 na Rússia. O Proletkult incentivava a produção de uma literatura e cultura proletária, de fácil acesso ao povo.

Foi então na década de 1930, que o mercado de livros cresceu e “ocorreu um pequeno *boom* de editoras comunistas, que se deveu à combinação entre a emergência de conjunturas políticas marcadas por relativa liberdade e o aumento da influência dos ideais socialistas, implicando maior procura por publicações de esquerda.” (Idem). Na mesma década temos também “o surgimento de coleções editoriais como a *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, e a *Documentos Brasileiros*, da José Olympio” (CARMO, 2007, p. 53) Outras pequenas Editoras também tiveram um significativo surgimento, segundo Motta,

várias editoras de esquerda pipocaram naqueles anos, na maioria concentradas no eixo Rio/São Paulo, sendo as principais: MARENGLEN, LUX, CARAMURU, SELMA, ALBA, SOVIET, ADERSEN, CULTURA BRASILEIRA, UNITAS e CALVINO. Essas pequenas editoras possuíam vínculos diretos ou indiretos com o Partido Comunista. Em alguns casos, há indícios que o partido forneceu os fundos para o início das atividades, mas encarregou algum intelectual ou militante de gerir o negócio; em outras situações eram intelectuais ligados ao partido, ou dissidentes dele (o caso da Unitas, fundada por militantes trotskistas) os responsáveis por abrir e tocar as editoras. De qualquer modo, a linha editorial dessas “casas” seguia os ditames do projeto comunista. Esse breve surto de publicações de esquerda resultou, principalmente, na tradução de clássicos do marxismo e de textos de “literatura proletária” (romance, memórias, poesia), tornando a circulação das idéias e valores comunistas no país mais fácil (MOTTA, 2005, p. 346).

Não podemos deixar de citar aqui, escritores que fizeram parte da literatura social Brasileira, pois na década de 1930 temos um maior envolvimento dos escritores e artistas brasileiros com o comunismo, a exemplo disso temos autores com Osvald de Andrade, Patrícia Galvão, como também os autores conhecidos como “regionalistas”, dentre eles estão, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e José Lins do Rêgo. (PALAMARTCHUK, 1997, p. 10-11)

Na década posterior, temos a fundação da Editorial Vitória. A Editora foi fundada em março de 1944, no Rio de Janeiro e Possuía vínculo com o PCB. A mesma mantinha relações com gráficas, livrarias e vendedores, além de contar com funcionários em seu quadro, porém ao que tudo indica, era uma livraria de porte médio. (CARMO, 2007, p. 54) Apesar de passar por momentos de dificuldades, conseguiu atuar por um longo período. Como nos relata Motta,

foi a mais longa experiência editorial dos comunistas brasileiros até então. Ela durou exatamente vinte anos, expirando em meio ao vagalhão anticomunista de 1964. No decurso dessas duas décadas a Vitória lançou mais de uma centena de títulos, alguns dos quais tiveram boa vendagem, alcançando cinco ou seis edições. Sobreviver é um verbo adequado para expressar a experiência dessa editora, cujas instalações foram invadidas pela polícia carioca nada menos que cinco vezes (MOTTA, 2005, p. 348).

Os títulos produzidos pela Editora podem ser classificados da seguinte forma: Textos de divulgação partidária, textos relativos à União Soviética- dentre esses também se encontram alguns textos de viagens de autores brasileiros -, textos Marxistas e também literatura. (SANTOS 1996 citado por CARMO 2007). Os textos literários da Editora são marcados pelos períodos de 1944- 1946, que são os primeiros anos da Vitória, - “Seu primeiro livro publicado é “Morte ao invasor alemão”, de Ilya Ehremburg, que trata da “coragem e da luta” do “povo russo” contra os nazistas’ (RUBIM, 1994 citado por CARMO, 2007) - e o período de 1950-1956, marcado pela Coleção Romances do Povo, que é lançada a partir de 1953 e encerra-se em 1956.

O principal veículo de propaganda da Vitória era a imprensa comunista, além de utilizarem também os folhetos e cartazes. O jornal era o meio mais eficaz de fazer com que as notícias de lançamento chegassem ao público. Como afirma Motta,

o principal meio de divulgar ao público os lançamentos da Vitória era a imprensa comunista, também chamada “imprensa popular”. O PCB possuía nesses anos uma extensa cadeia de jornais, que pelo número de títulos em circulação constituía-se numa das maiores redes jornalísticas do país. (...) A Vitória publicava anúncios de seus livros nos periódicos comunistas, maneira imediata de comunicar-se com o público potencial da editora (MOTTA, 2005, p. 349)

Não era uma tarefa fácil fazer com que livros comunistas fossem lidos pelo povo, para isso foram tomadas medidas para fazer com que eles se tornassem populares, “Uma das estratégias adotadas pelas editoras de esquerda foi o lançamento de edições populares dos livros mais procurados, vendidos a preços mais baixos e, às vezes, com o texto original modificado e simplificado” (MOTTA, 2005, p. 350). Isso mostra como o Partido Comunista usou essas edições como estratégia para poder falar ao povo, não apenas com textos de doutrinas de famosos teóricos como Marx e Engels, mas também por meio da literatura, facilitando ao povo o acesso a essas obras.

A Coleção Romances do Povo, como foi dito anteriormente, foi criada em 1953 e teve seu fim em 1956. Composta por 20 Títulos de autores variados, de diversas nacionalidades, sendo em sua maioria autores soviéticos e homens, havendo apenas três autoras femininas na coleção, na qual uma delas é a autora Alina Paim. A única autora brasileira presente na coleção

Os livros que compõem a coleção são: Um homem de verdade - Boris Polevoi ; Assim foi temperado o aço - Nikolai Ostrovski – soviético; A lã e a neve - Ferreira de Castro; O

grande norte - Tikhon Siomuchkin; Os donos do orvalho - Jacques Roumain; Tchapaiev - Dimitri Furmanov; A colheita - Galina Nikolaieva; A tempestade vol. 1 e 2 - Ilya Ehreburg ; Espártaco - Howard Fast; A hora próxima - Alina Paim; A felicidade - Piotr Pavlenko; A estrada de Volokolamsk - Aleksander Bek; A tragédia de Sacco e Vanzetti - Howard Fast; Primeiras alegrias - Konstantin Fedin; A torrente de ferro - Alexandre Serafimovitch; Sol sobre o rio Sangkan - Ting Ling; Coolie - Mulk Raj Anand; Os mortos permanecem jovens - Anna Seghers; Terra e sangue - Mikhail Cholókhov.

A coleção tem como organizador, o escritor Jorge Amado, uma figura bastante conhecida por todos. Por conta de sua influência com vários escritores e editores dentro e fora do país, conhecendo a maioria dos autores da coleção pessoalmente, sem contar a sua atuação política, como também a sua popularização como escritor consagrado. Tudo isso contribuiu para que o escritor baiano fosse escolhido como organizador da coleção. (CARMO, 2007, p. 61)

Analisando o jornal imprensa popular, principal veículo de propaganda da Editorial Vitória, é possível ver as expectativas e pretensões da Editora com o lançamento da Coleção, através de uma entrevista feita pelo jornal com Benedito Papi, gerente da Editora,

a Editora Vitória tem ultimamente se destacando no seu programa editorial, lançando livros de cultura política e contribuindo de maneira conscienciosa para o aprimoramento da cultura nacional. Temos despertado o interesse da grande massa de eleitores, e a nossas edições tem encontrado a maior aceitação. Este ano, porém, vamos ampliar ainda mais o nosso programa e pretendemos mesmo iniciar uma nova linha de edições, sem prejuízo das nossas condições normais. (...) Este novo programa é constituído de lançamento de um romance por mês, escolhido entre os mais significativos e de maior sucesso na literatura progressista mundial. Pretendemos, desse modo, pôr os nossos leitores em contato com os maiores nomes da literatura de vanguarda contemporânea. (...) Precisamos do apoio da grande massa de eleitores para esse empreendimento de cultura. O nosso objetivo é editar livros baratos ao alcance da bolsa de qualquer um. Mais barato, aliais, do que habitualmente fazemos. A proporção que esse apoio aumentar, ampliaremos ainda mais o nosso programa cultural de modo a dar ao nosso povo edições cada vez melhores e mais baratas (IMPRENSA POPULAR, 1953, p.3).

Através da entrevista podemos ver muito bem a preocupação da Editora em disponibilizar para a população uma coleção de livros com preços mais baixos, para que dessa forma pudesse ter um alcance maior entre povo. É possível encontrar entre os anúncios dos livros contidos no jornal, o preço na qual ele era vendido. Nos primeiros anos é vendido por Cr\$ 60, 00 e nas últimas edições passa por um aumento chegando a custar Cr\$ 80,00.

No referido jornal também podemos perceber uma boa recepção do público, que logo no lançamento do primeiro livro - “Um Homem de Verdade” de Boris Polevoi- demonstra grande interesse pela coleção. O livro, como é apontado pela imprensa, mesmo sendo recentemente lançado, torna-se um sucesso em vendas.

Nas primeiras vinte e quatro horas após o lançamento do livro efetuou-se uma venda superior a 1.000 exemplares, sendo que no Distrito Federal foram vendidos 532 exemplares. Ontem, sábado, havia sido ultrapassada a quantia de 3.646 livros vendidos em apenas três Estados no Brasil. Um verdadeiro Recorde! (IMPENSA POPULAR, 1954. P. 15).

Os Romances de autores soviéticos são os que possuem maior semelhança, pois em suas tramas, eles apresentam a Revolução Russa, como também a I e II Guerra Mundial como cenário de seus romances, segundo Carmo,

os autores questionam as contradições sociais, apresentando uma intenção de suprimir os valores burgueses que ainda persistem no período pós-revolucionário. O componente ideológico está presente em toda a narrativa, que tenta influenciar o leitor a “tomar partido” na luta revolucionária através de situações carregadas de maniqueísmos político-partidários. Estruturalmente, têm em comum o tratamento épico nas descrições das cenas dos campos de batalhas, dos enfrentamentos dos exércitos e da desolação do povo ante as privações a que é submetido (CARMO, 2007. p. 61).

Já os livros de autores não soviéticos, não utilizam a Revolução de 17 e nem as duas Guerras como cenário de seus livros, exceto “Os Mortos Permanecem Jovens” da autora Anna Seghers. Cada um, a seu modo, aborda de maneiras diferentes o tema em comum, que consiste na criação de uma consciência revolucionária (CARMO, 2007, p. 62).

Para ter uma breve ideia de como eram as histórias contadas nos livros da coleção, falarei um pouco sobre o livro “A Hora Próxima” da escritora Alina Paim, que como foi dito anteriormente, é o único livro da coleção escrito por uma autora brasileira.

A história se passa durante uma greve dos ferroviários da cidade de Cruzeiro, em 1950. As mulheres dos trabalhadores da ferroviária formam um piquete com a intenção de parar uma locomotiva em movimento, fazendo com que ela se torne a bandeira de sua greve. Para escrever esse livro a autora conviveu com as mulheres durante a greve, tornado a trama ainda mais realista. Segundo o Jornal Imprensa popular,

A Hora Próxima trata de maneira realista da vida e das lutas dos ferroviários brasileiro, particularmente na famosa greve ocorrida há alguns anos, na qual as mulheres trabalhadoras apresentam um papel tão destacado (INPRENSA POPULAR, 1955, p. 4).

Analisando esse trecho do jornal, dá-se a entender que as mulheres representadas no livro, são mulheres trabalhadoras quando na verdade são esposas dos ferroviários. As mulheres tinham um papel muito importante na greve, pois por não possuir vínculo empregatício com a empresa, elas não corriam o risco de serem demitidas e poderiam tomar a frente da greve de forma mais visível que os seus companheiros. A autora destaca na figura das mulheres a sua força, organização e determinação em meio à greve.

No livro, podemos ver a presença também do “heroísmo coletivo”, e não centralizado apenas na figura de uma pessoa, trazendo assim, o protagonismo do povo, a voz dele e seu relevante papel na greve. Mostra como a coletividade pode fazer com que realmente haja uma mudança na sociedade.

A Coleção Romances do Povo chega ao fim em 1956, mesmo ainda tendo vários títulos a serem publicados. Títulos estes como, “Um verão extraordinário”, de Fédin; “Fronteiras ao vento”, de Alfredo Gravina; “Gente Independente”, de Hallder Laxness (Prêmio Nobel de 1955); “Longe de Moscou”, de V. Ajaev; “O cavaleiro da estrela de ouro”, de Babaievsky; “O tormentoso caminho”, de Aleksis Tolstói; “Celulose”, de Igor Neverly; “Ana”, de Ivan Olbracht; “Crônica dos pobres amantes”, de Vasco Pratolini; “A aldeia natal”, de V. Nekrassov; “A rena veloz”, de Nikolai Chundik; “Descalços”, de Stancu; e “Companheiros”, de Dalcídio Jurandir. (CARMO, 2007, p. 68)

Dito isso, ficam os seguintes questionamentos: Quais foram os motivos para o fim da coleção? Por que a coleção chega ao fim, mesmo sendo um sucesso em vendas e ainda tendo livros a serem lançados? Essas questões ainda não me foram respondidas com clareza nos trabalhos que analisei sobre a Coleção Romances do Povo, pois há uma certa divergência entre os autores. (SANTOS, 1996 citado por CARMO 2007), fala que o fim se deu por problemas financeiros da Editora, já (RUBIM, 1994 citado por CARMO 2007) nos relata que o encerramento da coleção tem relação com a repercussão do XX Congresso do Partido Comunista Soviético, e que por conta disso houve um declínio nas tiragens dos livros que compunham a Coleção. Tais explicações ainda são muito vagas, é preciso analisar, por exemplo, até que ponto o XX Congresso do Partido Comunista Soviético teve influência no encerramento da Coleção.

Analisando todo o contexto histórico, político e cultural que foi apresentado neste artigo, podemos perceber o importante papel que esses livros representaram, ao mostrar os valores e projetos comunistas para o povo, utilizando a cultura para tal feito. Não apenas a

Coleção Romances do povo, mas também tantos outros livros que foram publicados durante esse período.

Esses romances, talvez, tornaram mais fáceis do que os livros doutrinários, a tarefa de fazer com que o povo entendesse a cultura comunista, como também participassem do processo de construção da mesma. A linguagem mais simples e direta utilizada nesses livros possibilitou abordagens de temas que antes eram mais difíceis de serem tratados, como o processo revolucionário. O Realismo Soviético foi muito importante nesse processo, pois trazia em sua narrativa de forma realista, elementos do cotidiano do povo, fazendo com que a população se identificasse com os personagens ali apresentados. Além do papel que esses romances representaram ao povo, vemos também a importância dele para os escritores brasileiros, que viram nesses livros, a possibilidade de fazer parte de um dos processos literários de grande importância histórica e cultural para o Brasil

REFERÊNCIAS

Jornais

Imprensa Popular. Rio de Janeiro. P. 3. 16/ 01/1953. p.3 Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pesq=romances%20do%20po>
vo. Acesso em: 29/11/2018

_____. Rio de Janeiro. P. 15. 01/01/ 1954. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pesq=romances%20do%20po>
vo. Acesso em: 29/11/2018

_____. Rio de Janeiro. P. 7/04/1995. Literatura. P. 4. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pesq=romances%20do%20po>
vo. Acesso em: 29/11/2018

Literatura

PAIM, Alina. **A Hora próxima**. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1955

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Homero Freitas de. **O Realismo Soviético e suas (in) definições**. Revista Literatura e Sociedade. USP, 2010. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/l/article/view/64089>. Acesso em: 04/10/2018

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O marxismo e a questão cultural. In: TROTSKI, Leon. **Literatura e revolução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. P. 21-30.

CARMO, Rodrigues Reis do. **Romances do povo: a política cultural do PCB e a negação da esfera pública popular**. Monografia Rio de Janeiro, UFRJ. 2007. Disponível em:
<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/461/1/Romances%20do%20Povo.pdf> Acesso em: 04/10/2018

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **A verdadeira pátria dos trabalhadores: a URSS e as edições comunistas in: ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (org.) Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras, 2005, v.1, p. 343- 365.)

PALAMARTCHUK, Ana Paula. **Os novos bárbaros: escritores e comunismo (1928- 1948)**. Tese de Doutorado, Unicamp, 2003. Disponível em:
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_bc4c44c5f46e3f313a93d420beef5611. Acesso em: 04/10/2018

_____. **Ser intelectual comunista... Escritores brasileiros e comunismo (1920 – 1945)**. Dissertação de mestrado. Unicamp, 1997. Disponível em:
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_624ee40305b0df4e2215d05d998fac44. Acesso em: 04/10/2018

"Casos de vida e morte" - Ciclos epidêmicos e administração das freguesias no contexto de embate entre o regalismo e ultramontanismo em Alagoas (1840-1889)

Lydio Alfredo Rossiter Neto
Graduando do curso de Bacharelado em História/ICHCA/UFAL
Prof. Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos
Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões (LIER)

RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo estudar a atuação do clero católico influenciado pelas idéias e práticas regalistas e ultramontanas no território alagoano, em meados do século XIX até a Proclamação da República (1840-1889). Os conflitos na relação entre estes pressupostos foram analisados a partir das mudanças jurídicas e administrativas de impacto social nas vilas e cidades do interior da província de Alagoas. Em especial, diante dos ciclos epidêmicos que afetaram a saúde pública, organização política e administração dos cemitérios. Um dos papéis da Igreja Católica no período foi a tarefa de ordenar o espaço social, juntamente com o Estado Imperial em âmbitos políticos, culturais e ideológicos. O presente trabalho é uma continuação da pesquisa "Casos de vida e morte": saúde pública, epidemias e administração dos cemitérios no contexto de embate entre o regalismo e ultramontanismo em Alagoas (1840-1889). Fruto do projeto de pesquisa PIBIC - Igreja Católica, conflitos e relações de poder: regalismo e ultramontanismo na província de Alagoas (1840-1889)

Palavras Chave: História de Alagoas, Documentação Eclesiástica, Relações de poder.

Ao considerar a relação entre a Igreja católica e a presidência da província de Alagoas, pondera-se acerca da natureza desta, considerando ainda o embate por espaço no poder eclesiástico, especificadamente a atuação dos clérigos e leigos nas funções administrativas da província. Utilizando-se da documentação pertinente ao assunto, buscou-se estudar sobre a atuação dos responsáveis pela manutenção de tais funções dentro do contexto contido no

espaço de tempo entre os ciclos coléricos de 1856 e 1862³⁰¹, entendendo a religião enquanto aspecto indispensável para compreensão da sociedade, ao passo que as incompatibilidades entre os poderes espiritual e secular criavam delicados conflitos de competência.³⁰²

No que diz respeito à relação entre a Igreja católica e o Estado, leva-se em conta a influência mútua e a delimitação dos campos de ação de cada uma, entendendo o cunho eclesiológico dos membros do clero como regalista³⁰³. Ao modelo europeu, lusitano, a Igreja Católica permaneceu subjugada aos dizeres do Império. Benesses e compromissos vinham moldando-se pelas características da cultura e sociedade desde os primórdios da colônia, em especial a presença dos padres no Brasil urbano do século XIX. A medida em que as partes interagiam pôde-se contemplar a conturbada relação entre as mesmas, compreendendo o processo de adaptação secular que as instituições sofreram ao longo do século XIX.

Ao focar o escopo geográfico desta pesquisa às vilas da província de Alagoas foi possível constatar, primeiramente, particularidades acerca das relações entre as partes envolvidas - vigários e a presidência da província - nos canais de comunicação; assim como o cotidiano das vilas, principalmente a confluência entre as práticas religiosas e a organização política local. Por este motivo, foi necessário abarcar aspectos da administração local realizada pelo clero, em específico como esta modificou-se após o ciclo colérico da década de 1850³⁰⁴.

Sabe-se que os surtos de cólera, ao longo do século XIX, foram muitos fortes no interior da província de Alagoas. Com o intuito de aprofundar a presente pesquisa, a medida em que se amplia a mesma ao interior da Província das Alagoas, opta-se pela vila do Pilar como ponto de partida em vista de interessantes aspectos acima citados.

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor

³⁰¹ALMEIDA, Sávio de. **Alagoas nos tempos do cólera**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

³⁰²SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte/MG: Fino Tranco, 2015.

³⁰³"Entende-se como regalismo, a supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico, decorrente da alteração de uma prática jurisdicional comumente seguida ou de princípios geralmente aceitos, sem que haja uma uniformidade na argumentação com que se pretende legitimá-lo (CASTRO, 2002 323) Ou seja, o regalismo era uma prática corrente na Europa, sendo depois transplantada para as colônias portuguesas e espanholas, na qual o Estado unilateralmente alterava princípios jurídicos que eram tradicionalmente seguidos, sempre como o intuito de aumentar o seu controle sobre a Igreja. Essas diferentes práticas nos diversos estados europeus receberam vários nomes, como galicanismo josefismo e simplesmente regalismo." *In*:SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte/MG: Fino Tranco, 2015.

³⁰⁴ALMEIDA, Sávio de. **Alagoas nos tempos do cólera**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996

Para satisfazer o ofício de Vossa Excelencia, firmado em data de 13 do andante, cumpre-me dizer que esta freguesia carece bastante de Matris (sic), por que sendo criada pela lei de 3 de maio de 1854 ainda não foi conciliada pelos poderes provinciais funcionando provisoriamente numa pequena capela que foi a do antigo engenho, por não haver outra, e esta mesma achar-se em mau(sic) estado, ameaçando ruína, a ponto de já se recusar entrar nela (...) ³⁰⁵.

No presente ofício, a fala do vigário, Jacinto Candido de Mendonça, exhibe o cotidiano daquela população. Na vila do Pilar a denúncia da não edificação da matriz, apesar da lei de 1854, assim como a realização das atividades religiosas em uma capela improvisada, denotam a falibilidade de implementação das diretrizes e, ao mesmo tempo, a dedicação da população às práticas religiosas

Em seguida, o Pároco, Jacinto Candido de Mendonça, continua a atestar que a população *tão crescida, tão populosa*³⁰⁶, ainda que tenha sofrido com o cólera em 1856³⁰⁷, muito ressentia a ausência de uma matriz propriamente erigida, "*onde com decência funcione o culto público*". Inclusive, Pe. Jacinto aponta para outra diretriz em seu ofício, a lei especial de 1858³⁰⁸, a qual autorizava o governo provincial a despender da quantia necessária para a construção da Capela Mor. Por fim, enfatiza a "difícil e dispendiosa" empreitada, conclui sua fala assegurando o anseio e dedicação da população como agentes ativos na construção da matriz, sem deixar de enaltecer-se³⁰⁹.

A ereção desta matriz, aparece ainda em ofício datado de 3 de abril de 1861, no qual o padre Jacinto Candido de Mendonça - ainda como vigário - responde a circular do ex-presidente da província Pedro Leão Veloso, endereçada ao então presidente, Roberto Calheiros de Melo, onde se levantava uma série de dados referentes às condições em que se encontravam as freguesias³¹⁰.

Inicia explicando que: a paróquia do Pilar foi oficialmente criada pela a Lei provincial número 380 de 8 de maio de 1854³¹¹, formando-se, a princípio, por parte da freguesia da

³⁰⁵Vigário de Capital (Pilar). Ofício ao presidente da província; Arquivo Público de Alagoas Caixa 999; IT, 1859.

³⁰⁶Vigário de Capital (Pilar). Ofício ao presidente da província; Arquivo Público de Alagoas Caixa 999; IT, 1859.

³⁰⁷Presidência da Província. Correspondência endereçada ao ministério do império datada de Maceió a 15.02.1856. In ALMEIDA, Sávio de. **Alagoas nos tempos do cólera**. São Paulo: Escrituras Editora. 1996, p.53.

³⁰⁸Vigário de Capital (Pilar). Ofício ao presidente da província; Arquivo Público de Alagoas Caixa 999; IT, 1859

³⁰⁹Idem.

³¹⁰Vigário de Capital Pilar. Ofício ao presidente da província; Arquivo Público de Alagoas Caixa 999; IT, 1861.

³¹¹Segundo o artigo de número 2 (dois) desta Lei provincial, os limites da freguesia seriam os mesmos do distrito. Idem, Op.cit.

Cidade das Alagoas (Atual Marechal Deodoro) e por uma pequena parte da Vila de Atalaia. A freguesia incluía, ainda, os arraiais Santo Amaro, Mangabeiras, Pedro da Cruz e Tabuleiro - estes desmembrados da freguesia da Vila de Atalaia -reorganizando a população dessas regiões nos conformes das congregações religiosas. O pároco aponta ainda referências geográficas significativas, como os engenhos (Gravatá e Marcelo em Atalaia; Líbano em Alagoas e Cajueiro em Santa Luzia do Norte) que demarcavam as extremidades da área compreendida pela paróquia, destacando estes pontos econômicos como marcos de disputa de poder; nas palavras dele: "Até hoje não estão liquidados(sic)os limites dados por esta lei, os parochos (sic) limitrophis(sic) da cidade das Alagoa(sic), Atalaia e de S. Luzia do Norte tem deveras contestado".³¹² Vale atentar que a repartição dos fieis entre as freguesias ocasionou uma sutil diminuição do poder local dos vigários, assim como aos conflitos aqui citados.

(...)Tem aparecido já dous(sic) actos(sic) interpretativos da Lei primitiva, favoráveis ao direito desta freguezia(sic), mas de nada tem valido, por que se não tem respeitado tais disposições, tornando-se antes letra morta³¹³.

Muito se compreende a partir deste quesito que, para além da fundação da vila, é possível ilustrar a característica amorfa da organização administrativa local; de fato, esta exemplifica a intensa mutabilidade das fronteiras das freguesias, oriundas - em parte - de interesses políticos. O interlocutor menciona ainda, o "*possível caos*" que a situação poderia ocasionar. Entre outros acontecimentos, o vigário atesta a ocorrência de membros de sua paróquia participarem nas eleições de vila da Atalaia, assim como os casos de seus fregueses que serviam na guarda nacional estarem alocados naquela freguesia; ainda, haviam também aqueles que serviam de jurados na vila de Santa Luzia do Norte e, por fim, eleitores qualificados em Pilar que teriam votado nas eleições da freguesia de Alagoas. No relato do pároco ressalta o contexto de mutabilidade e contestação das fronteiras da freguesia por seus pares, ainda que ele alegue o reforço dos atos de efetivação "*os Parochos(sic) mencionados tem de seo(sic) lado o antigo costume, e com esto(sic) o povo as vai seguindo, ainda que criminosamente.*"³¹⁴

No ponto seguinte, relativo à Matriz da freguesia, o vigário "recente-se (sic) da grande necessidade de uma Matriz, pois não a tem, funcinando-se(sic) por'ora(sic) em uma pequena

³¹²Idem, Op.cit.

³¹³Idem, Op.cit.

³¹⁴Idem, Op.cit.

capela, quefoi outrora do antigo engenho"³¹⁵. Aqui é possível recordar do ofício enviado a presidência da província dois anos antes (1859)³¹⁶. Devido a este espaço de tempo, compreende-se o limite de ação do governo provincial e a demora na execução do levantamento da matriz. Considera-se, também, o primeiro ciclo do cólera como um dos fatores determinantes para este atraso.

Adiante, o vigário denota a necessidade de empreender um engenheiro para avaliação do estado mal-acabado do prédio, e o possível orçamento de uma nova capela, ainda que "ficando o restante por minha conta[,] necessidade esta que por muitas vezes tenho feito scutir(sic). (...)"³¹⁷. Neste ponto, vale constatar a atitude proposta pelo vigário diante da notória falta de uma matriz, permitindo indagação diante de sua disposição para auxiliar na construção, assim como o impacto local da mesma, tendo em mente a sua disponibilidade econômica.

No seguinte exemplo, vigário de Pilar, Jacinto Candido de Mendonça, em respostas à circular de 1861³¹⁸, explana informações pertinentes ao estado da vila do Pilar. Este, inicia sua exposição pelo número de engenhos. Segundo ele, 25³¹⁹(vinte e cinco) existiam nas dimensões da vila, assim como o número de "*villas de domínio particular*", um total de 990 (novecentos e noventa)³²⁰ casas, das quais 315 (trezentas e quinze)³²¹ eram cobertas de palha. Considerar o detalhamento das estruturas de palha como indicadores de famílias pobres salienta essas informações como esclarecedoras da ordenação populacional do período, além do que, pode-se considerar este detalhe como uma preocupação de saúde pública, visto que os agentes de saúde da época acusavam estas moradias de serem focos disseminadores das diversas moléstias³²².

(...) Passando ao 3º, que exige o numero das Capellas filiais. respondo, que nenhuma há.

³¹⁵Vigário de Capital (Pilar). Ofício ao presidente da província; Arquivo Público de Alagoas Caixa 999; IT, 1861.

³¹⁶Vigário de Capital (Pilar). Ofício ao presidente da província; Arquivo Público de Alagoas Caixa 999; IT, 1861.

³¹⁷Idem, Op.cit.

³¹⁸Vigário de Capital (Pilar). Ofício ao presidente da província; Arquivo Público de Alagoas Caixa 999; IT, 1861.

³¹⁹Idem, Op. cit.

³²⁰Idem, Op. cit.

³²¹Idem, Op. cit.

³²²KODAMA, Kaori. Et Al. **Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar**. In: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.19 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2012

Enquanto ao 4º Quais as ordens terceiras[?]. Também, respondo, que nenhuma.

Sobre a 5º, que, exige o numero das irmandades e seos (sic) rendimentos, digo que legalmente constituída, só existe a irmandade do S.S Sacramento, instituída(sic) a tresannos(sic), a qual carece de rendimentos contando unicamente com as entradas, joias(sic) e anuais(sic) que dão os respectivos irmãos, conforme estabelece o seo(sic) compromisso.

6º Quais os edificios (?) que possuem[?]. Nenhum (...) ³²³

Ao observara presença da Igreja, a ausência de ordens terceiras e a escassez de paróquias secundárias, conjectura-se a impraticabilidade de se congregar tamanha população e, ainda, uma melhor compreensão do *antigo costume* dos paroquianos, citado anteriormente, em manter seu culto vinculado às congregações das freguesias adjacentes.

Por fim, o interlocutor remete-se ao assunto mais pertinente a esta pesquisa, respondendo o último quesito da circular - o qual exigia o número de cemitérios, o estado deles; se foram edificados à custa do tesouropúblico ou de particulares, e, por fim, se tinham regulamento.

Cumpre-se dizer que existe um Cemitério de Pedra e Cal nesta Villa com uma unicacapella(sic), obra que emprhendi(sic), não obstante muito sacrificio(sic), principiada e quase acabada em Dezembro p[roximo passado], edificado a espessas particulares e subsidiando unicamente o thesouro(sic) provincial com 500 reis e S.M.I (?) quando andou igual quanta obra no juizo(sic) dos entendidos só será realizado com mais de Seis Contos de reis, ainda carece de alguns aperfeiçoamentos, e para o que julgo ser suficiente quantia de 50 reis, ainda não tem regulamento.

Penso assim ter satisfeito o que determinou a circular já referida, pedindo vemia(sic) a V[ossa]E[xcelência] pelo que não tiver informado (...) ³²⁴

Percebe-se pela descrição acima, a qualidade rudimentar, para não dizer deficiente, do cemitério do Pilar. Sua construção chama a atenção, primeiramente, pelo espaço de tempo em que se encontra, período entre dois ciclos epidêmicos ³²⁵. Em segundo lugar, o interesse por parte da presidência quanto ao estado dos cemitérios indica uma maior precaução com as

³²³Vigário de Capital (Pilar). Ofício ao presidente da província; Arquivo Público de Alagoas Caixa 999; IT, 1861.

³²⁴ Idem, Op.cit.

³²⁵ALMEIDA, Sávio de. **Alagoas nos tempos do cólera**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

inumações, considerando os resquícios do *terrível cólera* de alguns anos antes (1856)³²⁶. Além disso, sua tardia finalização esclarece os percalços e as necessidades que uma obra como essa necessitava. Dedicar-se atenção também às “espessas particulares” utilizadas na construção do cemitério, questiona-se o papel da Irmandade do Santíssimo Sacramento, citada na fonte, assim como o investimento de terceiros.

Ainda no início da década de 1860, em meio ao segundo ciclo de cólera³²⁷ pondera-se acerca dos membros do clero que, ao mesmo tempo, eram agentes religiosos e políticos ativos na região, para melhor compreender a organização social no cenário da moléstia.

Neste exemplo, o padre, José Domingues de Amorim, comunica a presidência da província que a câmara de vereadores da vila do Pilar foi fragmentada pela morte de dois de seus membros e pela contaminação do interlocutor,

IlustríssimoExcelentíssimo Senhor

Com a Epidemia, que ainda não deixou esta villa, e seo(sic) Municipio, falecerão(sic) o segundo vereador Cap. Joaquim José de Mello e o Secretario da Camara José Domingues de Carvalho. Dos outros vereadores somente eu fui acometido (sic) e por isso passei a presidencia da Camara ao terceiro, hoje segundo vereador José Joaquim (...)³²⁸.

Por se achar muito abatido, o Padre, e Vereador, Domingues Amorim, não pôde assistir aos trabalhos da câmara, teve de esperar a reunião da mesma para impetrar sessenta dias de licença, como determinava o Art. 37 da Lei de 1º de abril de 1828³²⁹ para restabelecer a sua saúde. Concluiu ao comunicar à presidência que os *vereadores vão passando a precidencia(sic) para os immediatos[]sem voto, por que não ha esperança de reunião.*³³⁰

As práticas desses *religiosos políticos* que atuavam nas vilas da província de Alagoas, exibem em seu conteúdo peculiaridades sobre o cotidiano da época ao passo em que se tem-se em mente a impossibilidade de realização das funções políticas, por parte daqueles

³²⁶ Idem, Op.cit.

³²⁷ Idem, Op.cit.

³²⁸ Vigário Pilar. Ofício ao presidente da província; Arquivo Público de Alagoas Caixa 999; IT, 1862

³²⁹ Idem, Op. cit.

³³⁰ Idem, Op. cit.

acometidos pela doença, como traço do cotidiano da população do Pilar em face do estado calamitoso em que se encontrava a vila.³³¹

A realização desta pesquisa permitiu a contemplação de elementos sócio políticos da história de Alagoas, acima de tudo, a atuação da Igreja Católica no cenário da província Alagoana no contexto dos ciclos da cólera. Foi possível contemplar os aspectos vigentes nas relações de poder preexistentes, como as funções do clero na administração das freguesias de Alagoas. Características outrora compreendidas como sólidas, se mostraram multáveis no que diz respeito a organização social e política. Os ofícios foram analisados com intuito de examinar as limitações da administração provincial, assim como o as modificações nas práticas religiosas e no cotidiano das vilas.

³³¹Idem, Op. cit.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Público de Alagoas.

Biblioteca Nacional. Hemeroteca digital (Periódicos)

Bibliografia

ALMEIDA, Sávio de. **Alagoas nos tempos do cólera**. São Paulo: Escrituras Editora. 1996.

ARIÉS, Philippe. **História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias**. Tradução Priscila Viana de Siqueira, [ed. especial], Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 3ª Ed. – Maceió: EDUFAL, 2015.

Cf. MARTINS, K. “**Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus**’: relações entre a Igreja e o Estado no Pará oitocentista.”. *Revista de História Regional* 13(2): 70-103, Inverno, 2008.

KODAMA, Kaori. Et Al. **Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar**. In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos* vol.19 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2012.

LIMA JR, Félix. **Cemitérios de Maceió**. Maceió, [s.n.], [198-].

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**. 1ª. ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

ORNAS FILHO, João. **O Padroado e a Igreja Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 31. <[Http://www.brasiliana.com.br/obras/o-padroado-e-a-igreja-brasileira/pagina/7/texto](http://www.brasiliana.com.br/obras/o-padroado-e-a-igreja-brasileira/pagina/7/texto)>. Acessado em 18 de agosto de 2017.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista**. In: ALENCASTRO, Felipe de. (Org) **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.95-143.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte/MG: Fino Tranco, 2015.

TORNOS, Andrés. Morte. In: **Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo**. São Paulo: Paulus, 1999, p.507.

Documentação museológica da Casa de Cultura João Ribeiro: práticas e métodos

Madjer Costa Souza César

Graduando do Curso de Museologia/UFS

Mayanna Pinheiro de Souza

Graduanda do Curso de Museologia/UFS e Graduada do Curso de História/UESB

Ranielle Menezes de Figueiredo

Mestre em Ciências Museologia e Patrimônio/UNIRIO e Graduada no Curso de Museologia/UFOP.

Professora Substituta do Departamento de Museologia/UFS.

Resumo:

O presente trabalho tem por finalidade apresentar alguns resultados das atividades desenvolvidas por meio do projeto de extensão "Documentação museológica da Casa de Cultura João Ribeiro". O mesmo tem por objetivo entender quais procedimentos documentais foram adotados na CCJR, localizada na cidade de Laranjeiras/SE, além de auxiliar na criação e implantação de um guia de documentação museológica, com base em práticas e reflexões vindas da Teoria da Documentação. A CCJR possui uma diversidade de acervo que requer uma amplitude de descrição e organização, necessitando de metodologias que possibilitem uma recuperação rápida e eficiente da informação. Até o momento foi executado um plano de ação pautado em leituras sobre a temática, análise da documentação existente no museu e arrolamento do acervo. Compreendendo que essas ações são extremamente necessárias dentro do estado de urgência ao qual o museu se encontra. Assim, este trabalho põe em pauta a importância do papel da Museologia, juntamente com o trabalho do museólogo, no processo de preservação da história e da memória dentro dos museus, que infelizmente sofrem perdas imensuráveis causadas, em sua maioria, devido a falta deste profissional e da realização dos procedimentos museológicos, os quais são indispensáveis para o fortalecimento de um museu, resultando na salvaguarda do acervo.

Palavras-chave: Documentação, Informação, Memória.

Os museus são espaços de memória que estão constantemente em movimento. Eles possuem uma dinâmica social e exercem uma atividade eminentemente cultural, sofrendo assim transformações ao longo do tempo. Respondendo, desse modo, às necessidades da

sociedade, juntamente com as suas novas preocupações e visões de mundo. Nessa perspectiva, o museu, enquanto espaço destinado ao conhecimento, tem por missão propiciar questionamentos e posturas críticas em meio a sociedade.

A Museologia, enquanto campo de conhecimento interdisciplinar, tem a sua base diretamente relacionada a três eixos de sustentação, que são: preservação, que inclui a coleta, aquisição, o acondicionamento e a documentação do objeto musealizado; pesquisa, com a fundamentação científica no processo de investigação acerca das informações obtidas sobre o objeto; e comunicação, englobando exposições, publicações, ações educativas e culturais.

Em virtude disso, dentro da perspectiva museológica, não existe a possibilidade de se pensar em um eixo base sem que os outros estejam envolvidos no processo, pois eles devem estar interligados, visto que todos são necessários para a sustentação dos processos museológicos.

Logo, partindo do entendimento de que os objetos musealizáveis são suportes de informação, o grande desafio dos museus é a preservação dos objetos e das informações que neles contém, qualificando-os como documentos. Portanto, só a partir deste entendimento é que será possível alcançar um processo de comunicação efetiva. Lembrando que em torno de todos estes processos, deve existir uma articulação direta com o desenvolvimento de pesquisas, evidenciando e dando suporte na construção e nas bases de conhecimento que serão produzidos e difundidos dentro dos museus.

De acordo com Helena Dodd Ferrez (1991) o objeto museológico possui uma estrutura informativa composta de informações intrínsecas e extrínsecas que precisam ser identificadas, pois será o conjunto dessas informações que irá estabelecer e caracterizar a importância do objeto em sua cultura e é justamente dos processos de pesquisa e registro destas informações que a documentação museológica é composta, tornando possível se chegar à uma comunicação efetiva entre a instituição e o usuário (compreendendo esta desde os pesquisadores e profissionais da área até o visitante leigo).

Durante um determinado período o objetivo da documentação era somente o de registrar as coleções com o sentido de posse e salvaguarda desses objetos. Ao decorrer do tempo ocorre uma aproximação entre a documentação e a organização das coleções. Hoje, além de englobar todas as funções anteriores, ela também está intimamente relacionada ao acesso e a disseminação da informação, visando à construção do conhecimento.

Objetos comuns e anônimos, frutos do trabalho humano e vestígios materiais do passado, correspondem às condições e circunstâncias de produção e reprodução de determinadas sociedades ou grupos sociais. Na natureza latente desses objetos, há marcas

específicas da memória, reveladoras da vida de seus produtores e usuários originais. Contudo nenhum atributo de sentido é imanente, sendo vão buscar no próprio objeto o seu sentido. Para que responda às necessidades do presente e seja tomado como semióforo, é necessário trazê-lo para o campo do conhecimento histórico e investi-lo de significados. Isto pressupõe interrogá-lo e qualificá-lo, decodificando seus atributos físicos, emocionais e simbólicos como fonte de pesquisa. Assim, dentro do contexto museológico, em especial o expositivo, o objeto se ressemantiza em seu enunciado, alcançando o status de documento (CANDIDO, 2006, p. 34).

Nesse sentido, cabe aos museus investigarem as linguagens possíveis de serem transmitidas e não impor regras a essas linguagens. Quando falamos de linguagem museológica falamos de uma linguagem visual que pode ser interpretada de diferentes formas. Os códigos e o sistema de valores atribuídos aos objetos do cotidiano adquirem valores e conceitos de acordo com o grupo e a sociedade (HORTA, 1994, p. 20).

Carl Guthe, destaca a importância da conexão entre "objeto e seu registro", algo que deve ser gerado no início do tratamento descritivo, desde a entrada do objeto no museu (Guthe apud Chenhall 1975, p. 7). No entanto, muitas instituições não possuem um sistema de documentação eficiente, sendo comum identificar uma ruptura no decorrer do processo, e muitas vezes, quando retomado não segue as mesmas metodologias. É corriqueiro deparar-se com instituições que já iniciaram o processo de documentação inúmeras vezes, um dos grandes fatores é a inexistência de procedimentos escritos que sinalizem quais metodologias estão sendo adotadas, sendo este, um dos grandes obstáculos no processo de documentação.

A documentação em museus envolve a padronização de procedimentos e sua conexão, em conformidade, com um conjunto de ações de organização e pesquisa. O Museu "deve permitir a identificação e a descrição completa de cada item, dos elementos a ele associados, de sua procedência, de seu estado de conservação, dos tratamentos a que já foram submetidos e de sua localização" (ICOM, 2009, p. 18).

No entanto, muitos museus não apresentam controle sobre o seu acervos e várias informações vão se perdendo ao longo dos anos. Sendo assim, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de criar uma ficha de diagnóstico e um Guia de Documentação que auxiliem na gestão e organização de uma metodologia de documentação museológica.

A Casa de Cultura João Ribeiro - CCJR, fica localizada na Rua João Ribeiro, s/n, Centro, 49170-000, na cidade de Laranjeiras, estado de Sergipe. Onde funciona de terça à sexta, das 9h – 14h, e aos finais de semana em horário agendado. A Casa foi criada no

governo de Paulo Barreto de Menezes, por meio do Decreto nº 2.726 de 27 de novembro de 1973, tendo como finalidade difundir e preservar a cultura de Laranjeiras.

Seu objetivo inicial era o de manter um “Mini-Museu”, com peças e obras de João Ribeiro (um intelectual laranjeirense de destaque nacional, que foi escritor, professor, colunista em jornais e pesquisador, que nasceu na própria casa), juntamente com documentos que fossem considerados de valor histórico para o Município. Devendo prestar apoio as iniciativas culturais da cidade e manter no seu espaço a Biblioteca Pública. Dentre as finalidade da Instituição constatamos ainda as de: Promover o intercâmbio com entidades ligadas a cultura, firmar, convênios com instituições similares e entidades municipais, promover meios para manutenção e desenvolvimento cultural local, juntamente com a promoção de atividades culturais nos meios estudantil e a promoção de casos e seminários. Assim difundindo e preservando a cultura da cidade.

O acervo da instituição é composto por jornais, livros, pinturas, fotografias, desenhos, cartões, cartas, certificados, mobiliário, medalhas, telefones e outros objetos. Ele foi totalmente composto por meio de doação.

Antes de possuir a atual gestão, a CCJR ficou fechada por um certo período. Por conta deste acontecimento, parte do acervo da instituição ficou vulnerável, pois a falta de administração e da presença de um museólogo fez com que parte desse acervo se perdesse por extravio, e uma pequena parcela do que restou ficou em situação de risco ou recebeu baixa, por conta da falta de uma acomodação adequada e da realização de um trabalho regular de conservação das peças.

Além desses problemas, existem dezenas de erros em relação a documentação das peças. Encontram-se objetos sem nenhuma marcação do número de tomo ou com diversas (foi constatado um objeto com 5 números de tomo). Existem outros que constam de forma confusa/equivocada no livro de tomo. Isso foi causado devido aos vários processos documentais que a instituição passou em gestões diferentes e da perda da informação referente a parte do seu acervo.

Tendo em vista que o projeto tem a duração de 4 meses e que a realização de um processo de documentação museológica demanda um longo tempo, por conta da sua minuciosidade, decidimos realizar inicialmente o arrolamento e em seguida a fotografia e a coleta das medidas dos objetos em centímetros, para alimentarem a ficha de registro. Além de ter sido concebida a proposta de criar um Guia de Documentação, para que esse processo de documentação possa ter continuidade após o fim do projeto.

O primeiro passo para a organização da documentação, foi a análise do livro de tomo da instituição, que inicialmente foi o único instrumento documental encontrado na Casa de Cultura João Ribeiro. Em seguida foi realizada o arrolamento para que pudéssemos nos familiarizar e termos noção do que existia na instituição. A partir da checagem do acervo foi possível realizar a comparação desses dados, onde puderam ser feitas: as marcações nos objetos que estavam sem marcação; as correções das numerações que estavam erradas; e os objetos que estavam fora de ordem ou encontrados junto com outras tipologias, foram organizados por categoria e guardados nas suas respectivas embalagens e devidos locais de acondicionamento. Dessa forma foi possível ter um controle maior sobre o acervo do museu.

O livro de tomo disponibiliza as seguintes informações sobre os objetos: nº tomo, data de entrada, data de registro, objeto, autor/marca/fábrica, época, matéria, técnica, procedência e observação. Tendo isso em vista, o arrolamento, que nada mais é que a listagem do acervo da instituição, foi executado tendo o livro como base. Assim, foram checados quais são os objetos existentes na instituição, quais foram descartados ou desapareceram e quais precisam de cuidado, para em seguida serem organizados em uma lista, na ordem em que aparecem no livro de tomo. No arrolamento são apresentadas as seguintes categorias: número; para quantificar os objetos que foram encontrados, nome do objeto, técnica e o número de tomo. Como consequência desse arrolamento, foi feita uma listagem dos objetos que não foram encontrados para ser entregue à direção da instituição, abrindo a possibilidade de que se possa investigar sobre o sumiço dessas peças e se tente localizá-las.

O próximo passo é o processo de pesquisa de informações para a montagem da Ficha de Inventário, onde se encontram a descrição densa do objeto e todas as informações extrínsecas e intrínsecas coletadas. Atualmente este conteúdo ainda está sendo pesquisado, de modo que, por enquanto, só foram coletadas as informações intrínsecas do acervo, ou seja, as informações físicas, portanto, foram feitas as fotografias e as medições (altura x largura x profundidade) em centímetros de cada objeto, exceto os livros, por conta da quantidade e do curto período do projeto. Tendo em vista que a documentação é um processo longo e minucioso.

Os seus arquivos estarão disponibilizados, junto ao arrolamento, a listagem de peças não encontradas e ao Guia de Documentação, que servirá como um manual, explicando de forma detalhada como foi realizada cada etapa desse processo e estruturando a documentação no museu, mostrando desde as justificativas para as escolhas apresentadas, até a descrição dos métodos adotados e a forma correta de aplicá-los, apontando os próximos passos que esse processo de documentação deve tomar para prosseguir. Esses arquivos estarão em um DVD-

ROM que será entregue a instituição e na nuvem (Google Drive) por um tempo a ser determinado. Tendo a finalidade de salvar as informações referentes ao acervo, para que sejam utilizadas no próprio projeto, caso ele tenha continuidade, ou por qualquer profissional que posteriormente realize a documentação do acervo da Casa de Cultura João Ribeiro.

Portanto, até o momento em que esse artigo foi elaborado, foi decidido que as coleções serão reelaboradas, as mesmas deverão ser adequadas as tipologias de acervo que constam nas normas do registro de museus do IBRAM. Quanto a pesquisa, é necessário que se recuperem as informações extrínsecas dos objetos. De acordo com CAMARGO-MORO (1986), quando uma coleção registrada passa por problemas que impedem a sua identificação e o acesso rápido as informações é

[...] preciso inspecionar o Livro de Tombo ou de Registro, levantar todo o tipo de documentação existente, analisar as diversas etapas, reparando bem como foram realizadas. E necessário ainda comparar a documentação existente com as peças, e analisar com profundidade uma amostragem tipológica extensiva (p. 73).

Sendo assim, na construção e na alimentação da ficha de inventário é indispensável que sejam consultados todos os instrumentos documentais existentes na instituição: o livro de tomo, o inventário, o catálogo e a relação de entrada de peças. Para que dessa forma possa se recuperar as informações relacionadas aos objetos. No entanto, continua sendo necessário que o processo de pesquisa seja executado, principalmente na internet. Para que ocorra a recuperação da informação e dessa forma as descrições das fichas de registro fiquem mais completas possíveis, pois a informação relativa a uma parte considerável do acervo é escassa, equivocada ou está se perdendo.

A partir do processo de documentação foi possível montar estas tabelas que permitem que se faça um comparativo da totalidade do acervo da Casa de Cultura João Ribeiro. Onde é permitido analisar o quantitativo do acervo antes e o quantitativo atual.

LIVRO DE TOMBO		ARROLAMENTO 2018	
Coleções	Quantidade de peças	Coleções	Quantidade de peças
Artes Plásticas	71	Artes Plásticas	38
Documentos impressos	236	Documentos impressos	222
Iconografia	43	Iconografia	22
Artes gráficas	84	Artes gráficas	19
Condecorações e medalhas	4	Condecorações e medalhas	4
Cartografia	1	Cartografia	1
Documentos escritos	69	Documentos escritos	37
Maquinaria e tecnologias	3	Maquinaria e tecnologias	3
Mobiliário	4	Mobiliário	4
Partitura Musical	2	Partitura Musical	2
Outros	1	Outros	1
Total	518	Total	350
Faltam	0	Faltam	168

Imagem 1: Comparativo entre o livro de tombo e o arrolamento. Fonte: Arquivos do projeto de extensão.

A primeira tabela mostra a totalidade do acervo da instituição. Ela foi montada a partir da análise do livro de tombo, que começou a ter entrada de peças do ano de 1974 até 2001. Já a segunda tabela foi montada a partir do arrolamento realizado em 2018, fruto da execução do projeto de documentação da CCJR.

Tendo estes dados como base, se pode ser feita uma análise do quão grave está a situação da CCJR, que necessita urgentemente de uma organização na sua documentação, para salvaguardar o acervo da instituição. Visto que a documentação é uma ferramenta para proteger o acervo, não só no quesito de preservar a história dos objetos, mas também os quantificando, organizando, controlando a sua movimentação e colaborando com ações de conservação.

No decorrer do trabalho foi visto que para a composição da documentação museológica é necessária uma pesquisa deveras complexa para a aquisição da informação do objeto, principal fonte de comunicação entre a instituição e usuário. Tal objeto é composto por informações intrínsecas e extrínsecas, sendo esta, a informação de maior relevância por ser a que carrega todo o teor discursivo, contextual e simbólico do objeto, ou seja,

o levantamento das informações extrínsecas, (...) demanda dos museólogos, além de conhecimentos a priori e muita pesquisa, um sistema de documentação capaz de garantir que certos dados sejam obtidos antes mesmo da entrada do objeto no museu, ou tão logo seja adquirido, se não se quer correr o risco de perdê-los para sempre. São, sobretudo, aquelas informações associadas aos proprietários dos objetos, ao uso que dos

mesmos fizeram ou aos lugares ou eventos de que participaram (FERREZ, 1991, p. 4).

Levando isso em consideração, ao pensarmos no caso da Casa de Cultura João Ribeiro, percebe-se o quanto o bom funcionamento da instituição está comprometido, tendo em vista a precariedade em que se encontra sua documentação. A falta de sistematização ou padronização do registro informacional abre espaço para uma série de problemas, os principais percebidos no processo de arrolamento do acervo do museu foram: a falta de registro de parte do acervo; sistema de numeração falho, principalmente no que diz respeito ao controle do acervo bibliográfico, no qual muitos se perderam por terem o mesmo número de registro sem nenhum tipo de variação que indicasse fazer parte de uma coleção; e falta de uma alimentação constante das informações sobre o acervo. Tudo isso corroborou para que parte significativa do acervo (169 de um total de 518), tenha se perdido, ou seja, a falta de um rigor na sistematização das informações, permitiu a falta de controle do acervo e a consequente perda de informação e sem isso, existe um ruído de comunicação entre instituição e público, comprometendo a função social esperada do museu. Assim, concebendo a Documentação Museológica como um sistema de recuperação de informação, cujos objetivos são não só a salvaguarda do objeto, mas a maximização do acesso à informação e a otimização da comunicação entre usuário e objeto, pode-se perceber ao se analisar o caso da Casa de Cultura João Ribeiro, o quanto esse processo é parte vital para a gestão e o funcionamento das instituições museais

REFERÊNCIAS

Camargo-Moro, Fernanda de. **Museus: Aquisição/Documentação**. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1986.

CANDIDO, Maria Inês. **Documentação Museológica**. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Disponível em:
<http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf>. Acesso: 17 out. 2018.

CHENHALL, Robert G. **Museum cataloging in the computer age**. Nashville: American association for state and local history. 1975. 261 p.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática**. In.: IV Fórum de Museus do Nordeste, Recife, 1991.

HORTA, Maria de Lourdes parreiras. **Estudos de Museologia**/ Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, 9 - 29. 1994.

ICOM. **Código de Ética**. Disponível em:
<<http://archives.icom.museum/codes/Lusofono2009.pdf>>. Acesso: 17 out. 2018.

História em Quadrinhos (HQs): Repercussões das imagens de “Um Natal pro Papa Capim”

Marcus Vinícius da Silva Santos
Graduando do Curso de Licenciatura em História/ICHCA/UFAL
Orientador (a): Prof. ^a. Dr.^a Arrisete Cleide de Lemos Costa
Grupo de Pesquisa Documentos, Imagens e Narrativas - **GPDIN**

Resumo:

Esta comunicação avalia o uso da História em Quadrinhos (HQs) como fonte iconográfica, assim como problematiza a influência das HQs na formação dos estereótipos sobre a cultura indígena. Estas ideologias e ações sempre são determinadas por quem as cria? Quais são suas influências? A quem servem? Como repercutem socialmente? Para responder a estas questões, recorro e analiso por meio do método indiciário a tira intitulada Um Natal pro Papa Capim, da Revista Chico Bento, do cartunista brasileiro Mauricio de Souza. Desta maneira, problematizo como este tipo de documentação pode ser compreendida sem o uso do texto, e por que são mais facilmente absorvidas pelo espectador e pensá-la como pode ser usada como fonte histórica.

Palavras-Chave: Estereótipos, HQ, Cultura indígena.

Nossa formação social e cultural é recheada de inúmeras influências que em certos casos são determinantes para a nossa identidade. São influências que estão presentes dentro dos lares, das escolas, dos meios de comunicação, entre outros. E um exemplo significativo de uma influência que nos acompanha desde a nossa infância são as imagens, desde criança vivemos rodeados por elas, pois são estas que ajudam a criança a descobrir e compreender com maior facilidade o mundo que está inserida.

As imagens muitas vezes veem acompanhadas de algumas palavras para ensinar a criança a ler. Quando ela aprende a ler, um dos primeiros contatos são com as Histórias em Quadrinhos, pois isso ajuda a criança a entender cada movimento daquela narrativa. Com isto podemos perceber que as HQs também funcionam como alguns condicionantes para nossa identidade. A criança quer ser um super-herói ou super-heroína, quer voar, descobrir o mundo etc. ela quer tudo isto, por que ver e repete o que está vendo. Só que é aí que entra uma questão, a repetição de certas coisas, é nisto que iremos pensar. Vamos tentar entender como

uma revista com algumas imagens e onomatopeias podem influenciar tanto na nossa personalidade.

Então vamos lá! O termo HQ, de acordo com a indústria HQ UNIVERSE, significa: História sequencial narrada em etapas/quadros. Em sua forma básica é uma mistura entre palavras e imagens, com elementos tipicamente da linguagem como, por exemplo, onomatopeias e os balões de fala e pensamentos.³³² Pois bem, já que sabemos que elas são uma forma de narrar algo, só que com imagens e palavras, logo, as HQs, são uma narrativa, mas o que é isso? A narrativa, em sua forma básica é uma descrição, exposição ou narração de fatos que podem ser representadas através de da linguagem oral, escrita, ou visual, que é o nosso caso.

Certo, já que sabemos o que significa, temos agora que pensar como elas se organizam, por que se é o ato de narrar, ele tem uma forma de ser feita. Para nos ajudar, o historiador da arte Alberto Mangel disse que “[...] as narrativas existem no tempo, e as imagens no espaço”. (MANGEL, 2003, p. 24), e é a partir daí que vamos começar a trabalhar com as Histórias em Quadrinhos. Elas são divididas em dois tempos e dois espaços. O primeiro deles é o tempo iconográfico³³³. Este primeiro caso, analisa o tempo que a HQ se passa, por exemplo, uma HQ do Capitão América derrotando Hitler. O período analisado será o da segunda Guerra Mundial (1939-1945), e os espaço é o local, que neste exemplo é a Alemanha nazista.

Todavia, para um pesquisador só isso não é tão suficiente, e o que fazemos para obter mais respostas? Usamos a análise iconológica, que segundo o historiador francês Peter Burke a

interpretação iconológica, distinguia-se da iconografia pelo fato de se voltar para o “significado intrínseco”, em outras palavras, os princípios subjacentes^[334] que revelam a atitude básica de uma nação, um período, uma classe, uma crença religiosa ou filosófica (BURKE, 2004, p. 45).

³³² Tradução pessoal do inglês: HQ UNIVERSE, means: Sequential history narrated in stages /pictures. In its basic form it is a mixture between words and images, with elements typically of the language like, for example, onomatopoeias and the balloons of speech and thoughts.

³³³ Referente a iconografia. (Que é uma forma de linguagem visual que utiliza imagens para representar determinado tema e estuda a origem e a formação das imagens).

³³⁴ Adjetivo de dois gêneros. Que jaz por baixo; que vem de baixo, ou no sentido figurado que não se manifesta claramente, ficando encoberto ou implícito.

Voltando a HQ do Capitão América, a análise vai ser também sobre quem a criou, quais as influências sociais, culturais, midiáticas, governamentais, que influenciaram (ou ordenaram) e a mente, da pessoa que criou e o que queria passar. Será que era a exaltação estadunidense pra reafirmar seu imperialismo? É isto que devemos sempre questionar na análise iconológica. Quais os significados vão além das imagens que vemos logo de cara.

Bom, vamos logo ao ponto, o mundo das HQs é muito amplo, e como já foi citado anteriormente, é algo que vai além das folhas impressas com alguns balões cômicos. Eu sempre gostei das HQs. Meu pai é um artista plástico e desenhista, também cria HQs, mas sobre a História de Alagoas, e cercado por este mundo, escolhi algo mais próximo, que também influencia e foi influenciado. Algo que também reafirma e reproduz estereótipos. Escolhi uma história específica da Revista Chico Bento, intitulada, “Um Natal pro Papa Capim”, da década de 1983. Do cartunista brasileiro Mauricio de Souza. Esta revista é do mês de abril, todavia a história de Papa Capim se passa na época do Natal.

A partir daí já podemos perceber alguns detalhes, como por exemplo o fato de uma revista do mês de abril, relatar uma tirinha natalina. Algo curioso que vamos precisar de um olhar profundo para analisar, quase que assumiríamos a função de um detetive que busca nos mínimos detalhes repostas da cena de um crime. E falando em algo de caráter detetivesco, logo, falamos também do historiador e ensaísta italiano Carlo Ginzburg, criador do “Paradigma Indiciário”, uma metodologia que de acordo com ele consiste em

[...] não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores e mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, a forma dos dedos, das mãos e dos pés (GINZBURG, 1989, p. 153).

Depois de entendermos o que são as HQs, como elas funcionam, e como vamos analisar, temos que também pararmos um pouco para pensarmos qual ramificação historiográfica, ou escola histórica, este método de análise faz parte. Ginzburg está inserido na

chamada Nova História Cultural, nascida a partir da década de 1970, a Nova História Cultural de acordo com o historiador francês Roger Chartier: “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16/7). Mas por que devemos saber disto? Pelo fato de que como a Nova História Cultural irá nos ajudar a fazer um flashback e nos colocará dentro deste vasto mundo das HQs. Depois de tantas explicações, chegou a hora de pegar os ingredientes da receita colocar as mãos na massa, e começar a analisar essa tirinha, de forma tão minuciosa, e pensar como toda uma sociedade ao longo de séculos, naturalizou certas coisas, que para muitos, era tido como “normal”. Bom, como diria bruxa do desenho do Pica-Pau: “E lá vamos nós!”



Como de costume a tirinha começa como qualquer outra, um título bem grande. Desde o início podemos ver duas situações meio opostas, uma festa de origem europeia, para um personagem como um nome brasileiro. Mas vamos continuar que mais à frente trataremos disto. Há uma típica música natalina ao fundo, seguida da fala de dois personagens, a figura de um homem e de uma mulher. O homem identificado como Tenório e a mulher como Genovena. A mulher apresenta estar muito insatisfeita com o fato de passar esta época do ano longe de pessoas conhecidas e no meio de uma floresta, Tenório, trajado com o que parece ser um lenhador, está ajeitando uma árvore de natal, só que esta é um tanto peculiar. Não é um pinheiro, é uma árvore comum aqui do Brasil, aparentemente.

Este fato de se apropriar de algo de outra cultura, sem perder a essência é comum nas obras de Mauricio de Souza, também de Ziraldo, etc. é a chamada “brasilidade”³³⁵, que esta nada mais é do que a permanência da identidade, mesmo utilizando aspectos de outras identidades estrangeiras. Logo em seguida ele sai e dá de cara com o nosso personagem principal, Papa Capim, e a primeira coisa que ele diz é: “um índiozinho!” é a partir de então que daremos início ao trabalhar como a expressão nas imagens e a linguagem alimentam certos estereótipos³³⁶.

O que acontece logo de cara e o que acontecerá outras vezes ao longo da HQ, é um choque cultural, é o que o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss chama de: “a imagem de si e do outro.” É o momento que você entende quem é você, quando vê o outro que é diferente. A antropóloga e historiadora brasileira Lilia Schwarcz em entrevista ao canal Casa do Saber, da plataforma virtual YouTuber, em um vídeo chamado “ser brasileiro: qual a minha identidade”, afirmou que a identidade é contrastiva e situacional, ou seja, o personagem Tenório em determinado momento é um lenhador, em outro ele é o esposo e em outro é um não índio³³⁷. Ou seja, o personagem se apresenta e é identificado a partir de ocasiões.

Tenório faz o que a maioria de nós faríamos ao entrar em contato com Papa Capim, se surpreende em ver algo diferente. Isto é a reprodução de um velho estereótipo, o índio desocupado, fazendo nada, seminu, em perfeita harmonia com a natureza e que sempre está disposto a atender os favores dos não índios. E isto não é de hoje não, de acordo com a historiadora brasileira Maria Regina Celestino de Almeida descreve em sua obra *Os Índios na História do Brasil*, que

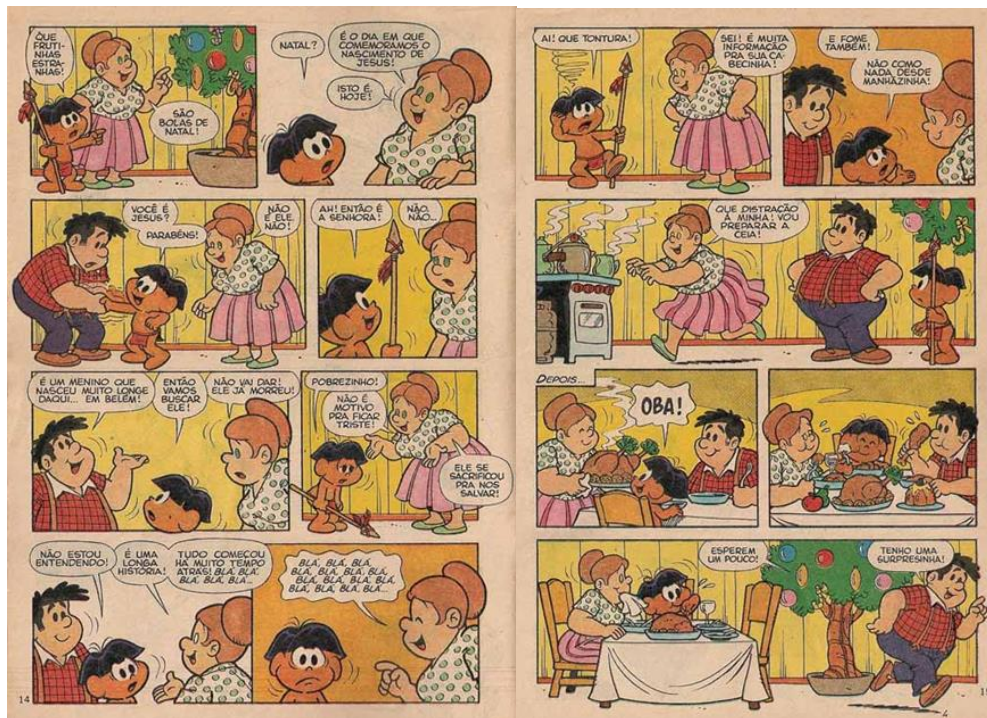
desde a História do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen (1854) até um momento muito bastante avançado do século XX, os índios, grosso modo, vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios. Pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses (ALMEIDA, 2014, p. 13).

³³⁵ Caráter ou qualidade peculiar, individualizadora do que ou de quem é brasileiro ou um sentimento de afinidade ou de amor pelo Brasil.

³³⁶ Estereótipo é a imagem preconcebida de determinada pessoa, coisa ou situação. São usados principalmente para definir e limitar pessoas ou grupo de pessoas na sociedade.

³³⁷ Todo aquele que não se identifica ou se auto declara de uma cultura, etnia ou comunidade indígena

E da mesma forma foi o caso entre Tenório e o Papa Capim, ele o encontra desocupado e o convida para sua casa. Lá, sua esposa tem a mesma reação, sempre surpresos, sempre o índio como um exótico, algo diferente, como se fosse de outro planeta. Que serve como algo admirável. O indiozinho, como é tratado na tirinha, nada mais é que um antigo arquétipo³³⁸, não apenas da imagem do índio, mas da forma como reagimos e tratamos pessoas desta etnia. Quase como não humanos.



Nesta segunda parte, Papa Capim questiona o que está pendurado na árvore, porque ele conhece a árvore, mas não os enfeites natalinos. Logo em seguida ela explica pra ele o motivo daquelas coisas estarem ali, fala de um aniversário de uma pessoa, ele pensa que é algum dos dois do casal, mas acaba descobrindo que não, que é uma pessoa que não está presente. Papa Capim fica triste e ela diz que ele não tem motivos pra isso, e começa explicar.

Ele fica tonto com tanta informação. Isso só reforça a ideia de que o índio não sabe de nada, uma ideia do período colonial, quando Pero Vaz de Caminha escreve sobre os nativos americanos: “acerca disso são de grande inocência.” Quem vai ser responsável por ensinar a eles, são os colonizadores.

Depois ela vai buscar o jantar e pôr a mesa, enquanto eles só observam, porque na lógica do patriarcado a mulher é quem cuida desta função. Mas um estereótipo, a

³³⁸ É o primeiro modelo, imagem, tipo, paradigma de alguma coisa, ou qualquer antiga impressão sobre algo.

naturalização da figura feminina nos cuidados domésticos. Logo em seguida ela entra com o peru assado, que isto nos faz lembrar aquela a comum propaganda de fim de ano que as marcas usam pra vender. De uma família hospitaleira, que recebe os convidados a mesa, se deliciando, muito feliz.

Papa Capim tem outra relação de contraste com o casal, no momento em que Tenório se retira, podemos perceber no ultimo quadrinho que Genovena faz sua higiene pessoal com uma toalha de papel ou guardanapo, enfim, enquanto Papa Capim utiliza o braço para limpar a boca. Ele comeu com um talher, mas se limpou com a mão. A civilização dele não foi completa.



Depois as coisas começam a tomar rumos mais gritantes, se assim podemos dizer, e os estereótipos ficam cada vez mais nítidos. Se Papa Capim já tinha se surpreendido com uma árvore com objetos estranhos, não sabia nada a respeito do natal e se limpava com o braço agora então com a figura de homem vestido de vermelho, de barba e com roupas grossas (detalhe, a tirinha se passa no Brasil, não é uma vestimenta muito adequada para esta época do ano) é que os estereótipos aparecem mesmo.

Ele, cheio de dúvidas escuta coisas como um “bom amiguinho”. Aquelas típicas frases que de natal de que a criança que se comporta, ganha presentes. Daí ele ganha um

caminhãozinho, pra quê? Não sei, sei que ele ganhou um para brincar na floresta depois que sair da casa deles. Em seguida ele vai espiar o que o homem de roupas estranhas foi fazer. Ele agradece e vai embora, depois pega as roupas do homem, mas uma vez colocando em xeque a índole do índio, e enquanto o casal mantem sua lógica ocidental de ensinar a sua cultura para os que não compartilham dela, vem a cereja do bolo! Papa Capim vestido, parcialmente de Papai Noel.

É aí que os estereótipos se confirmam, a brasilidade de Mauricio aparece mais uma vez, porém, tem uma peça bem mais relevante neste jogo, as trocas. Quando estudamos História do Brasil no ensino básico aprendemos que os europeus chegaram aqui, conheceram a terra, os nativos, etc. depois que eles trocaram seus utensílios desenvolvidos por matéria prima dos índios. A mesma ideia foi aplicada a esta HQ. Tem mais uma coisa, Papa Capim representa exatamente a figura do índio quando nós falamos. Se fecharmos os olhos e tentarmos reproduzir a imagem de um índio em nossa mente, veremos algo parecido com o Papa Capim.

Mas isso pode ser entendido. A historiadora brasileira Maria Almeida, em sua obra citada anteriormente disse que Papa Capim é por exemplo a figura do índio no romantismo, um idealizado do passado (ALMEIDA, 2014, p. 139). Aquele índio que fez trocas e foi hospitaleiro e teve cordialidade com os visitantes. Pois bem, existiam inúmeras tribos indígenas na América antes da chegada dos europeus, cada uma com sua singularidade. Alguns mais abertas, outras mais hostis. Mas cada uma com sua forma de se comportar. Papa Capim se assemelha a um Tupi Guarani, índio que por fazer ligações com os europeus, “sobreviveu” ao longo da história (ALMEIDA, 2014, p. 26).

No entanto, por que pensamos assim? Por que Mauricio agiu assim? Por que para uma determinada época do ano mudamos nossos hábitos? Tudo isso pode ser entendido pelo historiador marxista inglês Eric Hobsbawm, que em sua obra *A invenção das tradições* disse que

[...] tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1984, p. 10).

Em outras palavras, ao longo do tempo, a sociedade construiu a ideia que o índio é um primitivo contemporâneo a nós. Fator que faz com que Mauricio, com sua influência reafirmasse isto e fizesse com que outras gerações continuassem achando a mesma coisa. Ele não se deu o trabalho de pensar e nem de desconstruir. Assim como nós também, muitas das vezes não nos damos o trabalho de pensar e desconstruir a ideia de que no Natal temos que enfeitar a casa, sermos generosos e ver o símbolo que inicialmente foi de uma marca famosa de refrigerante, representar uma tradição religiosa.

E é por isso que temos que começar a pensar, parar um pouco e analisar como coisas simples como uma HQ está recheada de tantos fatores que por séculos foram naturalizados. Pensar que nem tudo que é natural, é correto, e que também, falando agora dentro do campo da História, é possível sim pensar os comportamentos de um determinado grupo social de uma determinada época que cresceu lendo essas revistas e talvez até hoje continuem achando que o só é índio que está na situação que o Papa Capim está.

O índio não pode morar na cidade, não pode entrar num curso superior, não pode ter uma cor de pele mais escura ou um cabelo mais enrolado que ele deixa de ser índio. É isto que temos que repensar. Repensar principalmente as identidades indígenas, que não se limita apenas a imagem do Papa Capim. E os historiadores e qualquer pesquisador das ciências humanas deve sempre buscar legitimar e reconhecer, e também ajudar a repassar estas identidades, por quê? Por que como diria Michel de Certeau “nosso discurso é crível³³⁹” (CERTEAU, 2018, p. 49). É algo que a sociedade vai olhar, parar, pensar e dizer: “isso parece ser verdade”.

Mas só iremos conseguir isto se primeiro pesquisarmos e nos colocarmos no lugar do índio, do negro, do pobre, da mulher, do estrangeiro, de todas as pessoas que não fazem parte do nosso cotidiano. Uma simples HQ tem tanto a nos dizer quanto a Carta Magna. Sabem por que? Ginzburg também explica isto citando o historiador também italiano Arnaldo Momigliano em sua obra *A Micro História e outros ensaios*: “Qualquer discurso indireto, como dizia Jakobson, é uma apropriação e uma remodelação de quem cita” (GINZBURG, 1991, p. 209). Em outras palavras, da mesma forma que Mauricio ou a empresa foi influenciada por esta construção histórica social para criar a imagem do Papa Capim, a Carta Magna também foi. Por que querendo ou não, praticamente tudo que fazemos ou reproduzimos, é influenciado por algo, seja social, cultural, familiar, etc. Outra coisa que

³³⁹ Adjetivo de dois gêneros. Que se pode crer, passível de se crer; acreditável ou aceitável.

podemos tirar desta HQ é seu uso, ela além de servir como fonte de análise para identificarmos estereótipos, também serve para ensinarmos como não continuar reproduzindo essas ideias e desconstruir estes conceitos.

Então vamos lá! Como usa-las como fonte. Anteriormente mencionei que as HQs são um tipo de narrativa, certo? Certo! vamos agora explicar melhor o que é uma narrativa. Segundo o historiador estadunidense Hayden White “a narrativa se origina da relação entre a experiência humana temporal do mundo e o esforço por descreve-la linguisticamente” (WHITE, 1994, p. 105). Já o pensador francês Paul Ricouer também nos diz que a narrativa nos serve para “compreender amontoados de acontecimentos em encadeamentos” (RICOUER, 1994, p.124). Como diria o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade: “E agora, José? Temos definições, mas as ideias ainda estão bem confusas. Para clarearmos mais estas duas ideias vamos utilizar das HQs e ver como elas se encaixam em todos os conceitos de narrativa, sejam estas para representação ou entendimento. Assim como uma laranja cravo, vamos tirar um gomo de cada vez. A primeira ideia, do historiador Hayden White diz que a narrativa tem a ver com nossas experiências humanas e o esforço de descrever, explicar, essas experiências. Bom, isso me fez lembrar de uma HQ no cartunista também estadunidense Stan Lee (1922 - 2018). Ele é criador do personagem fictício denominado como Homem Aranha, que em meio a um dos maiores marcos históricos, criou uma HQ em que o Homem Aranha tenta salvar as poucas vítimas sobreviventes do 11 de setembro de 2001. Só que Stan Lee retira a figura do Homem Aranha como herói e dá esse papel aos bombeiros que morreram na vida real tentando salvar as pessoas.

Há também outras criações de Stan Lee, os X-Men, que são um grupo de seres humanos com um gene alterado no corpo, denominado *Gene X*. eles são discriminados e mesmo sendo os heróis da trama, lutam o tempo todo pelo direito de serem mutantes. As HQs de Stan Lee se encaixam na definição de Hayden White, pois o cartunista quis passar o preconceito contra as minorias, que é no caso dos X-Men, ou quem realmente são os heróis da vida real, na forma de desenhos, foi a forma como ele se expressou. E esta expressão dele em forma de desenhos e poucas palavras, também é uma narrativa, e uma fonte para pensarmos por um outro ângulo, a sociedade.

A segunda afirmação de Paul Ricouer, nos diz que elas nos ajudam a compreender amontoados de acontecimentos. A compreensão desses amontoados de acontecimentos também pode ser entendida com as HQs citadas anteriormente de Stan Lee, mas também, em

forma de historiografias, como por exemplo o livro *Maus* (1980), do artista estadunidense Art Spiegelman, ou *As barbas do Imperador em quadrinhos* (2014), da historiadora e antropóloga Lília Schwarcz, e até mesmo a obra do historiador e da historiadora de alagoas, Douglas Apratto Tenório e Leda Almeida, denominada *A História de Alagoas em quadrinhos*. Todos eles têm o mesmo objetivo, relatar fatos, vivências, memórias, em forma de uma narrativa historiográfica, só escrita e desenhada em quadrinhos.

De tudo isto que pensamos ao longo deste artigo, podemos perceber que as HQs são sim um campo muito vasto que vale a pena ser explorado. Pois elas não só contam, mas representam as diversidades culturais que podemos entrar pelo mundo. Infelizmente as vezes atravessada por ideias negativas e manipuladas. Mas se fizermos sempre uma análise além do papel veremos que podemos começar a construir novas ideias e lembrar de outros tão diferentes de nós. Que devem ser contadas e pensadas, pois como diria Ricouer: “a vida se vive, a história se conta” (RICPUER, 2000, p. 189-207).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino De. **Os Índios na História do Brasil**. 1ª edição. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: FGV de bolso, 2014. 160 p.

ALMEIDA e TENÓRIO. **A História de Alagoas em Quadrinhos**. 1ª edição. Maceió: Cata-vento, 2001.

ARQUIVOS. **HQ "Um Natal pro Papa Capim"**. Disponível em: <<http://arquivosturmadamonica.blogspot.com/2016/12/hq-um-natal-pro-papa-capim.html>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

BAIXAR QUADRINHOS. **Marvel**. Disponível em: <<http://baixarquadrinhos.com/Categoria-Quadrinho/marvel/>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. 2ª edição. São Paulo: EDUSC, 2004. 270p.

CASA DO SABER. YOUTUBE. **SER BRASILEIRO: QUAL A MINHA IDENTIDADE?** LILIA MORITZ SCHWARCZ. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rbg8NyUxCic>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações (Memoria e Sociedade)**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CERTEAU, Michel De. **História e Psicanalise: Entre Ciência e Ficção**. Minas Gerais: Autentica, 2018. 256 p.

COSTA, Arrisete Cleide De Lemos. **Historiografia e Hermenêutica: Uma interpretação da narrativa micro analítica de O queijo e os vermes, de Carlo Ginzburg**. 1ª edição. Maceió: Edufal, 2014. 263 p.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história**. 2ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2009. 281 p.

_____. **A micro história e outros ensaios: Memoria e sociedade**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989. 126 p.

HQ UNIVERSE. **HISTÓRIA EM QUADRINHOS (HQs)**. Disponível em: <<http://universohqinformation.blogspot.com/2012/08/o-significa-o-termo-hq.html>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens**. 1ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 358 p.

MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. **Teoria da história: Hayden White e seus críticos**. PPGHIS, Brasília, p.01-179, out. 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7679/1/2008_RodrigoOliveiraMarquez.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

PINTEREST. **Descubra ideias sobre Papa Capim**. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/206180489168551641/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PKP. **A imagem de si e do outro**. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/9267/5344>>. Acesso em: 18 out. 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1997, (tomo III)

ROGER & HOBBSAWM. **A Invenção das tradições**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 316 p.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador**: Em quadrinhos. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 144 p.

SPIEGELMAN, Art. **Maus**: a história de um sobrevivente. 1 edição vol. 1. 1986. Vol. 2 1995. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 296 p.

WHITE, Hayden. **Teoria da literatura e escrita da história**. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

Flashbacks da perseguição cristã às religiões de Matriz africana e a resistência negra

Maria Carolina Lins da Costa Silva
Graduanda do Curso de Licenciatura em História/ICHCA/UFAL
Grupo de Pesquisa Documentos, Imagens e Narrativas - **GPDIN**

Resumo: O presente estudo almeja uma análise iconográfica da capa do disco “*Esú*”, do rapper Diogo Moncorvo, mais conhecido como Baco Exu do Blues, e tem como objetivo discutir questões referentes à intolerância cultural no Brasil. Entre essas questões, enseja-se entender como se deu a imposição do cristianismo e a sua influência na perseguição às expressões culturais e religiosas não ocidentais (especificamente manifestações com descendência africana) e a resistência dos mesmos. Para isso é necessário regressar ao passado por intermédio de movimentos metodológicos de *flashbacks* para entender como ocorreu tal processo histórico. Discute-se ainda o significado dessa imagem na contemporaneidade, onde é possível observar a crescente busca pela afirmação de uma ancestralidade marginalizada, através da contribuição do movimento negro e também das intervenções artísticas, como por exemplo, o objeto/fonte de investigação para este estudo.

Palavras-chaves: Cultura. Intolerância religiosa. Resistência.



Fotografia: David Campbell

É notório que a cristianização do Brasil se deu a partir de sua colonização. Portugal, sua metrópole, nasceu após a expulsão dos mulçumanos da península ibérica. Sendo Portugal um país predominantemente cristão, práticas e ritos cristãos migraram juntamente com os portugueses para a América.

Se nas bagagens dos colonos vinham sementes e charruas, nelas tinham lugar de importância primordial cruces e evangelhos – símbolos de um estado de espírito, de uma necessidade da alma, de um estilo de vida. Fardel igual traziam clérigos e leigos: vinham iniciar um novo mundo. Mundo português e quem dizia português, dizia cristão (SIQUEIRA, 1978, p.23)

O colonizador português que vinha ao Novo Mundo trazia consigo sua cultura de origem: suas crenças, valores e ideias de mundo através de seu olhar branco. Olhar esse que possuía uma concepção dualista. O bem e o mal, o céu e o inferno, seu Deus e o Diabo. Logo, o que não pertencesse ao Deus cristão, pertenceria ao Demônio.

No século XVI, além da expansão marítima, havia conflitos religiosos na Europa. A Reforma Protestante ocasionara a Reforma Católica, o que justifica o cristianismo exacerbado da época dos desbravamentos. Em tempos de reafirmação deste cristianismo, além da preocupação com a empresa marítima havia também o objetivo religioso de caráter missionário: o português moderno era um militante cristão e cristianizar fazia parte do seu programa colonizador.

Não obstante, assim como a cultura portuguesa migrava para o Brasil, o mesmo aconteceu com a cultura africana, após a adoção definitiva do trabalho escravo do negro africano.

Através da diáspora negra, os escravizados trouxeram sua religião e práticas de cultos aos seus orixás. O conflito cultural foi inevitável e há numerosos relatos de brancos europeus que servem como registros históricos que comprovam a depreciação da cultura africana no Brasil. De várias formas, esse desprezo perdura durante os séculos e é facilmente perceptível na atualidade.

Em 1549, se inicia o plano de doutrinação do Brasil com a chegada dos filhos de Santo Inácio junto a Tomé de Sousa, para exercer o projeto educacional jesuítico. Este projeto tinha a finalidade de catequizar e ensinar os índios a ler e escrever português, no entanto, não podemos enxergar tal ação como um simples projeto educacional sem observar a tentativa de um processo de aculturação, que culminou na transformação de uma sociedade com a finalidade de adequá-la à cultura ocidental que aqui se instaurava.

Em 1591, Heitor Furtado de Mendonça, o primeiro visitador do Santo Ofício da Inquisição desembarca em Salvador. A partir daí se inicia a história da Inquisição na América Portuguesa.

O Tribunal do Santo Ofício foi fundado em Portugal, no ano de 1536, pelo rei D. João III. Sua principal função era perseguir as heresias – feitiçarias, judaísmo, protestantismo, bigamia e sodomia. Este estudo limitou-se apenas a questões referentes às perseguições a expressões culturais de origem e descendência africana.

O representante da Santa Inquisição tinha autoridade máxima sobre os governadores e vereadores da época, que auxiliavam nas perseguições, assim como a população. A falta de privacidade é uma característica da sociedade colonial, tanto pela arquitetura das casas, quanto pelo costume de estarem sempre vigiando uns aos outros.

Eram visitadores da Igreja ou os arautos do Santo Ofício que anunciavam, à porta das igrejas, nos domingos e dias santificados, quais condutas deviam ser delatadas às autoridades. Mas era a população colonial, livre ou escrava, branca ou mestiça, rica ou desvalida, que, por medo do Poder ou dele cúmplice, acorria a delatar vizinhos, parentes, desafetos, rivais. Fazia-o – e isto é o que mais importante frisar –, porque todos estavam sempre a se vigiar mutuamente, murmurando da vida alheia, mexericando o que viam ou ouviam, favorecidos pela escassa privacidade que caracterizava a vida íntima de cada um (VAINFAS, 1997, p.228)

Também havia os que se autodenunciavam antes de uma possível acusação para receber a misericórdia, como o curioso caso do Frei Alberto de Santo Tomás, que nos evidencia traços de como a cultura africana resistia, apesar dos esforços eclesiásticos. Frei Alberto foi missionário na Bahia em meados do século XVIII e observou que a população tinha costume de se consultar com os negros e praticar suas magias (na época mais conhecidas como mandingas e calundus) para a resolução das suas causas. Preocupado em afastar os fiéis dos feitos do Diabo – segundo sua mentalidade – o frade passou a adotar características dos rituais hereges em seus exorcismos. Por mais confuso que seja, Frei Alberto aderiu o sincretismo religioso com o intuito de combater os rituais gentílicos. Com a preocupação de ser denunciado por heresia, resolveu levar a questão para o Santo Ofício. O dominicano não foi condenado, mas ficou determinado que durante seu trabalho de expulsões de demônios, fosse apenas utilizados rituais a modelo de Roma.

A Inquisição acabaria em 1821. Confesso que antes de iniciar esse estudo, esperava encontrar relatos mais violentos de perseguições. De fato, os inquisidores tinham o intuito de

condenar os negros ditos feiticeiros, no entanto, não podemos reduzir nossa visão sobre o triste quadro que a sociedade negra vivia nesta época, unicamente aos casos mais evidentes.

A escravidão em si é a maior evidência de opressão à cultura africana que para aqui foi transpassada, pois essa herança africana aqui ganhava um outro contexto. Ao se aprofundar nessa dinâmica cultural nos deparamos com situações paradoxais, onde aceitar o que foi imposto é também uma forma de resistência.

Como é sabido, as sociedades africanas se organizam em torno da família atribuída como linhagem, ou seja, um grupo de parentesco que tem origem a partir de ancestrais em comum. Apesar das características em comum não é possível pensar a cultura africana de forma homogênea. Em seu estudo sobre os aspectos da vida dos escravizados, Emília Viotti aponta que os escravizados moradores das áreas urbanas tinham mais vantagens para a preservação de sua cultura sobre os que viviam nas zonas rurais, pois havia uma maior probabilidade de encontrar indivíduos da mesma nação. O contrário acontecia nas regiões rurais, pois os senhores, temendo uma possível revolta, tinham o cuidado de não agrupar escravizados da mesma origem. Às vezes, os que moravam na cidade, conseguiam fugir na calada da noite para as praias, onde se reuniam para praticar seus ritos africanos. Eventos esses que muitas vezes acabavam em pancadaria, pois legislava-se a fim de evitar agrupamentos de escravizados.

Em 1870, as leis provinciais de São Paulo proibiam aos donos de qualquer casa de negócio permitirem ajuntamento de escravos e mesmo a permanência além do necessário às compras, multando-se em 6\$000 os contraventores. Interditavam ao escravo frequentar casas de jogos, reprimiam a vadiagem fácil e convidativa. Quando inauguraram as linhas de bonde de burro, era proibido ao escravo entrar num coletivo, salvo em se tratando de pajens ou amas acompanhando patrões.

[...] O escravo encontrado na rua, depois do toque de recolher, sem bilhete do patrão, era sumariamente aprisionado pelas patrulhas e conduzido à presença do senhor ou encerrado na cadeia pública, de onde só saía mediante multa paga pelo dono (VIOTTI, 1966, p.281)

A resistência africana só foi possível através de um processo de sincretização com a realidade ocidental, e o cristianismo era um meio de ascensão social para o escravizado. Casar-se à maneira cristã é um exemplo disso, pois isto significava maior controle sobre o espaço de moradia. Os casais de escravizados que se casavam tinham o direito de habitar casinhas individuais separadas dos outros que viviam misturados. Possuíam também uma lareira própria, onde era possível cozinhar suas refeições.

A aceitação do cristianismo era também uma forma de praticar de maneira mascarada as religiões africanas, pois como poderia o negro adorar o Deus do branco que o escravizou? O escravizado que frequentava as missas, era o mesmo que frequentava os rituais africanos.

Com a destruição das linhagens, foi impossível manter as religiões como originalmente foram um dia na África, e nesse quadro de reformulações para resistir, surgem as religiões afrodescendentes no Brasil. O candomblé nasceu para substituir a religiosidade que aqui se tornara impossível e foi também uma das instituições negras que mais se desenvolveram.

As reivindicações, e mesmo a luta dos escravos nos engenhos ou fazendas, não se esgotavam na defesa de padrões materiais de vida, mas incluíam, no mesmo passo, a defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma. Ao lado de demandas por terra e melhores condições de trabalho, os rebeldes do engenho Santana, na Bahia, também exigiam o direito de poderem "cantar, folgar e brincar" sem consentimento prévio do feitor. Numa outra ocasião, em 1828, os escravos e libertos de um terreiro de candomblé na periferia da cidade da Bahia protestaram, usando as vias legais do sistema, contra a invasão e depredação de seu templo pela polícia (SILVA, REIS, 1988, pp.8-9)

Na passagem do século XIX para o século XX aumentava a tensão provocada pela repressão. Tomemos exemplos dessas perseguições no estado de Alagoas, que nos mostra casos de intolerância por parte dos dominantes, que chegaram a proibir a capoeira e o curandeirismo no ano de 1890. A historiografia também nos mostra um evento extremamente violento que aconteceu na capital Alagoana e ficou conhecido como "Quebra de Xangô".

No dia primeiro de fevereiro de 1912, os terreiros de Maceió foram invadidos e destruídos por uma milícia armada, que, além de destruir os terreiros e objetos que incorporavam os rituais sagrados, espancou e assassinou pais e mães de santo e outros seguidores das religiões afro-brasileiras. Tal episódio de intolerância religiosa fez com que surgissem adaptações nas práticas religiosas que possibilitariam sua continuidade, como por exemplo a modalidade de culto xangô rezado baixo, que é um exemplo claro de como a cultura afrodescendente foi silenciada e precisou ser reformulada para se perpetuar ao longo do tempo.

Na atualidade, ainda vemos notícias de assassinatos e destruição de templos causados pela intolerância. Oficialmente, não se faz mais necessário que os praticantes das religiões de matriz africana se escondam para realizar seus rituais, no entanto, a resistência é essencial e

viabiliza a preservação de uma cultura, ainda hoje, marginalizada. Tal resistência se mostra, algumas vezes, de forma silenciosa e sutil e noutras, de forma mais organizada.

Reservarei os próximos parágrafos para mostrar como essa sociedade negra vem se organizando diante dessa luta cotidiana contra a marginalização de suas vidas e o racismo estrutural, através de movimentos sociais e expressões culturais.

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como “clubes de negros”), artísticas (como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia), culturais (como os diversos “centros de pesquisa”) e políticas (como o Movimento Negro Unificado); e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (RUFINO, 1994, p.157)

O final do século XIX foi marcado por dois eventos interessantes para a História do Brasil, a abolição do trabalho escravo (1888) e a proclamação da República (1899). Apesar do novo sistema político e modo de produção (questionável, pois ainda havia trabalho escravo após a promulgação da Lei Áurea), a população negra não tinha garantias de condições dignas para trabalhar e sobreviver, ficando sempre à margem da sociedade brasileira por diversos motivos, o racismo científico com o conceito de branqueamento racial é um deles. Imigravam para o Brasil europeus na tentativa de embranquecer a sociedade brasileira, logo esses indivíduos eram preferíveis como mão de obra. Diante dessa situação os negros brasileiros viram a necessidade de se organizarem em movimentos (grêmios, clubes ou associações) que tinham caráter assistencialista. Nesta época, o movimento negro era desprovido de um projeto político e ideológico abrangente, o que só aconteceu a partir 1936, quando a entidade Frente Negra Brasileira (FNB) transformou-se em partido político. Ainda então, questões como ascendência e raça não eram pautadas. Só a partir dos anos 70 estes conceitos começam a ser discutidos e passam a ser valorizados como aspectos importantes da cultura negra expressões como a capoeira, o samba e as religiões de matriz africana.

A valorização desses aspectos será a principal característica do movimento negro contemporâneo no Brasil. Um exemplo deste discurso racionalista é o cartaz escrito por Nilma Bentes, intitulado “Consciência Negra no Brasil”, divulgado no final dos anos 90 pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA):

ter consciência negra, significa compreender que somos diferentes, pois temos mais melanina na pele, cabelo pixaim, lábios carnudos e nariz achatado, mas que essas diferenças não significam inferioridade [...]

Ter consciência negra, significa constatar a força de nossa cultura, de nossa gente, que mesmo sob chicote, fez-nos sobreviver e continuar essa luta, desde as escolas e universidades, onde somos poucos, até aos presídios onde somos muitos e todos psicologicamente massacrados [...]

Ter consciência negra, significa juntar às nossas forças, a força milenar da crença, nas transformações de Exu, na justiça de Xangô, na tenacidade guerreira de Ogum, Iansã, Oxossi e todos os Deuses das religiões africanas, para levar a luta até a vitória total.

Ter consciência negra, significa, sobretudo, sentir a emoção indescritível, que vem do choque, em nosso peito, da tristeza de tanto sofrer, com o desejo férreo de alcançar a igualdade, para que se faça justiça ao nosso Povo, à nossa Raça. Axé.

Podemos notar no discurso de Nilma a valorização dos traços negros, o reconhecimento da religiosidade africana e o uso da memória da escravidão com uma análise crítica do contexto onde o negro brasileiro está inserido devido aos lamentáveis fatos que constituíram este processo histórico.

Nessas circunstâncias, o movimento negro se desenvolveu quanto organização social, se manifestando numa diversidade de expressões artísticas, inclusive na música. As concepções sobre as questões raciais foram disseminadas através de trabalhos de artistas negros de diversos gêneros musicais. No samba, na MPB, no movimento *Black Rio* e no *rap nacional*, que aqui analisarei de forma mais aprofundada. Para tanto, tenho como objeto de estudo o álbum (*Esú*, 2017) do *rapper* baiano Diogo Moncorvo, que me proporcionou reflexões sobre a trajetória do negro e a resistência ancestral da sua cultura no Brasil.

Este inovador gênero musical teve origem na Jamaica e se disseminou nos EUA, desembarcando em terras brasileiras na década de 90, e logo adquiriu caráter social e se difundiu em vários extratos da nossa sociedade. Os *rappers* utilizam seu cotidiano como fonte de inspiração para suas obras, suas letras geralmente têm característica de manifesto com linguagem que dialoga com a periferia e dispensa formalidade, facilitando assim o debate crítico sobre a experiência social dessa população.

[...] na análise de parte dessa produção no Brasil dos anos 1990 e início do século XXI, deparamos com temáticas e perspectivas diversificadas, todas exprimindo um intenso diálogo da música com a vida social, ao configurarem, sob certa ótica, uma espécie de “raio-x do Brasil” (CAMARGOS, 2015, p.17).

E o que esse “raio-x” tem para nos revelar? Com protagonistas predominantemente negros, o *rap* denuncia o racismo estrutural da sociedade brasileira e trava a luta antirracista. Narra a violência da miséria cotidiana daqueles que estão nas margens da sociedade desde a abolição da escravatura em 1888 e delata também a violência policial e o genocídio da juventude negra. Neste contexto, encontramos grupos como os Racionais MC’s, uma das bandas mais influentes do gênero, no Brasil, que nos serve como registro histórico da vida social dos negros brasileiros moradores da periferia. Uma evidência da reconhecida contribuição deste grupo para a narrativa brasileira foi a inclusão de um de seus álbuns (*Sobrevivendo No Inferno*, 1997) como leitura obrigatória para o vestibular da Unicamp.

O *rap*, é, sem dúvidas, uma das vozes da resistência negra, tendo passado por várias transformações no decorrer dos anos. A fotografia da capa do disco “*Esú*” foi a mola propulsora para a percepção das mudanças no discurso do *rap*, pois proporcionou uma leitura clara e compreensível sobre o uso da memória da escravidão e a utilização de elementos da herança africana, como por exemplo a religiosidade.

“*Esú*” exala resistência em toda a sua composição, desde sua capa impactante (fotografia de David Kemball) onde vemos um negro de braços erguidos em frente a uma igreja católica, numa posição de afrontamento. Acima dele o nome Jesus com a primeira e última letra riscadas, dando origem a palavra *Esú*, também conhecido como Exu, orixá que também está presente no nome artístico do *rapper* Diogo Moncorvo, mais conhecido como Baco Exu do Blues. E também na produção das músicas que compõem o disco, onde foram utilizados diversos elementos da cultura africana e afro-brasileira (bataques de maracatu, atabaques do candomblé, cânticos em iorubá e o recorrente uso dos orixás nas composições das letras).

Essas características – o uso da ancestralidade africana e da memória da escravidão – também podem ser reconhecidas na identidade e no trabalho de outros *rappers* brasileiros.

Podemos observar esses aspectos na analogia feita pelo *rapper* Criolo em sua música “*Esquiva da Esgrima*”, quando ele diz “[...] cada cassetete é um chicote para um tronco”.

Em como Danilo Ambrosio se nomeia: “Rincon Sapiência, mais conhecido como Manicongo”, título de chefe do Reino do Congo nos séculos passados.

Quando o cantor Emicida cita o Império de Oió e os orixás Orum e Oxum na sua música intitulada “*Baiana*”.

Em “*Ouçá-me*” de Tássia Reis, que cita a Ginga, também conhecida como Nzinga, famosa rainha africana do século XVI:

“Ouça meu grito / Invadindo os teus ouvidos / Tomando a sua casa e tocando lá no seu ‘radin’ / Se o que eu digo lhe fizer algum sentido / É porque o sangue de rainha Ginga ainda corre em mim...”

Todas estas passagens nos evidenciam que a transformação no discurso do *rap* (reconhecimento e valorização da cultura africana) não é apenas um caso isolado. Nota-se, com isso, que os *rappers* estão buscando, cada vez mais, retratar essa ancestralidade não ocidental, o que nos mostra que apesar de toda a intolerância, num contexto abrangente, a cultura africana resiste.

O Brasil é um país pluricultural desde a sua formação, apesar do padrão eurocêntrico, esse fato é inegável. É um país ocidental? Não temos dúvidas, mas não se resume apenas a isso. Podemos e devemos compreender a sociedade brasileira a partir de outras particularidades, a África é uma delas e o historiador deve estar atento as diversas formas que esse fato se faz presente.

Ao analisar a imagem proposta para este estudo, foi possível enxergar a imposição da cultura ocidental e a intolerância que a cultura negra sofre, mas também possibilitou o registro da força da resistência do povo africano, que está presente em toda a história do Brasil. Se o racismo é estrutural e está em todos aspectos da nossa sociedade, a cultura negra também, basta observar e referenciar essas características.

REFERÊNCIAS

CAMARGOS, R. **Rap e Política: Percepções da Vida Social Brasileira no Rap**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. In: *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122.

MOTT, Luiz. **Bahia. Inquisição e Sociedade**. Salvador: Edufba, 2010.

PACHECO, L. C. **Racismo e Intolerância Religiosa: Representações do Xangô nos jornais de Maceió entre 1905 e 1940**. São Paulo: Sankofa, nº XV, 2015.

PEREIRA, A. A. **“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

REIS, J.J. SILVA, E. **Negociação e Conflito: A reysistênncia negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, L. M. (Org.) NOVAIS, F. A. (Org.). **História da vida privada no Brasil (Volume 1)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Os sentidos do pensamento econômico brasileiro: aproximações entre a “revolução brasileira” e a “revolução anticolonial”

Matheus Carlos Oliveira de Lima
Mestrando do PPGH/ UFAL

Orientador (a) Prof^ª. Dr^ª. Arrisete C. L. Costa

Grupo de Pesquisa: Documentos, Imagens e Narrativas - **GPDIN** (CNPq).

RESUMO:

Quais os sentidos da revolução no pensamento econômico brasileiro? Podemos indicar que a obra de Caio Prado Júnior se resume à análise da formação econômica do Brasil com foco no sentido da colonização? O trabalho proposto pretende debater essas indagações que se situam na compreensão da fecundidade da obra caiopradiana, em especial aquela produzida entre as décadas de 1960 e 1970 como *A Revolução Brasileira* (2014). Para tanto, procurou-se debater o caráter da revolução anticolonial desenvolvida e aplicada de forma mais ampliada também durante essas décadas, tendo como característica a construção de um arcabouço teórico fundado na resolução de questões nacionais determinadas pelas particularidades regionais (CABRAL, 2013; LOSURDO, 2018). Assim, por meio de aportes metodológicos desenvolvidos pelas pesquisas de fontes bibliográficas localizadas em acervos digitais acerca da História Econômica brasileira procura-se mostrar as características de natureza historiográfica. Deste modo, tem-se como tarefa a discussão e explicação para o entendimento do Brasil, de matrizes do pensamento econômico e das formas que esse campo de estudos das ciências humanas pode contribuir para um salto qualitativo na forma de organização societária.

Palavras-chave: História Econômica. Revolução. Anticolonialismo.

O presente trabalho é fruto de uma intensa e diversa rede de reflexões desenvolvidas que vão desde as pesquisas empreendidas para a dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFAL, passando por diálogos e debates no cotidiano do Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Arte da Universidade Federal de Alagoas, como também no Grupo de Pesquisa Documento, Imagens e Narrativas (CNPq). O viés específico dessas reflexões é marcado pelo pensamento econômico e pela lacuna na formação do historiador na UFAL que a ausência da disciplina de História Econômica provoca. Porém, um aviso antes de qualquer avanço é preciso: as questões levantadas aqui ainda estão em desenvolvimento, não estão maduras e entendemos que colocá-las para serem debatidas é uma fase fundamental para o seu amadurecimento.

A questão que norteará o desenvolvimento das outras indagações está fundada no seguinte enunciado: *Caio Prado Júnior pode ser localizado em alguma das vertentes do marxismo apresentadas pelo filósofo da história Domenico Losurdo?* O pensamento de Caio Prado Júnior (1907-1990) será nossa fonte historiográfica, em especial o livro *A revolução brasileira* (2014), enquanto que o nosso referencial de problematização acerca das revoluções anticoloniais está baseado no livro *O marxismo ocidental* (2018) escrito pelo italiano Domenico Losurdo.

Essa hipótese foi desenvolvida a partir da necessidade de aquisição de um modelo analítico para o pensamento econômico de Caio Prado Júnior, considerando a demanda motivada pelo reaparecimento da História Econômica, não no sentido quantitativo, mas no sentido da sua forma social. Tendo em vista que:

[...] os historiadores devem partir da observação de Marx de que a economia é sempre historicamente específica, a produção é sempre ‘produção em um determinado estágio de desenvolvimento social, produção por indivíduos sociais (HOBSBAWN, 1998, p. 124).

Parte-se do pressuposto de que o fazer história vem se tornando uma tarefa árdua e para os mais desavisados a materialização da metáfora: “enxugar gelo”. Talvez essa condição seja questionada, é importante que seja, tendo em vista que consideramos que há um avanço na disponibilização de fontes e, inclusive, na digitalização de acervos, condição que logicamente pode tornar a pesquisa histórica mais confortável.

Todavia, quando se pensa no fazer da história, percebe-se que esta não é uma tarefa individualizada, nem é solitária, pelo menos não mais, exatamente porque estamos vivendo em um momento histórico em que há uma maior participação popular sobre temas das ciências humanas, o contrário de momentos anteriores, onde o ofício da história, por exemplo, se configurava num invólucro gabinete.

Porém, a democratização da discussão histórica possibilitou um maior apanhado de temas e fontes, dando voz aos subalternizados e excluídos historicamente. Essa condição fez com que o fazer da história assumisse outros contornos, tanto pela amplitude de questões apresentadas como também pelo tom cada vez mais agudo dos debates que vão de uma tremenda exaltação da história até sua total negação enquanto ciência.

O papel das comunidades científicas, dos pares que podem aprovar determinada proposta, se torna, assim, cada vez mais cadente. Não num sentido fiscalizador, mas como um estimulador de um debate científico. Considerando que a própria definição dos objetivos estudos e o método utilizado para tal empreitada é construída socialmente, os esforços de referência e aprovação científica pelos pares passam também por essa determinação social. Para isso, segundo Michel de Certeau sobre a escrita da História:

[...] sublinhar a singularidade de cada análise é questionar a possibilidade de uma sistematização totalizante, e considerar como essencial ao problema a necessidade de uma discussão proporcionada a uma pluralidade de procedimentos científicos, de funções sociais e de convicções fundamentais (CERTEAU, 1982, p. 32).

Deve-se dizer, contudo, que esse campo científico deve ser popularizado, que os sujeitos sociais devem intervir em suas formulações. No entanto, tem-se que assumir determinados parâmetros, porque de outra maneira se mantém no campo da opinião e não da história, tendo em vista que esta segunda precisa estar acompanhada, pelo menos por convenção, de um estatuto científico, assim como indicado na citação anterior. Posto que o conhecimento histórico assume a sua vitalidade quando é utilizado para a transformação.

Assim, o presente trabalho se propõe exatamente à busca de aproximações entre a teoria da Revolução Brasileira e a perspectiva revolucionária anticolonial, exatamente por entender que o sentido da colonização também pode ser estudado como uma estrutura de longa duração³⁴⁰, onde a presença dos elementos norteadores da colonização se manteve ou assumiu novas roupagens. Logo, a compreensão de quais são os limites estruturais para a edificação de uma política econômica para o desenvolvimento, faz-se como tarefa fundamental para estudar as contradições que ainda se apresentam na sociedade brasileira, além de contribuir para a produção acadêmica no campo da historiografia econômica.

A apresentação oral das ideias aqui presentes no 10º Encontro Nacional de História na Universidade Federal de Alagoas, associada com as questões levantadas no debate motivaram o seu desenvolvimento neste artigo e também o aprofundamento em pesquisa para trabalhos futuros.

Como já dito anteriormente, a discussão que o artigo em tela levanta é movida por pesquisas em direção ao pensamento econômico brasileiro, em específico o de Caio Prado

³⁴⁰ O conceito de longa duração é referenciado em Fernand Braudel (1972).

Júnior no tocante ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, todo o empenho investido aqui está voltado para a reflexão sobre as possíveis aproximações entre a teoria da revolução brasileira e os debates constituídos nas lutas anticoloniais africanas. Todavia, neste momento não iremos trabalhar com os elementos particulares de cada nação em luta pela descolonização e sim com os pontos que se tornam comuns em sociedades cujo capitalismo é dependente.

Ao notar o desenvolvimento da produção intelectual de Caio Prado Júnior podemos perceber a permanência de determinadas questões que dão movimento ao seu trabalho e funcionam como uma espécie de marca registrada. A categoria do “sentido da colonização” geralmente a primeira a ser lembrada e por isso é caracterizada como principal referência no tocante às discussões levantadas pelo autor em questão.

Por outro lado, CPJ³⁴¹ articula seu pensamento mediante as circunstâncias sócio-históricas decorrentes do processo de transformação das estruturas políticas e econômicas do Brasil. O autor em questão está vinculado às particularidades históricas como por exemplo, a ruptura pelo alto com a República oligárquica através do processo que ficou conhecido como Revolução de 1930, a profunda crise inaugurada em 1929, até mesmo a movimentação intelectual promovida pelos modernistas com destaque para a Semana de Arte Moderna de 1922.

Esses aspectos são alguns exemplos que podem ser apresentados em escalas de análises variadas, num nível mais macro ou numa perspectiva mais micro, e também são complementares. O movimento modernista foi um intento da intelectualidade que se preocupou em produzir uma arte própria de “brasilidade”, que rompesse com a cópia de modelos europeus e se lançasse atenção aos temas nacionais, porém se localiza no campo da oposição à República oligárquica, fazendo crítica a sua estrutura corrupta e antiliberal. Enquanto que a crise de 1929 acelera a dissolução da política do “café com leite” a partir da pressão econômica lançada sobre as débeis estruturas do Brasil. A revolução de 1930, seria assim, uma espécie de culminância de todo um processo de crise e desestruturação gestado no interior do governo.

O autor de Formação do Brasil Contemporâneo é influenciado por essa conjuntura. A sua produção assim, permeia a necessidade de compreender a história do Brasil a partir da perspectiva dos subalternizados e, além disso, tendo como pressuposto a procura de condições

³⁴¹ A sigla CPJ será utilizada como forma abreviada do nome do historiador paulista Caio Prado Júnior.

particulares do desenvolvimento do Brasil. Essas mesmas particularidades provocam o encadeamento teórico e metodológico sobre elas, contudo não de maneira mecânica e acabada, mas sim de forma dialética e contraditória, sendo elemento de disputa na própria sociedade. Sobre isso:

Compreende-se que as fases particulares do desenvolvimento socioeconômico são marcadas por significativas inovações teóricas e metodológicas, de acordo com as circunstâncias em modificação. É importante salientar, porém, que nem todas essas mudanças metodológicas e transformações teóricas têm de se acomodar em relação aos limites restritivos da moldura estrutural comum que define a época em sua totalidade (MÉSZÁROS, 2009, p. 9).

A não acomodação dessas mudanças teóricas e metodológicas se relaciona ao processo de crítica à totalidade. A busca pela superação desse todo por meio da crítica das suas contradições é o elemento mobilizador que passa a instigar o debate afim das questões socioeconômicas particulares à formação histórica de um país. Caio Prado Júnior mobiliza a sua produção teórica nesse sentido, busca compreender os elementos históricos constituintes da sociedade brasileira, ao mesmo em que analisa a manutenção de determinados pontos e por fim propõe uma teoria de ação, que supera esse enquadramento com respeito às especificidades do objeto de pesquisa.

Deste modo, Caio Prado Júnior tem como objetivo narrar uma História do Brasil que saia dos grandes, dos grandes feitos e acontecimentos e se direcione ao movimento contraditório das estruturas da nação. Essas estruturas são exatamente o meio por onde as relações sociais de produção passam a se estabelecer. A compreensão destas é um itinerário importante, pois nos permite, assim como a CPJ, a busca das raízes dos elementos constituintes da sociedade brasileira contemporânea.

Assim, pensar o desenvolvimento econômico, tal como a superação da desigualdade social e a elevação de índices sociais historicamente marcados por deficiências exige localizar as raízes dos problemas. De outra forma, se isso não for feito, caminha-se apenas pelos aspectos exteriores, da aparência, e deixa de tocar na essência desses problemas. CPJ inaugura sua participação nesse debate a partir da perspectiva do materialismo histórico já em 1933 por meio da publicação do ensaio *Evolução Política do Brasil*. No prefácio à primeira edição desse livro o autor assinala que:

Os nossos historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos [...] esqueceram, quase por completo, o que se passa no íntimo da nossa história, de que esses acontecimentos não são senão reflexo exterior. [...] Quis mostrar, num livro ao alcance de todo mundo, que também na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial. (PRADO JR., 2012, p. 9-10)

Como é visto, o autor em questão procura ressaltar seu empenho em romper com o enquadramento oficial do fazer história. Para ele, havia a necessidade de pensar uma história do Brasil que contemplasse as suas contradições e particularidades, sem deixar, contudo, de considerar os fatores determinantes exteriores.

Para tanto, não se põe em questão uma teoria dissociada das relações internacionais, pelo contrário, é proposta exatamente uma perspectiva analítica que compreenda o movimento particular do Brasil quando inserido na roda da economia internacional, propriamente a partir da divisão internacional do trabalho. As relações de poder, tanto interna quando externamente, passam por esse caminho. E dessa forma, o rompimento com os elementos motivadores do atrasado no desenvolvimento do país inclinariam a uma resistência internacional. Para tanto se deve fazer uma caracterização, mesmo que rápida para não fugir do nosso objetivo, da burguesia dependente, assim recorre-se ao pensamento de Florestan Fernandes:

Uma burguesia dependente não é só instrumental para com seus interesses conservadores 'nacionais'; ela é também um instrumental para com os interesses conservadores externos, 'internacionais', ou seja, ela está em permanente aliança com o imperialismo e dele recebe parte de sua força econômica, cultural e política (FERNANDES, 2015, p. 70).

Assim, pondera-se o potencial de independência política que poderia ser assegurado por elites de caráter dependente. Até que ponto, portanto, os processos de independência marcaram a ruptura com o antigo sistema colonial? Por isso, levanta-se a questão da libertação nacional como preponderante no processo de ruptura com esse fardo. Considerando que as revoluções anticoloniais são fortemente marcadas pela luta de libertação nacional que é a proposta dada por Amílcar Cabral, Kwane Kkrumah na África, assim como é apontada no mesmo sentido por José Carlos Mariátegui, no Peru, Caio Prado Júnior, no Brasil e Ernesto Che Guevara em Cuba. Esse elemento da libertação nacional supera o processo de independência formal, é fundado na demanda por soberania política e econômica.

Desta forma, o desenvolvimento econômico de uma nação nem sempre acontece em consonância com os interesses internacionais. Isso porque o desenvolvimento do capitalismo é desigual e combinado, ou seja, esse modo de produção a partir da sua totalidade, funciona através do intercâmbio desigual. Necessita do “desnível” de desenvolvimento entre as nações para que, por meio da divisão internacional do trabalho, gire a roda da economia.

A alteração das posições nessa divisão internacional do trabalho assevera as contradições entre os interesses dos países, as guerras mundiais do início do século XX são prova disso, e os vários conflitos regionalizados pós 1945 no contexto da Guerra Fria nas regiões caracterizadas como Terceiro Mundo também.

Para assegurar a combinação dessa troca desigual, na forma de um metabolismo, o capitalismo acaba apresentando como ferramenta o neocolonialismo, parte integrante da fase superior desse modo de produção. Por meio do neocolonialismo as trocas desiguais assumem novas formas e patamares, entretanto, atentando aos mesmos interesses. Nesse sentido:

[...] ao estudar as teorias do imperialismo, Nkrumah desloca para o centro de suas interpretações e reflexões sobre o continente africano para o neocolonialismo, identificando-o como ‘o maior perigo que a África enfrente atualmente’ (NKRUMAH, 2011, p. 287 *apud* SCHERER, 2016, p. 151).

Com isso, pode-se notar a importância da história econômica nos estudos decoloniais e pós-coloniais. Uma questão que se faz relevante nesse momento é a problematização que implica no reconhecimento de um giro de perspectiva, onde o debate acerca da história econômica é girado para outro eixo: num primeiro momento, a história econômica e a economia política se concentrava no norte – ou Ocidente –, em especial nos centros de desenvolvimento industrial da Europa ao qual assume uma crise a partir da década de 1960; enquanto que posteriormente passa a se localizar na periferia desse sistema, nas regiões em que há a luta pela libertação nacional, tendo em vista a cadência do debate sobre a superação das antigas estruturas coloniais. O Sul é a região em que passa a predominar esse debate e o Brasil também se insere nessa discussão também, porém assumindo outro viés de debate devido as suas circunstâncias particulares.

As questões pertinentes à libertação nacional ou a Revolução Brasileira passam pela aspiração da construção de um novo momento. Todavia, cabe ponderar até que ponto há o rompimento desse “novo” com o “velho”. Em outras palavras, é precioso debater as reais

possibilidades que as revoluções anticoloniais geraram, tendo em vista a demanda por um desenvolvimento acelerado por parte das economias semicoloniais, fundamental para assegurar a sua independência econômica e por esteira política. Tendo em vista que:

[...] com o neocolonialismo, os países sofriam com a ingerência e controle externo, ‘a essência do neocolonialismo é de que o Estado que a ele está sujeito é teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade seu sistema econômico e, portanto, seu sistema político é dirigido do exterior (NKRUMAH, 1967, p. 1 *apud* SCHERER, 2016, p. 151).

O entendimento da presença do imperialismo e do neocolonialismo perpassa o debate acerca da libertação nacional. Essas são as novas formas que asseguram o funcionamento da engrenagem do capitalismo a partir do século XX, problematizá-las faz parte da análise promovida pela história econômica produzida nesse contexto.

Assim, têm-se como hipótese que as definições dos modelos econômicos pós-coloniais são marcadas pela síntese das contradições do neocolonialismo. Entende-se, por exemplo, que a Moçambique independente “herda” a base econômica do período anterior. O que fazer com essa base? Como construir novos patamares de desenvolvimento para a superação do estágio anterior e do fardo colonial? Com toda certeza, a manutenção da concentração na produção primário-exportadora associada à indústria de extração e transformação dependente do investimento estrangeiro não é o caminho, tendo em vista a manutenção da crônica mortalidade devido à fome e as doenças a ela relacionadas. Exemplo dessa questão pode ser notada na seguinte citação de Patrícia Villen quando comenta o pensamento de Amílcar Cabral:

Como agrônomo, Cabral põe em evidencia como esse governo inerte e atrasado respondia acima de tudo ao objetivo de provoca a fome, instrumento que teria sido utilizado de propósito no passado para preservar a submissão dos africanos e que, na época do Segundo Pós-guerra, servia como ‘nova arma de opressão’ para enfraquecer a luta anticolonial. [...] O trabalho forçado e a exportação forçada de jovens trabalhadores das colônias portuguesas eram outras armas potentes e sempre ativas do poder colonial para provocar uma ‘hemorragia das forças vivas’ das colônias (VILLEN, 2013, p. 136).

É destas questões que a história econômica passa a se mobilizar, buscando entender os condicionantes que tenham inclinado às dificuldades econômicas que o país recém-independente irá ter. O perfil agroexportador, por exemplo, manteve o perfil periférico e

dependente na economia brasileira – assim como também em outras economias africanas como Angola, Moçambique e Congo –, fazendo com que a estrutura de dominação pouco se alterasse.

Deste modo, quando nos baseamos no livro *O marxismo ocidental* (2018), nos detemos às teorizações levantadas, tais como: a caracterização do que seria o marxismo ocidental, numa clara distinção em relação à via oriental, e ainda em relação ao debate construído no entorno da demanda por uma teorização nacional do socialismo. Essa teorização, contudo, demandaria a compreensão das diferenças culturais que caracterizam a determinada sociedade. Para tanto, Losurdo assinala que: “Sim, o comunismo se revela a força dirigente das revoluções anticoloniais e, uma vez conquistado o poder, do desenvolvimento acelerado de que urgentemente necessitavam as ‘economias semicoloniais’” (LOSURDO, 2018, p. 10).

Como pode ser notado na citação acima, a presença da perspectiva comunista de sociedade foi um elemento importante na mobilização da luta anticolonial assim como também na perspectiva da revolução brasileira indicada por Caio Prado Júnior e, ainda, como já indicamos, o neocolonialismo é uma ferramenta para atender aos interesses imperialistas no cenário de contração das possibilidades exploratórias.

Além disso, também se nota a questão das “economias semicoloniais”, a superação do jugo colonial só poderia ser completa a partir da independência política e fundamentalmente econômica. Seriam aspectos correlacionados. A não superação ou a quase superação manteria o sentido da colonização por meio das estruturas e instituições que não foram substituídas. Ou seja, a questão não se remete unicamente ao imediato rompimento, ela também se dá de maneira processual por meios dessas transformações. Onde, para isso, Caio Prado Júnior assevera acerca da revolução brasileira: “O significado próprio se concentra na transformação e não no processo imediato através do qual se realiza” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 11).

Desta forma, o processo de luta anticolonial também demanda a superação da dependência econômica. A redefinição, nesse caso, da divisão internacional do trabalho perpassa pelo rompimento do sentido da colonização, enquanto a determinada sociedade não rompe com este sentido não há transformação na direção de superação do seu perfil colonial e dependente.

Tendo em vista que as bases que sustentam o imperialismo são as mesmas que atestam o “atraso” no desenvolvimento econômico-social desses países. Para isso, Caio Prado Júnior indica que “[...] não somente as contradições e forças essenciais que irão eventualmente constituir os fatores decisivos do desencadeamento e desenvolvimento da revolução, como ainda as bases em que assunta a dominação imperialista” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 183).

Pode-se depreender, com isso, que o processo de dominação colonial é um componente contraditório da dinâmica capitalista, que se acentua à medida que se outras partes passam a exigir participação nessa expansão. Assim, tanto as regiões submetidas à colonização por meio de estratégias específicas, resistem e enfrentam a colonização como os próprios países imperialistas se chocam na disputa por territórios a fim de assegurar a sua posição central. Ou seja, a dinâmica colonial assume contradições em seu processo interno e externo. Sendo assim, podemos indicar que as guerras imperialistas são a manifestações externas dessas contradições e as lutas pela libertação nacional seriam a via de contradição interna. Obviamente, esse processo não é mecânico e tampouco estanque.

Entretanto, pode-se notar que o choque interno é direcionado para o externo e vice-versa. Onde a luta anticolonial é direcionada ao rompimento com a presença imperialista na região, assim essa luta é direcionada no contexto interno do país, mas impacta diretamente no país colonizador. Para essa questão, apresentamos a seguinte ponderação do italiano Domenico Losurdo:

Seria inadmissível apoiar a luta contra a submissão colonial ou neocolonial e, ao mesmo tempo, absolver os responsáveis por tal política. E não é apenas por razões éticas: as duas guerras mundiais demonstraram que o expansionismo colonial desemboca em desastrosas rivalidades interimperialistas de impacto global, o incêndio provocado poucos anos antes por Hitler na tentativa de erguer na Europa oriental um império colonial alemão provocou um incêndio também no ocidente e na própria Alemanha (LOSURDO, 2018, p. 12).

Compreender esses “choques” passa a ser uma tarefa importante para o estudo das políticas econômicas e da própria historiografia destinada a esta temática. A aproximação da perspectiva da revolução brasileira e das revoluções anticoloniais gira entorna da pauta da liberação nacional. As aproximações entre essas duas perspectivas, quando dadas as devidas particularidades, se situam exatamente no momento em que se propõe a superação do sentido da colonização, mesmo que não cheguem a atingir esse processo plenamente.

Nesse caso o que se considera em comum são os elementos processuais que se movimentam numa escala mais ampla como o imperialismo e o neocolonialismo, ou seja, mesmo havendo aspectos distintos e particulares que fazem com que cada país ex-colônia seja único do ponto de vista da história econômica, há também elementos gerais que extrapolam essas particularidades e os inserem no circuito da totalidade.

REFERÊNCIAS

- BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: abril Cultural, 1984.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2013.
- CARODOSO de MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.
- LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.
- MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PEREIRA, Luciana Lamblet. **História econômica: algumas questões metodológicas**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: uma biografia política**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. **A revolução Brasileira; A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado), UFRJ, 2015.
- SCHERER, Mathias Inácio. Kwame Nkrumah: o neocolonialismo e o pan-africanismo. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras expressões, 2016.
- VILLEN, Patrícia. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo: entre a harmonia e a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Gênero e democracia racial nos anos 1950: Mulher-personagem em *Gabriela, cravo e canela* de Jorge Amado

Milena Correia dos Santos

Graduanda do curso de bacharelado em História/ICHCA/UFAL

Grupo de pesquisa História social e política

Resumo:

O romance de Jorge Amado publicado em 1958, apresenta como personagem central Gabriela, nome que também é incorporado ao título da narrativa literária: *Gabriela, cravo e canela*. Os debates intelectuais dos anos 50, serão o ponto fortalecimento as análises à literatura amadiana na construção da identidade nacional - buscando entender a possível importância do projeto Unesco na elaboração dessa identidade. Nas abordagens da antropóloga, Mariza Corrêa, sobre o que ela chama de “invenção da mulata”, na necessidade de discutir relações de gênero e raça, sobre esse imaginário e construção de sujeito “mulata”, ou seja, nem negra nem branca. Por meio desse debate e conceito, é possível buscar entender os marcadores imbricados na personagem-mulher de Gabriela, nas identificações e identidades da narrativa, elaboradas por Jorge Amado. O trabalho pretende apontar como os adjetivos atribuídos a figura central da narrativa podem reforçar a construção de mulher “mulata” no pensamento nacional, e a maneira como essas questões a afastam de ser uma mulher livre de fato - já que diversas vezes ela é colocada sob a subserviência de seu patrão e amante.

Palavras chaves: Literatura, Raça, Gênero.

Publicado em 1958, pela editora Martins, o romance será considerado a segunda fase literária de Jorge Amado, após esse distanciar-se do que é chamado de “romance do proletariado”. O romance se passa na pequena cidade de Ilhéus no interior da Bahia, nos anos de 1925, traz como protagonista a personagem central de Gabriela, uma mulher “mulata”, retirante do sertão da Bahia, que chega na pequena cidade prospera do cacau, para fugir da

fome. Ao longo do trabalho pretendo discorrer sobre os adjetivos que estão carregados na personagem, coberta por esse sujeito de “mulher mulata” - nem negra nem branca, mulata.

O mito da democracia racial acompanha toda a construção narrativa, diversos são os momentos em que podemos identificar as ideias freyrianas no romance. A mulher mulata sexualizada que é responsável por introduzir o filho do patrão as experiências sexuais; a romantização das relações entre patrão/senhor de engenho, escravizada/empregada. O romance é um prato cheio para analisar etnicidade e as questões de mestiçagem.

A relação entre a protagonista e seu patrão é um dos focos da narrativa. O romance estabelece duas distintas relações entre Gabriela e Nacib, nesse além de seu patrão, torna-se seu amante. Ambas relações serão romantizadas na narrativa. Embora, Nacib não seja interpretado como “heroico”, são raros os momentos em que seus atos serão questionados. Há em Gabriela um receio de machucar aquele homem que “tão bom com ela”. Não muito demora até que essas relações se entrelacem - patrão/empregada e amantes. Mas se por um lado Gabriela teme magoar Nacib, por outro, a ideia de perder a eximia cozinheira que encontrou com muito custo e, a mulher com a qual dormia todos os dias, logo tomou Nacib também. A questão que Duarte aponta: “vê-se que a pele da mulher ‘cor de canela’ está em analogia com a cor da terra e não apenas em termos de epiderme. Vincula-se, também, à viabilidade do sonho de Nacib em se tornar produtor rural” (DUARTE. 2009. p. 10-11). Nesse trecho, Duarte não apenas questiona os interesses e ambições de Nacib, como também vincula título do romance às pretensões do personagem.

Assim, as análises devem se dar desde o título do romance, e seguir apontando possibilidade de interpretação para a narrativa. *Gabriela, cravo e canela*, como romance de identidade nacional. Além de buscar entender as relações de mestiçagem e de gênero, a partir da elaboração da obra.

Gabriela, cravo e canela, romance de Jorge Amado - que fez parte dos integrantes o quadro de intelectuais no século XX - concluído em Petrópolis, no Rio de Janeiro, publicado em maio de 1958, teve sua 1ª edição pela livraria Martins Editora. A narrativa tornou-se um sucesso de vendas, logo em suas primeiras edições, sendo a obra mais traduzida do escritor. O romance apresenta Gabriela, nem preta, nem branca e sim "mulata".

O romance apresenta como personagem central, a mulher que incorpora o título da obra: Gabriela. E nela, Jorge Amado reforça os estereótipos na construção da identidade

nacional, nas questões de gênero e raça, e partindo dessas categorias de análise Gabriela torna-se um objeto de estudo possível para essa intersecção. O estigma de mulher "mulata" que circunda a etnicidade da personagem durante todo o romance. Segundo a antropóloga Mariza Corrêa, em seu artigo sobre "sobre a invenção da mulata", ela buscar compreender a "construção do sujeito enquanto objeto de discursos médicos, literários e carnavalescos" (CORRÊA, 1996).

Segundo Mariza, há uma divisão do sujeito mulata, o que ela chama de "a mulata desejável e a mulata indesejada", nesse primeiro caso, onde a figura da mestiçagem é aceita – e mais sexualmente usada – ela aponta que há um uso do paladar e do olfato na literatura, tal qual: Jorge Amado – cravo, canela (Gabriela, cravo e canela). A imagem da mulher mulata é explorada

rebolado e da televisão, a mulata, assim construída como um objeto de desejo, tornou-se um símbolo nacional. Em sua última encarnação, na vinheta globeleza, na qual a tecnologia utilizada para representá-la é pelo menos tão importante como sua corporificação de todos aqueles atributos mais antigos, temos uma espécie de mulata estilizada, abstrata, ou imaginária, que resume ou sintetiza todas as suas antepassadas (CORRÊA, 1996, p. 40).

Analisando por esse prisma para entender a tentativa de construção de uma identidade nacional, e como essa personagem literária dentro dos limites da literatura, poderia se engajar nessa construção. Tida como uma criação moderna, a identidade nacional só se desenvolve de fato no século XIX, e a nela cabem algumas características como aponta Firion, segundo o autor, os descritos abaixo são importantes para que haja de fato uma identificação nacional:

ela condensa-se numa alma nacional, que deve ser elaborada. Uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais, como hino, bandeira, escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo (FIRON citou THIESSE, 1999, p. 14).

Ruben George em seu artigo que fala sobre as dinâmicas literárias, sobre a representação do Brasil, e seu povo, "[...] os intelectuais e as elites valorizam o que seria mais autenticamente brasileiro. Esta tendência já aparece na segunda metade do século XIX, nos escritos dos representantes da escola indianista da nossa literatura, e atinge seu apogeu nos romances de José de Alencar, nos quais são valorizadas nossas raízes culturais: o índio, a vida

rural, etc.” (OLIVEN, 2001.). No mesmo artigo Ruben alerta sobre a maneira que se dava esse retratamento, de como ele era originário do que ele chama de “romantismo europeu”, ou seja, a visão do homem branco, e que ainda não havia um estilo brasileiro de escrita, que interpretação ainda era entendida pelo viés eurocêntrico.

Nessa construção de identidade a literatura terá um importante papel, autores literários foram ativismo e na construção do imaginário nacional. Alguns nomes como José de Alencar em *O guarani*. Traçando cenários do Brasil, sejam eles espaciais, ou não, pois um dos aspectos mais importantes do romance é o casal que se forma entre a indígena e o homem branco. Segundo Fiorin o romance de Alencar toma em especial uma importância, pois: “[...] além disso, começa-se a elaborar um modelo explicativo da singularidade da cultura brasileira, pois é essa especificidade que constituiria o Brasil como uma nação. Observe-se que se trata de uma autodescrição da cultura, que é, evidentemente, parcial. No entanto, ela é vista como uma explicação totalizante e real da cultura” (FIORIN, 2009: 119). Assim, originasse o mito de que o Brasil é a união entre natureza e cultura, imbricando valores americanos com o europeu. E para Fiorin, “[...] O Brasil seria, assim, a síntese do velho e do novo mundo, construída depois da destruição do edifício colonial e dos elementos perversos da natureza” (FIORIN, 2009: 119).

Pensando nesses pontos é que Gabriela surge como um possível objeto para o fortalecimento dessa construção. Mesmo publicado em 1958, o romance que traz como protagonista a figura, feminina, mulata, pobre e baiana de Gabriela, envolta em sexualidade, crenças, ingenuidades e promiscuidades. É nesse momento que apesar dos contrapontos Gabriela pode ser a personagem do que acima é colocado como “modelo de virtudes nacionais”, não que ela venha de fato a ser, mas durante uma boa parte do romance, Jorge Amado decida imaginário de mulher mulata, quando a enche de características físicas “atrativas”, da mulher sorridente, dada aos elogios, boa cozinheira, a expressão maior da mestiçagem, da cor de canela, sexual. Há nela uma forte característica popular, que remete a representação do gênero feminino negro em *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freyre, onde a mulher negra era, muitas vezes, a primeira experiência sexual dos filhos dos senhores de engenho, dessa relação Gabriela não foge, conforme é descrito no romance.

Embora não seja uma ideia originário de Gilberto Freyre, é com ele que a democracia racial toma maiores dimensões, principalmente em *Casa-Grande & Senzala*, ele torna-se uma das mais importantes referências quanto ao tema. Para Freyre, “[...] A mestiçagem, de acordo

com Freyre, transpunha a óptica da eugenia, ou seja, não existiriam raças inferiores e superiores que estariam impossibilitadas de mesclar-se. [...]” (SANTOS, 2013: 35).

Em *Casa-grande & Senzala* Gilberto Freyre de fato destaca a descrição dos negros, são a eles que o sociólogo mais busca descrever. Segundo o autor, havia no povo negro uma docilidade, beleza e inteligência, além de enfatizar que teriam sido eles os personagens centrais do sucesso da colonização portuguesa. Como aponta Santos, Freyre buscou analisar as relações escravocratas entre negros e brancos. Narrando sobre o que, segundo ele, seria a base e os mecanismos desse convívio

[...] dilaceração física e moral dos negros, as relações de concubinação entre senhor e escrava, os filhos bastardos que serviram como brinquedos para os filhos legítimos do patriarca, bem como a inveja acalentada pelas sinhás por suas escravas refletem os dilemas vivenciados no processo escravocrata (SANTOS, 2013).

Ainda de acordo com as ideias freyrianas, as crianças criadas pelas amas-de-leite numa significativa parte das vezes incorporavam à estrutura das famílias. Assim como, os filhos ilegítimos recebiam o sobrenome e a heranças de seus pais. Esses eram alguns dos pontos que inspiravam Gilberto Freyre a propagar a ideia de que o Brasil era um país harmônico. Mas em contraponto as essas ideias romantizadas de Freyre, Evaristo traz as consequências da miscigenação, bem menos harmoniosa do que dizia ser segundo Gilberto. Na análise de Evaristo, a literatura brasileira escancarou esses problemas sociais e raciais:

José Maurício Gomes de Almeida (2001) observa que Gregório de Matos lidava mal com a mestiçagem brasileira, que já se fazia notar na época. O poeta, como outros de seu tempo, revelava um profundo mal-estar para com “os mulatos desavergonhados”, termos com os quais Gregório de Matos deixa transparecer o despeito de muitos brancos diante do crescente número de mestiços, filhos de senhores que, como alforriados, ocupavam um espaço social intermediário (EVARISTO, 2009, p. 20).

O mito da democracia racial acompanha toda a narrativa de Gabriela, nas relações de etnicidade e "mestiçagem", mas em contraponto a personagem central é marcada pela esterilidade – assim como Glória, outra personagem feminina, "mulata", colocada no romance no papel de "rapariga" de coronel. Como colocou Duarte, "Por que, então, nossa literatura canônica insiste em marcá-la com a esterilidade? Se somos a pátria da democracia racial" [...] (DUARTE. 2009: 12). Embora Gabriela, no romance tenha tido inúmeras relações sexuais e,

inclusive foi estuprada. Amado explora a falsa ideia liberdade sexual de Gabriela, imbricando questões de sexualidade e subserviência feminina. A fertilidade dela é constantemente omitida, negada.

Percebe-se que a personagem feminina negra não aparece como musa, heroína romântica ou mãe. Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra, não lhe conferindo nenhum papel no qual ela se afirme como centro de uma descendência. À personagem negra feminina é negada a imagem de mulher-mãe, perfil que aparece tantas vezes desenhado para as mulheres brancas em geral (EVARISTO. 2009, p. 23).

Como alerta Evaristo, seria essa uma tentativa de apagar a herança da mulher negra na construção da nacionalidade. (EVARISTO. 2005: p. 202). A personagem de Gabriela é carregada de conotações sexuais. É no "cheiro de cravo", na "cor de canela", nos aspectos físicos e de paladar – que logo remete a algo agradável, gostoso - que a figura sedutora vai se formando. Esse apelo ao paladar que o autor tentar trazer reforça a ideia de Amado sobre o corpo da personagem. A conduta sexual da personagem é quase sempre destoante do que seria admissível para as moralidades patriarcais e cristãs da cidade de Ilhéus, Gabriela não só não as compreende como também não as obedece. Não seria bem esse o problema fundamental da questão, mas sim as intenções de Jorge Amado, e ao que parece isso muito mais ajuda a reforçar as construções da mulher "mulata" como promiscua, do que elevar Gabriela como imagem de mulher livre - já que essa diversas vezes é colocada sobre a subserviência de seu patrão e amante. Akotirene, seguindo o pensamento de Truth, aponta:

[...] raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido. Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não-emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos – marido e patroa – querem, como se faltasse vontade própria, e que é pior, capacidade crítica. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras.

A sexualização exacerbada de Gabriela é reforçada em todo o romance. E se perpetua em todas as relações e com todos os parceiros sexuais da personagem. Vários são os momentos em que o corpo de Gabriela é usado como "objeto" narrativo, principalmente, numa atribuição de mulher sedutora, promiscua e imoral. São nesses acontecimentos em que mais se constrói o caráter feminino e racial da protagonista do romance. É importante apontar nesse momento que essas observações partem do ponto de que tudo isso são construções do autor.

A fácil popularização de Gabriela, parece significar a aceitação em entender a personagem como representação de brasilidade. Nota-se até nas inúmeras vezes que o título

do romance e da protagonista é usado em nome de bares, restaurantes, e até bebidas. Essa observação fortalece a ideia de que há uma propagação da imagem dela na construção de uma identidade nacional. Mas deve-se destacar que embora o nome da personagem tenha sido muito usado de distintas maneiras, até o momento não identifiquei que esse foi utilizado em certidões de nascimento nesse período. Logo, seria Gabriela um modelo de identidade nacional, mas também seria uma forma de resistência em aceitar uma herança negra na formação da identidade nacional.

O romance estabelece duas distintas relações entre Gabriela e Nacib, esse além de seu patrão, torna-se seu amante. Ambas relações serão romantizadas na narrativa. Embora, Nacib não seja interpretado como "heroico", são raros os momentos em que seus atos serão questionados. Há em Gabriela um receio de machucar aquele homem que "tão bom com ela". Não muito demora até que essas relações se entrelacem - patrão/empregada e amantes. Mas se por um lado Gabriela teme magoar Nacib, por outro, a ideia de perder a exímia cozinheira que encontrou com muito custo e, a mulher com a qual dormia todos os dias, logo tomou Nacib também. A questão que Duarte aponta,

vê-se que a pele da mulher “cor de canela” está em analogia com a cor da terra e não apenas em termos de epiderme. Vincula-se, também, à viabilização do sonho de Nacib em se tornar produtor rural. Mas toda a fantasia de fertilidade e cultivo não se estende ao corpo da mulata, as semelhanças param por aí. (DUARTE. 2009. P. 10-11)

Nesse trecho, Duarte não apenas questiona a os interesses e ambições de Nacib, como também vincula o título do romance às pretensões do personagem. O temor da perda que acomete Nacib não está apenas na expressão sexual de Gabriela, mas também em como o fato de perdê-la o deixaria mais distante de seu interesse em comprar terras, e tornasse produtor de cacau.

Portanto, entender as relações étnicas, classistas e de gênero, na narrativa de *Gabriela, cravo e canela*, principalmente, quanto as construções da personagem central do romance, marcada pela sua sexualidade, é a base desse trabalho. A narrativa, às vezes perturbadora e o lugar do protagonismo feminino e mestiço de Gabriela, também são. Marcada pelo mito da democracia racial a protagonista do romance de Jorge Amado, traça suas performances e lugares. Buscando entender as possibilidades que imbricam a personagem central do romance. As relações com a construção de identidade nacional, e uma possível ligação com o projeto

dos anos 50 organizado pela Unesco. A própria forma mística e híbrida que assume a mulata Gabriela, na literatura amadiana, mas não somente, pois como aponta importante expoente dos estudos de literatura do negro no Brasil, Conceição Evaristo nós passa uma análise sobre os usos e abusos do corpo mulato na nossa literatura, do “mulata malandro”, ou como aparece em São Bernardo, de Graciliano Ramos, “mulato de pouca inteligência”.

Analisando as teias de relações que cerceiam Gabriela, para buscar compreender melhor seu espaço e as consequências de ser a mulher que era, tento em vista o contexto de uma pequena cidade erguida sobre o machismo e patriarcado. A maneira como o lugar se estrutura nessa ordem patriarcal, que tanto diz presar pela moral feminina. Uma das principais questões do trabalho era tentar ver além das análises que diziam ser Gabriela uma mulher afrente do seu tempo – quase feminista – à medida que esse – assim como outros trabalhos – busca apontar os problemas de alguns marcadores na personagem: gênero, raça e até classe.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**. 51. ed. Rio de Janeiro: Record / São Paulo: Martins. 1975.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Letramento. Belo Horizonte. 2018.

CORRÊA, Mariza. **Sobre a invenção da mulata**. Cadernos pagu. 1996.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade**. Revista de Estudos Literários. 2009.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Belo Horizonte: SCRIPTA. 2009.

FIORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira**. Bakhtiniana. 2009. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002/1933> >. 25/10/2018.

NASCIMENTO, Renata. **Eu nasci assim... A construção de Gabriela como símbolo de mulher baiana e brasileira**. Artigo para III Seminário Internacional Mulher e Literatura. 2007.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura e modernidade no Brasil**. São Paulo. 2001.

SANTOS, Fernanda Barros dos. **O Projeto UNESCO 1950: a questão da raça e a institucionalização das Ciências Sociais nas perspectivas de Thales de Azevedo (1904-1995) e Florestan Fernandes (1920-1995) & Roger Bastide (1898-1974)**. Rio de Janeiro. 2013.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura e modernidade no Brasil**. São Paulo. 2001.

A imagem da mulher como símbolo sexual

Nathália Ourives Tavares
Stella Teixeira Solano Camêlo
Graduandas em História – Bacharelado/Instituto de
Ciências Humanas e Arte/ Universidade Federal de Alagoas

Resumo:

A apropriação do corpo feminino pelo corpo masculino foi algo construído desde os tempos mais primórdios. Sempre fora muito comum na cultura ocidental e presente nas artes, esculturas e principalmente pintura a representação da sensualidade feminina. Já na contemporaneidade, pode-se observar uma adaptação em relação aos objetos de “apreciação” e venda do corpo da mulher, compartilhada por uma sociedade capitalista e machista, como em algumas propagandas publicitárias e revistas renomadas na comunidade masculina, como VIP e PLAYBOY. O presente artigo tem o objetivo de comparar e analisar social, iconográfica e historicamente, a modificação dos objetos de “apreciação” com o intuito de mostrar a influência do olhar da sociedade como um todo, definindo qual o cerne que envolve a naturalização da sexualização do corpo feminino, levando em consideração que vivemos hoje num ambiente misógino e sexista que, de certa forma, sofrera forte influência da cultura europeia ocidental em sua formação.

Palavras-chave: Corpo, Mulher e Apropriação.

Introdução

É notável o quão o corpo feminino foi utilizado, ao longo da história, como principal forma de persuadir o ser masculino a se sentir *hipnotizado* pela figura feminina ali posta à sua vontade. Geralmente, nas pinturas a óleo a mulher sempre está a olhar o homem com um ar de desejo, dando a entender como uma relação de submissão, produto e venda entre a mulher e seu proprietário - o homem.

A sociedade fora ensinada, ao longo do tempo, a observar e apreciar o corpo feminino. No campo das artes, o corpo nu, na maioria das vezes, foi considerado um objeto de admiração e desejo. As pinturas a óleo que representavam as mulheres, começaram a transmitir outras sensações, como o desejo sexual, desencadeando assim, uma banalização do corpo feminino. Dentro desse contexto percebe-se uma breve “evolução” - que não necessariamente se caracteriza por uma ação positiva, e sim um retrocesso, por assim dizer - que para muitos contemporâneos como Silvia Federici em sua obra *Calibã e a Bruxa (2017)*, significa a degradação e demonização da imagem da mulher.

Nos dias atuais, a ideia da banalização do corpo feminino ainda é muito discutida nas universidades. A mídia, grande meio que compactua e reforça a misoginia, ainda utiliza de mulheres para “oferecer” e “divertir” o público, especificamente o masculino. Um grande exemplo desta banalização são as propagandas de cervejas e as renomadas revistas como PLAYBOY que são fabricadas para determinado público alvo, mas que também fornece seu “produto” dentro das redes sociais.

A visão ao corpo da mulher como objeto é resultado de uma construção do olhar junto com as normas sociais implantadas na sociedade ocidental, de muitos anos atrás, datando historicamente antes mesmo das artes, tornando-se assim algo cultural e normalizado na presente sociedade. De acordo com a Silvana Goellner, professora doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

o corpo é produto de uma construção cultural, social e histórica sobre o qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc. Ou seja, não é algo dado a priori, nem mesmo é universal: é provisório, mutável e mutante [...] visto que ele é construído também a partir daquilo que dele se diz. (...) Educa-se o corpo na escola e fora dela: na religião, na mídia, na medicina, nas normas jurídicas, enfim, em todos os espaços de socialização nos quais circulam cotidianamente (2003, p. 28)

A apropriação que o olhar masculino tem sobre o corpo da mulher continuou produzindo diversos considerados *nus femininos na contemporaneidade*. As revistas sensuais, como a VIP e a PLAYBOY e entre elas outras campanhas as quais envolve o nu da mulher que mesmo sendo conteúdos que muitas vezes são banalizados e vendidos especificamente como produto para o público masculino, são consideradas por muitos como objeto de apreciação do corpo feminino nos dias atuais.

Com isso é possível enxergar a mudança dos objetos da apreciação do público masculino, onde há um ponto consensual - a mulher - nos quais os objetos atuais são considerados como principal fonte de impressão de desejo sexual, e os nus artísticos também imprimem esse valor no espectador, ocorrendo assim uma transição das pinturas para essas novas imagens sexualizadas da atualidade, deixando de ser algo mítico e inalcançável para tornarem-se representações de mulheres em situações cotidianas.

O principal objetivo deste artigo é informar e demonstrar o quão a imagem feminina foi usada e abusada pela sociedade em geral, e as transformações em relação aos objetos de “apreciação” do corpo feminino, de acordo com as suas temporalidades, utilizando de embasamento teórico-metodológico para a produção de campos historiográficos, bem como a História social, História das mulheres e uma breve explanação acerca dos métodos iconológicos para reiterar a hipótese proposta.

Métodos de análise

Este artigo tem como base a análise do olhar à imagem feminina, da época das pinturas à óleo até atualmente, com as aclamadas *revistas pornográficas*, SEXY, VIP e PLAYBOY, e também imagens de nus artísticos, os quais vendem a imagem da mulher como fonte principal de prazer e submissão, fazendo comparações com os reflexos dessa ideologia machista.

O que aqui nos interessa é trazer a problemática à tona: Mesmo depois de tanto anos, tantas lutas para as mulheres, pautadas principalmente pelo movimento feminista que emerge nos anos 60, dando advento a novas formas de se *fazer a história* e a emergência da História das mulheres, ainda vivemos numa sociedade pautada pela desigualdade e hierarquização dos sexos, fadando-nos à um reflexo de uma sociedade fixada em preceitos preconceituosos e sexistas, como a Europa de fato, nos impôs.

Com base em outros artigos, livros sobre gênero, história social e história das mulheres, revistas pornográficas, nus artísticos e afins, mostraremos a gênese do machismo, e como isso irá influenciar nos próximos períodos da história, tendo impactos agravantes na atualidade. Principalmente autores como Tilly, Varikas, Momo, Federici e Panofsky, de fato, auxiliam na discussão da temática que merecem destaque para estudiosos e pesquisadores da área do Método Iconológico, bem como História social, História das mulheres e da História vista de baixo.

Com uma pesquisa de cunho totalmente analítico e demonstrativa na questão iconográfica e feminina, demonstraremos sobretudo como as nossas ações, e ainda principalmente como nosso olhar são frutos das construções de padrões normalizados que, ainda hoje, nos faz reproduzir, mesmo que inconscientemente, ações preconceituosas e sexistas; e como tal olhar e tais interpretações das imagens influenciou nas presentes ações cotidianas.

O olhar sobre a imagem

A nossa forma de olhar e interpretar, fora doutrinada desde os primórdios da história. A ação de olhar para uma imagem, seja ela clássica ou contemporânea, sempre nos dá uma sensação de procurarmos um contexto histórico para então tentar interpretá-la. Isso acontece principalmente com o historiador da arte.

Segundo Gervereau (2007), para uma imagem ser vista, compreendida e lida, é necessário saber da temática, do contexto, e, acima de tudo, saber interpretar fazendo questões fundamentais para tal ato; Saber da interpretação do autor, para aí ter sua própria interpretação.

Saber como a imagem é vista, de forma geral, é de suma importância para a compreensão da imagem, e sua inicial interpretação. Já para Panofsky (1982), a análise iconográfica, a qual trata de imagens, histórias e alegorias, implica muito mais do que a simples familiaridade com os objetos e ações as quais os indivíduos adquirem através de suas vivências e práticas cotidianas.

Adventa da Escola dos Annales, a imagem passa a ser considerada enquanto objeto de pesquisa para a História. A ciência que de fato, nos auxilia, como forma interdisciplinar para auxílio da criticidade da História-problema, é a iconografia, que possibilitou a utilização de imagens para definir algumas problemáticas não somente na história, mas também em outras diversas áreas como as das ciências sociais, psicologia e até em alguns campos de pesquisa das ciências exatas.

Uma imagem, como já foi abordado, sempre vem com uma problemática proposta, na qual deve ser trabalhada e analisada com embasamento teórico-histórico. A criticidade deve ser imposta primordialmente para as imagens e fotografias, percebendo ali naquele objeto,

dotado de aparatos que auxiliam construir uma problemática, principal fonte para pesquisas, sobretudo na área de ciências sociais.

A História Social, juntamente com a História das Mulheres, traz junto de si uma desconstrução, introduzindo uma consciência crítica, com a função de responder às *grandes questões da história*, tentando dar luz à problemática do gênero e seus respectivos reflexos; É importante, no entanto, salientar que a História das Mulheres tem uma importância extrema, visto que esta tem o poder de modificar o quadro geral da história no seu conjunto. As mulheres foram e ainda são reprimidas por uma hierarquia sexual, consequência de uma história machista e opressora.

A desconstrução de certos conceitos, permite não somente uma compreensão melhor do passado, e sim, uma *nova construção de ideologias*, e principalmente o entendimento de ocasiões no presente. Desta forma, a História Social é de cunho analítico, voltada para resolução de problemas, assim como a História das Mulheres, que teve seu auge entre os anos 60 e 70, com a emergência do movimento feminista nos EUA.

No entanto, devemos nos ater ao fato de que as reivindicações femininas por igualdade e por luta de interesses, datam desde os tempos mais antigos. Silvia Federici (2017) afirma que as lutas feudais até a própria emergência da caça às bruxas, demonstram a presença maciça das mulheres e que, na maioria das vezes, as mulheres julgadas na inquisição eram as que contrapunham os valores da sociedade vigente, sendo assim taxadas de *bruxas*.

O que de fato aqui nos importa, é pensar que nossa sociedade capitalista tem um olhar de aversão a mulher que está fora dos padrões normativos que, reprimem a liberdade da mulher de ser e ter o papel o qual a mesma quiser dentro da sociedade, resultando na falta de respeito, empatia, e exclusão com a classe das mulheres.

A situação se agrava quando essa sociedade impõe a imagem da mulher como algo comprável e gênese primordial do prazer sexual, transformando-as em algo consumível, aos olhos *famintos* masculinos.

Alguns fatores essenciais para o entendimento desta cultura da supremacia masculina que se instaura para com a classe feminina, como o fato da mulher ter sido tratada como um objeto de prazer e de um ser submisso aos homens ao longo de uma historiografia escrita por homens até a emergência da História das mulheres que possibilita que a mulher *reescreva a*

história, fazendo-nos entender o quanto este ideal foi fixado e que infelizmente, persistem nos dias atuais

Entender que a sociedade presente sofreu com esses reflexos da cultura ocidental europeia é o que nos dá aparato para entendermos em que consiste o pensamento da sociedade do século XXI: Num pensamento misógino que crê veementemente que a mulher foi e sempre será, objeto de domínio de seu proprietário, o homem.

Objetificação da imagem feminina, frente ao olhar masculino

O papel da mulher dentro da sociedade e as normas construídas e atribuídas à mesma, segundo a historiografia - ainda muito machista -, sempre foi um papel de submissão em relação aos papéis atribuídos ao homem, que são extremamente visíveis em todos os aspectos da vida social, em relação à família, cargos nos empregos, salários e dentro das artes.

No contexto familiar a mulher sempre teve que exercer o papel da boa mãe, cozinheira, esposa e mulher; em relação aos cargos empregatícios, a mulher geralmente recebia salários mais baixos pelo fato de ser mulher - algo que fora contestado com as feministas da década de 60. E ainda há alguns vínculos empregatícios que *foram feitos para mulher* como por exemplo, cargos na limpeza, babysitters, atendentes, entre outros.

John Berger (2000) diz que ter nascido mulher, num determinado e confinado espaço, é essencial para o homem *ter a sua guarda*. A presença social da mulher desenvolveu-se como resultado de sua habilidade em viver sob essa tutela e dentro desse espaço delimitado. A arte também adquiriu reflexos para o papel da mulher, construindo indiretamente no seu público uma visão sobre o corpo da mesma, mostrando a sua sensualidade e a colocando como produto de venda e admiração.

É na arte que encontramos, não só recortes retratando acontecimentos históricos, e sim, a consolidação de uma ideologia, representação de algo, tanto para uma crítica social, quanto para novos conhecimentos, numa forma de contemplar a imagem passada. A arte modifica comportamento sociais, de um modo geral.

A ideologia artística que transmite é, no entanto, bem definida em seu centro: a arte é coisa de inspiração individual, de inspiração, de gênio. A arte é um mundo em si, com as suas leis, bastante flexíveis para permitir as mudanças de gosto; bastante

precisas para separar, entre as formas criadas o que é arte, do que não é. Uma tal concepção faz da arte o privilégio de uma sociedade bem determinada (ZERNER, 1976, p. 146)

O gênero do nu artístico, como a pintura a óleo europeia, julga a mulher como motivo primordial da nudez exposta. Nos nus artísticos, é possível notar alguns critérios e motivos que nos levam a compreender a problemática de como a mulher é observada e julgada, como um panorama.

Podemos citar como exemplo a obra *Amor Sacro e Amor Profano* (1514) do pintor veneziano Ticiano Vecellio, que segundo a interpretação do Historiador da arte Erwin Panofsky, na obra está presente um diálogo de amor, dentro de um espírito de persuasão.

Figura 1: Amor Sacro e Amor Profano - Tiziano (Galería Borghese, Roma, 1514)³⁴²



Na obra *Amor Sacro e Amor Profano* (1514), percebe-se um contraste entre as “vênus” (representadas na pintura), ambas simbolizam dois modos de existência e perfeição; A figura Nua, Vênus Celeste, simboliza o princípio da beleza universal, já a outra, Vênus Vulgar, simboliza a “força geradora” que cria as imagens transitórias em relação às beleza da terra; O cupido remexendo as águas da fonte seria um símbolo do princípio da harmonia, em que as duas, apesar das diferenças, uma profana e a outra a “ideal”, seriam uma só femininas, o amor e a felicidade eterna.

Outra observação bastante significativa é sobre a obra do Pintor Sandro Botticelli, *O Nascimento de Vênus* (1483), obra a qual construiu um forte imaginário em relação à sensualidade da figura feminina, submetida claro, ao olhar masculino.

Figura 2: O Nascimento de Vênus - Botticelli (Galleria degli Uffizi, Florença, 1483)³⁴³

³⁴² Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Amor_sacro_e_amor_profano#/media/File:Tiziano_-_Amor_Sacro_y_Amor_Profano_\(Galer%C3%ADa_Borghese,_Roma,_1514\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Amor_sacro_e_amor_profano#/media/File:Tiziano_-_Amor_Sacro_y_Amor_Profano_(Galer%C3%ADa_Borghese,_Roma,_1514).jpg); Acesso em set. 2018.



A imagem da Deusa Vênus, é colocada como um símbolo de graça e beleza, com suas medidas da pintura clássica, colaborando assim, para a idealização e padronização universal da beleza da mulher, do corpo feminino; tal obra construiu um forte imaginário em relação à sensualidade da figura feminina, submetida obviamente, ao olhar masculino. A imagem da Deusa Vênus, é vista como um símbolo de graça e beleza, com suas medidas da pintura clássica.

Numa análise dos nus artísticos, é possível notar que a mulher ali materializada tem a consciência de que está sendo observada por um espectador, visto que na maioria das pinturas, a imagem feminina nos fornece a sensação de devolver o olhar para o espectador, uma forma sensual de envolver o mesmo, já que os olhos são as janelas da alma.

Comparando com as fotos sensuais das consideradas artes contemporâneas, sempre é intrigante como o olhar contribui para a hipnotização do espectador. A arte usa de artimanhas para atrair a atenção do seu “cliente”. A arte, onde outrora era o sinônimo de status social, uma arte privilegiada, é essencial na sociedade ocidental.

Figura 3: Anúncio da Playboy com Cléo Pires, 2011.³⁴⁴

343

Disponível

em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Nascimento_de_V%3AAAnus#/media/File:Sandro_Botticelli_-_La_nascita_di_Venere_-_Google_Art_Project_-_edited.jpg; Acesso em set. 2018.

³⁴⁴ Disponível em: https://brenobrito.files.wordpress.com/2011/04/anuncio_playboy_02.jpg; Acesso em set. 2018.



Figura 4: Revista VIP - Camila Pitanga, julho de 2000.³⁴⁵



Figura 5: Propaganda da Cerveja Devassa com a atriz Aline Moraes.³⁴⁶

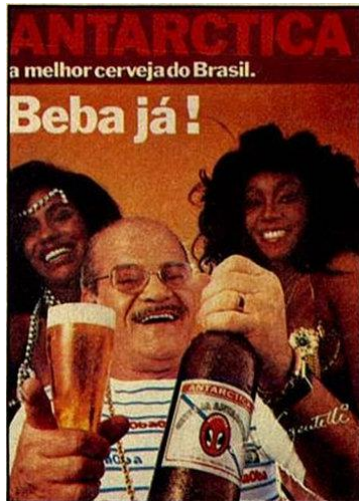


Figura 6: Propaganda da Cerveja Antarctica em 1984, com Sargentelli e suas mulatas.³⁴⁷

³⁴⁵ Disponível em: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-915088946-revista-vip-camila-pitanga-183-jul-2000-original-_JM; Acesso em set. 2018.

³⁴⁶ Disponível em: <https://paginadoenock.com.br/cartaz-da-devassa-e-o-milionesimo-anuncio-de-cerveja-que-usa-a-mulher-como-chamariz-para-vender-alcool-trata-se-de-uma-propaganda-imoral-cabe-perguntar-a-bela-atriz-alinne-moraes-que-protagoniza-o/>; Acesso em set. 2018.

³⁴⁷ Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/02/cerveja-antartica-carnaval-1984.html?m=1>; Acesso em set. 2018.



Nos nus artísticos europeus em específico, os espectadores eram homens, e seu “objeto de prazer”, era a mulher. Essa relação foi tão posta à prova que ainda há severas consequências, refletidas na sociedade misógina e opressora dos dias atuais onde. Na nossa cultura, as mulheres são vistas pelos homens como um *pedaço de carne* e objeto de puro prazer. É tão nociva essa forma de ver a mulher, que até as próprias mulheres se vêem dessa forma, negativamente pois, as mesmas aprenderam e adotaram o inconsciente olhar machista, sob si mesmas, consequências dessa sociedade patriarcal.

A forma essencial de ver a mulher não mudou, é então onde chegamos à gênese da problemática aqui proposta: A mulher é, impreterivelmente, representada de maneira diferente do homem, pois se presume sempre que o *espectador real* é o homem, e a mulher deve ser objetificada para agradá-lo, sendo diversas vezes representada de forma negativa, submissa e nociva.

A mulher enquanto objeto consumível

Na contemporaneidade, os valores e comportamentos de uma sociedade atrasada refletem de tal forma, que é utilizada a imagem feminina não só como satisfação própria, mais amplamente, para alimentar a sociedade consumista na qual vivemos, sendo propagadas principalmente em diversos meios de comunicação, como revistas, jornais, em forma de propagandas, televisão e afins.

A publicidade é, em tese, a cultura de uma sociedade altamente consumista e capitalista, propagando um ideal de consumo, e de rebaixamento. A mesma utiliza de

preceitos depreciativos para quem não consuma determinado produto proposto - uma vez que, capitalismo e publicidade são coexistentes, segundo Momo (2013) - A publicidade usa a sexualidade e sensualidade para vender qualquer produto ou serviço. É utilizada a persuasão, impreterivelmente. Na publicidade, um dos aspectos mais notáveis é a boa aparência, a ilusão de que você será mais querido se obter determinado objeto, e esse mesmo objeto deve seguir os padrões aceitos por determinada sociedade:

o padrão de beleza estabelecido pela propaganda persuasiva está associado a jovialidade, a sensualidade, ao corpo perfeito. (MACHADO, GOMES, COSTA, p.9, [entre 2008 e 2012], online).

O uso mais comum e mais reconhecido, é o da mulher que é extremamente sexualizada pelas marcas de cerveja, onde quase sempre a cerveja é a fonte de conquistar mulheres, ou quem sempre traz a cerveja para o homem é a mulher, como submissa, de roupas curtas, sendo vista como objeto principal de prazer e de fácil ganho, depreciando cada vez mais a visão das mulheres num âmbito geral, fornecendo-as um “papel” de prêmio ao ganhador, o homem.

Os publicitários criam a propaganda para atingir o senso comum. Desse modo, existe um significado do discurso dominante socialmente atribuído à mulher. A cerveja por ela mesma não cria no imaginário social um poder de venda, é necessário ela estar (sic) associada a outros valores (atribuídos nesse caso à mulher) para se tornar um objeto de desejo e consumo. Aparecendo ao lado de objetos de consumo, os corpos femininos prometem um paraíso erótico, em suma, são, para nós, os representantes genéricos do que é desejável. (UZÊDA, 2007, online)

A mulher, mesmo depois de tantas lutas por seus direitos, para ser respeitada e valorizada, e para ter direitos iguais aos homens, sem ser vista apenas como dona de casa, é diariamente sexualizada e abusada pelas grandes empresas, fruto de um capitalismo selvagem. É necessário que por uma tomada de consciência, as empresas publicitárias invistam cada vez mais em propagandas que não padronize nenhuma parcela da sociedade, e que não seja imposto tão brutalmente determinados produtos em prol de uma *falsa felicidade*.

Considerações finais

Nosso artigo teve como principal objetivo comparar os nus artísticos, especificamente as pinturas a óleo e algumas famosas pinturas renascentistas, bem como *Amor Sacro e Amor Profano* (1514), de Ticiano e *O Nascimento de Vênus* (1483), de Botticelli, com as fotos

sensuais tiradas de revistas como a VIP, PLAYBOY e SEXY, e de campanhas publicitárias; frisando as mudanças dos objetos de artísticos da apreciação do corpo feminino, de acordo com as sociedades e o seu tempo presente. De uma forma analítica, demonstramos como a mulher vêm sendo objetificada e consumida pela sociedade, esta que tem herança de cunho machista, tornando a mulher um objeto de prazer única e somente para o homem.

Mesmo com um passado difícil, as mulheres hoje têm a força de lutar contra todos os preconceitos dessa sociedade patriarcal, visto que a História das Mulheres e a História Social têm isso como principal objetivo: questionar, desconstruir e resolver problemáticas inseridas em determinado contexto histórico por esses novos campos historiográficos

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Histórias do corpo e no feminino do Brasil no tempo presente**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho/2011.

BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CAMPOS, Daniela Queiroz; FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Vênus Desnuda: a nudez entre o pudor e horror**. Revista Brasileira de Estudos de Presença, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 248-276, abr./jun. 2018. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/presenca>> Acesso em 12 de setembro de 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GERVEREAU, Laurent. **Ver, compreender, analisar as imagens**. Edições 70, 2007.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1974.

MOMO, Maria Vitória Galvan. **Sensualidade Etílica:** o estereótipo da mulher devassa na propaganda de cerveja. Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, UFOP - Ouro Preto - Minas Gerais, 2013.

PANOFSKY, Erwin. Estudos de Iconologia. Editorial Estampa. Lisboa, 1982.

TILLY, L. A. **Gênero, História das mulheres e História social,** In Cadernos Pagu, n. 3, Campinas, 1994.

VARIKAS, Eleni. **Gênero, Experiência e Subjetividade:** a propósito do desacordo Tilly-Scott. Universidade de Paris, França, 1994.

Sob o signo do anticomunismo católico: as Marchas com Deus pela Liberdade em Sergipe e a condescendência da Igreja com o regime autoritário (1964)

Raphael Vladmir Costa Reis

Mestrando em História (PPGH/ICHCA/UFAL)

Orientadora: Janaína Cardoso de Mello

Bolsista Capes

Membro do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS)

Resumo:

Durante a década de 60, período marcado pela profunda polarização de matizes ideológicos, a sociedade brasileira esteve imersa em um cenário de conspirações, crises e silenciamentos. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, manifestação cívico-eclesiástica idealizada por setores conservadores da sociedade paulista e, sobretudo, elementos da ala conservadora da Igreja Católica em março de 1964, caracterizou-se como um instrumento de reação ao Comício da Central, no qual o presidente João Goulart reiterou seu profundo desejo em implantar as reformas de base. Após cooptar um significativo número de simpatizantes empenhados em destituir Goulart, sob a infundada alegação de que este estivesse articulando a instauração dum regime aos moldes do modelo cubano, as Marchas irromperam pelos grandes centros urbanos e alcançaram Sergipe, recorte espacial-analítico da pesquisa, entre abril e maio de 1964. Tendo em vista a ausência de crivo analítico acerca desses eventos, o presente artigo consiste em investigar a participação da Igreja Católica na planificação das Marchas em Sergipe, identificando as relações desta instituição com o regime autoritário, bem como identificar os percursos, participantes e impactos causados na cultura política dos municípios nos quais tais manifestações cívico-eclesiásticas transcorreram.

Palavras-chave: Igreja Católica, Marchas da Família, Sergipe

A censura à imprensa é total, os militares, sem mandado judicial, invadem residências, repartições e empresas à procura de ‘comunistas’. Os veículos de informação exaltam as Forças Armadas, que ‘salvaram o país do comunismo’, a Igreja Católica mobiliza, especialmente, a classe média em procissões tão golpistas quanto patrioteiras. ‘A Marcha da Família com Deus pela Liberdade’, movimento articulado pela Igreja, dá cobertura ao golpe de 31/03/1964, aplaude as prisões em nome dele³⁴⁸.

A citação retratada acima dimensiona, em expressões tão lúcidas quanto o combate pela preservação das instituições democráticas, o clímax que se instaurou em Sergipe após a sublevação do golpe civil-militar. Estas palavras carregam consigo, ainda, para além do admirável domínio sobre tal recorte analítico, o âmago de quem testemunhou as violações impostas por um regime agressivamente transgressor e assistiu, com indescritível perplexidade, a materialização de um projeto pautado numa cultura política enraizada no autoritarismo pragmático e sua tradição “liberal-conservadora”.

A década de 60, tendo em vista as polarizadoras dinâmicas da conjuntura sócio-política brasileira, constituiu-se como um período marcado por suas dimensões inéditas e característica singulares, sendo responsável por protagonizar uma ampla correlação de forças em nome de agendas e projetos políticos conflitantes. As “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, manifestações cívico-eclesiásticas idealizadas por setores conservadores da sociedade paulista e agrupamentos igualmente conservadores vinculados a Igreja Católica em março de 1964, que ilustram significativamente o já referido contexto de radicalização, representaram um instrumento de reação ao Comício da Central, no qual o presidente João Goulart reiterou seu compromisso em empregar as reformas de base.

Após arregimentar um significativo número de simpatizantes empenhados em destituir Goulart, sob a alegação de que o dirigente estivesse articulando a instauração duma “República Sindicalista à la Perón”, as Marchas irromperam pelos grandes centros urbanos e alcançaram Sergipe, recorte espacial-analítico da pesquisa, entre abril e maio de 1964. Tendo em vista a ausência de crivo analítico acerca desses eventos, o presente artigo consiste em investigar a participação da Igreja Católica na construção das Marchas em Sergipe, identificando as relações de condescendência desta instituição com o regime autoritário, bem como apontar os percursos e participantes de tais manifestações cívico-eclesiásticas.

³⁴⁸ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe (1962/1975)*. Aracaju: Livraria Regina, s/d. p. 88.

Para tanto, o aporte teórico-metodológico empenhado em conduzir tal investigação perpassa, entre outras contribuições, pela análise de alguns manuscritos como *A História Cultural: entre práticas e representações*³⁴⁹, do qual extrair-se-á o conceito de representação, no sentido de analisar a estrutura funcional da Igreja para construir a representação do “anticomunismo”; *O que é História Cultural?*³⁵⁰, do inglês Peter Burke, reflexão que se enveredou por uma contumaz análise sobre a trajetória da História Cultural; *As Marchas da Família Com Deus pela Liberdade e o golpe de 64*³⁵¹, de Aline Alves Presot, produção responsável por analisar e mapear a realização destas mobilizações em quatro regiões do país; e *A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)*³⁵², de Ibarê Dantas, um clássico da historiografia sergipana no qual o autor se propôs a depreender as ressonâncias do golpe civil-militar no estado.

A produção encontra-se dividida em dois momentos. O primeiro, em grande medida, incorrerá por análises que contemplam o movimento de ruptura da Igreja, o conseqüente surgimento da “esquerda católica” e a reação da ala conservadora ao testemunhar tamanha inflexão da instituição, enfatizando, posteriormente, as reminiscências deste processo na estrutura ideológica da Igreja sergipana. Já o último, com efeito, orientado pelo viés conceitual de Burke, Chartier, entre outros, narrará a realização das Marchas nacionais e locais, demonstrando a colaboração da instituição religiosa em pauta para a construção dessa manifestação que conferiu legitimidade ao golpe civil-militar, destacando, em seguida, suas relações de cumplicidade com o regime autoritário.

Entre os meses de março e abril de 1964, sob o influxo de uma conjuntura cerceadora que se instaurava progressivamente no país, a ala conservadora da Igreja Católica, impulsionada pela propagação do então nomeado “perigo comunista”, iniciou uma campanha anti-janguista, utilizando programas radiofônicos e periódicos que circulavam diariamente nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com Aline Alves Presot³⁵³, a atuação do setor conservador da instituição religiosa em momentos de efervescência na política brasileira não representava, de fato, uma dimensão singular, haja vista que tal

³⁴⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1990.

³⁵⁰ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

³⁵¹ PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. Dissertação defendida no Mestrado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

³⁵² DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

³⁵³ PRESOT, op. cit. p. 39.

agrupamento já demonstrou historicamente, conforme assinala a autora, sinuosas aproximações com as forças patronais.

Com base em uma premissa na qual Aline Coutrot³⁵⁴ depreende que a Igreja, enquanto entidade milenar, sempre esteve empenhada em institucionalizar a moral individual e coletiva sob a alegação de transformar a submissão dos fiéis num dever, não é inapropriado considerar que estas diretrizes foram deliberadamente conjuradas para justificar e legitimar a ação política praticada pelos eclesiásticos conservadores em 1964. Entre os anos 50 e 60, contudo, uma fração da estrutura clerical se inflexionou para tendências de orientação reformista, polarizando a configuração política da instituição e constituindo, desse modo, a chamada “esquerda católica”.

Este momento de ruptura, que se processou graças às contribuições do Papa João XXIII em 1962, denotando uma reestruturação no *opus operatum* católico, apresentou fortes ressonâncias no Brasil e intensificou as atividades de entidades como o Movimento de Educação de Base (MEB), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Ação Popular (AP), que promoveram uma aproximação entre Igreja e laicato. De acordo com Dênis de Moraes³⁵⁵, a mais emblemática medida para corporificar o envolvimento da Igreja com movimentos sócio-políticos foi o Concílio do Vaticano II, no qual, dentre outras deliberações, seus participantes decretaram a emancipação da instituição religiosa em relação aos poderes instituídos. Paulo César Gomes³⁵⁶ acrescenta, ainda, que algumas importantes reformas também propiciaram a “institucionalização” de ações inflexionadas ao progressismo, como as encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), cuja autoria foi atribuída, também, ao Papa XXIII.

Entretanto, ao analisar a receptividade da base clerical conservadora do país no que diz respeito às novas medidas, foi possível constatar uma contumaz preocupação do grupo que, conforme análise de Presot, considerou o crescimento do reformismo como parte de um “plano soviético” para desestabilizar as bases do catolicismo. Segundo a autora, a construção do imaginário anticomunista sob a ótica dos conservadores estava pautada, ainda, em admoestações associadas “ao fim da família, a permissividade sexual e moral, a desagregação de todos os valores cristãos e ocidentais e, com isso, o fim da própria instituição católica”³⁵⁷.

³⁵⁴ COUTROT, A. Religião e política. In RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 34.

³⁵⁵ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p. 39.

³⁵⁶ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 37

³⁵⁷ PRESOT, op. cit. p. 41.

Tamanha postura demonstrava, desde já, o esboço da relação colaboracionista entre a instituição - ou parte dela - com o regime autoritário.

Em Sergipe, a configuração de matizes ideológicos opostos que permeavam o país se refletia, também, nos alicerces do catolicismo praticado neste pequeno estado. Não obstante, um grupo hierárquico estava ligado ao Bispo Auxiliar D. Luciano Cabral Duarte, colaboracionista do regime autoritário que estava em vias de consolidação, enquanto o outro agrupamento, por sua vez, manteve-se instruído sob a égide do Arcebispo D. José Vicente Távora, eclesiástico progressista e contumaz intermediador da aproximação dos leigos com a Igreja. Segundo Joana Morato³⁵⁸, este eclesiástico, idealizador de alguns projetos sociais, canalizou suas atenções para o campesinato local, expandiu o número de paróquias e implantou em cada uma delas a política de Ação Católica para promover o desenvolvimento das comunidades.

No entanto, ao compreender o emergente regime autoritário como uma manobra arbitrária e intransigente, D. Távora recebeu ameaças de prisão, isolando-se no Palácio Episcopal enquanto ação preventiva para evitar “depoimentos irritantes”, conforme atesta Dantas. Segundo o autor, ainda, o arcebispo “escapou de maiores hostilidades por interferência do general Juarez Távora, seu parente”³⁵⁹.

Se, por um lado, a ala progressista da Igreja estava empenhada na construção de uma rede voltada para o desenvolvimento de ações sociais, seja em âmbito internacional, nacional ou estadual, os integrantes da diretriz conservadora organizavam, dentre tantas outras medidas combativas a João Goulart, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, demonstrando explicitamente a relação de colaboracionismo entre os perpetradores do golpe civil-militar e parte da Igreja Católica.

No dia 19/03/1964, decorridos seis dias após o “maior comício da história política país”³⁶⁰, de acordo com a manchete exposta pelo até então reformista *Gazeta de Sergipe*, em clara alusão ao comício pró-Jango, autoridades eclesiásticas, colaboracionistas civis, dirigentes políticos e empresários articularam uma contramanifestação denominada Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, na qual instrumentalizaram sua aversão ao governo populista em curso, sob a leviana alegação de obstruir a instauração de um “*establishment* comunista”, dadas as “tendências socializantes” que se esboçavam naquela

³⁵⁸ MORATO, Joana. *A herança de uma luta: as ações da Igreja Católica brasileira durante a Ditadura Militar (1964-1985)*. In: *Anais do IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da Anpuh – O cinquentenário do golpe*. Aracaju, vol. 4, 2014. p. 05.

³⁵⁹ DANTAS, op. cit. pp. 40-41.

³⁶⁰ Cf. *Gazeta de Sergipe*, 14/03/ 1964. p. 01

conjuntura. Enquanto a arregimentação de simpatizantes progredia em ampla escala, tal manifestação se proliferou pelos grandes centros urbanos e, de modo gradativo, irrompeu pelas demais regiões do país, alcançando Sergipe entre abril e maio de 1964.

Para Peter Burke³⁶¹, a redescoberta da História Cultural e seu ingresso no âmbito acadêmico, em princípios dos anos 70, determinou uma redefinição nas discussões teóricas correspondentes aos estudos históricos. Não obstante, a partir daquele momento, os esforços de investigação, que antes eram articulados sob a rubrica de análises econômicas e políticas, aproximaram-se de contribuições voltadas para a cultura econômica e política, consolidando a ascensão deste reformulado método historiográfico de abordagem, embora Francisco Falcon³⁶² refute tal adjetivação.

Problematizações à parte, em linhas gerais, foi por intermédio destas reflexões que se abriu o precedente propício para nos enveredarmos por esferas analíticas ligadas a cultura letrada, cultura popular, diversificadas formas de manifestações sociais e as representações³⁶³, consolidando a ampla capacidade da História Cultural em interpretar fenômenos polissêmicos.

Ao aplicar o cruzamento de informações sobre a estrutura funcional das Marchas transcorridas regiões sudeste e nordeste, agora com base no conceito de “representação” formulado por Roger Chartier, segundo o qual “as representações são determinadas pelo interesse do grupo que as forjam”³⁶⁴, constatou-se que as características das manifestações, geralmente, esboçavam-se conforme a cultura política de cada geografia, constituindo novos significados e denotando o que Chartier caracterizou como “lutas de representação”. Tais confrontos simbólicos, conforme assinala o autor, impulsionam o surgimento de novas “apropriações”, parte integrante essencial das representações, que são conduzidas a seguir determinados imperativos e resistências políticas pertencentes a um meio dominante.

De acordo com Presot³⁶⁵, em municípios do interior mineiro cujas autoridades mais influentes eram grandes latifundiários, a estrutura clerical da Igreja se antecipou em construir uma representação do comunismo associada à supressão da propriedade privada, uma vez que as atividades agropecuárias e canavieiras exerciam o monopólio econômico daquela região, motivando as forças patronais locais a participarem *in loco* daquela mobilização. Já em

³⁶¹ BURKE, op. cit. p. 45.

³⁶² FALCON, Francisco José Calazans. *História e História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 17.

³⁶³ A grande referência historiográfica deste conceito (apropriação-representação) é Roger Chartier, que, articulando as proposições advindas da Psicologia Social e, sobretudo, do pensamento bourdieiano, instituiu um novo domínio para compreendermos as dinâmicas sociais sob a ótica do culturalismo.

³⁶⁴ CHARTIER, op. cit. p. 17.

³⁶⁵ PRESOT, op. cit. p. 76

idades do interior paulista, como em Itu, por exemplo, a Marcha foi agregada às celebrações relativas ao aniversário da Convenção Republicana, no dia 18/04/1964.

Tal efeméride representava a fundação de um dos primeiros partidos republicanos regionais, pressupondo que a imbricação entre os dois eventos – tanto as Marchas quanto o aniversário da agremiação - prescreveria o ressurgimento de “transformações” associadas às liberdades democráticas e a capitulação de um modelo institucional, isto é, o Populismo, considerado ineficiente para o pleno desenvolvimento do país, conforme a construção imagética que se esboçava naquele período.

A análise em perspectiva comparada sobre as Marchas realizadas em diferentes estados, portanto, encontra-se articulada com as reflexões presentes em Chartier, nas quais o autor, em linhas gerais, argumenta sobre as dinâmicas da “apropriação”. Isto é, na maioria das regiões cujas Marchas transcorreram, a rigor, houve um esforço para inserir elementos de suas respectivas culturas políticas a fim de criar laços identitários com os discursos alinhados ao anticomunismo, constituindo, então, um imaginário singular e reprodutor de sentidos por intermédio das chamadas “lutas de representação”. Este breve exercício esclareceu, também, a natureza multifacetada d’algumas manifestações, não obstante a utilização de lemas universais como “Deus, pátria e família”.

Partindo destes pressupostos, não obstante a realização de sistemáticos levantamentos documentais, constatou-se que as Marchas transcorreram em oito municípios do estado. Dentre as localidades identificadas, as únicas lacunas, por ora, remetem aos municípios de Propriá, Cedro e Japoatã. O jornal *A Defesa*, órgão oficial da Diocese propriaense, embora tenha dedicado uma pequena propriedade de sua primeira página para veicular informações alusivas a realização dos atos pró-golpe nestes centros urbanos³⁶⁶, prescindiu de maiores esclarecimentos quanto aos dias em que as manifestações ocorreram.

O corpo editorial do impresso quinzenal, para além de emitir notas nas quais informavam sobre a execução das Marchas promovidas no Baixo São Francisco sergipano, evidenciando o forte alinhamento da Diocese propriaense com o regime autoritário e a propaganda anticomunista, tão alardeada pelo clero dos grandes centros urbanos, assinalou que “no próprio dia da ‘vitória’, o povo se reuniu à noite, no Santuário de Nossa Senhora de Fátima, para recitar o têrço (sic) em agradecimento pelo ‘trunfo’”³⁶⁷. Isto é, com base nestas evidências fortuitas, pressupõe-se que as manifestações cívico-eclesiásticas em legitimação ao golpe civil-militar transcorreram durante a primeira quinzena de abril.

³⁶⁶ Cf. *A Defesa*. 13/06/1964. p. 01.

³⁶⁷ *Ibidem*.

Ademais, seguindo uma eventual ordem cronológica dos eventos, identificamos que o periódico *Gazeta de Sergipe*, um dos poucos veículos de imprensa que permanecera operante em Aracaju sob a condição de submeter-se a censura prévia, noticiava informações sobre a primeira Marcha realizada na capital, afirmando que autoridades religiosas, civis, políticas e eclesiásticas conduziram a realização da manifestação naquela cidade dia 14/04/1964. Na oportunidade, os populares reuniram-se em frente à Assembléia Legislativa e seguiram, ainda conforme a reportagem, para a rua Pacatuba, Avenida Barão de Maruim e rua Santa Luzia, aglutinando-se no Parque Teófilo Dantas. Foi celebrada, por conseguinte, uma missa em Ação de Graças para comemorar a “vitória das Forças Armadas”³⁶⁸.

A segunda Marcha da Família na principal urbe sergipana ocorreu a 26/04/1964 e delimitou, ao que tudo indica, o mesmo percurso daquela primeira mobilização. Segundo as informações do próprio periódico, todas as instituições aracajuanas de ensino participaram da manifestação, além das delegações de alguns municípios do interior, cujos nomes não foram mencionados. Após o desfile, uma missa foi realizada em plena Praça Olímpio Campos, nas imediações da catedral, onde um expressivo número de acompanhantes “rezou pela libertação do Brasil”³⁶⁹.

Após ampla adesão do ato cívico-eclesiástico ao golpe civil-militar na capital, a Marcha chegou aos municípios de Barra dos Coqueiros e Laranjeiras. Na tarde do dia 03/05/1964, populares da Ilha de Santa Luzia (Barra dos Coqueiros) prepararam uma homenagem especial às Forças Armadas durante a realização da manifestação, que estava programada para ser executada por volta das dezesseis horas do cidadão dia. Em Laranjeiras, conforme atesta o conteúdo informacional do jornal *Gazeta de Sergipe*, a manifestação iniciaria às dezenove horas do corrente, contando com a participação de diversos religiosos, civis e autoridades políticas, inclusive do governador recém-nomeado³⁷⁰.

O caso desta cidade sergipana, berço do movimento republicano/abolicionista, é bastante peculiar e encontra-se sob o mesmo prisma analítico daqueles municípios interioranos localizados em Minas Gerais, os quais possuem suas bases econômicas intrinsecamente vinculadas às atividades canavieiras e agropecuárias.

A família Franco, historicamente grande proprietária de extensas terras na região, utilizando-se daquela premissa associada à supressão da propriedade privada em conformidade com a Igreja local, nutriu o sentimento anticomunista dos populares – que,

³⁶⁸ Cf. *Gazeta de Sergipe*. 15/04/1964. p. 01.

³⁶⁹ Cf. *Gazeta de Sergipe*. 28/04/1964. p. 01.

³⁷⁰ Cf. *Gazeta de Sergipe*. 03/05/1964. p. 01.

possivelmente, encontravam-se receosos com as ameaças de demissão por parte dos empregadores - e liderou a planificação/execução daquela manifestação cívico-eclesiástica no importante centro urbano sergipano, constituindo umas das mais participativas mobilizações pró-golpe do estado. Entretanto, as informações sobre a circunscrição tanto da Marcha laranjeirense quanto daquela realizada em Barra dos Coqueiros são controvertidas e permanecem sob análise.

Em Simão Dias, um dos municípios sergipanos mais efervescentes politicamente, a Marcha da Família ocorreu no dia 10/05/1964. Naquela oportunidade, segundo as informações do jornal local *A Semana*, a manifestação contaria, assim como em outras localidades, com a participação de personalidades municipais, do governador Celso Carvalho, autoridades religiosas e civis.

Partindo do Ginásio Carvalho Neto, instituição escolar na qual todos os participantes se concentraram e ouviram os pronunciamentos dos oradores, a Marcha transcorreu durante, aproximadamente, dois quilômetros até chegar a Praça Barão de Santa Rosa, onde estava localizada a Igreja Matriz. Lá, os partícipes da manifestação assistiram à celebração de uma missa e ouviram os discursos dos eclesiásticos que repudiavam as ações de Jango, acusando-o de “comunista” e defendendo sua deposição³⁷¹. Já na recém-emancipada Aquidabã, município localizado a 120 quilômetros de Aracaju, a Marcha ocorreu dia 17/05/1964. As informações disponíveis, no entanto, aludem somente à participação do governador Celso Carvalho.

Com base nestas premissas, portanto, é relevante constatar o significativo poder de engajamento político-ideológico conferido a Igreja – além de outros setores sociais conservadores - em períodos caracterizados pela preponderância da radicalização. A evidência que melhor ilustra tamanha articulação está associada à contribuição do seu setor conservador, que prontificou-se a planificar, organizar e efetivar presença nas Marchas, conforme descreve uma matéria veiculada pelo *Gazeta de Sergipe*, segundo a qual “grande massa de católicos atendeu, ontem, a convocação de setores religiosos e realizaram uma significativa passeata pelas ruas da capital, integrando a chamada Marcha da Família com Deus pela Liberdade”³⁷².

³⁷¹ Cf. *A Semana*. 16/05/1964. p. 01.

³⁷² Cf. *Gazeta de Sergipe*. 15/04/1964. p. 01.

Para além do apontamento no parágrafo anterior, deve-se levar em consideração, ainda, a estratégia empregada pela Diocese de Propriá, que, conforme mencionado anteriormente, utilizava um periódico sob sua minuciosa supervisão enquanto “porta-voz” do regime autoritário, concitando os fiéis a participarem ativamente das mobilizações antigovernistas. Foi através de intervenções desta natureza, portanto, que a Igreja católica sergipana desempenhou um estratégico papel para, a princípio, desestabilizar o já convaléscente governo João Goulart e legitimar a emergente ordem autoritária.

Neste sentido, reiterando uma assertiva já discutida neste manuscrito, foi possível concluir que as características das manifestações realizadas no país se constituíam de acordo a cultura política presente em cada região. Contudo, as Marchas sergipanas realizadas em Aracaju e Simão Dias, a rigor, apresentaram certas verossimilhanças em relação as suas precursoras do eixo Rio-São Paulo - ao contrário da manifestação ocorrida em Laranjeiras-, com destaque para elementos como público participante, motivações e percursos.

Dentre todos os aspectos mencionados, portanto, as circunscrições das Marchas trazem novas luzes sobre essas linhas de convergência, pois foram delimitadas entre a própria Igreja Matriz e algum órgão oficial do Estado ou edifício histórico - como a antiga Assembleia Legislativa de Aracaju, por exemplo. Esta demarcação evidencia, para além da flagrante relação de cumplicidade entre Igreja e regime autoritário emergente, a grande contribuição do grupo conservador da instituição religiosa para materializar uma ruptura institucional planejada desde o governo democrático de Getúlio Vargas.

Por intermédio das contribuições de autores que se debruçaram sobre o papel desempenhado pela Igreja Católica no âmbito político-social, a princípio, este artigo retratou a cisão empregada na estrutura ideológica da milenar entidade, tendo em vista o surgimento de novas tendências através das quais emergiu a “esquerda católica”, evidenciando a força reativa da ala conservadora, que, incorrendo por contumazes críticas, compreendeu tamanha reorientação como mais uma investida da União Soviética, a qual, segundo eles, infiltrou-se na Igreja com intuito de dividir e desestabilizar a instituição. Esta ofensiva, ainda de acordo com o grupo, seria responsável pela “destruição da família” e “desarticulação dos valores morais e cristãos”, ocasionando o fim da própria entidade religiosa.

Entretanto, foi possível constatar no decorrer desta análise que a instauração da nova diretriz empenhada em assegurar a emancipação da instituição religiosa frente aos poderes instituídos, conforme apontaram algumas evidências, acarretaria no afastamento do

agrupamento conservador em relação às forças patronais, caracterizando, desse modo, uma ruptura nas intensas relações de cumplicidade entre estes grupos historicamente articulados. A *posteriori*, ainda inserido nas discussões do primeiro momento, construí uma narrativa na qual abordei a divisão político-ideológica da Igreja Católica sergipana, destacando a atuação de duas emblemáticas figuras da instituição: D. José Vicente Távora e D. Luciano José Cabral Duarte, representantes das alas progressista e conservadora, respectivamente.

Com a polarizada configuração ideológica no catolicismo estadual, em linhas gerais, constatou-se que D. Vicente Távora isolou-se nas instalações do Palácio Episcopal, em uma desesperada tentativa para evitar maiores constrangimentos, pois interpretou o novo regime como um retrocesso. Não obstante, recebeu ameaças de prisão e atestou, na prática, a intransigência de uma estrutura burocrático-militar impessoal que reprimia seus opositores sistematicamente. Enquanto Távora sucumbia às ações persecutórias do regime autoritário, D. Cabral Duarte, cooperador da nova ordem que se instituía através do golpe civil-militar, inaugurava as relações de cumplicidade com o Estado Autoritário.

Por fim, sob a luz do conceito de representação, propus-me a analisar os eventos correspondentes as Marchas da Família com Deus pela Liberdade em Sergipe, enfatizando os municípios nas quais transcorreram, a contribuição da Igreja e outros setores conservadores para a construção destas manifestações, suas verossimilhanças com as mobilizações realizadas nas demais regiões do país, seus participantes e circunscrições. Este último elemento, inclusive, foi fundamental para conjecturar que a demarcação empreendida no percurso representou o ímpeto da Igreja para legitimar a consolidação do regime militar. No entanto, uma década depois, conforme as ações repressivas se acentuavam, tal aliança se desarticulou e a gradativa dissensão com as Forças Armadas contribuiu, ainda, para o processo de redemocratização do país.

REFERÊNCIAS

Fontes

A Defesa. Propriá-SE, 1964-1966. Fonte documental do Arquivo Público do Estado de Sergipe.

A Semana. Simão Dias-SE, 1964. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Gazeta de Sergipe. Aracaju-SE, 1964. Arquivo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

Bibliografia

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COUTROT, A. Religião e política. In RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)**. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. **Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos**. Fronteiras: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n. 17, p. 137-151, 2009.

MENDES DE ALMEIDA, Cândido A. **Sistema Político e Modelos de Poder no Brasil**. Rio de Janeiro, Ano I, n.º 1, 1966.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Marchando com a família, com Deus e pela liberdade: o "13 de março" das direitas**. *Varia hist.* [online]. 2005, vol.21, n.33, pp. 234-249.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964**. Dissertação defendida no Mestrado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.